GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC





ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA BAIXADA MARANHENSE

VOLUME 2







maranhão
governar é cuidar das pessoas

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA BAIXADA MARANHENSE

VOLUME 2

São Luís

2013

Governadora do Estado do Maranhão
Roseana Sarney Murad

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN
João Bernardo de Azevedo Bringel

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC
Presidente
Fernando José Pinto Barreto

Diretor de Estudos Ambientais e Geoprocessamento
Josiel Ribeiro Ferreira

Diretor de Estudos e Pesquisas
Sadick Nahuz Neto

Coordenação e Redação
José Ribamar Trovão

Capa
Paulo César dos Santos Garras

Elaboração
Carlos Henrique Santos da Silva
Cosme do Nascimento Neves Júnior
Danilo José Salazar Serra
Getúlio Estefânio Duarte Martins
Jenilson Rosa Viana
Jeremias Silva Santos
Paulo César dos Santos Garras

Colaboração
Carlos Eduardo Muniz Abdala
Karla Serra Amorim
Marcio André Ramos Bittencourt

Revisão
Ana Tereza Bouéres Rodrigues Noronha
Angélica Maria Frazão Sousa
Daniele de Fátima Amorim Silva
Wiron Pereira Borgea Junior

Normalização
Virginia Bittencourt Tavares da Costa Neves

Apoio
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica da Baixada Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2013.

V. 2: il; 593 p.

ISBN 978-85-61929-15-2

1. Enciclopédia – Municípios – Maranhão. I. Titulo

030(812,1-21)

Av. Senador Vitorino Freire Nº 01 – Qd. 36 – Areinha. Ed. Jonas Martins Soares, 4º Andar
São Luís – Maranhão CEP. 65.030-015
Fone: (98) 3221 1023 Fax. (98) 3221 2504 / 3221 1023
Site: www.imesc.ma.gov.br

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento a sua função institucional de produzir estudos e pesquisas que tenham como finalidade o aprimoramento do conhecimento técnico-científico, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, dando prosseguimento a abordagem de um melhor conhecimento da realidade socioeconômica e cultural do Estado do Maranhão, disponibiliza o Volume II da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses, com foco na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense, composta de 21 municípios.

Este trabalho resgata e atualiza aspectos históricos culturais, geográficos, econômicos e sociais, detalhando em análises específicas, assuntos pertinentes a cada um dos municípios que compõem a Microrregião da Baixada Maranhense.

Através desta publicação o IMESC dá continuidade ao projeto da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses (21 microrregiões) e disponibiliza aos gestores, pesquisadores e estudiosos e demais segmentos interessados, dados de referência para diversas pesquisas.

João Bernardo de Azevedo Bringel

Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Árvore genealógica da Baixada Maranhense.....	37
	Anajatuba	
Figura 2 -	Palmeira de anajá – 2010.....	43
Figura 3 -	Babaçual ao fundo e campos inundáveis – 2012.....	47
Figura 4 -	Planta da cidade – 2007.....	48
Figura 5 -	Avenida João Pereira de Aragão – 2012.....	49
Figura 6 -	Praça Cívica – 2012.....	49
Figura 7 -	Unidade Mista Santa Maria – 2012.....	54
Figura 8 -	Igarapé Troitá – 2012.....	60
Figura 9 -	Igreja Matriz – 2009.....	62
Figura 10 -	Gráfico da distribuição da população por religião – 2010.....	63
	Arari	
Figura 11 -	Rio Mearim – 2012.....	75
Figura 12 -	Planta da cidade – 2012.....	76
Figura 13 -	Vista parcial da Avenida João Lima – 2012.....	77
Figura 14 -	Praça Nossa Senhora das Graças – 2012.....	77
Figura 15 -	Gráfico dos estabelecimentos segundo a condição do produtor - 2006.....	80
Figura 16 -	Gráfico da área segundo a condição do produtor – 2006.....	81
Figura 17 -	Gráfico da lavoura temporária – 2006.....	86
Figura 18 -	Gráfico da lavoura temporária – 2011.....	87
Figura 19 -	Casas em estilo Colonial – 2012.....	92
Figura 20 -	Surf na Pororoca – 2009.....	94
Figura 21 -	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Graças – 2012.....	95
Figura 22 -	Gráfico da distribuição da população por religião – 2010.....	96
Figura 23 -	Bitas – 2012.....	99
	Bela Vista do Maranhão	
Figura 24 -	Planta da cidade – 2007.....	108
Figura 25 -	BR 316 – 2012.....	108
Figura 26 -	Rua do Comércio – 2012.....	109
Figura 27 -	Av. São José – 2012.....	109
Figura 28 -	Gráfico da lavoura temporária – 2006.....	117
Figura 29 -	Gráfico da lavoura temporária – 2011.....	117
Figura 30 -	Igreja Matriz – 2012.....	122
	Cajari	
Figura 31 -	Visão parcial do Lago Cajari - 2012.....	130
Figura 32 -	Casas a margem do lago Cajari – 2012.....	131
Figura 33 -	Planta da cidade – 2007.....	131
Figura 34 -	Rebanho bubalino – 2012.....	138
Figura 35 -	Igreja Católica – 2012.....	142

Conceição do Lago-Açu
Figura 36 - Lago-Açu – 2012..... 151
Figura 37 - Rua Grande – 2012..... 152
Figura 38 - Planta da cidade – 2007..... 153
Figura 39 - Praça da Matriz – 2012..... 153
Figura 40 - Pesca artesanal no Lago Açu – 2012..... 163
Figura 41 - Trecho do rio Mearim no povoado Santo Antonio – 2012..... 164
Figura 42 - Igreja matriz – 2012..... 165
Figura 43 - Quadra poliesportiva – 2012..... 167
Igarapé do Meio
Figura 44 - Planta da cidade – 2007..... 176
Figura 45 - Av. Nagib Haickel, parte da rodovia MA 222 – 2012..... 177
Figura 46 - Rua do Comércio – 2012..... 177
Figura 47 - Praça da Prefeitura – 2012..... 178
Figura 48 - Gráfico da lavoura temporária – 2006..... 185
Figura 49 - Gráfico da lavoura temporária – 2011..... 185
Figura 50 - Igreja Matriz – 2012..... 190
Matinha
Figura 51 - Planta da cidade – 2007..... 201
Figura 52 - Arquitetura tradicional (Prefeitura Municipal) – 2011..... 201
Figura 53 - Praça próxima a igreja matiz – 2011..... 202
Figura 54 - Avenida Major Heráclito – 2011..... 202
Figura 55 - Vista aérea da sede municipal – 2011..... 203
Figura 56 - Igreja de São Sebastião - 2011..... 214
Monção
Figura 57 - Planta da cidade - 2007..... 224
Figura 58 - Rua Primeiro de Maio – 2012..... 225
Figura 59 - Rua da Liberdade – 2012..... 225
Figura 60 - Prefeitura de Monção – 2012..... 226
Figura 61 - Gráfico da lavoura temporária – 2006..... 234
Figura 62 - Gráfico da lavoura temporária – 2011..... 234
Figura 63 - Rio Pindaré, trecho próximo a cidade de Monção – 2012..... 238
Figura 64 - Igreja Matriz de São Francisco Xavier – 2012..... 240
Figura 65 - Carnaval monçoence – 2011..... 242
Figura 66 - Dança Portuguesa – 2011..... 243
Figura 67 - Entrada da cidade, ponte sobre o rio Pindaré – 2012..... 244
Olinda Nova do Maranhão
Figura 68 - Planta da cidade – 2007..... 251
Figura 69 - Vista Parcial da Rodovia MA 014, denominada no município de Av. Principal – 2013..... 252
Figura 70 - Vista Parcial da praça Edson P. Castro – 2013..... 252
Figura 71 - Gráfico da distribuição de alunos por modalidade de ensino – 2010.. 257
Figura 72 - Igreja de São Benedito – 2013..... 263

Palmeirândia
Figura 73 - Planta da cidade – 2007 271
Figura 74 - Vista parcial da praça de eventos – 2012 272
Figura 75 - Av. Mal. Eurico Dutra – 2012 272
Figura 76 - Gráfico da lavoura permanente – 2006 280
Figura 77 - Gráfico da lavoura permanente – 2011 281
Figura 78 - Vista parcial do ambiente lacustre – 2011 283
Figura 79 - Igreja de Santo Antônio – 2011 285
Pedro do Rosário
Figura 80 - Monumento construído onde surgiu o povoado Pedro do Rosário – 2011 294
Figura 81 - Planta da cidade – 2007 296
Figura 82 - Vista parcial da MA 006, na sede de Pedro do Rosário – 2011 296
Figura 83 - Vista parcial da Praça Gonçalo Nunes Borges – 2011 297
Figura 84 - Igreja dedicada a São Pedro e Nossa Senhora do Rosário – 2011 309
Penalva
Figura 85 - Vegetação de teso – 2012 318
Figura 86 - Planta da cidade – 2007 319
Figura 87 - Vista aérea da cidade – 2012 320
Figura 88 - Centro de Ensino José Joaquim Marques – 2012 326
Figura 89 - Pesca no lago – 2012 331
Figura 90 - Lago Capivari – 2012 332
Figura 91 - Ilha flutuante no lago Formoso – 2012 333
Figura 92 - Um dos igarapés – 2012 334
Figura 93 - Céu refletindo no lago – 2012 334
Figura 94 - Igreja matriz dedicada a São José – 2012 336
Peri-Mirim
Figura 95 - Planta da cidade – 2007 346
Figura 96 - Centro Urbano – 2007 347
Figura 97 - Avenida Principal – 2011 347
Figura 98 - Prefeitura municipal – 2011 348
Figura 99 - Casarão antigo – 2011 348
Figura 100- Imagem de São Sebastião – 2011 359
Figura 101 - Igreja matriz de São Sebastião – 2011 360
Pinheiro
Figura 102 - Área aplainada com algumas depressões alagadas – 2011 369
Figura 103 - Trecho do rio Pericumã – 2011 370
Figura 104 - Vegetação nos tesos – 2011 371
Figura 105 - Planta da Cidade – 2011 372
Figura 106 - Praça José Sarney – 2011 372
Figura 107 - Avenida Tarquino Lopes – 2011 373
Figura 108 - Carnaval em Pinheiro – 2010 385
Figura 109 - Mercado municipal de Pinheiro – 2011 386
Figura 110 - Igreja Matriz – 2011 387

Presidente Sarney
Figura 111 - Planta da cidade – 2007..... 396
Figura 112 - Vista parcial da Av. Padre Luís Risso – 2011..... 396
Figura 113 - Vista parcial da praça – 2011..... 397
Figura 114 - Vista parcial da unidade de saúde São Carlos – 2011..... 401
Figura 115 - Gráfico de alunos por grau de formação – 2010..... 403
Figura 116 - Gráfico do valor da produção de origem animal – 2011..... 407
Figura 117 - Igreja de Nossa Senhora Aparecida – 2011..... 409
Santa Helena
Figura 118 - Vista parcial do rio Turiaçu – 2012..... 419
Figura 119 - Vista parcial da avenida central de Santa Helena- 2012..... 420
Figura 120 - Vista da Praça Santa Helena – 2012..... 421
Figura 121 - Planta da cidade – 2012..... 421
Figura 122 - Hospital municipal de Santa Helena – 2012..... 427
Figura 123 - Gráfico do valor da produção de origem animal – 2011..... 431
Figura 124 - Igreja Matriz de Santa Helena – 2012..... 434
Figura 125 - Barcos de transporte de passageiros – 2012..... 437
São Bento
Figura 126 - Planta da cidade – 2007..... 447
Figura 127 - Prédio colonial onde funciona a prefeitura – 2011..... 448
Figura 128 - Praça da antiga rodoviária – 2011..... 448
Figura 129 - Via pública – 2011..... 449
Figura 130 - Hospital São Bento – 2011..... 453
Figura 131 - Gráfico do valor da produção de origem animal – 2011..... 458
Figura 132 - Lagoa do Sororoca – 2011..... 461
Figura 133 - Igreja Matriz – 2011..... 462
Figura 134 - Largo do Remedinho – 2011..... 464
São João Batista
Figura 135 - Antigo Centro da cidade..... 471
Figura 136 - Antigo complexo escolar..... 472
Figura 137 - Casas no antigo centro da cidade..... 472
Figura 138 - Planta da cidade – 2007..... 474
Figura 139 - Avenida Getúlio Vargas – 2011..... 475
Figura 140 - Vista parcial da praça de eventos – 2011..... 475
Figura 141 - Hospital municipal – 2011..... 480
Figura 142 - Gráfico do valor da produção de origem animal – 2011..... 484
Figura 143 - Igreja de São João Batista – 2011..... 487
Figura 144 - Imagem de São João Batista – 2011..... 487
Figura 145 - Ginásio poliesportivo – 2011..... 490
São Vicente Ferrer
Figura 146 - Planta da cidade – 2007..... 498
Figura 147 - Rua Principal – 2011..... 498
Figura 148 - Praça arborizada – 2011..... 499
Figura 149 - Farol da educação – 2011..... 504

Figura 150 - Cartório eleitoral – 2011..... 510
Figura 151 - Igreja Matriz – 2011..... 511
Figura 152 - Palco da Praça de eventos – 2011..... 513
Viana
Figura 153 - Rua no centro histórico – 2012..... 525
Figura 154 - Ruína – 2012..... 525
Figura 155 - Lago de Viana – 2012..... 526
Figura 156 - Praça Dilu Melo – 2012..... 526
Figura 157 - Praça na área urbana – 2012..... 527
Figura 158 - Prefeitura municipal – 2012..... 528
Figura 159 - Planta da cidade – 2007..... 528
Figura 160 - Gráfico do percentual de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 532
Figura 161 - Do valor da produção de origem animal – 2011..... 538
Figura 162 - Atividade pesqueira – 2012..... 540
Figura 163 - "São Bilibeu" – 2003..... 542
Figura 164 - Participantes pintados de preto – 2003..... 542
Figura 165 - Participantes com animais – 2003..... 543
Figura 166 - Participante com ave – 2003..... 543
Figura 167 - Hotel Vianense – 2012..... 544
Figura 168 - Igreja matriz – 2012..... 545
Figura 169 - Estádio municipal Daniel Filho – 2012..... 548
Vitória do Mearim
Figura 170 - Planta da cidade – 2007..... 559
Figura 171 - Praça da Matriz no Período Junino – 2012..... 560
Figura 172 - Casas com Características Colônias – 2012..... 560
Figura 173 - Vista Parcial do Hospital Municipal – 2012..... 565
Figura 174 - Gráfico do valor da produção de origem animal – 2010..... 570
Figura 175 - Embarcações utilizadas na pesca – 2012..... 572
Figura 176 - Vista parcial do rio Mearim na sede municipal – 2012..... 573
Figura 177 - Porto de Vitória do Mearim – 2012..... 574
Figura 178 - Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré – 2012..... 575
Figura 179 - Imagem de São Pedro preparada para a procissão fluvial - 2011..... 575

LISTA DE TABELAS

Anajatuba

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006..... 51
Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006..... 52
Tabela 3 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010..... 53
Tabela 4 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 56
Tabela 5 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011..... 58
Tabela 6 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011..... 59
Tabela 7 - Distribuição da população por religião – 2010..... 62
Tabela 8 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 64

Arari

Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006..... 79
Tabela 10 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 80
Tabela 11 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010..... 82
Tabela 12 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 85
Tabela 13 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 88
Tabela 14 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011..... 90
Tabela 15 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011..... 91
Tabela 16 - Distribuição da população por religião – 2010..... 96
Tabela 17 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 97

Bela Vista do Maranhão

Tabela 18 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006..... 111
Tabela 19 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 112
Tabela 20 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010..... 113
Tabela 21 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 117
Tabela 22 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 118
Tabela 23 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011..... 119
Tabela 24 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011..... 120
Tabela 25 - Distribuição da população por religião – 2010..... 122

Tabela 26 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010.....	123
	Cajari	
Tabela 27 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006.....	133
Tabela 28 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	134
Tabela 29 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	135
Tabela 30 -	Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária - 2006 e 2011.....	137
Tabela 31 -	Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2011.....	139
Tabela 32 -	Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011.....	140
Tabela 33 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	142
Tabela 34 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010.....	143
	Conceição do Lago-Açu	
Tabela 35 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006.....	155
Tabela 36 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	156
Tabela 37 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	156
Tabela 38 -	Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011.....	159
Tabela 39 -	Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011.....	160
Tabela 40 -	Efetivo dos rebanhos – 2000 e 2011.....	161
Tabela 41 -	Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011.....	162
Tabela 42 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	165
Tabela 43 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010.....	166
	Igarapé do Meio	
Tabela 44 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006.....	180
Tabela 45 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	181
Tabela 46 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	181
Tabela 47 -	Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011.....	185
Tabela 48 -	Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011.....	186
Tabela 49 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011.....	187
Tabela 50 -	Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011.....	188
Tabela 51 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	190

Tabela 52 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 191

Matinha

Tabela 53 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006..... 205

Tabela 54 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 206

Tabela 55 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010..... 207

Tabela 56 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 209

Tabela 57 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 210

Tabela 58 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2011..... 211

Tabela 59 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011..... 212

Tabela 60 - Distribuição da população por religião – 2010..... 213

Tabela 61 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 215

Monção

Tabela 62 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006..... 228

Tabela 63 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 229

Tabela 64 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010..... 230

Tabela 65 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 233

Tabela 66 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 235

Tabela 67 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011..... 236

Tabela 68 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011..... 237

Tabela 69 - Distribuição da população por religião – 2010..... 240

Tabela 70 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 241

Olinda Nova do Maranhão

Tabela 71 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006..... 254

Tabela 72 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 255

Tabela 73 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010..... 256

Tabela 74 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 259

Tabela 75 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 260

Tabela 76 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2011..... 261

Tabela 77 -	Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011.....	262
Tabela 78 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	264
Tabela 79 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010.....	265
	Palmeirândia	
Tabela 80 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006.....	274
Tabela 81 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	275
Tabela 82 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	276
Tabela 83 -	Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011.....	279
Tabela 84 -	Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente– 2006 e 2011.....	280
Tabela 85 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011.....	282
Tabela 86 -	Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011.....	283
Tabela 87 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	286
Tabela 88 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010.....	286
	Pedro do Rosário	
Tabela 89 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006.....	299
Tabela 90 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	300
Tabela 91 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	301
Tabela 92 -	Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011.....	304
Tabela 93 -	Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011.....	305
Tabela 94 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011.....	306
Tabela 95 -	Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011.....	307
Tabela 96 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	309
Tabela 97 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010.....	310
	Penalva	
Tabela 98 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006.....	322
Tabela 99 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	323
Tabela 100 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	324
Tabela 101 -	Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011.....	328

Tabela 102 -	Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente - 2006 e 2011.....	329
Tabela 103 -	Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2011.....	330
Tabela 104 -	Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011.....	331
Tabela 105 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	337
Tabela 106 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010.....	338
	Peri-Mirim	
Tabela 107 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006.....	350
Tabela 108 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	351
Tabela 109 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	352
Tabela 110 -	Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011.....	354
Tabela 111 -	Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011.....	355
Tabela 112 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011.....	356
Tabela 113 -	Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011.....	357
Tabela 114 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	360
Tabela 115 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010.....	361
	Pinheiro	
Tabela 116 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006.....	375
Tabela 117 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	376
Tabela 118 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	377
Tabela 119 -	Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011.....	380
Tabela 120 -	Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011.....	381
Tabela 121 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011.....	382
Tabela 122 -	Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011.....	383
Tabela 123 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	387
Tabela 124 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010.....	388
	Presidente Sarney	
Tabela 125 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006.....	399
Tabela 126 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	400
Tabela 127 –	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	401

Tabela 128 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 404
Tabela 129 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 405
Tabela 130 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011..... 406
Tabela 131 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011..... 408
Tabela 132 - Distribuição da população por religião – 2010..... 410
Tabela 133 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 411
Santa Helena
Tabela 134 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006..... 424
Tabela 135 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 425
Tabela 136 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010..... 426
Tabela 137 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 429
Tabela 138 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 430
Tabela 139 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011..... 431
Tabela 140 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011..... 432
Tabela 141 - Distribuição da população por religião – 2010..... 435
Tabela 142 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 436
São Bento
Tabela 143 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006..... 451
Tabela 144 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 452
Tabela 145 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010..... 453
Tabela 146 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 456
Tabela 147 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 457
Tabela 148 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011..... 458
Tabela 149 - Quantidade e valor da produção extrativa vegetal – 2011..... 459
Tabela 150 - Distribuição da população por religião – 2010..... 462
Tabela 151 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 463
São João Batista
Tabela 152 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006..... 477

Tabela 153 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 478
Tabela 154 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010..... 479
Tabela 155 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 482
Tabela 156 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 483
Tabela 157 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011..... 484
Tabela 158 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011..... 485
Tabela 159 - Distribuição da população por religião – 2010..... 488
Tabela 160 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 489

São Vicente Ferrer

Tabela 161 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006..... 501
Tabela 162 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 502
Tabela 163 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010..... 503
Tabela 164 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 506
Tabela 165 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 507
Tabela 166 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011..... 508
Tabela 167 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011..... 509
Tabela 168 - Distribuição da população por religião – 2010..... 511
Tabela 169 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 512

Viana

Tabela 170 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006..... 531
Tabela 171 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 532
Tabela 172 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010..... 533
Tabela 173 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 536
Tabela 174 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 537
Tabela 175 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011..... 538
Tabela 176 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011..... 539
Tabela 177 - Distribuição da população por religião – 2010..... 545
Tabela 178 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 546

Vitória do Mearim

Tabela 179 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras -2006..... 562
Tabela 180 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006..... 563
Tabela 181 - Distribuição da População residente – 2000 e 2010..... 564
Tabela 182 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011..... 568
Tabela 183 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011..... 569
Tabela 184 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011..... 570
Tabela 185 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011..... 572
Tabela 186 - Distribuição da população por religião – 2010..... 576
Tabela 187 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010..... 577

LISTA DE SIGLAS

ALUMAR -	Consórcio de Alumínio do Maranhão
ANATEL -	Agência Nacional de Telecomunicações
APA -	Área de Proteção Ambiental
AVC -	Acidente Vascular Cerebral
BPC -	Beneficio de Prestação Continuada
CAEMA -	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CAPS -	Centro de Atenção Psicossocial
CEMAR -	Companhia Energética do Maranhão
CRAS -	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS -	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRPM -	Serviço Geológico do Brasil
DPHAP/MA -	Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão
DSTs -	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EJA -	Educação de Jovens e Adultos
EJAD -	Educação de Jovens e Adultos na Diversidade
ESF -	Programa Estratégia Saúde da Família
ETC -	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FACAM -	Faculdade Cândido Mendes
FESMAP -	Festival de Músicas Pinheirenses
FVJ -	Faculdade do Vale do Jaguaribe
GDE -	Gênero e Diversidade na Escola
GTA -	Grupo Tático Aéreo do Governo do Estado
HIV -	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDM -	Índice de Desenvolvimento Municipal
IESB -	Instituto de Educação Superior do Brasil
IFMA -	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IMESC -	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JEPs -	Jogos Escolares
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NASF -	Núcleo de Assistência a Saúde da Família
PAC/ASEF -	Programa de Atenção a Criança/ Ação Sócio- educativa com a Família
PAIF -	Programa de Atenção Integral à Família
PETI -	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB -	Produto Interno Bruto
SAAE -	Sistema Autônomo de Água e Esgoto

SEDUC/MA -	Secretaria Estadual de Educação
SENAC -	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SIAB -	Sistema de Informação de Atenção Básica
SUS -	Sistema Único de Saúde
TFD -	Tratamento Fora do Domicílio
TSE -	Tribunal Superior Eleitoral
UAB -	Universidade Aberta do Brasil
UEMA -	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA -	Universidade Federal do Maranhão
UTI -	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1	**INTRODUDUÇÃO**.....	23
2	**ABRANGÊNCIA AMBIENTAL DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA BAIXADA MARANHENSE**.....	27
2.1	**Anajatuba**.....	39
2.2	**Arari**.....	67
2.3	**Bela Vista do Maranhão**.....	101
2.4	**Cajari**.....	125
2.5	**Conceição do Lago-Açu**.....	145
2.6	**Igarapé do Meio.**.....	169
2.7	**Matinha**.....	193
2.8	**Monção**.....	217
2.9	**Olinda Nova do Maranhão**.....	245
2.10	**Palmeirândia**.....	267
2.11	**Pedro do Rosário**.....	289
2.12	**Penalva**.....	313
2.13	**Peri-Mirim**.....	341
2.14	**Pinheiro**.....	363
2.15	**Presidente Sarney**.....	391
2.16	**Santa Helena**.....	413
2.17	**São Bento**.....	439
2.18	**São João Batista**.....	467
2.19	**São Vicente Ferrer**.....	491
2.20	**Viana**.....	517
2.21	**Vitória do Mearim**.....	551
	REFERÊNCIAS.....	579
	ÍNDICE.....	583

1 **INTRODUÇÃO**

Surgido da ideia de uma publicação contextualizada em uma fotografia social, econômica, política, regional e geográfica do Estado do Maranhão, a Enciclopédia dos Municípios Maranhenses pretende deixar, em volumes, informações capazes de fornecer subsídios detalhados sobre os municípios do Estado.

Este segundo volume apresenta os resultados de um estudo sobre a distribuição territorial dos municípios da Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Para tanto, além da preocupação com a organização do espaço político administrativo do Estado, foram sendo respeitadas as expressões culturais maranhenses, que vêm se perdendo gradativamente, razão pela qual vários termos, em que pesem expressões outras, foram conservados, com a característica regional maranhense, a exemplo da juçara, um dos produtos básicos e rico em proteínas que, em outros Estados, é conhecida como açaí, além de outras expressões.

Fez-se a opção de organizar o trabalho por municípios, que representam na estrutura desse volume, os capítulos.

Por zelo com a informação, foi respeitada a distribuição política da Microrregião, portanto, não foram incluídos três municípios que, apesar de estar na Baixada Maranhense: Cajapió, Bacurituba e Bequimão, foram incluídos na Microrregião Geográfica do Litoral Ocidental Maranhense, explicitados no primeiro volume desta Enciclopédia.

Ressalta-se que, algumas informações econômicas se apresentam, praticamente, desatualizadas, pelo fato de serem os últimos dados informados pelo Órgão Oficial (IBGE), como: os relacionados ao uso da terra e condição do produtor, que se referem a 2006, ano do último censo agropecuário. Outros abordam 2010, como a população e outros estão atualizados, pois citam 2013.

A pesquisa foi realizada, entre 2011 e 2013, e se desenvolveu em duas etapas: pesquisa bibliográfica, no escritório e trabalho de campo, onde foram realizadas as aplicações de questionários em órgãos públicos da capital e em cada município da Microrregião. Outra estratégia, para captação de dados, foi a das conversas informais com moradores, com vista a resgatar o histórico da evolução do lugar, principalmente dos 160 municípios criados entre 1960 e 1995, cujos históricos do processo de ocupação não foram, ainda, publicados.

Explicita-se que, o teor das questões consta de indagações socioeconômicas e outros aspectos relevantes para o trabalho; contudo, respeitando a realidade de cada município.

Do trabalho de campo obteve-se também um acesso de aproximadamente 150 fotografias de paisagens, lugares, economia, além do brasão e bandeira de vários municípios.

Destaca-se o potencial turístico, lazer, folclore e lendas que projetam à imaginação, bem como o retrato bucólico do município.

Aqueles municípios que não estão informadas, bandeira, brasão, hinos (letra e partitura) é que não foram fornecidos; inclusive, há municípios novos que ainda não os possuem ou estão em fase de elaboração; é o caso também do santo padroeiro que dois municípios ainda não escolheram.

Ao proceder-se à análise adotou-se o critério de arredondamento dos percentuais; para mais, a partir de 0,50% e para menos a partir de 0,49%.

Publicado, obviamente que será distribuído a órgãos públicos e a cada município, a cujos dirigentes o IMESC agradece a chancela e a atenção dada à sua equipe, sem a qual não teria cumprido mais uma etapa da meta traçada para a publicação da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses.

Nosso Lago[1]

Marcos Eduardo Maciel Franco[2]

Dê licença meu senhor
Pra uma história eu contar
Dos nossos lagos, tão bonitos
Porque deles precisamos cuidar

Nossas festas são bonitas
Galo, vaquejada e São Gonçalo
Mas minha gente! Olhe lá!
Uma tragédia pode começar

Embalagens, pets e latas
Tudo isso é destruição
Não fica bem em nossos campos
Tapete verde ao lado de lixão

Nosso campo é maravilhoso
Santaninha por exemplo,
Com sua água cristalina,
Tem beleza que nos anima

Muitas pessoas sem noção
Não veem perigo onde estão
Plantam arroz no lago
De pena, nos corta o coração
Aqui termino esta prosa
Pedindo as nossas autoridades
Que pensem no futuro do lago
Com mais compromisso e responsabilidade

[1]Atividade avaliativa escolar em literatura de cordel.
[2]Aluno da escola José Pereira Gomes, município de Viana.

2 ABRANGÊNCIA AMBIENTAL DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA BAIXADA MARANHENSE

A Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense limita-se ao Norte com a Microrregião Geográfica do Litoral Ocidental Maranhense; ao Oeste com as Microrregiões Geográficas do Gurupi e do Pindaré; ao Sul com a Microrregião Geográfica do Médio Mearim e ao Leste com as Microrregiões Geográficas de Rosário o do Litoral Ocidental Maranhense.

Suas coordenadas geográficas são: Norte município de Santa Helena Latitude -02°02’23”, Longitude -45°11’31”; Oeste município de Santa Helena Longitude -45°38’30”, Latitude -02°36’07”; Sul município de Conceição do Lago-Açu Latitude -03°55’06”, Longitude -44°51’55”; Leste município de Anajatuba Longitude -44°51’55”, Latitude -03°55’06” (Mapa 01).

A Baixada Maranhense é uma região de aproximadamente 20.000 km² (Costa 1982.30) compreendida a partir do Golfão Maranhense e o curso inferior dos Rios Mearim, Pindaré e Grajaú, curso médio do Rio Turiaçu e Bacia do Pericumã.

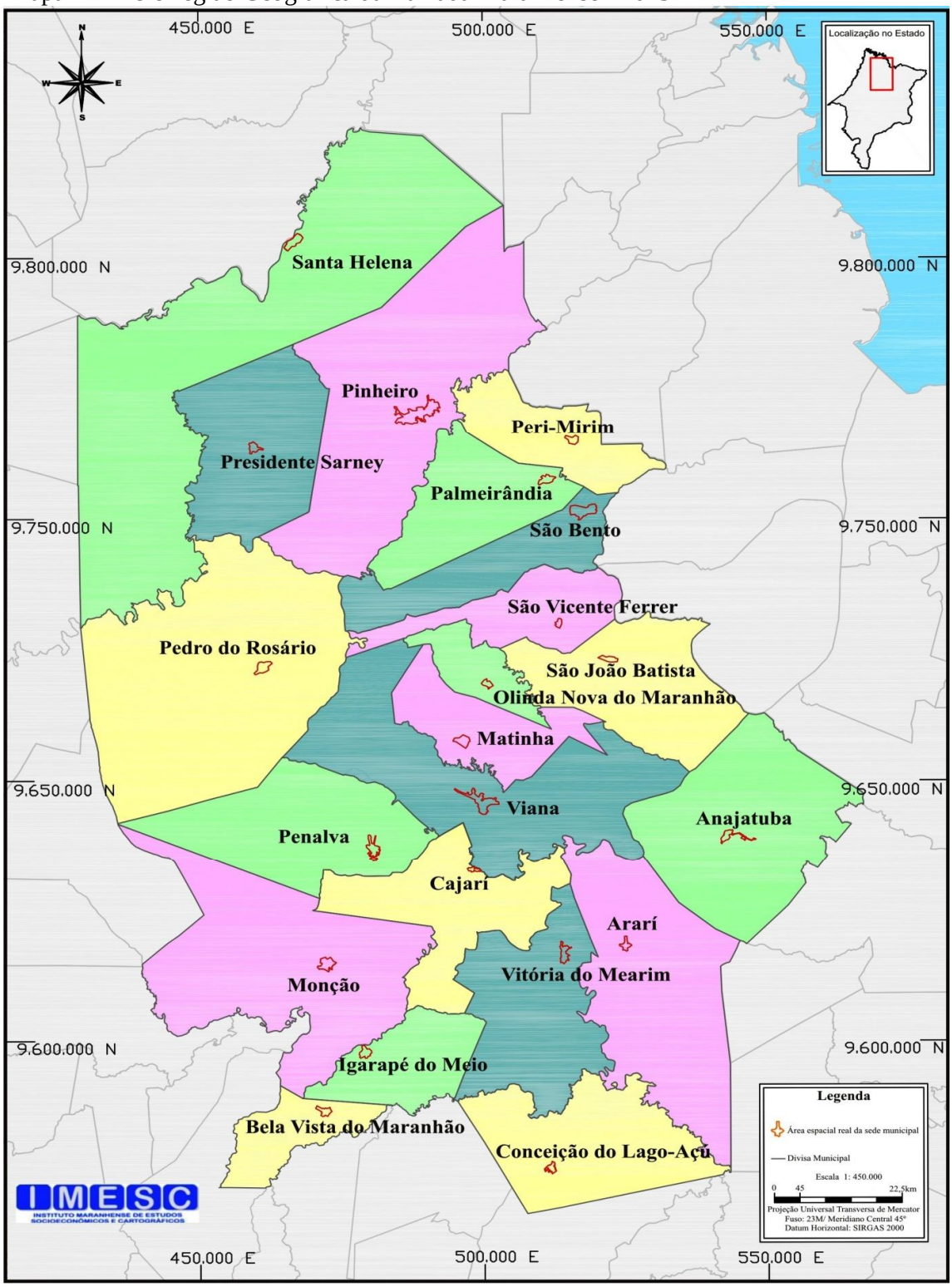
Lopes (1970-120) explicita que: “É sem dúvida em torno do Golfo que mais se estende a Baixada Maranhense formando os vastos campos aluviais, salpicados de lagos em rosário. Esses campos podem ser vistos numa linha que passa perto de Santa Helena, Engenho Central (atual Pindaré Mirim), foz do Grajaú, Pombinhas (campo entre os rios Itapecuru e Mearim), Vargem Grande e Icatu”.

A Baixada Maranhense tem como característica ser uma depressão em forma de uma extensa concha alongada que progressivamente, ainda que lentamente, se reduza graças ao trabalho incessante de sedimentação provocada pelos rios, por conseguinte, essas terras, parcialmente alagadas têm sua historia geológica representada por sedimentos antigos e recentes.

Origem da Baixada Maranhense

A última regressão marinha possibilitou a formação de um golfo na região costeira do Maranhão. Quando do surgimento do Arco Ferrer Urbano Santos, na última fase do Cenozóico, o Plioceno, as rochas sedimentais pressionadas pelo Arco Ferrer Urbano Santos se soergueram formando uma grande Barreira entre Alcântara e Icatu e, em conse-

Mapa 1 - Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense - 2013



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

quência disso, o golfo se interiorizou e, isolado do mar, transformou-se num imenso lago, inicialmente salgado, depois salobro e doce (FERNANDES, 1946 p.30).

"Nesse tempo, o Grajaú, o Mearim e o Pindaré eram ínfimos ribeiros que ensaiavam os primeiros passos abrindo timidamente seus leitos em terras já abandonadas por aquelas agitadas águas" (FERNANDES, 1946, p.30).

"As águas do lago e as fortes correntes oceânicas do Atlântico, como dois potentes aríetes, por outro lado continuaram a bater as terras que se separam e... tanto fizeram que, certa vez entre as barreiras de Icatu e o costão de Alcântara a muralha cedeu e a massa líquida se confraternizou com o oceano (FERNANDES, 1946, p.45)."

Surgiu assim, o espaço que gradativamente sedimentado pelas aluviões trazidos pelos rios deram início aos campos da Baixada.

Da resistência da barreira ficaram como testemunhas as ilhas do Maranhão, do Medo, Duas Irmãs, Carapirá, Tauá-Mirim, Tauá-Redondo, Livramento, Cajual, das Pacas, verdadeiros fragmentos ou farelões. Prova disso é a constituição sedimentar da ilha do Maranhão que é a mesma das barreiras de Alcântara e Icatu (FERNANDES, 1946).

Com o recobrimento colossal da barreira e a regressão da massa líquida do lago, surgiram novos aspectos possibilitando aos rios Pindaré, Mearim e Grajaú irem à busca de seu nível de base.

A paisagem

A geomorfologia da Baixada Maranhense se apresenta com campos inundáveis ou não, lagos, tesos e morros e, paisagisticamente, apresenta dois períodos um chuvoso de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro.

No período de estiagem, a paisagem se apresenta em forma de campos, lagos, tesos e morros. Nesse período, o espaço rural é monótono, a vegetação dos campos muda de tonalidade entre o verde, o amarelo e o marrom e, conforme o prolongamento do estio se incluem os lagos perenes, os tesos e os morros. Nesse período, a temperatura aumenta, a precipitação pluviométrica diminui gradativamente até desaparecer, o lençol freático reduz o volume, aumenta a perda de água e ocorre à percolação, os campos secam, pois as águas que os cobriam desapareceram transportadas através dos igarapés, córregos e outros sangradouros, dirigindo-se para os cursos inferiores dos rios da região para, finalmente, se confundirem com a massa líquida do Golfão.

Os lagos dão vazão à massa líquida que cobre os campos. Surge o capim verdejante e quando a estiagem se intensifica, o solo gretado formando torrões de argila que, às vezes, dificulta o desenvolvimento da gramínea e machucam os pés das pessoas menos adaptadas ao ambiente.

Lopes (1970, p.6) assim se expressa:

> Quanto à Baixada Maranhense, com os seus terrenos de aluviões, campos, ainda mal consolidados é como que o imenso aterro, resultante dos contínuos transportes, à conta dos terrenos das zonas altas. É mesmo uma "terra em formação" essa planície do Golfão Maranhense, com seus lagos em forma de rosário e as suas terra inundáveis.

Esse processo colabora para que, à medida que descem de nível as águas que cobrem os campos, surjam capins de marreca macios, além de numerosas graminhas, formando o imenso tapete verde.

Quando a estiagem se intensifica, o solo de aluvião nas áreas dos campos mal drenados, cujo sedimento é resultado dos contínuos transportes dos terrenos das zonas mais elevadas, se transformarem em torrões argilosos, fraturados, ressequidos, que dificultam profundamente a caminhada.

O período chuvoso acontece de janeiro a junho com maior intensidade entre abril e maio. Nesses meses, a paisagem se apresenta em forma de lagos, tesos e morros. Os campos inundados, pelo transbordamento dos lagos e dos rios, desaparecem em virtude do índice pluviométrico, alto e constante, do nível do lençol freático que se eleva e aflora impedindo a passagem da água das chuvas através dos poros dos solos (percolação), da infiltração, evapotranspiração e transpiração das plantas.

Nesse período, os lagos transbordam formando grandes conjuntos de massa líquida entremeadas pelos tesos, a esses conjuntos o homem rural chama de "mares".

Para dar ênfase ao espetáculo dos campos inundados, transcreve-se a seguir (FERNANDES, 1946, p.36):

> Tão grande é o volume dessas águas que transbordam, invadem os campos baixos e formando finalmente um mar de água doce, estabelecendo perfeita ligação das conchas entre si. Viajando sempre pelos campos de São Bento ou Pinheiro, pode-se alcançar em canoas empurrada à vara ou mesmo a remo, as cidades de Pinheiro, São Bento, São Vicente Ferrer, Peri-Mirim, Viana, Vitória do Mearim, Arari ou Anajatuba.
>
> A variada vegetação lacustre não raro embaraça o canoeiro, sendo às vezes necessário cortar o balsedo à frente da embarcação. "Um homem com terçado (um tipo de feição) à proa da ubá ou canoa, corta o mururu e as plantas aquáticas abrindo uma precária passagem.

Abstendo-se dos dois períodos paisagísticos, a Baixada Maranhense está representada pelos campos, tesos e morros. Pela sua complexidade, os campos e lagos são abordados em itens específicos: tesos e morros.

Tesos são as partes mais elevadas que entremeiam os campos, nos quais estão os lagos; eles são de formação mais antiga (período Terciário). Nos tesos estão localizadas todas as sedes municipais. É nos tesos que se encontra o espaço rural agrícola e a vegetação é mais densa e quando não antropisada adquire aspecto de mata.

Morros são ondulações colinosas que, embora pouco elevadas, se destacam devido à topografia plana dos campos. Nesse caso, estão às chapadas de Pinheiro, os morros de Peri-Mirim: Paraíso, Canoas, Centenário, Independência Onísia, Macacos, São Carlos, além de outros menores; de Anajatuba Guaxixa, de Vitória do Mearim: Marupí Grande, Marupizinho, Cajá do Engrácio, Santa Catarina, Pedra, Maracujá, Boa Vista e Garrote.

Campos

Classificam-se em baixos, mistos e altos e intercalam os lagos perenes.

Campos baixos são aqueles que estão sujeitos à inundação no período chuvoso; distribuem-se em campos de Pinheiro ou Pericumã, de São Bento ou Perizes, de São Vicente Ferrer, de Peri-Mirim, Pombinhas, Arari-Açu e Longá.

Campos mistos são aqueles que se inundam em parte, se localizam em Anajatuba e às margens do curso inferior do Rio Mearim. Campos altos ou dos tesos são os que não estão sujeitos à inundação e são encontrados em Cajapió e Santa Helena e é para esses campos se processa a transumância do gado no período das chuvas.

Enquanto os campos de Pinheiro se estendem permanentemente entre as chapadas de Pinheiro (morros em forma de chapadas), os campos altos de São Bento ou Perizes vão até os campos altos de Cajapió e Alcântara. Em se tratando dos campos de Viana, esses se intercalam entre os lagos de Rosário do Maracu e os campos de Pombinhas se alongam até o Médio Vale do Itapecuru, de Jundiaí até Peritoró.

Regime Limnográficos

Os lagos da Baixada Maranhense funcionam como coletores das águas pluviais e dos rios. No período das chuvas se distribuem em quatro grupos. Representam as partes mais

côncavas dessa grande depressão relativa que é a Baixada Maranhense e, estão separados pelos campos e estes separados entre si pelos tesos que são partes não sujeitas a inundação.

- Lagos de Viana - Viana, Maracaçumé, São José, Cajari, Aquiri, Capivari, Fugidos, Itãs, Lontras e Formoso. No período chuvoso esses lagos transbordam inundando os campos que os dividem transformando-se em um imenso lençol líquido - os “mares de Viana” -, após as chuvas, eles dão vazão para o canal de Gibiri e, posteriormente,ao rio Maracu que por sua vez deságua no Rio Pindaré.
- Lagos de Pinheiro - Cafundoca, Laguinho, Faveira, Grande, Tarira, Roque e Vitória que também, no período chuvoso, inundam os campos, unindo-se e formando os “mares de Pinheiro”. Esses lagos ao escoarem o fazem direto no Rio Pericumã.
- Lagos de Arari e Anajatuba - da Morte, Laguinho, Muquila, Jaburiú, Açutinga, Égua, Palmeiral e Barriguda. Tal como os lagos já mencionados, eles se unem, também, no período chuvoso e deságuam o excedente hídrico no Igarapé Boqueado que, por sua vez, deságua no Rio Mearim.
- Lagos de Conceição do Lago-Açu - Açu, Itãs, Novo, Carnaúba e Verde, próximo à foz do Rio Grajaú, para o qual deságuam após as cheias.

Além desses, há outros lagos que não fazem parte dos conjuntos citados, como Coqueiro em São João Batista e outros.

Flora e Fauna

Nesse palco ambiental, onde a natureza a cada seis meses apresentam um cenário especialmente diferente, vicejam uma flora e fauna que se adaptam e colaboram para a formação do ecossistema Baixada Maranhense.

Flora

A flora distribui-se nos campos, nos lagos e tesos. Nos campos e lagos se desenvolvem em perfeita harmonia, convivendo equilibradamente nesse ecossistema específico.

Nos tesos, especialmente nos mais extensos que se intercalam nos campos, se apresentam em forma de arbustos e árvores, às vezes, quando não antropisada com aspecto de mata: dentre as inúmeras espécies destacam-se: jatobá (*Himinacea courbaril*), angelim (*Hymenolobium petraem Dulse*), Sapucaia (*Leajthus pisoius camless*) tatajuba (*Bagassa geuanensis*) algodão bravo (*Hipomia fistulosa*), babaçu (*Orbignya martmiaua*) janaúba (*Himatanthus drastiaces*), além de outras.

Nos lagos, formando moitas flutuantes são encontrados (as): mururu (*Eichhornia crassipes*), aguapé (*Pentederia cordata*) considerada a vitória-régia maranhense, arroz bravo (*Andiopogam agam hacepensis*) e andré quicé (*Ichnan thus Barra Buriflorus*). Canarana (*Himenochne amplexicaulis*) peropas ou corticeiras (*Erythrina speciosa*) além de numerosas ninfeias[3], diversas articularias, salvinhas[4], lemnáceas[5], azéolas[6] que recobrem ás águas dando matizes lilases, amarelos e de outras cores no período da floração (FERNANDES, 1946).

Nas águas dos pântanos jazem submersas getôneas em consórcio com as coráceas, diatomáceas[7], clorofilaceas[8], possibilitando um bento[9] e plâncton[10] variadíssimo. Dependendo da profundidade emergem juncos (*Juncos effisus*) canarana, algodão bravo, barrobas, aningas (*mentrichardia linefera*), corteira e jamari (*Astrocaryun janari*) e uma diversidade significativa de vegetais hidrófilos. A aninga, a corticeira, a tabua e perobas (Typha dominguensis) preferem as margens dos rios.

O mururu, também conhecido como orelha de veado tem vida bentônica, prendendo-se ao fundo dos pântanos ou netônea, vagando conforme a corrente e o vento, quando as águas aumentam.

Plantas diversas, com um sistema de raízes esponjosas, formadas de inúmeros filamentos cheios de pelos, enredam-se e mantêm todo tipo de sedimentos e pequenos seres que representam em grande parte o plâncton lacustre. Consolidam-se na superfície das águas e formam balsedos com espessura considerável que, frequentemente, tomam o aspecto de ilhas flutuantes, como as observadas nos lagos de Penalva. Quando se consolidam, se transformam em aterrados que gradativamente assoreiam as conchas lacustres (FERNANDES, 1946).

[3] Planta aquática de margem dos rios e lagos.
[4] Planta aquática de margem dos rios e lagos.
[5] Planta que dão flores em forma de bulbo.
[6] Plantas herbáceas.
[7] Alga microscopia que vive na água ou na terra úmida.
[8] Algas de água doce de cor verde clara.
[9] Organismo que vive em substrato fixo ou não associado a sedimentos.
[10] Formação de organismo microscópico uni ou pluricelular.

Nas estiagens prolongadas, o homem que convive com os campos costuma queimar esses aterrados que ardem, às vezes, meses consecutivos tornando-se um grave perigo para o gado (FERNANDES, 1946).

De baixo do conjunto formado pela vegetação lacustre, fica sempre um lodo de consistência vária, onde se alojam jejus (*Hoplery thrinus unitaeniatus*), traíras (*Hoplias malabaricus*), tamboatas (*Callichthys callichthys*), muçum (*Synbranchus marmoratus*), poraquê (*Electrophorus electricus*) o peixe elétrico e curicidios diversos. A cangapara de longo pescoço (*Hydrapis trilarii*), a capinga (*Trachemys adretrix*) e mussuãs (Rinosternon scorpiodes) estão ali no seu elemento predileto.

Nos campos, além da gramínea surgem moitas e arbustos conhecidos popularmente por “ilhas” ou “ilhotas”; ali estão o crivizeiro (*Mouriri cauliflora DC*), a urucurama (*Croton urucarama*), jenipapeiro (*Gempa americana*) e amapá (*Parabroncomar fascículata*); estes dois últimos conseguem sobreviver por vários meses com raízes submersas e, na época da floração, perfumam o ambiente.

Fauna

Embora algumas espécies lacustres sejam encontradas nos rios e vice-versa, a fauna entre esses dois ambientes é específica. Na fauna lacustre, idêntica e numerosa em toda a Baixada Maranhense, dominam os etnobrauchios, dentre os quais: a curimatá (*Prochilodus serofa*), traíra (*Hoplias malaparoaus*), piranha (*Serralamus nalttereri*), acarai *(Geophagus brasilienses*) piau (*Eleporimis obtusideus*), tapiaca (*Curimata cyprinoides*), piaba (*Manihot esculenta crantz*), jeju (*Hoplerythinus enitaeniaus*) e anojado (*Pygidium brasilienses*).

Nos rios vivem o surubim (*Pseudo plantintoria corruscans*) o lírio (Ageneiosus spp), o mandubé (*Ageneiosus dentatus kner*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), pescadinha (*Manodor anaflodom*), mandi (*pmelodus app*), cascudo espada (*Loricaria teinsdeuchincri*) também conhecido como peixe viola, arraia (Brycon SP) jacaré (*Caiman yacare*), sucuri (*Eunectes murinus*); estes dois últimos representam ameaça aos pescadores e ao gado quando estes vão ao bebedouro.

No leito das enseadas são observadas, ainda que em menor freqüência, as capivaras (*Hydrochoerus hydrochoeris*) e as lontras (*Lutra longicaudis*).

Nos campos estão numerosos quelônios, especialmente nos balsedos, seu habitat. Uma variedade abundante de moluscos povoa essas águas. Os itãs (*mytella falcata*[11]), carões (*Amarus scolopsceos Gm*) e uma variedade de enxames de insetos que em determinados período maltratam a população e os animais. Ofídios são numerosos; jurará (*Podocnenus expansa*), aves ribeirinhas e lacustres como pato (*Anas platyrhynchos*), marreca (*Anas platyrhychus*), paturi (*Neta erythrophthalma*), ararapá (*Cochliapius cochlearius*), taquiri (*Wisadulta amplissinus*) mergulhão (*Mergus octossetaeeeur*), socó (*Tigresonia loneatum*), garça branca (*Ardea Alba*), garça morena (*Egretta caerulea*) jaburu (*Jaburu mycteria*), jaçanã (*Parra jucunã*), carão (*Aramus guaraúna*), tetéu (*Vanellus chilensis*) e emas (*Rhea americana*) embora rara.

Nas muitas "ilhas" dos campos estão: o anu (*Crotopliaga ani*), alma-de-gato (*Paya cayana*), mutum (*Pauximitu*), além de inúmeras outras aves.

A fauna dos tesos foi praticamente dizimada através dos séculos, pelas atividades predatórias dos caçadores. Os animais que restam, são das mesmas espécies encontradas na planície.

O homem e a ocupação do espaço

Toda a Baixada Maranhense, exceto Anajatuba que se desmembrou de Itapecuru – Mirim, pertencia a Alcântara, era espaço rural desse município[12] para o qual migraram portugueses e açorianos deixando ali contribuições sociais, culturais, étnicas e econômicas significativas.

Compondo esse universo, o homem ainda que esquecido e sem políticas públicas edificantes e dignas, procede às mudanças no espaço rural entre lagos e campos, dedicando-se na luta pela pecuária. São vaqueiros morando, em sua grande maioria, em palafitas, convivendo com a inclemência da natureza quando das grandes enchentes dos campos ou estiagens prolongadas; é o pescador utilizando embarcações de tecnologia antiga, em que pesem algumas motorizadas, porém rudimentares, às vezes com cobertura de palha de babaçu tão comum nos lagos de Viana; é o artesão, tecendo utensílios ou instrumentos rudimentares de pesca.

[11]Espécie de concha bivalve encontrada nas areias dos rios, mexilhão.
[12]Demonstrado na árvore genealógica no inicio deste trabalho.

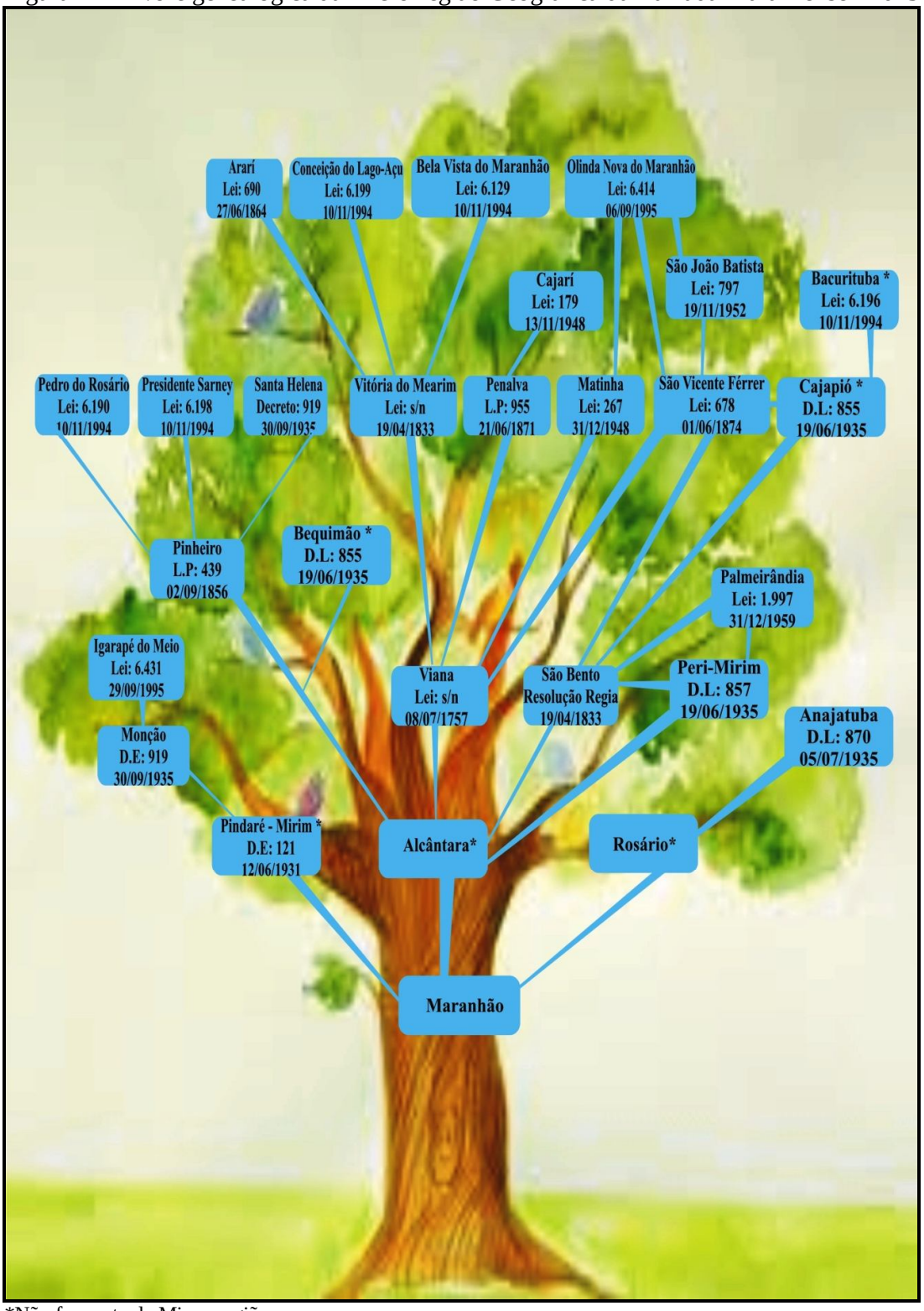
Para evolução dos povoados, esse homem aproveitou sabiamente os grandes tesos, cujos espaços mais tarde se transformaram em sedes e/ou áreas urbanas dos municípios. Quando oportuno, ele desenvolve nos tesos do espaço rural a agricultura de subsistência, mesmo que, sua grande maioria, com técnicas rudimentares, com destaque para a plantação/colheita da mandioca e do arroz como produtos mais importantes para sua sobrevivência.

Gradativamente as 21 cidades vão se desenvolvendo, favorecidas por estradas e transportes flúvio-marinhos e, assim, vão deixando o marasmo para traz, ainda que percam lentamente o bucolismo que as torna tão diferentes e tão atraentes.

Politicamente, a Baixada Maranhense está distribuída em 24 municípios; desses, três não fazem parte da Microrregião ora analisada, foram incluídos na Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense: Bequimão, Bacurituba e Cajapió (Figura 1).

Nesse aspecto, ressalta-se que o homem, quando organiza o espaço não o faz respeitando o meio ambiente, pelo contrário, determina os limites e divisas conforme a sua conveniência. Municípios como Pinheiro, Vitória do Mearim e Monção possuíam inicialmente grande extensão territorial; com os sucessivos desmembramentos deu origem a novos municípios, a saber: Pedro do Rosário e Presidente Sarney oriundos de Pinheiro, Bela Vista do Maranhão oriundo de Vitória do Mearim e de Igarapé do Meio cedido de Monção, que embora estejam na Baixada Maranhense, não possuem as características físico ambientais da Baixada Maranhense e, sim, da planície fluvial.

Figura 1 – Árvore genealógica da Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense - 2013



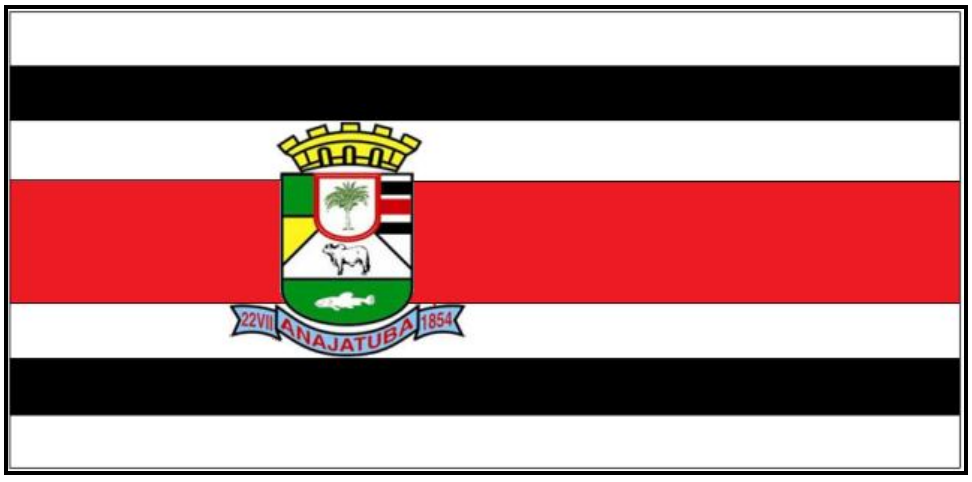
*Não faz parte da Microrregião
D.L = Decreto de Lei
D.E = Decreto Estadual
L.P = Lei Provincial
Fonte: IMESC

2.1 Anajatuba

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

A bandeira e o brasão

A bandeira e o brasão de Anajatuba foram instituídos pela Lei Municipal n° 12/90 Anexo n° 08 de autoria do Dr. Nelson Aragão. A bandeira cujas cores são vermelhas, preta e

branca significam as cores do Estado e de Anajatuba, ou seja, representam os povos colonizadores: o branco, o negro e o índio.

Ao centro da bandeira se encontra o brasão do município, com formato português e a Coroa Mural significa a cidade. As cores verde e amarelo representam as cores do Brasil. As cores preta e vermelho representam as cores do Estado e de Anajatuba. O escudo e a palmeira de anajá representam a origem do nome Anajatuba. O boi representa a riqueza principalmente a pecuária. A parte verde representa os campos de Anajatuba. O peixe a riqueza dos campos alagados, principal fonte de alimentação. A faixa em Azul com letras vermelhas a data da fundação da cidade.

Hino

Sê bendita, querida cidade
Na humildade da paz secular,
Cujos anos queremos louvar
Conclamando teu povo altaneiro
Que o passado em florões de saudade
Com amor te conserva e vigia
Sê bendito, torrão brasileiro
Bela vila de Santa Maria.

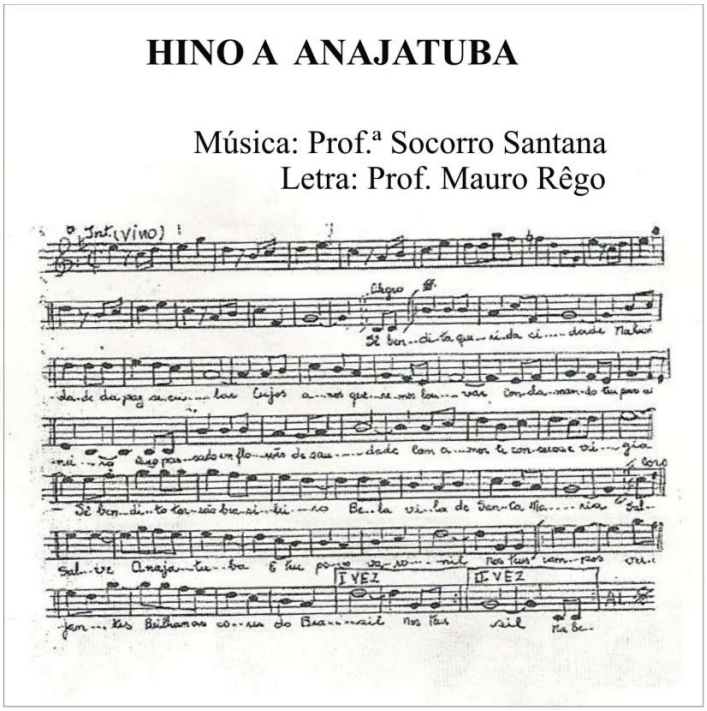
Salve! Salve! Anajatuba
E teu povo varonil
Nos teus campos verdejantes
Brilham as cores do Brasil (Refrão)

Na beleza do campo infinito
No aboio viril do vaqueiro
Tradições do povão brasileiro
Tu conservas, torrão muito amado
Pela cruz o teu povo Bendito
- Quando a sombra de ermida nascida
Fez crescer a riqueza do gado
Nesses Campos de Santa Maria
(Refrão)

A poesia que os índios cantavam
No jardim de tua noite estrelada
Fez de ti rara joia encravada
Na Esmeralda dos campos floridos
E onde outrora os Tupis te habitavam
O teu nome, por certo, Luzia
Por teus anos, tão longos vividos
Sob as bênçãos de Santa Maria.
(Refrão)

Desabrocham mil flores das ervas
Abre as palmas o belo anajá,
E o futuro, por certo dirá
No vigor de teus jovens agora
Que o passado fiel te conservas
Para a nossa grandeza e alegria
Pois louvamos, também, com outrora
O teu nome de Santa Maria
(Refrão)

Música: Profª. Socorro Santana
Letra: Prof. Mauro Rêgo



Partitura

Localização

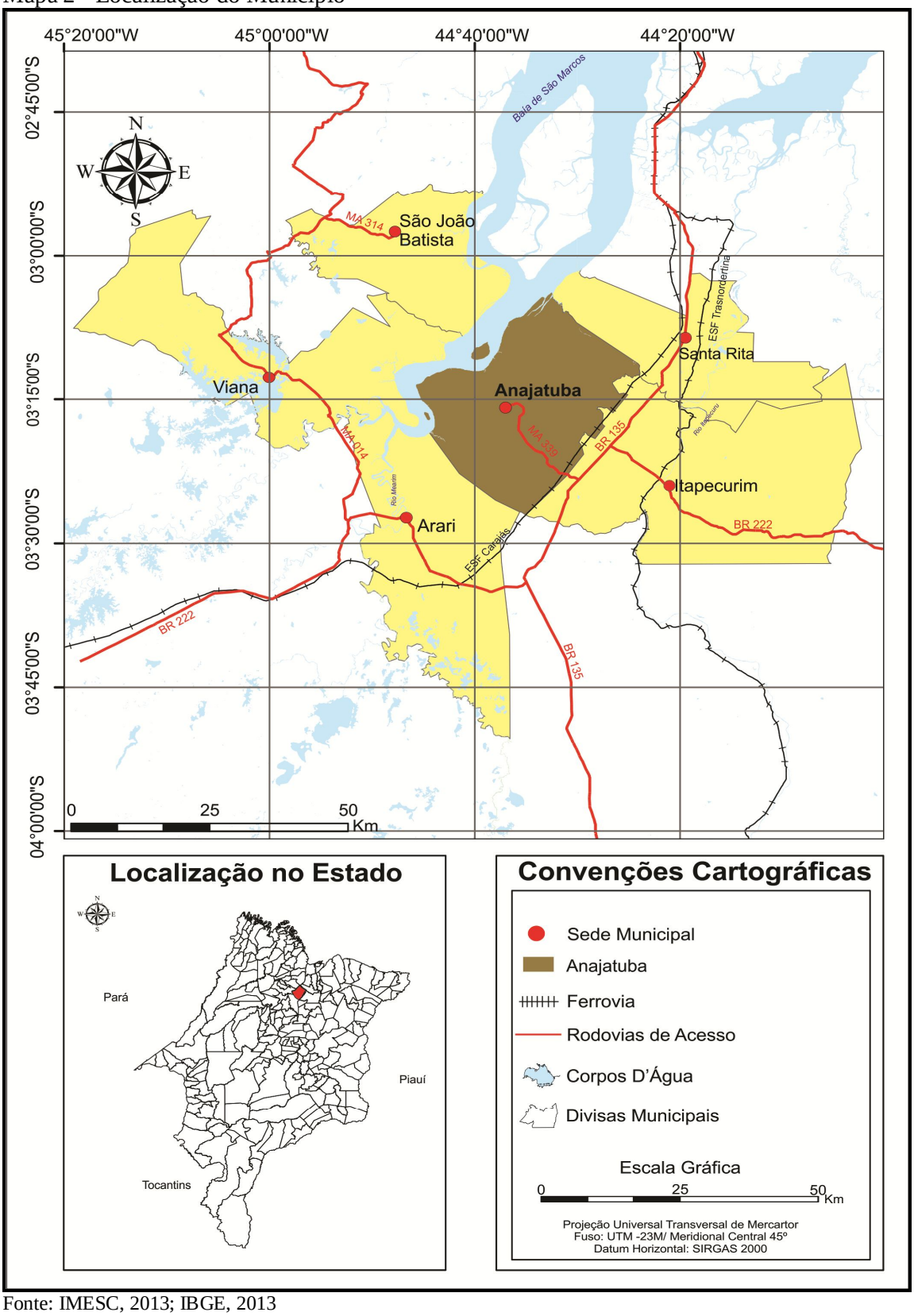
O Município Anajatuba está localizado na Baixada Maranhense e faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense. Limita-se: ao Norte com Cajapió e Santa Rita, a Oeste com Viana e Arari, ao Sul com Arari e Miranda do Norte, a Leste com Santa Rita e Itapecuru – Mirim.

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -03°03’00” de latitude e -44° 33’19” de longitude; Oeste -44°46’46” de longitude e -03°13’27” de latitude; Sul -03°27’44” de latitude e -44°31’43” de longitude; Leste -44°23’47” de longitude e -03°13’52” de latitude (Mapa 2).

Extensão

O município tem 1.116,9 km^2 classificando-se como 89° lugar em extensão, o que corresponde a 0,33% do território estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa o 17º lugar, com 2,12% de participação. Na Microrregião da Baixada Maranhense está no 6º lugar com 6,34% do território microrregional.

Mapa 2 - Localização do Município



Fonte: IMESC, 2013; IBGE, 2013

Processo de Ocupação

Considera-se como o início da ocupação do espaço de Anajatuba, uma aldeia de índios que no período colonial existiu naquele local cujos moradores, perseguidos pelos portugueses a fim de escravizá-los, foram se afastando de suas primitivas habitações, cedendo terreno aos colonos, que se fixaram na área à procura de lugares apropriados à criação do gado, estabelecendo-se assim, na terra dos índios que habitavam a taba Anajatuba.

Quanto à toponímia do lugar é resultado da língua tupi de seus primitivos habitantes, de onde foram escolhidas duas palavras que tivessem ligações com a terra. Assim, Anajatuba ficou composta de dois elementos brasílicos: ANAJÁ (espécie de palmeira, de nome cientifico *Maximiliana maripa*, que chega até 20 metros de altura e é abundante na região, Figura 2) e TUBA, que na língua tupi significa frequência, abundância, etc., e, portanto, quer dizer anajazal ou lugar abundante de anajás.

Figura 2- Palmeira de Anajá - 2010



Fonte: Flogão/Anajatuba

A formação do povoado, iniciada com o recuo dos gentios e a consequente ocupação de colonos portugueses, se processou lentamente, tendo crescido somente com a chegada de missionários da Companhia de Jesus, que se estabeleceram no lugar denominado

Companhia. Esses resolveram catequizar os índios, contribuindo desse modo para a caracterização territorial de Anajatuba.

Fatos Históricos

Elevada à categoria de vila e freguesia (Vila de Santa Maria de Anajatuba), pela Lei Provincial nº 359, de 22 de julho de 1854, Anajatuba tem como fundador o Comendador Joaquim José da Silva Rosa Filho. Foi desmembrada de Itapecuru – Mirim e compreendia além da povoação de mesmo nome, como Saco Grande e da Mata. Pela mesma Lei Provincial, no seu artigo 3°, foi criado o termo de Anajatuba subordinado à comarca de Itapecuru – Mirim.

A Portaria de 13 de novembro de 1854 marcou seus limites, "ao Norte do Igarapé Fundo até a Ilha Banguela; desse ponto até o Leste, até o lugar Jaibara incluindo São João da Mata, Monjubelo e Saco Grande; daí seguia, ao Sul, até Laguinho, incluindo Copaíba, Fortaleza e Assuntinga; e do Laguinho, seguia ao Oeste, até atingir o marco inicial de Igarapé Fundo, incluindo o Retiro do Bom-Fim, Ponta da Vargem, Jabonabo e Morcego".

Em 13 de novembro de 1832, foi empossada a Câmara Municipal de Vereadores e oito dias depois da posse, a Câmara aprovou o seu primeiro Código de Posturas, necessário para ordenamento da vida municipal.

Em 14 de dezembro de 1855, a Câmara dividiu o município em três Distritos: o da Sede, o do Sipaú e o da Mata. Essa divisão fez com que cada Distrito possuísse um juiz de paz, sendo o primeiro Lupércio Antônio Bogéa.

Em 4 de novembro de 1867, o Presidente de Província João Lustosa da Cunha Paranaguá, decidiu que Anajatuba tivesse Foro Cível e Conselho de Jurados separados de Itapecuru-Mirim, mas continuando sob a jurisdição do juiz municipal letrado daquele e de Vargem Grande.

Pelo Decreto-Lei Nº 359, de 16 de dezembro de 1933, o município foi suprimido, sendo o seu território anexado ao de Rosário. Logo depois, em 1935, um novo Decreto-Lei, de Nº 870, de 5 de julho, restabeleceu o município. Somente em 1938, porém, foi elevado à categoria de cidade, pelo Decreto-Lei N° 45, de 29 de maio.

Durante os séculos XVII e XVIII, Anajatuba foi o grande abastecedor de carne da capital, tendo na extinta Vila de Porto das Gabarras o principal Porto de Embarque, pois para

aquele local convergia à maioria das antigas estradas de gado que partiam do sul do Maranhão[13].

De acordo com Rego (1999), a vida política de Anajatuba foi marcada pela gestão de vários administradores, a saber:

No período colonial, os presidentes da Câmara Municipal, com destaque para a administração de Joaquim José da Silva Rosa Filho (1855 a 1857), o primeiro presidente e Antônio Lopes Castelo Branco e Silva (1888 a 1889), último presidente.

Na Primeira República, os conselhos de intendência, nomeados pelo Governador, destacando-se, Francisco Solano Rodrigues (21/01/1890 a 03/02/1892), primeiro intendente e Leôncio Gonçalves Dias (1919 a 1921) o último intendente, já os prefeitos dessa época foram: Manoel Rosa Mendonça (1922 a 1924/ 1928 a 1930) e Francisco Manoel de Oliveira (1925 a 1927).

No Estado Novo, os prefeitos eram nomeados pelo Interventor. Os nomeados foram: Luís Magno da Silva (1930 a 1935), João Vitor Garcia Pereira (19/07/1935 a 01/11/1936 e 28/07/1937 a /02/1938), Nelson Bogéa Rodrigues (01/11/1936 a 28/07/1937), Raimundo da Silva Pereira (01/02/1938 a 01/03/1939), Manoel de Oliveira Gomes (01/03/1939 a 04/09/1941), Alcindo de Sousa Braúna (11/10/1941 a 31/07/1944), Luís Magno Câmara (01/01/1945 a 09/06/1945), Regino Rodrigues de Paula (09/06/1945 a 25/11/1945 e 01/03/1946 a 27/05/1946), Francisco Manoel de Oliveira (26/11/1945 a 09/02/1946), Waldemar Bogéa Rego (30/05/1946 a 27/05/1947) e Enoc Vieira Ewerton (27/05/1947 a 21/01/1948).

Durante o Estado Novo, vários secretários responderam pelo expediente da prefeitura. No período de 16/12/1933 a 05/07/1934, Anajatuba perdeu sua autonomia política, sendo nomeado um Agente Distrital do Município de Rosário.

Na Segunda República, os prefeitos foram: Waldemar Bogéa Rego (21/01/1948 a 18/06/1948), Salustiano Severino Santana (18/06/1948 a 31/01/1951), Teodoro Pereira Rodrigues (31/01/1951 a 02/05/1955), Heráclito Vieira Ewerton (02/05/1955 a 01/01/1956), Saul Bogéa Rodrigues (01/01/1956 a 01/09/1960), Ana Maria de Sousa Dutra (01/09/1960 a 31/01/1961), Sebastião Marinho de Paula (31/01/1961 a 31/01/1966 e 31/01/1973 a 31/01/1977), Antônio Fernandes Ribeiro (31/01/1966 a 31/01/1970), João Cerqueira Mendes (31/01/1970 a 31/01/1973 e 31/01/1977 a 01/02/1983), Joaquim Ananias Gonçalves Neto

[13] Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, IBGE, 1959.

(01/02/1983 a 01/01/1989), Pedro Lopes Aragão (01/01/1989 a 01/01/1993 e 01/01/1997 a 01/01/2001) e Ademir Duarte da Cruz (01/01/1993 a 01/01/1997).

Ambiente Físico

Geologicamente Anajatuba apresenta a Formação Itapecuru do Período Cretáceo, na maior parte do território (70%), com afloramentos de arenitos finos, arenitos argilosos, siltitos e folhelhos; do Cenozóico, Período Terciário, formado por rochas areno-argilosas, mal-consolidadas e friáveis; Período Quaternário, composto pelos depósitos pleistocênicos e coberturas holocênicas, ambos configurando ambientes transicionais flúvio-marinhos, lateríticos e colúvio-aluvionares.

Geomorfologicamente, o município está distribuído na planície litorânea flúvio-marinha, representada por tesos e vasas de manguezais, planícies marinhas e flúvio-lacustres, que são os campos inundáveis e tabuleiros, formados por sedimentos intemperizados/laterizados da Formação Barreiras.

Os solos são constituídos por plintossolos, na maior parte do município, (cerca de 45%), com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso, os latossolos, caracterizados por concreções areníticas ferruginosas, intercaladas por plintossolos concrecionários (5%), solos indiscriminados de manguezais (5%) e os gleissolos que ocupam as áreas inundáveis (45%).

O município faz parte da bacia hidrográfica do Baixo Mearim e da bacia lacustre da Baixada, com vários lagos: Grande, Boitinga e Assutinga que deságua no Igarapé Novo. Durante o período chuvoso, o campo que margeia a cidade se transforma em um grande lago intermitente, que passa pelo Igarapé Troitá e deságua no rio Mearim.

O clima é tropical úmido é distribuído em dois períodos um chuvoso de janeiro a junho e a estiagem de julho a dezembro, Destaca-se uma ocorrência prejudicial à população, no período entre junho e setembro se manifesta moderada deficiência de água nesse lugar.

Em Anajatuba, registra-se que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 79% e 82%; em relação aos totais pluviométricos, esses apresentam entre 1200 a 2000 mm, com temperaturas médias anuais são superiores a 27°C.

A vegetação é formada principalmente pela mata dos cocais, com predominância do babaçu (*Orbignya speciosa*), apresenta capoeira mista e capoeirão latifoliado, floresta subcaducifólia tropical (formação vegetal, onde algumas espécies perdem as folhas no período de estiagem), gramíneas, campos inundáveis, representados por formações abertas e rasteiras em áreas planas inundáveis (Figura 3); mata ciliar, que margeia o curso dos rios e manguezais, que ocorrem em ambientes salinos e salobros.

Figura 3 - Babaçual ao fundo e campos inundáveis - 2012



Fonte: IMESC

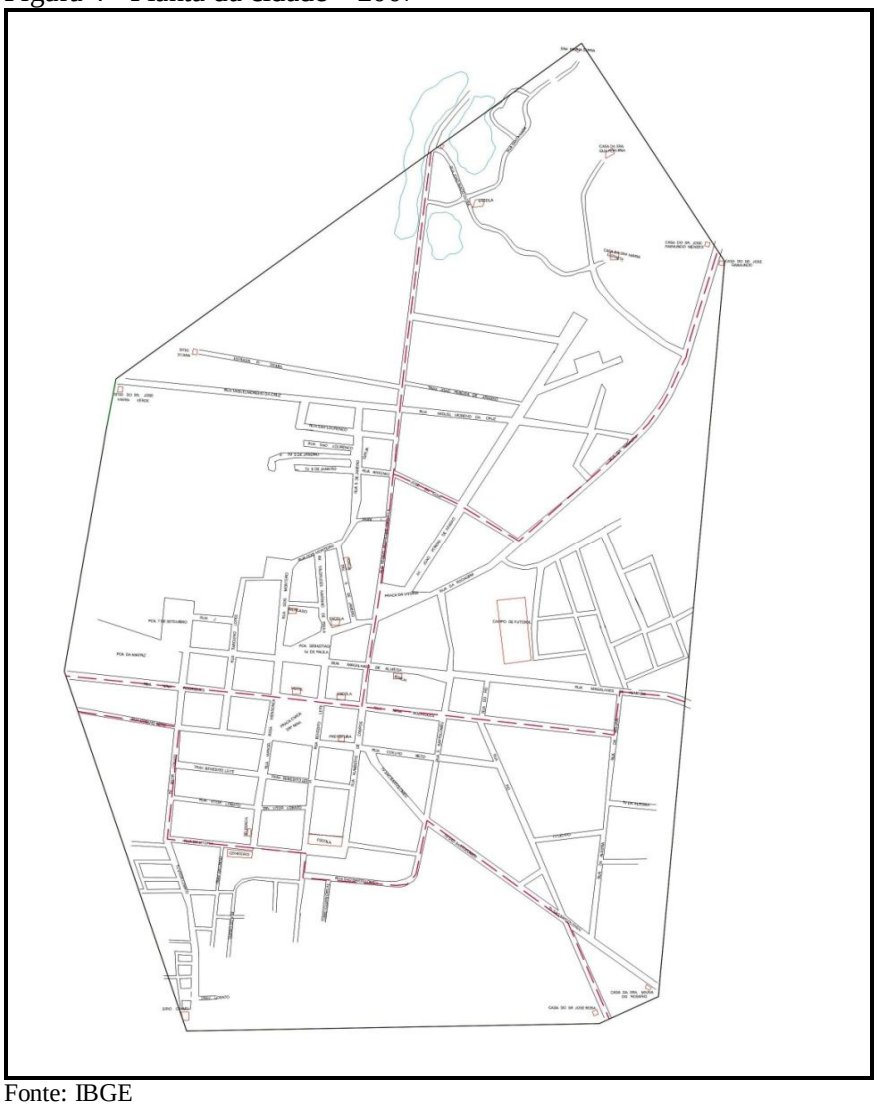
O município pertence à Área de Preservação Ambiental (APA) – Baixada Maranhense Subárea do Estuário Mearim-Pindaré e Baía de São Marcos, que ocupa cerca de 64,1 mil hectares do município.

Espaço Urbano

Como toda cidade da Baixada Maranhense, Anajatuba surgiu da importância econômica dos campos e lagos, principalmente do Campo Nossa Senhora da Vitória, em frente do qual surgiu o povoado. Durante muitos anos, teve sua extensão urbana ligada a esses fatores, contudo, o surgimento da MA 324 impulsionou a cidade que se projetou para a área de influência dessa rodovia.

A área urbana de Anajatuba (Figura 4) apresenta casas de porte médio, com três a quatro cômodos e poucos prédios. Com 32 ruas pavimentadas sendo vinte asfaltadas, duas com paralelepípedo, dez piçarradas e vinte não pavimentadas. Na área urbana, 500 metros da MA 324 foram transformadas na Avenida João Pereira de Aragão (Figura 5). Das quatro praças da Vitória, Cruzeiro, Matriz e Cívica, a mais importante é a Praça Cívica ou da Prefeitura, das quais três são arborizadas (Figura 6). Em relação às três avenidas, duas são arborizadas.

Figura 4 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 5 - Avenida João Pereira de Aragão - 2012



Fonte: IMESC

Figura 6 - Praça Cívica - 2012



Fonte: IMESC

Os principais bairros são: São Benedito, São Raimundo, Boca do Caminho e Linirique.

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em 112 comunidades, sendo:

Sítios: Araras I, Araras II, Bacabeira, Baunilha I, Baunilha II, Beira Campo, Boa Vista, Boca da Mata, Boca da Picada, Bom Princípio, Boqueirão I, Boqueirão II, Cajueiro, Canavial, Cangapara, Canhenga, Cariongo, Centro do Isidorio, Coco, Correio de Pau, Cumbi, Embaúba, Engenho, Enseada do Meio, Entre Ilhas, Flexeiras, Flores, Formento, Frades, Gado Bravo, Gavião, Ilha Aningal, Ilha Bebedouro, Ilha Bom Gosto, Ilha Cantanhede, Ilha das Almas, Ilha das Pacas, Ilha Grande, Ilha Graxixa, Ilha Ilhota, Ilha Juçatuba, Ilha Jurará, Ilha Malhada Alta, Ilha Morcego, Ilha Mucura, Ilha Murirituba, Ilha Quiriba Grande, Ilha Quiriri, Ilha Sumaúma Velha, Ilha Tapera, Ilha Teso, Jacamim, Japi, Ladeira, Lago do Bicho, Lindosa, Máquina, Mata do Jacamim, Moído, Monte Belo, Moreira, Pacova, Pacoval, Palmares, Parioba, Pastoradoura, Perimirim, Periquito, Poção do Junco, Ponta Bonita, Ponta da Flexeira, Ponta da Simauma, Ponta Grossa, Queluz, Retiro, Roncador, Santa Rita, Santa Rosa, Santana, Santarém, São Jerônimo, São José, São Lourenço, São Roque, Simaúma, Sutinga, Sutinga Velha, Tapera, Teso Grande, Trempe.

Fazendas: Santa Cruz e Santa Fé.

Povoados: Afoga, Areal, Bacabal, Boca do Caminho, Engenho, Enseada Grande, Mata, Mato Grande, Mato Grosso, Olho d'Água, Pedrinhas, Picada, Primavera, Quebra, Ribeirão, Rosário, São José, São Miguel, São Pedro, Sipaú.

Utilização das Terras

Face à impossibilidade de análise dos estabelecimentos da Tabela 1, por meio de percentagens, uma vez que os mesmos apresentam mais de uma atividade, a análise será realizada de forma qualitativa, destacando as atividades mais importantes no tipo de utilização do espaço rural.

Em relação aos estabelecimentos, as lavouras temporárias ocupam praticamente todos os estabelecimentos, seguido pela lavoura permanente e pelas pastagens; o município possui inúmeros campos naturais que servem de alimentação para os rebanhos, principalmente para o bovino. Os outros tipos de utilização são pouco representativos, possuindo ínfimos estabelecimentos (Tabela 1).

Em relação à área, dos 11.880 hectares em 2006, destacavam-se as pastagens em suas variadas utilizações; as pastagens naturais representavam 33%, as pastagens plantadas em boas condições 35% e as pastagens plantadas degradadas 6%, isso corresponde a 74%, quase a totalidade da área por hectare do município (Tabela1).

As lavouras permanente e temporária representaram 3% e 12%, respectivamente; as áreas plantadas com forrageiras somaram 5%, as matas e ou florestas (destinadas à preservação permanente – reserva legal) 1% e os sistemas agroflorestais 3%; as áreas com tanques, lagos, açudes e aquicultura, os com construções, benfeitorias, caminhos, com terras inaproveitáveis para a agricultura e pecuária não somaram nem 1% (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, de acordo com a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	71	373
Lavoura temporária	1.615	1.435
Área plantada com forrageiras	35	606
Pastagens naturais	69	3.915
Pastagens plantadas degradadas	17	696
Pastagens plantadas em boas condições	50	4.184
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	4	153
Sistemas agroflorestais	10	360
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	3	26
Construções, benfeitorias ou caminhos	8	46
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	3	34
Total	-	11.828

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, em 2006, dos 2.216 estabelecimentos 28% eram de proprietários, contudo, dos 11.880 hectares distribuídos, 72% pertenciam também aos mesmos. O ocupante possuía 21% dos estabelecimentos, no entanto só detinham 2% das terras, o que se justifica, uma vez que trabalham em terras cedidas por particulares ou públicas. Como produtor sem terra, isto é, aquele que não a tem a posse da terra, estão 20% dos estabelecimentos; os arrendatários e parceiros, categoria que na sua maioria das vezes, é

significativa, os percentuais dos estabelecimentos foram 11% e 14%, com as respectivas áreas de 5% e 20%. Em relação ao assentado e ao ocupante, perfazem 6% e 21% dos estabelecimentos e 1% e 2% da área por hectare, respectivamente (Tabela 2).

A economia do município é impulsionada pelas atividades agropecuárias como resultado da predominância dos campos. No entanto, a área agrícola restrita aos tesos vem, através dos séculos, sendo degradada, pois a prática da agricultura do toco ainda perfaz a maior parte da produção. O ideal seria que técnicas agrícolas sob orientação da aptidão do solo, rotação de culturas e áreas, fossem desenvolvidas, além de hortifruticultura, principalmente o cupuaçu, cuja produção no município é significativa, em que pese à inexistência de informações quantitativas da sua produção.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	615	8.555
Assentado sem titulação definitiva	145	89
Arrendatário	240	653
Parceiro	310	2.307
Ocupante	460	276
Produtor sem área	446	-
Total	2.216	11.880

Fonte: IBGE

Demografia

No Maranhão, Anajatuba ocupa a 62º posição em população, o que corresponde a 0,38% da população estadual; em termos regionais a população é a 21º da Mesorregião Norte Maranhense com 0,97% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense ocupa o 9º lugar, com 4,48% dos habitantes. Sua densidade demográfica é de 22,64 hab/ km^2.

A evolução da população entre 2000 e 2010 apresentou no total, um crescimento de 10%; a população urbana embora menor que a população rural cresceu 17% e a rural apenas 7%. Em relação ao sexo, a população masculina aumentou 9% e a feminina 11%.

A população masculina que em 2000 representava 52%, em 2010 perdeu 1 ponto percentual ao passo que a população feminina, saiu de 48% para 49% (Tabela 3).

Observa-se, portanto, uma pequena diminuição na população rural e em consequência disso, um ligeiro crescimento da população urbana. Isso, no entanto, não significa que, efetivamente, a atividade econômica tenha crescido; acontece que, pela proximidade entre a área urbana e a rural, levando em consideração a facilidade de deslocamento (que antes era feito por animal e até mesmo a pé), com a abertura de estradas vicinais e o asfaltamento da MA-324 que passa pela sede, facilitou o deslocamento. Hoje, a infraestrutura, o conforto e outros fatores possibilitaram que o rurícola more na área urbana, deslocando-se, diariamente, para a área rural de moto, mototáxis e até mesmo de bicicletas. Quanto ao gênero, permaneceu praticamente equilibrado (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	11.881	12.959
Feminina	11.097	12.332
Urbana	5.992	7.015
Rural	16.986	18.276
Absoluta	22.978	25.291

Fonte: IBGE

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)[14], ocupava em 2010 a 89° posição com um valor de 0,581.

Saúde e Assistência Social

O município conta com uma central de atendimento laboratorial, quatro unidades básicas de saúde, dez unidades mistas (Figura 7) e um centro de saúde, com 32 leitos, onde realizam principalmente, exames laboratoriais, raio-X e especialidades em clínica, cirúrgica e obstetrícia, integrados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Para atendimento aos pacientes dispõe de duas ambulâncias.

O elenco profissional é composto por seis médicos, dos quais três possuem especialização, quatro dentistas e um enfermeiro. Além desses, há nove auxiliares e 23 técnicos de enfermagem, incluído os que estão inseridos no Programa Estratégia Saúde da Família (ESF) e 74 agentes comunitários dos quais 24 trabalham na área urbana e 50 na área

[14] O IDH varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 melhor o índice.

rural. Referido Programa distribui-se em quatro equipes; duas na área urbana e duas na rural, formadas com quatro médicos, seis enfermeiros e técnicos em enfermagem já citados. As doenças mais frequentes são hipertensão, diabetes, gastroenterocolite aguda, verminoses e gripe. O município distribui medicamentos na farmácia básica e realiza o Tratamento Fora do Domicilio (TFD).

Figura 7 - Unidade Mista Santa Maria - 2012



Fonte: IMESC

A Secretaria de Assistência Social conta com seis assistentes sociais e dois psicólogos; desenvolvem os seguintes Programas: Auxílio Natalidade, Bolsa Família, Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Pro - Jovem Adolescente, Idoso Cidadão (frequentam 150 idosos). E os Projetos: Melhor Infância e Mãe Saudável.

Educação

A rede de ensino do município possui 55 escolas, sendo cinco na área urbana e 50 na zona rural, distribuídas em 140 salas, com 5.500 alunos, entre creches, pré-escola, ensino fundamental, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino médio, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O corpo docente municipal contém 229 professores, dos quais 46 possuem magistério e 183 têm ensino superior completo.

O município possui uma biblioteca e disponibiliza material escolar, transporte e laboratório de informática. Em relação ao ensino superior no município existem duas instituições com cursos à distância: a Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), com os Cursos de Educação Física, Letras e Serviço Social e a Faculdade Cândido Mendes (FACAM), com o Curso de Pedagogia.

Economia

Em 2010, o Produto Interno Bruto de Anajatuba somou R$ 93, 060 milhões, representando 0,21% do PIB estadual e 81ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços, o mais representativo, contribuiu com R$ 50, 873 milhões; em segundo lugar, o setor agropecuário com R$ 32, 806 milhões; e em terceiro, o industrial com R$ 7, 853 milhões. No mesmo período, a arrecadação de impostos foi equivalente a R$ 1, 527 milhões. A renda *per capita* do município alcançou R$ 207,65, levando o município a se situar na 119ª posição em comparação com os demais municípios. Da mesma forma, o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM/2010) [15]situou-se na 172ª posição, correspondendo a 0,284.

A economia do município é resultado, principalmente, das atividades primárias, destacando-se a agricultura e a pecuária.

Agricultura

A agricultura temporária do município é principalmente de subsistência, cultivada pelo pequeno produtor com utilização de técnicas tradicionais, tendo como consequência baixa produtividade.

A lavoura que mais se destaca no município de Anajatuba é a temporária, sendo os produtos mais importantes tanto em 2006, quanto em 2011: arroz, feijão, mandioca e o milho. A dinâmica da produção foi impulsionada por todas as culturas no período analisado.

[15] O IDM varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 melhor o índice.

O arroz aumentou 19% em área plantada/colhida, 20% em quantidade produzida e 46% em valor de produção; o feijão aumentou em área plantada/colhida 13%, em quantidade produzida 8% e em valor de produção 38%; a mandioca aumentou em 18% área plantada/colhida, 19% em quantidade produzida e 111% em valor da produção; o milho aumentou 15% e 27% em área plantada/colhida e valor da produção, respectivamente e diminuiu 0,3% em quantidade produzida.

No que diz respeito à participação no conjunto global da produção, o produto mais importante em 2006 foi à mandioca. Dos 4.527 hectares de área plantada/colhida, a mandioca representou 46%, o arroz 29%, o milho 20% e o feijão apenas 5%. Quanto à quantidade produzida a mandioca correspondeu a 85%, o arroz 11%, o milho 4% e o feijão 1%, das 18.365 toneladas produzidas. Do valor da produção que nesse ano foi de R$ 4,531 milhões, a mandioca contribuiu com 69%, o arroz com 21%, o milho com 6% e o feijão com apenas 4%.

Em 2011, dos 5.317 hectares plantados/colhidos, a mandioca correspondeu a 46%, o arroz 29%, o milho 20% e o feijão 5%; em quantidade produzida a mandioca representou 86%, o arroz 10%, o milho 3% e o feijão 1%, das 21.740 toneladas. O valor de produção nesse ano foi de R$ 8,599 milhões, sendo que a mandioca contribuiu com 77%, o arroz com 16%, o milho com 4% e o feijão com 3%.

A pequena produção, assim como a pouca variedade dos produtos colhidos, tem impactado de forma negativa na economia local, ao mesmo tempo em que a inexistência de políticas públicas para o desenvolvimento da agropecuária, principalmente, da agricultura, representa um entrave ao estímulo da produção agrícola do município.

Tabela 4 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	1.296	1.537	1.296	1.537	1.944	2.329	972	1.420
Feijão	228	258	228	258	102	110	163	225
Mandioca	2.088	2.471	2.088	2.471	15.660	18.644	3.132	6.618
Milho	915	1.051	915	1.051	659	657	264	336
Total	4.527	5.317	4.527	5.317	18.365	21.740	4.531	8.599

Fonte: IBGE

A agricultura permanente é menos representativa, sendo desenvolvida, principalmente, como produção de quintal. No município, se destacam as lavouras de banana e de laranja.

Entre 2006 e 2011, essas lavouras registraram aumentos tanto em área como na quantidade produzida. A banana, por exemplo, registrou incremento 15% em área colhida, 34% em quantidade produzida e 51% no valor de produção. No mesmo sentido, a laranja cresceu 83% em área colhida, 86% em quantidade produzida e 200% em valor de produção.

Dos 106 hectares de área colhida, referentes a 2006, a banana representou 94% e a laranja 6%; em relação à quantidade produzida, das 498 toneladas91% foram de banana e 9% de laranja. O valor de produção que, nesse ano rendeu R$ 214 mil, a banana respondeu por 95% e a laranja 5% deste valor.

Em 2011, a banana representou 91% e a laranja 9%, dos 126 hectares de área colhida; das 690 toneladas de quantidade produzida, a banana e a laranja, responderam por 88% e 12%, respectivamente. Nesse ano, das R$ 338 mil de valor de produção, a banana correspondeu com 91% e a laranja 9%.

O município está engajado no planejamento da produção mecanizada principalmente, para o cultivo do feijão, da mandioca e do cupuaçu e na produção do mel de abelha. Resta lembrar que, outros cultivos foram detectados em trabalho de campo e, que não são registrados pelo órgão competente.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais tem 643 pessoas sindicalizadas, embora se saiba que o total desses trabalhadores é bem maior.

Pecuária

A pecuária em Anajatuba é eminentemente extensiva. De 2006 a 2011, houve diminuição de 3% no número total de cabeças. Os rebanhos mais importantes em ambos os anos foram às aves, bovinos e suínos.

Ocorreram aumentos substanciais entre os anos de 2006 e 2011, nos seguintes rebanhos: bovino 9%, asinino 6%, caprino 16% e ovino 20%. Os rebanhos que diminuíram no intervalo entre os anos foram: equino 7%, bubalino e aves 8% cada, suíno 6% e o muar 2% (Tabela 5).

Em 2006, das 150.228 cabeças, as aves representavam 47%, o bovino 25%, o suíno 24%, o equino e caprino 1% cada; os outros rebanhos foram pouco expressivos, não chegando a 1%.

Em 2011, das 146.073 cabeças, as aves somaram 45%, o bovino 28%, o suíno 24%, o equino e caprino 1%; os demais rebanhos pouco expressivos representaram menos de 1% (Tabela 5).

Como explicação para o aumento do bovino, pode-se considerar a primazia dos campos, que são pastagens naturais e a tendência de crescimento da plantação de forragem e pastagens plantadas, para alimentação deste e de outros rebanhos.

O bovino, rebanho tradicional, vem se expandindo; as aves, embora significativas, não são atividades voltadas para comercialização, pois exceto os patos que são mantidos soltos nos campos e recolhidos à tardezinha, todas as demais são atividades domésticas; quanto ao ovino, é o mesmo caso do caprino, rebanhos que estão crescendo para o aproveitamento de carne como alimento, em que pese ainda o preconceito de grande parte da população, assim como o comércio da pele, pois dado o clima, o ovino não produz lã. A diminuição do equino e muar deve-se aos novos métodos de transportes, como as motos e outros.

Tabela 5 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Números de cabeças (Unidades)
Bovino	37.790	41.333
Equino	2.185	2.022
Bubalino	878	811
Asinino	190	202
Muar	275	270
Suíno	36.700	34.390
Caprino	1.280	1.485
Ovino	390	471
Aves	70.540	65.089
Total	150.228	146.073

Fonte: IBGE

Como produtos de origem animal enumeram-se o leite, cuja produção foi de 434 mil litros, que renderam R$ 694 mil e 78 mil dúzias de ovos de galinha, cujo lucro foi de R$ 391 mil.

Extrativismo

Os produtos extrativos vegetais considerados importantes, no município, em 2011 foram: juçara, o carvão vegetal e a amêndoa de babaçu, representados em toneladas; a lenha e a madeira em tora, medidos em metros cúbicos.

Das 1.115 toneladas produzidas em 2011, o carvão vegetal foi o mais importante com 91%, a amêndoa do babaçu representou 7% e a juçara 2%. Em relação à produção dos 107 metros cúbicos, a lenha correspondeu a 54% e a madeira em tora 46%. O valor da produção foi de R$ 1,718 milhões, sendo que, o produto, cuja participação foi mais significativa, foi o carvão vegetal com 88%, seguido pela amêndoa de babaçu com 9% e a juçara com 3%, a lenha e a madeira em tora não representaram sequer 1% (Tabela 6).

É preciso lembrar que, a produção extrativa não alimentícia é bastante prejudicial à natureza, pois tem como resultado a derrubada de árvores, principalmente em Anajatuba que, tem parte da cobertura vegetal representada por campos, restando para as árvores os tesos que já estão em grande parte comprometidas pela agricultura.

A produção de carvão contribui com o aumento da temperatura e de cinzas. Estas, que também saem da lenha assoreiam os rios, quando transportadas pelas chuvas, além de poluir o ar. Sabe-se que a lenha, é utilizada nos fornos de cerâmica, das padarias para ser transformada em carvão, exceto quanto este resulta da queima do endocarpo do babaçu. A referida poluição seria minimizada se as cinzas fossem usadas como complemento da argila, na tapagem das casas de taipa ou, então, para misturas para reboco. Não foram registradas extração de mineral.

Tabela 6 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	85	-	153
Carvão vegetal	1.011	-	1.517
Juçara	19	-	45
Lenha	-	58	1
Madeira em tora	-	49	2
Total	1.115	107	1.718

Fonte: IBGE

Pesca

A pesca é artesanal e de subsistência e ocorre nos campos alagados, lagos, rios e igarapés, principalmente no Troitá, que é o local mais piscoso da região (Figura 8), no Lago Grande e na foz do Rio Mearim.

Os principais peixes são o carambanja, mais conhecido como cará (*Geophagus brasiliensis*), o cascudo (*Hypostomus SP*), o jeju (*Hoplerythrinus unitaeniatus*) e a traíra ou tarira (*Hoplias malabaricus*), além de outros, que são comercializados no próprio município.

Embora não haja estatística de pesca, infere-se a sua importância na economia pelos 1.500 pescadores sindicalizados e os 4.000 registrados na colônia de pescadores.

Figura 8 - Igarapé Troitá - 2012



Fonte: IMESC

Indústria

As indústrias que se destacam são a de cerâmica, com fabricação de tijolo e de alimentos, representadas pelas casas de farinha, padarias e, em fase de conclusão, uma agroindústria de polpa de fruta, principalmente cupuaçu, no povoado de Mato Grosso.

Turismo

O turismo é pouco desenvolvido, com relevância principal no campo do ecoturismo com destaque para o Rio Mearim, os Igarapés (Assutinga, Troitá), lagos, campos, tesos, e os Morros do Rosário, Pacoval, União e do Graxixá. E os festejos da padroeira Nossa Senhora do Rosário (em novembro) e de São Benedito (em janeiro), o festival do caranguejo e as festas juninas. O município conta com um hotel, duas pousadas e três hospedarias.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, pertence a 109º zona eleitoral com 79 seções e 19.103 eleitores e onze vereadores (TSE, 2012).

Religião

A religião predominante é o catolicismo, com uma igreja matriz na sede, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, padroeira do município e cerca de vinte capelas distribuídas na área rural. Os principais festejos são: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Nossa Senhora do Carmo, Santa Luzia e São Roque.

A Igreja Matriz ainda que tombada, em 1854, pelo Patrimônio Arquitetônico Nacional (Figura 9), encontra-se atualmente em escombros, pois os administradores resolveram fazer a demolição da mesma, em vez de restaurá-la, ampliá-la, optaram por construir uma nova, causando comoção entre a população, pois a igreja foi construída com o esforço dos antepassados. Ressalta-se que, ali se encontram os jazigos, com os restos mortais do fundador da cidade o comendador Joaquim José da Silva Rosa Filho e de sua esposa D. Ana e do Monsenhor Francisco de Paula Dourado e Silva (Padre Chiquinho), que tanto ajudou a construir o templo.

Figura 9: Igreja Matriz - 2009



Fonte: Panoramio.com

Há quinze templos evangélicos, distribuídos na área urbana e rural, divididos nas congregações: Batista, Assembleia de Deus, Adventista e outras. Em relação aos terreiros de origem africana ou indígena, localizam-se na área rural.

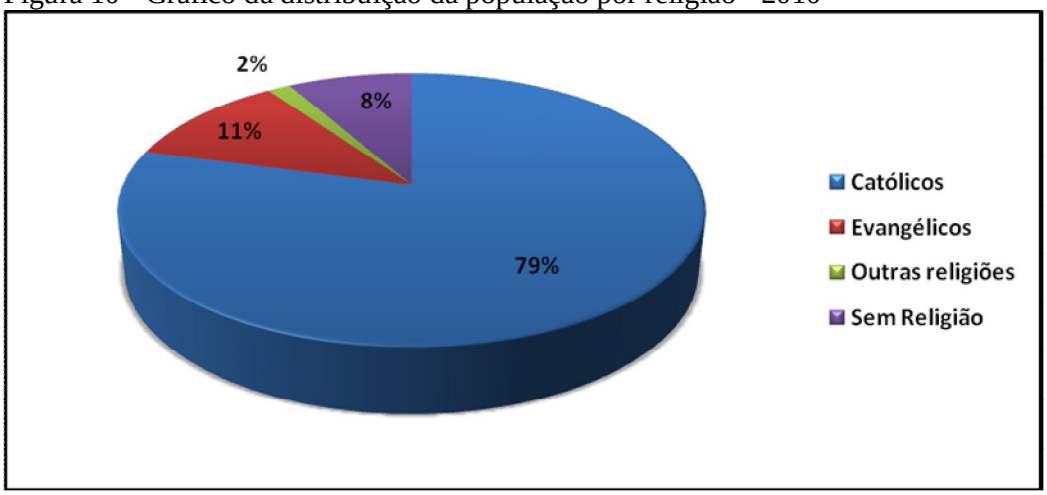
De acordo com o IBGE, em 2010, dos 25.291 habitantes, os católicos são a maioria com 79%, os evangélicos representavam 11%, outras religiões 2% e os habitantes sem religião somaram 8% (Tabela 7/ Figura 10).

Tabela 7 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	20.015
Evangélicos	2.813
Outras religiões	384
Sem Religião	2.079
Total	25.291

Fonte: IBGE

Figura 10 - Gráfico da distribuição da população por religião - 2010



Fonte: IBGE; IMESC

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade do Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). A captação, na área urbana, é feita por poços artesianos e atende 100% do abastecimento doméstico, público e empresarial; na área rural, o abastecimento é feito por poços e açudes.

O município não possui rede coletora de esgoto. As fossas sépticas são mais utilizadas na área urbana, enquanto que na rural são mais rudimentares. Em 2012, o SIAB (Sistema de Informação de Atenção Básica) do Ministério da Saúde registrou 5.257 fossas no município.

A coleta de lixo é realizada três vezes na semana por duas caçambas, sendo depositado a cinco quilômetros da sede. Na área rural, queimam, enterram ou depositam a céu aberto.

A energia é fornecida pela Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), e advém da Hidrelétrica de Boa Esperança. De acordo com a CEMAR (Tabela 8), o maior consumo está na área urbana e é referente ao uso residencial.

Em 2010, o total de consumidores foi de 71.481usuários. O maior consumo foi o residencial com 91%, comercial 4%, rural 2% e poder público 1%, os demais usos não corresponderam a 1%.

O consumo de energia foi de 7.745.588 MWh, sendo seus maiores percentuais o residencial e da iluminação pública, totalizando 59% e 15%, respectivamente; o consumo

industrial representou 9%, o comércio 7%, o rural e o serviço público 2% cada, o poder público 5% e consumo próprio menos de 1% (Tabela 8).

Tabela 8 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	65.119	4.606.651
Rural	1478	183.953
Comercial	3174	555.927
Industrial	511	614.556
Poder Público	1069	408.856
Serviço Público	106	190.491
Iluminação Pública	12	1.181.179
Consumo próprio	12	3975
Total	71.481	7.745.588

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

O município não dispõe de jornais, rádios e canais de televisão. Tem apenas dois postos do BRADESCO, telefonia fixa e móvel, cujas operadoras são de responsabilidade da CLARO e da VIVO.

Possuíam 48 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 49 telefones públicos (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

As principais atrações folclóricas são as festas religiosas e os festivais que ocorrem anualmente no município. Além das festas religiosas já citadas, festejam-se também: o Divino Espirito Santo, Nossa Senhora do Livramento, festas realizadas tradicionalmente nas casas das familias tradicionais com novenas e ladainhas; o festival do caranguejo, o carnaval tradicional de rua e os festejos juninos, caracterizados principalmente pelo bumba-meu-boi.

As principais lendas do município envolvem os seres místicos que se relacionam com a natureza,onde espíritospermanecem nos campos alagados e nos morros da região. Contam que tais misterios se referem a tesouros que os padres jesuitas enterraram quando

foram embora, e seres sobrenaturais vem avisar onde estão esses tesouros, para eles poderem se libertar de padecer sobre a terra e encontrar o caminho do descanso.

A lenda dos viradores de bicho

Conta a lenda que, determinadas pessoas no municipio se transformavam em bichos que, de acordo com a população, ouve-se um assobio fino e logo aparece um animal estranho, negro como se fosse um enorme cão “lobisomem” e, este ataca as pessoas que se atrevem a andar noite a fora. Ainda existe, a lenda do bode preto que aparecia no antigo Porto das Gabarras e que aumentava de tamanho assustando as pessoas.

A lenda das luzes misteriosas

A lenda conta que aparecem luzes que desorientam os viajantes; são os chamados cabruncos, luzes que surgem no campo, possivelmente fogos-fátuos e que desorientam os viajantes fazendo-os perder o caminho. Outras luzes, pouco parecidas com a anterior são vistas pelos moradores. Dizem que tais luzes saem dos morros e ilhas e se deslocam pelo céu e que, antigamente, elas apareciam todas as noites, por volta de 8 h, têm cores vermelha, amarela e às vezes verde.

Outras lendas estãorelacionadas a objetos que se movimentavam, ou desapareciam misteriosamente, e seres místicos “fantasmas” que apareciam para as pessoas.

O município conta com duas quadras poliesportivas, três clubes, sete restaurantes, inúmeros bares e campos de futebol para a diversão, nos finais de semana.

Transporte

A sede municipal está a 140 quilômetros de São Luís, alcançada através das rodovias BR 135 e MA 324, sendo o principal transporte utilizado o rodoviário. A comunicação da sede para a área rural é feita através de carros, motos, vans e ônibus. No período chuvoso, os barcos são indispensáveis na zona rural, quando algumas comunidades ficam isoladas pela cheia dos campos.

2.2 Arari

Símbolos Municipais



Brasão

O brasão do município foi aprovado pela Câmara Municipal e criado pelo Projeto de Lei Nº 233, de 30 de abril de 1982. Foi idealizado pelo vereador Horácio da Graça de Sousa Filho. A cor verde, amarela e branca tem o mesmo significado das cores da bandeira do município. No centro do brasão, encontra-se um globo amarelo com um livro, em sua página esquerda, há a gravura de um cacho de arroz, que representa a produção do município e, na página direita, uma pena que simboliza a cultura do povo arariense. A chama que envolve o cacho de arroz representa o credo religioso.



Bandeira

A bandeira, que representa oficialmente o Município Arari, foi idealizada por Rafael Silva Sousa com a contribuição de Horácio da Graça de Sousa Filho e aprovada pela Câmara Municipal por meio do Projeto de Lei Nº 232, de 30 de abril de 1982.

Hino

Deus te salve, Deus proteja
Nobre terra do Arari
A que o Mearim bordeja
Chão feliz onde nasci (bis)

Salve os campos que te enfeitam
Que são teus grandes jardins (Estribilho)
Abrindo aos que te visitam
As portas do Mearim

Glorificado o torrão
Altivo desta Baixada
Orgulho do Maranhão
Minha gleba, muito amada (bis)

Salve os campos que te enfeitam
Que são teus grandes jardins (Estribilho)
Abrindo aos que te visitam
As portas do Mearim

Jubiloso desta terra
Aos ventos grito potente
Salve na paz ou na guerra
Este bom povo, esta gente (bis)

Salve os campos que te enfeitam
Que são teus grandes jardins (Estribilho)
Abrindo aos que te visitam
As portas do Mearim

Letra: José de Ribamar Fernandes
Música: Carlos Gonçalves Martins

A letra do hino foi escrita pelo poeta arariense José de Ribamar Fernandes, no ano de 1956. A composição é caracterizada por prece à proteção divina e descrição da terra, pela qual é expresso destacado afeto. Após duas décadas de sua criação, o Decreto Municipal Nº 11 de 1978, de autoria do vereador Horácio da Graça, o oficializou como o Hino de Arari.

Com música e instrumentação originais do maestro Pedro Growel, assim permaneceu o Hino por 45 anos, dos quais 23 como oficiais, sendo percebida razoável dificuldade do povo em cantar o hino, em razão de uma brusca mudança em sua tonalidade. A partir de solicitação de professoras da terra, o maestro arariense Carlos Gonçalves Martins elaborou um projeto com objetivo de modificação da música e instrumentação do hino.

Apresentado à Câmara Municipal, o projeto foi aprovado em 20/06/2001, sendo o Executivo Municipal autorizado a efetuar tais modificações, o que se deu quando o Prefeito Rui Fernandes Ribeiro Filho sancionou a Lei n° 488, ainda em 2001. Portanto, a apresentação atual do Hino de Arari deverá ser: letra do poeta José de Ribamar Fernandes e música e instrumentação originais de Pedro Growel, música e instrumentação atuais do maestro arariense Carlos Gonçalves Martins.

A composição da Letra Exaltação do Arari, de José Fernandes é marcada por traços geográficos e expressão de valores aos olhos do eu lírico; a composição põe em destaque os campos que enfeitam o lugar, município da Região dos Lagos pertencente à Baixada Maranhense.

O Rio Mearim, maior acidente geográfico e grande fonte de vida do município, outrora de meio de transporte e de pesca, hoje também de irrigação agrícola e suporte à piscicultura, é destacado, no texto. Esquecidos não foram os fortes e agradáveis ventos que

pairam na vastidão do teso arariense, com maior evidência entre os meses de maio e julho. A letra faz referência, ainda, ao dinamismo e bondade da gente do lugar, ao amor à terra que é posta como orgulho do Maranhão.

Localização

O Município Arari localiza-se ao Norte do Estado, na Baixada Maranhense. Faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Anajatuba e Viana; a Oeste com Cajari e Vitória do Mearim; ao Sul com Conceição do Lago – Açu e a Leste com Matões do Norte, Miranda do Norte e Anajatuba (Mapa 3).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -03°15’41” de latitude e -44° 52’22” de longitude; Oeste -44°52’41” de longitude e -03°17’52” de latitude; Sul -03°50’19” de latitude e -44°36’34” de longitude; Leste -44°35’37” de longitude e -03°26’43” de latitude.

Extensão

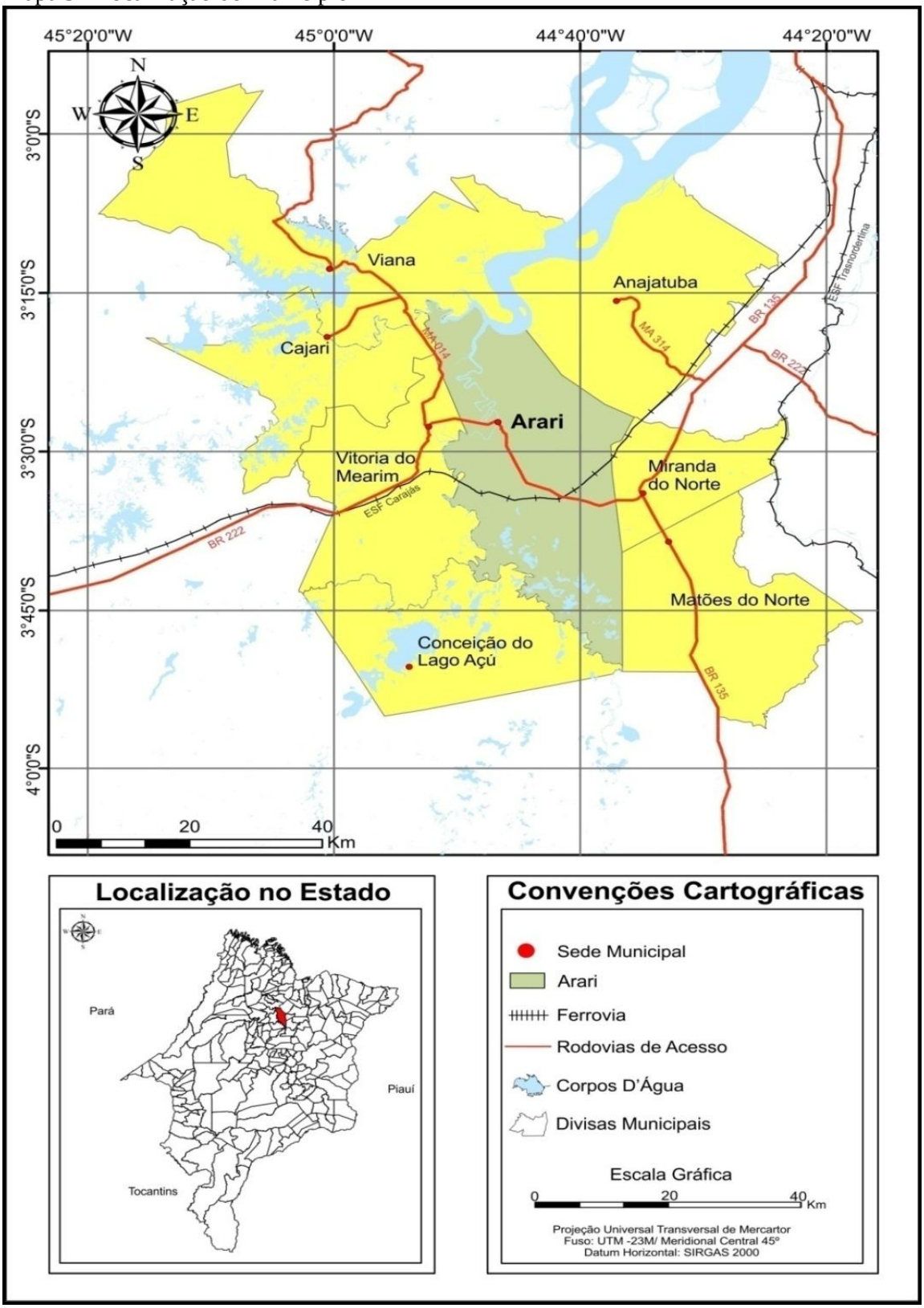
O município tem 1.100,3 km^2, sendo o 90º do Estado em extensão, representando 0,33% do território do Maranhão. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa o 18º lugar com 2,09% da extensão e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense é o 7º correspondendo a 6,25%.

Processo de Ocupação

Os primeiros habitantes do município foram os índios pescadores denominados arary, com os quais os primeiros contatos teriam sido as margens do igarapé do mesmo nome. Entretanto, a primeira penetração no território foi atribuída a portugueses e africanos, tendo o local recebido o nome de Sítio. A palavra arari, no tupi-guarani, significa arara pequena.

Arari possuía vinte e duas casas de telha e sessenta de palha, uma igreja, uma capela, e um bom número de moradores, em suas cercanias.

Mapa 3 - Localização do Município



Fonte: IMESC, 2013; IBGE, 2013

Em 1720, existia um pequeno povoado a margem direita do Rio Mearim, à beira de extenso e lindo campo, próximo do Sítio Velho de Bequimão, com uma população de 34 habitantes - era a vila do Mearim. Vários povoados surgiram nas suas imediações, entre os quais o de Nossa Senhora da Graça, resultado do domínio dos índios em 1723. Nesse mesmo ano, o padre José da Cunha d'Eça da casa real e capitão- mor da Ribeira, instalou, junto à vila uma fazenda, construindo próximo dessa, uma igreja com a vocação de Nossa Senhora de Nazaré, dotando-a de um curral de gado, meia légua de terra e 4 (quatro) escravos. Essa doação foi confirmada pela Carta Régia de 19 de maio de 1760, dirigida ao Provedor-Mor da Fazenda Real do Maranhão. Em 1728, o próprio Pe. José da Cunha d'Eça achou melhor transferir essa freguesia para o Sítio, onde, outrora, existiu o engenho Vera-Cruz.

Mais tarde, o Sítio Velho passou a ter nova denominação, a de Vila do Mearim e com a transferência, aquele povoado perdeu o nome de Vila e passou a chamar-se Curral da Igreja, devido ao curral pertencer à Igreja de nossa Senhora de Nazaré.

Com a morte do Pe. José da Cunha d'Eça e ascensão de Manoel Parente, patente de Capitão-Mor da Ribeira do Mearim, em 1747, Joaquim de Melo visitando a localidade alarmou-se com a frequente queda das barreiras nas margens do rio provocadas, principalmente, pelas fortes marés de pororoca. Por esse motivo, acordou de que a localidade deveria ser transferida para um lugar de terras altas, próximas aos campos baixos, distando rio acima de quatro léguas pelo rio e por terra reduzia-se menos da metade o percurso feito por água.

Em 1750, João Pereira Brandão e José Monteiro de Guimarães assentaram seu arraial a algumas léguas do rio acima de onde, outrora, Bequimão possuía o engenho Vera Cruz dando assim, origem ao povoado Arraial.

Fatos Históricos

Em 08 de dezembro de 1754, Monteiro Guimarães, que mais introduziu negros nessa região, foi nomeado por Gonçalo Lobato Capitão da Companhia da Ribeira do Mearim. Em 1789, houve grande enchente dispersando os poucos habitantes que lá moravam, sendo transferidos para lugares mais altos e de difícil inundação.

Em 1803, o local em que hoje está edificada a sede do município possuía apenas três casas. Em 1808, esse núcleo já contava com mais de dez habitantes, entre eles o

português Lourenço da Cruz Bogéa e sua mulher, a espanhola de tradicional família católica, Maria Isabel de Hungria Martins Bogéa. Em 17 de novembro de 1820,

Em 13 de maio de 1836, o Juiz de Paz, José Antônio Fernandes dirigiu um Abaixo Assinado a Dom Marcos Antônio de Sousa, bispo natural da Província da Bahia, que foi nomeado para o Maranhão pelo Decreto de 12 de outubro de 1836, pedindo que elevasse à categoria de curato, o povoado Nossa Senhora da Graça de Arari.

Nos registros de 1856, constam que o curato de Arari possuía nesse ano, 40 casas de telha, 90 de palha e 1.086 habitantes, inclusive 313 escravos e 08 casas de comércio.
Dois anos depois, pela Lei Provincial Nº 465, de 24 de maio de 1858, Arari foi elevado a Vila, como Distrito Administrativo de Vila do Mearim. Em 1864, pela Lei Provincial Nº 690, de 27 de junho de 1864, Arari foi elevado à categoria de município, passando então a ter autonomia política e administrativa. Pela Lei 692, da mesma data, foi desmembrada de Vitória do Mearim adquirindo novos limites.

Em divisão administrativa, referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 2 distritos: Arari e Barreiros. Em divisão administrativa, referente ao ano de 1933, o município aparece constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datadas em 31/12/1936 e 31/12/1937. Pela Lei Estadual Nº 269, de 31/12/1948, foi criado o Distrito de Bonfim do Arari e anexado ao Município Arari. Em divisão territorial datada de 01/07/1960, o município aparece constituído de 2 distritos: Arari e Bonfim do Arari.

Os Prefeitos de Arari, eleitos desde sua fundação, estão listados abaixo: Vicente Ferreira Rodrigues, Belizário Duarte Fernandes, Raimundo Fernandes, Francisco Pimenta Bastos, João de Lemos, Marcelino Eduardo Chaves, Lucílio Quintino Fernandes, Raimundo Bastos, Manuel Rodrigues Nunes, Gentil Gomes, Virgilio de Almeida, Durval Ferreira, Custódio Chaves Bogéa, Sebastião Leão Absalah da Silva, José Lopes Salgado, Pedro de Alcântara Fernandes, Manuel Rodrigues Nunes, Cipriano Ribeiro dos Santos, Antônio Miguel dos Santos, Ari dos Santos Guterres, Herculano Olimpio Ericeira (1918-1921), Antônio Anísio Garcia (1922-1924/1930-1945), Mateus Vieira (1925), José Aureliano do Vale (1946-1950), Justina Fernandes Rodrigues (1951-1954), Antonio de Jesus Santos (1955-1960), Maria Ribeiro Prazeres (1961-1964), Raimundo de Sousa Fernandes Caiçara (1965-1970), Raimundo dos Mulundus Prazeres (1970-1973), Benedito de Jesus Albas (1974-1977), Domingos Aprígio Batalha (1978-1982), Leão Santos Neto (1983-1988/1993-1996/2007-2012), Horácio da Graça Sousa Filho (1989-1992), Rui Fernandes Ribeiro Filho (1997-2004) e José Antonio Nunes Aguiar-Midubim (2005-2006).

Ambiente Físico

A parte mais interna do município, geologicamente, pertence a duas formações: a Formação Itapecuru, do Cretáceo Inferior que se apresenta constituída de arenitos finos, arenitos argilosos, siltitos e folhelhos, ocupando uma área de aproximadamente 30% do território; o Período Quaternário, do Cenozóico, representado por formações superficiais, depósitos pleistocênicos de argilas adensadas com areias, Neogeno-Quaternário/Plio-Pleistoceno, cobertura laterítica: horizontes pálidos e mosqueados do perfil imaturo, derivado de várias unidades (plintitos) e Quaternário Holoceno, representado por depósitos flúviolacustres, areias finas e médias e pelitos subordinados, o mesmo ocupa uma área de aproximadamente 70% do seu território (CRPM, 2000).

A Geomorfologia do município está enquadrada no Golfão Maranhense, representada por planícies litorâneas flúvio-marinhas e flúvio-lacustres, com presença de tesos e campos inundáveis e uma pequena parte por superfície maranhense com testemunhos, com presença de tabuleiros fazendo, portanto, parte da Baixada Maranhense.

Os solos são representados pelos plintossolos, dominantes no município, com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; pelos gleissolos, solos argilosos a muito argilosos, compreendendo solos minerais hidromórficos sujeitos a alagamentos periódicos; pelos solos aluviais, pouco desenvolvidos, formados a partir de deposições fluviais recentes, moderadamente profundos a muito profundos, com os mais diversos tipos de textura, possuindo drenagem imperfeita ou moderada.

O clima é tropical úmido, com manchas sub-úmidas, apresentando moderada deficiência de água, entre os meses de julho a setembro e chuvas distribuídas entre os meses de janeiro a junho e o período de estiagem de julho a dezembro. A temperatura média mensal é sempre superior a 18°C; a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 76% a 82%; em relação aos totais pluviométricos, apresentam entre 1200 a 2000 mm anuais, com temperaturas médias anuais superiores a 27°C (UEMA, 2002).

A vegetação é formada em parte pela mata dos cocais, representada pelo babaçual, capoeira mista e capoeirão latifoliado, gramíneas, campos inundáveis, representadas por formações abertas e rasteiras em áreas planas, com fisionomia campestre e mata ciliar, que margeia o curso dos rios (UEMA, 2002).

O município faz parte da bacia hidrográfica do Baixo Mearim (Figura 11), apresentando em seu território vários lagos: da Morte, Muquila, Arari-Açu, Coco, Laguinho, Açutinga, Nindiba, Capivara, Jaburu, Patos, Escondido, Poção da Beira, do Palmeiral, das Almas, da Égua, da Barriguda e de Santo Antonio.

O município faz parte da Área APA – Baixada Maranhense Sub-Área do Baixo Mearim e Grajaú.

Figura 11 - Rio Mearim - 2012



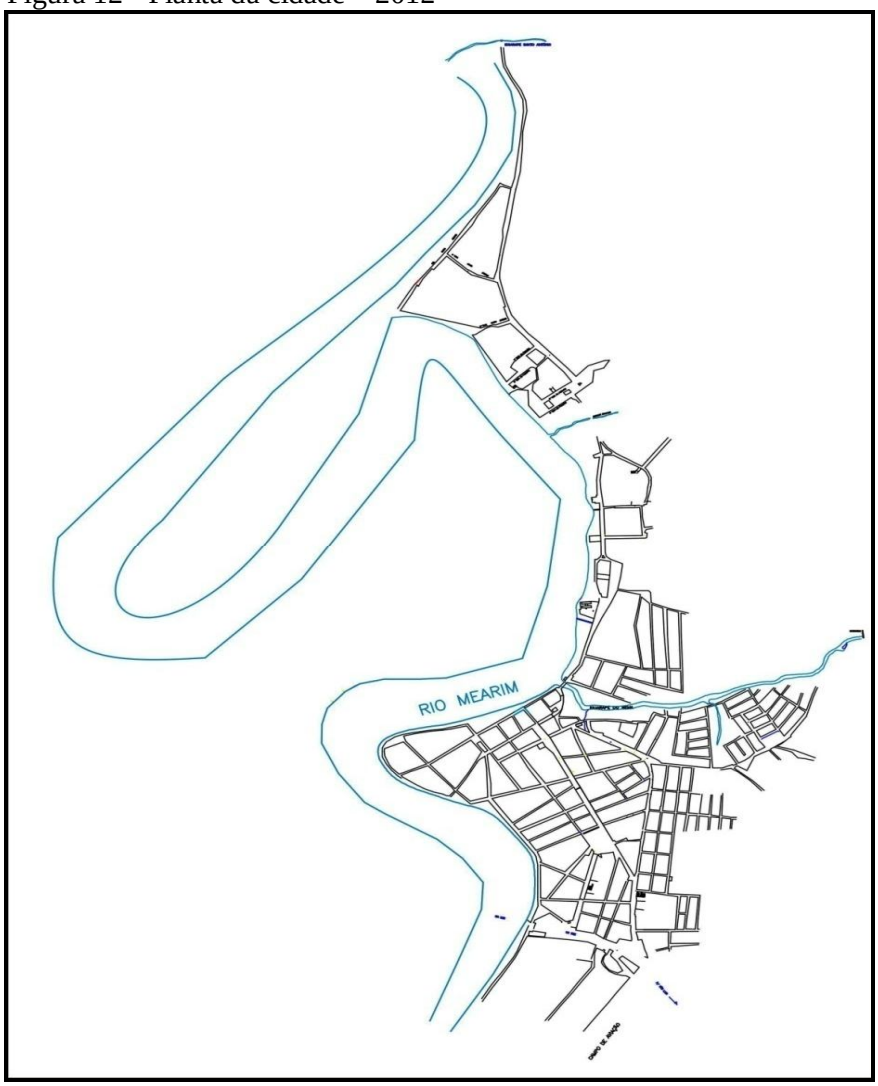
Fonte: IMESC

Espaço Urbano

A área urbana de Arari (Figura 12) surgiu à margem direita do Rio Mearim, alongando-se de maneira serpenteada ou sinuosa acompanhando o rio. Com a construção da BR 222, a cidade expandiu-se nessa direção para onde cresceu. Dessa maneira, a cidade apresenta dois aspectos: o mais antigo, próximo à margem do rio onde estão à igreja e a prefeitura e a área moderna, em direção à rodovia, que foi atravessada pela expansão urbana transformando-a numa extensa avenida.

No sentido Norte e Leste, o crescimento é mais expressivo. E, por ser uma cidade antiga, apresenta várias casas em estilo colonial.

Figura 12 - Planta da cidade – 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Arari

Seu espaço urbano é bem estruturado, com 99% das ruas pavimentas com asfalto e 1% piçarradas. Apresenta aproximadamente 34 travessas, 32 ruas e 3 avenidas, dentre as quais, a Hoendel Hayden, João Lima (Figura 13) e França, sendo duas arborizadas e uma ajardinada, as praças são todas arborizadas, sendo a principal a Praça de Nossa Senhora das Graças (Figura 14).

Figura 13 - Vista parcial da Avenida João Lima - 2012



Fonte: IMESC

Figura 14 - Praça Nossa Senhora das Graças - 2012



Fonte: IMESC

Os principais bairros são: Malvinas, Coréia, Roseana Sarney, Mearim, Maestro José Martins, Novo Horizonte, Centro, Nova Esperança, Habita Brasil, Matadouro, Perimirim, Santo Antonio, Bota-Fogo, Catarina, Flores, Tamarineiro, Trizidela I, Trizidela II e Cemar.

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em 159 comunidades, sendo as seguintes:

Sítios: Alto Alegre, Alto de Areia, Alto de Pedra, Âmago de Pau, Anajá, Aningal, Aranha, Arari-Açu, Arraial, Axixá, Bacabal, Bacabalzinho I, Bacabalzinho II, Bacurau, Biano I, Biano II, Baixa Funda, Barbado, Bela Vista, Belém, Boa Esperança, Boca do Caminho, Boca do mel, Boqueirão I, Boqueirão II, Cajueiro, Campinho, Campo das Folhas, Campo das Locas, Campo Novo, Camunda, Canarana, Canoa, Capim-Açu, Capoeira Grande, Carmo, Carneiro, Catinga, Cedro, Centrinho, Centro do Gerson, Centro do Nelson, Centro do Tomaz, Centro Velho, Cocal, Coco, Conceição, Curral da Igreja, Engenho, Enseada, Enseada do Engenho, Estirão Grande, Estiva, Falta Melhor, Fazenda Velha, Flexal, Flexeiras, Florido, Formigueiro, Giquiri, Gomes, Igarapé do Arari, Igarapé Grande, Ilha da Pindoba, Ilha do Urubu, Ilhota I, Ilhota II, Ipixuna, Itaquipetuba, Jaboti, Jenipapo I, Jenipapo II, Jenipatuba, Lagoa, Lambedor, Macacos, Macaquical, Malhada dos Reis, Mamanduba, Mangueira, Manoel dos Santos, Mantibe, Marajá, Massarandubal, Matadouro, Mirigido, Muquila, Murici, Mutum, Olho d'Água, Pacas, Palmeiral, Passa Bem, Passagem de Areia, Patanaz, Patos, Pedra do Rumo, Pedrinhas, Picos, Pimental Novo, Pindoval, Pinto Morto, Piraiba, Piruaçu, Poção da Cobra, Poção do Peixe, Ponta das Quiribas, Ponta Grossa, Pontal, Quebra Coco, Rabela, Rumo, Santa Inês, Santo Antonio I, Santo Antonio II, Santo Antonio III, São Bento, São José do Gonçalo, São Raimundo, Sapucáia, Serraria, Sitio, Solimões, Táboa, Tabocal, Taruma, Tindiva, Urubuquical, Varame, Vassoural.

Fazendas: Anajá, Barriguda, Boa Esperança, Mamão, Mucura, Recurso, Retiro, Santo Antonio, São Domingos, São José.

Povoados: Açude, Arari-Açu, Bamburral, Barreiro, Bom Fim, Brito, Campo do Carmo, Capoeira Grande, Cipó, Coivaras, Escondido, Felix, Laranjeiras, Manoel João, Mata, Moitas, Morada Nova, Muquila, Paiol, Santo Antonio.

Utilização das Terras

A tabela 9 explicita o uso da terra no espaço rural de Arari. Os dados referentes aos estabelecimentos dificultam a análise, pois um estabelecimento dedica-se sempre a mais de uma atividade, como por exemplo, lavouras temporárias, pastagens plantadas, plantação de

forrageiras, conservação de matas e florestas e assim sucessivamente. Entretanto, pode-se observar que, a maior parte dos estabelecimentos está ocupada com a lavoura temporária e com pastagens naturais.

Quanto à área ocupada dos estabelecimentos, as pastagens naturais, plantadas em boas condições e os sistemas agroflorestais é que se destacam.

Em 2006, dos 39.182 hectares, as pastagens naturais ocupavam 57%, as pastagens plantadas degradadas 3% e as pastagens plantadas em boas condições 11%, totalizando 71% de área utilizada; outro destaque são os sistemas agroflorestais com 11% (Tabela 9).

A lavoura temporária é pouco expressiva ocupando 7%; as áreas destinadas a matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal), corresponderam a 2%, os tanques, açudes ou lagos 3% e as construções, benfeitorias ou caminhos 2% (Tabela 9).

Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	42	187
Lavoura temporária	411	2.722
Área plantada com forrageiras	27	595
Pastagens naturais	175	22.518
Pastagens plantadas degradadas	11	1.060
Pastagens plantadas em boas condições	75	4.423
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	13	773
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	5	112
Sistemas agroflorestais	88	4.295
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	71	1.244
Construções, benfeitorias ou caminhos	66	943
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	13	310
Total	-	39.182

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

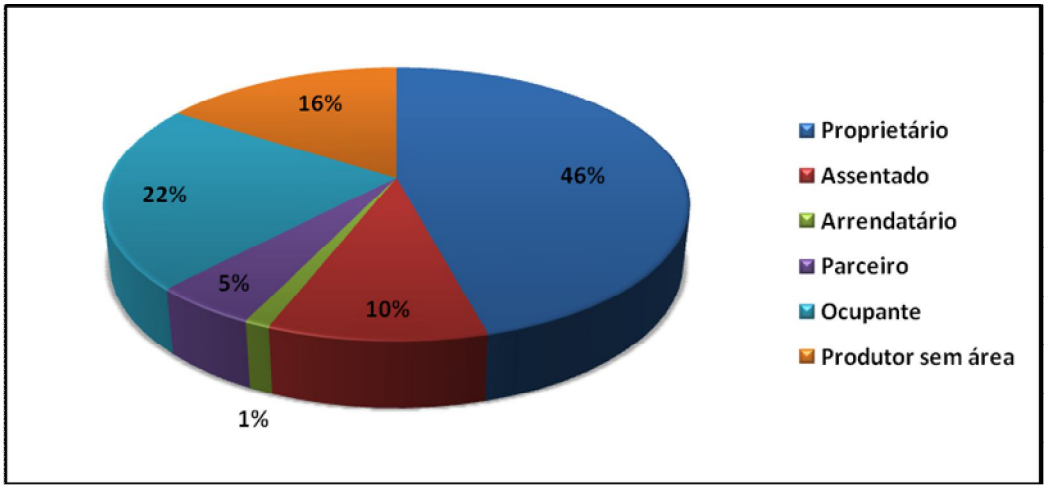
Sobre a condição do produtor (Tabela 10), registrou-se que, dos 668 estabelecimentos estavam, em 2006, 46% com o proprietário que detinha 91% dos 39.215 hectares e, com o arrendatário, apenas 1% dos estabelecimentos e 1% da área, o parceiro detinha apenas 5% dos estabelecimentos e 0,24% da área. Como parceria e arrendamentos são negociados com o proprietário, eleva para este mais 6% dos estabelecimentos e 1% da área, registrando-se, portanto, uma forte concentração de terras com proprietários, especialmente porque, o assentado, por sua vez, ocupa 10% dos estabelecimentos e 0,3% de área, o ocupante que se classifica com 22% dos estabelecimentos, possui 8% da área e, finalmente, o produtor sem terra com 16% dos estabelecimentos (Tabela 10; Figura 15 e 16).

Tabela 10 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	306	35.500
Assentado sem titulação definitiva	68	110
Arrendatário	8	203
Parceiro	33	97
Ocupante	147	3.305
Produtor sem área	106	-
Total	668	39.215

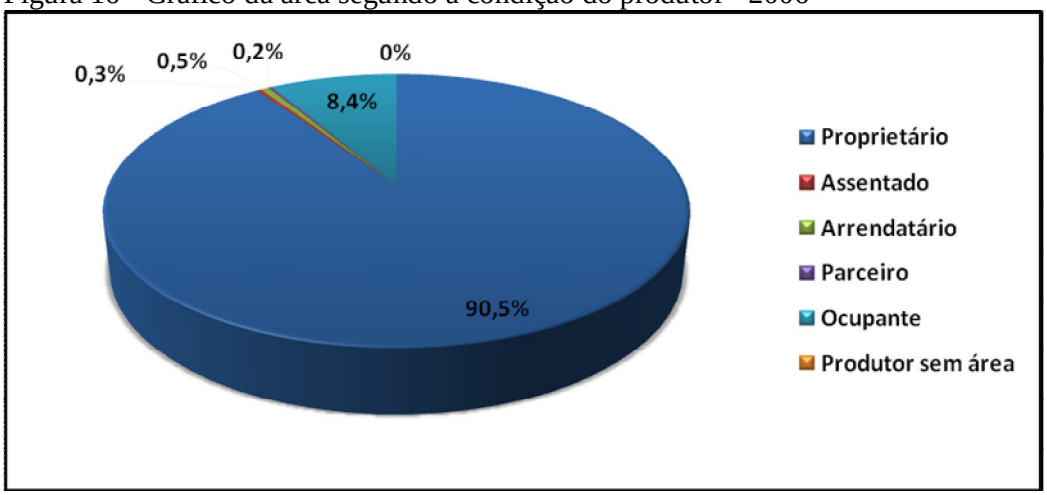
Fonte: IBGE

Figura 15 - Gráfico dos estabelecimentos segundo a condição do produtor - 2006



Fonte: IMESC; IBGE

Figura 16 - Gráfico da área segundo a condição do produtor - 2006



Fonte: IMESC; IBGE

Demografia

O município Arari ocupava, em 2010, a 54° posição em número de habitantes no Maranhão, representando 0,43% da população estadual. Em termos regionais o município ocupava, na Mesorregião Norte Maranhense o 18º lugar, com 1,09% da população e, na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense, o 8º lugar, com 5,05% dos habitantes. A densidade demográfica é de 25,89 hab/km^2.

Analisando a Tabela 11, sobre os censos demográficos de 2000 e 2010, foi possível perceber que o município Arari, nesse decênio, apresentou os seguintes avanços: população total 8%, a população masculina com 7% e a feminina 9%, a população urbana 13% e a rural 1%. Embora a população total tenha aumentado, entre homens e mulheres em termos percentuais houve, praticamente, um equilíbrio, pois a diferença foi de aproximadamente 2 pontos percentuais favoráveis às mulheres. Quanto à área, há uma diferença substancial entre o crescimento da população urbana em relação à rural, o pode ser explicado pelo êxodo, no próprio município ou migração intermunicipal e até interestadual (Tabela 11).

Em 2000, a população total do município era de 26.366 habitantes e, em 2010, de 28.488 habitantes. Naquele ano, a população masculina era de 51% enquanto que a feminina era 49%, portanto, relativamente equilibrada; em 2010, em relação ao gênero, os percentuais foram: homens e mulheres 50%. A população urbana, em 2000, representava 59% enquanto que a rural 41%, portanto, não preocupante; entretanto, em 2010, a população urbana

aumentou 13%, enquanto que em relação à população rural o crescimento foi de menos 1% (Tabela 11).

As causas do crescimento da população urbana é resultado, em parte do crescimento da cidade em direção à rodovia (BR 222/ MA 014) que vai para o Litoral Ocidental, Baixada Maranhense e, em direção aos Vales do Mearim, Grajaú e Pindaré. E da influência da Ferrovia Carajás, cuja estação fica a, aproximadamente, 30 quilômetros da sede municipal possibilitando, assim, o deslocamento da população rural não só em Arari, mas para outros lugares (Tabela 11).

Tabela 11 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	13.352	14.315
Feminina	13.014	14.173
Urbana	15.453	17.483
Rural	10.913	11.005
Absoluta	26.366	28.488

Fonte: IBGE

A população urbana reflete a tendência de aumento de pessoas nas cidades brasileiras. No caso de Arari, nesses últimos anos, a cidade foi beneficiada por diversas rodovias que tanto passam na cidade, como também facilitam a saída do campo, com o surgimento de estradas vicinais, ligando os povoados às rodovias estaduais ou municipais, facilitando o deslocamento. Uma das contribuições do progresso, nesse aspecto, são as motos e mototáxis que substituem o cavalo e outros tipos de transporte, possibilitando a ligação rural/urbana bem mais rápida. Esse fator pode explicar a saída de alguns rurícolas do campo em direção a cidade, embora estes ainda mantenham um vínculo necessário com a área rural, para onde se deslocam diariamente.

Em 2010, o IDHM foi de 0,626, ocupando o 25° lugar em relação ao Maranhão.

Saúde e Assistência Social

Arari possui um hospital público “Unidade Mista Jorge Oliveira”, realizando atendimentos em urgência/emergência, consultas e cirurgias com um leito para emergência e urgência e 52 leitos no setor de internação. Os principais exames realizados são:

ultrassonografia, exames laboratoriais, raios-X e eletrocardiograma, todos integrados ao SUS. Funcionam também onze unidades básicas de saúde. No município, há distribuição de medicamentos. Os casos de transferência de pacientes, em estado grave, são feitos via ambulância até a capital São Luís e custodiados pela Prefeitura, que dispõe de uma ambulância. As doenças mais frequentes são: diabetes, viroses, hipertensão e acidente vascular cerebral (AVC).

Para o atendimento à população dispõem de dois clínicos, três cirurgiões, um clínico geral, um pediatra, um cardiologista, um ginecologista, um radiologista, um oftalmologista e um dentista, três enfermeiros, cinco técnicos de enfermagem, 38 auxiliares de enfermagem e 78 agentes comunitários de saúde, dos quais 44 trabalham na área urbana e 34 na área rural.

Funciona o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF) que conta com onze equipes, cobrindo 100% do município e com onze equipes de Saúde Bucal. O Programa dispõe de onze médicos, onze enfermeiros, onze dentistas e onze técnicos e auxiliares de enfermagem. Outros Programas que constam no município são: Núcleo de Assistência a Saúde da Família (NASF), distribuição de medicamentos por meio da farmácia básica.

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os seguintes Programas: Bolsa Família com 7.790 famílias cadastradas, 4.481 famílias beneficiadas, 1.734 famílias incluídas e 2.239 famílias não beneficiadas; PETI, Pro - Jovem Adolescente, Beneficio de Prestação Continuada (BPC) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRASS), que conta com um grupo de quinze a vinte idosos, e realiza palestras, oficinas, bailes e passeios, há também um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

A Secretaria possui brinquedoteca, com aproximadamente 35 crianças, visando integrar, socializar e tirar crianças das ruas, realizando palestras de conscientização e passeios. As crianças são divididas por faixa etária e desenvolvem atividades culturais nas festas juninas e carnaval. Realiza visitas domiciliares às famílias e conta com o grupo de mulheres, que trabalham com geração de renda em participação de quinze mulheres por turma.

Educação

A rede de ensino do município apresenta 76 escolas, sendo treze na área urbana e 63 na zona rural, distribuídas em 268 salas, onde estão matriculados 4.756 alunos, entre creches, pré-escola, ensino fundamental, e EJA, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O corpo docente municipal é formado por 425 professores com magistério e 275 com o ensino superior completo. A educação estadual atende apenas aos alunos do ensino médio em cinco escolas, todas localizadas na área urbana.

O município possui várias bibliotecas e disponibiliza material escolar, transporte e laboratório de informática. Em relação ao ensino superior Arari conta com duas instituições: o polo da Universidade Estadual do Maranhão, que sedia o Programa Darcy Ribeiro com os cursos de Letras, Química, Biologia, Matemática e História, atendendo, aproximadamente, 200 acadêmicos nos turnos matutinos, vespertino e noturno, e o polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que mantém cursos superiores a distância, com apoio presencial disponibilizando os cursos de Administração Pública, Filosofia, Pedagogia, e Formação Pedagógica para Docência; e Cursos de Pós-Graduação Especialização em Educação no Campo, Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e, os Cursos de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade (EJAD) e Gênero Diversidade na Escola (GDE).

Economia

Em 2010, o PIB de Arari somou R$ 108,965 milhões, representando 0,24% do PIB Estadual e 64ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 66,255 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 30,200 milhões e o industrial R$ 9,929 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 2,581 milhões. A renda *per capita* de Arari alcançou R$ 308,83, levando o município a se situar na 24ª posição em comparação com os demais. Da mesma forma, o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) situou-se 31ª posição em relação IDM, correspondendo a 0,405.
As principais atividades econômicas estão ligadas ao setor primário, a saber:

Agricultura

A agricultura subdivide-se em lavoura temporária e lavoura permanente, sendo a temporária a mais importante. Dentre os produtos considerados de importância econômica, destacam-se os citados na Tabela 12.

Tabela 12 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	1.957	3.834	1.957	3.834	4.932	16.103	3.222	14.492
Feijão	241	200	241	200	121	100	218	250
Mandioca	243	259	239	259	1.437	1.761	273	880
Melancia	80	73	80	73	2.000	657	675	328
Melão	8	7	8	7	88	42	32	18
Milho	583	559	583	559	654	443	239	354
Total	3.112	4.932	3.108	4.932	9.232	19.106	4.659	16.322

Fonte: IBGE

Entre 2006 e 2011, houve um crescimento em todos os itens da lavoura temporária, a saber: área plantada 58%, área colhida 59%, quantidade produzida 107% e valor da produção 250%.

A inserção de métodos modernos na rizicultura, por meio de sua mecanização contribuiu, fortemente, para o ganho de participação dessa cultura no conjunto da área colhida da lavoura temporária, saindo de 63%, em 2006, para 78% em 2011. Das 9.232 toneladas de quantidade produzida em 2006, o arroz representou 53%, em 2011, foram produzidas 19.106 toneladas representando 84%. O valor de produção que em 2006 rendeu R$ 4,659 milhões, o arroz participou com 69%. Em 2011, o valor da produção foi de R$ 16,322 milhões e o arroz participou com 89%.

O segundo produto em área plantada e colhida foi o milho, dos 3.112 hectares ocupados com plantação em 2006, couberam 19% para o milho; em 2011 dos 4.932 hectares plantados 11% foram para o milho; em área colhida, este cereal ocupou 3.108 hectares, 19% em 2006 e 11% dos 4.932 hectares em 2011. Com referência a quantidade produzida, em 2006 e 2011 o milho participou com 7% e 2% respectivamente.

Em se tratando do valor da produção, coube ao milho 5% em 2006 e apenas 2% em 2011, verificando-se, portanto que, por mais que o valor do produto tenha se elevado no mercado, impactando positivamente no crescimento de 48% do valor da produção da cultura, esta perdeu em área e em quantidade produzida nos últimos anos, evidenciando a preferência dos agricultores por outros tipos de culturas, em especial o arroz. O milho é colhido ainda verde e grande parte da produção é comercializada para fazer canjica ou pamonha. É comum, à margem da estrada pessoas oferecendo a espiga de milho assada ou cozida.

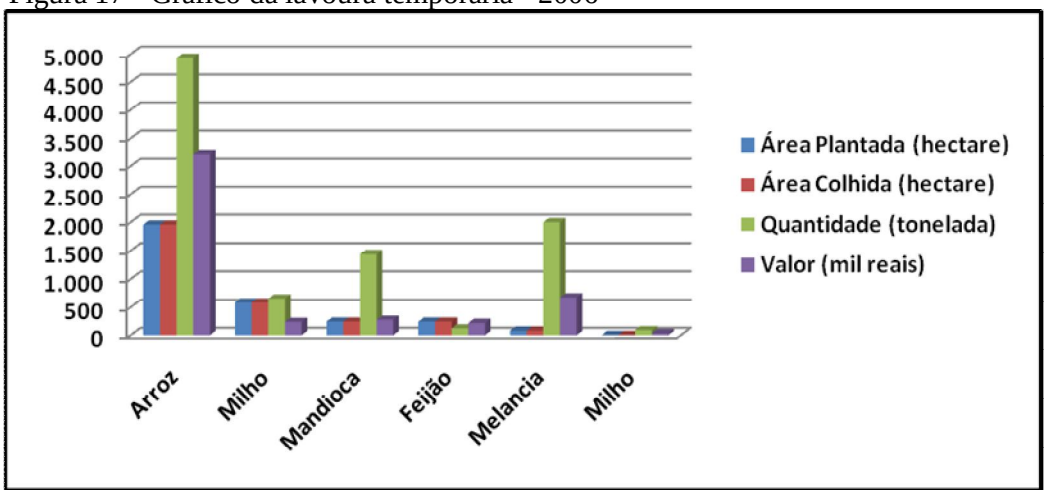
Pode-se considerar como o terceiro produto mais importante do município a mandioca; em área plantada/colhida ocupou 8% em 2006 e 5% em 2011. Em se tratando da quantidade produzida, a mandioca participou com 16% em 2006 e 9% em 2011, apresentando, portanto, uma diferença de 7 pontos percentuais, resultado do crescimento da produção abaixo do crescimento médio da lavoura temporária, impulsionada pela alavancagem na produção de arroz. Para o valor da produção, os resultados em 2006 e 2011 foram 6% e 5%, respectivamente.

O feijão participou em área plantada/colhida em 2006 e 2011 com 8% e 4%, respectivamente. Em quantidade produzida, os resultados foram de 1% e 0,5% nos anos citados. No valor da produção, participou com 5% em 2006 e 2% em 2011. A melancia colaborou em área plantada em 2006 com 2% e em 2011 com 1%, em área colhida foram 3% em 2006 e 1% em 2011, em quantidade produzida em 2006 foram 22% e 3% em 2011; quanto ao valor da produção em 2006 e 2011 foram 14% e 2% respectivamente.

O melão, de menor importância na lavoura temporária, teve os resultados: em área plantada/colhida em 2006 e 2011 participou com menos de 1%; em quantidade produzida e valor da produção em 2006 foi de 1% e, em 2011, menos de 1%; portanto, na lavoura temporária, economicamente, são importantes apenas o arroz, a mandioca e o milho (Tabela 12; Figura 17 e 18).

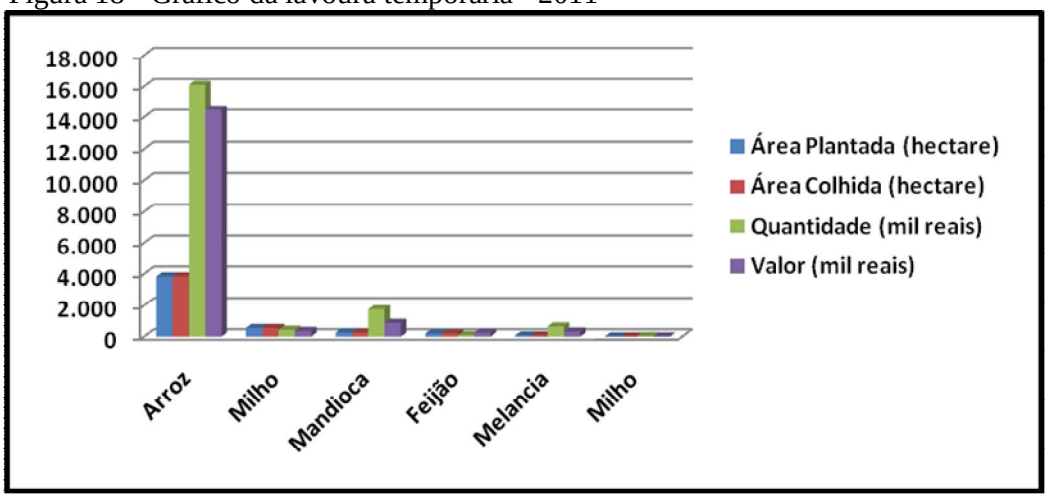
A melancia é plantada em sucessão com o arroz, pois os produtores aproveitam os restos da palha do arroz, para assegurar o máximo de umidade do solo e pouca incidência de ervas daninhas. Outra alternativa que o município adota para aumentar a produção é a busca de tecnologias, como a irrigação por gotejamento.

Figura 17 - Gráfico da lavoura temporária - 2006



Fonte: IMESC; IBGE

Figura 18 - Gráfico da lavoura temporária - 2011



Fonte: IMESC; IBGE

Na lavoura permanente, embora Arari disponha de uma significativa variedade de frutos, são considerados de importância econômica apenas banana, o coco da baía, a laranja, o limão e a manga.

Observando a Tabela 13, percebe-se que a contagem não é homogênea. O coco da baía é em mil frutos, os demais produtos seguem o critério de toneladas. Verifica-se, no entanto, que em 2006 foram produzidos 365 toneladas de cachos de banana, cultivados em 51% dos 49 hectares de área colhida, colaborando, nesse mesmo ano, com 88% do valor total da produção que foi de R$ 306 mil. Esse mesmo vegetal, em 2011, ocupou 39% da área colhida, de onde foram retiradas 117 toneladas de cachos de banana, que renderam 79% do valor total da produção de R$ 107 mil.

O coco-da-baía, dos 10.000 frutos colhidos 6% dos hectares em 2006, renderam somente 2% do valor total da produção. Para 2011, nos 13% dos hectares, foram colhidos 12.000 frutos, que renderam 8% do valor total da produção (Tabela 12).

Colhida em um hectare tanto em 2006 como em 2011, a laranja produzida foi de 3 toneladas em ambos os anos, tendo colaborado com R$ 2 mil e R$ 1 mil, nos exercícios de 2006 e 2011, respectivamente.

Em 2006, os 10 hectares produziram 10 toneladas de limão que renderam 2% do valor total da produção. Em 2011, desse mesmo fruto, foram colhidas sete toneladas que renderam 3% da produção total. A manga colhida em 2006, em 20% dos hectares, produziu 75 toneladas que renderam 19% do valor da produção. Para 2011, a contribuição desse fruto foi de 26% área colhida e 9% do valor da produção (Tabela 12). Resumindo, a banana é o único produto significativo na lavoura permanente de Arari.

O município ainda investe na agricultura familiar, comprando parte da produção e destinando-a para a merenda escolar. Na produção de polpa de frutas, destaca-se o cupuaçu, bacuri, maracujá, murici, tamarindo, juçara, manga, jenipapo, cajá e outras.

Tabela 13 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	25	9	365	117	268	84
Coco da baía*	3	3	10	12	2	9
Laranja	1	1	3	3	2	1
Limão	10	4	10	7	7	3
Manga	10	6	75	32	27	10
Total	49	23	-	-	306	107

Fonte: IBGE *Mil frutos

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais possui 8.000 pessoas sindicalizadas, conforme informação *in loco*, contudo, o total de trabalhadores rurais do município é bem maior.

Pecuária

A pecuária se desenvolve através de práticas extensivas e semi-extensivas. Alguns rebanhos como o suíno são criados soltos, outros permanecem no curral à noite sendo soltos durante o dia, para os campos naturais ou para as pastagens. Embora esta atividade seja um dos sustentáculos econômicos do município, entre 2006 e 2011, o rebanho total diminuiu 18%. Esse movimento foi decorrente da contração dos rebanhos de suíno (-77%), aves (-23%), ovino (-21%), caprino (-13%), bovino (-2%), bubalino (-1%) e equino (-17%). Enquanto isso, os rebanhos de muar (+34%) e assino (+33%) registraram substancial aumento, mas por possuírem menor participação, não conseguiram suavizar as perdas registradas pelos rebanhos de maior participação (Tabela 5).

Como pode ser observado, na Tabela 13, nos anos analisados o maior rebanho é o bovino. Das 105.788 cabeças, que totalizaram o rebanho em 2006,o bovino participou com 42%, enquanto que em 2011, representou 50% das 86.255 cabeças.

O segundo rebanho é o de aves, nessa classificação estão galinhas, pintos, frangos, frangas e galos. Referido rebanho, obteve os seguintes percentuais: em 2006 42% e em 2011 39%. As aves são criações domésticas, uma vez que não se registrou no município nenhuma granja.

O suíno é criado preso ou solto nos campos; representou o terceiro rebanho, correspondendo em 2006 a 10% e, em 2011, a 3%.

Os demais rebanhos são poucos significativos, pois atingiram percentuais menores. Uma exceção é o bubalino que, embora tenha apresentado em ambos os anos analisados 4% e 5% está crescendo.

Os demais rebanhos apresentaram 1%, em 2006 e 3%, em 2011: o asinino, o muar e o equino foram rebanhos importantes como montaria ou transporte de cargas; com a popularização de veículos motorizados esses animais perderam mercado, daí a diminuição dos rebanhos. Em alguns casos o equino ainda é usado como montaria e os dois outros em carroças. O caprino, criado solto, vai muito lentamente sendo usado como alimento, em que pese à rejeição cultural a esse hábito; o ovino é mais para entretenimento (Tabela 14).

A explicação mais relevante para o rebanho bovino ser o mais significativo por ser, historicamente, uma região em que havia e há muitas fazendas de gado, com pastos naturais. Indubitavelmente, o rebanho é voltado para o corte sendo usado, atualmente, o melhoramento genético nas fazendas. Em Arari há significante número de patos, criados soltos ou em regime semi-extensivo nos campos, destacando-se pela criação do pato Paissandu, que apresenta uma excelente capacidade reprodutiva e de tamanho bem maior que o pato comum, chegando a pesar, em quatro meses e vinte dias até 7 kg. Pela qualidade apresentada, é exportado para outros municípios maranhenses e para outros estados brasileiros, principalmente para o Pará, nas festividades do Círio de Nazaré, onde os mesmos apreciam o pato no tucupi.

Tabela 14 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Números de cabeças (Unidades)
Bovino	44.244	43.339
Equino	1.160	955
Bubalino	4.103	4.062
Asinino	140	186
Muar	119	159
Suíno	10.341	2.362
Caprino	930	807
Ovino	720	572
Aves	44.031	33.813
Total	105.788	86.255

Fonte: IBGE

Como produtos de origem animal destacam-se o leite, cuja produção foi de 376 mil litros, que renderam R$ 602 mil e 27 mil dúzias de ovos de galinha, cuja renda foi de R$ 82 mil.

Extrativismo

Os produtos extrativos vegetais considerados importantes na economia são: carvão vegetal, lenha, madeira em tora e amêndoa de babaçu. O carvão vegetal e a amêndoa de babaçu têm a produção em toneladas e os demais em metros cúbicos. Dos 18.263 metros cúbicos produzidos, coube à lenha 95,5% e a madeira em tora 0,5%. E das 823 toneladas produzidas, coube ao carvão vegetal 75% e a amêndoa de babaçu 25%. Do total do valor da produção de R$ 1,422 milhões, a lenha contribuiu com 38%, a madeira em tora com 1%, o carvão vegetal com 39% e a amêndoa de babaçu com 22% (Tabela 15).

A atividade extrativa, no entanto (exceto a amêndoa de babaçu), compromete o meio ambiente, dado o processo da devastação. O carvão é obtido da lenha ou da madeira queimada. A lenha utilizada em olarias e padarias contribui para o aumento da temperatura e acelera o assoreamento dos rios, pois o remanescente como as cinzas são transportados pela chuva; poderia, no entanto, ser utilizada em substituição ao cimento, quando da produção do reboco das residências.

A amêndoa de babaçu é comercializada *in natura*, embora, não raro seja beneficiada artesanalmente na produção de óleo caseiro, utilizado na alimentação.

Sabe-se que são extraídas também areia, pedra e argila, cujo uso principal é a construção civil, mas não se têm informações quantitativas a esse respeito.

Tabela 15 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metro cúbico	
Amêndoa de babaçu	205	-	308
Carvão vegetal	618	-	557
Lenha	-	18.171	545
Madeira em tora	-	92	12
Total	823	18.263	1.422

Fonte: IBGE

Pesca

A pesca é eminentemente artesanal, voltada para o consumo e a comercialização É realizada nos lagos, igarapés e no Rio Mearim. Na época da desova dos peixes, os pescadores recebem a assistência à piracema.

No município há piscicultura praticada por pequenos produtores, existem cerca de 150 piscicultores, com dois ou três hectares de lâmina de água para a criação. Produzem aproximadamente doze toneladas por ano de pescado, sendo vendido para outros municípios e estados. As principais espécies são: tambaqui (*Colossomamacropomum*), tambacu (*Colossoma macropomum* + *Piaractus masopotamicus*/ cruzamento entre o tambaqui e o pacu), tilápia (*Tilápia rendali* ou *Oreochromis niloticus*) e curimatá (*Prochilodus ssp*).

Nos povoados de Arraial e Trizidela, há a rizipiscicultura, isto é, o cultivo consorciado de arroz irrigado e peixe.

Embora não haja estatística de pesca, infere-se sobre a sua importância na economia, pelos 4.200 pescadores que integram a colônia de pescadores.

Indústria

As indústrias que se destacam são a de cerâmica com fabricação de tijolo; de beneficiamento principalmente do arroz, fabricação de uniformes escolares, padarias e na área rural as casas de forno.

Comércio

O comércio de Arari é varejista e atacadista, destacando-se no setor de alimentícios. Possuem quitandas, supermercados, feiras e mercados e o abastecimento do comércio é realizado por transportadoras de outras regiões. No municio, existem doze farmácias e casas voltadas ao agronegócio.

Turismo

As atrações turísticas em Arari são variadas, com destaque para o ecoturismo nos lagos, igarapés, açudes e no Rio Mearim (surf na pororoca). O município conta com um complexo arquitetônico, destacando as casas em estilo colonial (Figura 19), a Igreja Matriz em estilo gótico e as ruínas do Engenho de Açúcar. Nas danças e na música contam com o baile de São Gonçalo, Festa do Divino Espírito Santo, tambor de crioula, bumba-meu-boi e o Coral das Quebradeiras de Coco. Para hospedagem dispõem de três hotéis, quatro pousadas e quinze hospedarias.

Figura 19 - Casas em estilo Colonial - 2012



Fonte: IMESC

As principais festas e festivais são:

- festa de Bom Jesus dos Aflitos, a maior e mais tradicional festa religiosa de Arari e a que traz maior número de romeiros, para sua famosa procissão, durante o mês de setembro;
- festa de Nossa Senhora das Graças, padroeira da cidade e que se caracteriza por animadas novenas e grande procissão, no mês de agosto;
- festival da melancia**,** realizado em setembro, é o ápice das festividades ararienses, refletido no maior fluxo de turistas do ano. Além de momento festivo, o Festival da Melancia é o instante maior das manifestações culturais e extremamente importante para a economia da cidade, pois serve para divulgação e comercialização de um produto agrícola da região. É também um momento de confraternização, pois muitos ararienses que moram em outras cidades ou estados aproveitam a ocasião para visitar parentes e amigos;
- festival da juçara,realizado no povoado Moitas em setembro é muito visitado, animadíssimo e importante economicamente para a zona rural;
- festa do charme arariense,mais tradicional festa dançante da juventude, ocorre em julho. Foi iniciada na década de 1970, pela Turma do Saco, mais famoso grupo de jovens ararienses, que criaram também a inigualável Escola de Samba de mesmo nome;
- festejos juninos, momento de expressiva manifestação cultural popular, representada pelo bumba-meu-boi nos sotaques de orquestra, matraca e zabumba, tambor de crioula, quadrilhas, dança cigana, dança portuguesa e o cacuriá;
- Campeonato Brasileiro de Surf na Pororoca, realizado pela Associação Nacional de Surf de Pororoca (Figura 20) é muito concorrido por praticantes desse esporte em todo o Brasil e, de diversos países europeus e da América Latina. A ideia surgiu a partir de uma aventura de dois surfistas, o paraense Noélio Sobrinho e o maranhense Jerônimo Júnior, que há anos desbravaram a pororoca no município. No Brasil, o fenômeno ocorre em três Estados: Maranhão, Pará e Amapá. Em Arari, o diferencial reside no fato de que, o acesso ao ponto em que a pororoca acontece é o mais viável de todos.

A pororoca acontece no período das marés de sizígia, que ocorrem nos períodos de lua nova e lua cheia. Em Arari, o fenômeno é mais intenso nos períodos de março a maio e de agosto a setembro, favorecendo a prática do surf.

Figura 20 - Surf na Pororoca - 2009



Fonte: Craud.net

Além dessas festividades, existem outras, como: o festival do milho, festival da jaca, festival do capadinho, exposições agropecuárias, vaquejadas e o carnaval.

Conhecida como o portal da Baixada Maranhense, Arari realiza também o Festival do Peixe e sua culinária se destaca pelo jeju cheio, torta de traíra e galinha caipira ao leite de coco. No artesanato, destacam-se as redes e esteiras de palha, potes, alguidares (bacias de barro), coletes para vaqueiros, chapéus e chinelos de couro. Os ritmos mais apreciados pela população são: reggae, forró, pagode, samba e a música sertaneja.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, da 2° entrância, pertence a 27º zona eleitoral, possuindo 79 seções, 21.489 eleitores e onze vereadores (TSE, 2012).

Religião

Predomina no município o catolicismo romano (Tabela 16), com uma igreja na sede municipal, dedicada a Nossa Senhora das Graças (Figura 21), padroeira do município e,

aproximadamente, uma capela em cada povoado. Além da padroeira, são festejados: Nossa Senhora do Rosário, Bom Jesus dos Aflitos, Nossa Senhora da Guia, Sant' Ana, São José e o Divino Espírito Santo.

Figura 21 - Igreja Matriz de Nossa Senhora das Graças - 2012



Fonte: IMESC

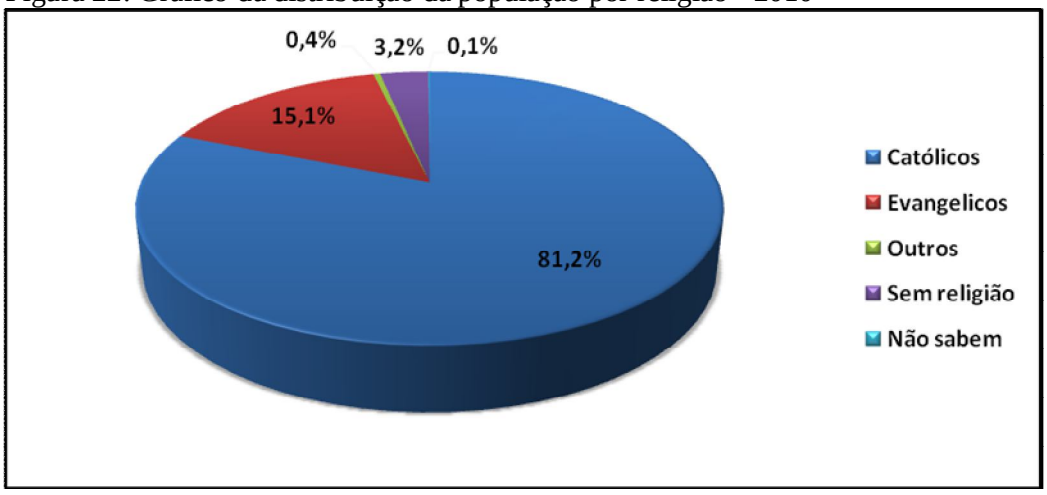
Os evangélicos (Tabela 16) são a segunda religião classificada. São dez templos na área urbana e inúmeros na área rural, divididos nas congregações: Batista, Assembleia de Deus, Adventista do Sétimo Dia, Testemunhas de Jeová, Reino da Graça de Deus, Universal do Reino de Deus e Mundial. Das 28.488 pessoas entrevistadas no censo de 2010, 81% são católicos, 15% evangélicos, 0,4% outras religiões, 3% sem religião e 0,1% não soube informar (Figura 22). Os 3% registrados como outras são religiões ligadas à cultura africana ou indígena (Tabela 16). Na área urbana há seis terreiros de origem africana ou indígena e dez na área rural, que promovem festas, destacando-se os terreiros de umbanda e pajelança.

Tabela 16 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	23.127
Evangélicos	4.304
Outras religiões	126
Sem Religião	908
Não Sabem	23
Total	28.488

Fonte: IBGE

Figura 22: Gráfico da distribuição da população por religião - 2010



Fonte: IMESC; IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água é feito pelo SAAE da prefeitura. A captação na área urbana é através do Rio Mearim e atende 100% do abastecimento doméstico, público e empresarial; na área rural, o abastecimento é feito uma parte pelo rio e outra pelos sistemas de poços artesianos, cisternas e açudes.

O município não conta com sistema de coleta, tratamento e destinação final do esgoto doméstico. As fossas sépticas são mais utilizadas na área urbana, enquanto na rural são mais rudimentares; em 2012 o SIAB registrou 5.630 fossas no município.

A coleta de lixo é realizada na sede, em dias alternados, sendo o lixo depositado em um lixão a céu aberto e depois incinerado, há 5 km da sede.

A energia é fornecida pela CEMAR. De acordo com o Órgão, em relação ao total de consumidores, o residencial possui o maior percentual com 90%, o comércio representa

6%, o rural 1% e o poder público 2%; os outros não representaram nem 1% (Tabela 17). Em relação ao consumo por MWh, o maior consumo está com as residências com 56%, o rural 11%, o comercial 10%, a indústria, o poder e o serviço público 5% cada, a iluminação pública 8%, o consumo próprio menos de 1%.

Tabela 17 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	75.913	6.663.655
Rural	1197	1.281.682
Comercial	5090	1.220.388
Industrial	515	617.988
Poder público	1269	595.071
Serviço público	115	533.589
Iluminação pública	12	913.267
Consumo próprio	12	2.531
Total	84.123	11.828.171

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

Como meio de comunicação, o município dispõe de uma revista intitulada "Cidade de Arari", da rádio Progresso, telefonia fixa e móvel de responsabilidade da TIM, CLARO e VIVO. Possui 109 terminais telefônicos, acessíveis 24 horas e 113 telefones públicos (ANATEL, 2009). Agências do Bradesco e um Banco Postal.

Folclore e Lazer

As principais atrações folclóricas são as festas religiosas e os festivais que ocorrem, anualmente no município, atraindo grande contingente de pessoas para o local, e que são organizados, em sua maioria, pelas associações, podendo ser destacados: a União de Bumba-Meu-Boi (Bairro Malvinas) e a Fundação Cultural da Doutrina Cristã, dentre outras.
As lendas são riquíssimas como: Lenda do Ferro, Lenda do Cavalo Branco, Lenda da Mulher que virava porco.

A Lenda do Ferro - conta que no povoado do Carmo há uma barra de ferro de forma cilíndrica, de mais ou menos um metro de altura por 100 mm de circunferência. De

acordo com a Lenda, que ninguém consegue erguer a barra de ferro a não ser quem ela permita. Muitas histórias permeiam em volta desse ferro, sem que ninguém consiga explicar tal fato.

A Lenda do Cavalo Branco - contam que durante a noite aparece um cavalo arreado de prata com um cavaleiro branco. Contam os moradores que essa aparição nasceu em 1970, e que a pessoa que olha o cavaleiro e seu cavalo, fica muito doente e acaba morrendo.

A Lenda da mulher que vira porco - contam que uma mulher, por motivos desconhecidos, se transforma em porco e aparece para as pessoas.

No município Arari, a população, para o lazer, dispõe de um parque, cinco quadras poliesportivas, dois campos de futebol, seis restaurantes, dez lanchonetes, três clubes, uma boate, seis casas de show, dois ginásios poliesportivos com capacidade para 1.500 pessoas, um estádio de futebol com capacidade para 5.000 pessoas e inúmeros bares.

O município realiza gincanas e possui quatro bibliotecas, três escolas de músicas, uma escola de capoeira, uma banda de música e sete fanfarras.

No aspecto cultural, o município possui dois museus (Manuel Pe. Brandt e da Música).

Transporte

Arari está há 170 quilômetros de São Luís, às margens da BR-222. Da rodoviária, partem ônibus em direção a São Luís, Belém (PA) e Teresina (PI).

O transporte é rodoviário, principalmente intermunicipal, e o município é atendido por ônibus das empresas Sideral, Transbrasiliana, Boa Esperança e outras, além de micro-ônibus, vans, D-20 ou pau-de-arara, táxis, moto táxis, motos, barcos e aéreo, neste caso para fretes.

A comunicação da sede, para a área rural é feita através de carros, motos, vans e ônibus, D-20 ou pau de arara, táxis, mototáxis, transportes à tração animal e barcos. Na área urbana, o transporte é realizado através de mototáxis, motos, carros, transporte a tração animal, barcos e das “bitas”, que são bicicletas adaptadas, que realizam o transporte de mercadorias (Figura 23).

Figura 23 - Bitas - 2012



Fonte: IMESC

2.3 Bela Vista do Maranhão

Símbolos Municipais



Brasão

O brasão foi idealizado por Manuel Ferreira Moura Filho; as duas estrelas representam o prefeito e o vice- prefeito; as nove colunas representam o número de vereadores do município; a estrela maior representa a sede do município e as outras estrelas em arco representam o número de povoados pertencentes ao município. O livro com pena representa a educação e a árvore é uma sumaúma (*Ceiba pentandra Gaertn*), símbolo do município.



Bandeira

Hino

Raízes, raízes, raízes sempre terás.
Raízes, raízes, raízes te sustentarás
(Bis).

Bela Vista tu és formosa
Mais uma estrela no Maranhão
Uma estrela que brilha muito
Iluminando meu coração
Bela Vista, eu te amo tanto
Porque tu és meu torrão

Os pioneiros contam tua história
Tem como marca as três sumaumeiras
As crianças brincando alegres
Elas cresceram juntas sem barreiras
O teu futuro está em nossas mãos
Que vai crescendo sempre sem fronteiras

Os sonhos que teus filhos têm
Está escrito nos livros do futuro
Se for preciso jurar pelo teu nome
Eu juro, eu juro.

O carinho que temos por você
Vale mais que ouro puro.

Parabéns pela sua liberdade
Não está mais naquele cativeiro
Andas hoje com tuas próprias pernas
Porque teu povo é muito interesseiro
É uma cidade atraente
E o teu povo é hospitaleiro

O produto de teu progresso
Está na luta do nosso dia a dia
Os amigos apertam as suas mãos
Dentro do peito mora a alegria
Os jovens sempre estudando
Dando valor a sabedoria

A tua política é muito importante
E vem com ela o poder legislativo
Judiciário aumenta a força
E completa com o poder executivo
Bela Vista tem força

E pra crescer tem um bom motivo

O empenho dos governantes
É trabalhar incansavelmente
E querendo sempre melhorar
É o que quer o povo bela-vistense
É o que faz um cidadão seguro
Porque o progresso está no futuro.

Música e letra: Antonio José Alves da Silva

Localização

O Município Bela Vista do Maranhão está localizado na Baixada Maranhense e faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os municípios: ao Norte de Igarapé do Meio e Monção, a Oeste Santa Inês, ao Sul Altamira do Maranhão e Satubinha e a Leste Satubinha e Pio XII (Mapa 4).

Os pontos extremos correspondem as seguintes coordenadas geográficas: Norte -03°41’41” de latitude -45°19’26” de longitude e; Oeste -45°25’06” de longitude e -03°52’06” de latitude; Sul -03°52’07” de latitude e -45°20’20” de longitude; Leste -45°08’43” de longitude e -03°43’48” de latitude.

Extensão

O município tem 252,5 km^2 de extensão, sendo o 208º do Estado em extensão. Bela Vista do Maranhão representa 0,08 do território maranhense, correspondendo a 55° lugar e 2,48% da Mesorregião Norte Maranhense e, na Microrregião da Baixada Maranhense, o 20º lugar e 1,43% do território regional.

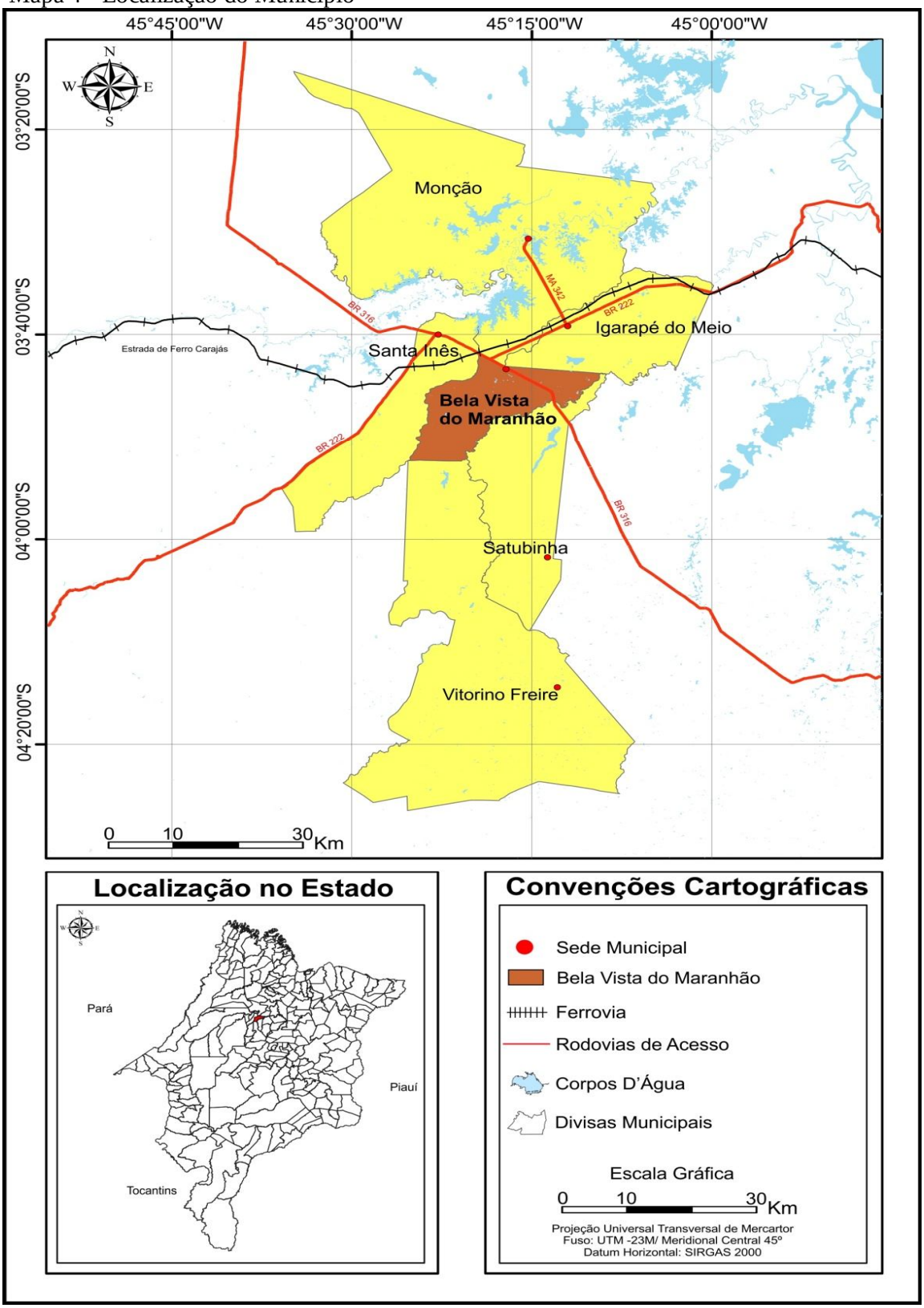
Processo de Ocupação

A cidade de Bela Vista do Maranhão, originou-se de uma vila que se localizava em uma região privilegiada. Essa pequena vila foi fundada por Pedro Vieira da Silva e Raimundo Vera Bezerra, primeiros moradores do lugar. Na família do Senhor Vieira da Silva existiam oito pessoas e quatro na do Senhor Vera Bezerra.

Os primeiros habitantes chegaram à década de 1950, por volta dos anos de 1958 e 1959, sendo os pioneiros Raimundo Vera, sua esposa Raimunda Nonata Bezerra, Pedro Vieira da Silva e, em seguida, Armando com sua esposa Alexandrina, dando início ao povoado.

O nome Bela Vista foi discutido entre as famílias dos Paulo (Carlos Paulo, Deocélio Paulo, Antonio Paulo e os demais), que decidiram optar pelo referido nome pela sua

Mapa 4 - Localização do Município



Fonte: IMESC, 2013; IBGE, 2013

beleza natural. Um monumento histórico e tradicional da cidade é a gigantesca sumaúma, plantada por D. Alvina.

O povoado foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Bela Vista do Maranhão, pela Lei Estadual N° 6.129, de 10/11/1994, desmembrado do município de Vitória do Mearim.

Ambiente Físico

Geologicamente, Bela Vista do Maranhão apresenta formações do Cretáceo, Formação Itapecuru constituído de arenitos finos, arenitos argilosos, siltitos e folhelhos; do Cenozóico, Período Quaternário representado por formações superficiais, depósitos holocênicos de aluviões flúvio-marinhos, formando a maior parte do município; esses depósitos aluvionares recentes são constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas.

Geomorfologicamente, o município faz parte da superfície maranhense, com testemunhos correspondentes a uma área aplainada, durante o Ciclo Velhas, dominada em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira e Golfão Maranhense, área resultante do intenso trabalho de erosão fluvial do Quaternário, posteriormente, colmatada originando paisagem de planícies aluviais, lagoas e rios divagantes.

Os solos são representados pelos plintossolos, dominantes no município, com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; os gleissolos, solos argilosos a muito argilosos, compreendendo solos minerais hidromórficos sujeito a alagamentos periódicos e areias quartzosas, sendo solos arenosos essencialmente quartzosas, profundos a muito profundos, excessivamente drenados, com baixos teores de argila. São distróficos com baixa saturação de bases e fortes a moderadamente ácidos.

Possui o clima tropical úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de julho a setembro; as chuvas se distribuem de janeiro a junho e o período de estiagem de julho a dezembro. A temperatura média mensal é sempre superior a 18°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial, nos três meses mais quentes do ano, é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 76% e 79% e em relação aos totais pluviométricos, apresenta entre 1600 e 2000 mm. A temperatura média anual é superior a 27°C.

O município faz parte da bacia hidrográfica do Rio Grajaú, apresenta poucos lagos, com destaque para o Caboclo Morto e outros. Há, ainda, pequenos lagos, como o Lago da Violência.

A vegetação pretérita era formada pela floresta tropical, mas o acentuado processo de desmatamento a eliminou. Atualmente, a mesma é constituída pela mata de cocais, representada principalmente pelo babaçu, capoeira mista e capoeirão latifoliado, gramíneas e campos inundáveis, caracterizados por formações abertas e rasteiras em áreas planas inundáveis e mata ciliar, que margeia o curso dos rios.

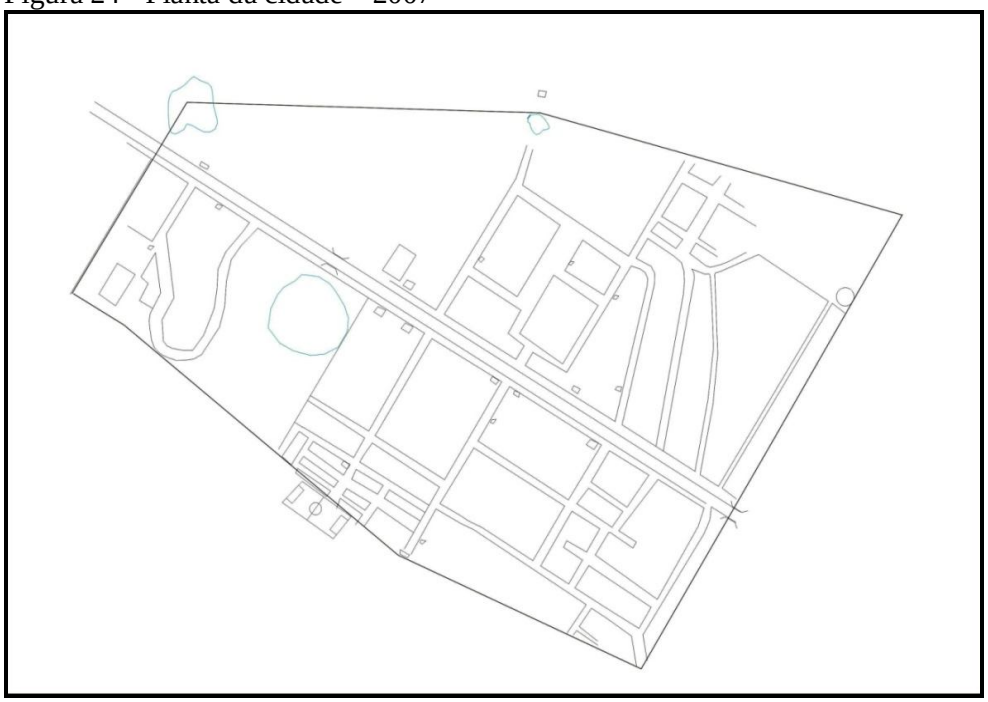
Aproximadamente, 75% do território municipal encontram-se na APA – Baixada Maranhense Subárea do Baixo Mearim e Grajaú.

Espaço Urbano

A cidade de Bela Vista do Maranhão (Figura 24) localiza-se às margens da BR 316 (Figura 25), nas quais surgiram duas ruas (Rua do Comércio, Figura 26), ladeada de árvores frondosas. 70% de suas ruas são asfaltadas, cimentadas e as demais piçarradas; possui sete travessas, sendo três, em partes asfaltadas e piçarradas e quatro não pavimentadas. Possui quatro avenidas, todas arborizadas e ajardinadas, dentre as quais se destaca a Avenida São José (Figura 27). Possui ainda praças, sendo uma arborizada e a outra ajardinada e um parque, que serve de diversão para as crianças.

Os principais bairros são: Bela Vista de Baixo, São José, São Raimundo, Vila Aguiar, Vila Antonio Moraes e Vila Garimpeira.

Figura 24 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 25 - BR 316 - 2012



Fonte: IMESC

Figura 26 - Rua do Comércio - 2012



Fonte: IMESC

Figura 27 - Av. São José - 2012



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural é constituído por 23 localidades, sendo:

Sítios: Alto Bonito, Andradina (originado em 1955, com Pedro Mendonça), Bacabeira, Cajueiro, Canarana, Canoa Furada (fundada em 1947, por Francisco Vidoca e a Senhora Vidoca), Cara Branca (fundado em 1910, pela família Custódio), Centro do Juçaral, Centro do Zé Felix (fundado em 1959, por José Felix), Morada Nova, Tamboril e Vila Nova.

Povoados: Aratauí (fundado em 1947, com Ana), Bambu (fundado em 1894, por Francisco de Matos), Capim Duro (fundado em 1942, por João), Carrasco, Centro do Lulu (fundado em 1938, por Manoel Araújo (Lulu) e Raimundo Pereira de Sousa), Chapadinha (fundada em 1963, por Manuel Vera Dendê), Estaca Zero, Mata Boi ou Curva da Mata Boi (fundada em 1892, por Tintino Pereira de Andrade), Rezinga (fundado em 1949, com o povoado Goiabeira), Tapera ou Itapera (antiga Santa Maria, fundado por Maciano Pereira e Família Vieira), Tocantins (fundada em 1954, por Chico Magarete, Antonio Marcelino, Manoel Jozito de Azevedo).

Utilização das Terras

O município utiliza suas terras para desenvolver várias atividades rurais (Tabela 18) em cada estabelecimento, razão pela qual a soma total não corresponder aos tipos de utilização da terra, pois em um só estabelecimento são aplicadas várias atividades. Contudo, é possível observar que, a atividade econômica mais importante é a lavoura temporária, desenvolvida em 202 estabelecimentos, cujas são pastagens: naturais, plantadas degradadas, plantadas em boas condições, além de outras atividades.

A pastagem natural é própria dos Campos da Baixada Maranhense; as pastagens plantadas degradadas, leva ao raciocínio de itinerância, isto é, áreas plantadas, cultivadas e abandonadas por inexistência de tecnologia ligada à conservação e uso do solo.

Outras atividades, como as várias classificadas como matas e/ou florestas refletem áreas de conservação, enquanto persistem áreas rurais, que beneficiam e levam a inferir outros usos como: tanques, lagos e açudes, em que pese o uso para a pecuária, podem também estar sendo utilizadas para a piscicultura. Finalmente as terras degradadas e inaproveitáveis para plantio, por falta de tecnologia se adequadas ao uso e manejo das mesmas.

Quanto à área, dos 7.095 hectares, as pastagens em todos os seus tipos são mais significativas. A pastagem natural representou 33%, as pastagens plantadas degradadas 2% e as pastagens em boas condições 40%, isto representa 75% da utilização das terras.

As lavouras temporária e permanente representaram 8% e 1%, respectivamente; matas e/ou florestas (destinada à preservação permanente - reserva legal), matas e/ou florestas (com exceção da área de preservação permanente - e as em sistema agroflorestais) e terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.) representaram 4%, 6% e 3%, respectivamente; os outros tipos de atividade representaram 3% (Tabela 18).

Tabela 18 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de Atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	29	80
Lavoura temporária	202	543
Áreas plantadas com forrageiras	6	66
Pastagens naturais	42	2.344
Pastagens plantadas, degradadas	9	135
Pastagens plantadas em boas condições	36	2.860
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente - reserva legal)	10	309
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente - e as em sistema agroflorestais)	44	437
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	13	30
Construções, benfeitorias ou caminhos	15	54
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	10	237
Total	-	7.095

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Destaca-se como principal produtor o proprietário que, em 2006, possuía 44% dos 324 estabelecimentos existentes no espaço rural do município, distribuídos em 97% dos 7.191 hectares (Tabela 19). O arrendatário possuía 6% dos estabelecimentos e 2% da área, o

parceiro 9% dos estabelecimentos e 1% da área. Isso eleva os estabelecimentos do proprietário para 59% e 99% da área, pois os arrendamentos e as parcerias são feitas com o proprietário que recebe o pagamento, em moeda corrente ou com o produto cultivado. O ocupante que teve 8% dos estabelecimentos e 1% da área trabalha em terras que lhes são cedidas pelo proprietário ou pelo poder público.

Quanto ao produtor sem terra, embora estivesse com 32% dos estabelecimentos, não dispõe de área. A participação do assentado sem titulação definitiva foi inexpressiva (Tabela 19).

Tabela 19 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	143	6.961
Assentado sem titulação definitiva	1	-
Arrendatário	21	118
Parceiro	30	67
Ocupante	26	45
Produtor sem área	103	-
Total	324	7.191

Fonte: IBGE

Demografia

O município ocupa o 152º lugar em número de habitantes, o que representa 0,18% do Estado. Classifica-se no 50º lugar na Mesorregião Norte Maranhense, o que corresponde a 0,46% da população. Na Microrregião da Baixada Maranhense está no 21º lugar com 2,12% (Tabela 20). Sua densidade demográfica é de 47,71 hab/km^2.

Entre 2000 e 2010, a população apresentou os seguintes índices de crescimento: população total 18%, a população masculina com 17% e a feminina com 19%; cresceu em 33% população urbana e a população rural 6%. Em 2000, a população masculina era 51% e a população feminina 49%; no mesmo ano a população urbana era 35% e a população rural 65%. Em 2010, a população masculina e feminina mantiveram os percentuais de 2000, enquanto que a população urbana representou 43% e a rural 57%. A diferença entre população urbana, ainda que essa tenha aumentado, permaneceu menor que a população rural. Esse fator pode ser explicado pelo êxodo rural, haja vista o deslocamento das pessoas da zona rural para

a urbana, em busca de melhores condições de vida e, também, possivelmente de migrantes de outros municípios e de outros Estados, atraídos, principalmente, pelas rodovias que cruzam a sede municipal (Tabela 20).

Quanto aos percentuais maiores da população masculina, em ambos os anos analisados, atribui-se ao fato de que as mulheres estejam migrando para outras cidades, principalmente para as capitais dos Estados, em busca de trabalho.

Tabela 20 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	5.077	6.109
Feminina	4.823	5.940
Urbana	3.464	5.170
Rural	6.436	6.879
Absoluta	9.900	12.049

Fonte: IBGE

O IDH ocupou, em 2010, a 152° posição no Estado com um valor de 0,554.

Saúde e Assistência Social

O município Bela Vista não possui hospital, conta apenas com postos de saúde, realizando apenas atendimentos em urgência/emergência, consultas e pequenas cirurgias, uma vez que não leitos de emergência/urgência, nem enfermarias.

Os principais exames realizados são: ultrassonografia, nos postos de saúde, e exames laboratoriais, realizado na Secretaria de Saúde e raios-X, no município de Santa Inês. No município há distribuição de medicamentos e em casos de transferência de pacientes mais graves, são transportados de ambulância até Santa Inês, para a capital São Luís ou para Teresina-PI, custodiados pela prefeitura, que dispõe de duas ambulâncias para tal fim. As doenças mais frequentes são: gastroenterocolite aguda, dengue, notificações de hanseníase, tuberculose e H.I.V.

Não foram disponibilizados dados referentes a quantidades de médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem que trabalham no município, apenas o número de agentes comunitários de saúde, no total de 32, dos quais treze trabalham na área urbana e dezenove na área rural.

O município é assistido pelo Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), organizado em quatro equipes, cobrindo 100% do município. Conta com quatro equipes de saúde bucal e faz distribuição de medicamentos. O Programa dispõe de quatro médicos, sete enfermeiros, dos quais três são da atenção básica (imunização), quatro dentistas, cinco técnicos e auxiliares de enfermagem. Outro Programa no município é o NASF. Há parteiras leigas, embora não se tenha informações sobre o quantitativo.

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os seguintes Programas:

- Bolsa Família com 1.890 famílias beneficiadas;
- PETI beneficiando 318 crianças;
- Pro - Jovem Adolescente, que conta com cinco coletivos, sendo três na sede e dois na área rural;
- BPC na Escola (Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola, dos Beneficiários do Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social) contando com 235 idosos e 115 deficientes;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), voltado para adolescentes infratores e ao público em áreas de risco, realizando palestras e orientações;
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que conta com um grupo de em média 30 idosos, e que realiza fisioterapia preventiva, palestras, caminhadas e bailes nas datas comemorativas.

Conta ainda com brinquedoteca, para aproximadamente 30 crianças, sendo quinze pela manhã e quinze pela tarde, desenvolvendo atividades de pintura e histórias infantis.

Há oficinas de geração de renda com artesanato, alimentação, corte e costura, operação e manutenção de máquinas, sendo algumas dessas realizadas em parceria com o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), além de atendimentos diários de denúncias e visitas a domicílio.

Educação

A rede de ensino do município apresenta dezoito escolas, sendo cinco na área urbana e treze na zona rural, distribuídas em 62 salas, aproximadamente e onde estão matriculados 3.717 alunos, entre ensino fundamental, ensino médio e educação e EJA, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O corpo docente municipal detém aproximadamente 165 professores, das quais 40% possuem magistério e 60% possuem o ensino superior completo. O município possui biblioteca e disponibiliza material escolar, transporte e laboratório de informática e realiza parcerias com a Secretaria de Saúde, chamada Saúde na Escola. Em relação ao ensino superior, o município tem uma instituição particular, a FACAM que oferta o Curso de Pedagogia.

O município possui uma escola particular de ensino fundamental a Escola Santa Maria.

Economia

Em 2010, o PIB de Bela Vista do Maranhão somou R$ 42,498 milhões, representando 0,09% do PIB Estadual e 165ª posição no *ranking* de produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 26,830 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 11,113 milhões e o industrial R$ 3,834 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 721 mil. A renda *per capita* do município alcançou R$ 197,65, levando o município a se situar na 133ª posição em comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 143ª posição, correspondendo a 0,304.

A economia do município é resultado, principalmente, das atividades primarias, destacando-se a agricultura e a pecuária.

Agricultura

A agricultura é voltada para a lavoura de subsistência, parte itinerante e parte mecanizada, e seus produtos são comercializados no município e circunvizinhanças. Os produtos cultivados podem ser observados na tabela 21. Comparando-se o perfil da lavoura em 2006 e em 2011, verifica-se que houve uma queda no total de todos os itens analisados; a área plantada/colhida diminuiu 5%, a quantidade produzida foi de menos 29%, enquanto que o valor da produção reduziu 32%. Comparando-se os resultados obtidos em 2006, verifica-se que o arroz é o produto mais importante. Dos 1.086 hectares, a área plantada/colhida ocupou 31%; em quantidade produzida 10% e no valor da produção 21%.

O segundo produto mais importante, a mandioca, ocupou em área plantada/colhida 29%, em quantidade produzida 55% e no valor da produção 17%. A melancia destacou-se na economia agrícola em 2006; em área plantada/colhida ocupou 9%, em quantidade produzida correspondeu a 29% das toneladas, entretanto, no valor da produção ficou com 49%.

O milho teve com área plantada/colhida 16%, quantidade produzida 2%, mesmo percentual de colaboração no valor da produção; o feijão em área plantada/colhida 14%, em quantidade produzida 1% e em valor de produção 11%; a cana-de-açúcar, cultivo de menor importância adquiriu os seguintes índices: área plantada/colhida 1%, quantidade produzida 2% e valor da produção menos de 1% (Tabela 21; Figura 28).

Destaca-se que dois produtos quantificados em 2006 não foram em 2011, a cana-de-açúcar e melancia, apesar desta ter apresentado uma produção relevante. Houve em 2011, menor quantidade agrícola, os demais cultivos tiveram a área plantada/colhida diminuída (exceto o feijão).Na produção, o feijão e milho aumentaram, enquanto que o arroz e a mandioca diminuíram. Quanto ao valor da produção, o milho e a mandioca aumentaram em mais de 100%.

Em 2011, dos 1.027 hectares plantados/colhidos, a participação foi: arroz 33%, mandioca 29%, milho 16% e o feijão 23%; em quantidade produzida, das 3.099 toneladas, os percentuais foram: arroz 12%, mandioca 82%, milho e feijão 3% cada um; no valor da produção dos R$ 1,233 milhões, o arroz participou com 19%, a mandioca com 62%, o milho com 5% e o feijão com 14% (Tabela 21; Figura 29).

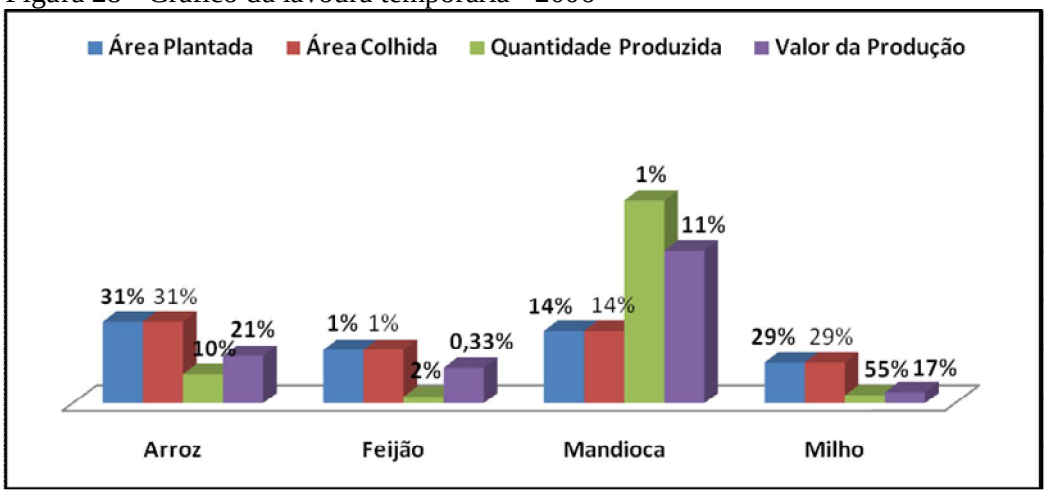
Durante a pesquisa, obteve-se a informação de que tinham diminuído a plantação de melancia, restringindo-se só para o consumo; quanto à cana-de-açúcar não obteve-se informação.

Tabela 21 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	338	337	338	337	506	364	376	236
Cana-de-Açúcar	6	-	6	-	120	-	6	-
Feijão	157	222	157	222	72	84	201	176
Mandioca	315	300	315	300	2.835	2.550	309	765
Melancia	100	-	100	-	1.500	-	878	-
Milho	170	168	170	168	85	101	29	56
Total	1.086	1.027	1.086	1.027	5.118	3.099	1.799	1.233

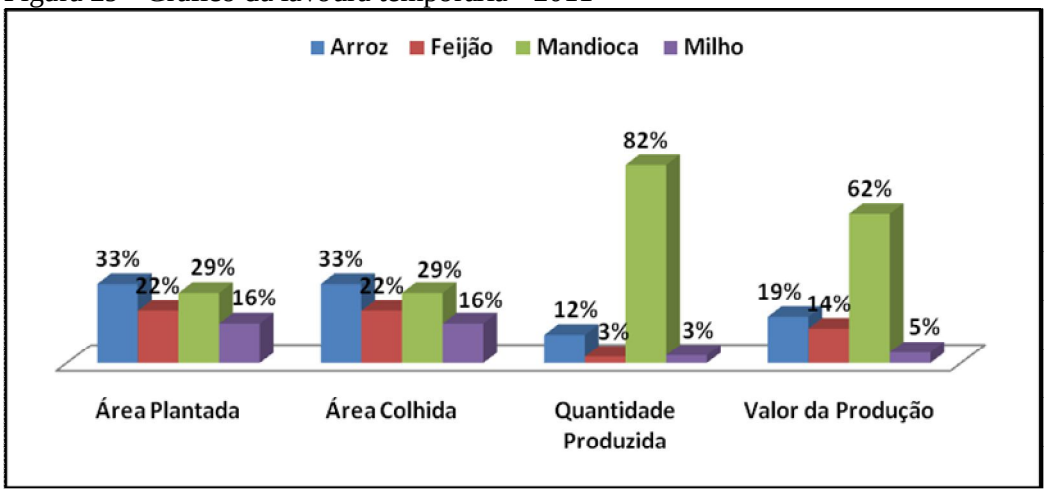
Fonte: IBGE

Figura 28 - Gráfico da lavoura temporária - 2006



Fonte: IMESC; IBGE

Figura 29 - Gráfico da lavoura temporária - 2011



Fonte: IMESC; IBGE

Quanto à lavoura permanente, embora seja observado o consumo de diversas frutas na sede do município, só três são consideradas, pelo IBGE como de importância econômica: banana, castanha de caju e coco-da-baía. Como a informação da quantidade produzida é heterogênea (coco-da-baía em 1.000 frutos e os demais em toneladas), não foi possível analisar o item sobre quantidade produzida, nos dois anos abordados.

Do ano de 2006 a 2011, a área total colhida e o valor da produção cresceram 14% e 42%, respectivamente. Em relação aos produtos, em área colhida todos cresceram: banana 13%, castanha de caju 11% e o coco-da-baía 40%; em valor de produção a banana e o coco-da-baía cresceram 45% e 180%, respectivamente, a castanha de caju diminuiu 22%.

Em 2006, dos 72 hectares de área colhida, a banana representou 31%, a castanha de caju 62% e o coco-da-baía 7%. No aludido ano, o valor da produção foi R$179 mil, com as seguintes contribuições: 87% banana, 10% castanha de caju e 3% coco-da-baía (Tabela 22).

Em 2011, dos 82 hectares, a banana representou 30%, a castanha de caju 61% e o coco-da-baía 9%; o valor da produção foi de R$ 255 mil, aumentou 30%, com as seguintes participações: 89% para a banana, 6% tanto para a castanha de caju quanto para o coco-da-baía (Tabela 22).

Tabela 22 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	22	25	198	213	156	227
Castanha de caju	45	50	18	16	18	14
Coco da baía*	5	7	14	19	5	14
Total	72	82	-	-	179	255

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

Praticada de maneira extensiva e semi-extensiva, a pecuária, no município Bela Vista do Maranhão, se desenvolve principalmente nos campos naturais, embora se registre pastagens plantadas, assim como produção de forrageiras. Os rebanhos que cresceram entre 2006 e 2011 foram: bovino 3%, caprino e ovino 63% cada e equino 10%. Tiveram seus rebanhos diminuídos, o suíno 25%, muar e aves ambos com 53%.

O equino, o asinino, o muar e o ovino são rebanhos, cuja atividade econômica diminuiu sensivelmente, pois eram usados como montaria ou como transporte de cargas. Com o surgimento das rodovias e a facilidade de aquisição de transportes motorizados, estão sendo preteridos.

O caprino, embora de maneira tímida, vem adquirindo mercado como produto para alimentação. Como aves são registrados galos, galinhas, frangos, frangas e pintos, criados nos quintais.

Em 2006, das 24.844 cabeças, a maior participação foi de aves com 61%, seguida por: bovino 33%, suíno 2%, equino e asinino com 1% cada. Os demais rebanhos somaram 2% (Tabela 23).

Em 2011, foram registradas 16.679 cabeças, menos 33% em relação a 2006. Dessas, o bovino participou com 50%, as aves com 43%, o equino e o suíno com 2% cada, o caprino e ovino ambos com 1%, asinino e muar juntos 1% (Tabela 23).

Tabela 23 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Números de cabeças (Unidades)
Bovino	8.133	8.354
Equino	226	248
Asinino	261	74
Muar	86	40
Suíno	445	332
Caprino	107	174
Ovino	144	234
Aves	15.442	7.243
Total	24.844	16.679

Fonte: IBGE

Em 2011, foram produzidos 1,641 milhões de litros de leite que renderam R$1,477 milhões, além de 9 mil dúzias de ovos de galinha que renderam R$ 44 mil.

Extrativismo

Embora no município exista uma diversidade de frutas, para fins econômicos, como extrativismo vegetal, o IBGE considerou só carvão vegetal, amêndoa de babaçu e lenha, os dois primeiros quantificados em toneladas e a última em metros cúbicos. Das 350

toneladas produzidas em 2011, houve uma equiparação entre os valores do carvão vegetal que participou com 51%, e da amêndoa de babaçu com 49%; a lenha representou 100% dos metros cúbicos (Tabela 24).

A amêndoa de babaçu é um produto muito importante, pois além da sua extração não prejudicar a natureza, a amêndoa ao produzir óleo possibilita a utilização deste na fabricação de sabão, sabonetes, margarina, enquanto que o mesocarpo é alimento nutritivo e do endocarpo se pode obter carvão e outros subprodutos.

A lenha, quase sempre resultado da coivara das roças, produziu 1.600 metros cúbicos, no ano de 2011, sendo utilizada nos fornos das casas de farinha, nas padarias e nas cerâmicas. Entretanto, polui, principalmente com as cinzas que se dispersam no ar ou quando são arrastadas pela correnteza pluvial assoreando os rios. Se utilizada substituindo o cimento na construção civil, imprime ótimos resultados.

Esses produtos renderam R$ 476 mil, no ano de 2011, sendo a amêndoa de babaçu a mais importante, representando 49%, o carvão vegetal 45% e lenha 6%.

Tabela 24 – Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	170	-	230
Carvão vegetal	180	-	216
Lenha	-	1.600	30
Total	350	1.600	476

Fonte: IBGE

Pesca

A pesca, realizada principalmente no Rio Grajaú, é eminentemente artesanal seu produto é comercializado o excedente no município e nos municípios vizinhos. Na época da desova, os pescadores recebem a assistência à piracema.

As principais espécies são: branquinha (*Psectrogaster amazônico*), curimatá (*Prochilodus ssp*), o piau (*Leporinus obtusideuns*) e mandi (*Pimelodus sp*). Embora não exista estatística de pesca, pode-se inferir a sua importância na economia do município, verificando que ali existe a colônia de pescadores com 960 associados inscritos.

Indústria

As únicas atividades industriais se referem às casas de farinha e padarias.

Comércio

O comércio, desenvolve-se ao longo da Rua do Comércio, é predominantemente varejista, sendo oatacadista secundário destacando-se na comercialização de refrigerantes e água mineral. É composto por quitandas, supermercado e feiras, as quais apresentam inúmeros produtos, principalmente os advindos da agricultura familiar do município. O centro abastecedor do comércio é Bacabal, Santa Inês e Imperatriz.

Turismo

O turismo é pouco desenvolvido, com relevância para o campo do ecoturismo, com destaque para o Rio Grajaú. São realizados os encontros e festejos religiosos, principalmente as festas de: Nossa Senhora da Conceição e São José, as festas juninas, os festivais da melancia e do peixe e o concursos de beleza realizados nas escolas.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Santa Inês, pertence a 57º zona eleitoral, possuindo 48 seções, 8.861 eleitores e nove vereadores.

Religião

Predomina no município a religião católica, à qual possui duas igrejas na área urbana, uma dedicada à padroeira do município, Nossa Senhora da Conceição (Figura 30), e seis na área rural. Os principais festejos são da padroeira e dos santos citados anteriormente.

Figura 30 - Igreja Matriz - 2012



Fonte: IMESC

Os evangélicos possuem nove templos na área urbana e seis na área rural, distribuídas nas congregações: Batista, Assembleia de Deus, Adventista e Testemunha de Jeová. Os terreiros de umbanda são três na área urbana e dois na área rural.

Como pode ser observado na tabela 25, dos 12.049 habitantes entrevistados 77% são católicos, 17% são evangélicos, 0,15% umbandistas ou candomblé, 0,14% pertencem a outras religiões e 6% não tem religião. Pela referida tabela, verifica-se que o número daqueles sem religião é significativo.

Tabela 25 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	9.296
Evangélicos	1.988
Umbanda e candomblé	18
Outras religiões	17
Sem religião	730
Total	12.049

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água está a cargo da Prefeitura. A captação é feita por meio de poços artesianos, atendendo a toda zona urbana, em sistema de rodízio e parte da zona rural, os demais povoados utilizam cacimbas.

O município não conta com rede coletora de esgotos. As fossas sépticas são principalmente utilizadas na área urbana, enquanto que na rural são mais rudimentares; em 2012 o SIAB registrou 2.186 fossas no município.

A coleta de lixo é realizada duas vezes na semana, por caminhão e caçamba, sendo o lixo depositado em um lixão a céu aberto, distante 2,5 km da sede na Vila Aguiar.

A energia elétrica é fornecida, ao município, pela CEMAR. Em relação ao total de consumidores que somou 30.929 usuários, o maior consumo é residencial com 92%, o comercial 3%, o rural, o poder público e o serviço público representaram 1% cada, os demais usos corresponderam a 2% (Tabela 26).

Em 2010, foram consumidos 3.673.248 MWh dos quais, 61% foi residencial, comercial e rural 5% cada, 7% poder público, 14% iluminação pública, 8% serviço público e menos de 1% para o industrial (Tabela 26).

Tabela 26 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	28.575	2.234.659
Rural	295	184.850
Comercial	1.081	195.526
Industrial	140	19.920
Poder público	509	240.315
Serviço público	317	278.426
Iluminação pública	12	522.552
Total	30.929	3.676.248

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma emissora de rádio, a Samaritana, um posto de atendimento do Bradesco, uma lotérica, uma agência dos correios e serviço de telefonia fixa e móvel de responsabilidade da OI.

Possui 36 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 37 telefones públicos (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

As principais atrações folclóricas são as festas religiosas, o carnaval tradicional de rua e os festejos juninos, caracterizados principalmente pelo bumba-meu-boi sotaque de orquestra, quadrilhas, dança portuguesa e cacuriá.

O município possui um ginásio poliesportivo com capacidade para 700 pessoas, dois campos de futebol, cinco restaurantes, uma boate, quatro lanchonetes e inúmeros bares.

Transporte

A sede está às margens da BR-316, distante 242 quilômetros de São Luís, tendo como vias de acesso as BR 222 e 316. As cidades mais próximas são Igarapé do Meio e Santa Inês.

O meio de transporte mais utilizado é o rodoviário; o deslocamento intermunicipal é feito por ônibus, micro-ônibus, vans, D-20 ou pau de arara, táxis, motos, mototáxis e transporte com tração animal. Para o deslocamento dentro do espaço urbano/rural utilizam-se os meios de transporte citados; dentro do espaço urbano, os moradores utilizam vans, motos e mototáxis.

2.4 Cajari

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Cajari um pedacinho do Brasil,
cidade meiga e varonil,
de um povo alegre e tão feliz.
Cajari terra de amor e de progresso,
Tua juventude forte e
pura a esperança do futuro
Tens lindos campos verdejantes,
soberbos babaçuais
O Rio Maracu à sombras dos araribais
O céu cor de anil a envolver
os solos teus
Cajari cidade és abençoada por Deus
Cirene Serra a pioneira da cultura,
lutou com pujança e
bravura em prol da educação
São Benedito o nosso
Santo Padroeiro
nos protegendo a vida inteira
Cajari risonha flor do Maranhão.

Autor da letra e música: desconhecido.

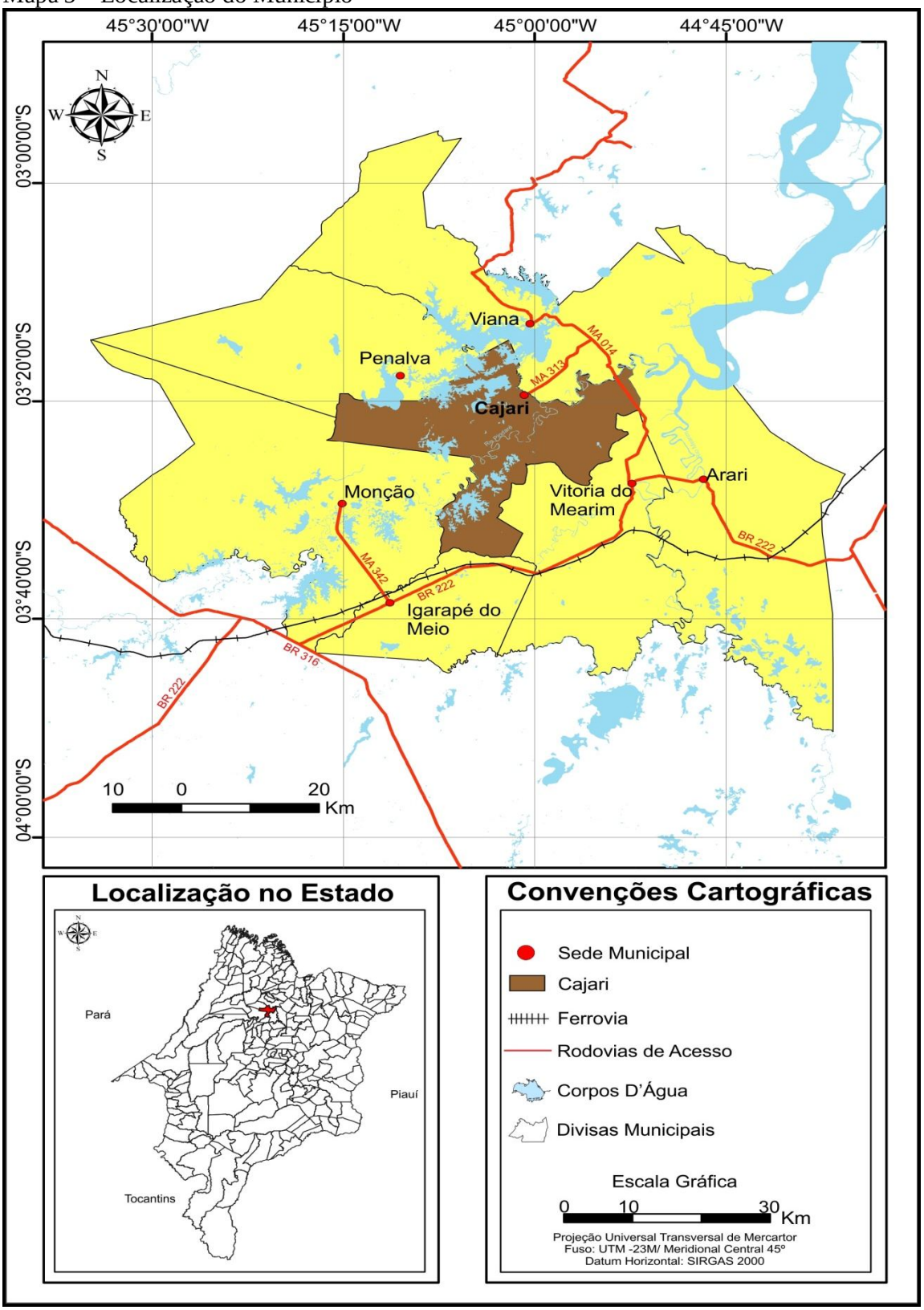
Localização

O Município Cajari encontra-se localizado na Baixada Maranhense na Mesorregião Norte Maranhense Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: Norte com Viana, Oeste com Penalva e Monção, ao Sul com Monção, Igarapé do Meio e Vitória do Mearim e Leste com Arari (Mapa 5).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -03°14’20” de latitude e -45°01’ 57” de longitude, Oeste -45°15’15” de longitude e -03°19’15” de latitude, Sul -03°34’ 85” de latitude e -45°07’20” de longitude e Leste -44°51’41” de longitude e -03°19’47” de latitude.

Mapa 5 – Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

Com 544,1 km² o Cajari ocupa no Estado o 161° lugar, correspondendo a 0,16% do território. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa a 42° posição, representando 1,3% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense ocupa a 13° posição, com 3,09%.

Processo de Ocupação

Em 1851, o local onde se localiza a cidade de Cajari era um simples porto da Fazenda Cadoz, de propriedade do Coronel Jerônimo Viveiros. Nessa época, existiam apenas os armazéns de depósito de açúcar de produção da fazenda, e dos gêneros de produção do Estado, oriundos de vários pontos do interior de Penalva, de onde pertencia a localidade.

No Porto ancoravam barcos à vela, alguns vapores de navegação flúvio-marinho para receberem carregamentos e lenha, combustível essencial para as embarcações naquele período.

Em 1877, ocorreu um crescente desenvolvimento do Porto e a construção de uma capela sob a invocação de São Benedito, atraindo populações que começaram a construir habitações. A localidade, então, passou a ser denominada de arraial do Barro Vermelho.

Com a Lei Áurea (1888), a população liberta do Maranhão construiu moradias no arraial. Surgiram casas, comércios, oficinas, escolas particulares e, posteriormente, públicas. Estabeleceram-se nesse local, as famílias Serejo e Muniz, que além de organizarem festividades religiosas, contribuíram para o surto de progresso.

Naquele período educação, com o abnegado professor José Napoleão Serejo, desenvolveu-se na localidade em todos os aspectos. A primeira cadeira no ensino público estadual foi a de ensino misto primário, criada pela Lei Nº 164 de 21 de maio de 1896, ministrada pela professora Cirene Diniz Abreu.

A economia do povoado desenvolve-se principalmente, por meio da extração da amêndoa do babaçu que crescia exponencialmente naquele período. Em 22 de novembro de 1923, foi instalada uma coletora para agilizar os processos de beneficiamento dos frutos.

Em 14 de julho de 1925, o povoado Barro Vermelho foi elevado à categoria de vila pela Lei N° 638, sujeita ao município e Juízo de Paz do termo de Penalva. As tentativas de emancipação foram norteadas pelo anseio populacional e, pela influência de Manoel Clodomir Serejo, que culminaram com a Lei N°179 de 13 de novembro de 1948, Lei de

Criação do Município. No mesmo ano, ocorreu a ratificação do município referenciada pela Lei N° 269, de 31 de dezembro de 1948.

Ambiente Físico

O embasamento geológico de Cajari compreende duas formações: Aluviões Flúvio-Marinhos e Formação Itapecuru. A primeira é formada por depósitos aluvionares do Quaternário (1,5 milhão de anos atrás) compostos em geral por cascalhos, argilas inconsolidadas e areias, encontrada em maior porção no território. A Formação Itapecuru, pertence ao Cretáceo (145,5 milhões a 65,5 milhões de anos atrás), constituída por arenitos de textura fina, com cores avermelhadas, cinzas e róseas, em geral com estratificação horizontal.

O Golfão Maranhense é a feição geomorfológica presente em Cajari, resultante dos trabalhos de erosões fluviais no Quaternário, originando paisagens de planícies aluviais, ilhas, lagoas e rios, características marcantes da Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense (UEMA, 2002).

De acordo com Feitosa e Trovão (2006), a Baixada Maranhense possui extensos ambientes rebaixados, ponteados de relevo residuais. No interior destes ambientes formam-se os tesos, acumulações de sedimentos, cujos topos muitas vezes ficam descobertos das inundações, onde se desenvolvem vegetação com característica de terra firme.

No município, os solos são classificados em aluviais, plintossolos e gleissolos. Os solos aluviais são pouco desenvolvidos, formados a partir de depósitos fluviais do Quaternário, moderadamente profundos a muito profundos com texturas variadas, devido à drenagem imperfeita; são encontrados nas áreas de várzeas do município. Os plintossolos são solos imperfeitamente drenados, com textura arenosa ou média, raramente argilosos, com cores escuras pela presença de matéria orgânica. Os gleissolos são solos argilosos e muito argilosos, sujeitos a alagamentos periódicos; recebem influência do excesso de umidade permanente ou temporária, em decorrência do lençol freático próximo a superfície.

A paisagem lacustre do município é formada pelos Lagos Cajari, Viana, Seco, Grande de Tanquara, Santa Rosa, Porno-Açu, Santa Maria e outros. O Lago Cajari faz parte do sistema lacustre Cajari - Penalva integrante da bacia do Rio Pindaré. É um lago permanente com grande importância econômica, principalmente depois da construção da barragem que aumentou seu fluxo d’água (Figura 31).

Figura 31 - Visão parcial do Lago Cajari - 2012



Fonte: IMESC

Espaço Urbano

As residências de Cajari, em geral, são estruturadas com alvenaria, revestidas externamente por cimento e cobertas com telhas feitas de barro. Nas áreas próximas aos lagos, podem-se identificar casas feitas com madeira e/ou palha (Figura 32).

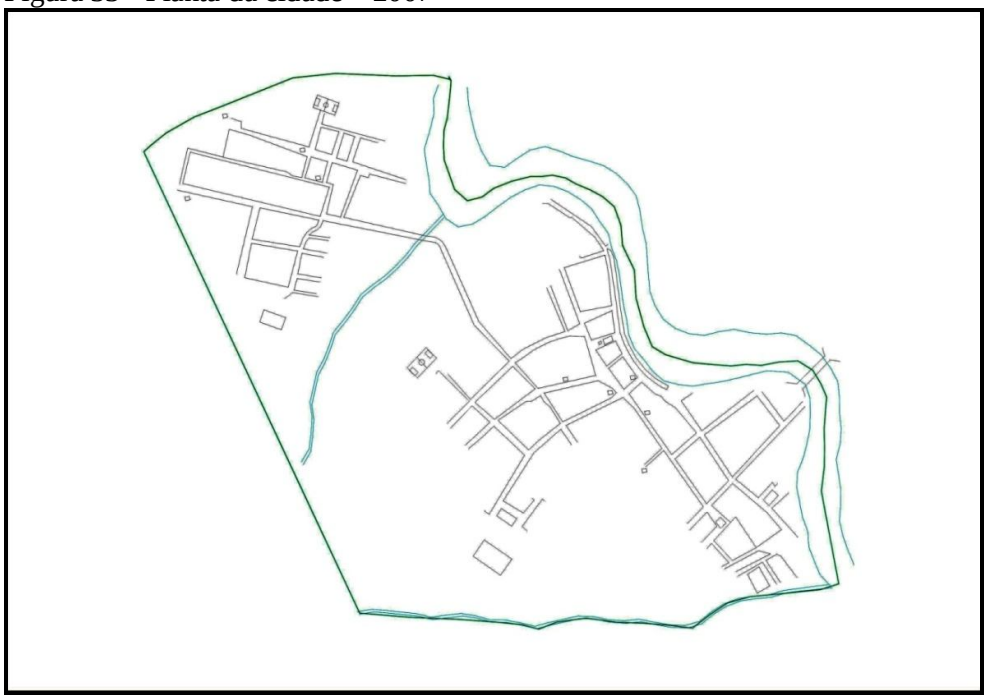
Em 2012, o espaço urbano do município (Figura 33) possuía duas ruas pavimentadas com asfalto e oito cimentadas e duas praças arborizadas.

Figura 32 - Casas a margem do Lago Cajari -2012



Fonte: IMESC

Figura 33 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Espaço Rural

O espaço rural de Cajari é composto de 102 comunidades distribuídas em 73 sítios, dezesseis povoados, onze fazendas e duas vilas (BRASIL, 2011).

Sítios: Água Azul, Apuí, Ataláia, Baiano, Benedita, Bode, Bolônia, Bom Jardim, Cadois, Cafezal, Cajari, Canto Feio, Capoeira I, Capoeira II, Carneiro, Centralzinho, Chapadinha, Coelho, Conceição, Couro, Crispim, Cupuzal, Curumarú, Custódio, Dois Vinténs, Enche Barriga, Encruza Nova, Enseada Grande, Flores, Gameleira II, Ibaca, Ilha Grande, Jacaré, João Luís, Juçaral, Louro, Mela Grande, Morada Nova, Nunca Visto, Picadas, Ponta do Alumínio, Recreio, Redondo, Regalo, Salvador, Santa Severa, São João dos Costas, São José, São Luís, Sete Palmeiras, Tanque, Urubu, Vamos Ver, Veloso, Volta do Tucum e Zé Maria.

Povoados: Alegre, Camaputíua, Cambucá, Canarana, Enseada Grande, Flexal, Gameleira I, Garactáua, Mocoroca, Morada Nova, Novo Marabá, Remanso, Santa Maria, São Rulfo, Tapique e Taquiperana.

Fazendas: Boqueirão, Buenos Aires, Coroatá, Ponta Verde, Santa Bárbara, Santa Emilia, Santa Rosa, São José, Sapucaia, Tramaúba e Tucum.

Vilas: Boa Vista do Pindaré e Cachoeira.

Utilização das Terras

A lavoura temporária é característica marcante dos estabelecimentos, seguida pela lavoura permanente e pastagem natural. Ressalta-se que, nos estabelecimentos ocorrem uma ou mais atividades ligadas à utilização das terras, dessa forma, optou-se por não fazer uma análise quantitativa.

De acordo com IBGE, o espaço rural totalizava 45.051 hectares, em 2006, sendo 35% ocupados com a lavoura temporária e 6% com a lavoura permanente. O potencial da atividade pecuária é mensurado por meio da quantidade de pastagem natural, áreas plantadas com forrageiras, pastagens plantadas em boas condições e pastagens degradadas que, perfaziam 25% da utilização das terras. Em outra perspectiva, as terras inaproveitáveis para as atividades agropecuárias totalizaram menos de 2% (Tabela 27).

A utilização dos sistemas agroflorestais favorece a sustentabilidade de ecossistemas (KRISHNAMURTHY *et al*,1999). Em Cajari, a utilização desses correspondia a 12%.

> Os Sistemas Agroflorestais (SAF) atuam não só na diversificação de produtos, como também na proteção e fertilização dos solos, evitando a erosão e melhorando a ciclagem de nutrientes. Uma das vantagens dos SAF é, principalmente, a capacidade de manter bons níveis de produção por longo prazo, de melhorar a produtividade de forma sustentável e de reduzir os custos dos insumos, principalmente, no que diz respeito ao uso de adubos químicos.

As áreas de matas e/ou florestas totalizaram 14% do espaço rural, em 2006. As construções, benfeitorias ou caminhos perfaziam 5%, destinados ao acesso e manutenção do produtor no espaço rural do município.

Tabela 27 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	316	2.888
Lavoura temporária	827	15.757
Áreas plantadas com forrageiras	16	92
Pastagens naturais	221	9.068
Pastagens plantadas, degradadas.	24	792
Pastagens plantadas em boas condições	85	1.413
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente - reserva legal)	42	3.557
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente - e as em sistema agroflorestais)	81	2.251
Matas e/ou florestas (florestas plantadas com essências florestais)	6	290
Sistemas agroflorestais	104	5.624
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	20	515
Construções, benfeitorias ou caminhos	220	2250
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	39	545
Total	-	45.051

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

No município, dos 1.708 estabelecimentos, 22% estavam sob o domínio do proprietário, 3% com os assentados, 2% com arrendatários, 2% parceiros, 40% com ocupantes e 31% eram utilizados por produtores sem área. Ressalta-se que, os arrendamentos e parcerias são feitos com o proprietário que passa a totalizar 27% dos estabelecimentos (Tabela 28).

Em relação à área total de 45.050 hectares, 52% estavam com o ocupante, seguidos pelo(s): proprietário 43%, assentado 3%, parceiros 1% e arrendatários 0,35%.

Verifica-se, portanto, que o domínio do espaço rural está com o ocupante. Ressalta-se também que, com tão exígua área, os arrendamentos produzem muito pouco. As características mencionadas estão sistematizadas na tabela 28.

Tabela 28 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	367	19.134
Assentado sem titulação definitiva	56	1.540
Arrendatário	36	158
Parceiro	40	569
Ocupante	683	23.649
Produtor sem área	526	-
Total	1.708	45.051

Fonte: IBGE

Demografia

Com 18.338 habitantes (IBGE, 2010), Cajari ocupou a 100° posição no ranking populacional do Maranhão, representando 0,28% da população do Estado. Na Mesorregião Norte Maranhense, ocupou 32º posição correspondendo a 0,70%; na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense estava na 15º posição, equivalendo a 3,25%, cuja densidade demográfica foi de 33,70 hab/km².

No decênio 2000-2010, a população de Cajari cresceu 37%. O crescimento da população rural foi de 46% e a urbana 14%. Em relação ao gênero, a população masculina e feminina aumentaram 37% cada (Tabela 29).

Em 2000, a população urbana foi de 28%, rural 72%, masculina 52% e feminina de 48%. Em 2010, a população urbana foi 23% e a rural 77%. Quanto à população masculina e feminina conservaram o mesmo percentual do primeiro censo.

De acordo com o IPEA (2010), o município situa-se na 192° posição no IDHM, com um valor de 0,523. Ressalta-se que, o IDH é um indicador formado pelos índices de educação, longevidade da população, renda e habitação. Nesse sentido, para melhoria do índice tem-se a necessidade em mudanças socioeconômicas no município, principalmente, nos índices supracitados.

Tabela 29 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	6.966	9.509
Feminina	6.439	8.829
Urbana	3.753	4.284
Rural	9.652	14.054
Absoluta	13.405	18.338

Fonte: IBGE

Saúde

De acordo com o IBGE (2010), o município possuía seis estabelecimentos públicos de saúde, administrados pela gestão municipal, com ambulatórios e atendimento médico em especialidades básicas, totalizando doze leitos.

Nos casos de internação e/ou realização de procedimentos cirúrgicos, o paciente é transferido para os municípios circunvizinhos ou para São Luís. A transferência, em geral, é realizada por uma ambulância da prefeitura.

Educação

De acordo com o Censo Escolar, em 2011, o município de Cajari possuía 64 escolas, sendo 62 administradas pela gestão municipal e duas pelo Estado, totalizando 162 salas de aula. Foram realizadas 6.483 matrículas, 5.603 foram efetuadas nas escolas municipais, 857 nas estaduais e 23 nas particulares, sendo: 65% no ensino fundamental, 14% na pré-escola, 8% no ensino médio e 13% no EJA.

O corpo docente era formado por 440 professores, dos quais sete possuíam ensino fundamental completo, 348 magistério, 37 ensino médio completo e 48 o ensino superior completo.

Em 2012, o Estado mantinha duas escolas na área urbana com dezesseis salas de aula.

O ensino superior era ministrado por instituições privadas com os cursos de: Pedagogia, História, Letras e Geografia, além do Curso de Assistente Social.

Economia

Em 2010, o PIB de Cajari somou R$ 70,696 milhões, representando 0,16% do PIB Estadual e 117ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 35,796 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 29,016 milhões e o industrial R$ 5,094 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 790 mil. A renda *per capita* do município alcançou R$ 136,39, levando o município a se situar na 204ª posição em comparação com os demais. Da mesma forma, o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) se situou na 171ª posição em relação IDM, correspondendo a 0,284.

Agricultura

As atividades agrícolas no município se classificam em lavoura temporária e permanente, voltadas para a produção de alimentos, em geral, destinadas à subsistência. A lavoura temporária, em 2006 e 2011, teve como principais produtos: arroz, feijão, mandioca, melancia e milho. Na lavoura permanente, foram produzidas somente banana e limão, ambos no mesmo período.

Destaca-se que no período 2006-2011, a área plantada/colhida cresceu 7%, a quantidade produzida diminuiu 9%, e o valor da produção aumentou 121%. Nesse mesmo período, a área plantada/colhida com arroz, melancia e milho cresceram, respectivamente, 34%, 16% e 8%; o feijão e a mandioca diminuíram consecutivamente, 38% e 7%. Na quantidade produzida, o arroz e o milho aumentaram 33% e 8%, respectivamente; decresceram: feijão 36%, mandioca 13% e melancia 23%. Em relação ao valor da produção,

os resultados positivos foram: arroz 256%, mandioca 115%, melancia 8% e milho 133%, exceto o feijão que caiu 12%.

Na lavoura temporária em 2006, a área plantada/colhida foi de 1.881 hectares. O cultivo de mandioca foi de 44%, milho 27%, arroz 25%, feijão 2% e a melancia 1%. Quanto à quantidade produzida, das 7.629 toneladas a mandioca correspondeu a 82%, arroz 7%, melancia e milho 5% cada e o feijão menos de 1%. O valor da produção totalizou R$ 1,675 milhões, a mandioca contribuiu com 71%, o arroz 10%; milho 9%, melancia 8% e feijão com 2%.

Em 2011, a área plantada/colhida na lavoura temporária foi de 2.022 hectares, a mandioca correspondeu com 39%, arroz 32%, milho 27% e 1% de melancia e feijão cada. A quantidade produzida totalizou 6.934 toneladas, sendo: 79% de mandioca, 10% de arroz, 6% de milho, 4% de melancia e 1% de feijão. O valor da produção foi de R$ 3,706 milhões, a mandioca contribuiu com 69%, o arroz com 17%, milho com 10%, melancia com 3% e feijão 1% (Tabela 30).

Tabela 30 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária - 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	477	637	477	637	525	700	175	623
Feijão	29	18	29	18	14	9	25	22
Mandioca	835	780	835	780	6266	5460	1191	2566
Melancia	25	29	25	29	412	319	133	143
Milho	515	558	515	558	412	446	151	352
Total	1.881	2.022	1.881	2.022	7.629	6.934	1.675	3.706

Fonte: IBGE

Comparando os dados da lavoura permanente, no período de 2006-2011, a área colhida, quantidade produzida e valor da produção diminuíram foram de 60%, 65% e 67%, respectivamente. Nesse período, a área colhida da banana decresceu 62% e o limão 33%; a quantidade produzida diminuiu 65% na banana e 33% no limão; em valor da produção, a banana caiu 67% e o limão se manteve estável.

Em 2006, na lavoura permanente, a área colhida totalizou 45 hectares; desses, 94% foram de banana e 6% de limão. Em relação à quantidade produzida, das 642 toneladas, 99% foram de banana e 1% de limão. O valor da produção, a banana contribuiu com 99,5%

do total de R$ 468 mil, ao passo que o limão 0,5%. Nesse cenário, torna-se evidente que a banana foi a principal cultura permanente explorada, no espaço rural de Cajari, no período.

Em 2011, a área colhida foi de 19 hectares, 90% de banana e 10% de limão. A quantidade produzida foi de 225 toneladas, sendo 98% de banana e 2% de limão. O valor da produção totalizou R$156 mil, dos quais a banana contribuiu com 98% e o limão com 2%.

Pecuária

O número de cabeças, no período 2006-2011, decresceu 41%. O muar foi o único que obteve um crescimento de 30%; diminuíram: o suíno 78%, aves 35%, muar 30%, equinos 17%, ovino 10%, bubalino 8%, bovino 4%, asinino 3% e caprino menos de 1%.

Em 2006, o rebanho possuía 135.603 cabeças distribuídas em: bovinos, bubalinos (Figura 34), equinos, asininos, muares, caprinos, ovinos, suínos e aves. O número de cabeças de aves foi 49% do total. O segundo rebanho foi de suínos com 30%, precedido por bovinos 12%. Os demais rebanhos somados corresponderam a 9% (Tabela 31).

Figura 34 - Rebanho bubalino – 2012



Fonte: IMESC

Em 2011, o número de cabeças foi de 79.726, sendo 54% aves, 20% bovino, 11% suíno, 8% bubalino, 2% caprino, equino, asinino cada e 1% muar e ovino.

Tabela 31 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Números de cabeças (Unidades)
Bovino	17.287	16.611
Bubalino	6.709	6.177
Equino	1.671	1.389
Asinino	1.072	1.043
Muar	188	245
Caprino	1.910	1.905
Ovino	341	307
Suíno	40.515	8.929
Aves	65.910	43.120
Total	135.603	79.726

Fonte: IBGE

Segundo o IBGE (2011), os principais produtos de origem animal foram: leite e ovos de galinha. A produção de leite totalizou 191 mil litros, com valor total de produção de R$ 287 mil, e foram comercializados 25 mil dúzias de ovos de galinha que renderam R$ 76 mil.

Extrativismo

Em 2011, a lenha, o carvão vegetal e a amêndoa de babaçu foram os produtos do extrativismo vegetal coletados em Cajari. Nesse ano, foram extraídas 2.822 toneladas de produtos vegetais, cabendo ao carvão vegetal 11% e a amêndoa de babaçu 89%, que renderam aquele 6% e esta 82% do valor total da produção que foi de R$ 4,608 milhões. A lenha com 19.779 m³ colaborou com 12% do valor total da produção (Tabela 32).

A lenha e carvão vegetal são utilizados para fins energéticos nas padarias e olarias. Ressalta-se que, os dois produtos são prejudiciais, pois não há manejo na sua exploração, que por sua vez polui com as cinzas transportadas pelas enxurradas para os rios, assoreando-os.

A população cajariense utiliza o babaçu como fonte de renda, através da extração da amêndoa e aproveitamento do mesocarpo. Os subprodutos do babaçu são extraídos, em geral, através de técnicas tradicionais.

Tabela 32 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011

Produtos	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	2.525	-	3.787
Carvão vegetal	297	-	267
Lenha	-	19.779	554
Total	2.822	19.779	4.608

Fonte: IBGE

Pesca

A paisagem lacustre propicia à região o desenvolvimento da atividade pesqueira, praticada principalmente no Lago Cajari. Os pescados são vendidos na feira do município e distribuídos para povoados e municípios circunvizinhos. Em geral, os pescadores se utilizam de embarcações pequenas (canoas e bianas), instrumentos e técnicas tradicionais como: redes, choques e currais.

Indústria

As únicas atividades industriais referem-se, as casas de farinha e padarias.

Comércio

O comércio é predominantemente varejista, desenvolvendo-se ao longo da Avenida Vitórino Freire, possuindo quitandas, pequenas lojas e feiras, as quais apresentam inúmeros produtos.

Turismo

A exuberante paisagem do município é resultado da simbiose entre o espaço natural, caracterizado por rios, lagos e igarapés e os processos culturais da população (festa do

peixe, festival de inverno, corrida de rapeta, corrida do saco, Paixão de Cristo e outros) traduzindo-se em um ambiente fascinante.

Os eventos esportivos, culturais e a paisagem, por exemplo, atraem populações de diversos municípios da região. Contudo, a inexistência de um planejamento da atividade turística, dificulta os usos múltiplos da paisagem como fonte econômica para a população local.

O aniversário da cidade é um dos eventos do calendário festivo que atrai grande contingente populacional, devido ao *marketing* empregado e a presença de grupos musicais e folclóricos.

O município oferece poucas opções de hospedagem; apenas um hotel e três pousadas.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Viana, faz parte da 20° zona eleitoral, possuía 12.616 eleitores distribuídos em 44 seções e onze vereadores (TSE, 2012).

Religião

De acordo com o IBGE (2010), dos 18.338 habitantes entrevistados, predominava a religião católica com 81%, 10% evangélicos, 6% outras religiões e 3% sem religião (Tabela 33). As festas de São Benedito (santo padroeiro do município), Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Carmo, fazem parte do calendário festivo do catolicismo (Figura 35).

As práticas evangélicas são realizadas em cinco templos: Assembleia de Deus, Presbiteriana, Pentecostal, Batista e Adventista. Os eventos como seminários e retiros fazem parte do calendário das igrejas evangélicas.

Além das religiões supracitadas, as de origem africana como o candomblé, são praticadas no município, em menores proporções.

Figura 35 - Igreja Católica – 2012



Fonte: IMESC

Tabela 33 - Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	14.785
Evangélicos	1.863
Outras Religiões	1.149
Sem religião	541
Total	18.338

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O município dispõe de serviços básicos de infraestrutura, todavia, alguns considerados deficientes para o atendimento à população. Os principais serviços observados foram abastecimento de água, coleta de lixo e energia elétrica.

O abastecimento d' água é realizado, em sua maioria, através de poços perfurados pela população nos quintais das residências. Ressalta-se que, a ausência de planejamento na perfuração dos poços pode ocasionar sérios problemas à saúde da população.

O município não conta com rede coletora de esgotos. As fossas sépticas são principalmente utilizadas na área urbana, enquanto que na rural são mais rudimentares; em 2012, o SIAB registrou 1.929 fossas no município.

A coleta de lixo municipal era realizada cinco dias por semana; os resíduos são encaminhados para o lixão da cidade que fica, aproximadamente, a 4 km da sede municipal. Os resíduos sólidos urbanos recolhidos não recebem tratamento, podendo contaminar solos e corpos d'água.

Em 2010, o município possuía 42.739 consumidores de energia elétrica dos quais 94% eram residenciais, 3% comercial, 2% poder público e 1% distribuído em rural, industrial, serviço público, iluminação pública e consumo próprio (CEMAR, 2010). O consumo, no refiro ano, foi de 3.281.823 MWh, dos quais 74% corresponderam aos consumidores residenciais, 15% a iluminação pública, 4% ao poder público, 3% comercial, 2% ao serviço público e 2% distribuídos em rural, industrial e consumo próprio (Tabela 34).

Tabela 34 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	40.284	2.435.259
Rural	80	17.368
Comercial	1.228	118.457
Industrial	46	3.644
Poder Público	887	144.246
Serviço Público	199	75.327
Iluminação Pública	12	487.432
Consumo Próprio	3	90
Total	42.739	3.281.823

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

O município dispõe de vários serviços à população, com destaque para telefonia e rede bancária.

De acordo com a ANATEL, Cajari possuía em 2009, dezessete terminais telefônicos acessíveis 24 horas por dia e vinte telefones públicos. A acessibilidade aos telefones públicos era fator preocupante; não existiam telefones acessíveis a cadeirantes e deficientes auditivos.

Segundo o Banco Central do Brasil (2009), o município possuía apenas dois postos bancários do Banco Bradesco S.A. Esses eram insuficientes para atender a demanda populacional, principalmente, no período de recebimento de benefícios (auxílio, pensões e salários).

Folclore e Lazer

As danças de bumba boi, quadrilha, country e portuguesa são recortes das manifestações culturais dos cajarienses. Nas festas juninas, os pratos típicos da região, a base de mariscos, dão um toque especial na apreciação dos espetáculos culturais.

O município conta com campos de futebol, clubes de festas, restaurantes e bares fazem parte das opções de lazer à população cajariense e visitantes. O Lago Cajari torna-se um reduto de diversão, principalmente no início das manhãs e aos finais das tardes.

Transporte

A distância da sede municipal a São Luís é de 199 km. O deslocamento terrestre pode ser realizado partindo-se da BR 135, BR 222 e MA 311 que dão acesso ao município.

O deslocamento São Luís - Cajari pode ser feito pelo *ferryboat*, atravessando-se a baía de São Marcos até o município de Alcântara. Em Alcântara, se segue pela MA 106 em direção ao povoado de Três Marias, seguindo até Olinda Nova do Maranhão pela MA 014. No município de Olinda Nova do Maranhão, existe uma bifurcação com a MA 311 que dará acesso ao município.

A população desloca-se em barcos, motos e vans dentro do município e para regiões circunvizinhas. A motocicleta é o transporte mais utilizado, contudo, a inexistência de orientação e fiscalização associada à inutilização dos equipamentos de segurança obrigatórios, favorece o elevado número de acidentes no município.

2.5 Conceição do Lago-Açu

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Avante, Conceição do Lago Açu
Agora na sua razão
Foi dia 10 de novembro de 1996
Sua emancipação
Conservando as origens
do Lago Açu, orgulho do Maranhão.

A história diz que uma estrela cadente
Caiu na antiga vila
Transformando-a em um imenso lago
A mesma ressurgiu muito pomposa
atraente e majestosa, às margens do mesmo lago
Com o nome Conceição do Lago Açu
desmembrou-se com muita fé e firmeza
Sonho lindo que se fez realidade
Lago Açu simboliza amor e glória
os teus filhos te defendem com bravura
empunhado a bandeira da vitória.

(2x)
Verde, amarelo, azul e branco são tuas cores Lago Açu
homens ilustres vão abrindo o teu caminho
te amamos Lago Açu, com veemência Lago Açu
o teu povo jamais ficará sozinho.

És pequenina, um pedacinho do Brasil
mais muito rica, na pesca e na agricultura
o extrativismo, extração babaçu
terra querida, te adoramos com ternura
Seus grandes lideres, ancestrais da sua gente
sempre elevando com destaque a sua história
ultrapassando obstáculos, um clima hostil
Onde existe um maior e mais
bonito lago natural do Brasil.

Autores: Bibio do Cavaco e R. Cavalcante

Localização

O Município Conceição do Lago Açu está localizado na Baixada Maranhense, e faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Vitória do Mearim e Arari, a Oeste Pio XII, ao Sul com Lago Verde e a Leste com Bacabal, Arari e Matões do Norte (Mapa 6).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -03°40'02" de latitude e -44°50'26" de longitude; Oeste -45°02'32" de longitude e -03°43'23" de latitude; Sul -03°59'15" de latitude e -44°55'00" de longitude e Leste -44°36'34" de longitude e -03°50'19" de latitude.

Extensão

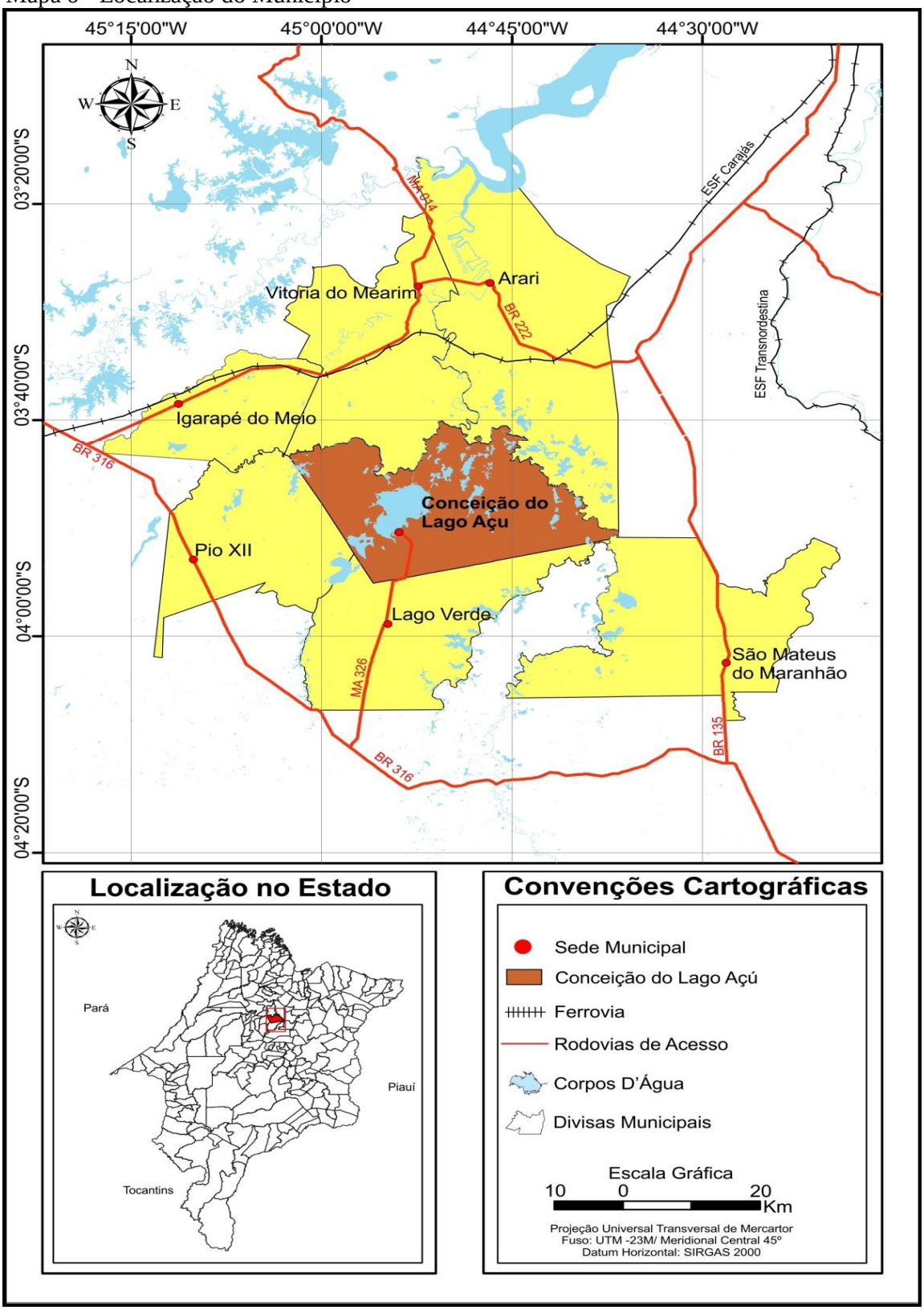
O município tem 827,4 km², sendo o 112° no Estado, correspondendo a 0,25% do território estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa o 22° lugar com 1,57% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense a 8° posição com 4,70%.

Processo de Ocupação

Primitivamente, Conceição do Lago Açu era ocupada por aborígenes, cujas habitações eram erguidas sobre esteios, sendo essa a hipótese mais plausível, para que tenham se estabelecido no interior do lago, sobre as águas ou às suas margens, em ocupações de caráter mais permanente e, por questões de segurança, para se protegerem de animais ferozes ou de possíveis ataques de outras tribos.

No período de estiagem, no meio do lago, pode-se observar claramente uma piçarreira (material concreciónario da Formação Barreiras), onde se verificam esteios - denominados cientificamente de estearias - os quais são ruínas de antigas habitações, sendo esses registros da existência de comunidades primitivas que habitavam a região.

Mapa 6 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Tal população alimentava-se da pesca, da caça, da agricultura e outros recursos lacustres. Provavelmente, eram grupos que se organizavam em aldeias autônomas ou em conjuntos de habitações com algum vínculo político, principalmente, o cultural. Além da estrutura construtiva remanescente presente no lago, não se tem informações ou pesquisas relacionadas a objetos líticos no local, já que, normalmente, tais populações que viviam nessas habitações praticavam o descarte intencional de refugos e material cultural ou a perda ocasional, ou abandono de objetos no local e, até mesmo, objetos de cunho sagrado e ritualístico.

A história de Conceição do Lago Açu está totalmente ligada a de Vitória do Mearim, pois o mesmo era um povoado pertencente a esse município. Conceição do Lago Açu foi fundado pelo Padre José Gama d'Eça que também instituiu os Municípios Arari e Vitória do Mearim.

De acordo com os moradores mais antigos, em 1950, Conceição do Lago Açu era um povoado conhecido como Povoado dos Americanos, isto por existir uma companhia de americanos que retiravam madeira e cavavam poços atrás de metais preciosos. No lugar em que atualmente é a Igreja Matriz, antigamente era um barracão dos americanos, onde ainda existe um poço que foi cavado pelos mesmos, e cujo material retirado foi levado para os Estados Unidos.

Nessa época havia, aproximadamente, 60 casas de taipa, cobertas com palha e um engenho que produzia açúcar e cachaça, de propriedade do cearense Periz Soares de Oliveira. Em 1952, houve um grande incêndio no povoado, provocado por uma mulher que queria incendiar a casa da sogra; foram queimadas 22 casas. Para reconstruí-las, foi uma Comissão até Vitória do Mearim, onde o prefeito deu 500 mil cruzeiros; nesse mesmo ano começou a construção de novas casas cobertas com telhas.

Naquele tempo, a pesca era realizada principalmente por pessoas de outros municípios, como Arari e Viana. Essas pessoas começavam a pesca no período de estiagem, em setembro e se deslocavam para seus municípios de origem apenas em janeiro, quando se iniciava o período chuvoso. O pescado era levado salgado e seco por transporte lacustre e, também, no lombo de burros, jumentos e cavalos, utilizando-se o primeiro devido à má condição das estradas. A pesca elevou o povoado ao *status* de município e, por isso, várias famílias da Baixada Maranhense foram residir no local.

O povoado foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Conceição do Lago Açu, pela Lei Estadual N° 6.149, de 10 de novembro de 1994,

desmembrado de Vitória do Mearim, com sede no Distrito de Conceição do Lago Açu. Constituído do Distrito Sede foi instalado em 01/01/1997.

Os prefeitos, desde sua fundação, foram: José de Albuquerque Alcoforado, Pedro Filho, Fernando Luís Maciel Carvalho e Marly dos Santos Sousa.

Ambiente Físico

A geologia do município é caracterizada pela Formação Itapecuru e por Depósitos de Aluviões. A primeira tem sua origem no Cretáceo Inferior (entre 145,5 e 99,6 milhões de anos atrás), constituída de arenitos finos, arenitos argilosos, siltitos e folhelhos, representando cerca de 50% do território. Os depósitos aluvionares (Quaternário) recentes são constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas, sendo representados por depósitos superficiais holocênicos flúvio-marinhos.

Geomorfologicamente, quase todo território municipal está enquadrado no Golfão Maranhense, área resultante do intenso trabalho de erosão fluvial do Quaternário, posteriormente colmatada, originando paisagem de planícies aluviais, lagoas e rios divagantes, resultando principalmente em planícies flúvio-lacustres. Em pequenas porções do município, encontra-se a Superfície Maranhense com testemunhos, correspondente a uma área aplainada durante o Ciclo Velhas, dominada, em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira.

Os solos são representados pelos plintossolos e gleissolos. O primeiro é dominante no município, com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; os gleissolos são solos argilosos a muito argilosos, compreendendo solos minerais hidromórficos sujeito a alagamentos periódicos.

O município enquadra-se no clima tropical sub-úmido, com moderada ou deficiência de água, entre julho a setembro. As chuvas distribuem-se de janeiro a junho e o período de estiagem de julho a dezembro. A soma da evapotranspiração potencial, nos três meses mais quentes do ano, é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 76% e 79%. Os totais pluviométricos apresentam entre 1600 e 2000 mm anuais. A temperatura média anual é superior a 27°C.

O município faz parte das bacias hidrográfica do Mearim e do Grajaú sendo seu território cortado pelos rios dessas bacias e servindo como divisa com outros municípios.

Apresenta inúmeros lagos, com destaque para: Água Preta, Itãs, Ensenhadinha, do Aborto, da Juçara, da Mata, Jatobá, Lagoa do Canhenga, Laguinho do Sabino e o Lago Açu (Figura 36), que é o maior do município e,a margem do qual se localiza a sede.

A vegetação é formada pela mata de cocais, representada principalmente pelo babaçual, capoeira mista, capoeirão latifoliado, campos inundáveis representados por formações abertas e rasteiras em áreas planas, com fisionomia campestre e mata ciliar que margeia o curso dos rios.

O município enquadra-se na APA – Baixada Maranhense Sub-Área do Baixo Mearim e Grajaú, tendo 100% do seu território ocupado pela mesma.

Figura 36 - Lago Açu - 2012



Fonte: IMESC

Espaço Urbano

O povoamento surgiu à margem do lago, pois os primeiros habitantes, exceto indígenas, tinham sido pescadores, porque o único meio de comunicação era o flúvio-lacustre.

A elevação abrupta da margem fez com que os primeiros habitantes se espalhassem ali e, depois, vencendo a ladeira ocupassem a parte mais alta, formando uma praça alargada com pouca arborização, na qual se encontra a igreja católica, casas antigas e

parte do comércio. A partir daí, surge uma via em sentido reto (o fim da rodovia transforma-se em avenida), com arborização e ajardinamento, ao longo da qual, em ambos os lados, está à parte mais desenvolvida, o Centro Comercial e Administrativo do Município. Poucas travessas saem dessa avenida, conhecida por Rua Grande (Figura 37).

As casas de padrão simples se distribuem geminadas. O Centro Comercial concentra-se também ao longo do cais, onde há bares e restaurantes enquanto que na avenida as residências se alternam com casas comerciais ou então funcionam juntos, residência e comércio.

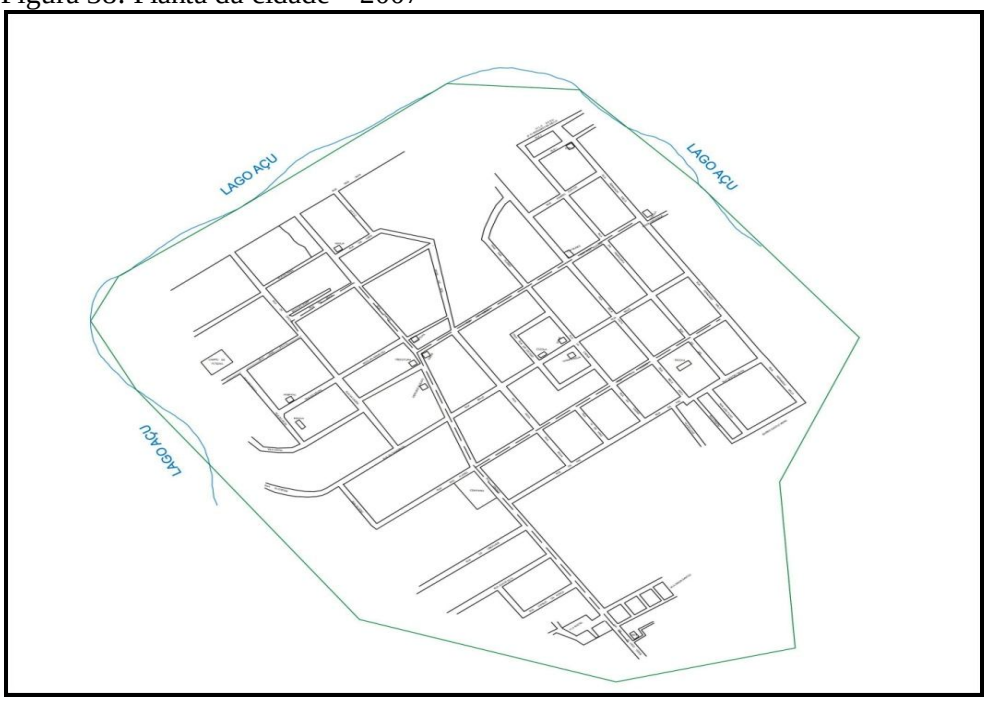
Resumindo, o Centro Urbano (Figura 38) tem uma avenida asfaltada, arborizada e ajardinada; duas travessas não pavimentadas e ruas 70% piçarradas e quatro praças, sendo duas arborizadas e uma ajardinada (Figura 39).

Figura 37 - Rua Grande - 2012



Fonte: IMESC

Figura 38: Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 39 - Praça da Matriz - 2012



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural está distribuído entre as seguintes comunidades:

Sítios: Abordo, Alegria, Alto da Paz, Arari-Mirim, Bacurituba, Baixa Fria, Bezerra, Boa Vista, Caetano, Camilo, Canta Galo, Capim Duro, Cazumbá, Centrinho II, Centro do Meio, Centro dos Colins, Couro Duro, Cunha, Cupu, Engenho, Envira, Juçara II, Juçaralzinho, Lontrinha, Mata Velha, Matinha, Nova Vista, Pau Roxo, Pequizeiro, Regou, Remédio, Santa Rita, Santarém, Santo Antônio, São Gregório, Sumaúma I, Sumaúma II e Tapera.

Povoados: Andirobalzinho, Bacuri, Itans, Lapela, Olho d'Água, Paiol, Santa Cruz, São José, São José do Aterrado, Terra de Areia e Vila União.

Utilização das Terras

A tabela 39 demonstra o total dos tipos de atividades e não de estabelecimentos. Na realidade, um estabelecimento tem sempre mais de uma atividade; ao mesmo tempo em que desenvolve a lavoura temporária, planta forrageiras, tem áreas de pastagem, tem matas ou florestas e, assim por diante. Portanto, o total não se refere aos estabelecimentos e sim às modalidades de ocupação.

Em contrapartida, esse item deixa de ser analisado quantitativamente, mas é avaliado qualitativamente, o que leva às seguintes observações: as terras rurais de Conceição do Lago Açu, na sua grande maioria não estão ligadas a lavoura, enquanto que grande parte volta-se para a pecuária, basta observar as plantações de forrageiras, às pastagens naturais e plantadas. Outra particularidade são os estabelecimentos que detém áreas de conservação com matas e florestas. Ainda ligada à pecuária pode-se raciocinar sobre os tanques, lagos e açudes, embora esses possam também ser utilizados para piscicultura. Por último, reflete-se sobre as terras degradadas e inaproveitadas para agricultura, o que seria diferente se houvesse tecnologia capaz de recuperar a degradação e estudo do solo para verificar a sua aptidão com qualquer cultivo.

Analisando a área, verifica-se que do total de 19.098 hectares ocupados, só 11% são com lavoura temporária, no entanto, somando as várias modalidades de pastagens, tem-se 61% da área, o que ratifica a influência da pecuária, em que pese às pastagens naturais, tão comuns, representadas pelos campos próprios da região. Reunindo as matas e/ou florestas se

obtém 25%. Os 3% restantes estão distribuídos em áreas com tanques, lagos e similares, com benfeitorias e terras inaproveitáveis (Tabela 35).

Tabela 35 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimento (Unidade)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	29	99
Lavoura temporária	160	2.027
Área plantada com forrageiras	7	36
Pastagens naturais	126	3.241
Pastagens plantadas degradadas	48	1.061
Pastagens plantadas em boas condições	141	7.297
Mata e/ou florestas (destinadas à preservação permanente e/ou reserva legal)	27	709
Mata e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	108	2.638
Sistemas agroflorestais	78	1.350
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	11	166
Construções, benfeitorias ou caminhos	16	186
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	9	288
Total	-	19.098

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Como condição do produtor, consideram-se os estabelecimentos e área. Neste caso, se tem os itens listados na tabela 36 na qual, do total de 574 estabelecimentos 42% estão com o proprietário, sem incluir os 5% dos arrendatários e 3% dos parceiros, atividades essas que dependem do proprietário. O arrendatário e o assentado sem titulação definitiva tem 1% cada, enquanto que o produtor sem área esta com 48% dos estabelecimentos. Quanto à área, dos 19.014 hectares, 83% estão diretamente com o proprietário, além dos 7% do arrendatário, 8% com o parceiro, nesse caso específico ocorre à negociação das áreas com o proprietário, por um tempo determinado ou não, e 2% com o ocupante. Essa negociação reflete em uma grande concentração de terras.

Tabela 36 - Número de estabelecimentos agropecuário e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	242	15.797
Assentado sem titulação definitiva	1	-
Arrendatário	31	1.409
Parceiro	16	1.476
Ocupante	6	332
Produtor sem área	278	-
Total	574	19.014

Fonte: IBGE

Demografia

O município ocupava, em 2010, a 129° posição em número de habitantes no Maranhão, representando 0,22% da população estadual. Em termos regionais, o município ocupava na Mesorregião Norte Maranhense o 40º lugar, com 0,55% da população e, na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense o 17º lugar, com 2,56% dos habitantes. A densidade demográfica é de 17,45 hab/km^2. Em 2010, segundo o IPEA, o IDHM foi de 0,512, ocupando o 208° lugar em relação ao Maranhão.

Entre 2000 e 2010, a população do município aumentou 26%. Nesse mesmo período, a população urbana cresceu 24% e a população rural 27%, a população masculina aumentou 24% e a feminina 27%. Em 2000, a população urbana era 49% e a população rural 51%. No mesmo ano, a população masculina representava 53% e a feminina 47%. Em 2010, os percentuais foram: população urbana 48% e a rural 52%; população masculina 52% e feminina 48%. Verifica-se certa harmonia, tanto na população por área como por sexo, não se observando, portanto,êxodo rural e nem emigração (Tabela 37).

Tabela 37 - Distribuição da população residente - 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	5.666	7.481
Feminina	5.108	6.955
Urbana	5.252	6.869
Rural	5.522	7.567
Absoluta	10.774	14.436

Fonte: IBGE

Saúde

O município não possui hospital público; o atendimento à população é feito no posto de saúde onde são realizadas as consultas e atendimento de urgência e emergência. No local existem dois leitos de observação. Por ser apenas um posto, não possui setor de UTI, entretanto, é possível a realização de exames de preventivo e teste rápido de HIV; acontece a distribuição de medicamentos.

As doenças mais frequentes foram hipertensão e gastroenterocolite aguda; nos casos mais graves, os pacientes são conduzidos para o Município Bacabal, custeado pela prefeitura em uma das três ambulâncias do município.

Funciona ainda o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), referido Programa está distribuído em quatro equipes que cobrem 65% do município; atuam, também, duas equipes de saúde bucal no ESF, tendo sido solicitadas mais duas.

O ESF trabalha com a distribuição de medicamentos e tem os seguintes profissionais: quatro médicos, quatro enfermeiros, dois dentistas, quinze técnicos de enfermagem e 35 agentes comunitários de saúde, dos quais dezessete trabalham na zona urbana e dezoito na zona rural. Encontram-se, no município, uma média de cinco parteiras leigas.

Educação

Em 2010, foram matriculados no município 4.460 alunos, dos quais 4.060 foram matriculados pelo município, no ensino fundamental 2.393 alunos na área rural e 1.649 na área urbana. O ensino médio matriculou dezoito alunos (INEP, 2011). O Estado matriculou 400 alunos no ensino médio. O município utilizou em 2011, 118 salas de aula, sendo 81 na área rural e 37 na área urbana, enquanto que o Estado utilizou nove salas de aula (INEP, 2011). Não foram informadas matriculas no EJA.

Quanto ao corpo docente, o município dispõe de 153 professores na área rural e 93 na área urbana. O Estado mantém quatorze professores na área urbana. Do total de professores, 85% têm curso superior completo e 15% magistério. A grande maioria dos colégios funciona nos três turnos.

O município disponibiliza aos alunos transporte, material escolar, bibliotecas e laboratórios de informática.

Economia

A economia do município é resultado principalmente das atividades primárias. Em 2010, o PIB de Conceição do Lago-Açu somou R$ 55,816 milhões, representando 0,12% do PIB Estadual e 135ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 27,299 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 23,095 milhões e o industrial R$ 4,606 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 816 mil. A renda *per capita* do município alcançou R$ 170,79, levando o município a se situar na 172ª posição em comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se 169ª posição em relação IDM, correspondendo a 0,286.

Agricultura

Entre as atividades primárias, destaca-se a lavoura temporária, sendo o arroz o produto mais importante.

De 2006 a 2011, a área plantada/colhida aumentou 8%, a quantidade produzida diminuiu 16% e o valor da produção aumentou 25%. Em área plantada/colhida o arroz, o feijão e o milho aumentaram seus hectares em 6%, 32% e 14%, respectivamente, a mandioca permaneceu estável; em quantidade produzida, o arroz, o feijão e milho aumentaram 5%, 31% e 16%, respectivamente, a mandioca encontra-se na mesma situação da área plantada/colhida; em valor da produção o arroz, a mandioca, o feijão e o milho cresceram 22%, 65%, 100% e 123%, respectivamente. A melancia não foi quantificada em 2011.

Em 2006, dos 1.787 hectares de área plantada/colhida coube ao arroz 49%, a mandioca 20%, ao milho 18%, ao feijão 12% e a melancia 1%. Na quantidade produzida, o arroz ficou em segundo lugar com 22%, a mandioca com 52%, o milho com 5%, o feijão com 2% e a melancia com 19%. Quanto ao valor da produção, dos R$ 1,716.000,00 milhões arrecadados, o arroz atingiu 44%, a mandioca 18%, o milho 6%, o feijão 13% e a melancia 19%. Observa-se, certa oscilação do arroz nos itens analisados, assim como a mandioca, pois o beneficiamento de ambos implica na diminuição da quantidade produzida.

Em 2011, a área plantada/colhida foi de 1.933 hectares (Tabela 38), cabendo ao arroz 49%, a mandioca e o milho com 19% cada e o feijão com 14%. Não houve produção de melancia comercializada em 2011. Quanto à quantidade produzida das 4.878 toneladas, portanto, 16% menos do que em 2006, 27% foi de arroz, 63% de mandioca, 7% de milho e

3% de feijão. Sobre o valor da produção de R$ 2,138 milhões, o arroz rendeu 43%, a mandioca 29%, o milho 11% e o feijão 17% (Tabela 42).

Tabela 38 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	882	938	882	938	1.256	1.313	754	919
Feijão	208	275	208	275	116	152	220	371
Mandioca	360	360	360	360	3.060	3.060	306	612
Melancia	22	-	22	-	1.100	-	330	-
Milho	315	360	315	360	304	353	106	236
Total	1.787	1.933	1.787	1.933	5.836	4.878	1.716	2.138

Fonte: IBGE

Na lavoura permanente foram cultivados cinco produtos (Tabela 39). De 2006 a 2011, a área colhida e o valor da produção diminuíram 18% e 41%, respectivamente. Em área colhida à banana se manteve estável e o coco-da-baía aumentou 100%; em quantidade produzida a banana diminuiu 4% e o coco da baía aumentou 400%; em valor da produção a banana diminuiu 36% e o coco da baía não foi quantificado.Os demais produtos da tabela não citados só tiveram informação em 2006.

Dos 39 hectares colhidos em 2006, 77% foram de banana, 8% de manga e limão, cada, 3% coco da baía e 5% laranja. Quanto ao item quantidade produzida, não foi analisado pela diversidade da informação, pois o coco-da-baía é informado em 1.000 frutos, enquanto que os demais produtos em toneladas. Para o valor da produção, cujo total foi de R$ 126 mil, a banana participou com 89%, a laranja com 5%, o limão com 4% e a manga 2%. (o coco-da-baía não foi informado).

Em 2011, os resultados foram menores, uma vez que não foram produzidos laranja, limão e manga, resultando que, dos 32 hectares colhidos 94% foi de banana e 6% de coco da baía; a renda foi de R$ 74 mil, dos quais a banana participou com 97% e o coco-da-baía com 3%.

Pelo exposto, o único cultivo permanente que influi na economia do município é a banana, carecendo, portanto, de incentivo para que outros produtos venham a ser cultivados.

Tabela 39 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectare)		Quantidade produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	30	30	249	240	112	72
Coco-da-baía*	1	2	1	4	0	2
Laranja	2	-	14	-	6	-
Limão	3	-	15	-	5	-
Manga	3	-	25	-	3	-
Total	39	32	304	244	126	74

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

Três atividades criatórias destacam-se na economia rural do município: o bovino, o suíno e as aves. Entre 2006 e 2011, o rebanho total diminuiu 14%; o bovino e o muar aumentaram 11% e 32%, respectivamente, os rebanhos que diminuíram foram: suíno 13%, equino 12%, asinino 1%, caprino 53%, ovino 30% e as aves 22%. O bubalino manteve-se estável.

Em 2006, o bovino correspondeu a 21% do rebanho total de 70.566 cabeças, as aves 65% e o suíno 10%. Os 4% restantes referem-se aos rebanhos menos significativos: equino, bubalino, asinino, muar, caprino e ovino. Esses rebanhos eram animais de transporte de cargas e pessoas, que estão sendo substituídos, gradativamente, por veículos mecanizados ou são introdução de espécies novas, como o bubalino e o caprino, utilizados na alimentação.

Em 2011, repete-se o observado em 2006; os rebanhos mais importantes são bovinos com 27% do total de 60.613 cabeças, o suíno com 10% e as aves com 59%. Os 4% restantes, seguem o mesmo raciocínio aplicado para 2006 (Tabela 40).

Tabela 40 - Efetivo dos rebanhos – 2000 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	14.643	16.529
Equino	575	504
Bubalino	10	10
Asinino	889	880
Muar	227	300
Suíno	6.737	5.880
Caprino	1.267	600
Ovino	440	310
Aves	45.778	35.600
Total	70.566	60.613

Fonte: IBGE

Em 2011, o município produziu 381 mil litros de leite que renderam R$ 381 mil. Foram produzidas, também, 23 mil dúzias de ovos de galinha vendidos por R$ 57 mil.

Extrativismo

Três produtos compõem o extrativismo vegetal: carvão vegetal, amêndoa de babaçu e lenha. Os dois primeiros em toneladas e o último em metros cúbicos. Das 2.355 toneladas, o carvão vegetal correspondeu a 51% e a amêndoa do babaçu 49%. Do valor da produção, cuja renda foi de R$ 15,355 milhões, 85% foi da lenha, 8% do carvão vegetal e 7% da amêndoa do babaçu (Tabela 41).

Entretanto, tanto a lenha como o carvão vegetal são estressores da natureza. A produção da lenha, resultado das coivaras das roças e mesmo de madeira cortada, é uma atividade que prejudica pelo desmatamento não orientado. Após serem utilizadas nos fornos de casas de farinha, em padarias ou olarias, as cinzas são transportadas pelas enxurradas pluviais e atingem os rios, assoreando-os. Isso, no entanto, poderia ser amenizado com o processo educativo de utilizá-la como complemento da argila nas construções, substituindo com qualidade o cimento.

Como extrativismo mineral são extraídas pedras para a construção civil.

Tabela 41 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produtos	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	1151	-	1.151
Carvão vegetal	1204	-	1.204
Lenha	-	1595	13.000
Total	2355	1595	15.355

Fonte: IBGE

Pesca

A pesca é eminentemente artesanal, voltada para o consumo e para a comercialização, tanto para o consumo em Conceição do Lago Açu e nos municípios vizinhos, quanto para a capital São Luís, além do Piauí e Pará; é realizada em ambiente lacustre e fluvial. Ressalta-se que, na época da desova dos peixes, os pescadores recebem a assistência à piracema. As principais espécies são: surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), curimatá (*Prochilodus ssp*), piau (*Leporinus obtusideuns*), branquinha (*Psectrogasteramazônica*), bodó (*Pterygoplichtyspardalis*), piaba (*Axtianax spp*), cará (*Geophagus brasiliensis*), camarão (*Metanephropsrubellus*) e outros (Figura 40).

A produtividade de pescado varia entre quinze a 60 toneladas por dia, conforme o período, o município cobra um real por cada 50 kg coletados.

A piscicultura também é realizada no município, sendo as principais espécies: tambacu (*Colossoma macropomum* + *Piaractus masopotamicus*/ cruzamento entre o tambaqui e o pacu), pacu (*Piaractus masopotamicus*), tilápia (*Tilápia rendali* ou *Oreochromis niloticus*) e Curimatá (*Prochilodus ssp*).

A colônia de pescadores do município estima que há, aproximadamente, 2.000 pescadores associados.

Figura 40 - Pesca artesanal no Lago-Açu - 2012



Fonte: IMESC

Indústria

As únicas atividades industriais referem-se ao beneficiamento de arroz, às casas de farinha e padarias.

Comércio

O comércio é varejista, desenvolvendo-se ao longo da Rua Grande, possuindo quitandas, pequenas lojas, feiras, mercados e supermercados, tendo como polo abastecedor a cidade de Bacabal.

Turismo

Como potencial turístico, pode-se destacar o grande lago que da nome à cidade, principalmente na estiagem quando são formadas praias e ilhas e, também, no passeio navegando-o, pescando dentre outras atividades. O município possui também rios (Figura 41)

e pequenos lagos. Ao visitante é oferecida uma rica culinária, onde são destacados a pescada da água doce e o camarão no leite de coco, além de outros pratos próprios da região.

Figura 41 - Trecho do Rio Mearim, no povoado Santo Antonio - 2012



Fonte: IMESC

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da Comarca de Bacabal, pertence a 13ª zona eleitoral, possui 31 seções, 9.926 eleitores e 9 vereadores (TSE, 2012).

Religião

Predomina no município o catolicismo romano. Há duas igrejas católicas na área urbana, uma delas a Igreja Matriz, dedicada à padroeira do município, Nossa Senhora da Conceição (Figura 42) e 25 igrejas na área rural. Os evangélicos estão representados pelas congregações: Assembleia de Deus, Adventista e Batista, possuem três igrejas na sede e diversas na área rural.

Há ainda alguns terreiros de umbanda, cujas festas variam conforme o santo que cultuam.

Figura 42 - Igreja Matriz - 2012



Fonte: IMESC

Dos 14.436 habitantes, os católicos são 71%, os evangélicos 20%, outras religiões 1% e sem religião 8% (Tabela 42).

Tabela 42 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	10.310
Evangélicos	2.950
Outras religiões	14
Sem religião	1.163
Total	14.436

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água na área urbana é de responsabilidade da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, com captação de poço artesiano, a mesma fonte de abastecimento é para a zona rural.

O município não possui rede coletora de esgoto; as fossas sépticas são mais utilizadas na área urbana, enquanto que na rural são mais rudimentares; em 2012, o SIAB registrou 1.225 fossas no município.

O lixo é coletado apenas na área urbana duas vezes por semana, quando é conduzido de caçamba para o lixão a céu aberto que fica a 3 km da sede. Na área rural, é queimado e/ou enterrado.

A energia é fornecida pela CEMAR. Dos 41.688 consumidores, 91% eram residencial, 2% rural, 4% comercial, 1% poder público e serviço público, cada, e industrial e iluminação pública somaram menos de 1% (Tabela 43).

Dos 4.192.580 MWh consumidos, 59% foi com ligações residenciais, 3% com energia rural, 7% comercial, 6% industrial, 4% poder público, 8% serviço público e 13% iluminação pública. Verifica-se, portanto, que o maior consumo é doméstico, não sendo relevante o consumo industrial e comercial (Tabela 43).

Tabela 43 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuários	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	37.959	2.477.532
Rural	939	130.500
Comercial	1.806	273.472
Industrial	145	262.074
Poder público	539	179.978
Serviço público	287	319.222
Iluminação pública	13	549.802
Total	41.688	4.192.580

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

Encontram-se a disposição da população, um caixa eletrônico do Bradesco e outro do Banco do Brasil além de uma agência dos Correios. Como instrumento de comunicação, o município dispõe de rádio e telefonia fixa e móvel da OI.

O total de telefones públicos é de dezessete, sendo que todos são acessíveis 24 horas (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

Na parte do lazer, assim como foi citado no tópico de turismo, se destaca o grande Lago Açu, ótima opção para população desfrutar de um bom banho nas praias que são formadas na estiagem. A margem do Lago há um número significativo de bares, pequenas lanchonetes e dois restaurantes. O município dispõe de duas quadras poliesportivas (Figura 43).

No mês de junho, acontecem inúmeras brincadeiras como as danças do boiadeiro e portuguesa, quadrilhas, carimbó e o tradicional bumba-meu-boi no sotaque de matraca.

Figura 43: Quadra poliesportiva - 2012



Fonte: IMESC

Transporte

A cidade de Conceição do Lago Açu fica a 310 km, aproximadamente, da capital São Luís. Essa distância é percorrida pela BR 135 até a localidade chamada Cachucha, que fica a 18 km do município São Mateus do Maranhão; dessa localidade, segue pela direita na BR 316, passando pelo município de Bacabal, 12 km após, esse município, vira-se à direita na MA 326, cortando a Sede Municipal de Lago Verde e, logo após, percorre-se

aproximadamente, mais 27 km até cidade de Conceição do Lago Açu. O trecho ora citado é totalmente asfaltado, com estradas em boas condições.

A empresa Concórdia é responsável pelo transporte de passageiros para Bacabal e São Luís, além do transporte alternativo por meio das vans. O transporte para os povoados é feito por lancha, motos ou D-20 improvisadas com tábuas nas carrocerias em lugar de bancos, popularmente conhecidos como paus de arara.

2.6 Igarapé do Meio

Símbolos Municipais



Brasão

O brasão foi concebido por Genilson Oliveira, sob a responsabilidade do heraldista Flávio Jonhson Silva e Silva. O escudo samnítico, usado para representar o brasão de armas de Igarapé do Meio é em estilo de escudo, introduzido em Portugal, herdado pela heráldica brasileira.

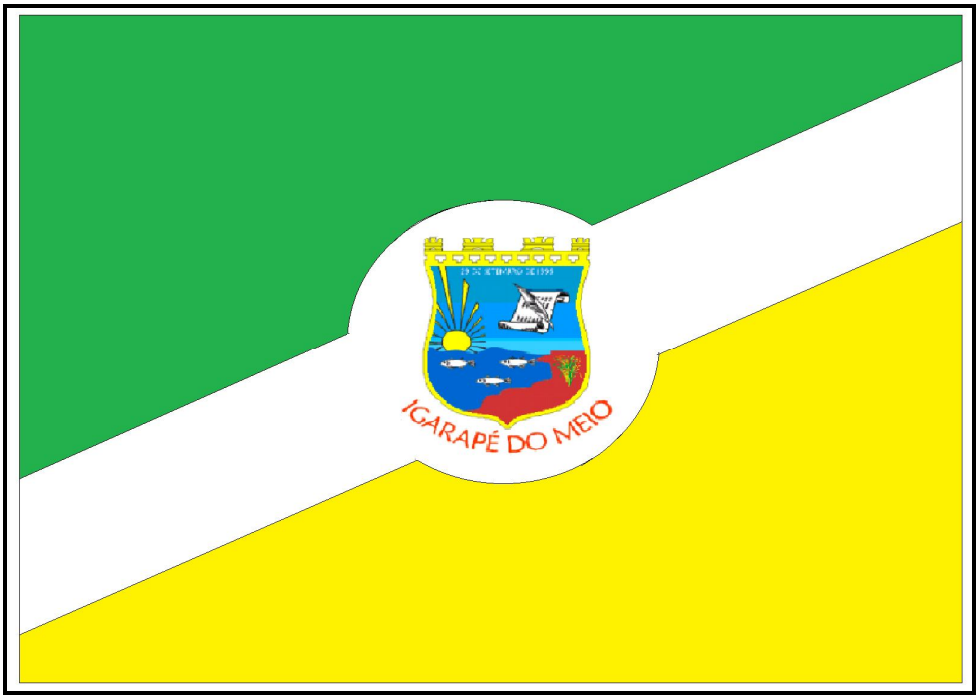
O mural com torres que se sobrepõe, é símbolo universal dos brasões de domínio, com argente (amarelo) de oito torres, das quais apenas quatro são visíveis em perspectiva no desenho, classifica a cidade e reapresenta na segunda grandeza.

A cor blau (azul) no campo de escudo simboliza em heráldica a justiça, nobreza, perseverança, zelo, lealdade, recreação e formosura, predicados que se aplicam ao povo de Igarapé do Meio.

Em chefe (parte superior do escudo) está à data de 19 de setembro, de cor branca, simbolizando o dia da restauração do município e, abaixo, um pergaminho com uma pena (ambos de cor branca), representando a força da educação no município, o sol amarelo,

representando o desenvolvimento e conquistas presentes e futuras. Ao fundo, em azul escuro um ondulado com peixes representando os lagos, igarapés e a piscicultura do município.

Fazendo margem uma faixa marrom, representando a terra fértil, com um pé de arroz verde com cachos amarelos representando a agricultura, atividade principal do município. No suporte do escudo, o nome do Município Igarapé do Meio (marrom), representando os primórdios da história de sua criação (Lei Municipal Nº 99, de 19 de março de 2007).



Bandeira

A bandeira do município foi elaborada por Genilson Oliveira, com assistência técnica do heraldista Flávio Jonhson Silva e Silva. A bandeira é terciada em horizontal a 45°, lembrando, nesse símbolo, a garra e o objetivismo de seu povo.

A faixa branca central desponta no sentido horizontal 45° e tem no centro um circulo, onde o brasão aplicado simboliza a própria cidade, sede do município e o brasão caracteriza o governo municipal; as faixas nas cores, verde e amarelo, estão dispostas no sentido horizontal e representam a irradiação do poder municipal a todos os quadrantes de seu território. O verde simboliza a honra, a riqueza, nobreza, esplendor e soberania.

Hino

Tenho orgulho, tua história é bela
Como teu povo forte e valente
Nasceste entre riquezas naturais
Sob o lindo céu azul constante
Sete foram os teus desbravadores
Terra amada te saudamos com fervor
És gloriosa e rica em babaçuais
Gigantes filhos te defendem com amor
(refrão)
Oh! Igarapé do Meio
Tens em tua história um brilhantismo singular
Oh! Igarapé do Meio
Nosso peito anseia tua glória exaltar

Há nessa terra, trabalho, amor e paz
Por ser assim fortes nos faz
És formosa, Igarapé do Meio
Fizeste da esperança um sentimento verdadeiro
Um povo que planta com fé aduneira
Esta terra amada, hospitaleira
Reflete a pujança que o labor por fim nos traz
Estandarte de fé, de amor e muito mais
(refrão)
Oh!Igarapé do Meio
Tens em tua história um brilhantismo singular
Oh! Igarapé do Meio
Nosso peito anseia tua glória exaltar

Letra e música: autores desconhecidos

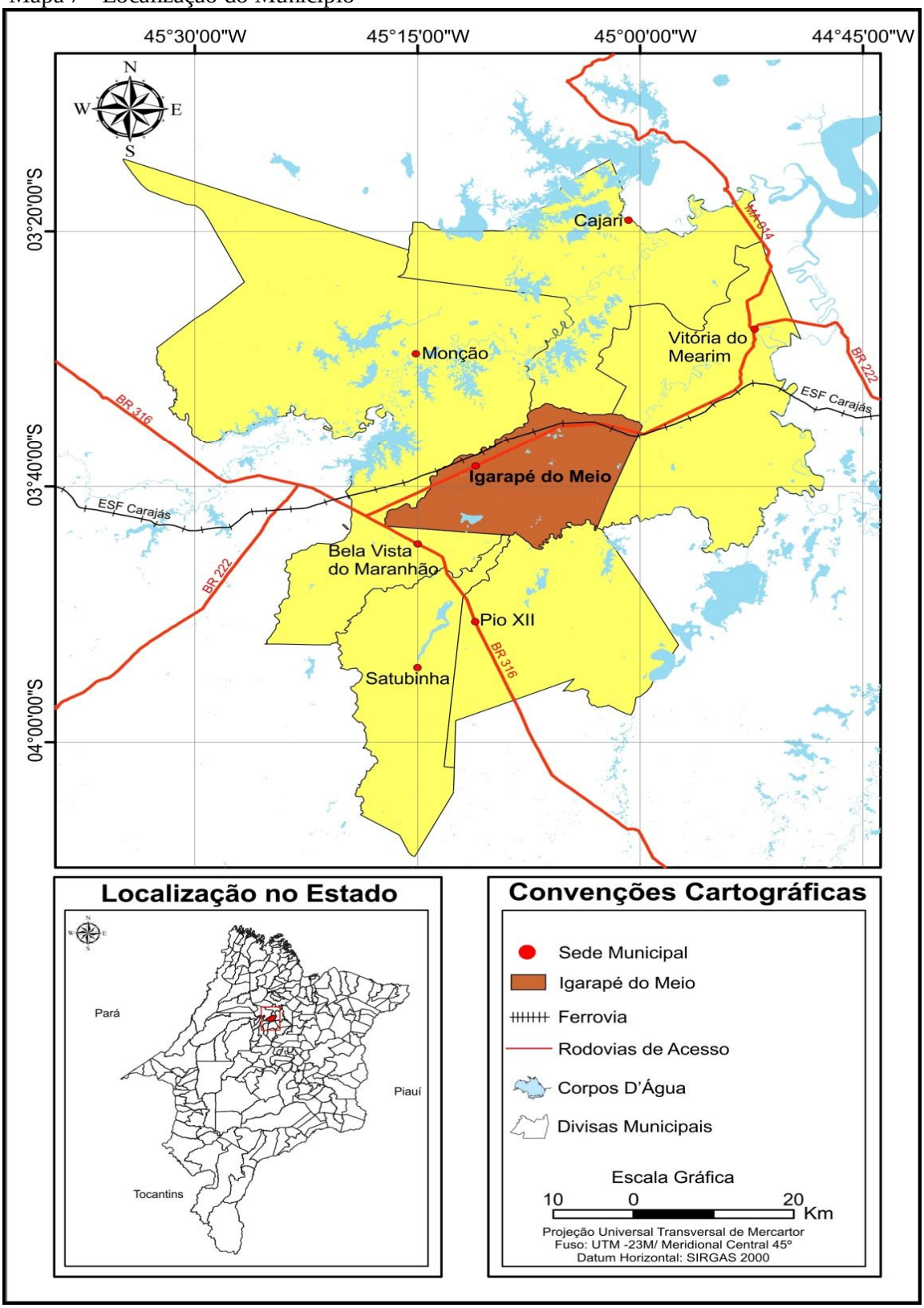
Localização

O Município Igarapé do Meio está localizado na Baixada Maranhense e faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os municípios: ao Norte com Cajari e Vitória do Mearim, a Oeste com Monção e Bela Vista do Maranhão, ao Sul com Bela Vista do Maranhão, Pio XII e Satubinha e a Leste com Vitória do Mearim (Mapa 7).

Os pontos extremos correspondem as seguintes coordenadas geográficas: Norte -03°30’41” de latitude e -45°02’56” de longitude ; Oeste -45°17’16” de longitude e -03°43’04” de latitude; Sul -03°44’54” de latitude e -45°06’45” de longitude ; Leste -44°59’48” de longitude e -03°35’12” de latitude.

Mapa 7 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

O município tem 392,8 km^2, sendo o 187º do Estado em extensão, representando 0,12% do território do Maranhão. Na Mesorregião Norte Maranhense é o 49º em extensão com 0,74% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense é o 18º, com 2,23%.

Processo de Ocupação

Pessoas que há muito tempo residem no município, afirmam que, há algumas décadas atrás, o lugar era conhecido por Roça Grande, por ser a maior roça da região à época.

A história de Roça Grande teve seu inicio em junho de 1944, com a chegada da família do Senhor Ângelo e a do Senhor Manezão, primeiros moradores que ali se instalaram entre três igarapés, onde construíram suas casas de taipa e cobertas de palhas de palmeira de babaçu. Essas famílias sobreviviam da lavoura.

De imediato os moradores enfrentaram diversos problemas, entre eles estavam à falta de água tratada e energia elétrica. Durante as noites, as casas eram iluminadas por lamparina ou gambel; o abastecimento da água era feito em carros pipa, cedidos pela Prefeitura de Vitória do Mearim, que traziam o líquido do Rio Mearim, ou de poços a céu aberto que não solucionavam os problemas dos moradores. Quando as pessoas adoeciam no povoado eram tratadas com remédios caseiros como: jalapa, mastruz, aguardente e outros; os casos mais graves eram levados para os povoados mais próximos.

Em Roça Grande por não haver hospitais, nem postos de saúde, as crianças nasciam com ajuda de parteiras entre elas Dona Maria José dos Santos que ficou conhecida como “Mãe Preta”. Atualmente, existe na cidade um posto de saúde em sua homenagem.

O povoado cresceu populacionalmente, sendo cortado por três grandes igarapés. Os moradores centralizavam-se às margens do igarapé que se localizava no meio do povoado. Quando alguém viajava, ao retornar falava ao motorista que queria ficar no igarapé do meio; percebe-se que a influencia do meio, foi um dos motivos da mudança do nome do Povoado de Roça Grande para Igarapé do Meio.

Mesmo com o progresso desse povoado, a noção de cidadania ainda estava distante, assim é que muitos moradores não possuíam documentos, alguns tinham apenas o registro de nascimento. Pessoas mais esclarecidas e outros líderes, para solucionar esse e outros problemas, se destacaram mesmo na política, dentre eles: José Mendes e o Senhor Totó

como vereadores e Fernando Oliveira Melo e sua esposa Marinilde Alves Sousa Melo, ambos, vices prefeitos de Vitória do Mearim, em períodos alternados. A senhora Marinilde chegou a ser prefeita por um curto mandato, interrompido por um grave acidente, quando faleceu.

Com o passar dos anos, os moradores de Igarapé do Meio, cansados de serem oprimidos, resolveram lutar pela criação do município, e por meio de um plebiscito, voltado para os habitantes, votaram pela sua emancipação.

Essa luta foi iniciada pelo Senhor Gregório Lopes, conhecido por Boliviano, seu Osmar, José Genézio e Raimundo Firmino habitante do lugar, há mais de sessenta anos, um dos únicos que conta a história do município; atualmente, na cidade, há uma rua em sua homenagem.

Logo após a emancipação, ocorreu à primeira eleição para prefeito e vereadores, sendo o médico Ubiratan Amorim e Totó os candidatos a prefeito havendo sido eleito o primeiro. Em seu mandato, construiu um hospital, realizou o primeiro concurso público, construiu a antiga prefeitura, a câmara municipal, pavimentou algumas ruas e fundou um bairro com seu nome. Seu mandato teve a duração de quatro anos.

Na segunda eleição, o mesmo lutou pela reeleição, mas foi derrotado pelo comerciante Antonio Berto que, se popularizou como Gavião Preto, exercendo dois mandatos. Como prefeito, construiu um novo "Hospital José Liberato de Lima", nome dado em homenagem a um ex-político muito conhecido na cidade, fechando o hospital construído pelo antigo prefeito; pavimentou ruas, construiu escolas e postos de saúde na sede e na área rural e com recursos próprios construiu uma nova prefeitura.

Na quarta eleição para prefeito, o Senhor Antonio Berta, não podia concorrer, então indicou seu candidato e afilhado José Costa Soares Filho (Zé Filho), que foi eleito pela metade dos votos derrotando o comerciante Raimundo da Lourdes. No seu mandato, José Filho, deu continuidade aos trabalhos de seu padrinho; asfaltou ruas, construiu um posto de saúde no Bairro Novo.

A localidade foi elevada a categoria de município pela Lei N° 6.431, de 29 de setembro de 1995, com sede no povoado do mesmo nome, desmembrado do Município Vitória do Mearim, a cuja Comarca ficou subordinado, constituído de um Distrito Sede, instalado em 01-01-1997.

Ambiente Físico

Geologicamente Igarapé do Meio está sobre a Formação Itapecuru do Cretáceo, constituído de arenitos finos e argilosos, siltitos e folhelhos; do Cenozóico, período Quaternário, representado por formações superficiais, depósitos holocênicos de aluviões flúvio-marinhos, constituindo a maior parte do município. Esses depósitos aluvionares recentes são constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas.

Geomorfologicamente, o Leste do município está enquadrado no Golfão Maranhense, área resultante do intenso trabalho de erosão fluvial do Quaternário, posteriormente colmatada, originando paisagem de planícies aluviais, lagoas e rios divagantes e por Superfície Maranhense com testemunhos, correspondendo a uma área aplainada durante o Ciclo Velhas, dominada, em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira no restante do território.

Os solos são representados pelos plintossolos dominantes no município, com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular, sujeito a encharcamento durante o período chuvoso; os gleissolos, solos argilosos a muito argilosos, compreendendo solos minerais hidromórficos sujeito a alagamentos periódicos.

O município enquadra-se no clima tropical úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de julho a setembro. As chuvas se distribuem de janeiro a junho e o período de estiagem de julho a dezembro; a soma da evapotranspiração potencial, nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 76% e 79%; em relação aos totais pluviométricos, apresentam entre 1600 e 2000 mm anuais. A temperatura média anual é superior a 27°C.

O município faz parte das bacias hidrográficas do Rio Mearim e Grajaú, apresenta pouco lagos, com destaque para Marimba, Caboclo Morto, Bombinha, Aterro e Boqueirão.

A vegetação pretérita era formada pela floresta tropical, mas o acentuado processo de desmatamento a eliminou da Região. Atualmente, a mesma é constituída pela mata de cocais, representada principalmente pelo babaçual, capoeira mista e capoeirão latifoliado, gramíneas, campos inundáveis, representado por formações abertas e rasteiras em áreas planas inundáveis e mata ciliar, que margeia o curso dos rios.

O município tem 97% do seu território ocupado pela APA – Baixada Maranhense Sub-Área do Baixo Mearim e Grajaú.

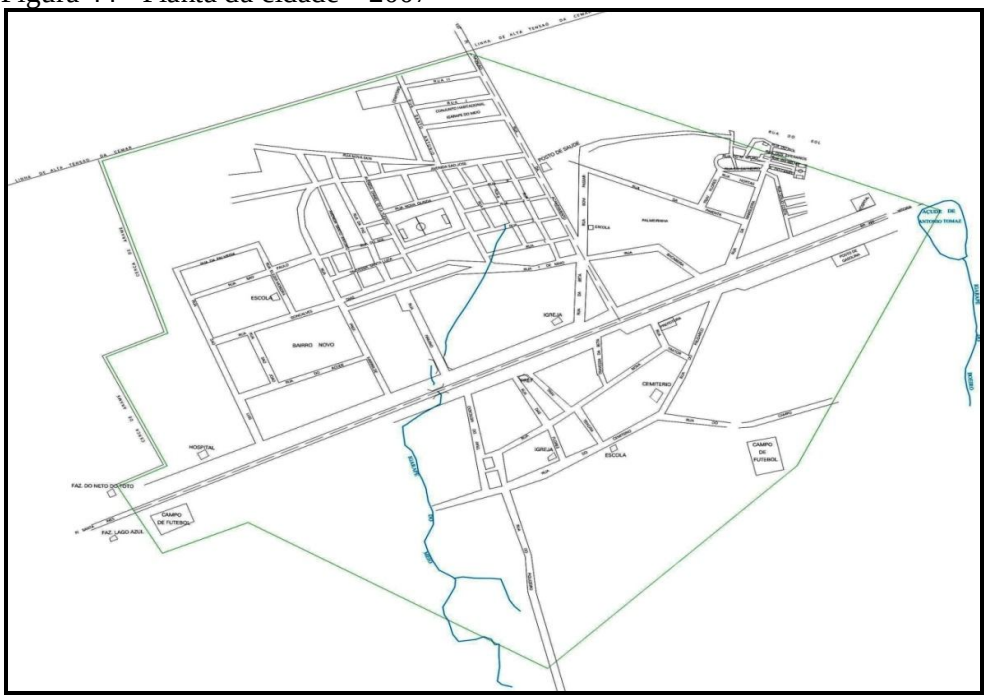
Espaço Urbano

A área urbana do município (Figura 44) prolongou-se de sua antiga localização para as margens da BR 222, permitindo assim o seu desenvolvimento.

A Avenida Principal Nagib Haickel (Figura 45) é parte da rodovia MA 222. Ao Norte estão as Ruas Pau d'Arco, Nova, do Comércio (Figura 46) e do Mercado, dotadas de infraestrutura, bom padrão construtivo e espaços consolidados. A cidade cresce para Noroeste e Sudeste. Nessa área, o governo estadual construiu, recentemente, um conjunto residencial perto do cruzamento da BR 222 e da linha férrea. Apresentam 70% das ruas asfaltadas, 5% piçarradas, 15% de terra batida e duas praças arborizadas (Figura 47).

Os principais bairros são: Novo, Vila Ubiratan, Vila Carolina e Vila São Marcos.

Figura 44 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 45 - Av. Nagib Haickel, parte da rodovia MA 222 - 2012



Fonte: IMESC

Figura 46 - Rua do Comércio - 2012



Fonte: IMESC

Figura 47 Praça da Prefeitura - 2012



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural do Município está distribuído em 77 comunidades, sendo as seguintes:

Sítios: Água Preta, Alto, Arame, Areias I, Barreiras, Bem-te-vi, Boa Vista, Bom Passar, Boqueirão, Cajazeiras, Centro do Bernardo, Criminoso, Floresta, Igarapé de Dentro, Lagoa, Mata do Zé Vitor, Novo Cabloco Morto, Passarinho, Prequeuzinho, Retiro, Retiro dos Pretos, Santa Luzia, São Francisco e Sítio.

Fazendas: Entrada da Lagoa, Fazenda Agro-pastoril, Fazenda Alvorada, Fazenda Beija Flor, Fazenda Bela Vista, Fazenda Dois Corações, Fazenda Eldorado, Fazenda Mata do Boi, Fazenda Meu Cantinho, Fazenda Nordestina, Fazenda Paraíso, Fazenda Santa Barbara, Fazenda Santa Lucia, Fazenda Santa Maria, Fazenda Santo Antonio, Fazenda São Bernardo, Fazenda São Francisco, Fazenda São Jorge, Fazenda Soledade, Fazenda Timbumba, Fazenda Tupasiretran, Fazenda União, Lago Azul, Padre Cícero.

Povoados: Alto do Pequizeiro, Arirana, Juçaral, Prequeu, União.

Assentamentos: Acari, Areias, Bacuri, Fazenda Nova, Goiaba, Igarapé do Boi, Lagem Comprida, Paruru, Patrício, Bacuri I, Centro dos Pinaclos, São Benedito, Beira do

Campo, Capoeira, Centro do Maximiano, Cigana, Tarumã, Toari, São Vicente, Vila Diamante, Vila Falcão, Vila Primavera e Vila Riachão.

Utilização das Terras

As informações sobre as atividades rurais, que cada estabelecimento possui, tornam-se complexas ao ser analisadas, pois a soma não corresponde ao total dos tipos de estabelecimento, uma vez que em um só estabelecimento pode haver vários tipos de utilização. Por isso, a análise desenvolve-se de forma qualitativa. Observa-se que, as atividades econômicas mais importantes no município são as pastagens, em suas mais variadas utilizações e a lavoura temporária.

As matas e/ou florestas são áreas de conservação, porém existem áreas rurais com outras utilidades como tanques, lagos e açudes, podendo ser utilizadas para a piscicultura ou para a pecuária.

Quanto à área, dos 24.342 hectares, as pastagens em todos os seus tipos são mais significativas. A pastagem natural representou 43%, as pastagens plantadas degradadas 18% e as pastagens em boas condições 23%, isto representa 84% da utilização das terras do município.

A lavoura temporária representou 6%, as áreas plantadas com forrageiras 7%, os sistemas agroflorestais 2% e as áreas com tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura, representaram 1%, os demais tipos de atividade são inexpressivos, representaram menos de 1% (Tabela 44).

Tabela 44 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de Atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	3	1
Lavoura temporária	94	1.368
Áreas plantadas com forrageiras	11	1.641
Pastagens naturais	227	10.365
Pastagens plantadas, degradadas	77	4.336
Pastagens plantadas em boas condições	61	5.573
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente - reserva legal)	20	195
Sistemas agroflorestais	9	446
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	13	285
Construções, benfeitorias ou caminhos	19	132
Total	-	24.342

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Quanto ao tipo do produtor (Tabela 45), destaca-se em estabelecimento, o produtor sem área com 71% dos 943 estabelecimentos; como o mesmo não detém a posse da terra, para produzir ocupa terras devolutas, de arrendamento ou do proprietário; o proprietário ocupa 18% dos estabelecimentos e 72% da área, o arrendatário, o parceiro e o ocupante ocupam menos de 1% dos estabelecimentos; quanto à área o arrendatário ocupa 3%, o parceiro e o ocupante não representaram menos de 1%. Percebeu-se que, os arrendatários e os parceiros trabalham em áreas adquiridas dos proprietários, aumentando assim os estabelecimentos e as áreas destes.

Quanto ao assentado, que tira do campo seu alimento, ocupa apenas 9% dos estabelecimentos e 24% dos hectares, constituindo assim uma agricultura rudimentar e de subsistência. Entre estes pequenos agricultores estão descendentes de quilombolas (Tabela 45).

Tabela 45 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	167	17.589
Assentado sem titulação definitiva	84	5.740
Arrendatário	7	800
Parceiro	3	2
Ocupante	8	231
Produtor sem área	674	-
Total	943	24.362

Fonte: IBGE

Demografia

O município ocupa a 145° posição em número de habitantes no Maranhão, o que representa 0,19%. Em termos regionais a população é a 47º da Mesorregião Norte Maranhense com 0,48% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense ocupa o 20º lugar, com 2,22% dos habitantes. Sua densidade demográfica é de 32 hab/km^2.

De 2000 a 2010, a população absoluta de Igarapé do Meio cresceu, a população masculina em 26%, a feminina 29%, a urbana 59% e a rural 7%.

Em relação ao sexo, tanto no ano 2000 quanto no ano de 2010, os homens representavam 51% e as mulheres 49%, havendo no município uma equiparação em relação a gênero (Tabela 46).

Em 2000, a população urbana (Tabela 46), representava 40% e a rural 60%; em 2010 a urbana representa 49% e a rural 51%; tais dados mostram que no decorrer desses anos, a população urbana cresceu, enquanto que a população rural diminuiu; explica-se esse fato pela migração do camponês para a cidade, por diversos fatores, dentre eles, a busca por trabalho, infraestrutura e educação.

Tabela 46 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	5.023	6.348
Feminina	4.819	6.202
Urbana	3.912	6.207
Rural	5.930	6.343
Absoluta	9.842	12.550

Fonte: IBGE

Em 2010 o IDHM do município ocupa o valor de 0,569, sendo o 116° em relação ao Maranhão.

Saúde e Assistência Social

O município dispõe de um hospital público com 39 leitos divididos entre emergência/urgência e no setor de internação, possui cinco enfermarias, duas masculinas, duas femininas e uma pediátrica; possui uma ambulância, realizando atendimentos em urgência/emergência, consultas e pequenas cirurgias; os principais exames realizados são: ultrassonografia, exames laboratoriais, raios-X.

Funcionam no município sete postos de saúde, sendo três na sede e os outros distribuídos na zona rural. Há distribuição de medicamentos e em casos de transferência de pacientes mais graves, são transportados de ambulância para Santa Inês ou para São Luís, custodiados pela prefeitura. As doenças mais frequentes são: diabetes, viroses, hipertensão, gastroenterocolite aguda e dengue.

Para o atendimento à população dispõe de sete médicos, distribuídos entre clínico geral, ginecologista, urologista e neurologista, além de um radiologista e um dentista. Conta com dois enfermeiros, dezesseis técnicos de enfermagem, dois auxiliares de enfermagem e 34 agentes comunitários de saúde, dos quais catorze trabalham na área urbana e vinte na área rural.

Funciona o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), distribuído em cinco equipes, cobrindo 100% do município. Conta com quatro equipes de saúde bucal, e distribuição de medicamentos. O Programa dispõe de cinco médicos, cinco enfermeiros, quatro dentistas e cinco profissionais de enfermagem distribuídos em técnicos e auxiliares. As doenças mais comuns são: hipertensão e diabetes.

No município há oito parteiras, segundo levantamento da Secretaria de Saúde Municipal, mas há suspeitas da existência mais, por isso o município desenvolve o Projeto Rede Cegonha. A Prefeitura utiliza uma voadeira (barco a motor) para a condução de enfermos em lugares de difícil acesso.

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os seguintes Programas: Bolsa Família, PETI, PRO – JOVEM, BPC na Escola incluindo deficientes e idosos, realizando visitas domiciliares, ou encaminhando para o psicólogo ou para a assistente social; há doação de cestas básicas às famílias necessitadas. No Projeto Jovem Aprendiz, vários jovens que

saíram de outros programas tem a oportunidade de aprender uma profissão, ganhando uma bolsa de auxílio.

Há o Projeto de Inclusão Digital, Inclusão de Convivência Social e o Centro de Referência de Assistência Social **(**CRAS), onde funcionam oficinas de artesanato, dança, esportes e palestras de prevenção em parceria com outras secretarias do município, voltadas para crianças, jovens, idosos e famílias. A Secretaria possui brinquedoteca, voltada a atividades lúdicas com as crianças.

Educação

A rede de ensino do município tem 37 escolas, com 180 salas de aula, aproximadamente, seis colégios na área urbana e 31 na zona rural, onde estão matriculados 5.476 alunos, entre pré-escola, ensino fundamental e EJA, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O corpo docente municipal é composto por 364 professores, dos quais 25% com magistério e 75% com o ensino superior completo.

O município possui biblioteca e disponibiliza material escolar, apenas para a educação infantil, transporte e laboratório de informática. Em relação ao ensino superior, o município conta com uma instituição particular, o Instituto de Educação Superior do Brasil (IESB), mantendo o Curso de Pedagogia e Especialização em Supervisão Escolar.

Economia

Em 2010, o PIB de Igarapé do Meio somou R$ 52,349 milhões, representando 0,12% do PIB Estadual e 140ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 31,557 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 11,632 milhões e o industrial R$ 7,145 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 2,015 milhões. A renda *per capita* do município alcançou R$ 216,25, levando o Igarapé do Meio a se situar na 110ª posição em comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 196ª posição, correspondendo a 0,264.

Agricultura

A economia do município é resultado principalmente das atividades primárias.

A agricultura temporária (Tabela 47) é a mais significativa no município, sendo caracterizada pela atividade familiar e utilização de técnicas rudimentares, da tradicional roça de toco, sem nenhuma ação para melhorar a fertilidade e a conservação do solo. O modelo básico de produção é o consórcio de arroz, milho e mandioca. A baixa fertilidade da terra e o não uso de tecnologias modernas desencadeiam irrisória produtividade. Os produtos de maior importância são o arroz e a mandioca.

De 2006 a 2011, a área plantada/colhida aumentou 2%, a quantidade produzida diminuiu 4% e o valor da produção aumentou 64% (Tabela 47).

No decorrer de 2006 a 2011, o arroz aumentou 4% em área plantada/colhida, 22% em quantidade produzida e 129% em valor da produção; o feijão aumentou 45% em área plantada/colhida, 28% em quantidade produzida e sofreu uma redução de 8% em valor da produção; a mandioca aumentou em todos os segmentos: área plantada/colhida, quantidade produzida e valor da produção em: 6%, 0,35% e 108%, respectivamente. A melancia e o milho diminuíram 68% e 13% em área plantada/colhida, 71% e 28% em quantidade produzida, respectivamente, em valor da produção a melancia diminuiu 55% e o milho aumentou 14% (Tabela 47).

Em 2006, dos 1.566 hectares de área plantada/colhida, o arroz representou 34%, o feijão 8%, a mandioca 31%, a melancia 3% e o milho 24%. Das 5.480 toneladas de quantidade produzida, o arroz obteve 9%, o feijão 1%, a mandioca 79%, a melancia 7% e o feijão 4%. O valor da produção rendeu R$ 1,182 milhões, o arroz participou com 15%, o feijão 13%, a mandioca 49%, a melancia 15% e o milho 8% (Figura 48).

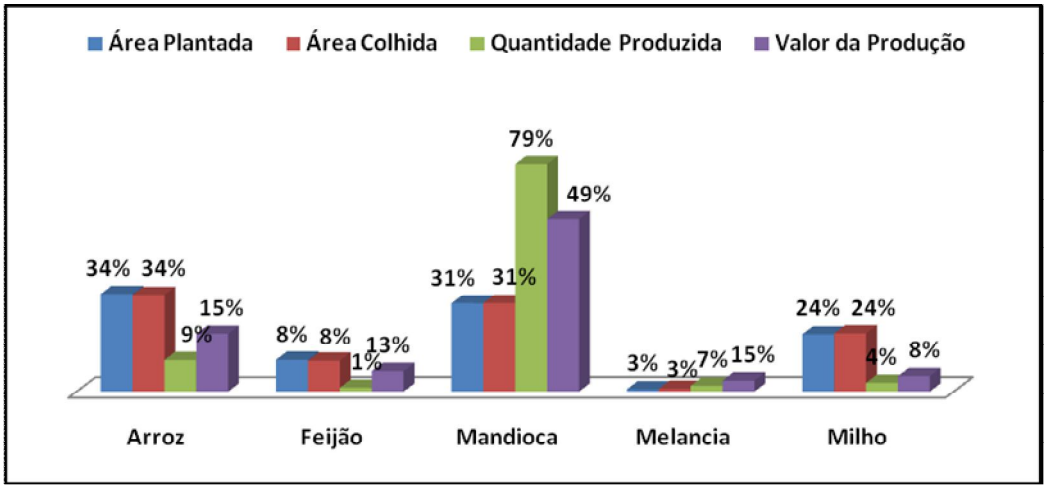
Em 2011, dos 1.598 hectares de área plantada/colhida, o arroz representou 35%, o feijão 11%, a mandioca 32%, a melancia 1% e o milho 21%. Das 5.275 toneladas de quantidade produzida, o arroz obteve 11%, o feijão 2%, a mandioca 82%, a melancia 2% e o milho 3%. O valor de produção rendeu R$ 1,944 milhões, o arroz participou com 21%, o feijão 7%, a mandioca 62%, a melancia 4% e o milho 6% (Tabela 47; Figura 49).

Tabela 47 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	540	564	540	564	486	592	177	405
Feijão	125	181	125	181	56	72	154	142
Mandioca	480	510	480	510	4.320	4.335	583	1.213
Melancia	41	13	41	13	390	111	174	77
Milho	380	330	380	330	228	165	94	107
Total	1.566	1.598	1.566	1.598	5.480	5.275	1.182	1.944

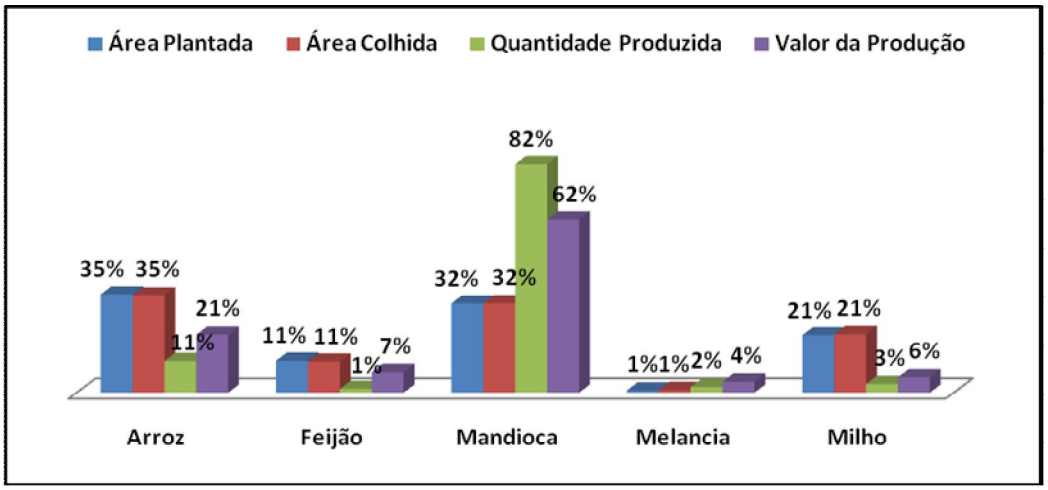
Fonte: IBGE

Figura 48 - Gráfico da lavoura temporária – 2006



Fonte: IBGE; IMESC

Figura 49 - Gráfico da lavoura temporária - 2011



Fonte: IBGE; IMESC

Embora o município disponha de uma variedade de frutas, em 2006, foram consideradas importantes, a banana, a castanha de caju, o coco-da-baía e a laranja; em 2011 apenas três, a banana, a castanha de caju e o coco-da-baía (Tabela 48). De 2006 a 2011, a banana diminuiu em área colhida 33%, em quantidade produzida 26% e em valor da produção 1%; a castanha de caju e o coco-da-baía aumentaram seus percentuais em 66% e 16% em área colhida, 33% e 21%,em quantidade produzida e 16% e 80% em valor da produção, respectivamente (Tabela 48).

No ano de 2006, dos 53 hectares de área colhida, a banana representou 57%, a castanha de caju 28%, o coco-da-baía 11% e a laranja 4%. O valor da produção rendeu R$ 206 mil, a banana contribuiu com 91%, a castanha de caju com 3%, o coco-da-baía com 2% e a laranja com 4%;

Em 2011, dos 52 hectares de área colhida, a banana representou 39%, a castanha de caju 48% e o coco-da-baía 13%; o valor de produção rendeu R$ 202 mil, a banana contribuiu com 92%, a castanha de caju com 3% e o coco-da-baía com 4% (Tabela 48).

Faz-se necessário uma explicação quanto à quantidade produzida do coco-da-baía, uma vez que este produto é quantificado em mil frutos, enquanto os demais em toneladas (Tabela 48).

O sindicato dos trabalhadores rurais registrou, em 2012, aproximadamente 1.338 associados.

Tabela 48 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	30	20	240	176	188	186
Castanha de caju	15	25	6	8	6	7
Coco da baía*	6	7	14	17	5	9
Laranja	2	-	10	-	7	-
Total	53	52	-	-	206	202

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

A pecuária é semi-intensiva, utilizando pastos naturais e plantados. Os rebanhos que mais se destacam são o bovino e as aves. De 2006 a 2011, o número de cabeças diminuiu 31%.

De 2006 a 2011 todos os rebanhos reduziram, exceto o ovino que aumentou 3%. Os rebanhos que diminuíram foram: o equino 21%, o bubalino 49%, asinino 33%, muar 6%, suíno 41%, caprino 29%, bovino 2% e aves 3%.

Apesar da diminuição insignificante, o bovino é um dos rebanhos mais importantes. A explicação mais relevante para que esse rebanho seja significativo, é que, a maioria das fazendas se destaca pela quantidade e qualidade dos animais, resultado do uso de capital de tecnologia na formação da pastagem, melhoramento genético e manejo. Referidas fazendas pertencem a poucos fazendeiros, mas possuem um efetivo do rebanho muito elevado. Um destaque local é a Fazenda Eldorado, que desfruta de projeção nacional, graças a seis leilões de bovinos aprimorados geneticamente.

Em 2006, das 49.071 cabeças, as aves representavam 51%, o bovino 38%, o suíno 3%, o bubalino e o ovino 2% cada e o equino 1%, os outros rebanhos são pouco expressivos, representando no conjunto 3% (Tabela 49).

Em 2011, das 33.563 cabeças, o bovino correspondeu a 54%, as aves 35%, o suíno e o ovino 3% cada, o bubalino 2% e o equino 1%, os outros rebanhos pouco expressivos somaram 2% (Tabela 49).

Tabela 49 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Números de cabeças (Unidades)
Bovino	18.695	18.251
Equino	490	386
Bubalino	1.000	580
Asinino	460	309
Muar	125	117
Suíno	1.700	996
Caprino	405	287
Ovino	920	949
Aves	25.276	11.688
Total	49.071	33.563

Fonte: IBGE

Em 2011, foram produzidos no município 409 mil litros de leite que renderam R$368 mil, além de 11 mil dúzias de ovos de galinha que renderam R$ 67 mil.

Extrativismo

Os produtos extrativos considerados importantes no município em 2011 foram: o carvão vegetal e a amêndoa de babaçu, representados em toneladas e a lenha, medida em metros cúbicos.

Das 922 toneladas dos produtos coletados, o carvão vegetal contribuiu com 51%, a amêndoa de babaçu com 49% (Tabela 50) e a lenha com 680 metros cúbicos. Esses três produtos resultaram numa renda de R$ 1,387 milhões, dos quais a amêndoa do coco babaçu participou com 49%, o carvão vegetal com 51% e a lenha representou menos de 1%. Resta lembrar que, essas duas últimas atividades, por não serem submetidas a um projeto de manejo, provocam desmatamento descontrolado, poluição do ar e dos rios pelas cinzas inerentes do uso de ambas. Como manejo, recomenda-se, o uso das cinzas na construção civil, especialmente na área rural como complemento da argila, substituindo o cimento.

Resta lembrar que, quando a renda da roça não é suficiente para o sustento da família do agricultor, essa é complementada com a quebrar do coco babaçu.

Tabela 50 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	451	-	676
Carvão vegetal	471	-	706
Lenha	-	680	5
Total	922	680	1.387

Fonte: IBGE

Pesca

A pesca lacustre e fluvial é eminentemente artesanal, voltada para subsistência. Na época da desova, os pescadores recebem o auxílio (defeso) à piracema. As principais

espécies pescadas são: branquinha (*Psectrogaster amazônico*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), curimatá (*Prochilodus ssp*) e o piau (*Leporinus obtusideuns*).

A piscicultura também é realizada no município, sendo as principais espécies: tambaqui (*Colossoma macropomum*), pacu manteiga (Piaractus *masopotamicus*), piau (*Leporinus obtusideuns*), pirarucu (*Arapaima gigas*), tilápia (*Tilápia rendali* ou *Oreochromis niloticus*) e curimatá (*Prochilodus ssp*).

Indústria

As indústrias existentes no município são as de cerâmica, com fabricação de tijolo, de beneficiamento do babaçu, da mandioca transformada em farinha e padarias.

Turismo

O turismo é pouco desenvolvido, embora possua potencial para o ecoturismo, com destaque para o Rio Grajaú e lagos, o festejo do padroeiro São João Batista e as festas juninas. Para hospedagem, a cidade dispõe de duas pousadas e dois dormitórios.

Comércio

O comércio é essencialmente varejista e se desenvolve ao longo da Avenida Nagib Haickel, possuindo quitandas, supermercado, mercado e feiras as quais apresentam inúmeros produtos, principalmente advindos da agricultura familiar.

Poderes Judiciário e Legislativo

O Município é termo da comarca de Monção e está lotado na 110º zona eleitoral, possuindo 32 seções e 10.141 eleitores (TSE, 2012) e nove vereadores.

Religião

A religião predominante é o catolicismo, possuindo três igrejas na área urbana, sendo uma matriz dedicada ao Santo Padroeiro do Município São João Batista (Figura 50), embora o principal festejo seja o de Nossa Senhora de Nazaré.

Figura 50 - Igreja matriz - 2012



Fonte: IMESC

Há cinco templos evangélicos, distribuídos na área urbana, divididos nas congregações: Batista, Assembleia de Deus, Adventista, Testemunha de Jeová e Universal do Reino de Deus e cinco terreiros de origem africana ou indígena.

No ano de 2010, dos 12.550 habitantes entrevistados, os católicos foram a maioria com 77%, os evangélicos representaram 14% e os sem religião 8%, as outras variáveis representaram 1% (Tabela 51).

Tabela 51 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	9.634
Evangélicos	1.797
Umbanda e candomblé	6
Outras religiões	79
Sem religião	1.034
Total	12.550

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água está a cargo da Prefeitura. A captação é feita por poços artesianos, atendendo toda zona urbana em sistema de rodízio. Alguns povoados rurais são abastecidos por poços artesianos, dos quais poucas comunidades são beneficiadas com água encanada. A água consumida, de poços e nascentes, não apresenta nenhum tratamento.

O município não possui rede coletora de esgoto. As fossas sépticas são mais utilizadas na área urbana, enquanto que na rural são mais rudimentares. Em 2012, o SIAB registrou 1.726 fossas no município.

A coleta de lixo é realizada duas vezes na semana, apenas na sede, sendo o mesmo depositado em um lixão a céu aberto, distante 500m da Sede, próximo ao conjunto Carolina.

A energia é fornecida pela CEMAR, e de acordo com essa empresa, em 2010 o número de consumidores somou 36.006 usuários; o maior número refere-se ao uso residencial com 92%, o comercial representou 3%, o rural 1% e o poder público 2%, os demais usos corresponderam a 2% (Tabela 52).

O consumo de energia em MWh foi de 4.947.074, correspondendo seu maior percentual ao uso residencial com 49%, o consumo rural representou 17%, a iluminação pública 12%, o serviço público 10%, o comércio 6%, o poder público 5%, o industrial e o consumo próprio representaram juntos 0,4% (Tabela 52).

Tabela 52 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	33.250	2.409.483
Rural	491	839.634
Comercial	1.134	301.548
Industrial	156	18.556
Poder Público	643	258.784
Serviço Público	317	500.526
Iluminação Pública	12	618.453
Consumo próprio	3	90
Total	36.006	4.947.074

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma emissora de rádio, para comunicação comunitária na Sede e outra na Vila Diamante. Apresenta um posto de atendimento do Bradesco, uma Lotérica e uma Agência dos Correios, telefonia fixa e móvel de responsabilidade da OI.

Possuía 30 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 31 telefones públicos (ANATEL, 2008).

Folclore e Lazer

As principais atrações culturais e folclóricas são as festas religiosas já citadas, o carnaval tradicional de rua e os festejos juninos, caracterizados principalmente pelo bumba-meu-boi, quadrilhas e pelo tambor de crioula.

O município conta com dois campos de futebol, três clubes, três restaurantes, uma boate, uma lanchonete e inúmeros bares.

Transportes

A sede municipal está a 231 quilômetros de São Luís, às margens da BR 222, tendo como acesso as rodovias BR 222 e 135. As cidades mais próximas são: Monção a 19 km (MA 330), Santa Inês a 25 km (BR 222 e 316) e Vitória do Mearim a 45 km (BR 222).

O meio de transporte mais utilizado é o rodoviário, o deslocamento intermunicipal e rural é feito por micro-ônibus, vans, D-20 ou pau de arara, mototáxis, transporte com tração animal e barcos. Para se deslocar na região, os moradores utilizam ônibus procedentes de outros municípios, como Monção, de onde saem coletivos para a capital.

2.7 Matinha

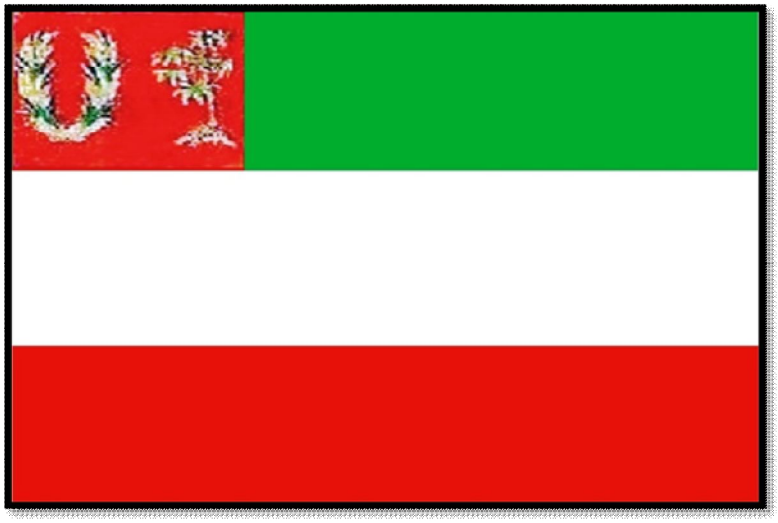
Símbolos Municipais



Brasão

O brasão do município foi criado pela professora Euzebia Silva Costa, com a colaboração da professora Maria do Socorro Neves Silva, na gestão do prefeito Raimundo Freire Cutrim em 1990.

As cores, faixas e símbolos representam a economia do município.



Bandeira

Idealizada também pela professora Euzebia Silva Costa em 1967, a bandeira, está distribuída em três faixas horizontais, de largura igual. A faixa superior verde, a central branca e a inferior vermelha. No canto superior, há um quadrado vermelho dentro do qual estão retratados dois arbustos; um de mandioca e outro de arroz representando a agricultura, principal atividade econômica do município. O verde simboliza as matas e os manguezais, o branco a paz e a ordem, o vermelho o índio primitivo habitante do município.

Hinos

O município possui dois hinos, sendo o segundo o mais cantado atualmente.

Primeiro:

Matinha teu passado é glória
Luta coragem e tradição
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão.

Sob terra formosa e cercada
De lindos campos e canaviais
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão.

Matinha de verdes campos
E de frondosos mangueirais
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão.

Salve terra de vultos grandiosos
A relembrar o teu passado
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão.

Matinha de avenida tão bela
Ostentando seus mangueirais
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão.

Salve terra de povo valente
Trabalhador e hospitaleiro
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão.

Matinha do bom futebol
E das pelas das crianças
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão.

Salve terras de bons canaviais
A animar teus foliões
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão

Matinha o teu folclore
É uma riqueza a conserva
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão

Salve a terra do bumba-meu-boi
Tradição deste povo
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão

Matinha do Lago Aquiri
Dos cambucais e dos criviris
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão

Salve terra de nossa infância
A brincar em noite de lua
Teu nome está gravado na história
Dos velhos anais do Maranhão

Letra: Profº. Luís Carlos Pereira e Profª. Euzebia Silva Costa
Musica: Profº. Luís Carlos Pereira
Arranjo Musical: Ângelo Muniz

Segundo:

Matinha terra querida
Onde tudo é mais vida
É beleza esplendor

Matinha
Vai pra frente de novo
Com a grandeza de um povo
Nobre trabalhador.

O teu progresso a florir
Na certeza de teres
Um grande porvir.

Teus lindos campos
Teus mangueirais
Teu perfil encantador
Nosso trabalho com muito amor
Para que cresça cada vez mais.

Letra: Agostinho Reis e Carlos Gomes
Musica: Agostinho Reis e Carlos Gomes
Arranjo Musical: Luís de Sousa Pereira

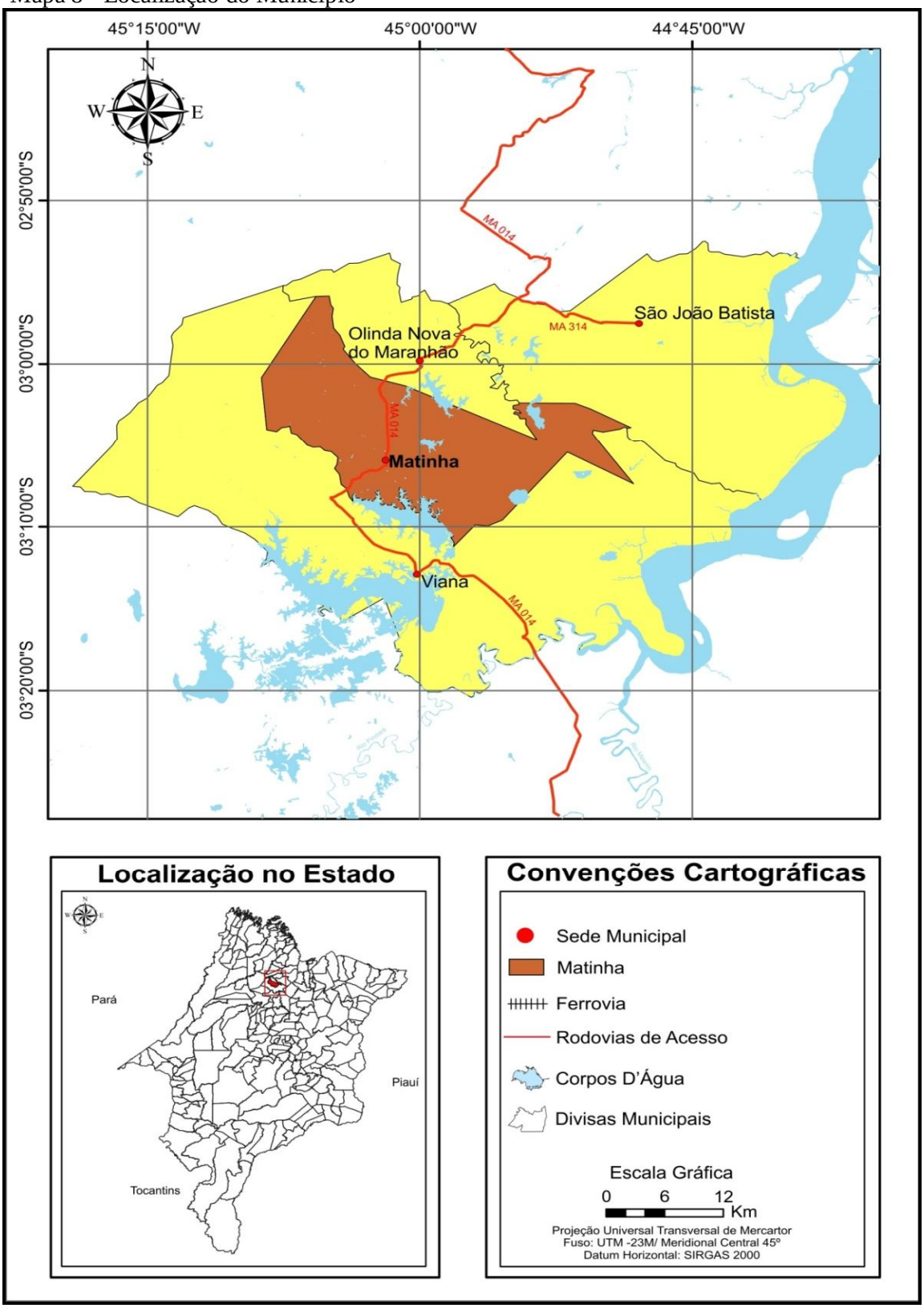
Localização

Localizado na Baixada Maranhense, o município Matinha está inserido na Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Olinda Nova do Maranhão; a Oeste e ao Sul com Viana; a Leste com Viana, São João Batista e Olinda Nova do Maranhão (Mapa 8).

Seus pontos extremos estão determinados pelas respectivas coordenadas geográficas: Norte -02º55’48”de latitude e -45º05’05” de longitude; Oeste -45°08’43” de longitude e -03°00’50” de latitude: Sul -03°11’12” de latitude e -44°53’33” de longitude; Leste -44°53’33” de longitude e -03°04’39” de latitude.

Mapa 8 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

A área de Matinha é de 408,7 km² correspondendo a 0,12% do território maranhense. Classificando-se em 47º lugar com 0,77% na Mesorregião Norte Maranhense e 16º com 2,36% na Microrregião da qual faz parte.

Processo de Ocupação

O atual Município Matinha teve sua origem com a chegada de alguns colonizadores na região, nos meados do século XIX.

Nessa época, nas proximidades da atual sede municipal, foi feita a instalação do Engenho de Açúcar Nazaré, de propriedade do Padre João do Lago e do Engenho Santa Maria, de propriedade do comendador Antonio Alves da Silva. Além desses, foram instaladas fábricas de farinha de mandioca, uma no sítio Hespanha do comendador José Belfort, e outra, em Santa Maria dos Meireles, cujo proprietário era o caboclo Ezequiel Meireles. À época, trouxeram em sua companhia, considerável número de escravos.

Com o falecimento de Antonio Alves da Silva, seu filho mais velho, João Carlos Serra Silva, transferiu para Bom Jesus o Engenho de Açúcar Santa Maria. Nesse tempo, seus irmãos mais novos, Serapião e Gustavo Serra e Silva, fixaram-se à margem da estrada que dava acesso a Viana, na zona sul da Sesmaria do Jardim, pertencente a João Carlos Serra e Silva, instalando ali pequeno comércio. Alguns anos depois, surgiu nova casa comercial dos irmãos Heráclito Ovídio e Antonio Augusto Alves da Silva, filhos de Gustavo Serra e Silva.

Com a abolição da escravatura muitos ex-escravos e mestiços das fazendas vizinhas procuraram instalar-se nas proximidades das casas comerciais, formando ali um pequeno núcleo residencial, que por possuir terra fértil e própria para agricultura, se desenvolveu e atraiu novos imigrantes, surgindo assim o povoado Matinha.

Fatos Históricos

Motivado pelos esforços dos irmãos Heráclito e Antonio Augusto, resolveu o município Viana à qual o povoado pertencia criar a primeira escola municipal, pela lei Nº138,

de 16 de abril de 1806, designando para professores o Sr. Joaquim Inácio Serra e a Sr.ª Cândida Gomes da Silva.

Vinte anos mais tarde, pela Lei Nº 719, de 5 de abril de 1916, foi criado o Cartório do Registro Civil. Matinha foi elevada à categoria de vila pela Lei Nº 857, de 4 de abril de 1919. Logo após, pela Lei Nº 931, datada de 7 de abril de 1920, foi elevada à categoria de município, tal a iniciativa e espírito de luta dos irmãos major Heráclito Ovídio e coronel Antonio Augusto Alves da Silva.

Em 4 de maio de 1920, foi determinada pela Lei Nº 501 a eleição para prefeito e vereadores do município. O Decreto 932, de 3 de agosto de 1922, adiou por tempo indeterminado as eleições para prefeito e vereadores. No mesmo ano, foi criada a Coletoria Estadual, talvez como recompensa ao ato da não instalação do município.

Com o falecimento do major Heráclito Ovídio, a direção política de Matinha passou para o coronel Antônio Augusto, com a cooperação do sobrinho João Amaral da Silva, e seu filho, José Pedro da Silva. O referido coronel, achando que era de grande necessidade em sua terra, a construção do mercado e a de um cemitério, sacrificando suas economias, mandou edificá-los às suas custas.

Em 1929, foi criada e instalada a agência telefônica, tendo o Coronel Antônio Augusto contribuído com o prédio da sede da agência e com toda a colocação dos postes necessários do então distrito; infelizmente o coronel Antonio Augusto não assistiu à concretização do seu sonho de ver o distrito elevado a município, pois faleceu em 11 de maio de 1941.

Surgiu então, à frente da política do povoado, o Sr. João Arnaldo da Silva. Não durou muito a se sentir o efeito dessa nova direção, pois, pela Lei Nº 267, de 31 de dezembro de 1948, graças ao empenho do deputado federal, Dr. Afonso da Silva Matos, foi criado o Município de Matinha.

Achava-se, pois, satisfeita a velha aspiração do povo. No dia 15 de fevereiro de 1949 foi instalado o município, sob grande regozijo e aplausos ao Sr. Amaral da Silva e ao Dr. Afonso da Silva Matos.

No seu primeiro ano de vida, o município foi agraciado com a instalação da Agência Municipal de Estatística, em sessão solene realizada no salão nobre da Prefeitura Municipal, no dia 3 de novembro daquele ano e, também, com a instalação da Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Administradores de 1949 até 2013:

Manoel Antônio da Silva (não constitucional); Aniceto Mariano Costa; João Amaral da Silva; Benedito da Silva Gomes; Francisco das Chagas Araújo; Raimundo Silva Costa (Pixuta); Aldenora Mouzinho Borges; José Estácio Baia Silva; Aristóteles Passos Araújo; Raimundo Silva Costa (Pixuta); Raimundo Freire Cutrim; Raimundo Silva Costa; Aristóteles Passos Araújo; Aristóteles Passos Araújo; Marcos Roberto Silva Costa; Dr. Emanuel Rodrigues Travassos; Marcos Robert Silva Costa - Atual (2013)

Ambiente Físico

Geologicamente o município apresenta Formação Itapecuru do Cretáceo, constituído de arenitos finos, arenitos argilosos, siltitos e folhelhos, representando cerca de 10% do território; do Cenozóico, período Quaternário, representado por formações superficiais, depósitos holocênicos flúvio-marinhos, representando aproximadamente 90%; esses depósitos aluvionares recentes são constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas.

Geomorfologicamente o município está enquadrado no Golfão Maranhense, área resultante do intenso trabalho de erosão fluvial do Quaternário, posteriormente colmatada, originando paisagem de planícies aluviais, lagoas e rios divagantes, ocupando, aproximadamente, 90% do Centro Leste do Município e por Superfície Maranhense com testemunhos, correspondendo a uma área aplainada durante o Ciclo Velhas, dominada em parte por testemunhos tabulares da superfície de cimeira. Todo esse conjunto faz parte da Baixada Maranhense (UEMA, 2002).

Os solos são representados pelos plintossolos, prevalecendo no município cerca se 55%, com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; os gleissolos, solos argilosos a muito argilosos, compreendendo solos minerais hidromórficos sujeito a alagamentos periódicos.

O município enquadra-se no clima tropical úmido, com moderada ou pequena deficiência de água entre os meses de julho a setembro. As chuvas distribuem-se de janeiro a junho e, o período de estiagem de julho a dezembro; a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano setembro, outubro e novembro, é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 76% e

82%. Em relação aos totais pluviométricos, apresentam-se entre 1.600 e 2.400 mm anuais. A temperatura média anual é superior a 27°C (UEMA, 2002).

O município faz parte das bacias hidrográficas dos Rios Pindaré e Pericumã. Os principais rios que cortam seu território são: o Rio Bonfim, Marajá e Puaí afluentes do Rio Pericumã. Apresentam vários lagos, com destaque para: Laguinho, Galego, Itãs, do Coqueiro e parte do Lago Belém.

A vegetação é formada pela mata dos cocais, representada principalmente pelo babaçu, capoeira mista e capoeirão latifoliado, campos representados por formações abertas e rasteiras em áreas planas inundáveis e mata ciliar que margeia os cursos dos rios.

O município pertence à APA – Baixada Maranhense Sub-Área do Baixo Pindaré, tendo regulamente 50% do seu território ocupado por esta e 30% na APA, Baixada Maranhense Sub-Área do estuário Mearim-Pindaré e Baía de São Marcos.

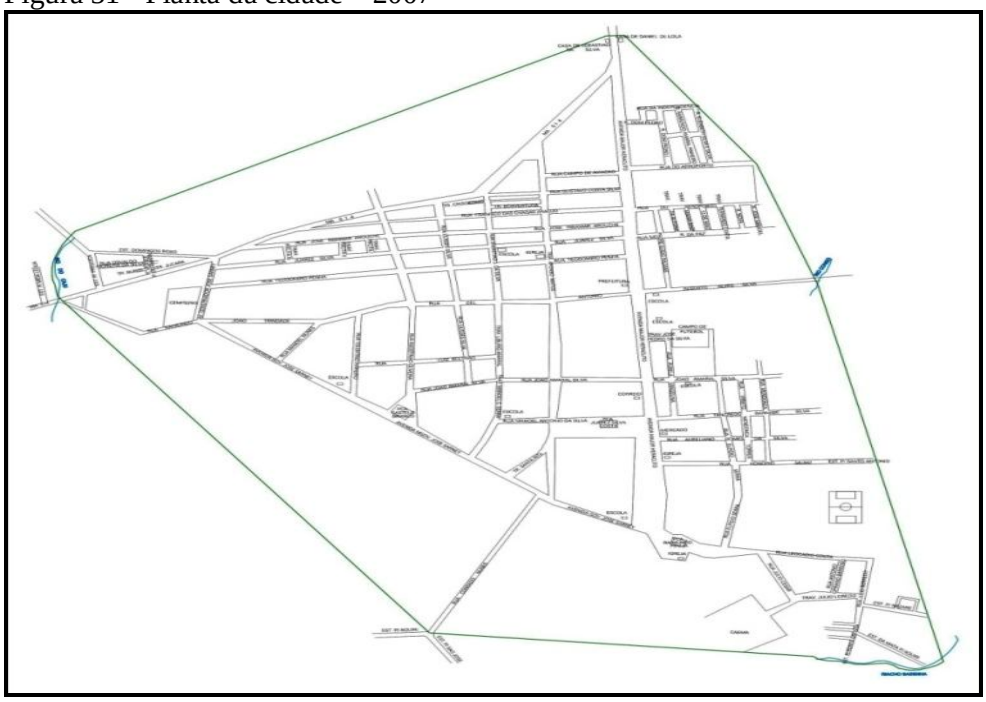
Espaço Urbano

Como cidade antiga, Matinha tem centro urbano (Figura 51) traçado por ruas e travessas largas ou estreitas, ladeadas de casas geminadas, de padrão arquitetônico tradicional (Figura 52), isto é, casas baixas de janelas e portas estreitas, com praças espaçosas arborizadas (Figura 53) e algumas com jardins e casarões. As ruas são pavimentadas com pedra, cimento, asfalto e piçarra, além de outras com chão batido.

Pode ser considerada como Centro Comercial a Avenida Major Heráclito, cujo comércio está adaptado em residências (Figura 54).

O Centro Urbano está dividido em cinco ruas, entre as quais uma avenida. Referidas ruas são cortadas por travessas, formando assim os quarteirões observados na figura 54.

Figura 51 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 52 - Arquitetura tradicional (Prefeitura Municipal) - 2011



Fonte: IMESC

Figura 53 - Praça próxima a Igreja Matiz - 2011



Fonte: IMESC

Figura 54 - Avenida Major Heráclito - 2011



Fonte: IMESC

Figura: 55 - Vista aérea da sede municipal - 2011



Fonte: Prefeitura Municipal

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em 92 comunidades (BRASIL, 2011), classificado em:

Sítios: Aleluia, Aquiri, Azevêdo, Balcedo, Belas Águas, Bico de Ferro, Boa Fé, Bom Fim, Brasília, Cabaceira, Caçamba, Caiada, Cajá, Caminho do Fio, Campinas, Charalamba, Coroatá, Curica, Cotias I, Enseada da Mata, Enseada do Cajá, Enseada Grande, Ervacidreira, Espanha, Galego, Graças, Ilha Bela, Ilha da Primavera, Ilha do Meio, Ilha do Simeão, Ilha Verde, Itans, Itapera, Jacuíca, Jaibara, João Luis, Malhada, Malhada Grande, Meia Légua, Monte Cristo, Nova Belas Águas, Nova Brasília, Olho d'Água II, Palestina, Paulos, Ponta da Capivara, Ponta do Chá, Ponta Grossa, Rampa, Rampa dos Meireles, Reforma, Roque, Salva Terra, Santa Rita, Santa Tereza, Santaninha, Santo Antônio, São Caetano, São José I, São Raimundo, Sembal, Sítio dos Vianas, Sumaúma, Sumaúma II, São José dos Araras, São José dos Gaspar, São José de Bruno, Tanque, Vilinha.

Povoados: Alto de Pedra, Aquiri, Bom Jesus, Caranguejo, Chulanga, Contenda, Curral de Varas, Cutias 11, Jaquarequara, Mendonça, Nazaré, Pirai, Preguiça Nova, Preguiça

Velha, Rodrigues, Roma, Santa Izabel, Santa Maria, Santa Vitória, São Francisco, São Felipe, São Rufo, Tronco.

Utilização das Terras

A Tabela 53 traz informações sobre a utilização das terras do espaço rural de Matinha, classificado primeiramente em estabelecimentos que, por terem mais de uma atividade rural, não devem ser analisados quantitativamente; entretanto, pode-se observar que referidos estabelecimentos desenvolvem atividades ligadas à lavoura, além de áreas que mesmo cultivadas destinam-se a pecuária: áreas plantadas com forrageiras, pastagens plantadas, assim como áreas de preservação (matas e florestas); uma parte dos estabelecimentos está ocupada com tanques, lagos, açudes que podem estar voltados para a aquicultura como também para o abastecimento do gado.

As terras degradadas certamente correspondem a áreas usadas para lavoura sem tecnologia ou pela pecuária extensiva, carecendo, portanto, de manejo para que voltem a ser produtíveis. Esse raciocínio também se aplica a parte das terras inaproveitáveis.

Quanto à área cultivada, do total de 16.521 hectares 16% foram de lavoura temporária, 32% com pastagens plantadas em boas condições, 14% com pastagens naturais, 7% com sistemas agroflorestais, 8% com pastagens plantadas degradadas, 7% com matas e/ou florestas, 8% com tanques, lagos e açudes. Os 8% restantes correspondem às demais ocupações listadas na tabela 53.

Tabela 53 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	76	113
Lavoura temporária	1225	2569
Área plantada com forrageiras	12	62
Pastagem natural	366	2301
Pastagens plantadas degradadas	88	1336
Pastagens plantadas em boas condições	378	5310
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	55	762
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	171	1116
Sistemas agroflorestais	139	1099
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	190	1378
Construções, benfeitorias ou caminhos	463	309
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	5	11
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	36	155
Total		16521

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, dos 1.709 estabelecimentos 56% são de responsabilidade do proprietário, 19% do ocupante, 14% do produtor sem área e 3% do assentado sem titulação definitiva. Os que estão sob a responsabilidade de parcerias e arrendatários perfazem juntos 8%; como arrendamentos e parcerias são sempre feitos com o proprietário, eleva para 64% os estabelecimentos dos proprietários.

O proprietário detém 93%, dos 16.521 hectares, o assentado sem titulação definitiva, os ocupantes, o parceiro com 2% cada e o arrendatários 1%; refletindo assim, os arrendatário e parceiro juntos elevam a área do proprietário para 96 % (Tabela 54).

Tabela 54 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	957	15317
Assentado sem titulação definitiva	59	396
Arrendatário	110	187
Parceiro	19	279
Ocupante	330	342
Produtor sem área	234	0
Total	1.709	16.521

Fonte: IBGE

Demografia

O município ocupava em 2010, a 78° posição em número de habitantes no Maranhão, representando 0,33% da população estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupava o 25º lugar, com 0,84% da população e, na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense o 11º lugar, com 3,88% dos habitantes. A densidade demográfica é de 53,55 hab/km^2.

Entre 2000 e 2010, a população total do município cresceu 12%, a população masculina 11%, a feminina 14%, a população urbana 27% e a rural 5% (Tabela 55).

Em 2000, os homens eram 51%, as mulheres 49%, a população urbana 62% e a rural 64%. Em 2010, os homens e mulheres eram 50% cada, a população urbana 41% e a rural 59%. Embora a população rural seja maior, verifica-se, no entanto, o crescimento da população urbana, que no decênio aumentou em 1.978, enquanto que a rural aumentou 676 habitantes (Tabela 55).

O crescimento da população urbana é resultado da facilidade de comunicação entre a área rural e urbana, principalmente através das motos e mototáxis; isso possibilita a muitos que moram na sede municipal que se desloquem diariamente para trabalhar na área rural. Outro fator de importância relativa é o Programa Bolsa Família, o Auxílio Maternidade e a aposentadoria que motivam a população rural com uma renda maior mudar-se para a área urbana, onde poderão ter melhor oportunidade de ter acesso à educação, saúde, lazer além de outras.

Em 2010, segundo o IPEA, o IDHM foi de 0,619, ocupando o 31º lugar no Maranhão.

Tabela 55 - Distribuição da população residente - 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	9867	11.027
Feminina	9364	10.858
Urbana	6905	8883
Rural	12.326	13.002
Absoluta	19.231	21.885

Fonte: IBGE

Saúde e Assistência Social

O município conta com um hospital, com 40 leitos divididos entre internação, urgência/emergência, consultório odontológico e pequenas cirurgias.

Para o atendimento à população, Matinha dispõe de cinco médicos, três enfermeiras, sete técnicos de enfermagem, 34 auxiliares de enfermagem e 69 agentes de saúde, dos quais 33 trabalham na área urbana e 36 na área rural.

Funciona no município o Programa Estratégia Saúde da Família (EFS). Referido programa está organizado em oito equipes, cada uma com um médico, uma enfermeira, um técnico em enfermagem, um auxiliar de enfermagem, cinco dentistas que também atuam no Programa de Saúde Bucal. As doenças mais frequentes são verminose e gripe, além de traumas relacionados a acidentes de trânsito (moto).

Os casos que não são resolvidos, no município, são transferidos para São Luís de ambulância custeada pelo município.

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os seguintes Programas: Auxílio Natalidade, Bolsa Família, BPC na Escola, PETI, Pro - Jovem Adolescente.

Educação

A rede de ensino do município apresenta 62 escolas, sendo seis na área urbana e 56 na zona rural, distribuídas em 211 salas, onde estavam matriculados 5.142 alunos, entre creches, pré-escola, ensino fundamental e EJA, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O corpo docente municipal detém 323 professores, sendo que 198 possuem magistério e 125 possuem o ensino superior completo. Quanto à educação estadual, conta com oito escolas de ensino médio na área urbana e rural, com 2.149 alunos e 93 professores.

O município também conta com uma escola particular na área urbana, com 198 alunos e dezoito professores.

Economia

Em 2010, o PIB de Matinha somou R$ 77,789 milhões, representando 0,17% do PIB Estadual e 106ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 46,757 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 22,307 milhões e o industrial R$ 7,227 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 1,506 milhões. A renda *per capita* do município alcançou R$ 294,51, levando o município a se situar na 30ª posição em comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 106ª posição, correspondendo a 0,331.

As principais atividades econômicas do município estão no setor primário, principalmente na agricultura e na pecuária.

Agricultura

O município Matinha vive principalmente da agricultura; dessa, a maior parte da produção é de subsistência, distribuída em dois tipos de lavouras a temporária e a permanente; a temporária tem a maior representatividade na economia, cujos produtos por importância são: a mandioca, o arroz, o milho, a melancia e o feijão.

Entre 2006 e 2011 o total da área plantada/colhida aumentou 6%, a quantidade produzida diminuiu 5% e o valor da produção cresceu 126%; na área plantada/colhida o arroz e o feijão diminuíram 2% e 40%, respectivamente, a mandioca e o milho aumentaram 12% e 6% e a melancia permaneceu estável; em quantidade produzida diminuíram: o arroz 55%, o feijão 20%, a melancia 43% e o milho 69%; a mandioca aumentou 9%; com relação ao valor da produção aumentaram: o arroz 20%, o feijão 11%, a mandioca 187%; diminuíram a melancia 23% e o milho 32%.

Em 2006, dos 3.588 hectares de área plantada/colhida, a mandioca ocupou 34%, o arroz 30%, o milho 34%, o feijão 1% e a melancia 0,26%. Em quantidade produzida, das 11.542 toneladas, a participação dos produtos foi: mandioca 80%, arroz 10%, milho 9%, feijão 0,09% e melancia 1%. Quanto ao valor da produção, dos R$ 2,570 milhões, a mandioca

participou com 68%, o arroz com 15%, o milho com 14%, o feijão 1% e a melancia 2% (Tabela 56).

Em 2011, dos 3.786 hectares de área plantada/colhida, a mandioca ocupou 36%, o arroz 28%, o milho 36%, o feijão 0,40% e a melancia 0,18%. Sobre a quantidade produzida, das 10.982 toneladas 92% foi de mandioca, 5% de arroz, 3% de milho, a melancia e o feijão menos de 1%. O valor da produção foi de R$ 5,807 milhões, dos quais a mandioca colaborou com 87%, o arroz com 8%, o milho com 4%, o feijão com 0,34% e a melancia com 1% (Tabela 56).

Tabela 56 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	1.079	1.059	1.079	1.059	1.187	532	395	478
Feijão	25	15	25	15	10	8	18	20
Mandioca	1.229	1.378	1.229	1.378	9.221	10.059	1.752	5.029
Melancia	7	7	7	7	123	70	39	30
Milho	1.248	1.327	1.248	1.327	1.001	313	366	250
Total	3.588	3.786	3.588	3.786	11.542	10.982	2.570	5.807

Fonte: IBGE

Na lavoura permanente são importantes para a economia: a banana, a castanha de caju, a manga, o coco-da-baía, a laranja e o limão.

De 2006 a 2011, a área colhida total diminuiu 54%, a quantidade produzida 69% (excluindo o coco-da-baía) e o valor da produção 70%. Na área colhida diminuíram: a banana 72%, o limão 40% e a manga 33%; a castanha de caju, o coco-da-baía e a laranja mantiveram-se estáveis; em quantidade produzida diminuíram: a banana 73%, a laranja 43% e a manga 48%; o coco-da-baía aumentou 33%, a castanha de caju e o limão mantiveram-se estáveis; com relação ao valor da produção diminuíram: a banana 54%, a laranja 44%, o limão 33% e a manga 39%; o coco-da-baía aumentou 29% e a castanha de caju manteve-se estável.

Em 2006, dos 71 hectares de área colhida, a banana, produto mais importante, ocupou 65%, a manga 12%, a castanha de caju 7%, o coco-da-baía e a laranja 4% cada e o limão7%. A quantidade produzida não foi possível analisada, uma vez que o coco-da-baía é informado em mil frutos e os demais em toneladas. Quanto ao valor da produção, dos R$ 485

mil arrecadados, a banana participou com 92%, a manga com 4%, a castanha de caju com 0,21% o coco-da-baía com 1%, a laranja com 2% e o limão com 1% (Tabela 57).

Em 2011, tiveram área colhida reduzida a banana, limão e manga, conservaram a mesma área coco-da-baía e laranja. No ano analisado, dos 33 hectares colhidos a banana participou com 40%, a castanha de caju com 15%, o coco-da-baía a laranja e o limão com 9% cada e a manga com 18%. Quanto ao valor da produção, dos R$ 146 mil o único produto que teve o valor aumentado foi o coco-da-baía, os demais diminuíram. Nesse ano, a banana participou com 81%, a castanha de caju com 1%, o coco-da-baía com 6%, a laranja com 3%, o limão com 1% e a manga com 8% (Tabela 57).

Tabela 57 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	46	13	621	169	447	118
Castanha de caju	5	5	2	2	1	1
Coco-da-baía*	3	3	9	12	7	9
Laranja	3	3	14	8	9	5
Limão	5	3	5	5	3	2
Manga	9	6	59	31	18	11
Total	71	33	-	-	485	146

Fonte: IBGE * Mil frutos

Pecuária

A pecuária é outra atividade econômica importante do município; os principais rebanhos por números de cabeças estão na tabela 58.

Entre 2006 e 2011, o rebanho total diminuiu 30%, com as respectivas particularidades - diminuíram: bovino 5%, equino 22%, bubalino 35%, suíno 81%, caprino 17% e aves 28%; aumentaram: asinino 27%, muar 15% e ovino 24%.

Como pode ser observado, na referida tabela, entre os anos analisados o maior percentual de cabeças foi o de aves com 46% em 2006 e 48% em 2011; em segundo, o bovino com 27% em 2006, para 36% em 2011. Teve queda significativa o suíno que em 2006, era 17% e caiu para 4%, em 2011; o bubalino conservou o percentual de 5% para ambos os anos

analisados. Os demais rebanhos que tiveram crescimento não passaram de 1%, para ambos os anos analisados.

Tabela 58 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	20.219	19.228
Equino	1.479	1.154
Bubalino	3.850	2.493
Asinino	344	436
Muar	514	593
Suíno	12.675	2.380
Caprino	1.111	919
Ovino	496	615
Aves	35.064	25.380
Total	75.752	53.198

Fonte: IBGE

Como produto de origem animal destacou-se: o leite, cuja produção foi de 338 mil litros, com rendimento de R$ 507 mil e, 21 mil dúzias de ovos de galinha, cujo lucro foi de R$ 63 mil, perfazendo o total de R$ 570 mil.

Extrativismo

Um dos principais produtos extrativos, em 2011, foi à lenha que representou 100% da quantidade produzida em metros cúbicos e, 68% no valor da produção; a amêndoa de babaçu correspondeu a 53% das toneladas produzidas e 21% do valor da produção; o carvão vegetal participou com 47% em quantidade produzida e11% do valor da produção (Tabela 59).

O carvão vegetal, assim como a lenha, são atividades impactantes, principalmente no desmatamento e na massa de ar pela emissão de fumaça; os produtos alimentícios como, a juçara pouco contribuem para a economia, em que pese à importância nutricional deste fruto.

No município não há atividade extrativista mineral.

Tabela 59 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	126	-	189
Carvão vegetal	112	-	100
Juçara	1	-	1
Lenha	-	20.644	619
Total	239	20.644	909

Fonte: IBGE

Pesca

A inexistência de dados quantitativos dificulta uma análise mais acurada sobre a importância da pesca, na economia de Matinha. Entretanto, quando do trabalho de campo, pelas informações obtidas, a pesca certamente contribui para a economia do município praticada nos lagos da região e destinada para o consumo local.

As espécies mais pescadas: tambaqui (*Colossoma macropomum*), tambacu (*Colossoma macropomum* + *Piaractus masopotamicus*/ cruzamento entre o tambaqui e o pacu) e curimatá (*Prochilodus scrofa*). O peixe ali coletado, através de métodos artesanais, faz parte de a dieta alimentar diária da população.

Indústria

O município conta com duas indústrias de cerâmica, além de padarias e casas de farinha na área rural.

Turismo

Podem ser considerados como atrativos turísticos, os Lagos Aquirí e dos Itãns, as matas do Bom Jesus e do Nazaré e o Engenho do Nazaré, onde ainda existem as máquinas antigas usadas na fabricação do açúcar, além das manifestações culturais, tanto no São João como nos festejos religiosos.

Comércio

O comércio de Matinha é varejista e atacadista, destacando-se no setor de alimentícios. Possuem quitandas, supermercados, feiras e mercados, sendo o abastecimento realizado por transportadoras de São Luís e outros Estados.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, possui 18.052 eleitores, distribuídos em 55 seções e um total de onze vereadores (TSE, 2012).

Religião

Predomina o catolicismo destacando-se a Igreja Matriz na sede, dedicada ao padroeiro São Sebastião (Figura 56), e várias capelas distribuídas pelo espaço rural. Há, também, templos ligados ao espiritismo, além de outras religiões. Os evangélicos possuem vários templos distribuídos nas congregações: Batista, Assembleia de Deus e Adventista, distribuídas pela sede além de outros na zona rural.

Dos 21.885 habitantesentrevistados pelo IBGE (2010) 75% são católicos, 16% evangélicos, 0,05% espíritas, 1% outras religiões e 8% não têm religião (Tabela 60).

Tabela 60 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católica	16.387
Evangélica	3.550
Sem Religião	1.801
Outras Religiões	136
Espírita	11
Total	21.885

Fonte: IBGE

Figura56 - Igreja de São Sebastião - 2011



Fonte: IMESC

Infraestrutura

O abastecimento de água na área urbana é de responsabilidade da CAEMA e extraída de poço artesiano. Na área rural, os poços artesianos são de responsabilidade dos moradores, por iniciativa das comunidades. Segundo o IBGE (2010), em relação à forma de abastecimentos no município apresentou 41% ligados à rede geral, 40% de poços ou nascentes nas propriedades, 17% poços ou nascentes fora das propriedades, além de rio, açude, lago ou igarapé e outras formas de abastecimentos pouco relevantes.

O município não tem esgotamento sanitário, sendo os efluentes direcionados para as fossas sépticas, por iniciativa de cada morador. O SIAB, em 2012, registrou 6.528 fossas.

O lixo é coletado só na área urbana todos os dias, em uma caçamba da Prefeitura, depositado em um lixão a céu aberto, localizado a 13 km da sede.

A energia elétrica é de responsabilidade da CEMAR; em 2010, número de consumidores foi de 63.816, com 92% de ligações residenciais e 5% de ligações comercias. Os 3% restantes referem-se aos demais consumidores. Quanto ao consumo, dos 8.067.493 MWh, 50% residencial, 23% industrial, 11% iluminação pública, 5% comercial e poder público para cada, 3% rural e 2% serviço público (Tabela 61).

Tabela 61 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	58.996	4.037.095
Industrial	111	1.870.461
Comercial	3.173	410.349
Rural	346	251.455
Poder público	1.057	437.888
Iluminação pública	12	899.955
Serviço público	121	160.290
Total	63.816	8.067.493

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

O sistema bancário está representado por Agências do Banco do Brasil, do Bradesco e por uma Casa Lotérica.

A comunicação postal do município é de responsabilidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC), enquanto que a telefonia fixa e móvel, além da internet, é de responsabilidade da OI. Possui uma rádio comunitária, Manga LTDA.

No município havia 33 terminais acessíveis 24 horas (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

As principais manifestações do folclore são as festas religiosas de São Sebastião e Santo Antônio, com destaque para o primeiro, por ser padroeiro do município, festa essa que acontece no mês de janeiro.

O futebol é praticado pela juventude nos finais de semana, no estádio de futebol e em campos espalhados pela área rural; outras opções de lazer são os clubes, nos quais são realizadas festas e as datas cívicas comemorativas como: Independência do Brasil e aniversário do município, em 15 de fevereiro com desfiles de escolas, dentre outras atrações.

O São João é também muito apreciado com apresentações de danças típicas da época como, dança portuguesa, quadrilhas, cacuriá, o bumba-meu-boi, *shows*, tambor de crioula, rodas de capoeiras dentre outras.

Transporte

A cidade Matinha fica, aproximadamente, a 107 km da capital São Luís. Essa distância é vencida pela BR 135 até o município de Miranda do Norte, seguindo através da BR 222 até o município de Vitória do Mearim, tomando a MA 014 passando pelo município Viana; após 31 km deste município chega-se à cidade Matinha. Há também no município uma pista de pouso para pequenas aeronaves.

A empresa Sideral faz viagens diárias para a capital; Matinha é beneficiada, pois fica na passagem entre os municípios Viana, Olinda Nova do Maranhão, São João Batista, São Vicente Ferrer e São Bento, que são bem servidos de ônibus e vans, favorecendo o acesso ao município. O transporte para os povoados é feito por motos ou D-20 improvisadas com taboas na carroceria, em lugar de bancos (paus de arara) e, carros próprios utilizados como táxi. Na área urbana, os mototáxis são os mais utilizados.

2.8 Monção

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Avante, minha querida Monção!
Terra fértil desse nosso Maranhão.
Com os teus campos verdejantes,
Sempre fostes triunfante.

Teus homens pioneiros,
Sempre deram prova de gratidão.
Deixaram-te forte e aceso,
Um exemplo da grande missão.
Teu povo heróico e bravo,
Confirma tua grandeza,
na esperança de ver brilhar a luz
da natureza.

Avante, minha terra querida!
Berço da cultura evoluída.

Autor e letra: desconhecidos

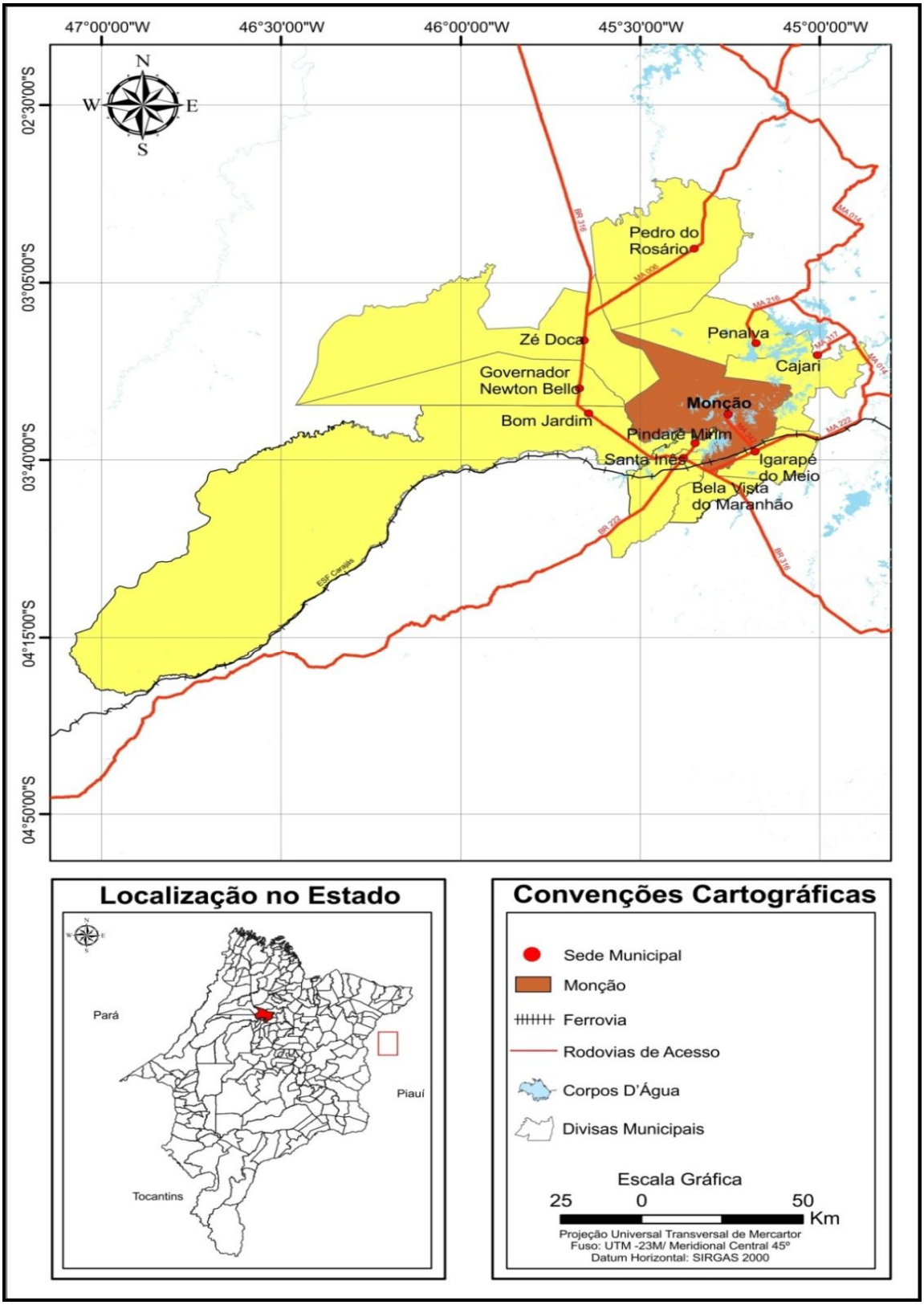
Localização

O município Monção está localizado na Baixada Maranhense, faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense. Insere-se na Bacia do Médio Pindaré – planície fluvial (IBGE/IMESC, 2010).

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Penalva e Cajari, a Oeste com Zé Doca e Bom Jardim, ao Sul com Pindaré Mirim, Santa Inês, Bela Vista do Maranhão e a Leste com Igarapé do Meio e Cajari (Mapa 9).

Os pontos extremos correspondem as seguintes coordenadas geográficas: Norte -03°14’18” de latitude e -45°34’47” de longitude e; Oeste -45°34’47” de longitude e -03°14’18” de latitude; Sul -03°43’04” de latitude e -45°17’16” de longitude; Leste -45°04’26” de longitude e -03°27’05” de latitude.

Mapa 9 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

O município tem 1.345 km^2, sendo o 77º em extensão o que corresponde a 0,41% do Estado. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa o 13° lugar, correspondendo a 2,55% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense classifica-se em 4° lugar, o que corresponde a 7,64%.

Processo de Ocupação

Em tempos remotos, havia uma aldeia de índios guajajaras no lugar denominado Areias, acima das terras de Camacaoca, à margem do Rio Pindaré. Essa aldeia era conhecida pelo nome de Carará, cujos índios civilizaram-se e foram atraindo para lá, habitantes de outros lugares.

O lugarejo se desenvolveu e, no dia 16 de junho de 1757, reuniram-se o Governador da Capitania, Gonçalo Pereira Lobato e Souza, o do bispado o Desembargador Ouvidor-Geral, acompanhado de outras autoridades civis e militares e dos principais líderes da aldeia, José Gabriel e Miguel Pereira de Abreu, a fim de criarem nessa povoação uma vila. Mandaram levantar o pelourinho e hastear a bandeira com as armas reais, dando em seguida três vivas ao rei, acompanhado de descargas da tropa de infantaria.

A vila teve o nome de Monção e a freguesia, também criada nesse mesmo dia, em virtude da Resolução Régia de 18 de junho de 1757, recebeu o nome de São Francisco Xavier.

Em 1766 houve um grande incêndio na vila, tendo o fogo destruído muitas casas; em 1768, Joaquim de Melo Póvoas, quando de sua viagem pelo Rio Pindaré, explica em seu relatório: “Achei a situação da vila bastante aprazível e quase toda feita de novo, porque se tinha queimado houvera dois anos e ainda que, a bexiga (varíola doença infectocontagiosa) fez grande impressão naqueles índios notei que, o Diretor tinha trabalhado muito e lhe dei o louvor que merecia”.

Segundo o Comendador Cruz Machado, em seu relatório apresentado à Assembleia Provincial, Monção foi desautorizada da Categoria de Vila voltando a readquiri-la pela Lei Nº 519, de 9 de junho de 1859.

A instalação, consequente da Lei Nº 519, se deu a 26 de novembro de 1859, não mais no lugar Areias, onde havia a aldeia dos índios, mas no local onde se encontra atualmente, distante 29 km daquele lugar que hoje se denomina Vila Velha.

Fatos Históricos

Por ocasião das solenidades de instalação da Vila de Monção, foi lavrado o seguinte documento:

"AUTO DE INSTALAÇÃO- Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e nove, aos vinte e seis dias do mês de dezembro do dito ano, nesta nova vila de Monção, Comarca de Viana, na província do Maranhão, reunidas pelas nove horas da manhã na sala da casa, que serve para esta reunião, o presidente da Câmara Municipal de Viana o Capitão João Raymundo Pereira da Silva, comigo Secretario ao diante nomeado, por virtude do decreto de treze de novembro de mil oitocentos e trinta e dois e os vereadores eleitos nove do mês passado: primeiro Comendador Jacinto Gomes, segundo Capitão José Candido Martins, terceiro Capitão Canuto José Mendes, quarto Capitão Manoel Jacintho Ribeiro, quinto Tenente José Rodrigues d'Oliveira Voiças, sexto Leandro Agostinho Ermes d'Araujo e sétimo Major Joaquim Coelho de Sousa, os quais compõem a nova Câmara desta vila, que foi elevada a esta categoria pela Lei Provincial do teor seguinte-número quinhentos e dezenove - o Doutor José Maria Barreto, segundo Vice-Presidente da Província do Maranhão. Faço saber que a Assembleia Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Artigo primeiro. Fica elevada a categoria de vila a freguesia de São Francisco Xavier de Monção, tendo por limites os distritos marcados na mesma freguesia. Artigo segundo. Ficam revogadas as disposições em contrário. Mando, por tanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam inteiramente cumprir como nela se contém. O Secretario do Governo do Maranhão a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo do Maranhão em nove de junho de mil oitocentos e cinquenta e nove, trigésimo oitavo da Independência e do Império. José Maria Barreto. Estava o selo. Carta da Lei pela qual Vossa Excelência manda executar o Decreto na Assembleia Legislativa Provincial, elevando à Categoria de Vila e Freguesia de São Francisco Xavier de Monção como acima se declara. Para Vossa Excelência ver. Eduardo Américo de Moraes Rego a fez. Selada e publicada na Secretaria de Governo do Estado, nove de junho de mil oitocentos e cinquenta e nove. No impedimento do Secretario, Augusto Cezar Reis Raiol. Oficial Maior – Em consequência do que Presidente Pereira da Silva deferiu aos vereadores eleitos o juramento prescrito, pelo Artigo dezessete da Lei de primeiro de outubro de mil oitocentos e vinte e oito que serve de Regimento à organização das câmaras, empossando-os dos referidos cargos de vereadores, o que tudo se fez público. E desta sorte instalada a sobredita Câmara Municipal, se lavrou o presente auto em que assina o Presidente da Câmara

Municipal de Viana com os vereadores empossados. Eu Antônio Nunes Lima, Secretário da Câmara Municipal de Viana, o escrevi. João Raymundo Pereira da Silva, Jacintho José Gomes, José Candido Martins, Canuto José Mendes, Manoel Jacintho Ribeiro, João Rodrigues de Oliveira, Leandro Agostinho Hermes Araujo, Joaquim Coelho de Sousa".

Distrito criado com a denominação de Monção em 16-07-1757 ou 1767. Elevado à categoria de Vila com a denominação de Monção, pela Lei Provincial Nº 519, de 09-06-1859, desmembrado de Viana. Sede na antiga Vila de Monção. Constituído do distrito sede.

Pela lei municipal nº 2, de 14-09-1892, foram criados os distritos de Engenho de São Pedro de Alcântara, Caru e Boa Vista e anexados ao município.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 4 distritos: Monção, Boa Vista, Caru e São Pedro de Alcântara (ex-Engenho de São Pedro de Alcântara).

Em 1923, Monção perdeu mais da metade do seu território para ser constituído o Município Pindaré-Mirim.

Pelo Decreto Estadual Nº 267, de 19-04-1932, é extinto o município de Monção, sendo seu território anexado ao Município São Pedro (atual Pindaré-Mirim), como simples Distrito.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o Distrito de Monção figura no Município São Pedro.

Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Monção, pelo Decreto Nº 919, de 30-09-1935, desmembrado de São Pedro. Sede no antigo distrito Monção. Constituído do Distrito Sede.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do Distrito Sede. Assim permanecendo, em divisão territorial datada de 2007.

Ambiente Físico

Geologicamente o município apresenta a Formação Itapecuru tendo origem no Cretáceo Inferior, constituído de arenitos finos, arenitos argilosos, siltitos e folhelhos, representando aproximadamente 50% do território; do Cenozóico, período Quaternário, representado por formações superficiais, Depósitos Holocênicos de Aluviões Fluviais e Flúvio-Marinhos, representando aproximadamente o primeiro 5% e o segundo 45%. Esses

depósitos aluvionares recentes são constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas (UEMA, 2002).

Geomorfologicamente, Monção está enquadrada no Golfão Maranhense, área resultante do intenso trabalho de erosão fluvial do Quaternário, posteriormente colmatada, originando paisagem de planícies aluviais, lagoas e rios divagantes, a Leste do município e ocupa cerca de 50% de seu território; e, por Superfície Maranhense com Testemunhos, correspondente a uma área aplainada durante o Ciclo Velhas, dominada, em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira (UEMA, 2002).

Os solos são representados pelos plintossolos, dominantes no município, com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; os gleissolos, solos argilosos a muito argilosos, compreendendo solos minerais hidromórficos sujeito a alagamentos periódicos (UEMA, 2002).

Monção enquadra-se no clima tropical úmido, com moderada ou pequena deficiência de água, entre os meses de julho a setembro, onde as chuvas se distribuem de janeiro a junho e o período de estiagem de julho a dezembro; a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 76% a 82%; em relação aos totais pluviométricos, apresentam entre 1.600 a 2.400 mm anuais. E as temperaturas médias anuais são superiores a 27°C.

O município faz parte da bacia hidrográfica do Rio Pindaré, cujo rio atravessa seu território, tendo como afluentes no município os Rios Pedrinhas, Coqueiro e Santa Rita; apresenta inúmeros lagos, aproximadamente 36, com destaque para: o Lago do Castelo, Feio, Quariquari, Pinto, Baixo do Arroz, Paus, Raposo, Cobras, Laguinho, Camacoá, Vaquejador, Jijuí, Jacareí, Encontro, Pau d'Arco, Estoque dentre outros.

A vegetação é formada principalmente pela mata de cocais, representada pelo babaçual, capoeira mista e capoeirão latifoliado, campos inundáveis, representado por formações abertas e rasteiras em áreas planas, com fisionomia campestre e mata ciliar, que margeia o curso dos rios.

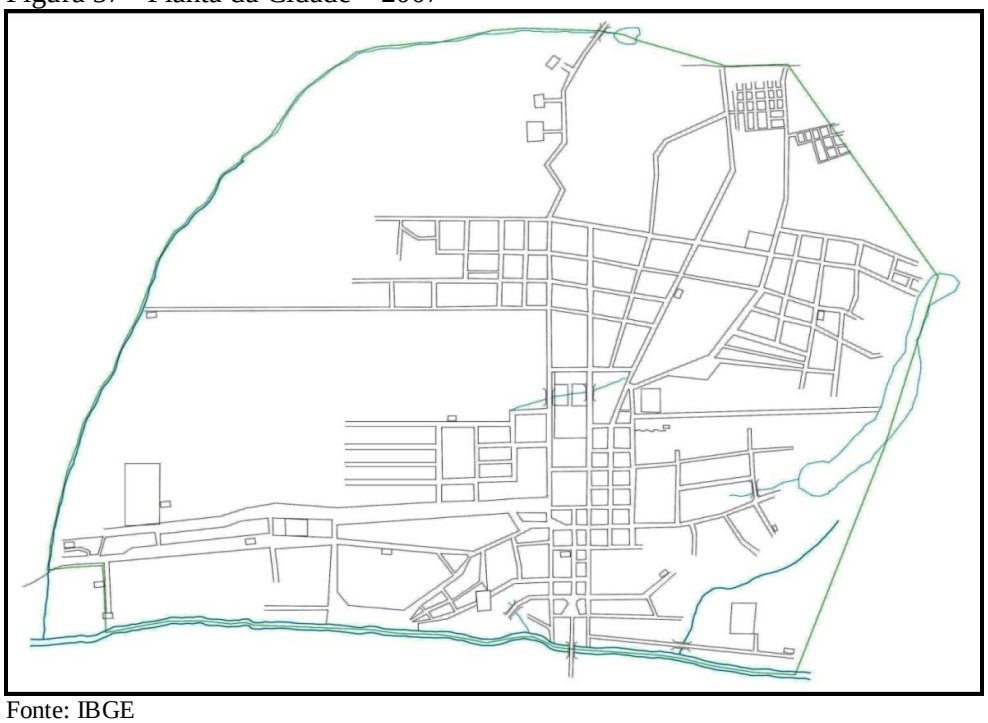
O município tem 75% do seu território na APA – Baixada Maranhense Sub-Área do Baixo Pindaré.

Espaço Urbano

O espaço urbano de Monção (Figura 57) se formou as margens do Rio Pindaré. Tomando como base as Avenidas Rio Branco e Baronesa, no sentido Norte há 21 ruas e 29 travessas e no sentido Sul há dezessete ruas e quatorze travessas, as mesmas são bem estruturadas, sendo 30% asfaltadas (Figura 58), 20% cimentadas, 30% com paralelepípedos e 20% de chão batido (Figura 59). Possui quatro avenidas, não arborizadas e ou ajardinadas e oito praças, sendo cinco arborizadas e três ajardinadas. As residências são bem consolidadas, possuindo alguns prédios de arquitetura antiga, como o prédio em que funciona a prefeitura (Figura 60).

Os principais bairros são: João Silva, Cidade Nova, Novo Tempo, Cinco Estrelas, Palmeirinha, Angelim, Paraíso Verde, Novo Paraíso, Beira Rio, Vila Amaral, Alto da Penha, Fátima, São Francisco Xavier e São Benedito.

Figura 57 - Planta da Cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 58 - Rua Primeiro de Maio - 2012



Fonte: IMESC

Figura 59 - Rua da Liberdade - 2012



Fonte: IMESC

Figura 60 - Prefeitura de Monção - 2012



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em 224 comunidades, sendo as seguintes:

Sítios: Acará, Alto Alegre, Alto Bonito, Alto do Lago Feio, Andirobal, Areias, Aterrado, Bacabalzinho, Bacurizeiro, Baiano, Baixo das Curimatás, Baixo dos Junco, Barra da Ponta, Barriga Cheia I, Beira do Lago, Bela Vista, Bezerra, Boca da Mata, Boqueirão, Buragica, Cacoal, Camacaocá, Campinho, Capim Fino, Capivara, Castelinho, Centrinho, Centro do Alexandre, Centro do André, Centro do Armiro, Centro do Gruvia, Centro do Newton, Centro do Zé Maria, Centro do Gomes, Centro dos Malaquias, Centro dos Pretos, Centro Seco, Centro Zé Mendes, Coco Inchado, Conceição, Curupati, Espírito Santo, Estrada Nova, Ferrugem, Gamela, Guarimanzal, Guerreiro, Igarapé do Raposo, Ilha de Santa Cruz, Ilha do Serdote, Ilha Grande, Inhaúma, Invernador, Ipiranga, Jeju, Jeju do Zé Bahia, Jejuí dos Pretos, Jutaí, Juçareira, Laguinho, Limoeiro, Limoeiro do Albertino, Mangal, Mangue, Mata, Matinha, Mocó, Olho d'Água, Onça, Pau d'Arco, Pau Preto, Pé de Garrafa, Pedrinhas, Picuí, Pimenta, Pequizeiro, Pequizeiro dos Pintos, Pouco Feio, Ponta da Areia, Ponta do Barro, Ponta do Saco, Ponte de Tábua, Porto Alegre, Quebra Eixo, Retiro, Santa Rita, Santo

Antonio, São Benedito, São Domingos, São João dos Gamas, São Manoel, São Raimundo da Linha, Serraria, Sítio Novo, Sumaúma, Tatajuba, Trizidela e Vitorinha.

Fazendas: Arapuã, Boi Montado, Cristina, Fazenda Colorado, Fazenda Ima, Fazenda São Raimundo, Passa Bem, Raposo e Tatajuba.

Povoados: Águas Boas, Alto Bonito, Andirobalzinho, Bacabalzinho, Balsas, Barrada, Bela Vista, Boa Vista, Boeiro Velho, Bolívia, Bolsa, Cajueiro, Camunhenga, Cavalo Morto, Centrinho, Centro do Arlindo, Centro do Cajueiro, Centro do Dionísio, Centro do Hilário, Centro do Piauí, Centro do Zé Machado, Conceição, Desvio, Dourado, Encruza, Igarapé dos Índios, Jaboti, Jacareí, Jeju dos Periquitos, Jeju I, Juçaralzinho, Lagoa Bonita, Limoeiro, Limoeiro do Trinta, Macau, Marajá, Mata Boi, Morada Nova, Outeiro, Pimenta, Pequizeiro de João Gualberto, Poça, Por de Sol, Quari-Quari, Quebra Nó, Retiro, Rezina, Rita, Roça Grande, Santa Cruz da Rodagem, Santa Helena, Santa Tereza, Santo Antonio, São Benedito, Sítio Novo, Taboleiro, Tapiaca e Tranqueiras.

Vilas: Areias, Castelo, Santa Rita e Trizidela.

Assentamentos: Acará-Mirim, Aningal, Bacuri, Bom Jesus, Cafezal, Cara de Pau, Centro Velho, Curva da Camacaocá, Fugido, Furo, Juçareira, Lameiro Grande, Manoel Inocêncio, Monte Verde, Morada Nova, Patos, Pequizeiro, São José, Serraria, Água Branca, Baixa do Arroz, Baixo dos Coelhos, Cordeiro, Gerimbal, Morada Nova I, Nova Morada, São Raimundo, Serdote, Aurélio, Bananal, Canarana, Centro do Severino, Morros, São José dos Cocais, Vila Esperança, Vila Santa Maria, Vila São João, Canarana da Flor do Vale, Capinzal, Centro do Martiliano, Margarida Alves I, Margarida Alves II, Santa Helena I, Tatajuba, Vila Nova, Enseada, Imperial, Olho d'Água, Pau d'Arco, Pedras, Quadra Boa Vida, Santa Clara, Vila Cumaru, Vila Cupuzal e Vila da Paz.

Utilização das Terras

Os estabelecimentos da área rural de Monção, diz respeito à área de produção voltada para uma diversidade de produtos, isto porque, um mesmo estabelecimento pode dedicar-se a várias atividades rurais, não especificamente só agrícolas, mas de conservação de áreas, de pastagens e de tanques, açudes e similares, além de outras. Isso inviabiliza analisarem-se os estabelecimentos em relação à área. Entretanto, verifica-se, pelo enunciado na tabela 62, que a maior parte dos estabelecimentos está voltada para a agricultura temporária e, depois para as pastagens, se forem somados os vários tipos desse elemento. É

significativo o números de estabelecimentos que mantêm áreas de reservas florestais e matas, assim como outras atividades não tipicamente agrícolas.

Quanto aos 40.051 hectares distribuídos pelas atividades em 2006, 8% estavam ocupados com lavoura temporária e 2% com lavoura permanente, 16% com pastagens naturais, 7% com pastagens plantadas degradadas, 46% com pastagens plantadas em boas condições; as matas e/ou florestas (destinada à preservação permanente – reserva legal) e matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente – e as em sistemas agroflorestais), somaram 6% cada, os sistemas agroflorestais representaram 5%, os tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração de aquicultura 2% cada. Os demais tipos de atividades representaram 1% (Tabela 62).

Tabela 62 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de Atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	95	918
Lavoura temporária	953	3.238
Áreas plantadas com forrageiras	12	127
Pastagens naturais	158	6.557
Pastagens plantadas, degradadas	65	2.994
Pastagens plantadas em boas condições	204	18.543
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente - reserva legal)	92	2.511
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente - e as em sistema agroflorestais)	81	2.330
Sistemas agroflorestais	101	1.802
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	27	745
Construções, benfeitorias ou caminhos	40	63
Terras degradadas	10	103
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	11	120
Total	-	40.051

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

A tabela 63 especifica os determinados tipos de produtores com relação aos estabelecimentos e a área. Como pode ser observado, em 2006 (últimos dados disponíveis), dos 3.424 estabelecimentos 18% estavam com o proprietário que, dos 40.178 hectares, possuía 91%, o que indica alto índice de concentração de terras. O arrendatário e o parceiro representavam apenas 1% de cada dos estabelecimentos, aquele com 0,39% dos hectares e este com 3%. Com o cultivo em terras arrendadas ou em parceria com o proprietário, eleva o percentual, tanto de estabelecimentos como de área do proprietário. O assentado, com 6% dos estabelecimentos, trabalha em 3% da área. O ocupante, aquele que trabalha em área cedida pelo proprietário ou em terras públicas, tinha 9% dos estabelecimentos e 3% de área. Finalmente o produtor sem área, que, no entanto representou 65% dos estabelecimentos e que certamente cultiva em áreas de terceiros (Tabela 63).

Tabela 63 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	612	36.569
Assentado sem titulação definitiva	220	1.091
Arrendatário	34	159
Parceiro	48	1.050
Ocupante	300	1.309
Produtor sem área	2.210	-
Total	3.424	40.178

Fonte: IBGE

Demografia

O município classifica-se no 46° lugar em população no Estado, para a qual participa com 0,48%. Na Mesorregião Norte Maranhense está no 16° lugar com 1,22% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense está no 6° lugar com 5,63%. Sua densidade demográfica é de 23,59 habitantes por km^2.

Em 2000, a população de Monção era de 26.043 habitantes e em 2010, eram 31.738 habitantes, tendo aumentado 21%. Entre 2000 e 2010, a população masculina cresceu 21% e a feminina 22%. A população urbana subiu 30% e a rural 17%.

Observa-se certo equilíbrio entre a população masculina e a feminina. Em ambos os anos analisados, a masculina representou 51% e a feminina 49%. A população urbana, que em 2000 foi 35% em 2010 foi 37%, enquanto que a população rural diminuiu, pois em 2000 foram 65% e em 2010 63%. As diferenças podem ser consultadas na tabela 64.

A diminuição da população rural e o aumento da população urbana são resultados do êxodo rural, o que tem se observado em grande parte dos municípios do Estado e, que tem explicação nos Projetos Sociais como Bolsa Família, Auxílio Maternidade e aposentadoria do idoso. Essa realidade produz certo avanço financeiro, levando um segmento dos rurícolas a buscar mais conforto e assistência à saúde na sede do município, além da facilidade de deslocamento para o espaço urbano, em função da melhoria e proliferação de estradas, migrando, portanto.

Tabela 64 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	13.329	16.191
Feminina	12.714	15.547
Urbana	9.002	11.759
Rural	17.041	19.979
Absoluta	26.043	31.738

Fonte: IBGE

Em 2010, segundo o IPEA o IDHM foi 0,546, sendo o 165° em relação ao Maranhão.

Saúde e Assistência Social

Monção, conta com um hospital público onde realiza atendimentos em urgência/emergência, consultas, pequenas cirurgias e internação, com 31 leitos distribuídos em: seis para cirurgias, três obstetrícia, nove pediatria e os demais são para emergência/urgência; os principais exames realizados são: ultrassonografia, laboratoriais, raios-X e eletrocardiograma. Funciona também um posto de saúde na sede. Há distribuição de medicamentos e em casos de transferência de pacientes mais graves, são transportados de ambulância até Santa Inês ou para a capital São Luís.

As doenças mais frequentes são: gastrenterites, infecção respiratória aguda, crise hipertensiva, infecções virais e bacterianas em geral.

Para o atendimento à população, dispõe de cinco médicos, sendo dois clínicos gerais, um cardiologista, um cirurgião e um neurologista. Contam com três enfermeiros, 64 agentes comunitários de saúde, dos quais dezenove trabalham na área urbana e 46 na área rural.

Funciona também o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), distribuído em sete equipes, cobrindo 70% do município, para o qual dispõe de sete equipes de saúde bucal; há distribuição de medicamentos e um **(**Núcleo de Apoio À Saúde da Família) NASF. O Programa conta com sete médicos, sete enfermeiros, sete dentistas, sete técnicos e auxiliares de enfermagem e mais, sete dentistas no Programa de Saúde Bucal. As doenças mais comuns são: gastroenterocolite aguda, infecto-respiratórias e doenças de pele. Há 21 parteiras leigas, no município.

A Secretaria de Assistência Social desenvolve os seguintes Programas: Bolsa família, com aproximadamente 6.500 beneficiados; PETI, com 260 crianças, realizando oficinas, palestras e reforço escolar; Pro – Jovem Adolescente, com 400 adolescentes, realizando oficinas de dança, palestras, esporte, arte e capoeira; BPC na Escola atendendo deficientes e idosos, além do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e do Centro de Referência de Assistência Social **(**CRAS) atendendo 3 mil famílias cadastradas.

Há um projeto de inclusão digital e de convivência social e o PAC/ASEF – Programa de Atenção a Criança/Ação Sócio-Educativa com a Família, tendo um público que engloba crianças de 4 a 6 anos, para os quais mantém uma brinquedoteca e realizam cursos de geração de renda e palestras de atendimento psicossocial.

Funciona também um Programa Municipal denominado “Casa do Idoso”, que conta com 250 idosos cadastrados, onde os mesmos recebem atendimento médico, acompanhamento da pressão e diabetes, realização de passeios, palestras, bailes (carnaval) e quadrilhas nas festas juninas.

Educação

A rede de ensino do município mantém 108 escolas, sendo treze na área urbana e 95 na zona rural, distribuídas em 416 salas aproximadamente, onde estão matriculados 9.764 alunos, entre pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e EJA, nos três turnos.

O corpo docente municipal está formado por 602 professores, sendo que 386 possuem magistério e 216 possuem o ensino superior completo.

A rede de ensino estadual apresenta 2 escolas (C.E. Dr. Getulio Vargas e C.E. José Mota Amaral), ambas na área urbana, distribuídas em 9 salas, aproximadamente, onde estão matriculados 930 alunos, entre ensino médio e EJA, nos turnos vespertino e noturno. O corpo docente estadual está composto por 25 professores todos com o ensino superior completo.

O município possui biblioteca e disponibiliza material escolar, fardamento, transporte e laboratório de informática. Funcionam também duas escolas particulares e um centro de ensino superior.

Economia

Em 2010, o PIB de Monção somou R$ 110,192 milhões, representando 0,24% do PIB Estadual e 63ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 60,721 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 39,249 milhões e o industrial R$ 8,813 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 1,410 milhões. A renda *per capita* do município alcançou R$ 178,10, levando o município a se situar na 162ª posição na comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 204ª posição, correspondendo a 0,251. As principais atividades econômicas estão ligadas ao setor primário, destacando-se a agricultura, distribuída entre temporária e permanente.

Agricultura

Comparando os números e valores da lavoura temporária entre 2006 e 2011 encontrados na tabela 65, tem-se o seguinte resultado: área plantada/colhida aumentou 2%, quantidade produzida diminuiu 13%, o valor da produção subiu 50%. O arroz em área

plantada/colhida aumentou 2%, a quantidade produzida diminuiu 44%, enquanto que o valor da produção praticamente se manteve estável; o feijão em área plantada/colhida aumentou 62%, quantidade produzida aumentou 19% e o valor da produção aumentou 217%; a mandioca diminuiu em área plantada/colhida e quantidade produzida 9% e 11%, respectivamente, e o valor da produção aumentou 81%; o milho em área plantada/colhida diminuiu 8%, quantidade produzida aumentou 29% e o valor da produção cresceu 97%. A melancia só foi cultivada no ano de 2006 e, a cana-de-açúcar apenas no ano de 2011.

Quanto ao comportamento da lavoura em 2006, dos 7.947 hectares plantados/colhidos, o arroz participou com 46%, o feijão com 4%, a mandioca com 28%, a melancia com 0,30% e o milho com 22%. Em quantidade produzida, das 29.848 toneladas, coube ao arroz 22%, ao feijão 0,5%, a mandioca 74%, a melancia 1% e o milho 3%. Dos R$ 6,220 milhões de valor da produção, o arroz participou com 41%, o feijão com 3% a mandioca com 48%, a melancia com 2% e o milho com 6% (Tabela 65; Figura 61).

Para 2011, dos 8.113 hectares em área plantada/colhida coube ao arroz 46%, ao feijão 9%, a mandioca 25%, o milho 20% e a cana-de-açúcar 0,06%. Das 25. 825 toneladas, o arroz participou com 18%, o feijão com 1%, a mandioca com 76%, o milho com 4% e a cana-de-açúcar com 0,36%. Para os R$ 9,358 milhões de valor da produção, as contribuições foram: arroz 27%, feijão 7%, mandioca 58%, milho 8% e cana-de-açúcar 0,08% (Tabela 65; Figura 62).

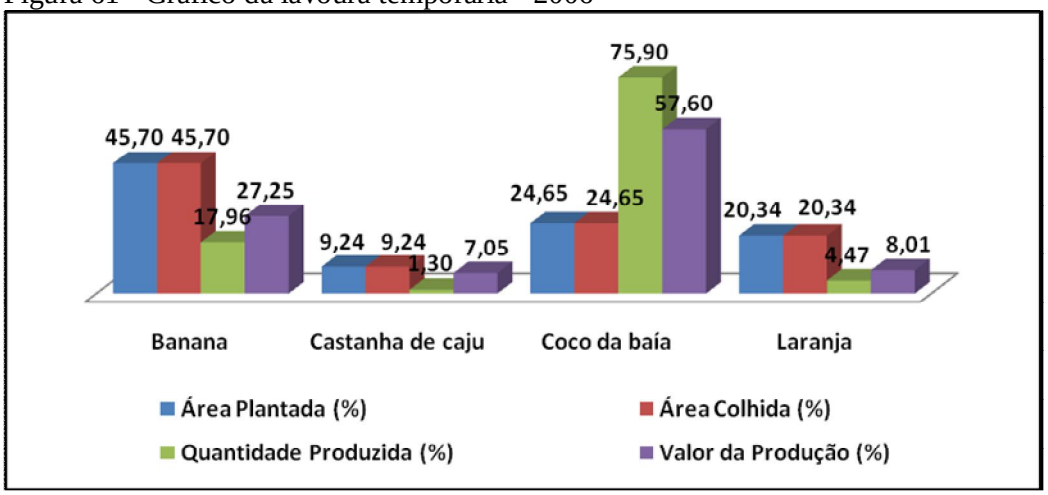
Como pode ser observado, os únicos produtos agrícolas representativos na lavoura temporária de Monção, entre 2006 e 2011, são o arroz e a mandioca.

Tabela 65 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	3.650	3.708	3.650	3.708	6.565	4.638	2.560	2.550
Feijão	285	750	285	750	142	337	198	660
Mandioca	2.200	2.000	2.200	2.000	22.000	19.600	2.970	5.390
Melancia	24	-	24	-	247	-	132	-
Milho	1.788	1.650	1.788	1.650	894	1.155	380	750
Cana-de-açúcar	-	5	-	5	-	95	-	8
Total	7.947	8.113	7.947	8.113	29.848	25.825	6.240	9.358

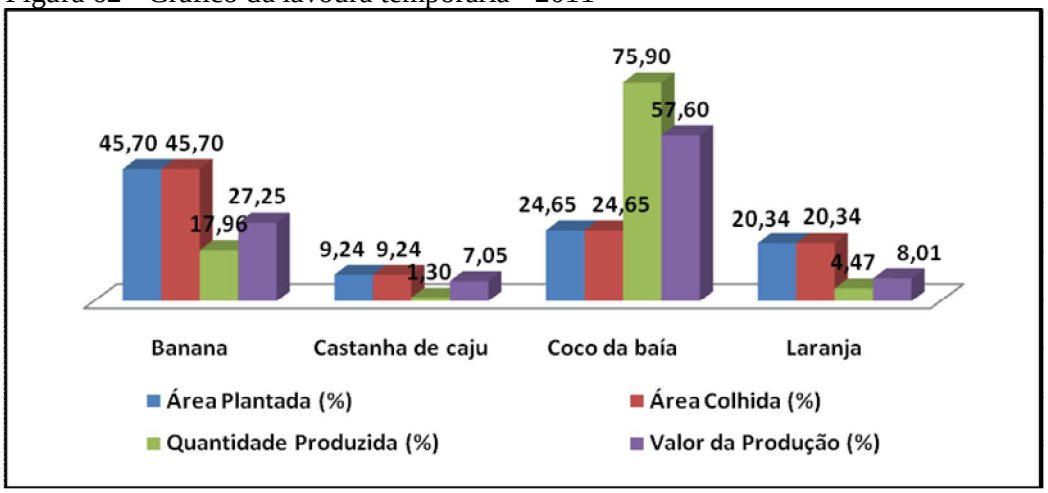
Fonte: IBGE

Figura 61 - Gráfico da lavoura temporária - 2006



Fonte: IBGE; IMESC

Figura 62 - Gráfico da lavoura temporária - 2011



Fonte: IBGE; IMESC

Embora o município apresente uma variedade significativa de frutos, são considerados com representatividade econômica pelo IBGE apenas a banana, a castanha de caju, o coco-da-baía e a laranja.

Analisando a Tabela 66, verifica-se que a banana é o produto mais importante, embora no período dessa análise (2006/2011) tenha diminuído em 10% a área colhida e a produção, mas o valor da produção aumentou 2%. A castanha de caju, no mesmo período, cresceu em todos os elementos analisados: área colhida 40%, quantidade produzida 30%, valor da produção 0,02%. O coco-da-baía também apresentou resultados positivos, área colhida 25%, quantidade produzida 26% e o valor da produção 64%. A laranja só foi informada em 2006.

Observando a participação dos produtos em cada ano, tem-se para 2006: o total da área colhida 71 hectares, dos quais a banana ocupou 70%, a castanha de caju 17%, o coco-da-baía 8% e a laranja 4%. Das 634 toneladas produzidas, coube à: banana o primeiro lugar, a laranja o segundo, coco-da-baía o terceiro e a castanha de caju o quarto lugar, classificação feitas qualitativamente, porque o coco-da-baía é quantificado em mil frutos. Quanto ao valor da produção, dos R$ 490 mil, a banana participou com 96%, a castanha de caju e coco-da-baía 1% cada e a laranja 2%.

Para 2011, os resultados foram 73 hectares de área colhida distribuídos em: banana 62%, castanha de caju 27%, coco-da-baía 11%. Das 476 toneladas produzidas coube: à banana o primeiro lugar, o coco-da-baía o segundo e a castanha de caju o terceiro. O valor da produção foi de R$ 488 mil, assim distribuídos: banana 96%, castanha de caju 1% e coco-da-baía 3%. Observa-se, portanto, que na lavoura permanente a banana é o único produto que apresentou importância econômica significativa (Tabela 66).

Nas atividades rurais, estão sindicalizados 8.700 associados, que representam aproximadamente 15% do total de trabalhadores rurais do município.

Tabela 66 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	50	45	600	450	469	468
Castanha de caju	12	20	5	7	5	6
Coco da baía*	6	8	14	19	5	14
Laranja	3	-	15	-	11	-
Total	71	73	-	-	490	488

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

Embora o rebanho total tenha diminuído em 28% entre 2006 e 2011 (Tabela 67), a pecuária é um sustentáculo da economia do município, em que pesem todos os rebanhos terem diminuído no período analisado, a saber: bovino 2%, equino 20%, bubalino 29%, suíno 47%, asinino 79%, muar 58%, caprino 46%, ovino 28% e aves 41%.

Considerando a realidade de cada rebanho pelo exercício analisado, explicita-se que, para 2006, do total de 100.537 cabeças, as aves participaram com 52%, o bovino com

35%, o suíno com 8%, o caprino com 2%, o equino, o asinino e o muar colaboraram com 1% cada, o bubalino e o ovino ambos com menos de 1%.

Em 2011, cujo rebanho foi de 72.103 cabeças, as participações percentuais foram: bovino 48%, aves 43%, suíno 6%, equino e caprino 1% cada, bubalino, asinino, muar, ovino somaram 1% (Tabela 67).

Ressalta-se que as aves são criações domésticas. Determinados rebanhos, cuja utilidade econômica diminuiu com o advento dos veículos motorizados, como o muar, o equino e o asinino, por não serem mais utilizados como meio de transporte ou de carga, estão desaparecendo.

O rebanho mais importante é o bovino, que em 2011 representou, como já foi explicitado, quase a metade do total dos rebanhos.

Tabela 67 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	35.007	34.291
Equino	898	716
Bubalino	201	142
Asinino	954	205
Muar	653	277
Suíno	8.157	4.320
Caprino	1.545	840
Ovino	348	251
Aves	52.774	31.061
Total	100.537	72.103

Fonte: IBGE

Como produto de origem animal destacam-se o leite, cuja produção foi de 1.395.000 litros, que renderam R$ 1,255 milhões e, 37 mil dúzias de ovos de galinha, cujo lucro foi de R$ 186 mil.

Extrativismo

Três produtos têm importância econômica no extrativismo vegetal: carvão vegetal, amêndoa de babaçu e lenha. Desses, os dois primeiros são quantificados em toneladas e o último em metros cúbicos.

Das 896 toneladas produzidas em 2011, a amêndoa de babaçu representou 76% e o carvão vegetal 24%. Em relação aos 2.560 metros cúbicos produzidos, no mesmo ano, a lenha responde por 100% da produção (Tabela 68).

O valor de produção rendeu R$ 1,149 milhões, dos quais a amêndoa de babaçu participou com 74%, o carvão vegetal com 23% e a lenha com 3% (Tabela 68).

Chama-se a atenção para o carvão vegetal e a lenha, cuja utilização implica na devastação das matas e florestas, além das cinzas, pois estas poluem os rios quando transportadas pelas águas das chuvas, assoreando-os. Como medida paliativa poder-se-ia utilizá-las, na mistura com a areia para construção civil, substituindo o cimento, principalmente na área rural onde é mais abundante.

Como extrativismo mineral, registra-se a extração de areia e barro para a construção civil, cuja produção não souberam informar.

Tabela 68 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	685	-	855
Carvão vegetal	211	-	263
Lenha	-	2.560	31
Total	896	2.560	1.149

Fonte: IBGE

Pesca

A pesca é eminentemente artesanal, realizada em ambiente lacustre e fluvial; voltada ao consumo e a comercialização, tanto no próprio município como nos municípios circunvizinhos e, até para a capital São Luís. Na época da desova dos peixes, os pescadores recebem a assistência à piracema. As principais espécies são: surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), curimatá (*Prochilodus ssp*), piau (*Leporinus obtusideuns*), pescada (*Cynoscion*), aracu (*Leporinus friderici*), tapiaca (*Psectrogaster cf falcata*), urubarana ou ubarana (*Anodus elongatus*), mandubé pemba ou mandubé boca de sapo (*Ageneiosus brevifilis*) .

A piscicultura também é realizada no município, sendo as principais espécies: tambacu (*Colossoma macropomum* + *Piaractus masopotamicus*/ cruzamento entre o tambaqui e o pacu), pacu (*Piaractus masopotamicus*), tilápia (*Tilápia rendali* ou *Oreochromis niloticus*) e curimatá (*Prochilodus ssp*).

Embora não se disponha de estatística de pesca pode-se, no entanto, inferir pelos 2.500 associados do sindicato dos pescadores, que representam 50% do total de pescadores do município, que a pesca contribui significamente para a economia.

Indústria

As únicas indústrias encontradas no município foram às casas de farinha da área rural e padarias na área urbana.

Turismo

O turismo é pouco desenvolvido, embora apresente potencial para o ecoturismo, com destaque para o Rio Pindaré (Figura 63) e algumas cachoeiras que se encontram ao longo do seu curso. Outros atrativos são os lagos e as fazendas Santa Eulália e Rancho Doce, além dos festejos de São Sebastião e as festas juninas. O município dispõe de dois hotéis.

Figura 63 - Rio Pindaré, trecho próximo a cidade de Monção - 2012



Fonte: IMESC

Comércio

O comércio é varejista e atacadista, contando com quitandas, supermercado, mercado e feiras, as quais apresentam inúmeros produtos, principalmente advindos da agricultura familiar.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca e está lotado na 278º zona eleitoral, possuindo, aproximadamente, 11 seções e 19.821 eleitores e onze vereadores (TSE, 2012).

Religião

A religião predominante é o catolicismo romano, possuindo uma Igreja Matriz na área urbana, dedicada a São Francisco Xavier (Figura 64), padroeiro do município, além de quinze capelas na área rural. Os principais festejos religiosos são do santo padroeiro São Francisco Xavier, de São Benedito, São Brás, São Sebastião e festa do Divino Espírito Santo.

Os templos evangélicos estão distribuídos entre dez igrejas na área urbana e quatro na área rural distribuídas entre as congregações: Batista, Pentecostal, Assembleia de Deus, Adventista, Testemunha de Jeová e Universal do Reino de Deus.

Os terreiros de origem africana ou indígena são quinze, com festas variando com a data do santo que reverenciam.

Na Tabela 69 constam as informações com o número de adeptos por religião. Foram 31.739 pessoas entrevistadas, distribuídas em 74% católicos, 15% evangélicos, 11% sem religião; candomblé/ umbanda, outras religiões e que não souberam (ou não quiseram) responder somaram menos de 1%.

Chama-se a atenção, conforme pode ser observado na tabela 69, para o número de pessoas sem religião.

Figura 64 - Igreja Matriz de São Francisco Xavier - 2012



Fonte: IMESC

Tabela 69 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	23.418
Evangélicos	4.700
Umbanda e candomblé	33
Outras religiões	115
Sem Religião	3.436
Não Sabem	37
Total	31.738

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água está sob a responsabilidade da CAEMA. A captação é feita em poços artesianos e no Rio Pindaré, atendendo toda a zona urbana. Alguns povoados rurais são abastecidos por poços artesianos.

O município não conta com sistema de coleta, tratamento e destinação final do esgoto doméstico. As fossas sépticas são mais utilizadas na área urbana, enquanto que na rural são mais rudimentares, em 2012 o SIAB registrou 4.538 fossas no município.

A coleta de lixo é realizada diariamente apenas na sede, sendo o mesmo depositado em um lixão a céu aberto, distante 1,5 km da sede, transportado em caçambas, caminhões e tratores. Na área rural, o lixo é incinerado normalmente no fundo dos quintais.

A energia elétrica é fornecida pela CEMAR, distribuída pela subestação de Santa Inês. Em 2010, o maior número de ligações estava na área urbana.

Em relação aos usuários, 93% são residências, 4% comercial e 1% serviço público, o 1% restante refere-se a consumidores rurais, industriais, iluminação pública e consumo próprio (Tabela 70).

Quanto aos 6.301.376 MWh consumidos, 61% foi consumo residencial, 1% industrial, 6% comercial e poder público cada, 2% rural, 16% iluminação pública, 7% serviço público e menos de 1% para a CEMAR (Tabela 70). Pelo consumo de energia elétrica infere-se a pequena capacidade industrial do município, assim como no meio rural.

Tabela 70 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	60.121	3.858.279
Rural	298	104.802
Comercial	2.643	376.251
Industrial	314	91.354
Poder Público	1.113	393.834
Serviço Público	376	462.297
Iluminação Pública	12	1.019.409
Consumo Próprio	5	150
Total	64.882	6.306.376

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

O município não dispõe de jornal, emissora de rádio ou televisão. Dispõem de dois postos de atendimento, um Banco do Brasil e outro do Bradesco, uma Lotérica e uma Agência dos Correios, telefonia fixa e móvel, sendo operado pela VIVO.

Possuem 45 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 46 telefones públicos (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

As principais atrações folclóricas são as festas religiosas, com destaque para a festa de São Sebastião; o carnaval tradicional de rua (Figura 65) e os festejos juninos, caracterizados, principalmente, pelo bumba-meu-boi nos sotaques de matraca e zabumba, quadrilhas, tambor de crioula, dança de índios, dança portuguesa (Figura 66) e danças quilombolas. O município ainda conta com sítios arqueológicos e associações de quilombolas, vaquejadas, encontros religiosos, festivais do peixe, da melancia, do arroz e do inverno.

Os pratos típicos que se destacam são a peixada de surubim e pescada, as quais são espécies típicas da região.

O município conta com uma quadra poliesportiva, três campos de futebol, um ginásio poliesportivo com capacidade para 1.000 pessoas, um estádio de futebol, com capacidade para 2.000 pessoas, dois restaurantes, uma casa de show, quatro lanchonetes e inúmeros bares.

No aspecto cultural, o município possui um museu.

Figura 65 - Carnaval monçoence - 2011



Fonte: Prefeitura Municipal de Monção

Figura 66 - Dança Portuguesa - 2011



Fonte: Prefeitura Municipal de Monção

As lendas são muito diversificadas, destacando-se as seguintes:

Lenda do Catraio: dizem que antigamente não se podia transitar pelas ruas de Monção, a partir das 22 horas, pois aparecia um catraio enorme nas ruas que assustava as pessoas.

Lenda do Cavaleiro e da Mula-sem-cabeça: estes são seres noturnos, que assustavam a população da localidade Pedras.

Lenda do Gritador: altas horas da noite, surge do nada um grito estridente e assustador que faz os moradores da região se arrepiarem.

Transporte

A sede de Monção está a 244 km de São Luís, às margens da MA 320 e na entrada da cidade, se atravessa uma ponte sobre o Rio Pindaré (Figura 67). Tem como via de acesso a BR 222. A cidade mais próxima é Igarapé do Meio a 19,7 km (BR 222).

O deslocamento intermunicipal é feito por ônibus através da empresa Real Diário, micro-ônibus, vans e mototáxis. Entre o espaço urbano-rural, é realizado através de táxis, mototáxis, transporte a tração animal e canoas; na área urbana utilizam ônibus, D-20 ou pau de arara, transporte a tração animal e mototáxis.

Figura 67 - Entrada da cidade, ponte sobre o Rio Pindaré - 2012



Fonte: IMESC

2.9 Olinda Nova do Maranhão

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

ESTRIBILHO

Olinda, Olinda, Olinda!
Olinda Nova do Maranhão!

I
Nascestes com vários nomes
Assim como a nação
Hoje és oficialmente
Olinda Nova do Maranhão

Aquilo que disseram teus idos
Hoje é grande verdade
Crianças que escutaram
Fizeram o sonho realidade

ESTRIBILHO

II
A beleza destes teus campos
No período invernoso
É um manancial
Muito rico e temeroso

Quando quiseram tirar
Tua emancipação
Teus filhos responderam com fogo
E muito amor no coração

ESTRIBILHO

III

Aprenderam com sinergia
Ide em frente, oh pequeno!
Terei o prazer de vê-lo
Concluir o teu destino

Teus filhos sempre decidiram
Poderes às tuas origens
Com o progresso não veio
Exacerbou tuas raízes

ESTRIBILHO

IV
Felizes teus filhos estufam
O peito com gratidão
Tu és oh terra querida
Olinda Nova do Maranhão

Povoamento veio com engenhos
Riqueza produziu o teu chão
Assim crescerás sempre
Com o nosso trabalho e união

ESTRIBILHO

Letra e música: Raimundo Nato Costa

Localização

O Município Olinda Nova do Maranhão está localizado na Baixada Maranhense e faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com São Vicente Ferrer; a Oeste com Viana e Matinha; ao Sul Matinha e a Leste com São João Batista (Mapa 10).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -02°53’13” de latitude e -45°01’39” de longitude; Oeste-45°07’34” de longitude e -02°55’22” de latitude; Sul -03°04’39” de latitude e -44°53’33” de longitude e Leste -44°53’33” de longitude e -03°04’39” de latitude.

Extensão

Com 197,6 km² o território municipal corresponde a 0,06% do Maranhão, sendo o 214° em extensão no Estado. Inserido na Mesorregião Norte Maranhense corresponde a 0,37%, sendo o 58º em extensão, enquanto que na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense ocupa a 21º posição equivalendo 1,12%.

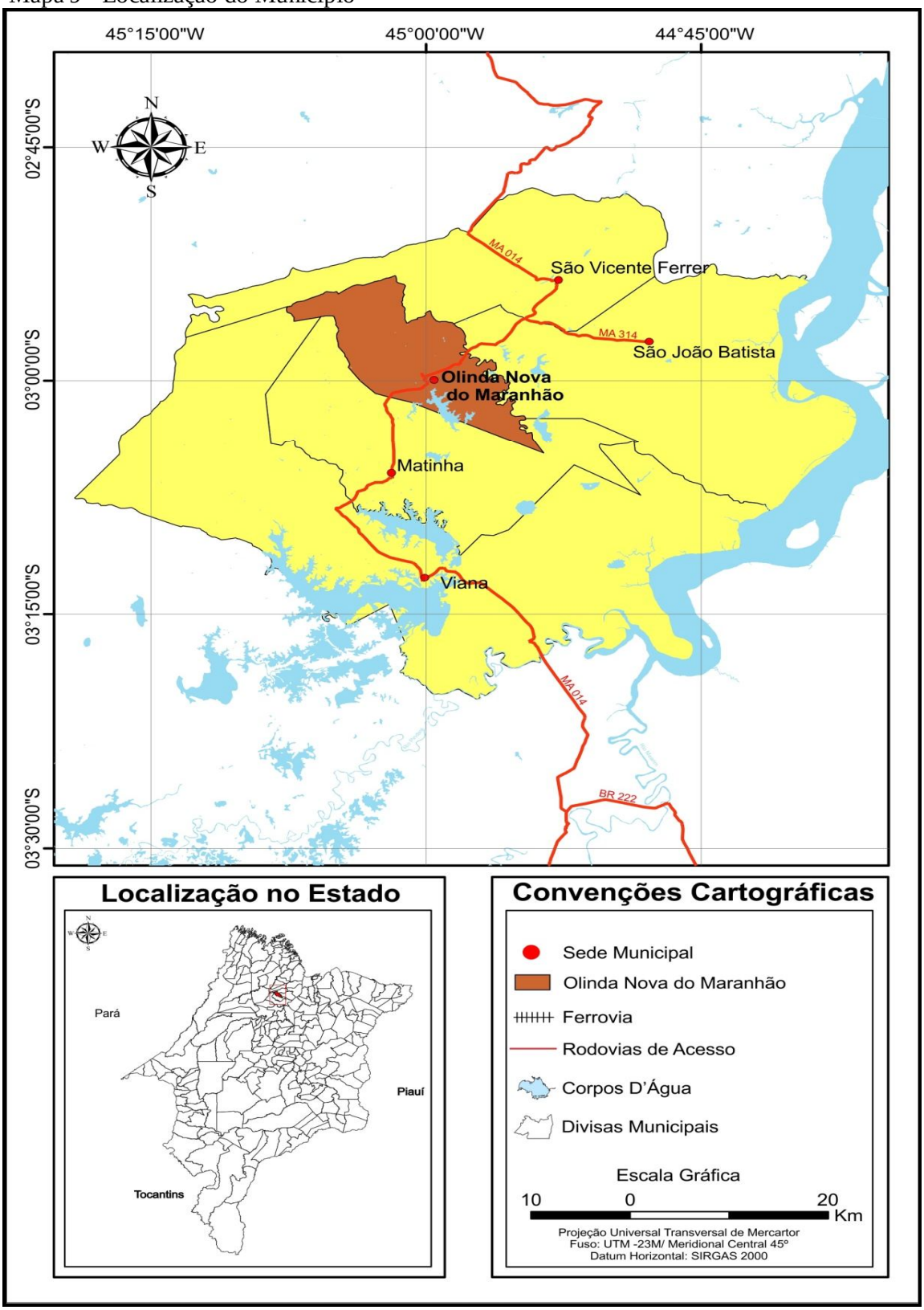
Processo de Ocupação[16]

O povoado começou aproximadamente em 1920, com a chegada do Sr. Filomeno Penha de Castro, no lugar que foi chamado inicialmente de Olinda dos Cotias, no qual se instalou com a finalidade de montar uma casa comercial. O referido comércio começou a atrair novos moradores para o lugar, sobretudo, após o surgimento de um engenho que produzia açúcar e aguardente de cana-de-açúcar.

Em 1928, a convite do seu amigo Filomeno Castro, veio o Sr. Antônio Alexandre Serra Freire com a esposa e quinze filhos morar no lugar, onde instalou também um engenho.

[16] CASTRO, Nilton Martins de. **Processo de redistribuição do espaço territorial político do Maranhão**: o caso de Olinda Nova do Maranhão. São Luís: UFMA, 2000.

Mapa 9 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

A povoação começou a crescer, assim como o comércio do Sr. Filomeno, levando-o a residir em Olinda dos Cotias, enquanto que o Sr. Antônio Serra fixou-se na outra margem do rio, dando origem a outra aglomeração rural, denominada Nova Olinda

O povoado Olinda dos Cotias, cujo espaço pertencia ao município de São Vicente Ferrer, foi desenvolvendo gradativamente. Em 1942, foi criada a primeira escola municipal, sendo a primeira professora (normalista) a Sra. Maria Madalena Atta de Castro, nomeada pelo governador Sebastião Archer da Silva, em 1949.

Com a escola, novos moradores foram chegando ao povoado. Em 1947, o vereador José Maria de Araújo apresentou, na Câmara Municipal de São Vicente Ferrer, um projeto solicitando a mudança do nome do povoado de Olinda dos Cotias para Olinda dos Castros, em homenagem ao seu fundador e dono das terras onde o povoado estava se instalando.

A partir de 1958, com o desmembramento do município São João Batista de São Vicente Ferrer, o povoado Olinda dos Castros passou a pertencer ao novo município. Dentre os representantes de Olinda se destaca o Senhor Branco Castro, filho de Filomeno Castro, que exerceu duas legislaturas como vereador de São João Batista, mas sempre representou Olinda dos Castros. Outro que se destacou como colaborador, para o desenvolvimento do povoado, foi o Sr. Cristiano Ananias de Campos, homem muito respeitado que deu início à abertura de ruas, doações e vendas de terrenos, contribuindo assim, para a expansão do local.

O Sr. Cristiano, apesar de não ter frequentado nenhuma universidade, era considerado um médico local, dava consulta e curava as pessoas com ervas caseiras. Em outras ocasiões fazia o papel de juiz, pois celebrava casamento ao ar livre, embaixo de uma árvore denominada “pé de azedinho”, vegetal raro, de procedência desconhecida, que ainda resiste ao tempo e ao crescimento urbano.

Em função do crescimento do povoado, o vereador Branco Castro foi dando suas terras para instalação de escolas, mercado, posto de saúde e outros prédios.

A primeira tentativa de emancipação surgiu no governo de Newton Bello, através de São João Batista, o Sr. Aquiles dos Santos Jacinto prefeito à época, declarou o desejo de emancipação do povoado; mais tarde, alguns filhos da terra se manifestaram favoráveis a essa ideia, e finalmente com o apoio dos representantes políticos e lutas populares, conseguiram na Assembleia Legislativa concretizar esse objetivo.

O povoado Olinda dos Castros foi emancipado de São João Batista - recebendo terras dos municípios São João Batista, Viana, Matinha e São Vicente Ferrer - pela Lei

Estadual Nº 6.414, de 06 de setembro de 1995 e foi elevado à categoria de município, com a denominação de Olinda Nova do Maranhão.

Ambiente Físico

O embasamento geológico do município corresponde às Formações Itapecuru e depósitos de aluviões flúvio-marinhos. A primeira é do Período Cretácea Inferior (entre 145,5 e 99,6 milhões de anos atrás), ocupando mais da metade do território municipal, sendo constituída por arenitos finos avermelhados e róseos, cinza, argilosas, geralmente com estratificação horizontal. Os depósitos aluvionares são datados do Quaternário, são depósitos constituídos por cascalho, areias e argilas inconsolidadas (UEMA, 2002).

Geomorfologicamente o município encontra-se na Superfície Maranhense com Testemunhos, correspondendo a uma área aplainada durante o Ciclo Velhas, com presença de testemunhos tabulares da superfície de cimeira (UEMA, 2002).

Os plintossolos são predominantes no município e, se caracterizam por restrição a percolação d'água imperfeitamente drenados, possuem texturas arenosas ou média, raramente argilosas, tendo colorações escurecidas pela matéria orgânica.

O clima é tropical úmido com dois períodos um chuvoso de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro. Possui uma pluviometria anual entre 1.600 a 2.800 mm, com temperatura média anual superior a 27º C, além da umidade relativa do ar anual entre 79% a 82% (UEMA, 2002).

A vegetação nativa foi descaracterizada por sucessivos desmatamentos relacionados à agricultura, surgindo em seu lugar uma vegetação secundária com o predomínio do babaçu, recobrindo grandes porções do município. Nos campos inundáveis, há vegetais herbáceos com o predomínio das espécies: água-pé (*Eichhornia crassipes)*, junco (*Eleocharis sp.),* aninga d'água (*Caladium Sororium)* e outros.

O município faz parte da bacia do Rio Pericumã passando pelo seu território o tributário Rio Bom Fim (com os afluentes: Pindova e Pacheco). Encontram-se, ainda, as micro-bacias dos rios: Boca Velha, Capivara, Piranha, Velha Joana e Igarapé Lontra. Compõe o conjunto hídrico do município os lagos: Coqueiro, Belém, Gameleira, do Silveira e Laguinho.

Apenas pequenas áreas, ao Norte e Sul do território municipal localizam-se em unidade de conservação, ambas na APA da Baixada Maranhense. A parte setentrional

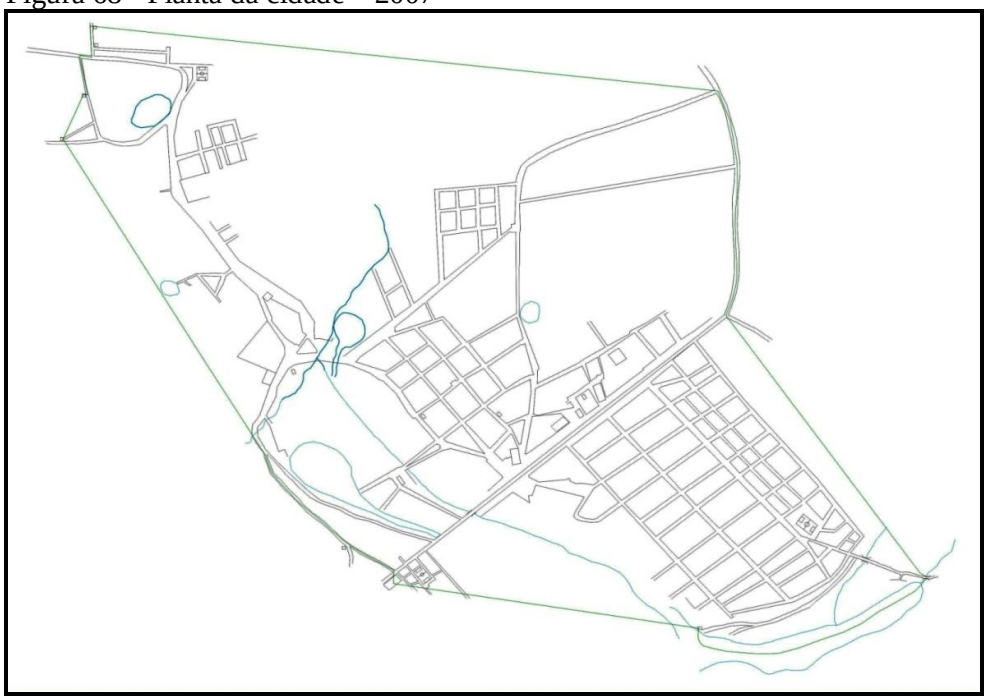
pertence à Sub-Área do Estuário Mearim-Pindaré e Baía de São Marcos; enquanto que a parte meridional se insere na Sub-Área do Baixo-Pindaré.

Espaço Urbano

A sede municipal se localiza em uma planície levemente ondulada, sendo banhada pelos rios: da Velha Joana, Sorocaba e Belém. O traçado urbano da sede (Figura 68) é seccionado no sentido Leste-Oeste pela rodovia MA 014, que mede, aproximadamente, 1 km na área da cidade e recebe o nome de Avenida Principal (Figura 69), de onde saem às ruas e avenidas.

O espaço urbano da cidade é composto por três avenidas (duas ajardinadas), 32 ruas, dezoito travessas, dois becos e duas estradas. Somadas a essas, existem quatro praças ajardinadas denominadas: Viva Olinda, Edson P. Castro (Figura 70), Raimundo B. Costa e Praça do Cristo.

Figura 68 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 69 - Vista Parcial da Rodovia MA 014, denominada no Município de Av. Principal - 2013



Fonte: IMESC

Figura 70 - Vista Parcial da Praça Edson P. Castro - 2013



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural é composto por 62 localidades distribuídas em: 29 povoados, 32 sítios e uma fazenda (BRASIL, 2011), denominados abaixo:

Sítios: Bacabal, Bebedouro, Bom Fim, Bom Jardim, Canarana, Contenda, Curva, Cotias, Cotias II, Cotias I, Galiza, Gameleira, Gruta, Ilha Verde, Itaparica, Loreto, Montevidéu, Mucambo, Museu, Os Paulos, Os Quentes, Pescaria, Pirandi, Ponta do João Maranhão, Quer Luz, Retiro, Roma, Sabonetal, Santa Izabel, Santo Antonio, São Benedito dos Carneiros e São Claro.

Povoados: Alto de Pedras, Caldo Quente, Caranguejo, Conceição, Curva da Mangueira, Estrela, Faixa, Galiza, Itapecuru, Lagoa, Jenipapo, Mata Praga, Nova Olinda, Nova Roma, Olho d'Água I, Pacheco, Pomada, Santa Maria, Santa Rita, Santa Rosa, São Francisco, São José II, São Pedro, Serraria, Silvera, Sorocaba, Teles, Tingas e Veado.

Fazenda: Porto Alegre.

Utilização da Terra

A tabela 71 traz informações relacionadas à ocupação do espaço rural do município em 2006, estando os estabelecimentos destinados principalmente às áreas plantadas com forrageiras e a lavoura temporária. Quando se analisa estas atividades verifica-se que a primeira é quase insignificante, enquanto que a segunda detém grande parte das terras.

Pelo fato de um só estabelecimento ter desenvolvido várias atividades rurais, não foi possível proceder a uma análise quantitativa dos mesmos, entretanto, verifica-se que, seus empreendimentos estão distribuídos em atividades agrícolas (lavoura), aproveitamento pecuário (pastagens), conservação ambiental florestal, sistemas agroflorestais e outras atividades rurais (tanques, açudes, lagos, construções, benfeitoria), além de estabelecimentos que possuem áreas inaproveitáveis, para atividades agropecuárias.

No aludido ano, as terras ligadas à agropecuária ocupavam 10.465 hectares, estando com as lavouras, 62% da área; esse percentual é distribuído em 60% para a lavoura temporária e 2% para a lavoura permanente.

As pastagens ocuparam 30% das terras (3.089 hectares), estando 21% com as pastagens plantadas em boas condições, 8% com as pastagens naturais e 1% com as pastagens plantadas em áreas degradas. Em relação a está atividade, a Região da Baixada Maranhense é

rica em campos naturais, sendo essa paisagem utilizada para prática da pecuária, razão pela qual o quantitativo de área atrelada à pecuária, mostra-se bastante significativo no município.

As demais atividades da tabela 71 representaram 8% dos hectares utilizados no ano de 2006.

Tabela 71 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de Atividades	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	81	172
Lavoura temporária	1.096	6.242
Áreas Plantadas com forrageiras	1.103	130
Pastagens naturais	121	847
Pastagens plantadas, degradadas	6	28
Pastagens Plantadas em Boas Condições	148	2.215
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente - reserva legal)	14	82
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente - e as em sistema agroflorestais)	20	264
Matas e/ou florestas (florestas plantadas com essências florestais)	3	2
Sistemas agroflorestais	12	59
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	107	71
Construções, benfeitorias ou caminhos	786	349
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	6	4
Total	-	10.465

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, esse ocupava, em 2006, 10.451 hectares, à época com 1.298 estabelecimentos. Desses, segundo a tabela 72, o proprietário detinha 61%, porém esse número é maior, uma vez que o arrendatário e o parceiro utilizam os estabelecimentos dos proprietários, e fazem o pagamento aos proprietários com parte da produção. Dessa

forma, o proprietário possui 77% dos estabelecimentos, enquanto que o assentado sem titulação definida, e os ocupantes possuíam, respectivamente, 9% e 8%.

Quanto à área, o proprietário possuía 95% dos hectares, seguindo o mesmo raciocínio dos estabelecimentos, esse número vai para 96%. Os assentados e ocupantes ambos possuíam 2% (Tabela 72).

Em se tratando do produtor sem área, aquele que não possui área específica para a sua produção e geralmente trabalha em terras públicas, esteve com 6% dos estabelecimentos.

Tabela 72 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	798	9.923
Assentado sem titulação definitiva	122	204
Arrendatário	194	137
Parceiro	4	2
Ocupante	103	185
Produtor sem área	77	-
Total	1298	10.451

Fonte: IBGE

Demografia

O número de habitantes do município em 2010 foi de 13.122 (Tabela 73), o que o colocou em 142º no *ranking* decrescente da população maranhense, correspondendo a 0,20% da população estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense, esse percentual foi de 0,51% ficando na 46º posição; no que referente à Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense, o município ocupou a 19º posição e sua população correspondeu a 2,34%. Sua densidade demográfica é de 66,71 hab/km². Em 2010, o IPEA registrou o IDHM do município com 0,575, sendo o 104º do Maranhão.

Entre os dois últimos censos demográficos (2000 – 2010), a população obteve uma variação de 30%. Em ambas as contagens do IBGE, os habitantes estavam concentrados no espaço rural, representando 66% na primeira e 55% na segunda. Essa queda no percentual é justificada pelo crescimento da população na área urbana; essa obteve um crescimento de 74% contra 7% da população rural, no intervalo de 10 anos, o que elevou a percentual de habitantes na área urbana de 34% em 2000 para 45% em 2010.

Com relação ao gênero, predominou nos dois censos, o sexo masculino com 52%, enquanto que o percentual feminino foi de 48%, em cada contagem. O crescimento dos homens foi de 28% e o das mulheres 32%.

Tabela 73 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	5.306	6.780
Feminina	4.822	6.342
Urbana	3.415	5.943
Rural	6.713	7.179
Total	10.128	13.122

Fonte**:** IBGE

Saúde

Para o atendimento à população de Olinda, o município conta com um hospital público com 38 leitos de internação; disponibiliza, ainda, os serviços de consultas, exames laboratoriais, ultrassonografia, raio-X, colposcopia e distribuição de medicamentos para a população.

A equipe de profissionais da saúde, no hospital, é composta de cinco médicos – ginecologista, clínico geral e urologista, dois enfermeiros e dois dentistas.

O município tem em funcionamento os Programas Estratégia Saúde da Família (ESF) e Saúde Bucal, sendo cada um com cinco equipes cobrindo todo o território municipal. O ESF é composto por cinco médicos, mesmo número de enfermeiro e técnicos em enfermagem, enquanto que o Saúde Bucal possui cinco dentistas. As doenças mais atendidas são a hipertensão e as infecções respiratórias, com distribuição gratuita de medicamentos pelos profissionais mencionados ou através da Farmácia Básica. Além da distribuição de remédios, estes profissionais dão palestras sobre prevenção de doenças, em especial as DST's.

Os outros Programas relacionados à área da saúde são: Atendimento aos idosos, Saúde da Mulher (neste Programa há a distribuição de preservativos e anticoncepcionais), Saúde dos Homens, Atenção à Criança, Programa Saúde na Escola e um NASF que conta com uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional e uma assistente social.

O município conta com oito postos de saúde, 40 agentes comunitários de saúde (distribuídos dezessete na área urbana e 23 na rural) e cinco parteiras leigas.Além desses

profissionais, o município dispõe de nove agentes epidemiológicos e seis da vigilância sanitária.

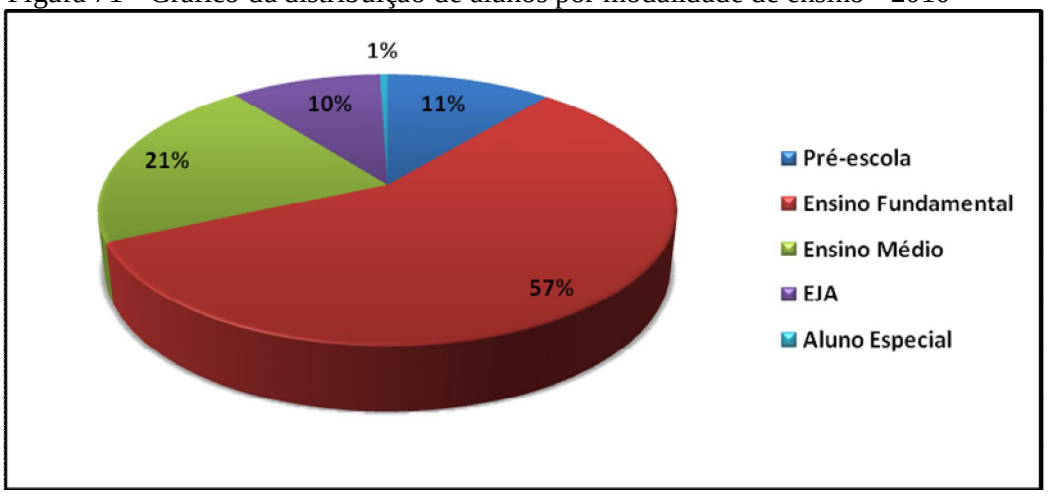
Educação

Em 2010, foram registrados 4.593 alunos matriculados, distribuídos em: 526na pré-escola, 2.610 no ensino fundamental, 970 no ensino médio, 470 na EJA e dezessete com alunos especiais, os percentuais de distribuição das matrículas por modalidade de ensino podem ser observado na figura 71.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação em 2010, o município possuía três estabelecimentos escolares voltados para o ensino médio, com 674 alunos matriculados e 38 professores (todos com ensino superior completo).

O município se responsabiliza por 50 estabelecimentos educacionais, sendo 23 pré-escolas (cinco urbana), 26 de ensino fundamental (sete urbana), um de ensino médio e outro do EJA, ambos localizados na zona urbana.

Figura 71 - Gráfico da distribuição de alunos por modalidade de ensino - 2010



Fonte: IBGE; IMESC

Economia

Em 2010, o PIB de Olinda Nova do Maranhão somou R$ 46,961 milhões, representando 0,10% do PIB estadual e 152ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 27,189 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 15,317 milhões e o industrial R$ 3,753 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 702 mil. A renda *per capita* do município alcançou R$ 173,63, levando o município a se situar na 168ª posição na comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 166ª posição, correspondendo a 0,287.

Agricultura

A lavoura temporária é praticada de forma itinerante, voltada para o consumo e comercialização do remanescente no próprio município e territórios adjacentes, cujos produtos por ordem de importância no valor da produção, são: mandioca, arroz, milho, melancia e feijão (Tabela 74).

Entre 2006 e 2011, a área planta/colhida cresceu 0,25%, tendo sua produção caído em 8%, enquanto que o valor da produção subiu 104%. Dos produtos listados na tabela 75, o arroz e o feijão tiveram suas áreas reduzidas em respectivos 6% e 36%, enquanto que a mandioca cresceu 4% e o milho 3%. A melancia, apesar de aumentar em 43% seus hectares, tem um quantitativo muito pequeno, se comparado com as três culturas mais importantes.

A redução na quantidade produzida está ligada as culturas do arroz, feijão e milho que tiveram diminuição, respectivamente, de 46%, 36% e 53%; as toneladas de mandioca cresceram 4% e a da melancia em 5%. Apesar do crescimento negativo da produção a lavoura temporária aumentou o valor da produção no período, graças à mandioca que colaborou em 151%. A melancia cresceu 61%, o arroz 42% e o milho 2%, porém o feijão perdeu 6% do seu valor.

Em 2006, 35% dos 4.013 hectares plantados/colhidos foram destinados ao milho, 33% dedicavam-se ao cultivo do arroz, 31% da mandioca e 1% o feijão e a melancia juntos. Quanto à quantidade produzida, das 10.344 toneladas 76% foram de mandioca, o arroz correspondeu a 13%, o milho 10% e, os outros produtos, 1%. Com relação ao valor da produção dos R$ 2,583 milhões, à mandioca teve participação de 63%, 19% do arroz, 16% do milho e 2% dos outros produtos (Tabela 74).

Em 2011, dos 4.023 hectares plantados/colhidos o milho correspondeu a 36%, a mandioca 32%, 31% do arroz, os 1% restantes, se referem ao feijão e a melancia; das 10.344 toneladas produzidas 86% foram de mandioca, o arroz e o milho equivaleram, respectivamente, a 8% e 5%; dos R$ 5,282 milhões, à mandioca teve a participação de 78%, 13% do arroz e 8% do milho. Praticamente insignificantes, temos a melancia e o feijão correspondendo a 1% em todos os itens da tabela 74, no referido ano.

Tabela 74 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	1.342	1.265	1.342	1.265	1.476	794	492	698
Feijão	25	16	25	16	11	7	18	17
Mandioca	1.226	1.274	1.226	1.274	8.588	8.918	1.632	4.102
Melancia	7	10	7	10	95	100	28	45
Milho	1.413	1.458	1.413	1.458	1.128	525	413	420
Total	4.013	4.023	4.013	4.023	11.298	10.344	2.583	5.282

Fonte: IBGE

Os produtos da lavoura permanente se restringem aos frutos tropicais, tais como: banana, laranja, limão, manga, bacuri, maracujá, cupuaçu, caju, acerola, tanja e outras que são cultivadas nos quintais das residências; foram quantificadas pelo IBGE em 2006 e 2011, apenas as quatro primeiras.

Entre os anos mencionados, houve uma redução da lavoura permanente em todos os itens da tabela 75, com uma diminuição dos hectares colhidos em 59%, uma queda da produção de 66% e uma diminuição no valor da produção de 69%. Na área colhida, os produtos obtiveram as seguintes diminuições: 69% para banana, a laranja com 50%, o limão com 38% e a manga com 47%; em quantidade produzida, o último produto permaneceu estável, enquanto que a banana, a laranja e o limão obtiveram reduções de 67%, 74% e 64%, respectivamente; quanto ao valor da produção, as quedas nos percentuais foram: 70% banana, 79% laranja, 20% limão e 57% manga.

O principal produto da lavoura permanente foi à banana que, em 2006, ocupou 58% dos 78 hectares colhidos, das 659 toneladas produzidas correspondendo a 78% e participou com 86% dos R$ 435 mil, gerados no aludido ano. Em 2011, essa fruta equivaleu a 44% dos 32 hectares colhidos, obteve 76% das 222 toneladas produzidas e dos R$ 136 mil do valor da produção contribuiu com 84%.

Em 2006, o percentual de área colhida para a laranja e limão foi de 10% cada e a manga 22%; na quantidade produzida, a laranja obteve 6%, o limão 1% e a manga 15% e no valor da produção a laranja e a manga obtiveram 6% cada, enquanto que o limão correspondeu a 1%. Em 2011, a laranja, o limão e manga obtiveram 13%, 16% e 28% em área colhida, respectivamente; em relação à quantidade produzida a laranja contribui com 5%, o limão 4% e a manga com 16%; quanto ao valor da produção a laranja participou 4%, limão 3% e manga 9%.

Tabela 75 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	45	14	512	168	374	114
Laranja	8	4	38	10	28	6
Limão	8	5	8	8	5	4
Manga	17	9	101	36	28	12
Total	78	32	659	222	435	136

Fonte: IBGE

Pecuária

No que se refere ao tamanho do rebanho municipal em 2006, das 90.419 cabeças, 56% eram de aves, 24% de suíno e 8% de bovino, estando 12% com os demais rebanhos da tabela 76. Em 2011, os três primeiros rebanhos citados continuaram a ter o maior número de animas, porém o percentual de cabeças do suíno foi de 7%, sendo ultrapassado pelo bovino que representaram 14%; aves continuaram com o maior número de cabeças com 62% das 54.708 cabeças do rebanho e as outras criações ligadas à pecuária, detiveram 17%.

Apesar da terceira posição no número total de cabeças, o suíno obteve a pior taxa de crescimento entre os rebanhos mais expressivos do município com diminuição de 81%, no intervalo de 2006-2011, o que ocasionou ser ultrapassado pelo bovino que obteve o crescimento de 4%, no referido período. Apesar de obter diminuição de 33%, as aves aumentaram seu percentual em relação aos demais rebanhos, pois o equino, bubalino, caprino e ovino obtiveram redução de 6%, 5%, 37% e 23%, respectivamente, além do suíno já mencionado.

Tabela 76 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	7.356	7.666
Equino	1.364	1.286
Bubalino	3.380	3.200
Asinino	332	431
Muar	780	833
Suíno	21.773	4.054
Caprino	4.151	2.604
Ovino	905	694
Aves	50.378	33.940
Total	90.419	54.708

Fonte: IBGE

O IBGE registrou, em 2011, uma produção de leite de 141 mil litros rendendo o valor de R$ 212 mil; outro produto da pecuária registrado por aquele instituto foram os ovos de galinhas, com uma quantidade de 28 mil dúzias que renderam R$ 85 mil.

Extrativismo

O município registrou em 2011, uma produção de 275 toneladas (Tabela 77) relacionada aos produtos extrativistas vegetais. Desse total, 54% eram de amêndoa do babaçu, 43% de carvão vegetal e apenas 3% de juçara. A lenha é dada em metros cúbicos, sendo sua quantidade, no aludido ano, de 17.939 m³.

Quanto o valor da produção, dos R$ 870 mil, a lenha participou com 60%, a amêndoa do babaçu com 26%, o carvão vegetal 14% e a juçara 1%.

Do babaçu, o aproveitamento da amêndoa é para a produção de óleo caseiro e outros produtos, enquanto que da juçara se extrai a polpa transformado-a em suco, muito apreciado na região. A lenha é utilizada nos fornos das padarias, casas de farinha e olarias; mas, produz cinzas que poluem tanto o ar como os rios, quando transportadas pelas chuvas. Entretanto, esse produto pode ser utilizado na adubagem do solo e em substituição ao cimento na construção de residências, principalmente na área rural.

Tabela 77 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	149	-	223
Carvão vegetal	119	-	119
Juçara	7	-	8
Lenha	-	17.939	520
Total	275	17.939	870

Fonte: IBGE

Indústria

As únicas indústrias encontradas no município são: olarias, padarias e casas de farinha na área rural.

Comércio

O comércio é varejista representado por vários estabelecimentos localizados principalmente na Rua do Comércio e na Avenida Principal (MA 014), no qual são vendidos, produtos alimentícios, confecções, além de outros. Existem quatro farmácias, duas casas de agronegócios, além de um posto de combustível no município.

Turismo

Como atrativo turístico tem-se principalmente os lagos. Com relação à hospedagem são encontradas três pousadas.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, possui 9.249 eleitores distribuídos em 25 seções, além de nove vereadores (TSE, 2012).

Localiza-se no município uma delegacia com quatros policiais militares e um policial civil.

Religião

Na sede há duas igrejas católicos, uma delas em homenagem a São Benedito, (Figura 72), padroeiro do município, e dez capelas espalhadas pela zona rural. Além do festejo em homenagem ao santo padroeiro, são comemorados São Sebastião e São Roque.

Figura 72- Igreja de São Benedito - 2013



Fonte: IMESC

Os evangélicos possuem quatro templos na sede e vários espalhados na zona rural, das seguintes congregações: Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus, Batista e Testemunha de Jeová.

As religiões afro brasileiras estão presentes no município em dois terreiros na sede e, outros na área rural tendo como principal homenagem a festa de Santa Bárbara.

Das 13.179 pessoas entrevistadas em 2010 pelo IBGE, 64% declaram-se católicas, 19% evangélicas, 17% não possuem religião, 0,5% são adeptos de outras religiões e 0,04% seguem a umbanda e o candomblé (Tabela 78).

Tabela 78 - Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	8.370
Evangélicos	2.529
Umbanda e Candomblé	5
Outras Religiões	62
Sem religião	2.213
Total	13.179

Fonte: IBGE

Serviços e Comunicação

Funcionam no município dois postos bancários do Bradesco (BACEN, 2009).

O sistema de comunicação restringe-se a uma rádio; na parte de telefonia móvel a cobertura é feita pela empresa CLARO, as linhas de telefone fixo, assim como o serviço de internet são de responsabilidade da OI.

O total de telefone público era de quatorze, sendo treze acessíveis 24 horas. (ANATEL, 2009).

Infraestrutura

O abastecimento d'água tem como fonte os poços artesianos, não sendo encontrado no município rede de esgoto, o que leva os efluentes domésticos terem como destino principal as fossas, que totalizaram em 2012, segundo o SIAB 1.628.

A coleta de lixo é realizada na sede municipal, três vezes por semana, destinando os resíduos para um lixão a céu aberto distante, aproximadamente, 5 km da sede.

O número de consumidores de energia elétrica, segundo a CEMAR, em 2010, foi de 43.634, sendo consumidos 2.667.495 MWh, cuja distribuição por classe foi de: 62% residencial, 18% iluminação pública, 9% poder público, 7% comercial e 4% com os demais usuários contidos, na tabela 79. Quanto ao consumidor, o mais importante foi o residencial com 93% e o comercial 4%; os demais consumidores somaram 3% (Tabela 79).

Tabela 79 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	26.163	1.645.910
Rural	22	2.705
Comercial	1.126	187.923
Industrial	65	19.761
Poder Público	643	243.513
Serviço Público	163	99.083
Iluminação Pública	16	468.570
CEMAR	1	30
Total	28.199	2.667.495

Fonte: CEMAR

Folclore e Lazer

As principais festas do município são: as festas juninas, aniversário da cidade (06 de setembro), baile de São Gonçalo, carnaval e o *réveillon*. Há, também, festividades nas comunidades quilombolas de: São Benedito dos Carneiros, Caldo Quente, Olho d'Água e outras.

São encontrados, no município, vários grupos de danças entre eles: bumba-meu-boi com sotaque de matraca, tambor de crioula, quadrilha, dança country e portuguesa.

Para o entretenimento da população há parques, campos de futebol, duas quadras poliesportivas, seis lanchonetes, três restaurantes e, aproximadamente, vinte bares.

As atividades esportivas estão voltadas para os seguintes eventos: campeonato de futebol, futsal e handebol, campeonatos escolares, torneio de dama e dominó e corridas.

Transporte

A cidade está localizada a 256 km da capital São Luís sendo ligado a outras localidades pelas rodovias BR 135, BR 222 e MA 014. Esta rota é utilizada por ônibus das empresas Sideral e Itapemirim que se deslocam para a cidade de Pinheiro, região do Litoral Ocidental e do Gurupi, passando pela sede de Olinda Nova do Maranhão.

O translado intermunicipal é realizado por ônibus, vans, motos e carros particulares que fazem linhas diariamente para a área rural e municípios vizinhos, além das picapes adaptadas com madeiras, conhecidas como paus de arara. No espaço urbano, o deslocamento é realizado principalmente por motos.

2.10 Palmeirândia

Símbolos Municipais[17]



Brasão



Bandeira

[17] O hino municipal não foi disponibilizado, assim como as explicações do brasão e da bandeira.

Localização

O município está localizado na Baixada Maranhense e faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os municípios: ao Norte com Peri-Mirim e Pinheiro, a Oeste com Pinheiro, ao Sul com São Bento e a Leste com São Bento e Peri-Mirim (Mapa 11).

Seus pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -02°32’32” de latitude e -45°02’39” de longitude; Oeste -45°11’00” de longitude e -02°47’53” de latitude; Sul -02°44’46” latitude e -45°09’26” longitude; Leste -44°50’23” longitude e -02°39’32” latitude.

Extensão

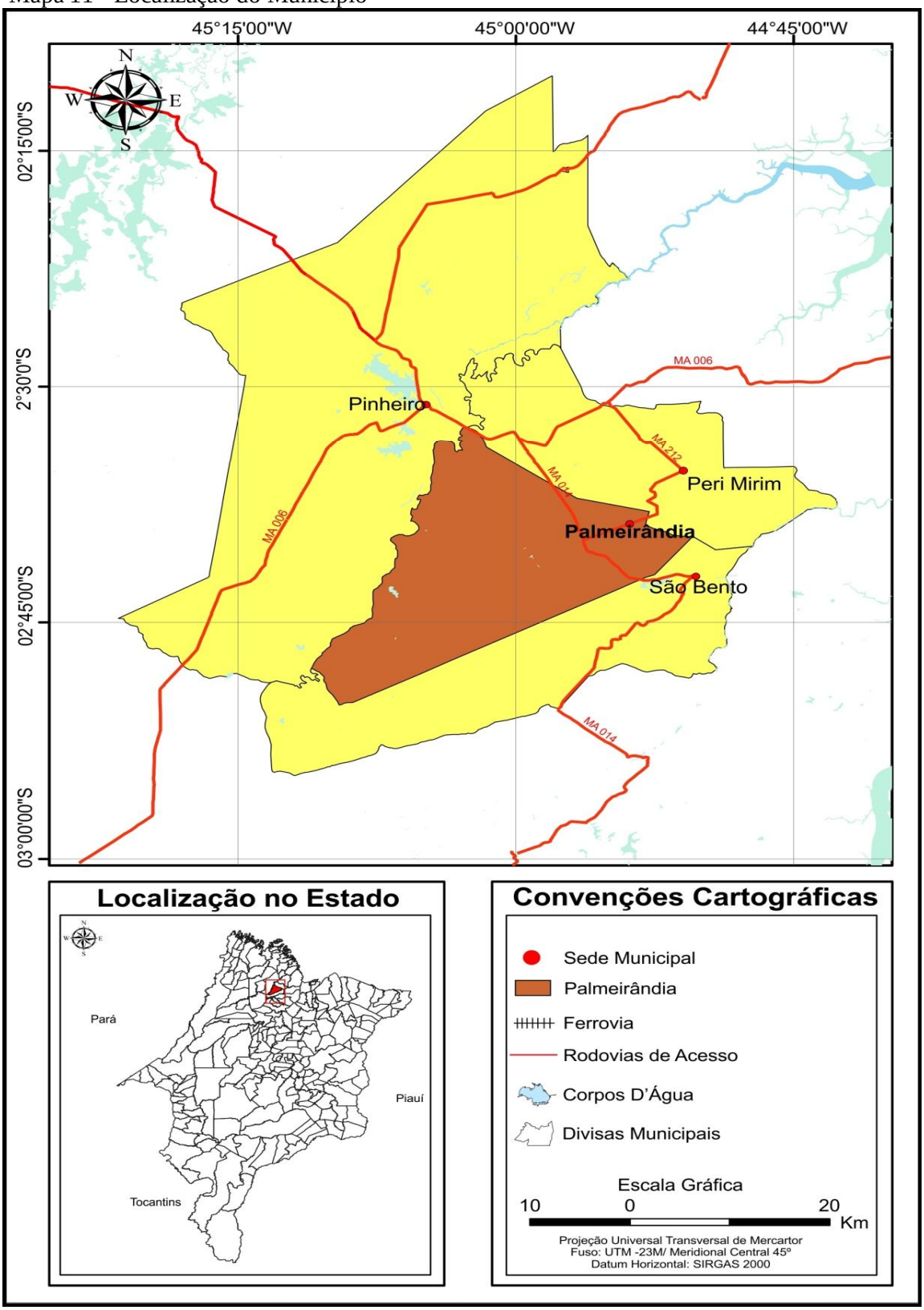
Palmeirândia possui 525,6 km², equivalente 0,16% do território estadual, sendo o 164° do Estado, em extensão. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa o 43º lugar com 1% da área e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense corresponde a 2,98%, ficando com 14º posição.

Processo de Ocupação[18]

Contam que, uma determinada pessoa estava tirando folha de babaçu (pindoba) quando encontrou, numa das palmeiras baixas, uma imagem de Santo Antonio. Esse fato ficou entendido como um dos motivos da migração de pessoas dos povoados vizinhos, principalmente, São Bento e Peri-Mirim, para aquele lugar, que passou a ser chamado povoado Palmeiras. Ainda que, o povoado apresentasse certo desenvolvimento tinha a dificuldade de escoar a produção, por estar cercado de campos que inundam no período chuvoso e, principalmente, pela falta de estradas.

[18] Informações prestadas pelo Sr. Marçal Emiliano Pereira, funcionário público do município.

Mapa 11 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Um dos filhos do lugar, o Dr. Antenor Abreu, sensibilizado pelos problemas sociais e econômicos do povoado, quando deputado estadual, liderou o movimento de emancipação que se efetivou por meio da Lei Nº 1.997, de 31 de dezembro de 1959, recebendo o nome de Palmeirândia, emancipando-se de São Bento e Peri-Mirim.

Ambiente Físico

A estrutura geológica de Palmeirândia é composta pela Formação Itapecuru, predominando em aproximadamente 95% do território municipal e por aluviões marinhos; a primeira, tem sua gênese no Cretáceo Inferior, composta por arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, geralmente com estratificação horizontal. Os aluviões marinhos são depósitos recentes formados por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas.

A geomorfologia do município corresponde aos tesos, ou seja, partes mais elevadas e livres de inundações, e as depressões que dão origem aos campos inundáveis.

Os solos são formados por Plintossolos e Gleissolos. Esse é argiloso, com textura média do tipo hidromórfico decorrente da grande umidade da área; aquele possui textura arenosa ou média, raramente argilosa com coloração escura.

O clima é tropical úmido possuindo dois períodos, um chuvoso de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro com temperatura média anual superior a 27ºC, umidade relativa variando entre 79% ou superior a 82%, com pluviometria entre 1600 mm e 2400 mm anuais.

A cobertura vegetal, quanto ao porte, é arbórea e herbácea. A primeira é secundária, predomina nos tesos tendo como destaque as palmeiras, em especial o babaçu; a segunda é hidrófila, localizada nos campos inundáveis predominando os vegetais: água-pé (*Eichhornia crassipes)*, junco (*Eleocharis sp.),* aninga d'água (*Caladium Sororium)* e outros.

O município faz parte da bacia do Rio Pericumã, que banha o seu território a Oeste, recebendo no município os afluentes: Rio do Meio (que tem como tributários os rios Coelho e Estirão), do Igarapé-Açu, do Barro e o subafluente Brejeiro. A Leste é banhado pelo Rio Aurá, de cujo território saem os tributários Canarana e São Miguel.

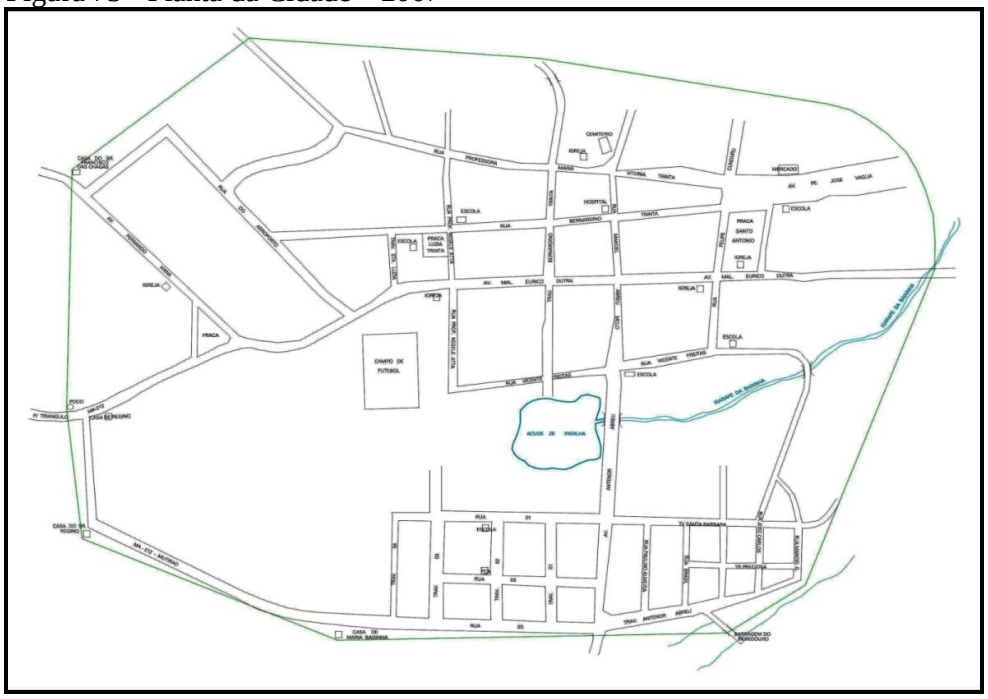
Todo território municipal encontra-se na APA Baixada Maranhense Sub-Área do Estuário Mearim - Pindaré e Baía de São Marcos.

Espaço Urbano

O espaço urbano do município é resultado das limitações determinadas pelos campos que circulam o teso, onde está a cidade (Figura 73) e, sua distribuição urbana, é mais ou menos retangular, com duas avenidas, oito ruas, sendo cinco transversais, todas asfaltadas, além de quatro praças, todas arborizadas (Figura 74). As ruas são de largura média, ladeadas por casas baixas, de várias janelas e algumas portas, de estilo simples e, a grande maioria, geminada.

Pode-se considerar como Centro Comercial a Av. Mal. Eurico Dutra (Figura 75) onde se concentra o comércio, embora esses empórios estejam na grande maioria em residências. Não foram observados casarões antigos e nem residências modernas, recuadas com jardins na frente, no tipo tradicional ou moderno de bangalô, assim como casas com dois ou mais pavimentos.

Figura 73 - Planta da Cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 74 -Vista parcial da Praça de Eventos - 2012



Fonte: IMESC

Figura 75 - Av. Mal. Eurico Dutra - 2012



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural se distribui entre 98 localidades, sendo: 67 sítios, 4 fazendas, 3 engenhos e 24 povoados (BRASIL, 2011).

Sítios: Achuí, Bacurítiua, Bacurizeiro, Baliza, Barreiro, Bernardino, Boa Fé, Bom Retiro, Buenos Aires, Cafundoca, Campinho, Canarana, Capim Duro, Caranguejo, Caridade, Centro dos Amaros, Centro dos Caboclos, Centro dos Fideles, Chico Rico, Chora, Cipozinho, Conceição, Cruzeiro, Curitiba, Egito, Enseada Grande, Estrada do Fio, Ilha do João Donato, Ilha do Meio, Ilha III, Japão, Lago d'Areia, Mangão, Marcela, Mata do Porto, Mata dos Penhas, Mato Grosso, Mocambo, Outeiro, Outeiro dos Crentes, Paruru, Passagem, Ponta Alta, Ponta de Pedra, Ponta do Papel, Porto da Mata, Santa Luzia, Santa Maria I, Santa Maria II, Santa Vitória, Santo Antônio, São Benedito, São Carlos, São Joaquim, São Luís, São Pedro, São Raimundo, Souto, Sumaumeira, Taboca, Tamancão, Teso Grande, Triângulo, Trindade, Tucum, Vila Nova e Virador.

Povoados: Agrovila, Bacabal, Bamburral, Bamburral Limpo, Canta Galo, Coroatá, Cauaçu, Cruzeiro, Macapazinho, Macaxeiral, Marmoral, Marmorana, Pilão, Pinheirinho, Purão, Retiro, Rumo, Santa Eulália, São João, São Lourenço, São Mauricio, São Miguel, São Roque e Urucunzal.

Fazendas: Boa Vista, Malhada**,** São José de Mariano Leite e São Luís.

Engenho: Mata, Raposa e Sibéria.

Utilização das Terras

As informações, contidas na tabela 80, estão relacionadas à utilização das terras do espaço rural, sendo sua análise, em percentuais, dificultada pelos estabelecimentos dedicados a mais de uma atividade.

Observando os números de estabelecimentos voltados, principalmente, para a plantação de forrageiras e para a lavoura temporária, esta última atividade é a que mais ocupou áreas no território rural municipal.

Outra realidade percebida por meio dos dados da referida Tabela 80 é que, embora Palmeirândia esteja na Baixada Maranhense é rica em campos naturais, em consequência, tem pecuária significativa, o que pode ser testemunhado pelo número de estabelecimentos que cultivam pastagens e plantações de forrageiras.

Causam espécie, também, as outras atividades não propriamente agrícolas desenvolvidas pelos estabelecimentos como, as matas/florestas em três modalidades, que refletem as áreas de conservação, o que é positivo, assim como, outros empreendimentos como a existência de tanques, açudes e lagos voltados para a aquicultura, as terras degradadas e inaproveitáveis que, de certo modo, comprometem o estabelecimento.

Quanto à ocupação da área, dos 39.829 hectares, 63% estão com a lavoura temporária e lavouras permanentes 3%,com as pastagens (naturais, em boas condições e degradadas) 9%, as áreas com forrageiras 1%, as consideradas áreas de reserva e/ou proteção ambiental 15% (itens 7, 8, 9 da tabela 80), sistema agroflorestais 3% e os 4% restantes, dizem respeito aos itens 11, 12, 13 e 14, da tabela citada.

Tabela 80 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de Atividades	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	349	1.350
Lavoura temporária	1.453	25.026
Área plantada com forrageira	1.510	584
Pastagem natural	151	2.187
Pastagem plantada, degradada	25	315
Pastagem plantada em boas condições	107	1.155
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente - reserva legal)	18	2.000
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente - e as em sistema agroflorestais)	131	4.040
Matas e/ou florestas (florestas plantadas com essências florestais)	4	29
Sistemas agroflorestais	89	1.376
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	25	599
Construções, benfeitorias ou caminhos	630	1.114
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	3	6
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.	12	48
Total	-	39.829

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor em 2006, ocupavam 39.814 hectares, distribuídos em 2.424 estabelecimentos.

Observa-se, pela Tabela 81 que, o proprietário tinha 61% dos estabelecimentos, ainda que como proprietário ele detivesse só 39%, os estabelecimentos arrendados (20%) e os registrados com a parceria (2%) foram ambos negociados com os proprietários que é o detentor da maior quantidade das terras. Quanto à área, a realidade é a mesma, pois só o proprietário tem 40% dos hectares que somados com o que ele arrendou ou mantém em parceria perfazem 66%.

No caso do ocupante e do produtor sem área, ambos não possuem terras regulamentadas e, quase sempre, trabalham em áreas públicas. O percentual do primeiro com relação aos estabelecimentos foi de 13%, enquanto que o do segundo era de 14%. O ocupante deteve 8% da área. O assentado obteve 12% dos estabelecimentos e 26% dos hectares.

Tabela 81 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	937	15.810
Assentado sem titulação definitiva	297	10.457
Arrendatário	480	9.150
Parceiro	58	1.229
Ocupante	319	3.168
Produtor sem área	333	-
Total	2.424	39.814

Fonte: IBGE

Demografia

O município ocupa no Estado o 96° lugar em população, cujo total, em 2010, foi de 18.764 habitantes, correspondendo a 0,29% da população do Maranhão, com uma densidade demográfica de 35,37 hab/km². Na Mesorregião Norte Maranhense, a classificação do município é o 31º com 0,72% da população; na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense é o 14° município que em percentuais representa 3,33% dos habitantes.

Entre os últimos censos demográficos (2000 e 2010), a variação no percentual do total de habitantes foi de 9%. Quanto à distribuição por área, em ambos os censos, a população esteve concentrada no espaço rural com 81% em 2000 e 82% em 2010 e 19% e 18% na área urbana nos respectivos censos. A população urbana, no decênio, cresceu 8% e a rural 9%.

Observa-se um equilíbrio na distribuição dos habitantes quanto ao gênero (Tabela 82), em ambos os anos, 50% para cada. A taxa de crescimento do sexo masculino foi 8%, enquanto a do feminino 9%.

Tabela 82 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	8.696	9.388
Feminina	8.568	9.376
Urbana	3.208	3.459
Rural	14.056	15.305
Absoluta	17.264	18.764

Fonte: IBGE

O IDHM do município, segundo o IPEA (2010) foi de 0,556, ocupando a 147º posição do Estado.

Saúde

Funciona como referência no atendimento à saúde, a Unidade Mista de Saúde São Carlos, mantida pelo município, que disponibiliza 11 leitos para a população local, realiza atendimentos de consultadas, casos de emergência/urgência, e pequenas cirurgias, além de fornecer exames de ultrassonografia, laboratoriais e raios-X. As infecções apresentadas são relacionadas aos parasitas, os casos de asma e a hipertensão as doenças mais frequentes atendidas na Unidade de Saúde.

Esse Centro de Saúde possui 03 ambulâncias, que em casos mais graves transfere os pacientes para a cidade de Pinheiro. Compõe a equipe de saúde do São Carlos: 5 médicos, 3 enfermeiros, 2 dentistas e 18 técnicos de enfermagem.

Existem 9 equipes do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), atuando em todo município, composta por 9 médicos, 9 enfermeiros e 9 técnicos de enfermagem. No ESF são 6 equipes da Saúde Bucal composta por 6 dentistas.

A hipertensão e a diabetes são as doenças mais frequentes atendidas pelos profissionais ligados ao ESF. No município, é feita a distribuição gratuita de medicamentos pela Farmácia Básica ligada ao ESF e a Unidade de Saúde São Carlos.

Funcionam em Palmeirândia 19 postos de saúde (18 na área rural), contando com o auxílio de 71 agentes de saúde distribuídos, 14 na zona urbana e 57 na rural. Além do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e o Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Educação

Em 2010, foram matriculados 6.121 alunos, distribuídos em: 1.107 nas creches, 3.650 no ensino fundamental, 662 no ensino médio, 607 no EJA e 95 como alunos especiais.

É de responsabilidade municipal, 126 estabelecimentos educacionais, sendo 2 creches, 49 pré-escola (2 urbana), 51 de ensino fundamental (4 urbana) e 24 do EJA (2 urbana).

Há 5 escolas estaduais, na sede municipal, com 861 alunos e 59 professores. O grau de formação do corpo docente é de 80 % com ensino superior completo.

Economia

Em 2010, o PIB de Palmeirândia somou R$ 59,743 milhões, representando 0,13% do PIB Estadual e 133ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 37,349 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 15,627 milhões e o industrial R$ 5,664 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 1,102 milhões. A renda *per capita* do município alcançou R$ 167,06, levando o município a se situar na 174ª posição em comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 192ª posição, correspondendo a 0,267. A economia do município está centrada principalmente no setor primário.

Agricultura

A agricultura é, em parte, itinerante e mecanizada e destinada à subsistência, sendo o seu excedente comercializado no próprio município.

Os produtos agrícolas estão distribuídos em lavoura temporária e permanente, cujos produtos da lavoura temporária, por ordem de importância na comercialização, são: mandioca, arroz, melancia, abacaxi, feijão e cana-de-açúcar.

De 2006 a 2011, a área plantada/colhida cresceu 5%, a quantidade produzida 120% (não incluindo a produção do abacaxi, pois é dado em mil frutos, e os demais são registrados em toneladas) e o valor da produção 124%. Em área plantada/colhida o arroz cresceu 5%, a cana-de-açúcar 900%, o feijão 59%, a mandioca 6%, o milho 3%, enquanto que a melancia diminuiu 11%. Em quantidade produzida o arroz aumentou 74%, a cana-de-açúcar 938%, o feijão e a mandioca 118% cada, o milho 4% e a melancia 347%. Em valor da produção, o arroz cresceu 163%, a cana-de-açúcar 2.922%, o feijão 203%, a mandioca 312%, a melancia 500%, enquanto o milho diminuiu 16% (Tabela 83).

A mandioca é um dos produtos da lavoura temporária que mais se destaca no município. Em 2006, dos 4.437 hectares da área plantada/colhida 38% foram ocupados pela mandioca, rendendo 29% do valor da produção de R$ 2,988 milhões. Observa-se, no entanto, que o abacaxi, embora tenha ocupado 3% da área plantada/colhida, cuja produção correspondeu a 3.059.000 frutos foi, no entanto, o produto que mais influiu no valor da produção com 32%.

O arroz, no exercício citado ocupou 28% da área plantada/colhida e rendeu 15%. O milho, embora tenha ocupado 23% da área plantada/colhida, só rendeu 13% do valor total da produção. A melancia, numa área plantada/cultivada de 3% e rendeu 6%. O feijão e cana-de-açúcar em área plantada/colhida representaram 5% e 0,05%, respectivamente, e em valor da produção 4% para o feijão e 0,17% para a cana-de-açúcar (Tabela 83).

Em 2011, o abacaxi não foi cultivado e a mandioca ocupou o primeiro lugar em todos os itens. Dos 4.650 hectares de área plantada/colhida ocupou 39%; das 20.395 toneladas participou com 69% e dos R$ 6,700 milhões arrecadados coube-lhe 53%. Em segundo lugar está o arroz, cuja área plantada/colhida correspondeu a 28%, a quantidade produzida 11% e valor total da produção 18%; em seguida está o milho com 22% da área plantada/colhida, 4% da quantidade produzida e 5% do valor total da produção.

Em área plantada/colhida a melancia ocupou 3%, em quantidade produzida e valor total da produção obteve 11% e 17%, respectivamente. O feijão, embora tivesse ocupado 8% da área plantada/colhida, na quantidade produzida e valor total da produção colaborou somente com 1% e 6%, respectivamente. Finalmente, a cana-de-açúcar, produto menos importante, participou em área plantada/colhida com 0,43%, em quantidade produzida 3% e, no valor total da produção com 2% (Tabela 83).

Os dados do arroz referem-se ao cereal não beneficiado, isto é, o arroz em casca, enquanto a mandioca que é o tubérculo, não se tendo obtido informações sobre o seu beneficiamento.

Tabela 83 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Abacaxi*	123	-	123	-	3.059	-	964	-
Arroz	1.240	1.298	1.240	1.298	1.364	2.369	450	1.184
Cana-de-Açúcar	2	20	2	20	68	706	5	151
Feijão	230	365	230	365	94	205	128	389
Mandioca	1.700	1.807	1.700	1.807	6.460	14.077	853	3.519
Melancia	140	125	140	125	492	2.200	187	1.122
Milho	1.002	1.035	1.002	1.035	802	838	401	335
Total	4.437	4.650	4.437	4.650	12.339	20.395	2.988	6.700

Fonte: IBGE *Mil frutos

A lavoura permanente restringe-se a alguns frutos, embora tradicionalmente haja certa diversidade cultivada nos quintais domésticos, como a lima, tangerina, mamão, além de inúmeras outras que não têm muita relevância na economia do município.

Entre 2006 e 2011, a área colhida da lavoura cresceu 32%, a quantidade produzida diminuiu 3% (exceto o coco-da-baía) e o valor da produção aumentou 20%. Em área colhida, a banana manteve-se estável, enquanto a laranja diminuiu 17%, o limão 19% e a manga 3%. Em quantidade produzida, a banana diminuiu 2%, a laranja permaneceu estável, o limão diminuiu 21% e a manga aumentou 2%. No valor da produção, a banana aumentou 18%, a laranja permaneceu estável, o limão e manga diminuíram 11% e 37%, respectivamente. Não se analisou o coco-da-baía, pois este, só foi quantificado em 2011.

Entre as frutas quantificadas pelo IBGE, em ambos os anos analisados, a banana foi o produto mais importante. Em 2006, dos 167 hectares colhidos, referido fruto participou com 66%. Da quantidade produzida que, atingiu 1.010 toneladas, coube a banana 88%, pois dos R$ 782 mil do valor total da produção referido fruto influiu com 79%. A laranja ocupou 4% dos hectares, produziu 2% das toneladas e rendeu 1%; o limão ocupou 12% da área, produziu 5% e participou da renda com 5%; a manga desenvolveu-se em 18% da área, produziu 5% das toneladas e rendeu 15% (Tabela 84; Figura 76).

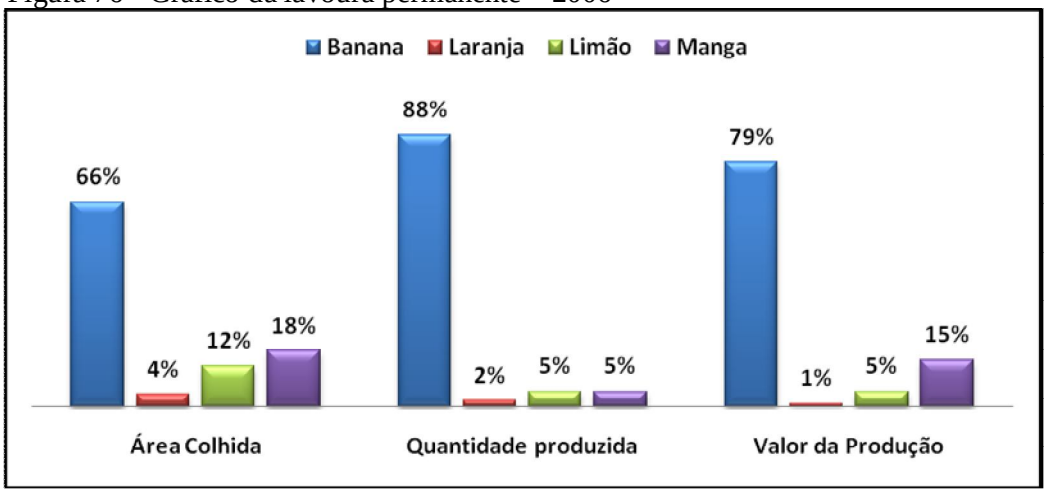
Em 2011, dos 221 hectares colhidos, a banana desenvolveu-se em 50%, participando da produção total (exceto o coco-da-baía que é conferido em mil frutos) de 1.166 toneladas com 88% e, do valor total da produção, de R$ 782 mil com 77%; o coco-da-baía produziu em 27% da área, 186 mil frutos que obtiveram 10% da renda; a laranja desenvolveu-se em 2% da área, produziu 2% das toneladas e rendeu 1% do valor da produção; o limão que frutificou em 8% da área, produziu 4% das toneladas e rendeu 4%; a manga teve as seguintes participações: área 13%, produção 5%, valor da produção 8%. Como pode ser observado, a banana é o único produto significativo na lavoura permanente (Tabela 84; Figura 77).

Tabela 84 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana (cacho)	110	110	885	866	513	606
Coco-da-baía*	-	60	-	186	-	78
Laranja	6	5	17	17	8	8
Limão	21	17	56	44	35	31
Manga	30	29	52	53	94	59
Total	167	221	1.010	-	650	782

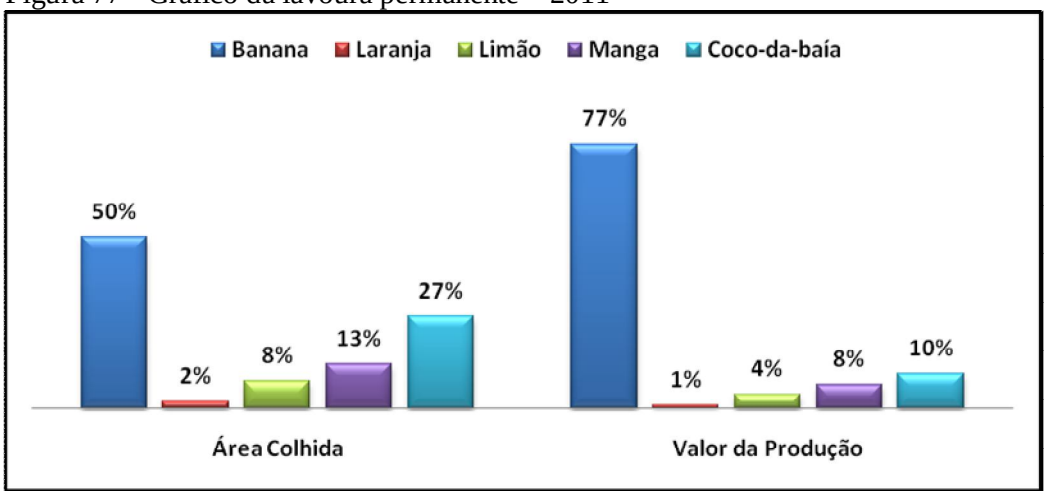
Fonte: IBGE *Mil frutos

Figura 76 - Gráfico da lavoura permanente – 2006



Fonte: IMESC

Figura 77 - Gráfico da lavoura permanente – 2011



Fonte: IMESC

Pecuária

Praticada de forma extensiva e semi-intensiva, a pecuária desenvolve-se nos campos naturais ou em áreas de pastagem plantada.

De 2006 a 2011, os rebanhos que apresentaram diminuição foram: bovino 16%, o equino 23%, o suíno 19% e as aves 43%, enquanto que aumentaram o bubalino 185%, asinino 6%, ovino 381% e o muar se manteve estável.

Com relação à quantidade de cabeças, em 2006, do total de 96.649 cabeças, as aves ficaram em primeiro lugar com 63%, o suíno em segundo com 26% e em terceiro o bovino com 9%, os demais rebanhos somados equivaleram a 2%. Em 2011, manteve-se na mesma ordem, entretanto, com percentuais diferentes; as aves do total de 60.991 cabeças representaram 52% do rebanho, enquanto que o suíno correspondeu a 30%, o bovino ficou com 11%. Os 7% restantes, referem-se aos demais rebanhos citados na tabela 85.

Tabela 85 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	8.350	7.050
Bubalino	694	1.976
Equino	805	621
Suínos	24.806	20.015
Asinino	179	189
Muar	339	338
Caprino	820	848
Ovino	159	764
Ave	60.497	34.190
Total	96.649	65.991

Fonte: IBGE

Na produção de origem animal teve-se, para 2011, como principal produção o leite, com 167 mil litros, que rendeu a importância de R$ 251 mil e ovos galinhas, que totalizaram 36 mil dúzias, gerando um valor de R$ 126 mil, perfazendo o total de R$ 377 mil.

Extrativismo

Considerados pelo IBGE como produtos extrativos de origem vegetal no município estão: a juçara, o carvão vegetal, a amêndoa do babaçu e a lenha. Os três primeiros são calculados em toneladas e o último (a lenha) em metros cúbicos.

A quantidade produzida foi de 573 toneladas, das quais a amêndoa do babaçu participou com 96%, o carvão vegetal com 4% e a juçara com 0,5%. Sobre o valor da renda, incluindo a lenha, foi de R$ 605 mil e coube à juçara 1%, ao carvão vegetal 5%, a amêndoa do babaçu 91% e à lenha 3%. Certamente a lenha é resultado da coivara quando da queimada das roças, já que não foi registrada extração de madeira (Tabela 86).

Ressalta-se que a lenha é utilizada, principalmente, nas padarias e nas casas de farinha e produz cinzas que poluem tanto o ar como os rios, quando transportadas pelas chuvas. No entanto, esse produto pode ser utilizado na adubagem do solo e em substituição ao cimento, misturada à argamassa na construção de residências, principalmente na área rural (Tabela 86).

Tabela 86 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	548	-	548
Carvão vegetal	22	-	33
Juçara	3	-	7
Lenha	-	1.000	17
Total	573	1.000	605

Fonte: IBGE

No município não foram encontradas informações referentes à extração mineral.

Pesca

Embora não se tenha informações quantitativas quanto à produção e a comercialização da pesca,o que se verificou em trabalho de campo, foi que a pesca tem grande importância na economia do município, haja vista o número de pescadores 801 pescadores registrados, na Colônia em 2011.

A pesca é realizada nos ambientes lacustre (Figura 78) e fluvial, e praticada de maneira artesanal sendo voltada para subsistência, cujo excedente é comercializado, em Palmeirândia e nos municípios vizinhos.

Figura 78 - Vista parcial do ambiente lacustre - 2011



Fonte: IMESC

As principais espécies são a traíra (*Hoplias malabaricus*), acará (*Geophagus brasiliensis*), piaba (*Axtianax spp*), jeju (*Hoplerythrinus unitaeniatus*) e outros.

Indústria

As únicas indústrias que funcionam no município são: de beneficiamento de arroz, de cerâmica, três engenhos de água ardente, padarias, além de, obviamente, as casas de farinha da área rural.

Comércio

O comercio é varejista possuindo, quitandas, supermercado e mercados. Destaca-se que o pólo abastecedor de Palmeirândia é a cidade de São Luís.

Turismo

O potencial turístico corresponde ao Rio Coroatá, Engenho da Sibéria e os lagos de Areia, localizado na área de campo.

Durante o ano são realizados, no município, eventos como gincanas, concursos de beleza, vaquejadas, o pré-carnaval e encontros religiosos, além da comemoração do aniversário da cidade (17 de janeiro) e o desfile do Dia da Independência do Brasil.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de São Bento, funcionando na cidade um cartório; possui uma zona eleitoral, com 16.135 eleitores, distribuídos em 48 seções, além de onze vereadores (TSE, 2010).

O município é dotado de uma delegacia com o efetivo de três policiais civis e três militares.

Religião

Predomina o catolicismo, que tem seis templos na cidade, além de 57 capelas distribuídas pelo território rural (Figura 79).

O padroeiro é Santo Antonio comemorado no dia 13 de junho. As outras festas religiosas são a de Nossa Senhora da Conceição, em 8 de dezembro, e a de São Benedito em 30 de dezembro.

Figura 79 - Igreja de Santo Antônio - 2011



Fonte: IMESC

Os evangélicos estão presentes com as congregações e templos da Assembleia de Deus, Madureira, Adventista, Batista, Universal do Reino de Deus e Testemunha de Jeová.

Existe um terreiro de origem africana que tem como principal, a festa de Santa Bárbara.

Em 2010, o IBGE entrevistou 18.764 pessoas, das quais 84% eram católicos, 9% evangélicos, 0,28% de outras religiões e 7% sem religião (Tabela 87).

Tabela 87 - Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	15.783
Evangélicos	1.699
Outras Religiões	53
Sem religião	1.229
Total	18.764

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água, tanto na área urbana quanto na rural, é feito por meio de poços artesianos; não possui rede coletora de esgoto, dando como principal destino às fossas domésticas que, segundo o SIAB (2012), totalizaram 3.846.

A coleta de lixo é realizada diariamente na sede, sendo utilizado carro de compactação e caçambas que depositam os resíduos em um lixão a céu aberto a 1 km da sede. No meio rural o lixo é enterrado e incinerado.

A energia é de origem hidroelétrica com a subestação localizada em Três Marias (Peri-Mirim). De acordo com a CEMAR, em 2010, o número de consumidores foi 52.896, o maior consumo foi residencial com 93%, comercial 3%, poder público 2%, iluminação pública 1% e os demais consumidores 1%. A produção em MWh foi de 6.884.313, distribuídos em: residencial 46%, comercial 28%, rural 2%, poder público e iluminação pública 6% cada, serviço público 12%, os demais consumos não somaram 1% (Tabela 88).

Chama-se a atenção para o consumo rural que, pelo baixo percentual reflete deficiência de energia.

Tabela 88 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	49.421	3.190.223
Industrial	143	1.946
Comercial	1.323	1.902.258
Rural	311	154.125
Poder Público	1.196	401.421
Iluminação Pública	489	420.164
Serviço Público	12	814.146
CEMAR	1	30
Total	52.896	6.884.313

Fonte: CEMAR

Comunicação e Serviços

Encontra-se no município um posto bancário do Bradesco e outro da Caixa Econômica, uma Casa Lotérica e uma Agência dos Correios.

Funcionam três oficinas mecânicas, uma de alfaiate, sapateiro, marceneiro, carpinteiro, serralheiro e pintura, além do artesanato de colares, cestos, bolsas e redes artesanais.

Como instrumento de comunicação há uma rádio comunitária e a TV Palmeiras. Na área de telefonia, as linhas móveis são de responsabilidade da TIM e a fixa da OI. As duas empresas oferecem o serviço de *internet*.

Há 22 telefones públicos, sendo 22 acessíveis 24 horas (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

Em Palmeirândia, encontram-se grupos de bumba-meu-boi com sotaque de orquestra, zabumba e pandeirões, somados ao tambor de crioula e as danças *country*, portuguesa, quadrilha e cacuriá, apresentadas principalmente no período junino.

Como entretenimento, a população tem à sua disposição uma quadra poliesportiva, um ginásio esportivo, um estádio de futebol e 45 campos de futebol na área rural. Os habitantes locais podem desfrutar de quatro lanchonetes, quinze bares (só na sede), um clube, duas bibliotecas, escolas de músicas e grupos de fanfarras, sendo os ritmos mais populares o reggae, seresta, forró e música sertaneja.

Os pratos típicos são o arroz de capote, galinha caipira e jaçanã em diversos sabores.

Transportes

A sede municipal está a 308 km da cidade de São Luís, à qual está ligada pelas rodovias: BRs 135 e 222, além da MA 014 e 212. Funcionam também a rota rodomaritíma atravessando a baía de São Marcos até o Porto do Cujupe seguindo pelas BR 308 e MA 212; esse trecho é transitado diariamente pela Empresa Serv Porto.

Duas outras rodovias passam pelo município: a MA 014 e a MA 212, está ultima passando pela sede municipal, ligando-a à cidade de Peri-Mirim.

Os transportes mais utilizados na ligação urbano-rural e com os municípios adjacentes são: vans, D-20 ou paus de arara, moto e mototáxis.

2.11 Pedro do Rosário

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Salve, Salve, Salve Pedro do Rosário cidade torrão gentil,
Salve todo nosso povo, nossa gente, nosso grito varonil,
Paz em toda nossa terra para o mundo ser feliz
Salve a nossa pátria nos adornos do Brasil (2x)

Somos heróis guerreiros e varonis,
Lutamos juntos pela nossa cidade
Saudamos os primeiros governantes
Honramos com toda liberdade.

Somos parte do progresso da nação
Dos valores do povo maranhense,
Galhardia em nossos corações
De cidadãos pedrorosariense (2x)

Cidade fértil terra abençoada, salve a mãe natureza,
Os rios e os verdes das florestas são nossas fontes de riquezas
"**Os heróis trabalhadores e os valores culturais**
São laços de nossa amizade sem preconceito vivemos em paz" (2x)

Salve as cores da nossa bandeira,
Como o símbolo do nosso dia a dia
Viva a esperança brasileira,
Cantamos com toda alegria.

Unidos seremos vencedores
Ao futuro da nossa cidade
Base forte de Pedro do Rosário
É Jesus Cristo e a sociedade.

Letra: autor desconhecido
Música: autor desconhecido

Localização

O Município Pedro do Rosário está localizado na Baixada Maranhense e faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Presidente Sarney e Pinheiro, a Oeste com Santa Helena, Nova Olinda do Maranhão, Aragunã e Zé Doca, ao Sul com Penalva e Zé Doca e a Leste com Viana, São Bento e Penalva (Mapa 12).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -02°44’15” de latitude e -45°24’08” de longitude; Oeste -45°38’15” de longitude e -02°54’08” de latitude ; Sul -03°14’19” de latitude e -45°34’44” de longitude e Leste -45°11’00” de longitude e -02°55’27” de latitude.

Extensão

Com 1.749,9 km², o município é o 49° em extensão, no Estado. Na Mesorregião Norte Maranhense, ocupa a 5º posição correspondendo a 3,38% da área e na Microrregião Geográfica da Baixada é o segundo município equivalendo a 10,12% da área.

Processo de Ocupação[19]

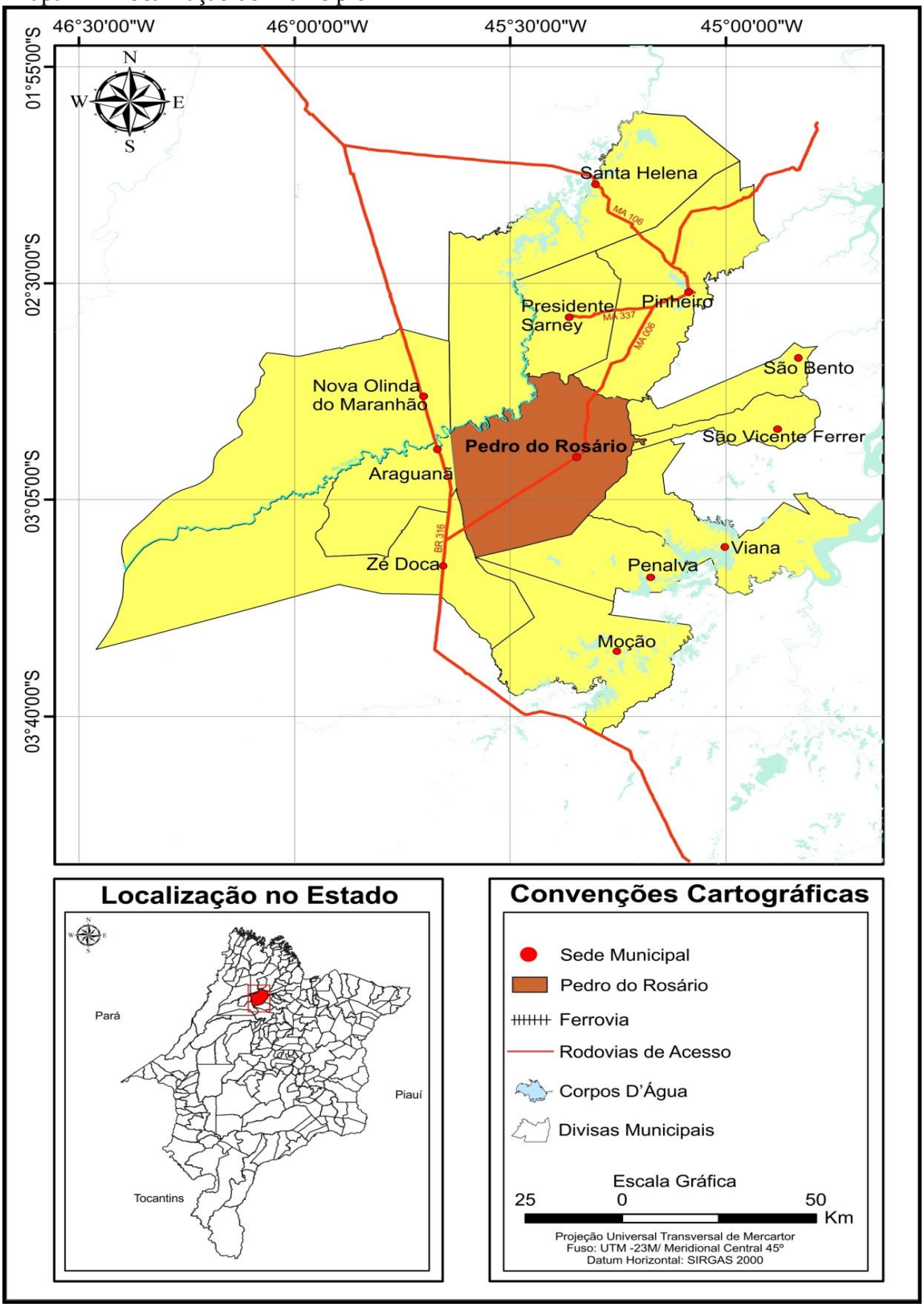
Parte da MA 006, que passa pelo centro da cidade de Pedro do Rosário, era antigamente um caminho que começava na cidade de Viana.

João Teixeira, morador de Viana, desejando encontrar um lugar para se estabelecer com alguns gados que possuía, viajou pelos caminhos de Viana até encontrar um lugar aprazível, se agradando de num pequeno morro onde resolveu se instalar. E, pela paisagem que dali se observava, chamou o local de Bela Vista. Depois de instalado levou seu genro e um filho que construíram suas casas e ali se instalando com suas famílias.

Nas imediações, havia um povoado denominado Capim, no qual morava o Sr. Silvestre, e no lugarejo Anta, seu compadre Pedro Cunha que dono uma pequena barraca, que se dedicou também a comprar amêndoa de babaçu.

[19]Informações prestadas pelo Sr. Silvestre, morador mais antigo citado no texto.

Mapa 12 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Como o antigo caminho de Viana estava sendo transformado em uma estrada até Pinheiro (atual MA 006), Pedro resolveu mudar-se para a margem da estrada, convidando o seu compadre Silvestre para escolher um lugar.

Quando chegaram a um ponto que lhe interessou Silvestre observou que, o aquele lugar deveria ter sido escolhido por outra pessoa, pois tinha marcas feitas com folha de palmeira de babaçu. Deduziram que o local deveria ter sido demarcado por José Maria, que morava nas imediações e que confirmou o feito.

Os dois combinaram então em se estabelecer ali, ficando Pedro Cunha com uma linha na qual construiu sua casa. Ao demarcar a área, Pedro Cunha disse a seu compadre: “aqui construirei uma cidade”. Com o comércio ali instalado, as pessoas ao se referirem ao local diziam: “lá na casa de Pedro da Rosário” (Rosário era esposa de Pedro), ficando assim conhecido.

Para atrair moradores, Pedro resolveu abrir um cabaré, indo até Viana de onde trouxe oito mulheres. O cabaré começou a atrair pessoas de muito longe fazendo crescer o povoado. Após dois anos, já existiam muitas casas então, Pedro (de Rosário) resolveu desativar o cabaré e contratou um agrimensor para delimitar a área da “sua cidade”.

O povoado Pedro do Rosário era disputado pelas prefeituras de Viana e Pinheiro. Infelizmente, Pedro não viu concretizado seu sonho, pois faleceu antes da emancipação do povoado.

Como o Prefeito de Pinheiro, amigo de Pedro, para homenagear o amigo já falecido, mandou construir no povoado um colégio em consideração a ele. O Prefeito de Viana mandou construir o mercado, um pequeno posto de saúde e um poço para abastecer a cidade. Para cuidar das almas do local, foi morar ali um padre italiano que construiu uma igreja.

Como resultado do desenvolvimento do povoado houve a sua emancipação, desmembrando-se do município de Pinheiro por meio da Lei Nº 6.190 de, 10 de novembro de 1994. Quanto ao nome Pedro do Rosário para o novo município, foi escolhido pelos próprios moradores em homenagem ao seu fundador, cuja esposa Maria do Rosário foi à primeira prefeita exercendo dois mandatos. O segundo prefeito foi o seu filho adotivo Adailton Martins.

O lugar onde surgiu o povoado está demarcado por um monumento com uma estátua de uma pessoa montada num burro, e no patamar abaixo, quatro leões e em um dos lados o brasão do município (Figura 80).

Figura 80 - Monumento construído, onde surgiu o povoado Pedro do Rosário - 2011



Fonte: IMESC

Ambiente Físico

Geologicamente o território do município está sobre a Formação Itapecuru que teve sua gênese no Cretáceo Inferior, sendo formada por arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argiloso, geralmente com estratificação horizontal, distribuindo-se, aproximadamente, por 86% do embasamento geológico do município. Os outros 14% correspondem a depósitos aluvionais recentes, formados por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas. Geomorfologicamente, o município se encontra em uma área de depositação sedimentar aplainada com alguns morros testemunhos (UEMA, 2002).

Os solos são do tipo plintossolo e podzólico vermelho amarelo concrecionário. Esse pode ser profundo a moderadamente profundo, raramente rasos com textura de média a argilosa, geralmente bem drenados e porosos; aquele com textura arenosa ou média, raramente argilosa com coloração escura pela matéria orgânica (UEMA, 2002).

O clima é tropical úmido possuindo dois períodos um chuvoso de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro, com temperatura média anual variando entre 26ºC a 27ºC, umidade relativa variando entre 79% a 82%, com pluviometria entre 2.000 mm e 2.800 mm

anuais. A vegetação é formada por mata secundária, oriunda dos sucessivos desmatamentos provocados pela a agricultura itinerante.

O município faz parte da bacia do Rio Turiaçu, e esse rio atravessa o município a Noroeste recebendo ali os tributários: Igarapé Cajueiro, Igarapé Anita, Rio Pai Inácio (que tem como afluente os Rios Pimenteira e Chico dos Reis), Rio do Braço (possuí como tributário os rios: Jacu, Guariba, das Pacas, Formiga, das Lajes, Igarapé Anta, Igarapé do Cantagalo, do Meio (com seus afluentes Igarapé Água Preta, Igarapé Carro e Rio do Bispo), Rio Certo e Igarapé da Canoa[20].

Ao Nordeste, encontra-se a bacia do Rio Pericumã que recebe do município os afluentes: Pindova, Poção, Igarapé Uruçunama, Bamburral, Telha, Meio, Pedra, Campinima (que tem como tributário os rios: Caboclo, Muta e Pereira) e Jandiá.

Complementado o conjunto hídrico municipal há, também, as microbacias isoladas dos rios: Tenente, Cigana, Canajuba e Timbira.

Espaço Urbano

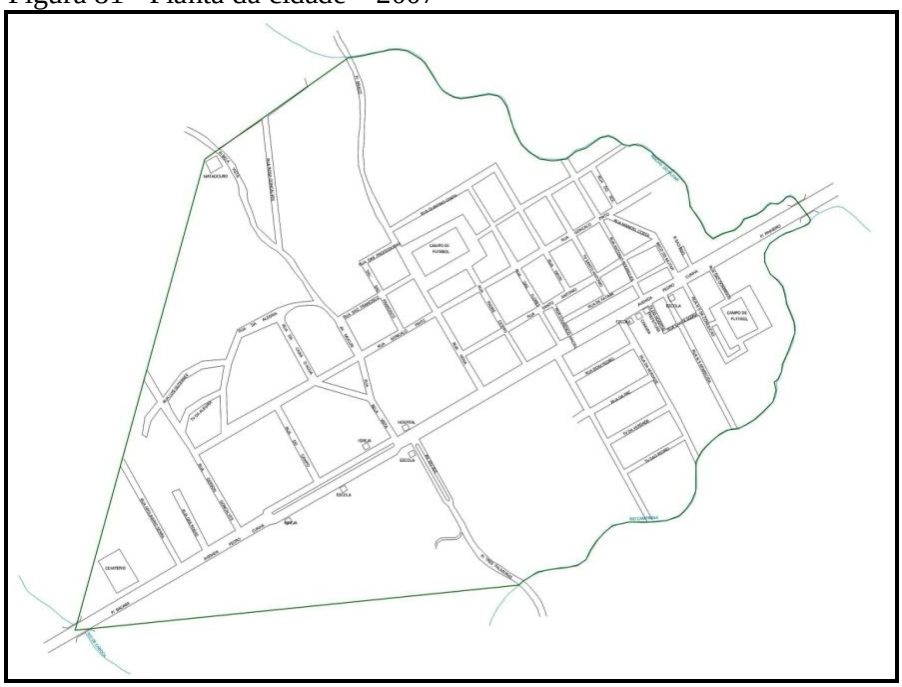
A cidade está localizada em uma planície levemente ondulada, possuindo o traçado urbano semelhante a um retângulo sendo seccionada pela MA 006 que, na sede municipal, tem aproximadamente 2 km de comprimento de Leste-Oeste, que é considerada avenida.

O centro urbano (Figura 81) é de pequeno porte, possuindo doze ruas; dessas, seis são asfaltadas e nove piçarradas, nove travessas e duas avenidas arborizadas (Figura 82).

O município possui uma única praça denomina de Gonçalo Nunes Borges (Figura 83)

[20] Embora sejam riachos, são conhecidos como igarapés.

Figura 81 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 82 - Vista parcial da MA 006, na sede de Pedro do Rosário - 2011



Fonte: IMESC

Figura 83 - Vista parcial da Praça Gonçalo Nunes Borges - 2011



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural do município é composto de 152 localidades, distribuídas em 70 sítios, dezoito projetos de assentamento, três fazendas e 53 povoados, assim denominados (BRASIL, 2011).

Sítios: Água Branca, Agulha, Alegre, Bananal, Bangalô, Boa Fé, Bom Jesus, Bornel, Braço, Braço I, Braço II, Brasília, Cajual, Cajueirinho, Campinimba, Canajuba, Cavalo Morto, Caxias, Caximbeiro, Centro do Babu (Os Pernambucanos), Centro do Queiroz, Chico dos Reis, Criminosa, Embarreirado, Enseada da Pensão, Fazenda Nova, Forquilha, Forquilha do Campo, Fortaleza, Gurijal, Jacaré, Lagedinho, Lagoa dos Pretos, Limoal, Mangauba, Marajá, Maranhão, Minorio, Nossa Conquista, Olho d'Água, Passagem Franca, Pau d'Arco, Pau de Cedro, Pau de Raio (Bom Conselho), Penha, Pensão, Pianzal, Pimenteira, Pequizeiro, São Raimundo, Quadra 10 de Agosto, Quadra Fé em Deus, Quari-quari, Rio das Lages,Rio das Mulheres, Rio Fundo, Rio Grande, Santa Rosa, Santa Rosinha, Santa Tereza, Santo Antonio, São Benedito, Seringueiro, Sítio Novo, Sobrado, Três Dias, Vacas, Vai Passando, Vitória e Teso.

Assentamentos: Alto Bonito, Bacabeira, Bacurizeiro, Barraquinha, Bebe Água, Boa Esperança, Iraque, Jaguariba, Lagoa Azul, Lagoas, Nossa Redenção, Quadra Nova

Pimenteira, Quadra Novo Horizonte, Quadra União, Rua Nova, Santa Tereza, São Mateus e Xixanda.

Fazendas: Retiro de Areia, Fazenda Nova e Fazenda Jaguaribe.

Povoados: Anta, Área Comunitária, Bacaba, Barros, Cabeça Branca, Caju, Cajueiro, Canajuba, Capim, Capoeira de Boi, Carazal, Centro do Benga, Cigano, Cocalzinho, Encruza Nova, Fala Só, Fazenda Nova, Fé em Deus, Ferreirinha, Guananim, Jabota, Lagedo, Marajá, Montevidéu, Mucuripe, Núcleo 07, Núcleo 08, Núcleo 09, Núcleo 10, Núcleo 11, Núcleo 12, Núcleo 13, Olho d'Água, Pai Inácio, Pai Inácio do Turi, Pedreiras, Pimenteira, Pimpão, Pequizeiro, Quadra Nova Jerusalém, Quadra 10, Quadra Boa Vista, Quineira, Rio do Meio, Rio dos Peixes, Rolidance, Santo Inácio, São Francisco, São Raimundo, Timbiras, Três Palmeiras, Ubimzal e Zé de Campo.

Utilização das Terras

A tabela 89 traz informações relacionadas às atividades distribuídas pelo espaço rural municipal. Os estabelecimentos são ocupados, principalmente, com plantação de forrageiras destinadas para a alimentação de animais e para a lavoura temporária. Não foi possível extrair o percentual dessas atividades, pois um estabelecimento pode dedicar-se a mais de uma atividade.

Diferente de outras realidades da Baixada Maranhense, quando as áreas das lavouras predominam em relação às demais tipo de atividade, os hectares foram ocupados principalmente pelas pastagens e áreas relacionadas à preservação (sistemas agroflorestais e matas/florestas); dos 74.730 hectares utilizados em 2006, 45% estavam com pastagens. Esse percentual está distribuído em: 34% em pastagens plantadas em boas condições, 9% com pastagens naturais e 2% com as pastagens em áreas degradadas.

As matas/florestas ocuparam 25% da área. Desse percentual, 6% foram destinados às áreas com reserva legal. Relacionados, ainda, com a exploração sustentável estão 11% dos hectares com a presença dos sistemas agroflorestais.

As terras que tiveram a presença das lavouras corresponderam a 15% da área, estando às lavouras temporárias e permanentes com respectivos 14% e 1% dos hectares, respectivamente. As demais atividades listadas na tabela 89 equivaleram a 4% dos hectares.

Tabela 89 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	175	436
Lavoura temporária	2.747	10.541
Área plantada com forrageiras	2.753	1.220
Pastagem natural	403	7.059
Pastagem plantada, degradada	64	1.345
Pastagem plantada em boas condições	588	25.212
Mata e/ou floresta (destinada a preservação permanente – reserva legal)	297	4.155
Mata e/ou floresta (exclusive área de preservação permanente - e as em sistema agroflorestais)	491	14.575
Mata e/ou floresta (florestas plantadas com essências florestais)	2	0
Sistemas agroflorestais	487	8.181
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	162	467
Construções, benfeitorias ou caminhos	244	1.267
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, sinalizadas, etc.)	8	22
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	47	250
Total	-	74.730

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Em se tratando do produtor, esses ocuparam 74.747 hectares distribuídos em 3.278 estabelecimentos (Tabela 90); dos estabelecimentos, 35% estavam com o proprietário, 5% com o arrendatário e 2% com o parceiro. Esses dois últimos arrendam ou fazem parcerias com áreas do proprietário, adicionando, para esse, mais 7% o que eleva o seu estabelecimento para 42%, refletindo em concentração de terras. O assentado registrou 15% dos estabelecimentos, o ocupante 37% e o produtor sem área 7%. Quanto à área, o proprietário ocupava 53%, exclusive os 0,22% do arrendamento e 0,08% do parceiro, que por sinal tem uma área insignificante se comparada ao número de estabelecimentos. O assentado sem

titulação ocupava 14% da área e o ocupante 2%, também insignificante com relação ao número de estabelecimentos. Particularizando a dinâmica dos estabelecimentos, o ocupante é aquele que trabalha em terras que podem ser cedidas gratuitamente pelo proprietário ou então devoluta, enquanto que o produtor sem área é aquele que, por não possuir terras, trabalha em áreas públicas.

Tabela 90 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	1.152	62.728
Assentado sem titulação definitiva	483	10.407
Arrendatário	157	164
Parceiro	59	57
Ocupante	1.197	1.391
Produtor sem área	230	-
Total	3.278	74.747

Fonte: IBGE

Demografia

Entre os censos de 2000 e 2010 (Tabela 91) a população municipal obteve uma variação de 27%, o que representou um acréscimo de 4.777 pessoas, cujo total no último ano foi de 22.732 habitantes correspondendo a 0,35% da população do Maranhão, o que coloca município em 73° lugar no *ranking* populacional estadual. Quanto à Mesorregião Norte Maranhense, o município ocupou o 24º lugar com 0,87% da população, em relação à Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense foi o 10º com 4,03% dos habitantes. Sua densidade demográfica é de 12,99 hab/km².

Em ambas as contagens, a população estava concentrada no espaço rural, em 2000 registrou 84% e 74% em 2010; em relação ao espaço urbano os índices foram 16% e 26% nos respectivos censos. Embora com percentual pequeno em relação à população rural, o crescimento dos habitantes na área urbana foi representativo, pois a variação registrada, no intervalo de 10 anos, foi de 101% contra 12% da rural.

Como é um município relativamente novo, que adquiriu em 2012 a sua maioridade, é natural que grande parte da população resida na área rural, pois, certamente, a área urbana não oferece trabalho compatível com o perfil profissional da maioria dos

habitantes, ou esses não estão ainda preparados para desenvolver determinadas atividades urbanas, em que pese o crescimento dessa categoria, no decênio 2000/2010.

No que diz respeito ao aumento da população urbana, foi registrado um percentual bastante significativo, pois o surgimento de rodovias asfaltadas, a abertura de estradas vicinais, a facilidade de deslocamento por meio de veículos motorizados, principalmente, das motos, facilitaram o deslocamento da população rural, fazendo com que, muitas famílias tenham migrado para a área urbana, ainda que continuem trabalhando na área rural.

Alguns outros fatores são apontados para a migração rural urbana: a bolsa família que possibilita a melhoria para educação dos filhos, as aposentadorias, dentre outras variáveis que colaboram para que o idoso procure a área urbana, por questões da saúde e melhor qualidade de vida.

Com relação ao sexo predominou o masculino com 52% em ambos os censos, enquanto que o feminino correspondeu a 48%. A variação de homens entre os anos de 2000 e 2010 foi de 26%, enquanto as mulheres registraram 27%.

Tabela 91 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo de 2000	Censo de 2010
Masculina	9.397	11.830
Feminina	8.557	10.901
Urbana	2.937	5.893
Rural	15.017	16.838
Absoluta	17.954	22.731

Fonte: IBGE

Segundo o IPEA (2010), o município situa-se na 202° posição do IDHM estadual com 0, 516.

Saúde

A referência em atendimento à saúde do município é o Hospital Municipal Pedro Cunha Mendes, onde são realizadas consultas, atendimentos de urgência/emergência além de cirurgias. Nas suas dependências estão 34 leitos de urgência/emergência e quatro enfermarias, sendo disponibilizados para a população local exames laboratoriais, raios-X e preventivos de colo de útero.

A equipe profissional de saúde do hospital é composta por dois médicos, três enfermeiros, oito técnicos de enfermagem e dois dentistas.

Os atendimentos mais frequentes são: traumas relacionados a acidentes de moto, gripe, verminose, diabetes e hipertensão. Para o tratamento das doenças há distribuição de medicamentos, além de ser disponibilizada uma ambulância que, nos casos mais graves, transfere os pacientes para Pinheiro.

O município possui oito equipes do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), que cobre todo o território municipal, dispondo de oito médicos, oito enfermeiros e oito técnicos de enfermagem que fazem, também, a distribuição gratuita de medicamentos. Vinculado ao ESF há o Programa Saúde Bucal que conta com oito dentistas.

Auxiliando o serviço da saúde há 70 agentes comunitários, distribuídos doze na área urbana e 52 na rural, além de oito postos de saúde. Outras formas de assistência à saúde são: o Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF) e os Programas Saúde na Escola e Leite e Vida. O primeiro possui psicólogo, nutricionista, pedagogo, terapeuta e oftalmologista que, além de consultar os alunos, dão palestras sobre doença bucal, DSTs, gravidez na adolescência e drogas, enquanto que o segundo tem por objetivo distribuir leite gratuito para idosos, gestantes e crianças de baixa renda.

Educação

Em 2010, foram registrada 10.083 matriculas no município, sendo 199 na creche, 1.159 na pré-escola, 5.769 no ensino fundamental, 674 no ensino médio, 2.180 no EJA e 102 como alunos especiais (INEP, 2010).

O Estado mantém uma escola de ensino médio na zona urbana, com o corpo docente formado por 48 professores, todos graduados.

Existem 100 estabelecimentos educacionais de responsabilidade municipal, distribuídos em creche, pré-escola, ensino fundamental e EJA. A rede municipal contém 265 professores distribuídos 56 na zona urbana e 209 na rural. Desses, 211 possuem o magistério, 11 o ensino médio e 43 o diploma de nível superior completo (SEDUC/MA, 2010).

Economia

Em 2010, o PIB de Pedro do Rosário somou R$ 77,276 milhões, representando 0,17% do PIB Estadual e 107ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 46,738 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 20,240 milhões e o industrial R$ 8,561 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 1,737 mil. A renda *per capita* do município alcançou R$ 154,00, levando o município a se situar na 192ª posição em comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 208ª posição, correspondendo a 0,237.

Agricultura

A agricultura é praticada de forma itinerante, voltada para a subsistência com comercialização no próprio município e territórios adjacentes.

As informações quanto à economia rural, se referem a 2006 e 2011. Entre os anos mencionados a área planta/colhida da referida lavoura cresceu 9%, enquanto que a quantidade produzida e o valor da produção aumentaram, respectivamente, em 39% e 242%.

No intervalo de cinco anos apenas o feijão diminuiu a área em 90%. Em relação aos demais produtos, a melancia duplicou sua área, ou seja, registrou o aumento de 100% dos seus hectares, enquanto que a mandioca e o milho cresceram, respectivamente, 23% e 11% e o arroz apenas 2%.

Apesar do crescimento da quantidade produzida, percebe-se que três produtos tiveram redução: o arroz de 72%, o feijão 87% e o milho 53%, entretanto, a produção cresceu graças apenas a dois produtos: a mandioca e a melancia. A primeira aumentou em toneladas 78%, enquanto que a segunda cresceu 800%, apesar do quantitativo da fruta ser muito inferior ao do tubérculo.

No item valor da produção, a melancia obteve variação positiva de 700% contra 507% da mandioca. O arroz perdeu valor em 17% assim como milho e feijão que caíram, respectivamente, 27% e 77% (Tabela 92).

No primeiro ano, a mandioca obteve a maior área, correspondendo a 36% dos 3.718 hectares plantados/colhidos, que correspondeu a 72% das 11.543 toneladas produzidas, participando com 50% dos R$ 2,271 milhões gerados pela lavoura temporária. Em 2011, a área da mandioca ocupou 41% dos 4.050 hectares plantados/colhidos, equivalendo a 93% das

16.014 toneladas produzidas, contribuindo com 88% dos R$ 7,770 milhões gerados no aludido ano.

A rizicultura equivaleu a 36% dos hectares plantados/colhidos em 2006 e 34% em 2011, com participação de 21% das toneladas produzidas na primeira pesquisa e 4% na segunda, colaborando o arroz com 32% e 8% da renda, em consecutivos levantamentos mencionados.

O milho é o terceiro produto agrícola no município em área plantada/colhida, equivalendo a 24% e 25% dos hectares em respectivos os anos. Esse cereal obteve 6% das toneladas produzidas em 2006 e 2% da produção no ano de 2011, participando com 16% da renda no primeiro ano citado e 3% no segundo.

O feijão e a melancia foram pouco representativos, ocupando 3% e 1% dos hectares plantados/colhidos em 2006 e 2011. Estas culturas colaboram para a renda da lavoura temporária com 2% e 0,15%, em respectivos anos citados, e suas produções foram de 0,17% e 0,41% toneladas (Tabela 92).

A mandioca, certamente após beneficiada é transformada em farinha, atinge outros índices; com o arroz é diferente, o seu beneficio restringe-se à pilagem perdendo pouco valor, enquanto que o milho, grande parte é colhido verde e, portanto, participa diretamente *in-natura* ou transformado na alimentação local. Somente uma pequena parte é comercializada em grãos.

Tabela 92 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	1.333	1.365	1.333	1.365	2.399	676	720	598
Feijão	122	12	122	12	39	5	53	12
Mandioca	1.350	1.658	1.350	1658	8.370	14.922	1.130	6.864
Melancia	4	8	4	8	8	72	4	32
Milho	909	1007	909	1007	727	339	364	264
Total	3.718	4.050	3.718	4.050	11.543	16.014	2.271	7.770

Fonte: IBGE

Quanto à lavoura permanente, empiricamente sabe-se que o município produz uma diversidade de frutos que, por ser produção doméstica, não é considerada como lavoura permanente, daí serem registrados apenas os produtos listados na tabela 93.

De 2006 a 2011, todos os itens da referida tabela diminuíram; a redução da área colhida foi de 61%, da quantidade produzida 60% e do valor da produção 62%. Nos hectares colhidos, ocorreram as seguintes reduções: banana 72%, castanha de caju 53%, limão 44% e manga 29%; na quantidade produzida, a banana diminuiu 64%, a castanha do caju 25%, o limão e a manga 33% cada. No valor da produção, a castanha de caju cresceu 50%, enquanto que a banana, o limão e a manga caíram 56%, 50% e 88%, respectivamente.

Na lavoura permanente, a banana foi o produto mais relevante; dos 122 hectares colhidos em 2006 ocupou 56%. Neste mesmo ano, teve participação de 90% nas 698 toneladas produzidas e colaborou com 77% dos R$ 470 mil gerados. Em 2011, dos 47 hectares colhidos, 40% eram referentes a aquele fruto, que participou com 82% das 277 toneladas e contribuiu com 90% dos 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais).

A castanha de caju, o limão e a manga juntos ocuparam 44% dos hectares em 2006 e 60% em 2011. Nesse último ano, esses frutos agrupados tiveram a participaram de 18% das toneladas produzidas, enquanto que no primeiro ano mencionado foi de 10%. Quanto à renda, equivaleram a 23% e 10% do valor da produção, em respectivos anos. Dessa forma, verifica-se que, esses produtos são pouco expressivos na economia agrícola do município.

Tabela 93 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	68	19	626	228	363	159
Castanha de caju	38	18	8	6	2	3
Limão	9	5	12	8	8	4
Manga	7	5	52	35	97	12
Total	122	47	698	277	470	178

Fonte: IBGE

Pecuária

Observando o efetivo do rebanho municipal, no intervalo de 2006 para 2011, nota-se uma queda no número de cabeça de 21%. Apesar do crescimento de cinco tipos de rebanho, destacou-se o bovino que apresentou crescimento de 86% no referido intervalo; nota-se que quatro rebanhos obtiveram rendimentos negativos em especial, o suíno que

atingiu uma redução de 92% no período. São essas variáveis negativas que explicam a posição das aves em relação ao quantitativo do rebanho (Tabela 94).

Em 2006, o IBGE registrou 93.290 cabeças das quais 47% eram de aves, 35% suíno, 12% bovino. As demais criações presentes na tabela 93 representaram 6%. Em 2011, o número de animais foi de 73.967 unidades, com as aves correspondendo a 61%, o bovino a 30% e os demais rebanhos a 9%.

Tabela 94 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	11.632	21.676
Equino	758	836
Bubalino	1.815	409
Suínos	32.388	2.490
Asinino	525	606
Muar	962	1.004
Caprino	1.043	898
Ovino	734	631
Aves	43.433	45.417
Total	93.290	73.967

Fonte: IBGE

A produção animal registrada pelo IBGE, em 2011, foi de R$ 541 mil sendo o principal produto o leite, que teve uma produção de 294 mil litros, gerando uma renda de R$ 440 mil. Outro produto quantificado foi à produção de ovos de galinhas que totalizaram 31 mil dúzias contribuindo com R$ 101 mil.

Extrativismo

A amêndoa de babaçu, embora venha gradativamente perdendo importância econômica pela desvalorização do preço, é ainda o mais importante produto extrativista no município. Das 606 toneladas de produtos coletados, o babaçu participou com 46%, quanto ao valor total da produção colaborou com 51%. Esse fruto é comercializado *in-natura* ou transformado em óleo usado na alimentação. A juçara ainda não despertou o interesse do homem do campo, em que pese o seu papel nutritivo, o que a faz procurada

internacionalmente; esse fruto rendeu 21% das 606 toneladas coletadas e participou com 16% no valor da produção, cujo total foi de R$ 818 mil.

A madeira é coletada em metros cúbicos e do valor total de 2.044 metros cúbicos, a lenha contribuiu com 79% e a madeira em tora participou com 21%. Na economia participaram o carvão vegetal com 22%, a lenha com 4% e a madeira em tora 6%. Essa atividade, no entanto, é prejudicial ainda que parte da lenha seja resultado da coivara, pois o seu uso traz consequências negativas ao ambiente, tanto no processo do desmatamento, quanto na produção de cinzas na atmosfera, que podem provocar o assoreamento dos rios e a variação da temperatura (Tabela 95).

Tabela 95 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metro cúbico	
Amêndoa de babaçu	284	-	425
Carvão vegetal	196	-	175
Juçara	126	-	138
Lenha	-	1.619	45
Madeira em tora	-	425	55
Total	606	2.044	838

Fonte: IBGE

Pesca

Embora não se tenha informações quantitativas quanto à produção e a comercialização, verificou-se em trabalho de campo que, a pesca tem relativa importância na economia do município. É realizada no ambiente fluvial e lacustre e praticada de maneira artesanal, seu produto é comercializado no local e municípios adjacentes.

As principais espécies pescadas são: traíra (*Hoplias malabaricus*), cascudo (*Hypostomus sp*), jandiá (*Leiaurlus marmoratus*), piaba (*Axtianax spp*), mandubé (*Ageneiosus brevifilis*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), pescada (*Cynoscion*), tapiaca (*Psectrogaster cf falcata*) e outras.

O número de pescadores registrado na colônia, em 2011, foi de 720 pessoas.

Indústria

As indústrias que se encontram no município são três cerâmicas, padarias e casas de farinha, na área rural.

Comércio

Predomina o comércio varejista com quitandas, supermercados e mercados, tendo como polo abastecedor a cidade de Pinheiro.

Turismo

Os rios, açudes, fazendas e o conjunto de morros são as potencialidades turísticas do município, entretanto não exploradas.

O artesanato é derivado de folhas do tucunzeiro, babaçu, macaúba e guarimã.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Pinheiro possuindo um cartório; é a 106º zona eleitoral, com 15.808 eleitores distribuídos em 30 seções e onze vereadores (TSE, 2012).

Em relação à segurança pública Pedro do Rosário conta com uma delegacia, e o efetivo militar é de dois policiais militares, auxiliados por dezoito guardas municipais.

Religião

As igrejas evangélicas estão distribuídas nas seguintes seitas: Assembleia de Deus, Batista, Adventista do Sétimo Dia, Universal do Reino de Deus e da Libertação, enquanto que a católica possui apenas uma igreja (Figura 84) na sede, em homenagem a São Pedro e Nossa Senhora do Rosário, padroeiros do município. Além dos santos padroeiros, há festejos em homenagem a São Raimundo, São Sebastião e São João.

Outra festa é a de Santa Bárbara, comemorada nos terreiros de umbanda e similares, assim distribuídos quatro na sede e vinte na área rural.

Figura 84 - Igreja dedicada a São Pedro e Nossa Senhora do Rosário - 2011



Fonte: IMESC

Das 22.732 pessoas entrevistadas pelo IBGE no censo de 2010 no município, 79% se declararam católicos, 13% evangélicos, 6% sem religião, 1% adepto a outras religiões e umbanda e candomblé menos de 1% (Tabela 96).

Tabela 96 - Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	18.032
Evangélicos	3.143
Umbanda e Candomblé	7
Outras Religiões	116
Sem religião	1.434
Total	22.732

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade do município, tendo como principal fonte a água tratada dos poços artesianos.

O município não possui rede coletora de esgoto; o destino dos efluentes é principalmente as fossas, que segundo o SIAB, totalizou 4.018 em 2012.

A coleta de lixo é restrita a área urbana, sendo realizada durante cinco dias úteis da semana por caminhões e caçambas. Os resíduos são depositados em um lixão a céu aberto a 13 km da sede municipal ou às vezes é incinerado. Essa ação é realizada principalmente na área rural.

A energia elétrica é de origem hidroelétrica com subestação localizada no município de Pinheiro. De acordo com a CEMAR, em 2010 o número de consumidores foi 55.542, o maior consumo foi residencial com 95%, comercial e poder público 2% cada, rural 1% e os demais consumidores menos 1%. O consumo em MWh foi de 3.971.721, assim distribuído: residencial 75%, industrial e rural 1% cada, comercial 3%, poder público 5%, iluminação pública 2% e serviço público 13%. Chama-se a atenção para o pequeno percentual da indústria e do meio rural (Tabela 97).

Tabela 97 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	52.731	2.990.112
Rural	492	46034
Comercial	1.190	130951
Industrial	248	42348
Poder público	821	188342
Serviço público	48	497.171
Iluminação pública	12	76.763
Total	55.542	3.971.721

Fonte: CEMAR

Serviço e Comunicação

Há um canal de TV comunitária, localizado na cidade. O sistema telefônico e a Internet é de responsabilidade da CLARO, com cobertura restrita à sede municipal.

Estavam instalados no município 19 telefones públicos, sendo 18 acessíveis 24 horas (ANATEL, 2009).

Funcionam dois postos bancários, de responsabilidade do Bradesco, uma casa lotérica e uma agência dos Correios.

Há também sete oficinas distribuídas em: uma de alfaiate, três de mecânicas e três de marceneiros.

Folclore e Lazer

Encontram-se no município dois grupos de bumba-meu-boi com sotaque de matraca, um grupo de tambor de crioula e danças *country*, quadrilha, do boiadeiro e um grupo de fanfarra.

A galinha caipira, assado, juçara, tiquara, bacaba, bacuri e cupuaçu são as comidas e frutas típicas do local.

Para o entretenimento da população local, existem três campos de futebol, dois clubes (Albertão e Ouro Verde), uma biblioteca, seis restaurantes, dez lanchonetes e, aproximadamente, vinte bares.

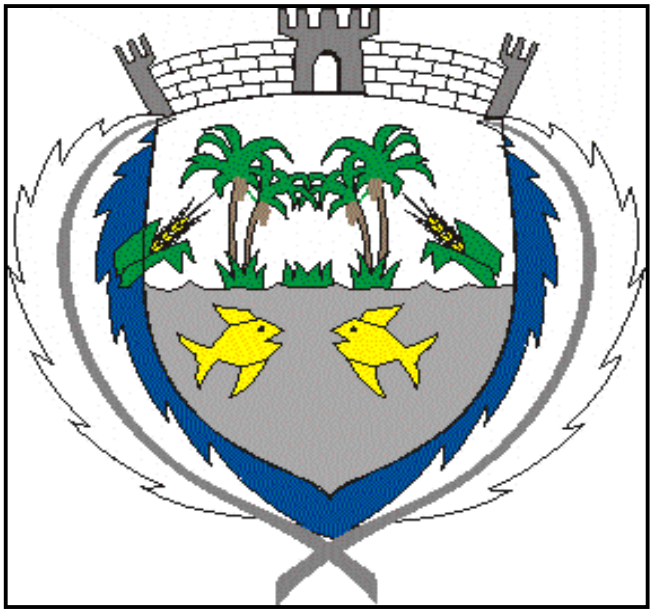
Transporte

A sede municipal está distante 363 km da cidade de São Luís, à qual está ligada pelas rodovias: BR 135, BR 222, BR 316 e MA 006. Existe, também, a rota rodomaritíma atravessando a baía de São Marcos até o Porto do Cujupe, seguindo pelas estradas BR 308, MA 106 e MA 006 rodovia que passa pela cidade, ligando-a aos municípios de Pinheiro e Zé Doca.

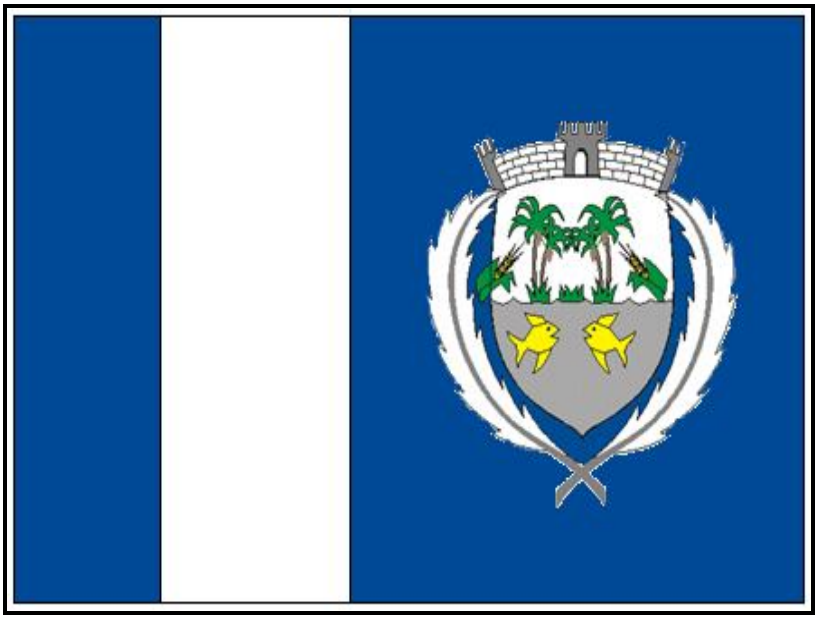
Os transportes mais utilizados com os municípios vizinhos são: ônibus, vans e barcos. A ligação urbana - rural é realizada principalmente por mototáxis, transporte de tração animal e barcos.

2.12 Penalva

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Penalva minha terra querida
Solo amigo que exalta tradição
Encontrando a união fortalecida
De um povo que luta com emoção
Na conquista gloriosa pela história
Filhos teus a receber exaltação
Penalva lendária memória
Monumento natural do Maranhão
Dos teus lagos e riachos a paisagem
Do Lontra, do Formoso, Cajari
Que transmitem com encanto uma mensagem
Da natureza que te enleva a sorrir
Penalva do progresso e da cultura
De vibrante juventude forte e pura
A proclamar o amor, a paz, a fé
Com a proteção do glorioso São José.

Letra de José Arnold Pinto
Música de Carlos Salomão Chaib

IRA

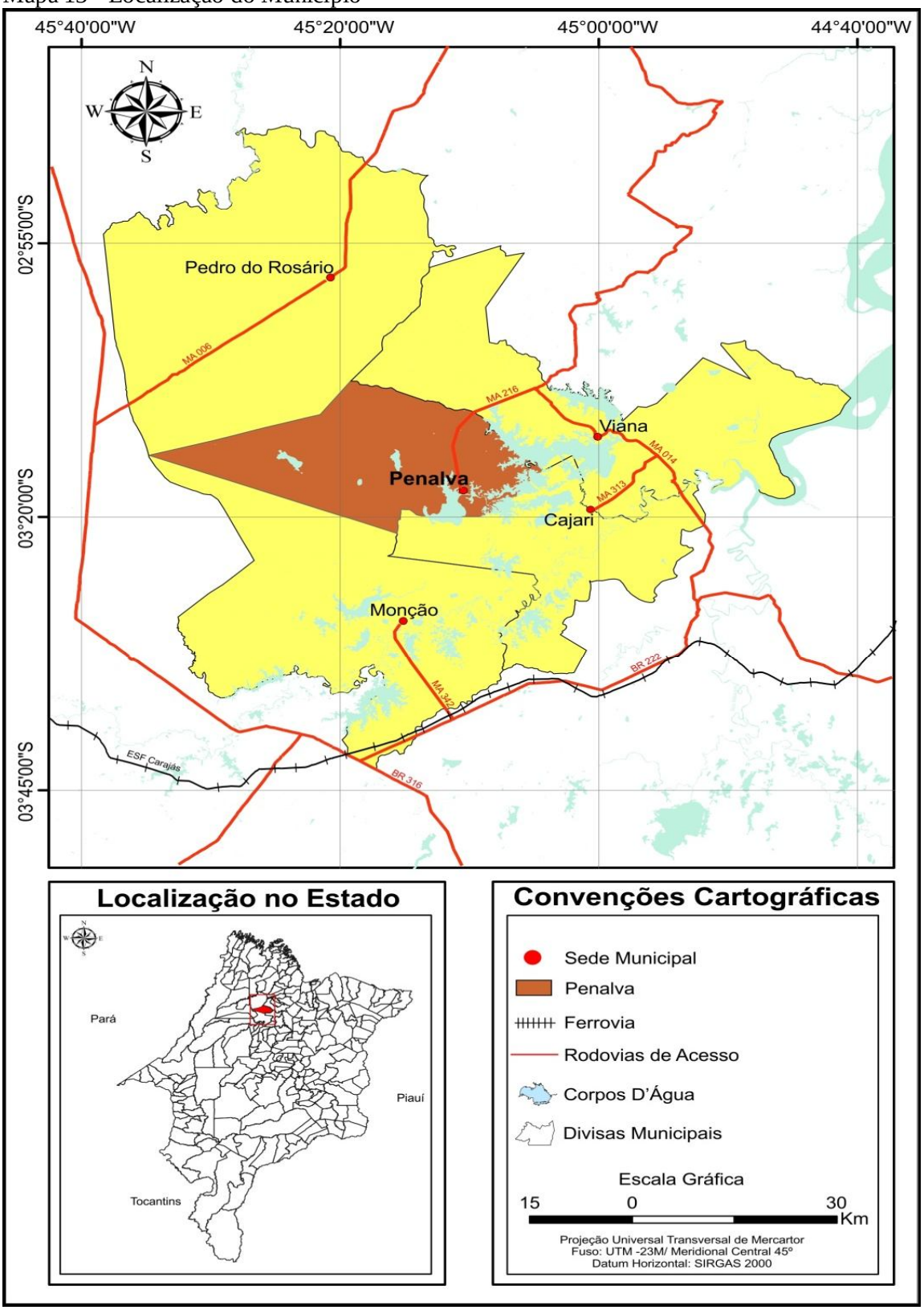
Localização

O Município Penalva está localizado na Mesorregião Norte Maranhense e Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Viana e Pedro do Rosário, a Oeste com Pedro do Rosário e Monção, ao Sul com Monção e a Leste com Cajari e Viana (Mapa 13).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -03°07’31” de latitude e -45°19’ 08” de longitude, Oeste -45°34’44” de longitude e -03°14’19” de latitude, Sul -03°24’23” de latitude e -45°07’18” de longitude e Leste -45º04’18” de longitude e -03°15’37” de latitude.

Mapa 13 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

De acordo com o IMESC (2010), em relação à extensão o município ocupa a 123° posição no *ranking* estadual, com uma área de 786,1 km², representando 0,23% do território maranhense. Na Mesorregião Norte Maranhense, classifica-se em 26° lugar o que corresponde a 1,49% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense está no 9° lugar com 4,46%.

Processo de Ocupação[21]

Com a ação evangelizadora dos Padres da Companhia de Jesus, o território do atual município Penalva começou a ser ocupado. Esses, com a assessoria de desbravadores de vários pontos do país e do estrangeiro que buscavam riquezas, aventuras e um local seguro e apropriado para se instalarem, fundaram um sítio para fixação de sua base, denominado de São Braz, considerado o marco inicial do processo exploratório.

São Braz tornou-se símbolo do processo de ocupação do território, apesar da ocupação tardia ocasionada pela mudança de quase todos os trabalhadores para outro ponto do lugar, e com a fixação de residências em um novo espaço, do qual se originou o povoado de São José de Penalva, atualmente Penalva.

O povoado que se consolidou no antigo núcleo de São José de Penalva, experimentou um relativo progresso a partir de sua elevação à categoria de Vila com a Lei N° 995, de 21/06/1871, como espaço integrante do município Viana. Com o reconhecimento de sua autonomia administrativa, pelo então Governador Dr. Herculano de Nina Parga, a vila foi promovida a município em 10 de agosto de 1915.

O município não era sede de comarca e sim, termo submetido às diretivas judiciais de Viana. Com o Decreto n° 159, de 9 de dezembro de 1938, Penalva foi designada sede de comarca, instalada em 4 de novembro de 1955, um importante passo no sentido de sua completa autonomia. Em 1948, Penalva cedeu parte de seu território para a criação do município Cajari.

[21] Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1959, v.15).

Ambiente Físico

O embasamento geológico corresponde a duas formações: Aluviões Flúvio-Marinhos e Itapecuru. A primeira, do Quaternário com aproximadamente 1,5 milhão de anos é composta por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas, encontrada em maiores porções do município. A Formação Itapecuru pertence ao Cretáceo Inferior (entre 145,5 e 99,6 milhões de anos atrás), constituída por arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, em geral, com estratificação horizontal (UEMA,2002).

O Golfão Maranhense e a Superfície Maranhense com Testemunhos caracterizam os domínios geomorfológicos do território municipal. O primeiro resultou da erosão fluvial no Quaternário antigo (1 milhão e 800 mil anos atrás), com uma paisagem de planícies aluviais, lagos e rios, sendo o principal sistema hidrográfico do Maranhão. Essa feição geomorfológica espacializa-se em aproximadamente 90% do território de Penalva (UEMA, 2002). A Superfície Maranhense com Testemunhos é uma área aplainada durante o ciclo Velhas, dominada em parte, por testemunhos tabulares. A Baixada Maranhense possui intensos ambientes rebaixados, ponteados de relevos residuais. No interior desses ambientes formam-se os tesos, acumulações de sedimentos cujos topos muitas vezes ficam descobertos das inundações e onde se desenvolvem vegetação com característica de terra firme.

Sua morfologia é marcada por extensos ambientes rebaixados, ponteados de relevo residual da Superfície Sublitorânea de Bacabal (BARBOSA e PINTO, 1973; IBGE, 1977; RODRIGUES, 1994) *apud* Feitosa e Trovão (2008), formando outeiros e superfícies tabulares com bordas que decaem em colinas de declividades variadas. Penalva, localiza-se no teso da planície fluvial, ocupando parte do espaço da semi-depressão maranhense.

Os solos do município são classificados em dois grupos - plintossolos e gleissolos. Os plintossolos são solos imperfeitamente drenados, com texturas arenosas ou médias, raramente argilosos, tendo colorações escurecidas pela matéria orgânica, encontrados em maiores porções do município. O segundo grupo caracteriza-se pela presença de solos argilosos a muito argilosos, compreendem os solos minerais hidromórficos sujeitos a alagamentos periódicos, resultantes do excesso de umidade permanente ou temporário.

O município faz parte da Bacia Hidrográfica do Pindaré, com uma formação lacustre peculiar, destacando-se os lagos de Penalva, Capivari, Lontra e Formoso.

O clima do município é tropical úmido com dois períodos distintos: chuvoso, no primeiro semestre e de estiagem no segundo; a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano (setembro, outubro e novembro) é inferior a 48% em relação à

evapotranspiração anual. A umidade relativa do ar anual está entre 79% e 82%, com totais pluviométricos entre 2000 e 2400 mm. A temperatura anual é superior a 27º C (UEMA, 2002).

A formação vegetal é caracterizada por vegetais rasteiros relacionados com solos gleissolos em áreas planas inundáveis que caracterizam os campos palustres pastejados (Campos da Baixada). Nos tesos, predomina uma vegetação secundária oriunda de sucessivos desmatamentos pela agricultura com destaque para palmeira de babaçu, além de matas ciliares (Figura 85).

Figura 85 - Vegetação de teso - 2012

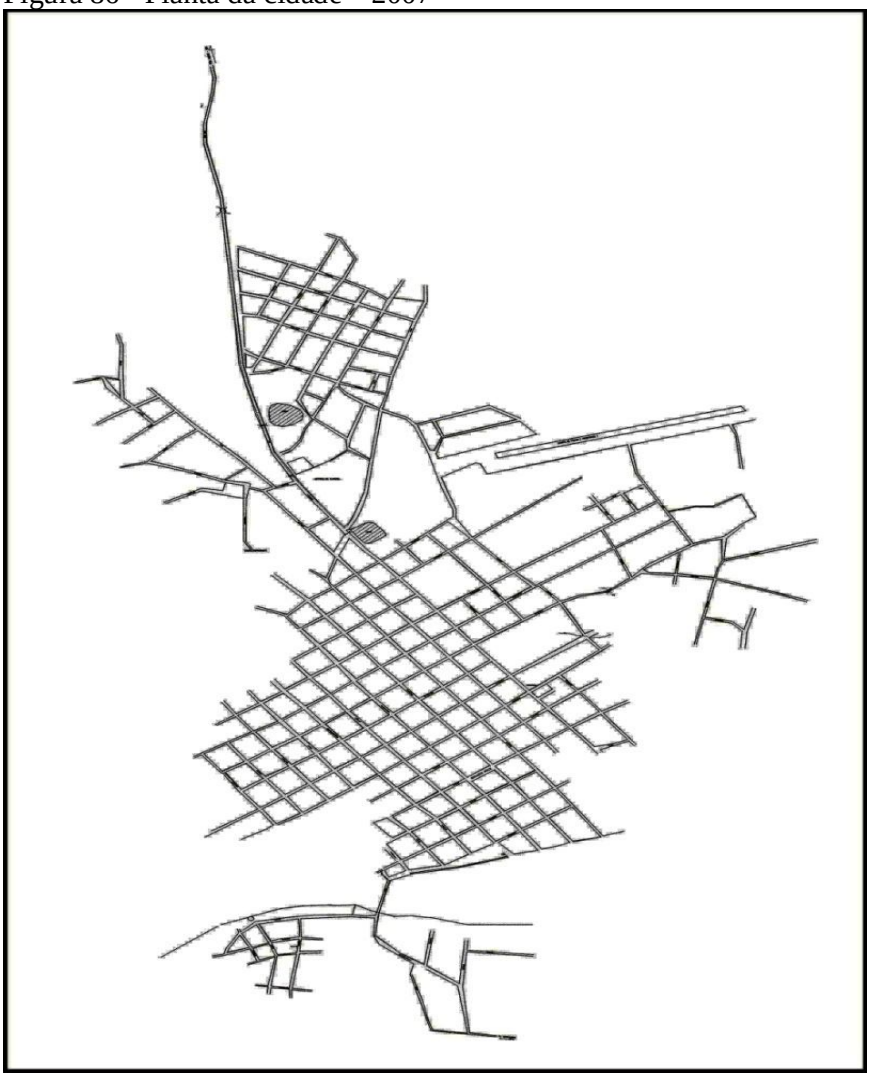


Fonte: IMESC

Espaço Urbano

Na área urbana (Figura 86), as casas mais antigas, em geral, são de porte médio e pequeno com arquitetura tradicional colonial, geminadas com a presença de eiras, várias janelas e uso, embora raro, de azulejos nas fachadas.

Figura 86 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Entre os bairros destacam-se: Catumbi, Pau Queimado, Molheiro, Beira Rio, São Pedro, Caixa d'Água, Campo de Luso, Piçarreira, Palmeirinha, Bairro Novo, Jardim Campo, Jardim Alvorada, Bacural I, Bacural II, Campina, Trizidela, Beira Mar, Recreio e Pinga Fogo. De acordo com a Secretaria de Infraestrutura do Município (2012), 50% das ruas recebem pavimentação com paralelepípedos, 40% com asfalto e 10% com piçarra (Figura 87).

Figura 87 - Vista aérea da cidade - 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Penalva

Com o aterramento entre os tesos de Penalva e Viana originou-se a rodovia MA 216, ligação terrestre do município com adjacentes, que ao atravessar a sede municipal recebe o nome de Avenida Newton Bello. Após a construção da rodovia, a cidade cresceu às suas margens com o aumento do fluxo populacional, surgindo inúmeras ruas e travessas. Podem-se observar, no espaço urbano, praças arborizadas e ajardinadas.

Espaço Rural

Em 2011, o espaço rural era composto de 216 comunidades distribuídas em 173 sítios, dezoito fazendas, uma vila e 24 povoados.

Sítios: Agulhal I, Alegria, Aleixo, Alto Bonito, Alto Fogoso, Ananasal, Araçatuba, Axui, Bacurizeiro, Bahia, Baiano, Baixo da Onça, Baixo Grande, Barreirinha, Beira, Beira do Lago I, Beira do Lago II, Belém, Belo Monte, Boa Esperança, Boa Esperança do Capivari, Bolsa I, Bolsa II, Bom Jesus, Bom Jesus do Deserto, Bom que Dói, Brasília, Buré, Buriti, Buritizal, Cacau, Caçote, Caetetu, Cajazeiras, Cambuté, Caminho do Meio, Caminho Novo I, Caminho Novo II, Campinima, Canarana, Canta Galo, Capoeira I, Capoeira

II, Carneiro, Cascudo, Cavaco, Centrinho I, Centrinho II, Centro do Albino, Centro do Antonio Paulino, Centro do Chico Linhares, Centro do Lourenço, Centro do Meio, Centro do Piaba, Centro do Walter, Centro dos Dias, Centros dos Gomes, Centro dos Mendes, Centro das Motas, Centro dos Parafusos, Colônia, Conceição, Conduru, Cotindiba I, Cotindiba II, Cotovelo, Desaperta, Descanso, Enseada da Mata, Enseada do Café, Enseada do Canta Galo, Enseada do Flexal, Escorrega, Faval, Gameleira, Gemedor, Guarimanzal, Holanda, Igarapé dos Porcos, Igarapé Grande II, Ilha da Boa Vista, Ilha das Pacas, Ilha do Jaboti, Ilha Meneses, Jacuíca, Jenipapo, Juçaral, Juçaralzinho, Juçaralzinho II, Jutai I, Jutai II, Lagoa, Limão, Lontra, Marisa, Marmorana, Monte Alegre, Monte Cristo, Olho, Olho d'Água, Olho d'Água dos Crentes, Oriente, Ouro, Outeiro, Outeiro da Cruz, Pachiba, Panelada, Pataca, Pau d'Arco, Pau de Lenha, Pavão, Pimenta, Pimental, Pindoba, Poleiro, Ponta da Bacaba, Ponta da Capoeira, Ponta de Cotinha, Ponta da Juçara, Ponta da Palmeira, Ponta do Barnabé, Ponta do Lago, Ponta Grande, Ponta Grande II, Ponta Grande III, Ponta Grossa, Ponta Seca, Prata, Purão,Queimadas, Quem Dera, Quero, Rachada do Pau Queimado, Retiro I, Retiro II, Rodagem, Rumo, Santa Cruz, Santa Estela, Santa Helena I, Santa Luzia, Santa Maria do Batista, Santa Maria do Manival, Santa Rosa I, Santo Antonio I, Santo Antonio II, São João I, São João II, São Joaquim I, São Joaquim II, São José, São Manoel, Serraria I, Serraria II, Sítio do Capivari, Sítio Félix, Sítio Novo II, Sossego, Sumaúma, Taboa Quente, Tabaréu, Taboca I, Taboca II, Tabocal, Taruma I, Taruma II, Tatajubal, Tibiri, Tijolo, Tororama I, Tororama II, Totoroca e Viúva.

Fazendas: Arraial, Bela Vista, Belo Horizonte, Canadá, Flexal, Jatobá, Lageado, Lages, Manoel Pereira, Paraíso, Paraná, Pequizeiro, Primavera, Redondo, Retiro, Sansapé, Sertãozinho e Veneza.

Vila: Jacaré.

Povoados: Água Preta, Anil, Armazém, Capivari, Capoeira, Cotias, Gapo, Goiabal, Igarapé Grande, Jacaré, Lago Verde, Lagoa Cansado, Limeira II, Maracaçumé, Massangana, Muniz, Santa Tereza, São Braz, São Malaquias, São Mateus, São Raimundo dos Privados, Timbira, Trizidela e Vila Roberto Mendes.

Utilização das Terras

Destaca-se, (Tabela 98) que nos estabelecimentos agropecuários as principais atividades estão ligadas a lavoura temporária e permanente, além das pastagens naturais,

plantadas em boas condições e degradadas. Os demais usos dividem-se em áreas de preservação, benfeitorias e terras inaproveitáveis.

No espaço rural existem inúmeras atividades que podem ser realizadas em apenas um estabelecimento. Nesta perspectiva, não se pode fazer uma análise em percentual dos estabelecimentos.

Em 2006, o espaço rural totalizava 39.453 hectares; desses, 28% eram de lavouras temporárias, 15% de lavouras permanentes, 17% de pastagens plantadas em boas condições, 15% de pastagens naturais, 10% de matas e/ ou florestas nos diversos usos, 7% de sistemas agroflorestais, 2% terras degradadas e os 6% restantes referem-se a construções, benfeitorias ou caminhos, tanques lagos e açudes e terras inaproveitáveis (Tabela 98).

Tabela 98 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	171	5.785
Lavoura temporária	1.495	11.038
Áreas plantadas com forrageiras	9	98
Pastagens naturais	242	5.927
Pastagens plantadas, degradadas	57	1.256
Pastagens plantadas em boas condições	174	6.588
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente - reserva legal)	37	1.883
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente - e as em sistema agroflorestais)	63	1.859
Matas e/ou florestas (florestas plantadas com essências florestais)	4	25
Sistemas agroflorestais	96	2.770
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	43	409
Construções, benfeitorias ou caminhos	133	554
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	31	680
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	72	581
Total	-	39.453

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Dos 3.274 estabelecimentos agropecuários totalizados em 2006, 50% eram do produtor sem área, 24% do proprietário, 17% do ocupante, 5% do arrendatário, 5% do somatório de assentados sem titulação definitiva e parceiros. Os arrendamentos e parcerias são realizados com o proprietário que passa a totalizar 31,5% dos estabelecimentos.

Em relação à área, identifica-se que dos 39.453 hectares, 91% estão sob o domínio do proprietário, 4% com arrendatário, 3% com assentado e 1% com o parceiro. O produtor sem terra, como o próprio nome sugere, não dispõe de terras para cultivo.

O proprietário apesar de possuir uma grande área (Tabela 99), dispõe de uma área maior do que a designada oficialmente, devido ao somatório dos arrendamentos e parcerias. Nesse aspecto, o proprietário totalizou 95% dos hectares.

Tabela 99 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	794	35.859
Assentado sem titulação definitiva	85	1.191
Arrendatário	146	1.406
Parceiro	85	266
Ocupante	547	731
Produtor sem área	1.617	-
Total	3.274	39.453

Fonte: IBGE

Demografia

De acordo com o IBGE (2010), o município possuía em 2010, 34.267 habitantes, ocupava o 40° lugar no *ranking* populacional do Maranhão, representando 0,53% da população do Estado. Na Mesorregião Norte Maranhense, Penalva classificava-se no 13º lugar com 1,32% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense estava na 5º colocação com 6%. Sua densidade demográfica é de 43,62 hab/km².

No decênio 2000-2010 a população cresceu 13%. A população urbana no mesmo período cresceu 31% ao passo que a rural teve um pequeno decréscimo, menos de 1%. Em relação ao gênero, a população masculina aumentou 14% e a feminina 13% (Tabela 100).

Em 2000, a população masculina e a feminina equilibraram-se, pois ambas apresentaram 50%, ao passo que a população urbana era 42% e a rural 58%.

Em 2010, a população urbana era de 48% e a rural 52%, a população masculina 51% e a feminina 49%. A deficiente estrutura fundiária e a criação de estradas contribuíram para o processo migratório e para o êxodo rural no município durante o decênio.

De acordo o IPEA (2010), o município situava-se na 153° posição no IDHM no Estado, com valor de 0,554.

Tabela 100 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	15.312	17.403
Feminina	14.987	16.864
Urbana	12.624	16.593
Rural	17.675	17.674
Absoluta	30.299	34.267

Fonte: IBGE

Saúde

O município dispõe de um hospital público que disponibiliza, à população, exames laboratoriais, ultrassonografia, raios-X, distribuição de medicamentos, serviços de fisioterapia, nutrição, assistência psicológica, além de outros serviços. Em relação aos recursos humanos, o hospital possui seis médicos, especialistas em: ortopedia, pediatria, oftalmologia, ginecologia e clinica geral.

O sistema municipal de saúde possuía em 2012, três ambulâncias. As casualidades de urgência/emergência que o município não dispõe de recursos para o atendimento são transferidas para Viana e São Luís.

O município mantém o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), estruturado em nove equipes que cobrem 95% do território municipal, além de três do Programa Saúde Bucal. As equipes do ESF são compostas por médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos e auxiliares de enfermagem e 96 agentes comunitários de saúde dos quais 56% atuavam na área rural.

Educação

A educação no município compreende o nível básico e superior de ensino, com escolas administradas pelo Estado, município e particulares. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (2012), 9.142 alunos estavam matriculados no ensino fundamental, distribuídos em 97 escolas. A zona rural possuía 87% das escolas da rede pública de ensino. As escolas municipais em 2012 contavam com 412 professores. Desses, 92 possuíam nível superior completo.

O município administrava o ensino público nos níveis de creche, pré-escola, ensino fundamental, médio e EJA. Os alunos recebem material escolar, transporte escolar e contam com laboratórios de informática.

Ressalta-se que, os alunos matriculados no ensino fundamental da rede estadual de ensino estão sendo transferidos para a rede municipal, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A educação estadual é representada pelas escolas: Unidade Integrada Tancredo Neves, Centro de Ensino José Joaquim Marques e Centro de Ensino Sabino Barros que tinham 1.871 alunos matriculados, correspondendo a 20% das matriculas na rede pública de ensino no município em 2012.

A Unidade Integrada Tancredo Neves estruturava-se com seis salas de aula, laboratório de informática, local para recreação e dezoito professores que atendiam a 409 alunos matriculados.

O Centro de Ensino José Joaquim Marques (Figura 88), possuía 30 professores que atendiam ao ensino médio e o EJA. Estruturava-se com oito salas de aula, laboratório de informática e espaço para recreação. A distribuição de material didático era realizada para os 950 alunos nos três turnos.

No Centro de Ensino Sabino Barros, estavam matriculados no ensino médio 512 alunos nos três turnos, os quais receberam material escolar, transporte escolar e contavam com laboratório de informática e biblioteca.

O ensino particular era representado pelo Colégio São José de Penalva e por um centro de ensino superior.

Figura 88 - Centro de Ensino José Joaquim Marques - 2012



Fonte: IMESC

Economia

Em 2010, o PIB de Penalva somou R$ 111,160 milhões representando 0,25% do PIB Estadual e 61ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 60,347 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 39,410 milhões e o industrial R$ 9,685 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 1,718 milhões. A renda *per capita* do município alcançou R$ 201,99, levando o município a se situar na 126ª posição na comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 199ª posição, correspondendo a 0,255.

Agricultura

As atividades agrícolas dividem-se em lavoura temporária e permanente, voltadas, em geral, para a subsistência. Na lavoura temporária, no período 2006-2011, identificou-se a produção de arroz, cana de açúcar, feijão, mandioca, melancia e milho (Tabela 101).

Ao analisarem-se os percentuais da área plantada/colhida no período (2006-2011) identifica-se que a área plantada/colhida de arroz decresceu 7%, feijão 50%, cana-de-açúcar 50% e mandioca aumentou 3%, ao passo que a melancia manteve-se estável.

Em relação à quantidade produzida observa-se um decréscimo de 7% do total, com exceção da produção de mandioca que aumentou 3%, os demais produtos decresceram: arroz 23%, cana-de-açúcar 56%, feijão 55%, melancia 44% e milho 54%.

O valor total de produção no período (2006-2011) aumentou 130%. A mandioca obteve um aumento de 183%, ao passo que o valor da produção de arroz cresceu 102%. Em contrapartida, o valor da cana-de-açúcar decaiu 36%, feijão 44%, melancia 17% e milho 1%.

Em 2006, a área plantada/colhida na lavoura temporária foi de 7.721 hectares, sendo: 36% de arroz, 34% de milho e 29% de mandioca. Os demais produtos: cana de açúcar, feijão e melancia, juntos alcançaram 1%. Das 21.218 toneladas produzidas, 74% foram de mandioca, 14% de arroz, 10% de milho e 2% com cana-de-açúcar, feijão e melancia. No valor da produção dos R$ 4,643 milhões, a mandioca contribuiu com 59%, o arroz com 22% e o milho com 17%, os demais produtos representaram apenas 2% (Tabela 101).

Em 2011, na lavoura temporária a área plantada/colhida totalizou 7.807 hectares sendo: 37% de milho, 33% de arroz, 29% de mandioca e 1% de cana-de-açúcar, feijão e melancia. Das 19.693 toneladas produzidas, 82% foram de mandioca, 12% de arroz, 5% de milho e 1% da produção de cana-de-açúcar, melancia e milho. O valor da produção totalizou R$ 10,682 milhões. A mandioca contribuiu com 73%, o arroz com 19%, 7% com milho e 1% com a produção de cana-de-açúcar, feijão e melancia (Tabela 101).

A mandioca e o arroz foram os principais produtos da lavoura temporária. Conforme Feitosa e Trovão (2006), a mandioca é o produto mais importante da agricultura de subsistência na região da Baixada Maranhense.

> A mandioca depois do arroz torna-se o produto mais importante da agricultura de consumo. Embora seja cultivada em todo o Estado, sua produção se destaca especialmente na Planície Costeira e na Baixada, onde é mais importante que o arroz (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p. 133).

Quanto à mandioca, é preciso verificar que há uma disparidade entre a colheita e o beneficiamento e/ou transformação. Entre a quantidade do tubérculo e a transformação em farinha, aquele perde o peso e essa é que vai valorizar o produto final.

Tabela 101 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	2.789	2.584	2.789	2.584	3.068	2.349	1.022	2.067
Cana-de-açúcar	6	3	6	3	156	69	30	19
Feijão	20	10	20	10	9	4	16	9
Mandioca	2.240	2.314	2.240	2.314	15.680	16.198	2.744	7.775
Melancia	10	10	10	10	180	100	53	44
Milho	2.656	2.886	2.656	2.886	2.125	973	778	768
Total	7.721	7.807	7.721	7.807	21.218	19.693	4.643	10.682

Fonte: IBGE

Na lavoura permanente, no período 2006-2011, os principais produtos foram: banana, castanha de caju, coco da baía, laranja, limão e manga.

Ao se comparar os dados da tabela 102, no período 2006-2011, observa-se que a área colhida na lavoura permanente decresceu 66%. Nesse intervalo, a banana decaiu 77%, a castanha de caju 70%, a laranja obteve um crescimento de 20%, ao passo que o coco-da-baía manteve-se estável; em quantidade produzida o coco-da-baía aumentou 20%, a banana, castanha de caju e a laranja diminuíram 79%, 50% e 58%, respectivamente; o valor da produção na lavoura permanente reduziu 79%. Destaca-se que, o coco-da-baía foi o único produto que obteve aumento de 12%, os demais reduziram em: banana 81%, laranja 71% e castanha de caju 50%.

Em 2006, a área colhida na lavoura permanente correspondeu a 74 hectares, sendo: 58% de banana, 14% de castanha de caju, 11% de limão, 8% de manga, 5% de laranja e 4% de coco-da-baía. Quanto à quantidade produzida, há disparidades entre as unidades, poiso coco-da-baía é informado em 1.000 frutos e os demais produtos em toneladas, por esta razão impossibilita a análise percentual. O valor da produção foi de R$ 461 mil. Deste valor, 91% foram da produção de banana, 3% de laranja, 3% de manga, 2% de coco-da-baía e 1% do somatório da produção de limão e castanha de caju.

Em 2011, a área colhida foi de 25 hectares, sendo 40% de banana, 28% de castanha de caju, 20% de laranja e 12% de coco-da-baía. Identifica-se na tabela 100 a inexistência da produção de limão e manga, nesse ano. O valor da produção foi de R$ 95 mil, sendo 85% provenientes da banana, 9% do coco-da-baía, 4% de laranja e 2% de castanha de caju.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Penalva, em 2012, possuía 10.012 associados, entretanto, esse órgão estima que há 25.000 trabalhadores rurais no município.

Tabela 102 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente - 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	43	10	576	120	420	81
Castanha de caju	10	7	4	2	2	1
Coco-da-baía*	3	3	10	12	8	9
Laranja	4	5	19	8	14	4
Limão	8	-	8	-	4	-
Manga	6	-	42	-	13	-
Total	74	25	649	130	461	95

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

A pecuária no município caracteriza-se por ser extensiva e o gado é criado solto nos campos naturais. Os dados referentes a essa atividade foram analisados no intervalo 2006-2011.

Ao se comparar o número de cabeças no período 2006-2011, tem-se uma redução total de 54%, as principais foram de: suíno com 90%, aves com 47%, asinino com 25%; muar com 21%; equino com 14% e caprino com 8%. No período, a produção de bovino, bubalino e ovino cresceu: 38%, 77% e 30%, respectivamente (Tabela 103).

Em 2006, haviam 208.544 cabeças distribuídas em: 64% aves, suíno 28%, bovino 4% e 4% distribuídos nos demais rebanhos elencados na tabela 101. Em 2011, o número de cabeças foi de 96.240, sendo: 73% de aves; 12% de bovino; 6% de suíno; 2% de bubalino e 7% distribuídos em equino, asinino, muar, caprino e ovino.

Tabela 103 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2011

Rebanhos	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	8.593	11.913
Bubalino	1.338	2.378
Equino	2.017	1.730
Asinino	1.366	1.018
Muar	1.420	1.121
Caprino	1.120	1.026
Ovino	245	319
Suíno	58.625	6.042
Aves	133.820	70.693
Total	208.544	96.240

Fonte: IBGE

Segundo o IBGE (2011), destacam-se o leite e os ovos de galinha como principais produtos de origem animal explorados, no município. A produção de leite totalizou 279 mil litros com valor de produção de R$ 418 mil, ao passo que a produção de ovos de galinha contabilizou 38 mil dúzias, com valor de R$ 114 mil, perfazendo o total de R$ 562 mil.

Extrativismo

Em 2011, foram extraídas 2.506 toneladas e 18.997 metros cúbicos de produtos vegetais. Em relação à quantidade produzida em toneladas, a amêndoa de babaçu participou com 76%, o carvão vegetal com 24% e a juçara com 0,37%. Do total de 18.997 metros cúbicos extraídos, a lenha representou 99,5% ao passo que a madeira em tora apenas 0,5%.

O valor da produção vegetal foi de R$ 3,938 milhões. A extração da amêndoa de babaçu, carvão vegetal e lenha foram destaques, representando: 72%, 14% e 13%, respectivamente. O 1% restante, resultou da produção de juçara conforme a Tabela 104.

Ressalta-se, assim, o problema ambiental ocasionado pela extração da madeira e da lenha, como o desmatamento e poluição provocada pelas cinzas, isso pode ser amenizado com o aproveitamento desta, por exemplo, como complemento do barro na construção civil, evitando, o assoreamento dos rios, quando transportadas pelas águas das chuvas.

Tabela 104 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	1.901	-	2.852
Carvão vegetal	603	-	543
Juçara	2	-	2
Lenha	-	18.903	529
Madeira em tora	-	94	12
Total	2.506	18.997	3.938

Fonte: IBGE

Pesca

A formação lacustre do município favorece a atividade pesqueira na região e, portanto,os lagos são utilizados pela maioria dos pescadores como fonte econômica (Figura 89). Entre os instrumentos utilizados na pesca, identificam-se: rede, tarrafa e anzol, principalmente na captura do mandi *(Hassarsp),* tapiaca *(Curimata cyprinoides),* pescada *(Plagioscion squamosissimus)* e curimatá *(Prochilodus lineatus).*

Figura 89 - Pesca no lago - 2012



Fonte: IMESC

O município tem registrado na colônia de pescadores 4.987 associados e o sindicato de pescadores estão registrados 455 associados, entretanto, o primeiro órgão informou que isso representava apenas 50% dos pescadores do município.

A região dos lagos possui condições de abastecer de pescado um grande número de povoados, contudo a pressão sobre os recursos pesqueiros pode ocasionar sérios impactos. A produção é relevante do ponto de vista do volume e dos recursos financeiros movimentados, todavia carece de organização e, principalmente, de dados da produção e comercialização oficiais, para que se tenham condições de qualificar a sua importância na economia do município.

Turismo

A localização geográfica do município e os recursos humanos da localidade são algumas das exuberâncias de Penalva. Lagos como: Capivari (Figura 90), Formoso, Lontra e Cajari são recortes de uma paisagem atraente que se traduz em potencial turístico. As ilhas flutuantes no Lago Formoso (Figura 91) são parte desses atrativos. No período de estiagem, desenvolvem-se às margens do lago e, no período das chuvas são suspensos pelas cheias, deslocando-se e flutuando ao longo do lago.

Figura 90 - Lago Capivari - 2012



Fonte: IMESC

Figura 91 - Ilha flutuante no Lago Formoso - 2012



Fonte: IMESC

O mosaico lacustre de Penalva apresenta as seguintes características: partindo do Lago de Penalva se alcança o Igarapé do S e, em seguida, o Lago Capivari, desse, se penetra pelo Igarapé Castelinho, por meio do qual se chega ao Lago Lontra, seguindo pelo Igarapé Bacaba até o Lago Formoso. O Igarapé Castelinho, quando as chuvas não atingem o maior nível, se apresenta, aproximadamente, com 1 km de comprimento, 6m de profundidade e 30m de largura. Essas medidas, no entanto, variam, pois dependem do índice pluviométrico.

Na estiagem, a lamina d'água diminui significativamente, enquanto que no ápice do período chuvoso, normalmente entre março e abril, os lagos enchem a ponto dos igarapés desaparecerem. Cada lago perde sua identidade assemelhando-se a um "mar".

Todas as abordagens sobre igarapés no município se referem a furos que unem os lagos (Figura 92). A comunidade os chama de igarapés, o que não está totalmente errado, pois já foram igarapés que se uniram aos lagos transformando-se em furos. No período de estiagem os furos, pelas singularidades, adquirem aparência de igarapés, uma vez que a massa hídrica diminui.

Figura 92 - Um dos igarapés – 2012



Fonte: IMESC

Navegando-se pelo Lontra, observa-se nas direções Norte, Sul e Oeste grandes tesos onde predominam como vegetação a palmeira de babaçu (*Orrbignya speciosa*). Com as cores do lago em tons verde-azulados, certamente pelos sedimentos que carreia, é possível ter-se a impressão de navegar entre dois céus: o primeiro, de um azul puro salpicado de fios de nuvens e o segundo, refletindo o primeiro nitidamente na limpidez da água (Figura 93)

Figura 93 - Céu refletindo no lago - 2012



Fonte: IMESC

A matéria orgânica (folhas, galhos, raízes e vegetais aquáticos) possibilita a formação das ilhas flutuantes, às margens do Lago Formoso. Essas se formam por meio do vento que deposita areia em forma de poeira que, em contato com a decomposição do material dos vegetais, vão gradativamente transformando-se em solos humosos que, sustentado na parte inferior pelas raízes e galhos, se enriquecem de vegetais que germinam pelo resultado das sementes transportadas por pássaros e pelos ventos. Indubitavelmente, apresentam uma paisagem diversificada de vegetais arbustivos e arbóreos com palmáceas e outras árvores que, em fase adulta, podem atingir até 10 metros.

Não raro, se pode observar que esses vegetais arbóreos ao desenvolverem seus conjuntos radiculares, não encontrando profundidade no solo, inclinam-se e, às vezes caem.

Para andar sobre as ilhas flutuantes algumas precauções são indispensáveis:

- número razoável de pessoas que deve ser limitado conforme o peso;
- supervisão e/ou orientação de um ambientalista ou alguém do município que conheça a realidade;
- utilizar calças compridas e botas, pois é frequente a presença de escorpiões, cobras e outros animais peçonhentos;
- levar água, alimentos e protetor solar;
- não subestimar a orientação local, pois se a ilha deslocar-se da margem corre-se o risco do indivíduo ficar até dois dias esperando ela se aproximar da margem;
- indispensável o acompanhamento de um guia do local que conheça a área.

A estrutura hoteleira do município é composta por, aproximadamente, seis hotéis, uma pousada e duas hospedarias.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, faz parte da 45° zona eleitoral e possuía em 2012, 25.586 eleitores distribuídos em 95 seções e treze vereadores (TSE, 2012).

Religião

Os festejos de São José (santo padroeiro do município), São Benedito, São Pedro, Divino Espírito Santo, Santa Luzia e São Sebastião, fazem parte do calendário festivo do catolicismo (Figura 94).

Figura 94 - Igreja Matriz dedicada a São José - 2012



Fonte: IMESC

As práticas evangélicas são destaques em nove templos que se dividem em: Batista, Reino de Deus, Assembléia de Deus, Adventista, Universal, Testemunha de Jeová e Pentecostal.

Dos 34.267 habitantes entrevistados pelo IBGE, 72% declararam-se católicos, 14% evangélicos, 13% sem religião, 1% de outras religiosidades e menos de 1% que não souberam (Tabela 105).

Tabela 105 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	24.913
Evangélicos	4.764
Outras Religiões	151
Sem Religião	4.433
Não Sabem	6
Total	34.267

Fonte: IBGE

Infraestrutura

Os principais setores que compõem a infraestrutura do município são: abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica, todos considerados essenciais para o bem estar da população.

O abastecimento de água na área urbana é através da captação de água do Lago de Penalva; na área rural, o abastecimento é feito uma parte pelos lagos e outra por poços artesianos.

Penalva não possui rede coletora de esgoto, tendo como destino dos efluentes domésticos as fossas que totalizaram 5.562 (SIAB, 2012).

A coleta dos resíduos sólidos urbanos é realizada três vezes por semana, através dos carros administrados pela prefeitura. Os resíduos são transportados para o lixão da cidade que fica, aproximadamente, a 9 km da sede municipal.

Conforme pode ser observado na Tabela 106, a energia elétrica do município tem como maior número de usuário e de consumo o residencial. Dos 81.117 usuários, 94% eram residenciais que por sua vez, dos 7.552.927 MWh consumidos, coube-lhes 64%; o comércio representou 4% dos usuários e 7% do consumo; o poder público participou com 1% dos usuários e 7% do consumo; os demais usuários: rural, industrial, serviço público, iluminação pública e consumo próprio individualmente eram menos de 1%. Quanto ao consumo, além dos já citados, a iluminação pública participou com 13% e o serviço público com 6%. Os 2% restantes corresponderam ao uso industrial e rural (Tabela 106).

Tabela 106 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	76.026	4.884.035
Rural	216	38.669
Comercial	3.280	539.636
Industrial	190	93.084
Poder Público	1.198	509.091
Serviço Público	191	503.042
Iluminação Pública	12	985.250
Consumo próprio	4	120
Total	81.117	7.552.927

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

O município possui inúmeros serviços destinados à população, com destaque para o setor de telefonia e rede bancária.

Em 2009, possuía 81 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 83 telefones públicos (ANATEL, 2009).

De acordo com o Banco Central do Brasil (2009), Penalva possuía dois postos bancários do Bradesco. No período do recebimento de benefícios (aposentadoria, pensão, auxílios e outros) uma parte da população desloca-se, para outras cidades, em busca de bancos do setor público.

Atualmente, a população conta com operadoras do sistema móvel de telefonia, bancos postais, casas lotéricas, jornais informativos e outros serviços.

Folclore e Lazer

As manifestações culturais da população são identificadas nas festas juninas, nos grupos de bumba-meu-boi com sotaque de matraca, tambor de crioula, quadrilhas, dança *country*, dança portuguesa e inúmeras outras manifestações.

O aniversário da cidade em 10 de agosto e atrai um grande fluxo populacional, devido às atrações como bandas e grupos folclóricos que movimentam a cidade. Outros eventos são: campeonatos de futebol, carnaval e sete de setembro.

Os campos de futebol, quadras poliesportivas, aproximadamente 50 clubes, dezesseis restaurantes, 50 bares e duas casas de shows fazem parte das opções para o entretenimento da população.

Na gastronomia os peixes são marcas registradas nos pratos típicos e cotidianos e ganham temperos especiais, o leite de coco babaçu. Além desses ressalta-se: o guisado de moídos de porco, o sarrabulho é um excelente pedido nas refeições rotineiras.

As estórias e lendas presentes no ambiente bucólico do campo são características marcantes no município. A lenda da serpente é a justificativa para a movimentação das ilhas, fazem parte deste contexto.

A Serpente: Acredita-se que uma grande serpente habita o subsolo do município, estendendo-se por toda a cidade até o Lago Cajari. Esta se movimenta constantemente, o encontro de sua cabeça com a calda, provocará o desaparecimento da cidade.

Movimentação das ilhas: Acredita-se que a movimentação das ilhas nos lagos é ocasionada por uma serpente em constante movimento. A serpente teria se originado de uma moça que sofrera violência sexual e que vaga pelos campos inundáveis.

Transporte

A sede de Penalva localiza-se a 255 km de São Luís alcançada pelas rodovias BR 135, BR 222, MA 014 e MA 216. Outro percurso pode ser realizado pela travessia da baía de São Marcos, por meio de *ferryboa*t, seguindo pela BR 308, MA 106, MA 014 e MA 216.

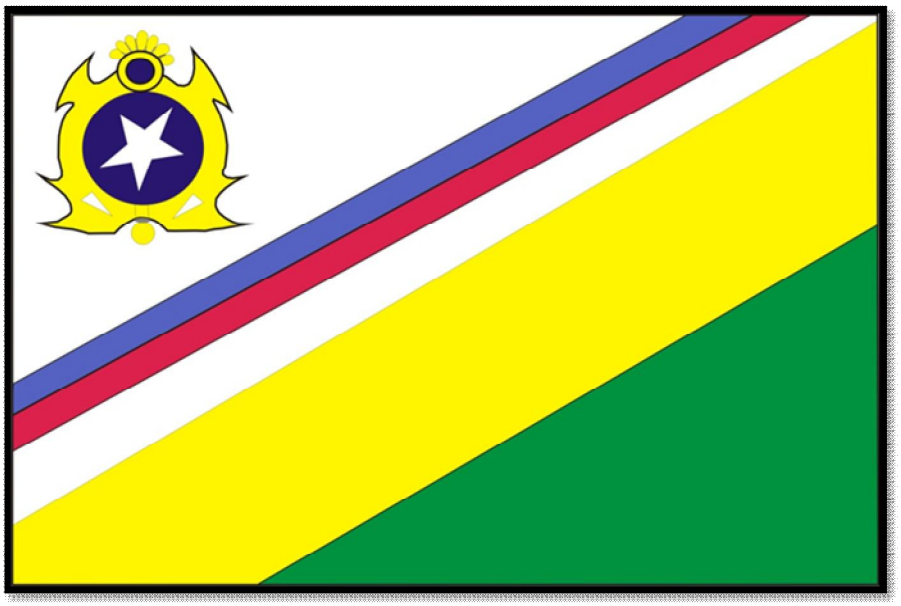
O transporte intermunicipal é realizado através de motos, automóveis e no período chuvoso também por lanchas. Ressalta-se que a motocicleta é o transporte mais utilizado, atualmente, no município.

2.13 Peri-Mirim

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Peri-Mirim
Pequena cidade,
Os teus filhos te aclamam com emoção
Fazes parte no nosso Brasil.
És um pedaço do Maranhão.
És hospitaleira
Terra de São Sebastião

Tuas paisagens são lindas
Os teus campos verdejantes
Na pecuária e na lavoura
Sempre foste triunfante,
Teu povo é trabalhador
Que trabalha de braços nus,
És produtora do arroz, da mandioca
E também do babaçu.

Teus dirigentes
São homens de bem
Que procuram te soerguer mais
Peri-Mirim
Cidade feliz
És cidade do amor e da paz.

Letra e música: João de Deus Paz Botão

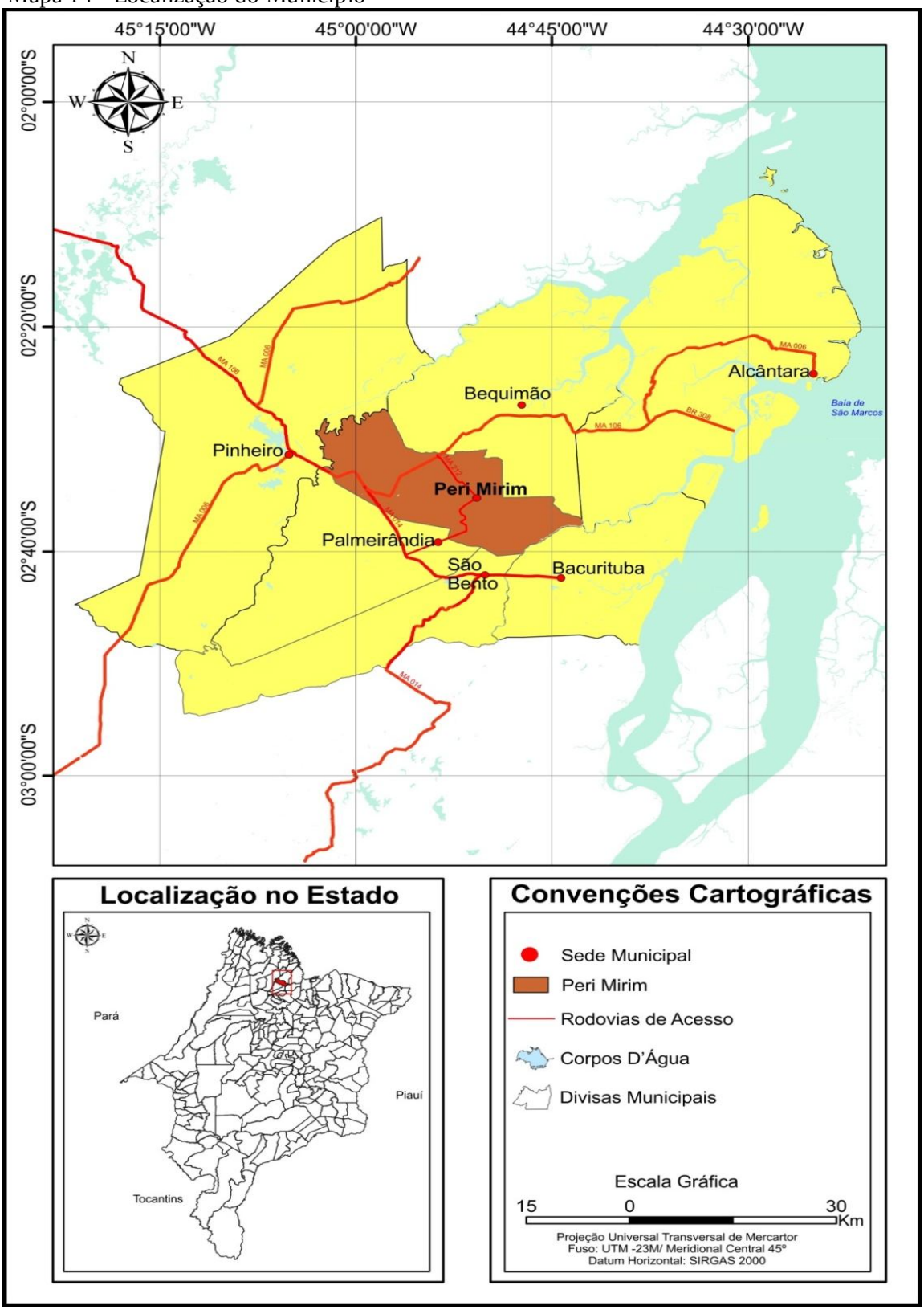
Localização

O Município Peri-Mirim está localizado na Baixada Maranhense e faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Bequimão, a Oeste com Pinheiro e Palmeirândia, ao Sul com Palmeirândia e São Bento e a Leste com Bacurituba e Alcântara (Mapa 14).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 02°29’10” de latitude e - 44°57’51” de longitude; Oeste - 45°03’02” de longitude e - 02°29’10” de latitude; Sul - 02°40’22” de latitude e - 44°49’10” de longitude; Leste - 42°58’36” de longitude e - 02°37’24” de latitude.

Mapa 14 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

O município tem 405,3 km² sendo o 184° do Estado em extensão o que corresponde a 0,12%. Em termos regionais, é o 48º na Mesorregião Norte Maranhense com 0,77% e o 17º na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense correspondendo a 2,30%.

Processo de Ocupação

Os criadores de gado dos municípios próximos, presumivelmente de Alcântara e São Bento, no sentido de desenvolverem a pecuária extensiva própria da época e da necessidade de encontrar pastos novos e férteis, penetraram pelo interior e ao encontrar os pastos almejados,ali construíram suas casas, dando ao povoado o nome de Macapá, que embora tivesse em áreas dos municípios de Alcântara e São Bento, foi anexado ao segundo pela Lei Provincial de nº 1.385, de 17 de maio de 1886.

Pela Lei nº 850 de 31 de março de 1919, o distrito foi transformado em município e 45 dias depois foi procedida à eleição para prefeito municipal, embora o município tenha sido oficial e solenemente fundado em 15 de julho de 1919. Onze anos depois, o municipio foi extinto por meio do Decreto Lei Nº 75, de 22 de abril de 1931, sendo reincorporado ao município São Bento, na condição de distrito.

Finalmente, o Decreto Lei nº 857, de 19 de junho de 1935, devolveu a Macapá a condição de município e elevando à condição de vila em 19 de julho do mesmo ano, considerando-a, no entanto, cidade a partir de 29 de março de 1938. Com a reforma administrativa do Estado, pelo Decreto Lei Nº 820 de 30 de dezembro de 1943, o município mudou a toponímia de Macapá para Peri-Mirim.

A palavra peri-mirim na língua tupi-guarani significa junco fino, tipo de vegetação que predomina nos campos alagados do município.

Ambiente Físico

Aproximadamente 50% da estrutura geológica do município faz parte da Formação Itapecuru, do Cretáceo Inferior (145,5 a 996 milhões de anos), constituída de arenitos finos avermelhados e róseos, cinza argiloso geralmente com estratificação horizontal.

A outra parte é ocupada por aluviões flúvio-marinhos resultado de depósitos aluviais recentes do Período Quaternário (1,5 milhões anos), constituído por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas.

Quanto à geomorfologia, faz parte do Golfão Maranhense, resultado de intensa erosão fluvial do Quaternário, posteriormente colmatado, originando uma área de planícies fluviais, com ilhas, lagoas e rios divagantes (UEMA, 2002).

Os solos predominantes no município são os plintossolos, aqueles sob condição de restrição à percolação d'água, imperfeitamente drenados, possuem textura arenosa ou média, raramente argilosa tendo coloração escurecida pela matéria orgânica. Ocupa áreas de relevo predominante plano ou suave ondulado. Em menor extensão, são encontrados os gleissolos, solos argilosos e muito argilosos, raramente de textura média, na sua maioria com argila de atividade alta, compreende os solos minerais hidromórficos, sujeitos a alagamentos periódicos e que possuem características resultante do excesso de umidade e pelos podzólicos vermelho amarelo concrecionário, solos profundos a moderadamente profundos, raramente rasos, com textura variando de média argilosa a argilosa, geralmente bem drenados e porosos, com presença de concreções ferruginosas (UEMA, 2002).

O município faz parte de duas bacias hidrográficas: Pericumã, cujo rio banha o município ao Nordeste, onde recebe pela margem direita o Rio Grande (com seus afluentes Rio Estiva e Brejão), Bacuri, Uruçu e Fanama (com seus afluentes Raposa e Merima) e, da bacia Aurá na parte do Sudeste do município, onde o rio homônimo recebe como afluente o Rio das Minas.

O clima é tropical úmido, responsável em grande parte pelo conjunto ambiental físico do município. Apresenta dois períodos, um chuvoso de janeiro a junho e outro de estiagem de julho a dezembro. A média da temperatura relativa do ar anual é superior a 27ºC com precipitações pluviométricas, entre 1.600 a 2.000 mm anuais, cuja manifestação é maior entre os meses de abril e maio.

A vegetação é herbácea nos campos onde predominam o capim (*Rhyn-chospora tenerrima*), junco (*Eleocharissp. Juncos effusus*) e, na área inundada, a água-pé (*Eichorniacrassipes*) e mururu (*Astrocaryummurumuru*); á margem dos campos, no início dos tesos, açaí (*Euterpe oleracea*) e buritizeiro (*Mauritia flexuosa*). Nos tesos, trechos mais elevados da planície, a vegetação é arbórea com características de mata tropical; entretanto, bastante descaracterizada pelos seculares e sucessivos desmatamentos para a prática da agricultura itinerante daí, além dos vegetais nativos, há grande incidência do babaçu

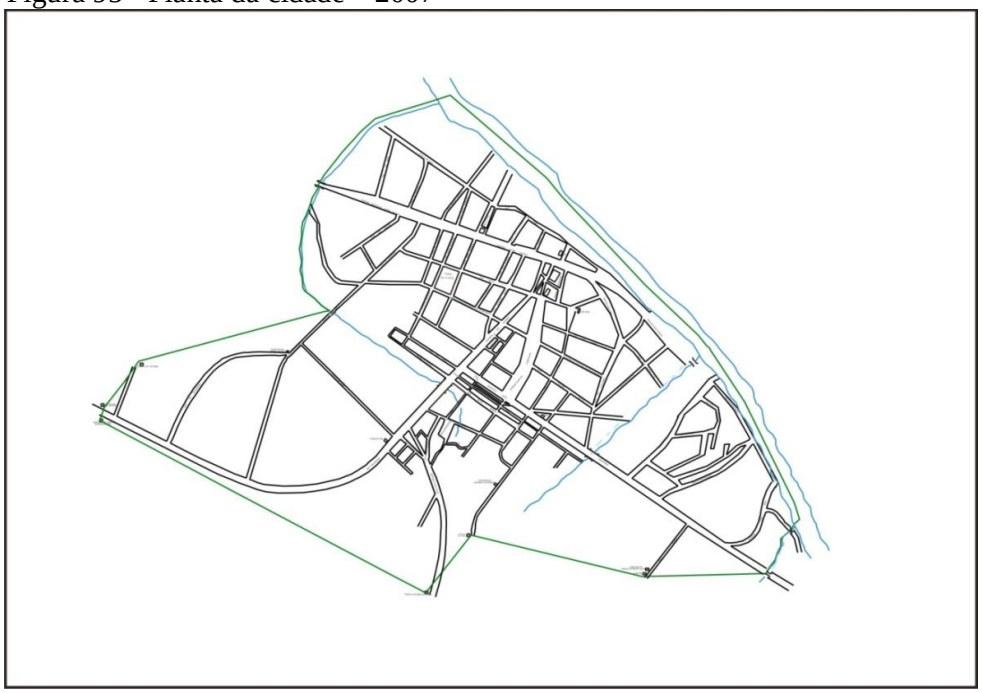
(*Orbignya martiana*) e da embaúba (*Cecropia pachystachya*) sempre presente em áreas de cobertura secundária.

O município possui todo o seu território inserido na APA da Baixada Maranhense Subárea do Estuário Mearim-Pindaré e Baía de São Marcos.

Espaço Urbano

A cidade (Figura 95) localiza-se num pequeno teso, limitada de um lado pelo campo e de outro por pequenos morros, o que colaborou para a inibição da sua expansão. Com a abertura da MA 212 que une a sede com a MA 106, observa-se a tendência urbana, margeando em ambos os lados a MA 212.

Figura 95 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Embora pequeno, o centro urbano (Figura 96) distribui-se em várias ruas, uma avenida arborizada (Figura 97), pequenas travessas asfaltadas, piçarradas e chão batido, destacando-se uma rua que termina no sopé de um morro onde está um estatua de São Sebastião. Possui quatro praças sendo duas com jardins e duas com arborização. O conjunto

arquitetônico é de residências de médio e pequeno porte, observando-se, no entanto, alguns casarões antigos (Figura 98 e 99).

Figura 96 - Centro Urbano - 2007



Fonte: http://piabanews.blogspot.com.br

Figura 97 - Avenida Principal - 2011



Fonte: IMESC

Figura 98 - Prefeitura Municipal - 2011



Fonte: IMESC

Figura 99 - Casarão antigo - 2011



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído entre as seguintes comunidades:

Sítios: Campo do Orique, Pefinto, Faveira, Ladeira Grande, Santira Velha, Serra, Serrinha e Teso de Santa Rita.

Fazendas: Agostinho, Aperital, Boa Vista, Buritirana I, Buritirana II, Carnauba, Cruzeiro, Engenho Queimado, Enseada do Tanque, Ilha do Pau, Maracujá, Murué, Paciência, Palestina, Pascoal e Patos.

Povoados: Ouro, Baiano, Barreiro, Buragical, Buriti, Carreta, Capoeira do Zé Cotia, Capoeira Grande, Centro das Câmaras, Comporta, Conceição, Enseada da Mucura, Enseada do Santana, Enseada dos Camaranas, Feijoal, Igarapé-Açu, Inambu, Itaquipé, Juçaral, Molhado Preto, Mangueiral, Meião, Minas, Miruíra e Pechaminha.

Utilização das Terras

A área rural do município está distribuída em estabelecimentos rurais. Esses, no entanto, não se dedicam a uma só atividade; um mesmo estabelecimento pode ter áreas agrícolas, áreas de pastagens naturais e plantadas, espaços reservado para preservação permanente, reserva legal, reflorestamento além de espaços reservados como apoio a pecuária, açudes, tanques, lagos, podendo esses mesmos espaços ser utilizados para a piscicultura.

Essa realidade, portanto, impede que se proceda a uma análise quantitativa dos estabelecimentos. Contudo, não impede que se verifique por meio de análise dos dados (Tabela 107), que as atividades priorizadas por referidos estabelecimentos sejam aquelas voltadas para a lavoura temporária, ou as destinadas ao apoio da pecuária como, as pastagens em suas varias espécies, assim como às que se destinam à preservação ambiental.

Quanto à distribuição da área, verifica-se que dos 8.190 hectares distribuídos, o maior percentual está com a lavoura temporária 33%. Voltadas direta ou indiretamente para a pecuária encontram-se as pastagens naturais com 21%, às pastagens plantadas (degradadas e em boas condições) com 19%. Podem-se considerar também, as voltadas para a pecuária e as áreas plantadas com forrageiras 8%. Portanto, somando-as, se tem direcionado para a pecuária (exceto os campos) pastagem natural com 27% da utilização das terras; como áreas de reserva e preservação estão 8% (matas e/ou florestas voltadas para preservação permanente e sistemas

agroflorestais). Os 11% restantes, são áreas ocupadas por tanques, açudes e águas públicas voltadas para a aquicultura ou abastecimento do gado e/ou então terras degradadas impróprias para a agricultura (Tabela 107).

Tabela 107 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	950	620
Lavoura temporária	1341	2685
Área plantada com forrageiras	78	679
Pastagens naturais	88	1725
Pastagens plantadas degradadas	5	87
Pastagens plantadas em boas condições	32	1447
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	32	174
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	31	144
Sistemas agroflorestais	63	353
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	19	30
Construções, benfeitorias ou caminhos	373	243
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	5	3
Total		8.190

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Em 2006, dos 1.474 estabelecimentos 74% pertenciam diretamente ao produtor, e mais 1% também lhe pertence indiretamente, porque são estabelecimentos que estão com o arrendatário e com o parceiro, que negociaram obrigatoriamente com o proprietário. O ocupante, aquele que trabalha com áreas cedidas pelo poder público e às vezes pelo proprietário, tem 23% dos estabelecimentos, enquanto que o produtor sem área tem 2%. Esses estabelecimentos ocupam uma área total de 8.101 hectares, pertencentes ao proprietário, isto é 79% estão sob sua responsabilidade, assim como o 1% em poder de arrendatários e os 20% ocupados pelo parceiro (Tabela 108). O ocupante e o produtor sem área não tem registro desta.

Tabela 108 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	1086	6409
Arrendatário sem titulação definitiva	8	42
Parceiro	2	1650
Ocupante	345	-
Produtor sem área	33	-
Total	1.474	8.101

Fonte: IBGE

Demografia

De acordo com o IBGE (2010), o município ocupava o 138° lugar no *ranking* populacional do Maranhão, representando 0,21% da população do Estado. Na Mesorregião Norte Maranhense classificava-se no 44º lugar com 0,53% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense estava na 18º colocação com 2,45%. Sua densidade demográfica é de 34,06 hab/km².

Entre 2000 e 2010, a população de Peri-Merim aumentou 5%. Particularizando em área e gênero, no referido decênio, se tem os seguintes aumentos: população masculina 5%, feminina 6%, urbana 14% e rural 2%.

Analisando o comportamento da população por ano, verifica-se que em 2000, a população masculina apresentava 51%, a feminina 49%, a urbana 24% e a rural 76%. Para 2010, os resultados da população masculina e feminina foram os mesmos que em 2000, enquanto que a população urbana foram 27% e a rural 73%, verificando-se, portanto, um pequeno aumento em ambos os casos (Tabela 109).

Vários fatores colaboraram para o crescimento da população, a saber: o asfaltamento da MA 212 que liga a sede do município com a MA 106, o que favoreceu para que, mudando para a área urbana o habitante pudesse continuar trabalhando na área rural, para a qual pode se deslocar de bicicleta e mototáxis encurtando o tempo de deslocamento; os auxílios sociais como bolsa familiar, aposentadoria, pensões, auxílio maternidade que aumenta a renda, possibilitando maior conforto doméstico com facilidade de aquisição de bens de consumo; maior e/ou melhor, assistência à saúde, educação e aos meios de comunicação. Os itens destacados no parágrafo acima são responsáveis também pelo

equilíbrio entre a população masculina e a feminina, pois ambos se vêem menos estimulados à migração.

De acordo o IPEA (2010), o município situava-se na 61° posição no IDHM no Estado, com valor de 0,599.

Tabela 109 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	6.644	6.989
Feminina	6.427	6.814
Urbana	3.153	3.668
Rural	9.918	10.135
Total	13.071	13.803

Fonte: IBGE

Saúde

O município dispõe de um hospital com 27 leitos de internação pelo SUS. Outros estabelecimentos de saúde estão distribuídos em cinco clínicas, quatro consultórios odontológicos e nove postos de saúde para todo o município.

Para o atendimento dispõem de nove médicos, três enfermeiras, doze técnicos de enfermagem e 42 agentes de saúde, dos quais onze trabalham na área urbana e os demais na área rural.

O município conta com o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), que se distribui em cinco equipes, cada uma com um médico, uma enfermeira, um dentista, um técnico de enfermagem. Os casos mais graves são levados para São Luís, há também distribuição de medicamentos por meio da farmácia básica.

Dispõe de uma Unidade Móvel Odontológica com cinco dentistas que, periodicamente, visitam todo o espaço rural. Funciona um grupo de atendimento ao idoso e um Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF).

As doenças mais frequentes são gripe, gastroenterocolite aguda, diabetes e hipertensão.

Educação

Em 2010, o município matriculou 3.750 alunos, sendo 59 em creches, 614 na pré-escola, 2.024 no ensino fundamental, 588 no ensino médio, 423 no EJA e 42 como alunos especiais.

Os estabelecimentos de ensino estaduais localizam-se na área urbana, com as modalidades: ensino fundamental, médio e EJA.

Na área rural, o município mantém 83 estabelecimentos de ensino, sendo 31 com pré - escola, 33 com ensino fundamental e 19 com EJA.

O corpo docente municipal contém 154 professores, sendo que 79 possuem magistério, 28 possuem o ensino superior incompleto e 47 com superior completo. A educação estadual conta com 61 professores, destes 24 com magistério e 37 com superior completo.

Economia

Em 2010, o PIB de Peri-Mirim somou R$ 38,907 milhões, representando 0,09% do PIB Estadual e 178ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 25,492 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 8,592 milhões e o industrial R$ 4,078 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 744 mil. A renda *per capita* do município alcançou R$ 186,95, levando o município a se situar na 147ª posição, em comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010)situou-se na 147ª posição correspondendo a 0,303. As principais atividades econômicas do município estão centradas no setor primário, principalmente as seguintes:

Agricultura

A produção agrícola municipal está distribuída em lavoura temporária e permanente**.** A temporária é a de maior representatividade na economia, cujos produtos por ordem de importância na comercialização são: mandioca, arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar e melancia (Tabela 110).

Entre 2006 e 2011, a área planta/colhida aumentou 10%, a quantidade produzia 48% e o valor da produção 155%; no referido período, todos os produtos aumentaram seus hectares plantados/colhidos em: 5% arroz, cana-de-açúcar e melancia 200% cada, 65% feijão, 7% mandioca e 6% milho; nas toneladas produzidas o crescimento foi de: arroz 30%, feijão 143%, cana-de-açúcar 214%, mandioca 40%, melancia 4.000% e milho 54%; no valor da produção todos os produtos aumentaram em: 97% arroz, 1.140% cana-de-açúcar, 161% feijão, 165% mandioca, 4.800% melancia e 22% milho.

Dos 1.463 hectares de área plantada/colhida em 2006, a mandioca foi o principal produto da agricultura temporária com 51%, seguida por: milho 25%, arroz 20% e o feijão com 4%, os demais produtos tiveram menos de 1% cada. O que se refere à quantidade produzida, a mandioca correspondeu a 84%, o arroz 9%, milho e cana-de-açúcar com 3% cada, os demais produtos tiveram menos de 1%; quanto ao valor da produção a mandioca participou com 68%, o arroz 17%, o milho 10%, o feijão 4%, a cana-de-açúcar 1% e a melancia com menos de 1%.

Em 2011, dos 1.606 hectares de área plantada/colhida, a mandioca ocupou 50%, o milho 24%, o arroz 19%, o feijão 6%, a cana-de-açúcar e a melancia com 1% cada. Na quantidade produzida, a mandioca representou 80%, o arroz 8%, a cana-de-açúcar 7%, milho 3%, melancia 2% e o feijão com 1%. No valor da produção a mandioca contribuiu com 70%, o arroz 13%, a cana-de-açúcar 6%, o milho 5%, o feijão 4% e a melancia com 2% (Tabela 110).

Tabela 110 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	290	305	290	305	464	605	153	302
Cana-de-açúcar	5	15	5	15	169	530	10	124
Feijão	55	91	55	91	23	56	31	81
Mandioca	750	806	750	806	4.500	6.295	594	1.573
Melancia	3	9	3	9	4	164	1	49
Milho	360	380	360	380	180	277	90	110
Total	1.463	1.606	1.463	1.606	5.340	7.927	879	2.239

Fonte: IBGE

A agricultura permanente é pouco significativa na economia do município, principalmente porque só quatro produtos (Tabela 111) são classificados pelo IBGE, ainda que o município seja produtor de outros frutos, da atividade doméstica nos quintais.

De 2006 a 2011, a área colhida da referida lavoura cresceu 156% e o valor da produção 65%; nos hectares colhidos, apenas o limão aumentou sua área em 33%, enquanto que a banana e a laranja mantiveram-se estáveis; em quantidade produzida, a banana e a laranja tiveram redução de 4% e 18%, respectivamente, o limão aumentou 150%; aumentaram seu valor de produção a banana em 29% e o limão em 200%, enquanto que o laranja diminuiu 20%. O coco-da-baía não foi analisado porque só há dados em 2011.

Em 2006, dos produtos cultivados o mais importante foi à banana que na área colhida dos 38 hectares ocupou 82%, a laranja 10% e o limão 8%. Das 315 toneladas, 95% foram de banana, 3% de laranja e 2% de limão. Quanto ao valor da produção, dos R$ 181 mil, 96% foram de banana, 3% de laranja e 1% de limão. Os dados quantitativos podem ser observados na tabela 108.

Em 2011, além dos produtos de 2006 apresentados, surgiu o coco-da-baía que dos 100 hectares colhidos correspondeu a 60%; 32% foram de banana, 4% de laranja e limão cada. Quanto ao valor da produção, dos R$ 299 mil, 75% foram de banana, 21% de coco-da-baía, 2% limão e 1% de laranja (Tabela 111). Não foi possível analisar a quantidade produzida, pois os produtos foram quantificados em unidades diferentes, sendo o coco-da-baía em mil frutos e os demais produtos em toneladas.

Portanto, a lavoura permanente tem influência econômica insipiente. Embora se saiba que há uma diversidade muito grande de frutas tradicionalmente cultivadas como produtos de fundo de quintal, a saber: manga, lima, tangerina, abacate e inúmeras outras.

Tabela 111 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana (cacho)	32	32	300	289	174	225
Coco-da-baía*	-	60	-	160	-	64
Laranja	4	4	11	9	5	4
Limão	3	4	4	10	2	6
Total	39	100	315	468	181	299

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

A pecuária representa a segunda atividade econômica mais importante do município. Os principais rebanhos por números de cabeças são: aves, bovino, suíno e bubalino (Tabela 112).

Referida atividade se favorece dos campos próprios da região, embora grande parte dos rebanhos represente ainda atividade tipicamente doméstica, de quintal como o suíno e as aves. Embora não conste na tabela há também atividades ligadas à apicultura.

De 2006 a 2011, o rebanho total diminui 7% com as seguintes particularidades, pois houve redução dos seguintes rebanhos: bovino 63%, equino 47%, suíno 5% e muar 2%; aumentaram os rebanhos de ovino 10%, caprino 9%, aves 4%, asinino 3% e bubalino 1%.

Em 2006, o rebanho tinha 107.441 cabeças, destas, 60% eram avicultura, 24% de suíno, 12% de bovino, o caprino, bubalino, ovino e equino com 1% cada, o asinino e muar ambos com menos de 1%.

Em 2011, o rebanho tinha 99.974 cabeças, sendo 67% da avicultura, o bovino caiu para 5%, o suíno, o caprino, o bubalino, o ovino e o equino conservaram o mesmo percentual de 2006; enquanto que o asinino e o muar representaram menos de 1%.

As atividades criatórias menos significativas dizem respeito, principalmente, a animais que eram usados como transporte que, com o aumento das rodovias foram perdendo importância, exceto o caprino e o ovino. Tais rebanhos podem ser observados na tabela 112.

Tabela 112 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	13.258	4.864
Equino	591	599
Bubalino	1.252	663
Suínos	25.557	24.274
Asinino	340	350
Muar	120	118
Caprino	1.428	1.553
Ovino	701	773
Aves	64.194	66.780
Total	107.441	99.974

Fonte: IBGE

Extrativismo

Das 189 toneladas de produtos extrativos vegetais a maior produção foi de carvão vegetal que participou com 55% da quantidade produzida e 44% da renda de R$ 413 mil; sabe-se, no entanto, que a extração do carvão é prejudicial à natureza, porque representa desmatamento direto ou indireto quando a matéria prima é a lenha das coivaras das roças, a não ser que tenha sido utilizado do coco babaçu. O segundo produto de maior importância é a amêndoa do babaçu, que contribuiu com 41% da produção e 19% da renda. Em terceiro lugar está a juçara, cuja produção foi apenas 4% e 5% da renda (Tabela 113).

A produção de lenha e madeira, cujas quantidades coletadas são informadas em metros cúbicos no total de 8.653, a maior produção foi de lenha com 99,70% e a madeira 0,30%. Da renda total, a lenha colaborou com 31% e a madeira com 1%. A madeira é destinada à construção civil e a pouca quantidade resulta do município, como todos os demais da Baixada Maranhense terem menos área de mata, que se desenvolve só nos tesos, em que pese o desmatamento secular desse espaço para a agricultura itinerante.

A lenha é utilizada principalmente em olarias, padarias e casas de farinha. Qualquer que seja o destino da lenha é danosa para a natureza pelas inúmeras e diversificadas inconveniências, como a fumaça que polui a atmosfera e as cinzas que transportadas pelas enxurradas são depositadas nos rios provocando assoreamento. Entretanto, a cinza pode ser utilizada em substituição do cimento com a mesma qualidade, quando do reboco das casas (Tabela 113). No município não há atividade extrativista mineral.

Tabela 113 - Quantidade e valor da produção extrativista - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	78	-	78
Carvão vegetal	103	-	181
Juçara	8	-	20
Lenha	-	8.627	129
Madeira em tora	-	26	5
Total	189	8.653	413

Fonte: IBGE

Pesca

A inexistência de dados quantitativos dificulta uma análise acurada sobre a importância da pesca na economia de Peri-Mirim, entretanto, quando do trabalho de campo, pelas informações obtidas, a pesca artesanal certamente contribui para a economia do município. Praticada nos lagos ou em tanques rudimentares cavados na margem dos campos e que são abastecidos com o transbordamento desses, na ocasião das cheias, colaboram para a produção artesanal destinada à subsistência.

As principais espécies são: traíra (*Hoplias malabaricus*), jeju (*Hoplerythrinus unitaeniatus*), acará (*Geophagus brasiliensis*), piaba (*Axtianax spp*), mussum (*Syndranchus marmoratus*) e outros.

Indústria

As únicas atividades que podem ser consideradas industriais são três olarias que fabricam tijolos, padarias, além de diversas casas de farinha encontradas na área rural.

Turismo

Como atração turística pode-se considerar o campo, na diversificação da paisagem conforme o período, a festa de São Sebastião no mês de janeiro, padroeiro do município, cuja imagem de vários metros sobre um morro domina toda a paisagem urbana (Figura 100).

Figura 100 - Imagem de São Sebastião – 2011



Fonte: IMESC

Os pratos típicos mais populares e que podem ter influência turística são: arroz de jaçanã e piaba que podem ser preparados frito, cozido ou ao molho.

Para atendimento ao turista, o município dispõe de uma pousada, três restaurantes e uma lanchonete.

Comércio

O comércio é varejista e se destaca no setor de alimentos. Peri Mirim possui quitandas, supermercados, feiras e mercados sendo o abastecimento realizado por transportadoras de São Luís e outras regiões do Estado.

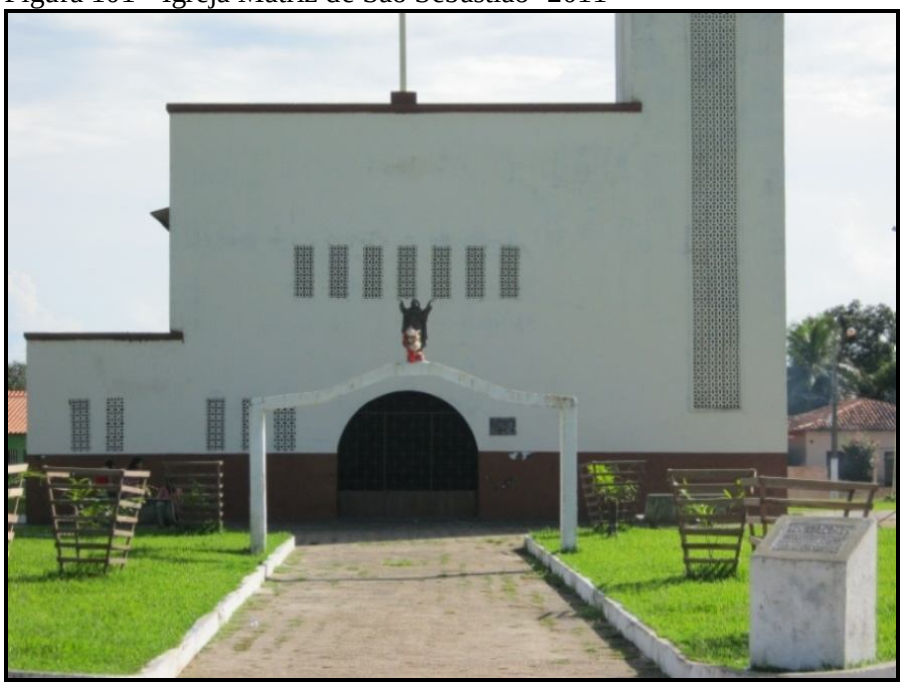
Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Bequimão, funcionando na cidade um cartório. Possui 10.910 eleitores, distribuídos em 30 seções eleitorais e nove vereadores (TSE, 2012).

Religião

Predomina no município o catolicismo, destacando-se igreja matriz na sede, dedicada a São Sebastião (Figura 101) e várias capelas distribuídas pelo espaço rural. Há também templos ligados ao espiritismo, além de outras religiões. Os evangélicos possuem diversos templos: Batista, Assembleia de Deus e Adventista, distribuídos pela sede e na zona rural.

Figura 101 - Igreja Matriz de São Sebastião -2011



Fonte: IMESC

Das 13.803 pessoas consultadas pelo IBGE em 2010, 84% eram católicas, 10% evangélicas, 6% sem religião, espíritas e outras religiões representaram menos de 1% (Tabela 114).

Tabela 114 - Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de adeptos
Católica	11.532
Evangélica	1.445
Sem Religião	779
Espírita	25
Outras Religiões	22
Total	13.803

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água na área urbana é de responsabilidade da CAEMA, sendo a água extraída por meio da abertura de poço artesiano. Na área rural, os poços artesianos são de responsabilidade dos moradores, por iniciativa das comunidades.

O município não tem esgotamento sanitário, sendo os efluentes domésticos canalizados para as fossas, registrando um total de 2.825 de acordo com o SIAB, 2012.

O lixo é coletado apenas na área urbana em dias alternados, em caminhão da prefeitura, depositado num lixão a céu aberto à margem da estrada que liga as cidades de Peri-Mirim e Palmeirândia.

A energia elétrica é de responsabilidade da CEMAR, com subestação de Três Marias. O número de consumidores em 2010 foi de 88.433, sendo a maior parte residencial representando 92%, comercial 5%, poder público e rural 1% cada, os demais consumidores representaram menos de 1%. Dos 3.748.108 MWh o consumo residencial representou 55%, a iluminação pública 22%, o serviço público 8%, o poder público 6%, a indústria e o comércio 4% cada e a área rural 2% (Tabela 115).

Tabela 115 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	81.642	2.067.731
Comercial	4.329	140.207
Poder Público	1.048	232.512
Rural	577	62.992
Industrial	425	146.171
Serviço Público	388	287.878
Iluminação Pública	12	810.617
Consumo próprio	12	0
Total	88.433	3.748.108

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

O sistema bancário está representado por um posto bancário do Banco do Brasil, dois do Bradesco e por uma casa lotérica.

A comunicação postal do município é de responsabilidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC), enquanto a telefonia fixa e internet é pela Oi e a móvel feita pela TIM. Além da rádio comunitária Manga LTDA.

O município possuía 30 terminais acessíveis 24 horas (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

As principais atrações são as festas religiosas com destaque para a de São Sebastião, Divino Espírito Santo e Santo Antônio, além do outros santos reverenciados. Atualmente promovem vaquejadas.

O futebol é bastante apreciado pela juventude, contando o município com 40 campos, incluindo os da área rural. Funciona na cidade um clube onde promovem festas dançantes.

As datas cívicas comemoradas são: Independência do Brasil e aniversário do município. Algumas lendas são comuns na cidade a exemplo do curupira e da mãe d'água.

Transporte

A sede municipal se localiza a 346 km de São Luís, comunicando-se através das rodovias BR 135, BR 222, MA 014 e MA 212. O transporte é rodomarítimo, servido diariamente por ônibus da Serv Porto com travessia na baía de São Marcos em *ferryboat*.

No período chuvoso, quando os lagos inundam o campo, usam canoas e lanchas para comunicação inter-rural ou com cidades vizinhas. No período da estiagem esse deslocamento muda para mototáxis, vans e caminhões abertos, adaptados precariamente, os populares paus de arara.

As rodovias que traçam o município são: a MA 212, que atravessa a cidade ligando à Palmeirândia, a MA 106, unida a cidade pela MA 212, além da rodovia MA 014.

2.14 Pinheiro

Símbolos Municipais



Brasão

O Brasão foi criado pelo professor Nelson de Jesus Nogueira, por meio da Lei Nº 748, de 30 de maio de 1986, na administração do prefeito Pedro de Sousa Lobato.



Bandeira

Em 1973, a pedido do Prefeito Filadelfo Mendes Filho, foi realizada uma campanha junto aos estabelecimentos de ensino, a fim de obterem sugestões sobre o modelo da bandeira para o município.

Entre os vários modelos, a Câmara Municipal escolheu o que foi apresentado pelo Colégio Pinheirense. No dia 04 de junho de 1973, o Prefeito enviou ao Legislativo Municipal o Projeto de Lei de Nº 472/1973, com a finalidade de criar a bandeira do município.

Em 8 de junho de 1973, por unanimidade de votos, a Câmara aprovou o referido projeto. Com a sanção do Prefeito Filadelfo, ficou assim instituída a bandeira através da Lei de Nº 441/1977.

Hino

Princesa centenária da Baixada
Gentil rainha do meu coração
Os braços de palmeiras, coroasa,
Sorris de formosura ao Maranhão

Vive Pinheiro, ainda,
Nos séculos, rainha,
Rica, gloriosa e linda
Em teu verde esplendor
Triunfa sempre altiva
No pelejar da vida
E, na tua gente viva
Nobre e fecundado amor!

Ao longe escorrem
Lentas, caudalosas,
As águas verdes do Pericumã
Levando em si riquezas portentosas
Penhor de vida e de tua gente sã.
Pontilham o campo verde, ilimitado,
Lotes de rezes, que pastando vão,
E quando o campo brilha já alagado,
Deslizam barcos na ampla solidão.

Murmura aos ventos mansos da chapada
A cabelereira do babaçual
E em vivo ritmo a gente atarefada
Os cocos quebram e cantam o palmeiral.

A torre da Matriz, em nota varia,
Dos céus azuis brilhando a clara luz
Relembra que es, Pinheiro centenária,
Esplendido torrão de Santa Cruz.

A fé em Cristo é teu quinhão sagrado,
Tuas esperanças lá no céu de anil
Guarda teu coração imaculado
Grande na fé do Brasil...

Letra e música: Pe. Pedro Tidei

O Hino Municipal foi oficializado na administração do Prefeito Filadelfo Mendes Filho, por meio do Decreto de Nº 002/73, em 29 de Agosto de 1973. A letra e a música são de autoria de um missionário Padre Pedro Tidei do Sagrado Coração.

Localização

O Município Pinheiro está localizado na Baixada Maranhense, Região Norte do Estado e faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

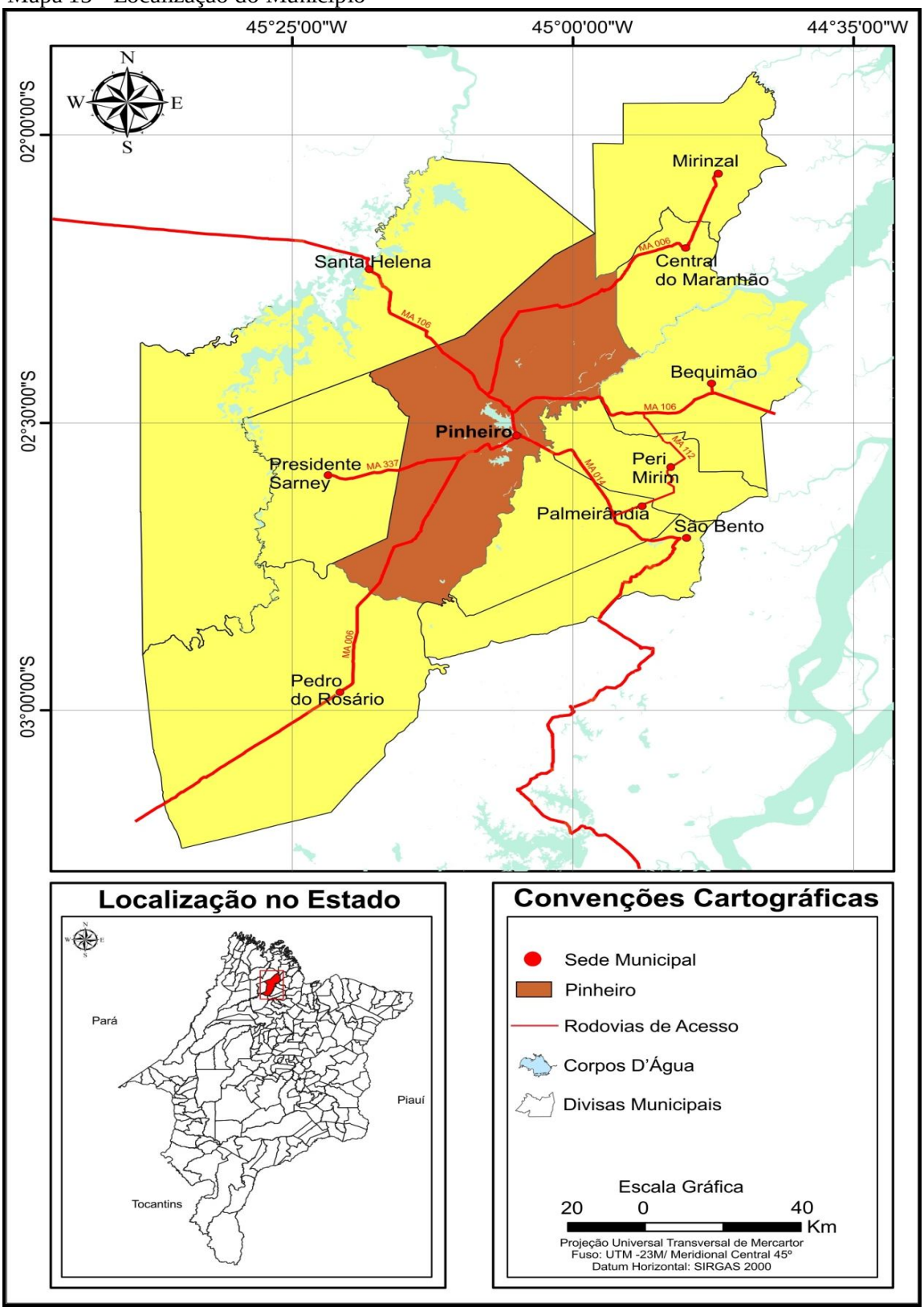
Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Santa Helena e Mirinzal, a Oeste Presidente Sarney e Santa Helena ao Sul com Pedro do Rosário e São Bento a Leste com Bequimão, Peri-Mirim, Palmeirândia e Central do Maranhão (Mapa 15).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 02°10’14” de latitude e -44°58’00” de longitude; Oeste -45°21’26” longitude e - 02° 44’ 43” de latitude; Sul -02°49’08” latitude e -45°11’37” de longitude"; Leste -44°53’52” longitude e -02° 23’04” de latitude.

Extensão

O município Pinheiro tem 1.465,5 km², sendo o 68° do Estado em extensão, correspondendo a 0,45%. Na Mesorregião Norte Maranhense classifica-se no 10ª lugar com 2,78%e, na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense está no 3º lugar com 8,32% do território microrregional.

Mapa 15 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Processo de Ocupação

A região antes habitada por índios foi visitada pelo Capitão-Mor Inácio José Pinheiro, que procurava um novo local para criar seu gado e instalar uma fazenda. Ao se deparar com uma planície imensa que se desdobrava à sua direita e a mata espessa que havia ali, se instalou por volta de 1819. Logo após, outros fazendeiros vieram atrás, já que a experiência do Capitão-Mor de Alcântara era reconhecida por muitos.

Na fazenda, além da criação de gado, os vaqueiros eram agricultores nas horas vagas e cultivam as roças próximas à mata e, essa produção servia para subsistência. Com o tempo, o lugar foi crescendo e se desenvolvendo muito rapidamente tornado-se povoado, mais conhecido como Lugar de Pinheiro.

Os índios sentindo-se prejudicados com a instalação da fazenda reclamaram a posse das terras. O cacique da tribo procurou o comandante da Fortaleza de São Matias, tenente-coronel Antônio Joaquim de Sousa Brochado, em Alcântara.

Após análise do então Governador da Capitania, o marechal Bernardo da Silveira Pinto Fonseca decretou pelo Oficio nº 85, de 16 de outubro de 1819, no qual reconhecia o direito dos índios sobre terras e, considerou o Capitão-Mor como intruso, censurando-opor não ter solicitado a autorização do Governo para criar um povoado. No ano seguinte, em 1820, após os acontecimentos o Capitão-Mor faleceu.

Fatos Históricos

Um dos fatos históricos de Pinheiro foi à Provisão de 09 de agosto de 1826, assinada pelo Vigário-Geral da Diocese, a qual autorizou o benzimento da capela construída por João Barros e outros moradores, em 3 de janeiro de 1828, pelo padre Raimundo José de Assunção.

Em 1833, o povoado obteve sua primeira escola pública, tendo como professor o Sr. José Custódio Alves Serrão.

Em 1855, pelo Artigo 4º da Lei nº 370, de maio, os legisladores maranhenses elevaram Pinheiro à categoria de freguesia sob a invocação de Santa Inácio de Loiola.

A freguesia elevada à categoria de vila, pela Lei Provincial n.º 439, de 03 de setembro de 1856, era o povoado que teve sua origem na fazenda de gado fundada pelo

Capitão-Mor Inácio José Pinheiro, nos campos de Pericumã. Em 30 de maio de 1920, pela Lei n° 911 foi elevada à categoria de cidade.

Em 1862, foi instalada a primeira Câmara. O primeiro orçamento foi aprovado pela Assembléia Provincial Legislativa em 27 de julho de 1864, com uma receita orçada em 342$000 e uma despesa de 321$000.

Em 1863, instalou-se a coletoria de rendas gerais e provinciais, para a qual foram nomeados: coletor - o alferes Antônio José de Sá Caldas, agente – José Caetano de Sá e escrivão – Raimundo Lusitano Ribeiro. No mesmo período, foi nomeado como subdelegado de policia – José Antônio Pereira de Lima.

O primeiro Código de Postura Municipal foi sancionado pelo presidente Ambrósio Batista Cunha, por meio da Lei de N.º 649, de 26 de julho de 1863. O ano de 1865 foi propício para o desenvolvimento de Pinheiro e, alguns fatos foram significativos, a saber: escolheram os primeiros eleitores da paróquia, foi criado o serviço dos Correios e foi permitido formar um Batalhão da Guarda Nacional.

Em 1870, foi criado o Cargo de Comissário Vacinador e, em 1874, a Comissão Censitária. Data da primeira grande guerra mundial (1914-1918) o começo do desenvolvimento comercial de Pinheiro, mas o apogeu do desenvolvimento só veio a se manifestar no quinquênio de 1920 a 1924, com a exportação das amêndoas do coco babaçu. O município de Pinheiro possuiu as seguintes denominações: Lugar de Pinheiro, Vila Nova de Pinheiro, Vila de Santo Inácio de Pinheiro e, atualmente, Pinheiro.

Com o progresso, esse município perdeu parte de seu território, quando da criação dos municípios de Santa Helena, Pedro do Rosário e Presidente Sarney.

Ambiente Físico

O município se encontra localizado na Baixada Maranhense e tem como característica ser uma depressão em forma côncava de terras alagadas, que se estende por vários municípios da região. Segundo Rodrigues et. al (1994), a formação geológica da área do município está baseada na Formação Itapecuru, descrevendo sua composição de arenitos avermelhados, médios e grossos, argiloso, pintalgados de caulim, com estratificação cruzada de grande porte e estruturas de corte e preenchimento, e por formações superficiais de aluviões flúvio-marinhos que datam do Quaternário, constituído por cascalho, areia e argilas inconsolidadas.

Geomorfologicamente o município se encontra na Superfície Maranhense com Testemunho, área aplainada durante o ciclo Velhas. Para Vieira (2007), a configuração do relevo está dissecada em geometria tabulares e sub tabulares rebaixadas, com bordas em declive suave dando origem a mesas e colinas, apresentando-se com superfície plana e quase horizontal na topografia da baixada (Figura 102).

Figura 102 - Área aplainada com algumas depressões alagadas - 2011



Fonte: IMESC

Na região, os solos predominantes são os gleissolos presentes nas áreas mal drenadas e alagadas às margens do rio Pericumã; os plintossolos representam aproximadamente 50% do território, são solos com restrição a percolação da água, imperfeitamente drenados, possui textura arenosa a média, raramente argilosa, tendo coloração escurecida pela matéria orgânica; os argissolos vermelhos amarelados têm como características solos bem drenados, presentes nas áreas mais elevadas da região, como os tesos e latossolos amarelos, com característica de ser bem drenado com pouca fertilidade natural.

O clima é tropical úmido e dividido em dois períodos, o primeiro chuvoso de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro. No período chuvoso, as inundações favorecem a fertilização do solo nas áreas alagadas que, durante a estiagem, possibilitam o

surgimento de vegetação de gramíneas que servem para a alimentação do gado e a formação de lagos de pequena profundidade, com grande piscosidade.

Ressalta-se que, durante o primeiro semestre do ano, devido o baixo grau de declividade dos rios e secção de vazão insuficiente à descarga hídrica, o volume d'água aumenta consideravelmente, inundando áreas planas de baixa altitude conhecidas como campos inundáveis, interligando lagos e rios tornando-os um único corpo d'água. A temperatura anual fica entre 26º C e um pouco mais de 27ºC; a umidade relativa do ar está entre 79% e superior de 82% e, o índice pluviométrico anual varia entre 1.600 a 2.800 mm.

A bacia do Pericumã ocupa praticamente todo o município e é composta pelo rio homônimo (Figura 103). Seus afluentes e subafluentes são: Sem Pindoba, Fonte, Italiano, Grande, do Meio, Imprensa, Serraria, do Caju, Estiva, Fortaleza, Pindoval, Ribeirão e Ribeirão Pacas, além dos riachos popularmente chamados de igarapés como: Urucurama, Santa Cruz, Estiva, Bate Boca, Corrimão, Amapá, Olaria, Mata-Fome, Mata-Pi, Salvador, Ipiranga, Grande, do Açude, Olho d'Água, Providencia e Cachoeira.

Outros rios formam microbacias independentes - Uru, Vivo, Santo Antonio e Igarapés: do Cascudo, do Velho Bento e Quiririnzal. Compõe ainda o conjunto hídrico do município os lagos Tiririca e Novo. Os referidos lagos margeiam o Rio Pericumã e ao transbordar, no período das chuvas, se transformam em uma massa hídrica única.

Figura 103 - Trecho do Rio Pericumã - 2011



Fonte: IMESC

A vegetação do município é formada, em grande parte, por gramíneas e juncos (*Cyperus giganteus*) presentes nos campo, que são utilizadas como pasto pelos criadores de gados durante o tempo de estiagem, além de outras palmáceas como a juçareira e o buritizeiro; nos tesos, estão presentes tipos arbóreos como as castanheiras (*Bertholletia excelsa*), as palmeiras de babaçu (*Orbignia speciosa*) e de outros vegetais (Figura 104).

Figura 104 - Vegetação nos tesos - 2011



Fonte: IMESC

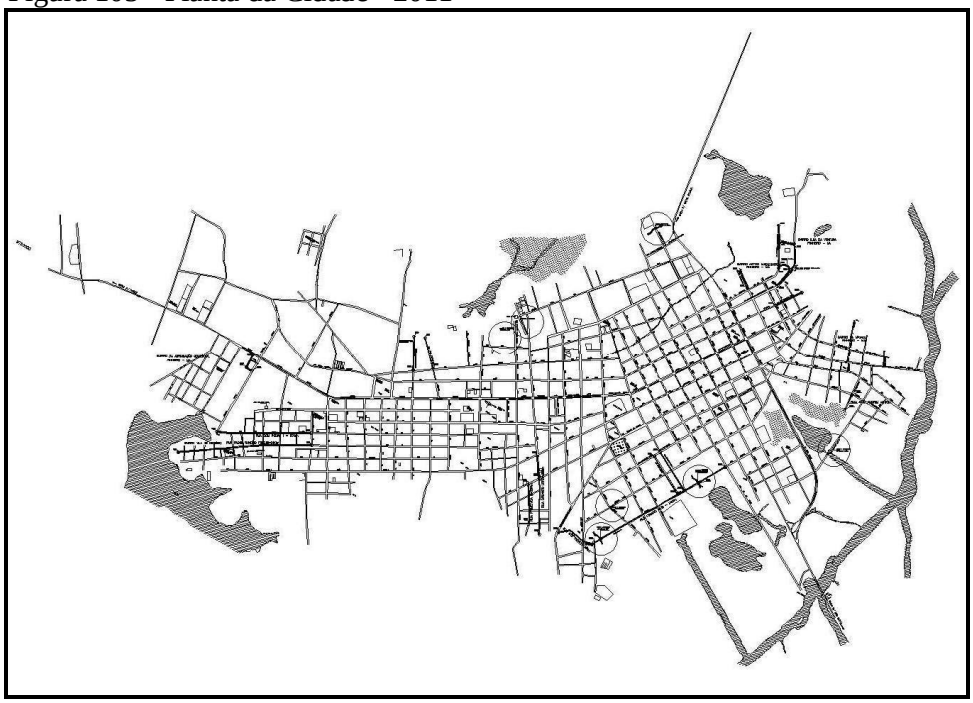
O município possui todo o seu território inserido na APA, Baixada Maranhense Subárea do estuário Mearim-Pindaré e Baía de São Marcos.

Espaço Urbano

O espaço urbano de Pinheiro (Figura 105) tem uma arquitetura mista de casarões antigos e casas de estilo contemporâneo. Existem cinco praças arborizadas e com calçamento, que são: Praça da Igreja Matriz, do Centenário, José Sarney (Figura 106), Elizabete Carvalho, Gonçalves Dias e São Benedito que são utilizadas nas manifestações culturais e para o lazer. A cidade possui aproximadamente 140 vias públicas entre ruas e travessas.

Duas estradas estaduais passam pelo centro da cidade, a MA 106 que recebe o nome de Avenida Paulo Ramos e a MA 006, nomeada de Avenida Tarquínio Lopes (Figura 107).

Figura 105 - Planta da Cidade - 2011



Fonte: Prefeitura Municipal de Pinheiro

Figura 106 - Praça José Sarney - 2011



Fonte: IMESC

Figura 107 - Avenida Tarquínio Lopes - 2011



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural de Pinheiro é composto de 182 localidades distribuídas em 78 povoados, 81 sítios, 14 fazendas, 5 projetos, 3 engenhos e uma vila (BRASIL, 2011).

Povoados: Ave Maria, Bacabal, Barraca, Barro Preto, Bem Fica, Boa União, Boa Vista, Boca da Mata, Bom Viver, Buriti, Cabo de Ferro, Campo Novo, Campo Novo II, Carro Quebrado, Conceição, Cutindiba, Encantado, Enseada, Enseada Funda, Esperança, Experimenta, Espírito Santo, Fortaleza, Guaribal, Ilha de Fora, Jacaré, Juçara, Juçaral, Justina, Macapazinho, Madeira, Maranhão Novo, Montes Claros, Mundico, Nova Ponta Branca, Olho d'Água, Outeirinho de Pedra, Pacas, Paraíso, Pedrinhas, Pedrinhas II, Peixoto, Pericumã, Pirina, Ponta Branca, Ponta de Santana, Ponta do Corral, Ponta do Lago, Pracinha, Porão do Amaral, Puraozinho, Queimada de João, Refúgio, Ribeirão de Baixo, Ribeirão de Cima, Ribeirão do Meio, Rio dos Peixes, Rio Preto, Santa Maria, Santa Rosa I, Santa Rosa II, Santa Sofia, Santa Vitória, Santo Antonio, São Caetano, São José, São Luís, São Paulo dos Lobatos, São Raimundo, Serro, Tabaréu, Taboqueiro, Tambor, Tingidor, Tiquireiro, Tracoa, Urucuzal e Vitória.

Sítios: Açude, Açudinho, Águas Boas I, Águas Boas II, Alto do Braga, Andirobal, Andirobal dos Corujas, Angelim, Apertado, Pedras, Bacabalzinho, Bacuri, Bamburral, Banco de Areia, Boa Lembrança, Boi de Carro, Bom Jardim, Bom Jesus, Cafuso, Cajazeira, Campina do Rio Grande, Campo de Canoa, Campo Novo, Canarana, Carnaúba, Centrinho III, Coco, Estacon, Estrada Nova, Estrela, Fidel I, Fidel II, Flores, Forquilha, Gaturano, Guanabara, Ilha das Cotias, Ilha do Bom Jardim, Ilha do Paraná, Imprensa, Jacaré, Jacarezinho, Jenipapo, Lacral, Ladeira de Pedra, Macaco, Mãe Isabel, Mangueira, Matapi, Matias, Mizael, Morada Nova I, Morada Nova II, Mucunzal, Pacoa, Pampilhosa, Paraíso, Pau de Urubu, Paxiba, Pericumã dos Queiroz, Ponta Suja, Porãozinho, Rumo I, Rumo II, Santa Cruz, São Benedito, São Paulo, São Raimundo, São Roque, São Sebastião, Sapucáia, Segredo, Senado, Serraria, Sorocaba, Sudário, Tapera do Lago, Tijuca, Toca Búzio e Vitória.

Fazendas: Água Azul, Cuba, Fazenda Nova, Imbiratuba, Marajó, Olho d'Água, Paraguaçu, Rio Branco, Santa Anísia, Santa Cruz, São João, São Roque, Tubajara e Urucurana.

Projetos de assentamento: Apaga Fogo, Barros, Santana II, Santana dos Pretos e São Marcos.

Engenhos: Caruma, Ponta da Capoeira e Santo Antônio.

Vila: Vila João da Cruz.

Utilização das Terras

Quanto à utilização das terras, não foi possível fazer uma análise quantitativa dos estabelecimentos, haja vista desenvolvem várias atividades rurais, distribuídas em lavoura, pastagens de vários tipos e preservação de matas e/ou florestas, além de outras menos significativas.

Sobre a área dos 54.433 hectares, 44% foram destinadas para três tipos de lavouras, incluindo as áreas plantadas com forrageiras; as pastagens, nas suas diversas modalidades, ocuparam 31%, voltadas para a preservação ambiental matas e/ou florestas e sistemas agroflorestais estavam com 21%, outras atividades rurais ligadas indiretamente à pecuária, perfaziam 4% (Tabela 116).

Tabela 116 - Número de estabelecimentos agropecuários e áreas, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	316	1.684
Lavoura temporária	1.569	21.427
Área plantada com forrageiras	111	1.042
Pastagens naturais	361	11.839
Pastagens plantadas degradadas	77	1.484
Pastagens plantadas em boas condições	154	3.377
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	75	1.685
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	190	5.867
Matas e/ou florestas (florestas plantadas com essências florestais)	3	505
Sistemas agroflorestais	83	2.998
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	66	761
Construções, benfeitorias ou caminhos	184	813
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	21	23
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	56	930
Total	-	54.433

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Sobre a condição do produtor (Tabela 117), tanto o arrendamento como a parceria são contratos estabelecidos com o proprietário. Dos 2.807 estabelecimentos, 35% estão registrados como do proprietário, mas ao considerar o raciocínio acima, os 15% do arrendatário e os 2% dos parceiros devem ser adicionados aos estabelecimentos do proprietário, elevando também a sua participação quanto aos hectares, por conseguinte,dos 54.433 hectares, pertencem ao proprietário 67%, esse percentual somado aos 19% dos arrendatários e, 5% dos parceiros, resultam em um percentual de 91% para o proprietário.

O ocupante, isto é, aquele que utiliza terras devolutas ou cedidas pelos proprietários estava com 15% dos estabelecimentos e 9% dos hectares, enquanto que os

produtores sem área corresponderam a 31% e,assentado sem titulação definitiva 2% dos estabelecimentos.

Tabela 117 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	974	36.516
Assentado sem titulação definitiva	49	356
Arrendatário	434	10.330
Parceiro	59	2.862
Ocupante	428	4.369
Produtor sem área	863	-
Total	2.807	54.433

Fonte: IBGE

Demografia

Verificando os dados da tabela 118, observa-se que entre 2000 e 2010 a população total cresceu 13%. Ao fazer uma análise da Tabela 118, no que se refere à população/área percebe-se seguintes resultados, respectivamente: masculina 12%, feminino 14%, urbana 18%, rural 6%, portanto, o crescimento mais significativo foi à população feminina e a urbana.

Analisando a participação da população em cada exercício, verifica-se que no ano 2000, a população masculina era de 49%, a feminina 51%, a urbana 56% e a rural 44%. Em 2010, os resultados foram: população masculina 49%, feminina 51%, urbana 59% e rural 41%. Em termos percentuais, a população masculina e a feminina apresentaram o mesmo resultado, enquanto que a população urbana aumentou 3% e a população rural diminuiu também 3% (Tabela 118).

O crescimento da população urbana está relacionado principalmente, ao de fato a cidade de Pinheiro ter uma razoável assistência à saúde, a educação além de ser o centro comercial mais desenvolvido da região. Não se deve descartar, no entanto, a influência, embora menor, dos dois campis universitários instalados e em funcionamento na sede municipal.

De acordo com o IPEA (2010), o município situava-se na 17° posição no IDHM no Estado, com valor de 0,637.

Tabela 118 - Distribuição da população residente - 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	33.398	38.079
Feminina	34.632	40.083
Urbana	38.186	46.487
Rural	29.844	31.675
Absoluta	68.030	78.162

Fonte: IBGE

Saúde

O município possui dois hospitais, um regional com onze leitos de urgência e emergência, 60 leitos no setor de internação e dezesseis enfermarias, nos quais são realizados atendimentos locais e cirurgias de porte médio, atendendo não só a localidade como também outros municípios circunvizinhos.

A estrutura do hospital permite fazer alguns exames laboratoriais e de raios-X. Em caso de transferência de pacientes em estado grave para São Luís, são utilizados ambulâncias ou helicóptero do GTA - Grupo Tático Aéreo do Governo do Estado.

Os atendimentos mais frequentes são: trauma por acidentes de motos, acidente vascular cerebral - AVC e doenças relacionadas à diabetes e psiquiátricas.

Na rede de saúde municipal a equipe é composta por oito médicos, sendo um cirurgião geral e um anestesista, seis enfermeiros e 80 técnicos de enfermagem. Além da área urbana, a zona rural é atendida por equipes do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF) e Saúde Bucal, que assiste toda a área municipal; esse Programa possui quatorze equipes compostas por dezenove enfermeiros, dezenove técnicos em enfermagem, onze médicos e quatorze dentistas.

Além desse Programa, existe o CAPS, com o objetivo de oferecer atendimento à população ao realizar acompanhamento clínico, entre outros. Nesse Centro são feitas consultas com clínicos gerais, cardiologista, neurologista, pediatra, ortopedista, radiologista, dermatologista, ginecologista, gastroenterologista, oftalmologista e outros tipos de exames.

Educação

Em 2011, o município matriculou 17.125 alunos distribuídos entre pré-escola, ensino fundamental e EJA, nos turnos matutino, vespertino e noturno. Os estabelecimentos de ensino estão distribuídos em 135 escolas municipais, sendo dezessete na área urbana e 118 na zona rural atendendo a pré-escola, ensino fundamental e EJA.

O corpo docente é formado por 1.511 professores, dos quais 1.013 são efetivos e 498 contratados; desse total, 1.151 possuem formação em magistério e 360 têm nível superior.

O Estado matriculou no município 5.604 alunos distribuídos entre o ensino fundamental, médio e EJA, nos três turnos. Os estabelecimentos de ensinos da rede estadual estão distribuídos em quinze escolas, sendo seis na zona urbana e nove na área rural.

Funcionam na sede municipal três campis universitários: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e o Instituto Federal do Maranhão – IFMA.

Economia

Em 2010, o PIB de Pinheiro somou R$ 401,363 milhões, representando 0,89% do PIB Estadual e 13ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 297,286 milhões na economia municipal, o setor agropecuário somou R$ 38,076 milhões e o industrial R$ 34,805 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 31,196 milhões. A renda *per capita*, do município, alcançou R$ 292,88, levando Pinheiro a se situar na 31ª posição em comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) fixou-se na 18ª posição, correspondendo a 0,458.

As principais atividades econômicas estão ligadas ao setor primário dentre os quais, a agricultura que se divide em temporária e permanente; a primeira tem maior expressividade na economia, cujos produtos por ordem de importância na comercialização, são: mandioca, arroz, milho, cana-de-açúcar, feijão e melancia.

Agricultura

De 2006 a 2011, a área plantada/colhida diminuiu 48%, a quantidade produzida 62% e o valor da produção 26%.

O arroz e a mandioca são os principais produtos da lavoura temporária. Comparando os dois produtos, o arroz, entre 2006 e 2010 teve a área plantada/colhida diminuída em 37% e a mandioca diminuiu 51%. A quantidade produzida do arroz, nesse mesmo período, diminuiu 69% e a mandioca 64%.

Quanto ao valor da produção, o arroz foi menor com 48% e a mandioca teve 26%. Outro produto que também apresentou menores índices, entre 2006 e 2010, foi o milho uma vez que da área plantada/colhida representou 30%, em quantidade produzida 58% e no valor da produção 45%. Os demais produtos menos importantes economicamente tiveram, no entanto, aumento em todos os itens: a cana-de-açúcar teve a área plantada/colhida aumentada 150%, a quantidade produzida em 322% e o valor da produção 1.240%. O feijão teve maiores percentuais com a área plantada/colhida com 87%, quantidade produzida 237% e valor da produção 478%. A melancia deixou de ser analisada, porque a sua produção somente foi informada em 2011.

Em si tratando da participação dos produtos agrícolas no ano de 2006, e considerando os itens analisados, dos 9.735 hectares de área plantada/colhida, o arroz participou com 43%, a mandioca com 42%, o milho com 14%, a cana-de-açúcar e o feijão menos de 1%; a quantidade produzida foi de 51.413 toneladas, das quais o arroz participou com 17%, a mandioca 80%, o milho 2%, o feijão 1% e a cana-de-açúcar menos de 1%. Quanto ao valor da produção cujo total foi de R$ 9,690 milhões, o arroz arrecadou 28%, a mandioca 66%, o milho 6%, a cana-de-açúcar e o feijão menos de 1% (Tabela 119).

Para 2011, dos 4.907 hectares de área plantada/colhida, o arroz participou com 32%, a mandioca com 43%, o milho com 20%, o feijão com 5%, a cana-de-açúcar e a melancia junto 1%. Com referência às 19.633 toneladas produzidas, o resultado foi o arroz 14%, mandioca 75%, milho e cana-de-açúcar 4% cada, feijão 1% e melancia 2%. Dos R$ 7,171 milhões, correspondentes ao valor da produção, o arroz colaborou com 19%, a mandioca com 66%, o milho com 5%, a cana-de-açúcar com 3%, o feijão com 4% e a melancia com 3% (Tabela 119).

A análise procedida evidencia que o arroz e a mandioca são os produtos mais importantes e considerados como de subsistência. Particularmente os quantitativos da mandioca se referem ao tubérculo, enquanto a sua importância no mercado se expressa na

farinha seu derivado principal. Vale ressaltar que, Pinheiro é o município que produz a melhor farinha d'água (Biriba) de todo o Estado. Desataca-se, ainda, que a farinha d'água é indispensável na dieta alimentar de todo maranhense. Os demais produtos, menos importantes na economia, são comercializados no próprio município, principalmente o milho que em grande parte é vendido verde.

Tabela 119 – Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	4.209	1.564	4.209	1.564	8.959	2.771	2.688	1.385
Cana-de-açúcar	12	30	12	30	199	840	15	201
Feijão	24	232	24	232	4	142	6	293
Mandioca	4.100	2.088	4.100	2.088	41.000	14.783	6.355	4.730
Melancia	-	20	-	20	-	362	-	217
Milho	1.390	973	1.390	973	1.251	735	626	345
Total	9.735	4.907	9.735	4.907	51.413	19.633	9.690	7.171

Fonte: IBGE

Embora a fruticultura seja bastante diversificada, seis produtos são considerados como relevantes na agricultura permanente (Tabela 120).

De 2006 a 2011, a área colhida reduziu 15%, a quantidade produzida 89% e o valor da produção 22%. Nos hectares colhidos, a banana e a castanha diminuíram 52% cada, enquanto que o limão e a manga cresceram 27% e 15%, respectivamente. Na quantidade produzida, a banana e a castanha de caju diminuíram 62% e 38%, respectivamente, o limão e a manga cresceram respectivamente 86% e 33%. Quanto ao valor da produção, a banana e a castanha de caju diminuíram 36% e 20%, o limão e a manga cresceram 486% e 78%, respectivamente. O coco-da-baía e a laranja não foram analisados por terem sidos informados apenas em 2011.

Em 2006, o produto mais significativo foi a banana que ocupou 72% dos 250 hectares de área colhida; em seguida vem à castanha de caju com 11%, o limão com 9% e a manga 8%; quanto a quantidade, das 1.924 toneladas produzidas, a banana foi a mais significativa com 97%, o limão 2%, a manga 1% e a castanha de caju foi menos de 1%. No que se refere ao valor da produção, que foi de R$ 816 mil, a banana participou com 97% e os demais produtos com 1% cada (Tabela 120).

Em 2011, surgiram mais dois produtos a laranja e o coco-da-baía, ambos em quantidades menores. A banana, no entanto, lidera em todos os itens; em área colhida, cujo total foi de 219 hectares, participou com 41%, a castanha de caju com 6%, o limão com 13%, a manga com 11%, o coco-da-baía com 27% e a laranja com 2%. Em referência a quantidade produzida, das 807 toneladas (exceto o coco-da-baía que é informado em mil frutos), a banana participou com 89%, a castanha de caju e laranja com 1% cada, o limão com 6% e a manga com 3%. Dos R$ 633 mil do valor da produção, a banana representou 79%, a castanha de caju 1%, o limão com 6%, a manga com 2%, o coco-da-baía com 11% e a laranja com 1% (Tabela 120).

Pode ser observado que, em 2011, apesar de o coco-da-baía haver entrado para a produção apenas a partir desse ano, foi o segundo produto da agricultura permanente no município.

O sindicato dos trabalhadores rurais tem registrado 13.558 associados, que representam aproximadamente 30% dos trabalhadores no município.

Tabela 120 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente - 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	187	90	1.870	717	785	501
Castanha de caju	29	14	8	5	5	4
Coco-da-baía*	-	60	-	158	-	67
Laranja	-	4	-	9	-	4
Limão	22	28	28	52	7	41
Manga	20	23	18	24	9	16
Total	258	219	1.924	-	816	633

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

Observando o conteúdo da tabela 121 verifica-se que entre 2006 e 2011 a pecuária oferece mudanças. Houve aumento nos rebanhos, assim expressos: bovino 30%, bubalino 36%, ovino 9% e aves 12%. Diminuíram: equino 1%, asinino 6%, muar 5%, suíno 1%, caprino 7% e ovino 9%, exatamente aqueles que, exceto o suíno, tem papel secundário na

pecuária do município, devido à importância econômica ser menor, uma vez que, os três primeiros eram utilizados como meio de transporte e atualmente substituídos por veículos motorizados. Os dois últimos são um caso à parte, o caprino, embora gradativamente vá ocupando mercado na alimentação em Pinheiro, a sua utilização ainda é bastante tímida, o ovino não tem utilidade especifica.

Analisando a participação dos rebanhos em 2006, verifica-se que o bovino representou 16%, o equino 1%, o bubalino 2%, o suíno 16%, caprino 3%, as aves com 61% e asinino, muar e ovino juntos, somaram 1%. Para 2011, os resultados foram: bovino 19%, equino 1%, bubalino 3%, suíno 14%, caprino 3%, aves 60% e asinino, muar e ovinos 1% (Tabela 121).

Tabela 121 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2011

Rebanhos	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	23.389	33.390
Bubalino	3.285	5.169
Equino	2.224	2.200
Asinino	417	391
Muar	823	785
Caprino	3.852	3.569
Ovino	734	810
Suíno	23.865	23.669
Aves	91.008	103.327
Total	149.008	173.310

Fonte: IBGE

A produção de origem animal em 2011 restringiu-se a 890 mil litros de leite que renderam R$ 1.167 milhões e a 89 mil dúzias de ovos de galinhas, que foram comercializados por R$ 355 mil.

Extrativismo

A única atividade extrativista do município é o vegetal, cujos produtos estão elencados na tabela 122. Referidos produtos têm a sua produção em toneladas, exceto a lenha que é em metros cúbicos. Os produtos calculados em toneladas perfizeram um total de 840, das quais, o carvão vegetal foi o mais significativo com 48% e a amêndoa do babaçu com 43%; os demais produtos menos significativos são: a juçara com 8%, a castanha de caju e a carnaúba com 1% cada.

Quanto ao valor da produção, dos R$ 1.497 milhões, incluindo a produção de lenha, a maior renda foi do carvão vegetal com 53%, a amêndoa do babaçu com 24%, a juçara com 12% a lenha com 9%, a castanha de caju e a carnaúba 1% cada (Tabela 122).

Aqui se faz uma advertência para a extração 13.614 metros cúbicos da lenha, pela influência que tem no desmatamento no desequilíbrio ambiental, fato também de responsabilidade do carvão. Ambos, quando consumidos em grande escala, provocam o acúmulo de cinzas que, carregadas pelas chuvas são depositadas nos rios e lagos provocando assoreamento. O ideal é aproveitar as cinzas, para substituir o cimento quando do reboco das casas, principalmente na área rural onde ela é mais abundante nas casas de farinha.

Tabela 122 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Amêndoa babaçu	359	-	359
Carnaúba	6	-	19
Carvão vegetal	400	-	799
Castanha de caju	5	-	9
Juçara	70	-	175
Lenha	-	13.614	136
Total	840	13.614	1.497

Fonte: IBGE

Pesca

A pesca na região é feita no Rio Pericumã e nos lagos, há grande variedade de peixes. Os pescadores utilizam instrumentos tradicionais como: canoas ou botes, redes, cofo, espinhel, entre outros. As principais espécies são: traíra (*Hoplias malabaricus*), jeju

(*Hoplerythrinus unitaeniatus*), acará (*Geophagus brasiliensis*), piaba (*Axtianax spp*), muçum (*Syndranchus marmoratus*) e outros.

O Rio Pericumã percorre a maior parte do território, possuindo grande importância socioeconômica para a região, uma vez que parte do pescado comercializado nas feiras locais é proveniente desse rio e lagos. Além do pescado, o rio é utilizado para locomoção dos moradores para povoados ribeirinhos mais distantes, para tanto, se utilizam de pequenas embarcações (canoas) para o transporte de pessoas, mercadorias e produção.

A colônia de pescadores tem 6.000 pessoas sindicalizadas.

Indústria

No município as atividades industriais são representadas por pequenas cerâmicas, beneficiamento de alimentos (leite, arroz e coco babaçu), pequenas metalúrgicas, padarias e casas de farinha na área rural.

Turismo

Como potenciais turísticos destaca-se o Pio Pericumã, os balneários Maria Santa, Prainha e Faveira que estão localizados a margem do rio, a arquitetura antiga, o festejo de Santo Inácio de Loiola, padroeiro do município, comemorado no mês de junho, cuja festa é encerrada com grande procissão pelas ruas da cidade.

O carnaval da cidade, graças aos inúmeros e diversificados blocos de rua e concentração de bandas em varias partes da cidade (Figura 108), atrai turistas de vários Estados principalmente do Maranhão. Na terça-feira tem destaque o famoso bloco das Patifas, do qual participam mais de 50 mil pessoas, formado por rapazes travestidos de mulher.

Além das manifestações citadas, a cidade possui outras festas como: réveillon, regata do dia de ramos, exposição agropecuária, desfiles de 07 de setembro, jogos escolares (JEPS), festa do Divino Espírito Santo, Paixão de Cristo, cacuriá, Festival de Músicas Pinheirense (FESMAP).

Figura 108 - Carnaval em Pinheiro – 2010



Fonte: Laerciojuniorpericuma.blogspot.com

Comércio

A cidade possui inúmeros estabelecimentos comerciais distribuídos em atacado e varejo. O comércio varejista se destaca pela comercialização de produtos alimentícios, farmacêuticos, tecidos, confecções, eletrodomésticos, material de construção, eletrônico, entre outros.

Os pequenos produtores da região comercializam no mercado municipal (Figura 109) a produção hortifrutigranjeiro como: feijão, arroz, milho, mamão, banana, laranja e cupuaçu e outras espécies, além do pescado.

Com a expansão urbana ao longo das rodovias MA 006 e MA 106, o fluxo comercial vem se deslocando ao longo da área urbana cortada pelas referidas vias.

Figura 109 - Mercado municipal - 2011



Fonte: IMESC

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca de 3ª Entrância, com dois Juízes, dois promotores e dois escrivães e seus respectivos cartórios. Possui duas zonas eleitorais - zona 37ª e 106ª, com aproximadamente 168 seções e 54.283 eleitores e quinze vereadores (TSE, 2012).

Religião

A religião é predominante o catolicismo. Pinheiro possui dezoito igrejas na sede, incluindo a igreja matriz dedicada a Santo Inácio de Loiola padroeiro do município (Figura 110) e, aproximadamente, 1.000 capelas distribuídas pelo espaço rural. Os evangélicos estão distribuídos nas seguintes seitas, com templos na sede: Assembleia de Deus, Quadrangular, Batista Nacional Colheita, Batista Independente, Batista Renascer, Universal do Reino de Deus, entre outros.

Figura 110 - Igreja Matriz – 2011



Fonte: IMESC

Dos 58.162 entrevistados pelo IBGE, os católicos representavam 68%, os evangélicos 22%, outras religiões 2%, sem religião 8% e, espíritas menos de 1% (Tabela 123).

Tabela 123 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	39.664
Evangélicos	12.505
Espíritas	175
Outras Religiões	1.002
Sem Religiões	4.816
Total	58.162

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O fornecimento de água na área urbana é feito pela CAEMA, com captação de poços artesianos e do Rio Pericumã. Na área rural, o abastecimento é feito por poços artesianos administrados pelo município.

Não há rede de coletora de esgoto área urbana e o esgotamento sanitário é feito através de fossas sépticas, construídas pelos moradores. Segundo o SIAB, em 2012, existiam 13.876 fossas.

A coleta de lixo é feita diariamente na sede, sendo depositado num lixão a céu aberto a alguns quilômetros da cidade.

Conforme pode ser observado na tabela 121, a energia elétrica do município tem como maior número de usuário e de consumo o residencial. Dos 258.016 usuários, 90% eram residenciais que por sua vez, dos 20.693.420 MWh consumidos, coube-lhes 54%; o comércio representou 7% dos usuários e 19% do consumo; o poder público participou com 1% dos usuários e 7% do consumo; os demais usuários rural, industrial, serviço público, iluminação pública e consumo próprio individualmente eram menos de 1%. Quanto ao consumo, além dos já citados, a iluminação pública participou com 4% e o serviço público com 12% (Tabela 124).

Tabela 124 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	233.520	20.693.420
Rural	753	989.540
Comercial	18.801	7.149.360
Industrial	1.327	131.243
Poder público	3.095	2.808.336
Serviço público	494	4.649.982
Iluminação pública	12	1.642.769
CEMAR	14	70.649
Total	258.016	38.135.299

Fonte: CEMAR

Serviço e Comunicação

Na sede municipal existem algumas agências bancárias: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco da Amazônia e BMG. Encontram-se também quatro agências dos Correios e três casas lotéricas.

Como instrumento de comunicação dispõe de cinco rádios AM/FM, três jornais impressos e três emissoras de televisão da região. Em relação à cobertura de telefonia móvel é

feita pelas operadoras: OI, CLARO, TIM, VIVO, telefonia fixa e internet banda larga administrada pela OI.

O município possuía 352 telefones públicos e 336 terminais acessíveis 24 horas (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

Em junho, entre 13 e 30, acontecem às festas juninas, com grande programação e diversas brincadeiras, como: quadrilhas, dança portuguesa, tambor de crioula, cacuriá, grupos de bumba-meu-boi, tambor de mina, tambor grande, pajelança e capoeira.

Como opção de lazer, principalmente aos finais de semana, a população tem a disposição quatro parques, vinte quadras poliesportivas, seis ginásios esportivos, inúmeros campos de futebol, estádio de futebol Costa Rodrigues, dentre outros, diversos bares, lanchonetes, clubes, boate, casas de shows e o Enzo Parque. Os balneários à margem do Rio Pericumã são outros atrativos de lazer; os mais conhecidos são Maria Santa, Prainha, além das praias formadas às margens do rio.

Transporte

A cidade de Pinheiro fica, aproximadamente, a 350 km de distância da capital São Luís via continente, o trajeto é feito pela rodovia BR 135 até o município de Miranda do Norte, seguindo através da BR 222 até o município de Vitória do Mearim e tomando a MA 014 chega-se a cidade de Pinheiro.

Além desse percurso, utiliza-se também o trajeto rodomarítimo, via *ferryboat*, que sai do Porto da Ponta da Madeira atravessa a baía de São Marcos sentindo Leste/Oeste e atraca no Porto do Cujupi no município de Alcântara, seguindo 78 km pelas rodovias MA 308 e MA 106.

Algumas empresas de transporte intermunicipal fazem o trajeto da capital até o município utilizando ônibus e microônibus são elas: Sideral, Serv Porto, Brisatur, Expresso Continental e Expresso Pinheirense, com linhas diretas para Brasília, Belém, São Paulo e outros Estados.

O deslocamento entre povoados no município é realizado por mototáxis, D-20 (pau de arara) e carros de aluguel. No período chuvoso o rio e os lagos inundam, sendo utilizadas pequenas embarcações (canoas e botes) como transporte pelos ribeirinhos.

2.15 Presidente Sarney

Símbolos Municipais[22]



Brasão

[22]Não foi disponibilizada a bandeira do município

Hino

A paz chegou pra reinar em nossa cidade, Presidente Sarney.
O povo vibrou com o grito da liberdade.
O vento que sopra do Norte o vento que sopra do Sul,
o nome Presidente Sarney flutua nesse céu azul,
a união de todos nós vai te fazer uma grande cidade.
Todas as raças e religiões vão te adorar por toda a eternidade

A tua areia o teu pescado
As tuas águas dos campos verdes rebanho de gado.
A paz no rio do teu Turí o novo horizonte vai te deixar
mais linda o amor nasceu aqui.

A paz chegou pra reinar em nossa cidade, Presidente Sarney.
O povo vibrou com o grito da liberdade.
O vento que sopra do Norte o vento que sopra do Sul,
o nome Presidente Sarney flutua nesse céu azul,
a união de todos nós vai te fazer uma grande cidade.

A tua areia o teu pescado
As tuas águas dos campos verdes rebanho de gado.
A paz no rio do teu Turí o novo horizonte vai te deixar
mais linda o amor nasceu aqui.

Letra e Música: Batista Pessoa

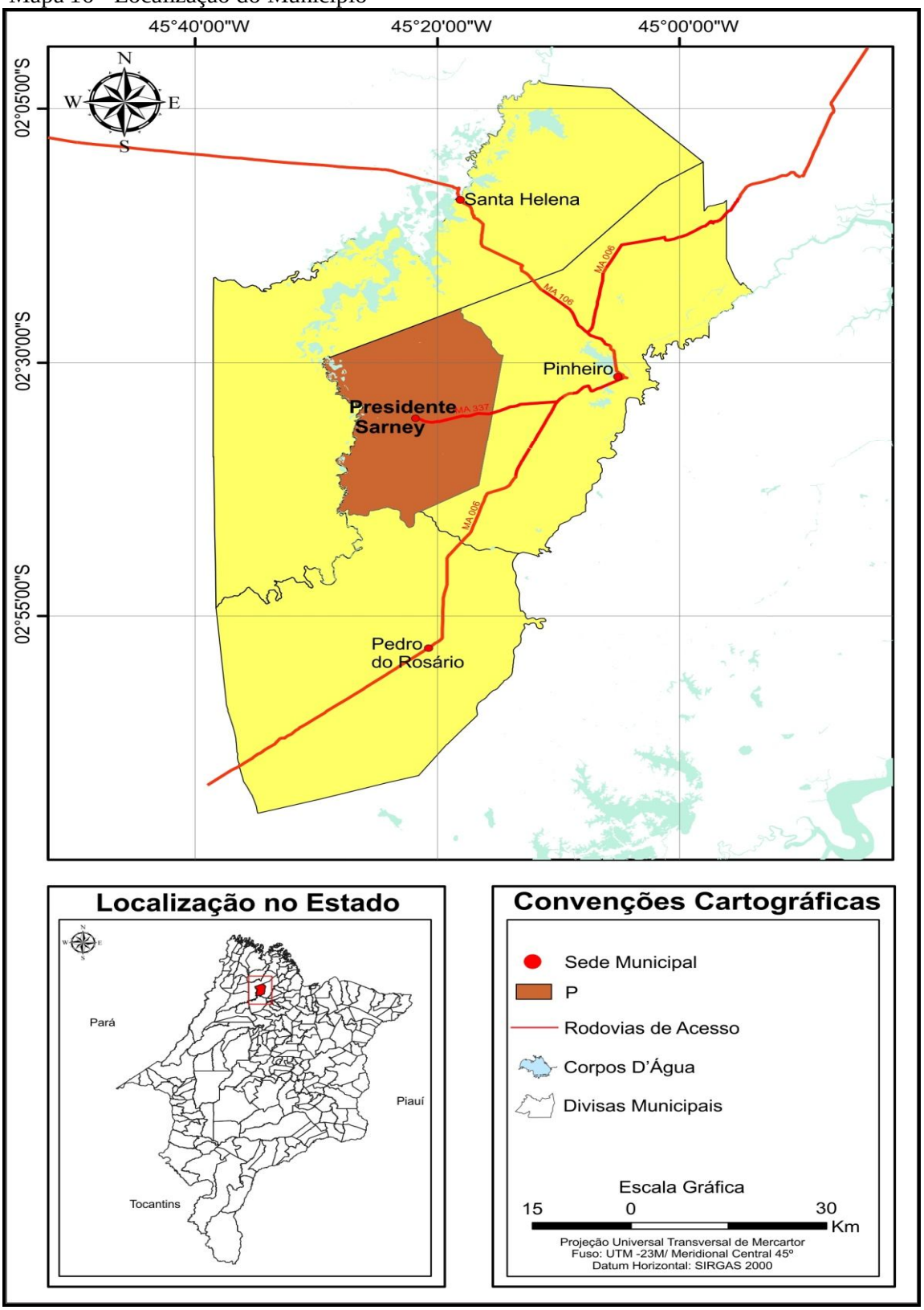
Localização

O Município Presidente Sarney está localizado na Baixada Maranhense e faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte e Oeste com Santa Helena, ao Sul com Pedro do Rosário e a Leste com Pinheiro (Mapa 16).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -02°24’39” de latitude e -45°18’01” de longitude; Oeste -45°29’32” de longitude e -02°30’09” de latitude; Sul -02°46’17” de latitude e -45°22’16” de longitude e Leste -45°14’33” de longitude e -02°29’39” de latitude.

Mapa 16 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

O município, em extensão, é o 134° do Estado, possuindo 724,2 km², correspondendo a 0,22% do território estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense ficou em 35º com 0,66%, enquanto que na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense corresponde a 3,04%, ficando na 16º posição.

Processo de Ocupação[23]

O povoado surgiu tendo como primeiros habitantes os índios da região. Estes, ao descobrirem um riacho começaram a utilizá-lo para satisfazer todas as suas necessidades. Os registros bibliográficos apontam que, esse riacho deve ter estimulado os nativos a habitarem a sua margem, pois ali existia a fartura advinda com a pesca, assim, começaram a fazer suas refeições às margens do rio. Contudo, usuários de comida bem apimentada, deixavam ali os restos da comida, o que possibilitou que sementes de pimenta se espalhassem pela localidade. Com a umidade própria das margens dos riachos, nasceram ali várias pimenteiras, razão pela qual o riacho recebeu o nome de Pimenta.

Com o tempo as pessoas ao passarem pelo lugar, procuravam ali repousar à beira do riacho surgindo assim os primeiros moradores, dentre eles, um chamava José Pimenta. Essa coincidência fortaleceu a idéia de forma que, o próspero povoado recebeu o nome de Pimenta. Ao ser desmembrado de Pinheiro pela Lei nº 6.198 de 10 de novembro de 1994, recebeu o nome original pelo de Presidente Sarney.

Ambiente Físico

Geologicamente, o território do município está sobre a Formação Itapecuru oriunda do Cretáceo Inferior, composta por arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argiloso, geralmente com estratificação horizontal se distribuindo, aproximadamente, por 98%, do embasamento geológico do município. Os outros 2% correspondem a depósitos aluvionais recentes do Quaternário formados por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas. O

[23]Jornal Pimentão, v. 1, n. 1, 2001.

município se encontra em uma área de deposição sedimentar aplainada com alguns morros testemunhos.

Os solos são do tipo plintossolo e podzólico vermelho amarelo concrecionário. Esses podem ser profundos a moderadamente profundo, raramente rasos com textura de média a argilosa, geralmente bem drenados e porosos, com textura arenosa ou média, raramente argilosa com coloração escura. Aqueles são argilosos, com textura média do tipo hidromórfico, decorrente da grande umidade da área (UEMA, 2002).

O clima é tropical úmido com dois períodos, um chuvoso geralmente de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro com temperatura média anual variando entre 26ºC a 27ºC, umidade relativa do ar de 79% a 82%, com pluviometria entre 2000 mm e 2800 mm anuais.

A vegetação é formada por mata secundária, resultado dos sucessivos desmatamentos provocados pela a agricultura itinerante, gramíneas próprias dos campos inundáveis e mata ciliar.

O município faz parte da bacia do Rio Turiaçu, cujo rio banha ao Oeste recebendo ali os tributários Certo (que tem como afluente o igarapé[24] Água Azul), Rafael (com os afluentes igarapé Marcolino e Pilão) e o Rio Cebolar, além das microbacias isoladas dos Rios Grande (com os afluentes Galo, Igarapé Serraria, Rio da Pedra e Igarapé Pacova), Santo Antônio (com o tributário Igarapé Cascudo), Estiva e Pimenta, além dos Rios Velho Pedro e Galdino. Também fazem parte do seu conjunto hídrico as lagoas: do Bebe Fumo, Comprida e Laranjal e os Lagos Taboca, Canarana, Campo Novo, Fora e Dentro.

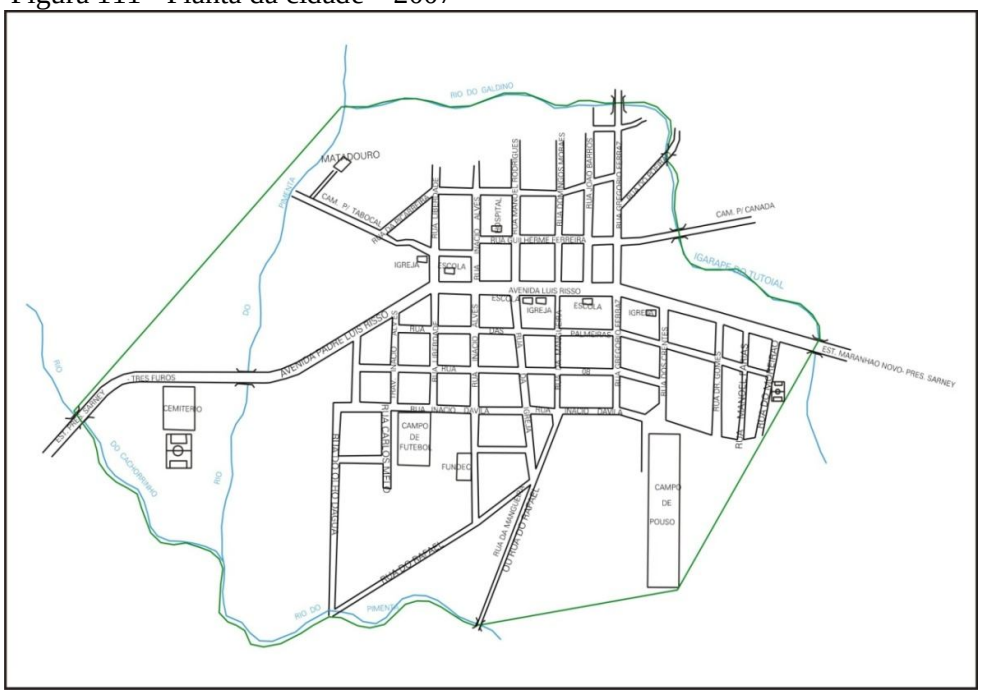
A maior parte do território municipal pertence à APA da Baixada Maranhense – Sub-Área do Estuário Mearim – Pindaré e Baía de São Marcos.

Espaço Urbano

A cidade está localizada em uma planície levemente ondulada, sendo banhada pelos rios: Pimenta, Velho Pedro e Rio do Galdino. Seu traçado urbano assemelha-se a um retângulo (Figura 111), seccionado pela Av. Padre Luís Risso, prolongamento da MA 137, possuindo 1,3 km de comprimento de Leste-Oeste.

[24] Todos os igarapés citados são na realidade riachos.

Figura 111 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

O centro urbano é de pequeno porte, possuindo quinze ruas – dessas seis são asfaltadas e nove piçarradas - seis travessas e uma avenida arborizada (Figura 112). Existem também três praças: uma ajardinada (Figura 113) e duas arborizadas.

Figura 112 - Vista parcial da Av. Padre Luís Risso - 2011



Fonte: IMESC

Figura 113 - Vista parcial da praça - 2011



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural é composto de 72 localidades distribuídas em 28 sítios, 9 projetos de assentamentos, um engenho, 2 fazendas e 43 povoados (BRASIL, 2011), conforme descrição:

Sítios: Anajá, Babu, Barreirinha, Cajueiro, Campina Verde, Campinima, Centrinho, Centro do Nhô, Colônia, Jalapa, Jandiá, Lagoa do Moreira, Limoal, Lodino, Malhadinha, Matinha, Pedreiras, Pereira, Pirina, Purão, Rio Fundo, Santa Rosa, Santo Antonio, São José de Andreza, São Tomé, Tatajubal, Tremendal e Viveira.

Fazenda: Bom Jardim e Bela Vista.

Projeto de Assentamento: Bacabal, Limeira, Mata do Zé Roberto, Monte Real, Purão dos Pirrós, Quadra Três, Santa Luzia, Tatu e Tiririca.

Engenho: Curralzinho.

Povoados: Aldeia I, Aldeia II, Alto Verde, Bebe Fumo, Bem Posta, Boa Hora, Brasil, Buritizal, Cacau, Cajarana, Canarana, Cascudo, Castanheira, Cebolal, Cocal, Entre Rios, Feliciano, Galiza, Galo, Jandiá, Lecre, Marcolino, Mariano, Martins, Mata, Montevidéu, Nova Jericó, Oiteiro, Pacheco, Passa-Bem, Pedrinhas, Pernambuco, Pimentinha, Rio de Areia,

Rio do Meio, Rio Grande, Santa Luzia, Santa Rita, São Felipe, São Francisco, São Romão, Tabocal e Três Furos.

Utilização das Terras

Na tabela 125, estão contidas informações relacionadas às atividades agropecuárias do espaço rural municipal, estando os estabelecimentos voltados especialmente para a lavoura temporária, as áreas plantadas com forrageiras e com pastagens naturais. Não se analisou os percentuais de distribuição, porque um estabelecimento pode desenvolver várias atividades.

Com relação à área, as lavouras corresponderam 54% dos 39.249 hectares, estando 48% com a lavoura temporária e 6% com a lavoura permanente. As pastagens utilizaram 8.089 hectares, equivalente a 21% da área, sendo esse percentual distribuído entre as pastagens naturais, pastagens plantadas em boas condições e pastagens em áreas degradadas, com as respectivas porcentagens: 11%, 6% e 4%.

As matas/florestas estavam em 11% das terras (4.484 hectares), entretanto, apenas 1% ocupava área de reserva legal, enquanto que os sistemas agroflorestais equivaliam a 2% da área. As terras inaproveitáveis para a agricultura e pecuária corresponderam a 7% e as demais atividades 5% dos hectares.

Tabela 125 - Número de estabelecimentos agropecuários e áreas, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de Atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Áreas (Hectares)
Lavoura permanente	290	2.174
Lavoura temporária	912	18.832
Áreas Plantadas com forrageiras	943	1.940
Pastagem natural	391	4.123
Pastagem plantada, degradadas	91	1.433
Pastagem plantada em boa condição	191	2.533
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente – reserva legal)	54	644
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação Permanente - e as em sistema agroflorestais)	202	3.840
Sistemas agroflorestais	49	728
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	13	62
Construções, benfeitorias ou caminhos	60	149
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	12	217
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	191	2.574
Total	-	39.249

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, esse ocupava 39.254 hectares distribuídos em 1.924 estabelecimentos (Tabela 126).

Pela referida tabela, observa-se que o proprietário detinha 54% dos estabelecimentos, ainda que como proprietário ele detivesse apenas 37%, é que os arrendamentos e as parcerias são feitos em suas terras, pois em ambos os casos, só se arrenda (16%) ou estabelece parceria (1%) com quem tem a titulação da terra, ou seja, o proprietário. Quanto à área, a realidade é a mesma, particularmente mais significativa, pois só o proprietário tinha 60% das terras, somando com o que ele arrendou ou mantinha em parceria, aumenta para 86%.

No caso do ocupante e o produtor sem área - aqueles que não têm terras regulamentadas e quase sempre trabalham em áreas públicas, o percentual com relação aos estabelecimentos foi respectivamente de 13% e 32%, sendo que o ocupante possuía 13% da área. O assentado sem titulação definitiva representou 1% dos hectares e dos estabelecimentos (Tabela 126).

Tabela 126 - Número de estabelecimentos agropecuários e áreas, segundo a condição do produtor - 2006

Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	720	23.563
Assentado sem titulação definitiva	7	254
Arrendatário	308	9.616
Parceiro	25	743
Ocupante	253	5.078
Produtor sem área	611	-
Total	1.924	39.254

Fonte: IBGE

Demografia

O município ocupa no Estado o 114° lugar em população, com o total de habitantes, em 2010, de 17.165 pessoas, correspondendo a 0,26% da população do Maranhão, com densidade demográfica de 24 hab/km². Na Mesorregião Norte Maranhense ficou em 24º em número de habitantes com 0,66%, enquanto que na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense correspondeu a 3%, ocupando a 16º posição.

Entre os censos demográficos de 2000 e 2010 (Tabela 127), a população do município obteve um acréscimo de 25%, ou seja, um aumento de 3.447 pessoas. Quanto à distribuição, o crescimento da população urbana foi de 32% contra 23% da rural. Entretanto, foi na área rural que houve maior concentração de habitantes em ambas as contagens censitárias com 76% em 2000 e 75% em 2010. O percentual da área urbana foi de 24% e 25% em respectivos censos.

Com relação ao sexo, predominou a população masculina, tanto em 2000 quanto em 2010, com 52% em ambos os censos, contra 48% do feminino. No referido intervalo, o crescimento dos homens foi de 26% e das mulheres 25%.

Tabela 127 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	7.085	8.893
Feminina	6.633	8.272
Urbana	3.242	4.288
Rural	10.476	12.877
Absoluta	13.718	17.165

Fonte: IBGE

O IPEA registrou em 2010 um IDHM com valor de 0,557, sendo o 142º do Estado.

Saúde

O atendimento a população é feito na Unidade de Saúde São Carlos (Figura 114) de responsabilidade municipal, sendo disponibilizados doze leitos e três enfermarias; nessa Unidade são realizadas consultas e pequenos procedimentos cirúrgicos, além de exames de ultrassonografia e laboratoriais.

Figura 114 - Vista parcial da Unidade de Saúde São Carlos - 2011



Fonte: IMESC

A equipe médica do São Carlos é composta de três médicos, quatro enfermeiros e oito técnicos de enfermagem.

As infecções, verminoses, gripe e traumas relacionados a acidente de moto são os atendimentos mais frequentes. A Unidade distribui medicamentos gratuitos e dispõe de uma ambulância que, em casos mais graves transfere os pacientes para Pinheiro.

No município funciona o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), organizado em sete equipes que cobrem todo o território municipal. Nesse Programa, está incluída a Saúde Bucal distribuída em seis equipes, com seis dentistas.

O corpo profissional de saúde do ESF é de seis médicos, sete enfermeiros e seis técnicos de enfermagem. As doenças mais frequentes atendidas por este programa são: malária, hanseníase, hipertensão, diabetes e tuberculose, sendo disponibilizados pelos profissionais medicamentos gratuitos para o tratamento.

Auxiliando o serviço da saúde existem 53 agentes comunitários de saúde distribuídos em doze, na área urbana e, 41 na área rural. Outras formas de assistência são os Programas Saúde Mental, Núcleo de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, Programa Saúde na Escola com a distribuição de anticoncepcionais e preservativos e o Núcleo de Educação em Saúde.

Há consultas mensais com os seguintes especialistas: gastrologista, cardiologista, ortopedista e urologista.

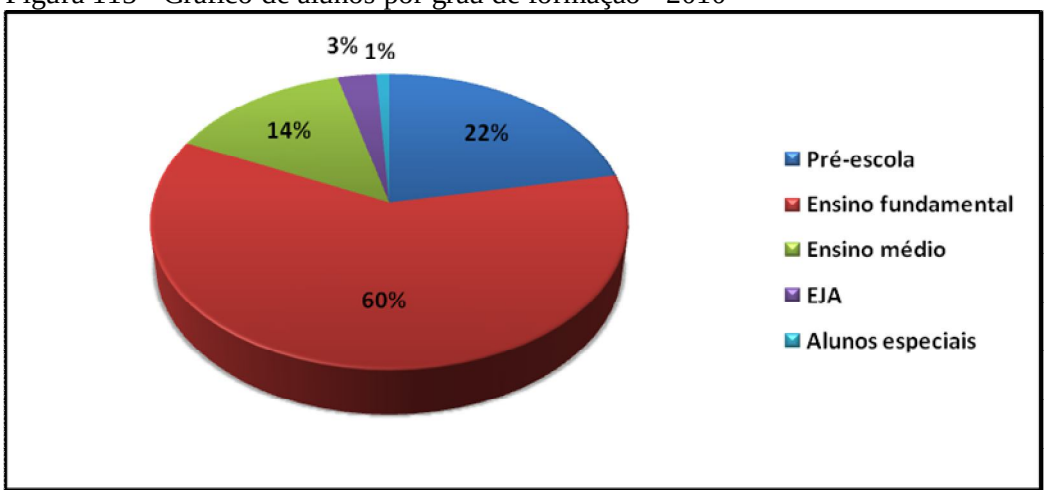
Educação

Em 2010, foram registradas 6.622 matriculas, sendo 1.475 na pré-escola, 3.955 no ensino fundamental, 945 no ensino médio, 226 na EJA e 21 como alunos especiais (INEP, 2010). O gráfico 115 demonstra o percentual de matriculado por modalidade de ensino.

O Estado mantém quatro escolas de ensino médio, distribuídas na zona urbana e duas na zona rural. O corpo docente é formado por 56 professores, todos com ensino superior completo.

Existem 106 estabelecimentos educacionais de responsabilidade municipal, distribuídos em: pré – escolas, ensino fundamental e EJA. A rede municipal contém 265 professores assim lotados: 56 na zona urbana e 209 na rural. Desses, 211 possuem o ensino médio (magistério), onze o ensino médio e 43 o diploma de nível superior completo (SEDUC/MA, 2010).

Figura 115 - Gráfico de alunos por grau de formação - 2010



Fonte: INEP; IMESC

Economia

Em 2010, o PIB de Presidente Sarney somou R$ 61,223 milhões, representando 0,14% do PIB Estadual e 130ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 37,415 milhões na economia municipal; o setor agropecuário somou R$ 17,748 milhões e o industrial R$ 5,145 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 916 mil. A renda *per capita* do município alcançou R$ 164,13, levando o município a se situar na 180ª posição na comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 114ª posição, correspondendo a 0,220. A economia baseia-se principalmente nas atividades primárias destacando-se a agricultura e a pecuária.

Agricultura

A lavoura temporária é a que tem maior expressão no município, sendo praticada de forma itinerante, voltada para a subsistência, cujos produtos por ordem de importância são: mandioca, arroz, milho, feijão, melancia e cana-de-açúcar.

Entre 2006 e 2011, a área plantada/colhida cresceu em 36%, sua quantidade produzida aumentou em 191% e o valor da produção em 273%.

Com exceção da cana-de-açúcar que não foi quantificada no ano de 2011, todos os produtos obtiveram alta no intervalo de cinco anos. Quanto à área, o milho obteve o maior

crescimento com 12.588%, seguido pelo feijão com 93% e a melancia com 25%, além do arroz e da mandioca com respectivos 2% e 0,43%. No que refere à quantidade produzida a maior variação foi da mandioca com 418%, seguida pelo feijão com 182%, melancia 31%, milho 16% e arroz 0,31%. Este cereal, apesar do baixo crescimento nos itens anteriores, conseguiu aumentar em 83% o valor da sua produção, característica contrária do milho que teve alta nos outros itens mencionados, mas sua renda foi reduzida em 7%. Os outros produtos que obtiveram crescimento da renda foram: o feijão 186%, a melancia 14% e, principalmente, a mandioca com 980%.

Em 2006, dos 3.454 hectares colhidos/plantados, 60% eram de mandioca, 35% de arroz e menos de 1% dedicados ao milho. Quanto à produção, das 6.221 toneladas produzidas no aludido ano, a mandioca equivaleu a 46%, o arroz a 36% e o milho 12%. Quanto à renda, este cereal foi o segundo produto no valor da produção, portanto, dos R$ 1,458 milhões, participou com 26%, o arroz equivaleu a 46% e a mandioca 24%.

Em 2011, dos 4.701 hectares plantados/colhidos, a mandioca correspondeu a 44%, o arroz a 27% e o milho 24%. Das 18.123 toneladas produzidas, 82% foram de mandioca, 12% de arroz, 5% de milho e 1% para os demais produtos. Quanto à renda no aludido ano, dos R$ 5,438 milhões, a mandioca equivaleu a 69%, enquanto que o arroz e o milho participaram com respectivos 23% e 6%.

A cana-de-açúcar, o feijão e a melancia possuem pouca relevância na economia agrícola e, juntos, ocuparam 4% dos hectares plantados nos anos pesquisados; detiveram 6% das toneladas produzidas em 2006 e 5% em 2011, além de colaborarem com 5% e 2% da renda, nos respectivos anos (Tabela 128).

Tabela 128 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	1.242	1.267	1.242	1.267	2.236	2.243	671	1.233
Cana-de-açúcar	17	-	17	-	318	-	19	-
Feijão	102	197	102	197	33	93	44	126
Mandioca	2.076	2.085	2.076	2.085	2.877	14.908	345	3.727
Melancia	8	10	8	10	13	17	7	8
Milho	9	1.142	9	1.142	744	862	372	344
Total	3.454	4.701	3.454	4.701	6.221	18.123	1.458	5.438

Fonte: IBGE

Entre 2006 e 2011, ocorreu um crescimento de 64% nos hectares colhidos da lavoura permanente; suas toneladas aumentaram em 0,38% no referido intervalo, enquanto que a renda obteve um crescimento de 41%. Além do aumento em área colhida e na quantidade produzida, outro fator que colaborou para o crescimento do valor da produção foi a laranja e o coco-da-baía ambos não quantificados em 2006. No referido intervalo, em área colhida, todos os produtos cresceram: banana 3%, castanha de caju 7%, limão 29% e manga 33%; em quantidade produzida com exceção da banana que diminuiu 4%, os demais produtos aumentaram em: 67% castanha de caju, 6% limão e 19% manga; no valor da produção a banana e o limão aumentaram, respectivamente, 31% e 10%, enquanto que a manga diminuiu 25% e a castanha de caju permaneceu estável.

Tanto em 2006 como em 2011, a banana foi o produto que obteve os maiores percentuais. No primeiro ano citado, esse fruto correspondeu a 77% dos 120 hectares colhidos, contribuiu com 66% das 795 toneladas produzidas e teve participação de 86% dos R$ 502 mil do valor da produção. Porém, no último levantamento, o referido fruto teve seu percentual reduzido, caindo para 46% dos 197 hectares colhidos e correspondendo a 80% dos R$ 708 mil da renda (Tabela 129).

Os menores percentuais relacionados à cultura da banana foram influenciados pelos novos produtos registrados pelo IBGE, em 2011, em especial o coco-da-baía, que obteve 33% dos hectares colhidos e colaborou com 11% da renda.

Os demais produtos juntos equivaleram a 23% da área colhida, 44% da quantidade produzida e 20% do valor da produção em 2006; em 2011, estes produtos equivaleram a 21% dos hectares e 9% da renda. Não se analisou a quantidade produzida em 2011 porque a produção do coco-da-baía é dada em mil frutos, enquanto que os demais produtos são quantificados em toneladas (Tabela 129).

Tabela 129 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	93	90	744	714	432	564
Castanha de caju	14	15	3	5	1	1
Coco-da-baía*	-	65	-	152	-	76
Laranja	-	10	-	24	-	12
Limão	7	9	16	17	10	11
Manga	6	8	32	38	59	44
Total	120	197	795	-	502	708

Fonte: IBGE * Mil frutos

O número de agricultores sindicalizados em 2011 foi de 3.513 pessoas.

Pecuária

Em 2006, das 86.520 cabeças 60% eram aves, 24% suíno e 11% bovino. No ano de 2011, ocorreu um pequeno crescimento de 3% no número de animais ligados a pecuária, sendo o efetivo de 89.171 cabeças. Desse contingente, 62% correspondem a aves, o suíno com 21% e 13% ao bovino.

Entre os três maiores rebanhos, no intervalo de 2006 a 2011, os bovinos obtiveram a maior variação positiva de 18%, enquanto que o suíno obteve a maior variação negativa de 11%. As aves mantiveram o primeiro lugar, entretanto, com um pequeno rendimento de 6%, porém seu percentual relacionado ao quantitativo de cabeças aumentou 2%, devido os demais rebanhos terem diminuído.

Além dos analisados, há seis tipos de rebanho, que, exceto o bubalino, não tem valor comercia, uma vez que sua utilidade foi desativada, pois esses animais que eram utilizados como meio de transporte ou carga, estão sendo substituídos gradativamente pelos carros e motos. Referidos rebanhos (Tabela 130) representaram juntos 5% em 2006 e 4% em 2011.

Tabela 130 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

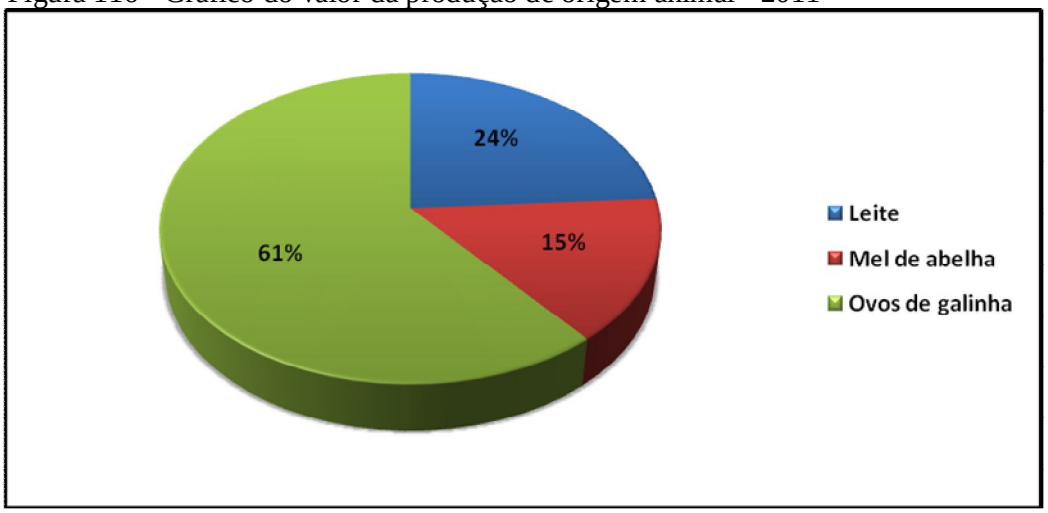
Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	9.851	11.634
Equino	866	790
Bubalino	328	281
Asinino	468	415
Muar	586	543
Suíno	20.774	18.563
Caprino	1.125	1.040
Ovino	479	504
Aves	52.043	55.401
Total	86.520	89.171

Fonte: IBGE

A produção da pecuária em 2011, segundo o IBGE, foi de R$ 472 mil, sendo o leite o produto com maior contribuição, no valor de R$ 290 mil e uma produção de 171 mil

litros, enquanto que o mel de abelha teve 7.070 kg, no valor de R$ 71 mil, além da produção de ovos de galinhas, com 28 mil dúzias, gerando R$ 111 mil, como demonstra o gráfico 116.

Figura 116 - Gráfico do valor da produção de origem animal - 2011



Fonte: IBGE;IMESC

Extrativismo

Em relação às toneladas produzidas pelas atividades extrativistas em 2011, a maior produção foi a de amêndoa do babaçu, tendo em vista que, das 512 toneladas coletadas 46% foram da amêndoa, a juçara participou com 23%, enquanto que o carvão colaborou com 31%. Quanto à lenha não entra na contagem dos percentuais relacionados à produção, pois é dada em metros cúbicos (m^3), sendo a sua quantidade observada na tabela 131.

O valor total da produção foi de R$ 614 mil, com a amêndoa do babaçu contribuindo com 38%, a juçara 33%, o carvão vegetal 18% e a lenha com 11%.

Considerações sobre o extrativismo precisam ser destacadas: o babaçu que era dos produtos extrativos o mais importante e, que vêm através dos tempos sofrendo retaliações, em que pese à resistência das mulheres, verdadeiras lutadoras, na extração dessa amêndoa. O que ocorre é que o preço irrisório do quilo da amêndoa, o pouco aproveitamento do mesocarpo, rico em nutrientes e cicatrizantes, a capacidade calorífica do endocarpo que pode ser utilizado em alta escala na produção do carvão poderia inibir a utilização da madeira para esse fim.

A lenha, que pode ser de árvores ou arbustos derrubados ou da coivara das roças, é praticamente destinada aos fornos de farinha, olarias e padarias. Suas cinzas que poderiam

ser utilizadas na construção civil substituindo o cimento são, no entanto, poluidoras do ar e arrastadas pelas chuvas podem assorear os rios.

Tabela 131 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metro cúbico	
Amêndoa babaçu	233	-	233
Carvão vegetal	159	-	111
Juçara	120	-	204
Lenha	-	4.385	66
Total	512	4.385	614

Fonte: IBGE

As areias e rochas são as únicas matérias-primas exploradas no extrativismo mineral, ambas utilizadas na construção civil.

Pesca

Embora não se tenha informações quantitativas quanto à produção e a comercialização, os 1.060 pescadores associados à Colônia e a observação em trabalho de campo dão a dimensão da importância da pesca na economia do município; sendo realizada no ambiente fluvial e lacustre, praticada de maneira artesanal voltada para o auto-consumo.

As principais espécies são: branquinha (*Plagioscion squamosissimus)*, piau (*Leporinus obtusidens*), surubim (*Pseudoplatyatoma coruscans*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), traíra (*Hoplias malabaricus*) e outras.

Indústria

As únicas indústrias que se encontram no município estão relacionadas à fabricação de cerâmicas, padarias e as casas de farinha na área rural.

Comércio

Predomina o comércio varejista e as feiras no município, sendo o polo abastecedor a cidade de Pinheiro.

Turismo

As potencialidades turísticas do município são: os rios, açudes, os campos e a cultura.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Pinheiro, sendo 106º zona eleitoral, com 13.008 eleitores, distribuídos em 44 seções eleitorais e onze vereadores (TSE, 2012).

O efetivo da polícia militar é de cinco policiais.

Religião

A religião Católica está representada por uma igreja na sede (Figura 117), dedicada a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do município, além de vinte capelas distribuídas na zona rural. As principais seitas evangélicas são: Assembleia de Deus, Batista, Universal do Reino de Deus, Quadrangular e Adventista.

Figura 117 - Igreja de Nossa Senhora Aparecida - 2011



Fonte: IMESC

Das 15.684 pessoas entrevistadas pelo IBGE em 2010, 81% eram católicos, 18% evangélicos, 1% sem religião e menos de 1% outras religiões (Tabela 132).

Tabela 132 - Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	12.688
Evangélicos	2.762
Outras Religiões	4
Sem religião	230
Total	15.684

Fonte: IBGE

Serviços e Comunicação

Funciona um posto bancário de responsabilidade do Bradesco, uma casa lotérica e uma agência dos Correios.

As oficinas existentes são: mecânicas, alfaiate, marceneiro, carpinteiro, serralheiro e a de ferreiro.

Há uma rádio responsável pela comunicação no município. O sistema telefônico é de responsabilidade da CLARO, assim como a *internet*.

Encontram-se no município 23 telefones públicos, sendo 19 acessíveis 24 horas (ANATEL, 2010).

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade do município, tendo como fonte a água tratada dos rios e lagos da região.

O município não possui rede coletora de esgotos. Os efluentes domésticos são destinados para as fossas que totalizaram 3.477 (SIAB, 2012).

A coleta de lixo é realizada três vezes por semana na área urbana, sendo os resíduos transportados para um lixão a céu aberto a 13 km da sede. Na zona rural o lixo é incinerado.

A energia elétrica é de origem hidroelétrica com a subestação localizada em Pinheiro, com rede distribuidora por todo território municipal, totalizando 43.634 usuários no

ano de 2010 segundo a CEMAR, cujo consumo foi de 3.864.310 MWh. Dos usuários 94% eram residenciais, os 6% restantes referem-se aos demais listados na tabela 130. Com referência ao consumo, 64% eram residenciais, 19% serviço público e 7% poder público. Os 10% restantes estão distribuídos em consumo rural, comercial, industrial e iluminação pública (Tabela 133).

Tabela 133 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	41.093	2.483.796
Rural	386	27.383
Comercial	1.162	150.036
Industrial	175	39.994
Poder público	709	299347
Serviço público	97	717.915
Iluminação pública	12	145.839
Total	43.634	3.864.310

Fonte: CEMAR

Folclore e Lazer

O desfile em homenagem a independência do Brasil, o aniversário da cidade em 19 de junho e as festas juninas são os eventos festivos do município.

Durante o período junino há apresentação do bumba-meu-boi com sotaque de orquestra, tambor de crioula e quadrilhas, todas naturais do município.

Os outros eventos festivos são: concurso de beleza, vaquejada, encontros religiosos, exposição agropecuária e alguns festivais, sendo os ritmos musicais mais apreciados o reggae, forró e o carimbó. O artesanato é derivado do babaçu, em especial os cestos.

Para o entretenimento, a população dispõe de uma quadra poliesportiva, um ginásio, um campo de futebol, cinco restaurantes, quatro lanchonetes, duas casas de show, dois clubes e 50 bares. Para hospedagem estão disponíveis duas pousadas.

Transporte

O município está a 370 km da cidade de São Luís, a qual está ligada pelas rodovias: BR 135, BR 222, MA 014 e MA 337. Existe também a rota rodomaritíma atravessando a baía de São Marcos até o porto do Cujupi, seguindo pelas estradas BR 308, MA 106 e MA 337.

A rodovia que passa pela sede do municipal é a MA 337, que liga Presidente Sarney a Pinheiro, sendo utilizada a empresa Pinheiro para viagens diárias entre os dois municípios.

Os transportes mais utilizados na ligação com os municípios adjacentes são: ônibus, micro-ônibus, vans, transporte com tração animal e os barcos. A ligação urbana - rural é realizada principalmente por vans, D-20 ou paus de arara, moto e barcos.

2.16 Santa Helena

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

A Bandeira e o Brasão

A Bandeira do Município Santa Helena divide-se em três partes: uma azul que representa as águas do Rio Turiaçu, o branco a serenidade do povo helenense e o amarelo o colorido das matas na primavera.

Observa-se que, na parte branca encontra-se um brasão, cuja parte central do é composta por quatro ilustrações. A coroa na parte superior representa a parte urbana do município, o gado e a palmeira do babaçu significam os produtos de maior importância do município e o desenho na parte inferior representa o Rio Turiaçu. À direita e à esquerda encontram-se dois ramos de arroz que representa o principal produto cultivado em Santa Helena. Na faixa contém o nome do município e sua data de criação.

Hino

I
Oh risonha Terra de Esperança
Santa Helena gloriosa sem rival
Várzeas, montanhas, lagos, verdes campos
Compõe o teu cenário magistral

II
Oh risonha Terra de Esperança
A ser uma exemplar povoação
E o índio Pedro Alves diligente
Fazendo grandioso o seu rincão

Coro
Escuta Santa Helena
Nosso ufanismo por ti (bis)
És a terra mais amena
És a perola do Turi

III
Em glória avulta o teu passado ativo
E a voz do futuro por te clama
Soando forte desde os “Montes Áureos”
As ricas margens dos campos do Gama

IV
O gado, o babaçu que te enriquecem
O peixe que o teu rio piscoso dá
Vem somar à inteligência do teu povo
Heróico e do qual melhor não há

Coro

Escuta Santa Helena
É com garbo marcial que teus vaqueiros
Fazem correr briosos os seus corcéis
E nas campinas, nos prados e nas águas
Que servem de viveiros aos aguapés

V
Bendita seja para todo sempre
E bela como as flores do pau d’arco
Os teus campos de alcatifa sejam eternos
E os teus tapecuins sirvam de marco
Escuta Santa Helena...

Letra e Música: autor desconhecido

Localização

O Município Santa Helena está localizado na Mesorregião Norte Maranhense, Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se ao Norte com municípios com Serrano do Maranhão, a Oeste com Turilândia, Santa Luzia do Paruá e Nova Olinda do Maranhão, ao Sul com Pedro do Rosário e a Leste com Presidente Sarney, Pinheiro e Pedro do Rosário (Mapa 17).

Os pontos extremos do município correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -04°27’00’’de latitude e -44°35’54’’de longitude; Oeste -44°43’41’’de longitude e -04°36’50’’ de latitude; Sul -04°51’44’’de latitude e -44°38’18’’ de longitude; Leste -44°29’07’’ de longitude e -04°39’00’’ de latitude.

Extensão

O município tem 2.380,4 km², sendo o 35º em extensão do Estado, representando 0,69% do território maranhense.

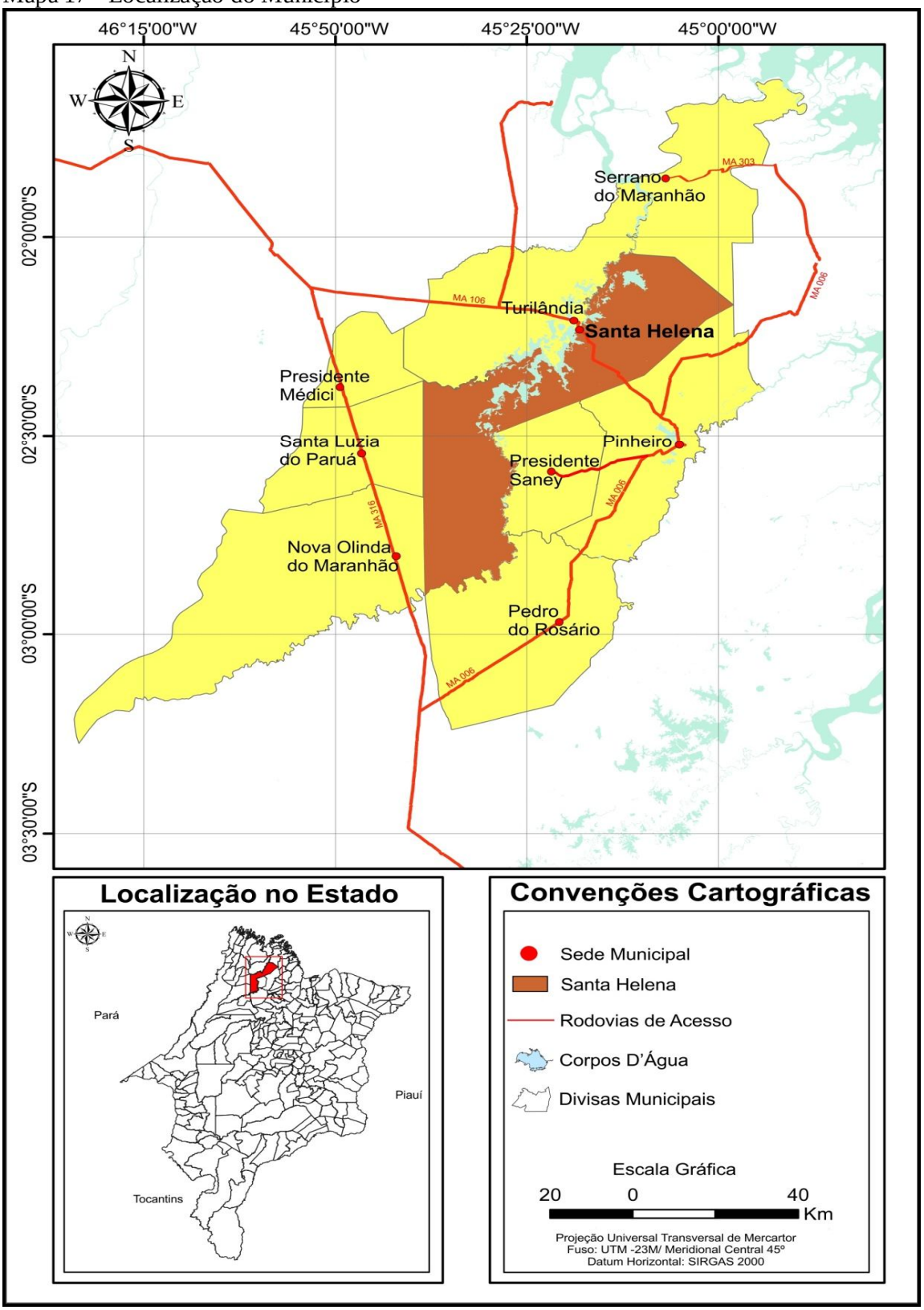
Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa o 2° lugar com 4,38% da extensão, na Microrregião da Baixada Maranhense e, é o 1° em extensão correspondendo a 13,11%.

Processo de Ocupação

A ocupação das terras onde se encontra a sede do município de Santa Helena começou à margem direita do Rio Turiaçu, a 96 km a Sudeste de Guimarães, em terras de sesmarias, doadas por D. Fernando Antonio de Noronha ao índio Pedro Alves, cacique da Aldeia Laranjal. Com o passar dos anos, a aldeia abrigou vários escravos que fugiam das fazendas que utilizavam a mão-de-obra escrava, e migrantes dos inúmeros quilombos existentes na região.

A toponímia do município se refere à lenda de Helena, índia linda e bondosa que faleceu muito jovem. Os índios visitavam seu túmulo todos os dias, até que um dia encontraram sua sepultura rachada e com cheiro de flores. Esse acontecimento atraiu várias pessoas que diante do fato começaram a cavar até encontrar o corpo da índia que estava

Mapa 17 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

totalmente preservado. Isto aconteceu no dia13 de agosto sem registro do ano (FERREIRA, 2011).

O fato causou admiração da população que considerou Helena como santa e por isso construiu uma capela nas proximidades da atual Praça da Bandeira, onde colocaram seu corpo, porém o corpo da índia todos os dias era encontrado no local de seu primeiro sepultamento. Pela manhã observavam entre a capela e o túmulo o rastro dos seus pesinhos, pois ela era de pequena estatura (1,15 m) (FERREIRA, 2011).

Os primeiros padres que chegaram ao local levaram o corpo da índia para Roma de onde trouxeram uma pequena imagem que foi colocada na Igreja Matriz construída no local do primeiro túmulo de Helena.

Contrariando a lenda da santa, há outra versão de que o nome do município é uma homenagem a Helena, mãe do imperador romano Constantino que tornou o cristianismo, como religião oficial, em 313 D.C, através do edito de Milão.

Fatos Históricos

A primeira determinação do território foi de freguesia que media 5 léguas (30 km) de Norte ao Sul e 15 léguas (90 km) de Leste ao Oeste, onde viviam 5.300 pessoas, das quais 1.200 eram escravas.

Pela Lei Provincial de 08 de maio de 1835, foi criado o Distrito com a denominação de Santa Helena, subordinado ao município de Guimarães.

Em 1838, o povoado de Santa Helena foi elevado à categoria de vila pela Lei Provincial N° 65 de 15 de junho, sendo desmembrado de Guimarães. Pelo Decreto Lei N° 268 de 19 de abril de 1932, perdeu a categoria de vila tendo seu território anexado ao município de Pinheiro, porém essa situação não demorou muito, pois a autonomia do município foi restabelecida pelo Decreto Lei Estadual N° 919 de 30 de setembro de 1935 (IBGE, 1959).

Ambiente Físico

A maior parte do município está geologicamente sobre a Formação Itapecuru, que se estruturou no Cretáceo Inferior entre 145,5 e 99,6 milhões de anos, constituída de arenitos finos, avermelhados e róseos, cinzas argilosos, geralmente com estratificação horizontal. Uma segunda parte, aproximadamente 20%, principalmente a Oeste é formada por

depósitos aluvionais recentes do Período Quaternário, que se formaram a 1,8 milhões de anos, e que é composto por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas (UEMA, 2002).

A geomorfologia é constituída por Litoral em Rias, correspondendo à porção ocidental, onde rias afogadas foram convertidas em planícies aluviais e, por Superfície Maranhense com Testemunhos, correspondendo a uma área aplainada durante o ciclo Velhas, dominada, em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira, estendendo-se em direção ao litoral (UEMA, 2002).

Os solos são representados pelos plintossolos, com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; pelos gleissolos, solos argilosos a muito argilosos, compreendendo solos minerais hidromórficos sujeitos a alagamentos periódicos; pelos solos indiscriminados de mangue, solos muito mal drenados, com alto teor de sais minerais provenientes da água do mar e de composto de enxofre, com textura variando desde argilosa até arenosa; por podzólico vermelho-amarelo, sendo solos profundos, com textura variando de média a argilosa, geralmente bem drenados e porosos. Têm perfis bem diferenciados, com presença de horizonte subsuperficial de acumulação de argilas, saturação de bases baixas e de médio alta e por podzólicos vermelho-amarelo concrecionário (UEMA, 2002).

O município é banhado, na sede, pelo curso médio do Rio Turiaçu que serve de divisa entre Santa Helena e Turilândia, sendo também cortado ao Sul pelo riacho igarapé do Veado, além dos lagos: São Jerônimo, São Francisco, Porção, Papagaio, Mendes, Morcego, Barracão, Jenipapo, Sousa, Onça, Caboclo, Costa, Imperial e Preto. Na época das chuvas o rio Turiaçu atinge no município até 8 metros de profundidade por 70 metros de largura, permitido a navegação em todo seu curso. Na estiagem (Figura 118) é navegado apenas por embarcações pequenas (Ferreira 2011, p.19).

O clima do município é tropical úmido apresentando pequena ou nenhuma deficiência de água, com chuvas distribuídas entre os meses de janeiro a junho e o período de estiagem de julho a dezembro. A soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 79% ou superior a 82%; em relação aos totais pluviométricos, apresentaram entre 2000 a 2800 mm anuais. A temperatura média anual está entre 26º ou superior a 27°C (UEMA, 2002).

Embora apresente um revestimento florístico que não o identifica como um espaço geográfico da Amazônia Maranhense, o município teve antes uma cobertura vegetal com características da Amazônia intercalada nas partes de topografia mais baixa,

precisamente no vale do Rio Turiaçu, nos campos inundáveis próprios da Baixada Maranhense, onde vicejam gramíneas e outros vegetais herbáceos, inundáveis e arbustivos próprio desse ecossistema, além de mosaicos de pastagens, florestas abertas, vegetação degradada com babaçual e mata ciliar.

A antropia, através dos anos, alterou consideravelmente a paisagem natural colaborando para que, onde existiu a floresta esteja presente, uma cobertura vegetal secundária com características, às vezes de mata e outras vezes de capoeira, onde o babaçu é representativo, além de outros vegetais próprios de cobertura secundária como a embaúba e o bacuri.

O município possui aproximadamente 60% de seu território na APA – Baixada Maranhense Sub-Área do Estuário Mearim-Pindaré e Baía de São Marcos.

Figura 118 - Vista parcial do Rio Turiaçu – 2012



Fonte: IMESC

Espaço Urbano

A cidade se desenvolve entre o Rio Turiaçu e o Riacho Igarapé do Veado, no sentido Norte-Sul, espalhando-se na direção Leste-Oeste. Sua malha urbana está distribuída em 27 ruas na direção Leste-Oeste e nove no sentido Norte-Sul, além de quatro ruas e seis

travessas na direção Noroeste-Nordeste. É tracejada também por duas avenidas Norte-Sul, uma Avenida Leste-Oeste e outra que margeia o Rio Turiaçu (Figura 119). Possuem nove praças todas arborizadas e ajardinadas (Figuras 120); 90% das ruas são asfaltadas ou cimentadas e o restante é de chão batido e piçarra (Figura 121).

As casas apresentam padrão médio, bem organizado, conservado, prédios públicos, casas comerciais e templos religiosos, no entanto, a distribuição das construções é na sua grande maioria geminada.

Figura 119 -Vista parcial da Avenida Central de Santa Helena- 2012



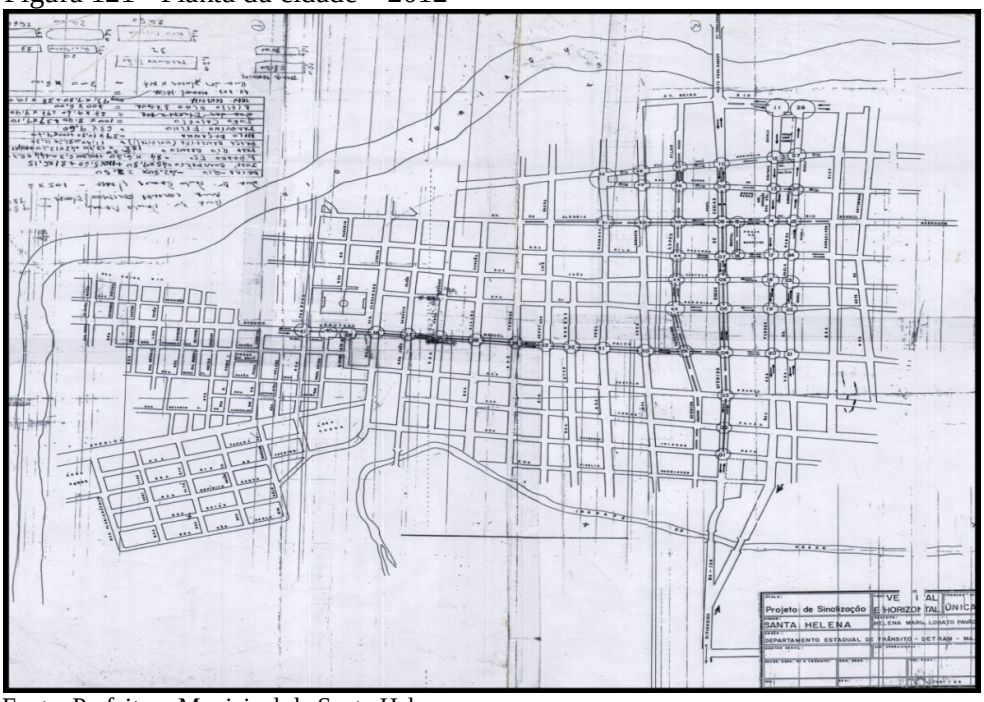
Fonte: IMESC

Figura 120 - Vista da Praça Santa Helena - 2012



Fonte: IMESC

Figura 121 - Planta da cidade – 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Helena

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em povoados, sítios e fazendas, vilas e engenhos.

Povoados: Alinhavão, Araujo, Arminio, Azevedo, Bacabal, Bacuri, Bandeira, Barracão, Bem Fica, Boa Sorte I, Boi de Carro, Bom Jardim, Bom que Dói I, Bom que Dói III, Bota, Brasilinha, Caboclo, Cajazeiras, Cajual, Campo Novo, Cedro I, Centrinho, Centro Velho, Chapada Grande, Chapadinha I, Chapadinha II, Cocal, Corralzinho, Costa, Cravo, Estirão, Faxina, Firmina, Fortaleza, Gino, Goiabal, Guariba, Guarirama, Henrique da Linha, Ilha do Florante, Imperial, Janaubeira, Juncal, Limoal, Macajubal, Machado, Magalhães, Malhada, Mandubé, Mandubé de Leite, Mangabeira, Manoel Vicente, Mata Fome, Mendes, Mocambo, Moite, Morcego, Muruntim, Nazaré, Novo Horizonte, Olho d'Água, Outeiro Grande, Palmeira, Patrocínio, Pau Pombo, Pindoval, Pequi, Pisa forte, Plantas, Pompeu, Ponta d'Areia, Ponta d'Areia II, Ponta de Santa Filomena, Porteira, Profira, Rompe Saco, Rosário, Sumaúma, Samucangal, Sansão, Santa Luzia, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Severa, São Benedito da Roça, São Bento, São Chico, São Francisco I, São Francisco II, São Jerônimo, São Joaquim, São José, São Pedro, São Raimundo, São Roque, São Sebastião, Seca, Tambor, Taquara, Tariraqueira, Tiquira, Três Estivas, Ubinzal, Vila Nova e Volta Grande.

Sítios: Alto de Pedra, Araújo, Arminio, Aurélio, Azevedo, Bacabal, Bacuri, Bandeira, Barão, Barracão, Bastião, Batatal, Beata, Bem Fica, Boa Sorte I, Boca do Rio, Boi de Carro, Bom Jardim, Campina II, Campininha, Campo Comprido, Campo do Joaquim, Campo do Meio, Campo Novo, Campo Sujo, Capivara, Cardeal, Carrasco, Cascudo, Cedro I, Cedro II, Centrinho, Centro do Antonio Pedro, Centro do Augusto Grande, Centro do João Bacurau, Centro do João Pedro, Centro do Joaquim Loredo, Centro do Nezico, Centro do Zeca Cícero, Coelho, Corral Velho I, Corralzinho, Costa, Cravo, Curva Grande, Dourado, Estirão, Faveira, Faxina, Firmina, Fortaleza, Gino, Goiabal, Grota Funda, Guariba, Guarirama, Guenquere, Henrique da Linha, Igarapé Açu, Igarapé do Corta Guela, Igarapé do Pinto, Ilha Bonita, Ilha da Alexandrina, Ilha da Capoeira, Ilha da Cueira, Ilha da Nova Esperança, Ilha do Anajá, Ilha do Florante, Ilha do Laguinho, Ilha do Pombal, Ilha do Sousa, Imperial, Iriri, Isqueimadas, Itapequem, Jaboti, Janaubeira, Jaracaim, Jenipapeiro, Juncal, Jurubeba, Juruti, Limoal, Livramento, Lontra, Macajubal, Macarico I, Macarico II, Malfredo, Malhada, Malhada Grande, Mandubé, Mandubé de Leite, Mangabeira, Manoel de Barros, Manoel Francisco, Manoel Vicente, Mata, Mata Fome, Mendes, Mocambo, Mocar, Pau Quebrado, Pimenta, Engenho, Pindoval, Pequi, Pisa Forte, Plantas, Poleiro, Pompeu, Ponta

Grossa, Quebra Ovo, Quebra Pote, Ribeirão, Salgado I, Salgado II, Santa Rita II, Soares, Três Bocas, Valentim e Viúva Emilia.

Fazendas: Calazans, Igarapé Açu, Livramento, Malhada Grande, Morada Nova, Samaumeira, Santa Barbara e Terra Santa.

Vilas: Curva Grande e Queimadas.

Engenho: Pimenta Engenho.

Utilização das Terras

O uso da terra no espaço rural de Santa Helena está divido entre estabelecimentos e área. Os dados que se referem aos estabelecimentos dificultam a análise, pois um estabelecimento pode dedicar-se a mais de uma atividade, como por exemplo, lavouras temporárias, pastagens plantadas, plantação de forrageiras, conservação de matas e florestas e outros usos. Por essa razão, uma análise em percentuais dessa variável é inviável, sendo mais propícia a realização de uma análise qualitativa dos dados. Observa-se que, a maior parte dos estabelecimentos está ocupada com a lavoura temporária e com pastagens naturais.

Quanto à área ocupada dos estabelecimentos são as pastagens e a lavoura temporária que se destacam. As pastagens naturais representaram 31%, as pastagens plantadas degradadas 2%, as pastagens plantadas em boas condições 10%, a lavoura permanente 4%, a lavoura temporária 21%, áreas plantadas com forrageiras 2%, as matas e/ou florestas (destinada à preservação permanente - reserva legal) 3%, matas e/ou florestas (exclusive área de preservação Permanente - e as em sistema agroflorestais) 10%, os sistemas agroflorestais 12%, construções, benfeitorias ou caminhos 2%, terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.) 3%, terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.) e tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura somaram juntos menos de 1% (Tabela 134).

Por ser uma área ligada a Baixada Maranhense, as pastagens naturais são predominantes. Outro fato a ser destacado é a falta de espaços rurais disponíveis diretamente para a plantação: são matas ou florestas, sistemas agro-florestais e espaços voltados para aquicultura como tanques açudes e outros. Percebe-se a existência de preocupação com o reflorestamento e preservação.

Tabela 134 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	294	1.488
Lavoura temporária	1.297	7.916
Áreas plantadas com forrageiras	67	884
Pastagens naturais	403	11.639
Pastagens plantadas, degradadas	41	584
Pastagens plantadas em boas condições	191	3.579
Matas e/ou florestas (destinada à preservação permanente - reserva legal)	49	1.315
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação Permanente - e as em sistema agroflorestais)	152	3.629
Sistemas agroflorestais	163	4.323
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura.	58	163
Construções, benfeitorias ou caminhos.	360	796
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc)	7	119
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc)	66	1.075
Total	-	37.510

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, dos 1.937 estabelecimentos 35% são de proprietários, instalado em 76%, das 37.562 áreas por hectare. Indiretamente pertencem também a eles, as unidades cultivadas por arrendatários (4% dos estabelecimentos e 3% da área) e por parceiros 1% e 0,34% dos estabelecimentos e área, respectivamente. Esses dados, ainda que não pareçam tão significativos, elevam o domínio do proprietário, pois ele é quem arrenda ou estabelece parcerias (Tabela 135).

Com o ocupante, aquele que não tem terras e utiliza áreas cedidas pelo produtor ou pelo poder público independente de pagamento, estão 37% dos estabelecimentos e 11% da área. Há ainda o produtor sem terra, com 14% dos estabelecimentos e o assentado sem titulação definitiva que possuía 8% dos estabelecimentos e 10% da área (Tabela 135).

Tabela 135 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Produtor	Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	678	28.621
Assentado sem titulação definitiva	155	3.754
Arrendatário	85	1.075
Parceiro	16	130
Ocupante	724	3.982
Produtor sem área	279	-
Total	1.937	37.562

Fonte: IBGE

Demografia

O município ocupou, em 2010, a 34° posição em número de habitantes no Maranhão, representando 0,59% da população estadual. Em termos regionais, o município se classifica na Mesorregião Norte Maranhense no 12º lugar, com 1,50% da população e, na Microrregião da Baixada Maranhense no 4º lugar, com 6,93% dos habitantes. O IDHM no referido município em 2010, segundo o IPEA, ocupou a 110º com o valor de 0, 571. Sua densidade demográfica é de 16,43 hab/km^2.

Entre 2000 e 2010, a população total cresceu 27% particularizando esse crescimento, nesse mesmo período teve os seguintes percentuais: população urbana 30%, rural 24%, masculina 25% e feminina 29%.

Comparando o crescimento de cada população por ano, tem-se em 2006: população urbana 49%, rural 51%, homens e mulheres 50% cada. Em 2010, os itens representaram 50%, isto é, urbana, rural, masculina e feminina. Portanto, houve um significativo crescimento da população total do decênio analisado; a distribuição interna em ambos os anos foi totalmente equilibrada, o que significa a inexistência do êxodo rural e também migração (Tabela 136).

Quanto aos traços étnicos, na área urbana, observou-se uma predominância de brancos e depois de morenos. Os afrodescendentes são menos expressivos, na área rural não foi possível observar.

Tabela 136 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	15.554	19.425
Feminina	15.306	19.685
Urbana	15.105	19.578
Rural	15.755	19.532
Absoluta	30.860	39.110

Fonte: IBGE

Saúde

Há um hospital com 42 leitos na urgência/emergência/internação e dez enfermarias (Figura 122), além de três postos de saúde na sede e 24 na zona rural.

Para atendimento estão sete médicos, quatro enfermeiros e 47 técnicos de enfermagem.

O município disponibiliza o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), que atualmente é formado por treze equipes, compostas por um médico, um enfermeiro, um dentista, um técnico em enfermagem, 105 agentes comunitários de saúde, dos quais 52 trabalham na zona urbana e 53 na zona rural. Referido programa também realiza orientação sexual junto às comunidades, tanto na zona urbana como na zona rural.

As doenças mais frequentes são: verminose, gripe, doenças respiratórias, gastroenterocolite aguda, diabetes e hipertensão.

Figura 122 - Hospital Municipal de Santa Helena - 2012



Fonte: IMESC

Educação

Em 2011, o município registrou 14.067 matriculas, sendo 11.122 pelo município e 2.500 pelo Estado e 445 particulares.

Os estabelecimentos de ensino do município estão distribuídos em 96 escolas na zona rural e sete na zona urbana; o número de salas utilizadas pelo Estado são 54 e pelo município são 266, dividindo-se entre creches, pré-escola e fundamental nos períodos matutino, vespertino e noturno. O corpo docente municipal é composto por 593 professores, dos quais 21% têm formação superior completa.

Os estabelecimentos escolares do Estado restringem-se ao ensino médio, somente na zona urbana, funcionando nos turnos, matutino, vespertino e noturno. O corpo docente é composto por 135 professores sendo 56% com formação superior e 44% magistério.

No município funciona um centro de ensino superior da Universidade Estadual do Maranhão, com os seguintes cursos: História, Matemática, Letras, Química e Física**.**

Economia

As principais atividades econômicas do município estão ligadas ao setor primário, destacando-se a agricultura e a pecuária. Em 2010, o PIB de Santa Helena somou R$ 112,260 milhões, representando 0,25% do PIB Estadual e 60ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 80,502 milhões na economia municipal, enquanto que o setor agropecuário somou R$ 17,030 milhões e o industrial R$ 12,224 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 2,504 milhões. A renda *per capita* do município alcançou R$ 217,94, levando o município a se situar na 108ª posição se comparado com os demais. O IDM (2010) situou-se na 174ª posição, correspondendo a 0,281.

Agricultura

A agricultura no município está distribuída entre lavoura temporária e lavoura permanente - aquela praticada de maneira itinerante e mecanizada.

De 2006 a 2011, os valores totais da área plantada/colhida, quantidade produzida e valor de produção cresceram 2,5%, 26% e 94%, respectivamente. Em relação aos produtos, a área plantada/ colhida do feijão e do milho aumentaram 120% e 9%, respectivamente, o arroz e a mandioca diminuíram 1% e 4%, respectivamente, a melancia não pode ser quantificada, pois não houve dados em 2006, apenas em 2011; em relação à quantidade produzida, todos os produtos aumentaram: o arroz 52%, o feijão 179%, a mandioca 0,5% e o milho 9%; em relação ao valor de produção, o arroz, o feijão e a mandioca cresceram 163%, 296%, 22%, respectivamente, o milho diminuiu 13%.

Em 2006, dos 2.825 hectares de área plantada/ colhida, o arroz rendeu 62%, o feijão 2%, a mandioca 20% e o milho 16%; das 4.222 toneladas produzidas, o arroz representou 44%, a mandioca 49%, o milho 6% e o feijão menos de 1%; quanto ao valor de produção, no ano em estudo, rendeu R$ 1,125 milhões e o arroz representou 48%, o feijão 2%, a mandioca 38% e o milho 12% (Tabela 137).

Em 2011, dos 2.896 hectares de área plantada/colhida, o arroz representou 60%, o feijão 4%, a mandioca 19%, a melancia 1% e o milho 17%; das 5.317 toneladas de quantidade produzida, o arroz rendeu 53%, a mandioca 39%, o milho 6%, o feijão e a melancia 1% cada; o valor da produção que nesse ano foi de R$ 2,177 milhões, o arroz contribuiu com 65%, o feijão 5%, a mandioca com 24%, a melancia 1% e o milho 5% (Tabela 137).

Tabela 137 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área plantada (Hectares)		Área colhida (Hectares)		Quantidade produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	1.758	1.735	1.758	1.735	1.846	2.811	535	1.405
Feijão	48	106	48	106	19	53	26	103
Mandioca	563	538	563	538	2.083	2.094	427	523
Melancia	-	22	-	22	-	60	-	27
Milho	456	495	456	495	274	299	137	119
Total	2.825	2.896	2.825	2.896	4.222	5.317	1.125	2.177

Fonte: IBGE

A agricultura permanente é pouco representativa e os produtos que merecem destaque em relação ao valor econômico são: banana, coco-da-baía, laranja e castanha de caju.

Entre 2006 e 2011, houve um crescimento em alguns itens da lavoura permanente, apresentando aumento no total da área colhida de 87% e no valor da produção em 46%. A quantidade produzida não pode ser analisada quanto ao seu crescimento ou diminuição, pela disparidade de unidades relativa aos produtos, uns em toneladas e outros em fruto por mil.

No intervalo desses dois anos, a área colhida da banana diminuiu 2%, a laranja se manteve estável, em quantidade produzida, a banana diminuiu 5% e a laranja cresceu 25%; no relativo ao valor da produção, a banana cresceu 31% e a laranja se manteve estável. Em relação ao coco-da-baía e a castanha de caju, esses não puderam ser quantificados, pois não houve dados no ano de 2006, apenas no ano de 2011.

Em 2006, a área colhida foi de 90 hectares, dessa colheita por hectares a banana alcançou 98% e a laranja 2%; a quantidade produzida foi de 866 toneladas, a banana representou 99,5% e a laranja 0,5%; em se tratando do valor de produção que, neste ano, rendeu R$ 502 mil, a banana contribuiu com 99,6% e a laranja com 0,4% (Tabela 138).

Em 2011, dos 168 hectares de área colhida, a banana representou 51%, a castanha de caju 9%, o coco-da-baía 39% e a laranja 1%; em relação à quantidade produzida, explicita-se que a mesma não pode ser avaliada em porcentagem, pois as unidades do coco-da-baía são diferenciadas dos outros produtos, pois é analisado em toneladas e em mil frutos; nesse ano, o valor de produção rendeu R$ 735 mil e a banana contribuiu com 89%, o coco-da-baía 10 %, a castanha de caju e a laranja representaram juntas 1% (Tabela 138).

Tabela 138 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	88	86	862	822	500	657
Coco da baía*	-	65	-	150	-	75
Laranja	2	2	4	5	2	2
Castanha	-	15	-	5	-	1
Total	90	168	866	-	502	735

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

Os principais rebanhos nos dois anos analisados (2006 e 2011) foram de aves, bovinos e suínos. No período, os rebanhos bovino, asinino, muar, caprino, ovino e aves cresceram respectivamente 23%, 7%, 6%, 15% e os dois últimos 14%. Não houve redução dos rebanhos equinos 10%, bubalinos 17% e suínos 12%.

Em 2006, das 73.352 cabeças as aves corresponderam a 44%, bovino 28%, suíno 22%, equino 2%, bubalino, caprino, e ovino 1% cada e asinino e muar somaram junto 1%. Em 2011, das 80.609 cabeças, as aves representaram 46%, bovino 31%, equino 1%, o suíno 18%, o caprino e ovino 1% cada, bubalino, asinino e muar representaram junto 2% (Tabela 139).

Observa-se que, alguns rebanhos como o asinino e o muar que antes eram utilizados como meios de transporte estão sendo trocados por veículos motorizados, principalmente a motocicleta; em relação ao caprino e ovino, apesar do sabor e do valor nutritivo de sua carne, culturalmente não são apreciados como alimento diário.

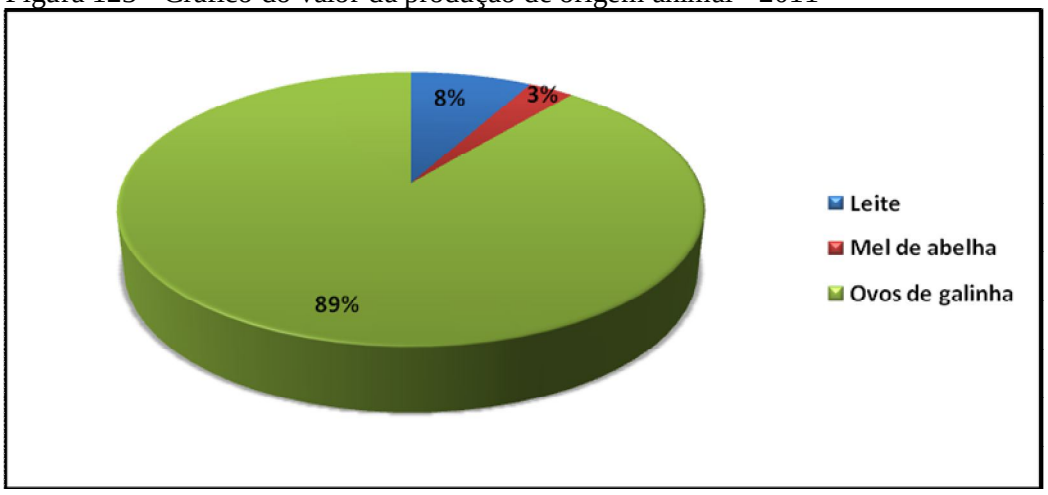
Tabela 139 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	20.379	25.010
Equino	1.322	1.194
Bubalino	541	450
Asinino	92	98
Muar	286	302
Suíno	16.397	14.379
Caprino	960	1.105
Ovino	859	980
Aves	32.516	37.091
Total	73.352	80.609

Fonte: IBGE

Em 2011, segundo o IBGE, destacaram-se como produtos de origem animal o leite, cuja produção foi de 553 mil litros e renderam R$ 995 mil, além das 24 mil dúzias de ovos de galinha, cuja renda foi de R$ 84 mil e 3.534 Kg de mel de abelha, com valor de produção de R$ 35 mil, perfazendo o total de R$ 1,114 milhões, como pode ser observado na figura 123.

Figura 123 - Gráfico do valor da produção de origem animal - 2011



Fonte: IBGE; IMESC

Extrativismo

De acordo com o IBGE, em 2011, cinco produtos extrativos foram de valor econômico para Santa helena: a juçara, a amêndoa de babaçu e o carvão vegetal quantificados em toneladas, a lenha e a madeira em tora, quantificados em metros cúbicos.

Das 404 toneladas de produtos extrativos, coletadas 59% foram de carvão vegetal o que incidiu em 45% do valor da produção extrativista, que nesse ano foi de R$ 533 mil. Esse resultado é preocupante, uma vez que representa um acentuado desmatamento no município, ainda que a madeira queimada seja resultado da coivara das roças, pois regularmente suas cinzas contribuem para a poluição de rios e lagos e no aumento da temperatura do ar, além de outros problemas.

A amêndoa de babaçu contribuiu com 17% na quantidade produzida e 13% no valor de produção e a juçara 23% e 26% em quantidade produzida e em valor de produção, respectivamente (Tabela 140). Infelizmente, a amêndoa do babaçu pelo próprio desestímulo no preço tem sua coleta diminuída. Quanto à juçara, que poderia ser uma alternativa como complemento de renda, é pouco coletada apesar de as áreas dos campos serem ideais para o seu cultivo.

Nesse mesmo ano foram produzidos 4.725 metros cúbicos, dos quais a lenha contribuiu com 98% e a madeira em tora 2%; quanto ao valor de produção a lenha representou 12% e a madeira em tora 3%. A extração desses dois produtos causa efeitos negativos ao meio ambiente, tal qual o do carvão vegetal, com o agravante de que sua maior quantidade é utilizada na cerâmica, nas padarias e casas de farinha na área rural; polui o ar com a fumaça e os rios com as cinzas transportadas pelas chuvas.

Tabela 140 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metro cúbico	
Amêndoa de babaçu	70	-	70
Carvão vegetal	240	-	240
Juçara	94	-	140
Lenha	-	4.647	65
Madeira em tora	-	78	18
Total	404	4.725	533

Fonte: IBGE

Pesca

A pesca lacustre e fluvial é eminentemente artesanal, voltada ao consumo e a comercialização no município. As principais espécies pescadas são: branquinha (*Psectrogasteramazônico*), surubim (*Pseudoplatystomafasciatum*), curimatá (*Prochilodusssp*), mandubé (*Ageneiosusbrevifilis*), traíra (*Hoplias malabaricus*) e a tapiaca (*Psectrogastercffalcata*).

Indústria

A atividade industrial nesse município é quase inexistente, exceto pela fabricação de telhas e tijolos produzidos nas olarias, uma fábrica de beneficiamento de arroz, padarias e casas de farinha na área rural.

Todos os produtos oriundos das atividades industriais são consumidos no próprio município.

Turismo

Pode-se destacar como atrativo turístico cultural o festejo de Santa Helena, padroeira do município e o período junino com danças como quadrilhas, tambor de crioula, bumba-meu-boi, dentre outras; como atrativo natural tem o Rio Turiaçu e os lagos.

Na culinária destacam-se os pescados surubim, curimatá, traíra, tapiaca e outros que são preparados de várias maneiras: frito, assado, cozido e escabeche.

O município dispõe de uma churrascaria, uma lanchonete, três restaurantes, dois hotéis e duas pousadas.

Comércio

O comércio é varejista e atacadista com existência de quitandas, feiras e mercados, sendo o abastecimento oriundo de municípios vizinhos ou da capital São Luís. Possui farmácias e casas voltadas ao agronegócio.

Poder Judiciário e Legislativo

O município é comarca com um cartório de 1° e outro 2° ofício. Possui 23.642 eleitores, distribuídos em 103 seções eleitorais e nove vereadores (TSE, 2012).

Religião

No município, destaca-se a Igreja Matriz dedicada a Santa Helena e fundada em 1835 (Figura 124) e, várias capelas distribuídas na zona rural. Os principais festejos são: Santa Helena, São Brás, Nossa Senhora de Nazaré, São Benedito, São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio, São Pedro, São João e São Francisco.

Figura 124 - Igreja Matriz de Santa Helena - 2012



Fonte: IMESC

Os templos evangélicos estão distribuídos na área urbana e rural, nas seguintes religiões: Assembleia de Deus, Batista, Testemunha de Jeová, Adventista do Sétimo Dia, Reino de Deus, Pentecostal e Universal do Reino de Deus. Os terreiros de origem africana ou indígena encontram-se, principalmente, na área rural.

Das 39.110 pessoas entrevistadas no Censo de 2010, 72% são católicos, 18% evangélicos e 9% sem religião, as demais variáveis somaram juntas 1% (Tabela 141).

Tabela 141- Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	28.188
Evangélicos	7.001
Espírita	9
Umbanda e candomblé	76
Outras religiões	203
Sem Religião	3.633
Total	39.110

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O fornecimento de água é de responsabilidade da CAEMA, com a captação das águas por meio de poços artesianos, distribuídos entre 636 consumidores (CAEMA).

O município não tem rede coletora de esgotos; o esgotamento sanitário da cidade é realizado através de fossas, de responsabilidade dos próprios moradores e segundo o SIAB (2012) totalizaram 5.252.

Os resíduos sólidos são coletados por caminhões do município de segunda a sábado e, aos domingos a coleta do lixo hospitalar, e são depositados em um lixão a céu aberto.

O serviço de energia elétrica é de responsabilidade da CEMAR. Dos 91.531 consumidores, o residencial possui o maior percentual com 92%, o comércio representa 6% e o poder público 2%, os outros consumidores somaram ao todo 1% (Tabela 142).

Em relação ao consumo por MWh, do total de 9.309.722 o maior consumo está nas residências com 65%, o comercial 11%, a indústria 2%, o poder público 8%, o serviço público 1% e a iluminação pública 13%, as demais variáveis representaram juntas menos de 1% (Tabela 142).

Tabela 142 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	83.493	6.026.388
Rural	182	60.751
Comercial	5.461	1.018.016
Industrial	276	178.145
Poder público	1.787	675.867
Serviço público	308	113.739
Iluminação pública	12	1.233.041
CEMAR	12	3.775
Total	91.531	9.309.722

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

O sistema bancário está representado por um posto do Banco do Brasil, dois do Bradesco e por uma casa lotérica.

A comunicação postal do município é de responsabilidade da ETC. Como veículos de comunicação, o município dispõe de um canal de televisão, a TV Santa Helena, a rádio Rio Turiaçu (AM) e (FM), Jornal Nova Época e as operadoras de telefonia OI e TIM.

De acordo com a ANATEL (2009), o município possuía 83 terminais telefônicos acessíveis por 24 horas.

Folclore e Lazer

O município tem como atrações folclóricas várias festas religiosas já citadas, além do bumba-meu-boi.

As atividades esportivas são praticadas em três quadras poliesportivas e em um estádio com capacidade para 5.000 pessoas. As modalidades oferecidas são futebol, voleibol, futsal e outras. Como lazer dispõe do Rio Turiaçu.

Transporte

A sede municipal localiza-se a 382 km da capital maranhense com comunicação pelas seguintes rodovias: BR 135, BR 222, MA 014 e MA 106.

O transporte rodomarítimo mais utilizado é de responsabilidade das empresas Serv Porto, pela Internacional Marítima por meio do *ferryboat* que atravessa a baia de São Marcos até o Porto do Cujupe, seguindo pelas rodovias BR 308 e MA 106. Outra opção são as vans que fazem o transporte de passageiros para São Luís e para a zona rural do município.

É utilizada também, a opção hidroviária com barcos que fazem a ligação entre as zonas urbana e rural do município e outros municípios circunvizinhos (Figura 125).

Figura 125 - Barcos de transporte de passageiros - 2012



Fonte: IMESC

2.17 São Bento

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

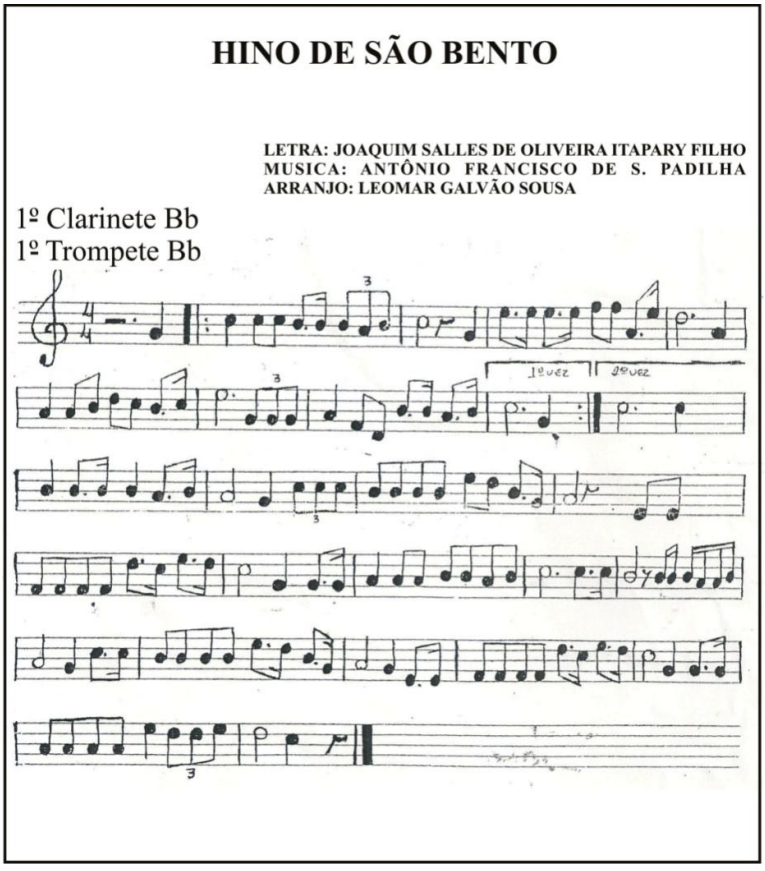
Hino

São Bento meu doce berço de amor
São Bento minha vida te darei
No meu peito estarás onde for
Longe de ti saudades moverei

Tuas aves povoam minha alma
A esperança é o teu verde a tua luz
Tua terra é teu pão que me alimenta
O teu campo com flores me seduz

O saber é o ouro do teu povo
E a glória o futuro da cidade
Construíste com trabalho tua honra
Ilumina-te o sol da "Liberdade"

Letra: Joaquim Salles de Oliveira Itapary Filho
Música: Antonio Francisco de S. Padilha
Arranjo: Leomar Galvão de Sousa



Partitura

Localização

Localizado na Baixada Maranhense, o Município São Bento está inserido na Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte Peri-Merim, a Oeste com Palmeirândia e Pedro do Rosário, ao Sul São Vicente Ferrer e a Leste com São Vicente Ferrer e Bacurituba (Mapa 18).

Seus pontos extremos estão determinados pelas respectivas coordenadas geográficas: Norte -02°3''32" de latitude e -44°50'23", de longitude; Oeste -45°13'45" de longitude e -02°49'59" de latitude; Sul -02°54'40" de latitude e -45°22'43" de longitude; Leste -44°47'08" de longitude e -02°40'08" de latitude.

Extensão

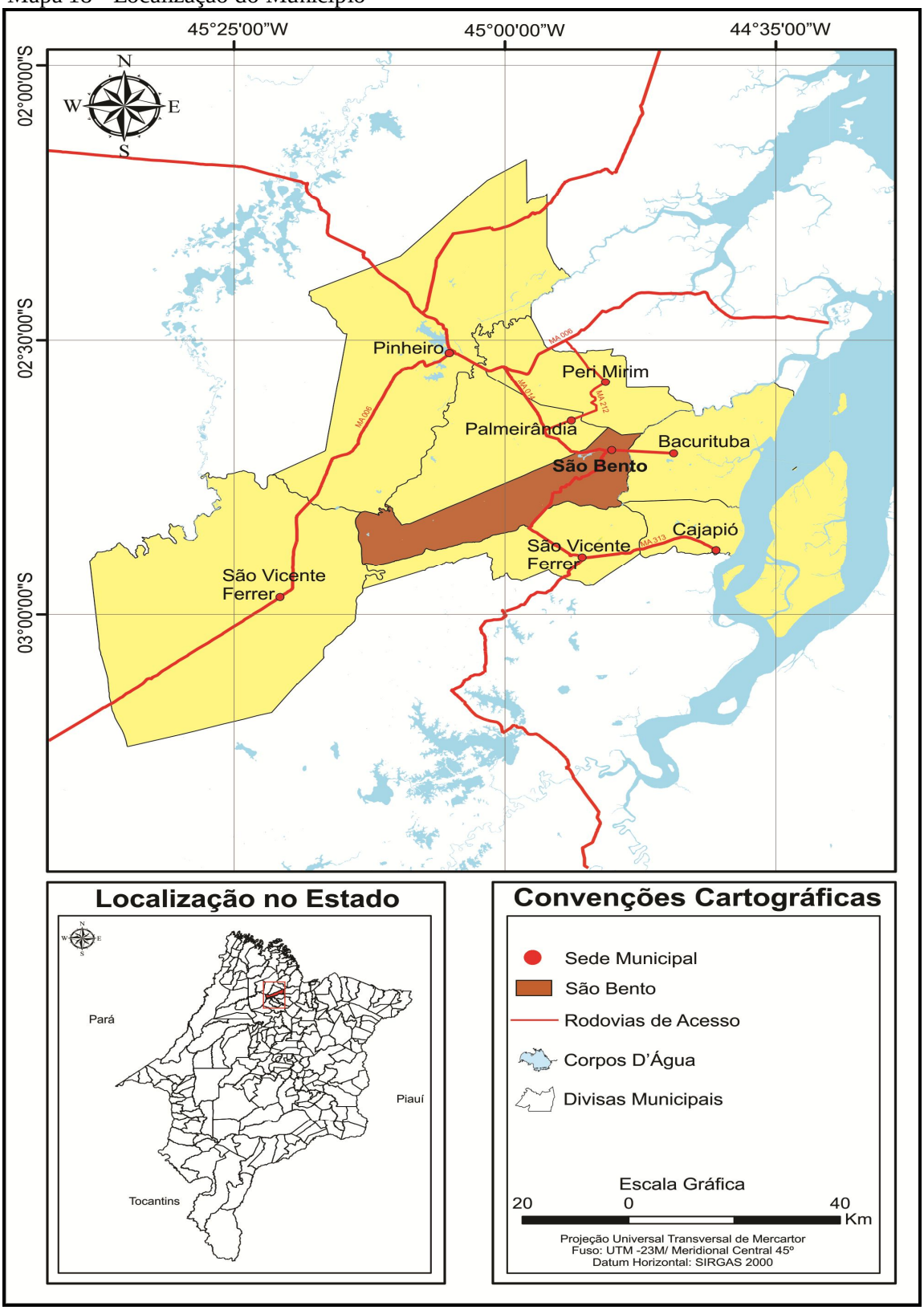
O município possui 459,5 km² correspondendo a 0,14% do território maranhense, classificando-se em 171° lugar no Estado, mais especificamente, na Mesorregião Norte Maranhense ocupando a 45° posição com 0,87% e 15º posição com 2,61% na microrregião da qual faz parte.

Processo de Ocupação

Segundo a tradição, os povoadores iniciais foram João Alves Pinheiro (João Canaçu) que, com outros ali, se estabeleceram vindos de Alcântara. Inicialmente foi dado ao local o nome de São Bento de Perizes, devido à quantidade de junco existente nos campos circunvizinhos. Referidos desbravadores edificaram casas de madeira instalando fazendas de gado bovino, além de se dedicarem à lavoura.

A sequência histórica da organização do espaço urbano de São Bento está relacionada, principalmente, com princípios religiosos, embora sua primeira caracterização como território administrativo tenha sido arraial (o que correspondia aos atuais pequenos povoados), logo depois, foi elevada foi à condição de freguesia criada pela Provisão Regia de 7 de novembro de 1805, sob a invocação de São Bento.

Mapa 18 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

O lugar não tinha igreja só um pequeno oratório, certamente o que se chama hoje de capela e, foi ali que, o Frei Manoel Justino Ayres de Carvalho pregador régio e mestre em Filosofia, tomou posse como vigário da freguesia, no dia 22 de dezembro de 1813, ocasião em que foi instalada a freguesia, cumprindo assim a determinação legal da Carta Regia de 11 de outubro de 1813, que lhe tinha nomeado para referido cargo.

Conforme documentos, enquanto os frades providenciaram uma igreja, o oratório que era de propriedade particular de João Alves Pinheiro, ficou provisoriamente servindo como Igreja Matriz, em São Bento.

A primeira iniciativa da população quanto à construção da igreja, foi requerer ao Dr. Vigário Capitular Oliveira, licença para construí-la, pois já tinham escolhido o lugar para isso, onde inclusive já existiam várias moradias.

Numa provisão (documento oficial) de 29 de agosto de 1815 os moradores, ao reivindicarem a construção do templo, declararam que os recursos para a aludida edificação era resultado das esmolas concedidas para tal fim.

Havendo apenas a Capela Mor construída, foi concedida, por meio de um documento datado de 10 de julho de 1816, licença a construção.

No dia 5 de outubro de 1815 um ritual romano foi realizado, para que se procedesse ao lançamento da primeira pedra da edificação da Igreja Matriz. Frei Manoel Justino, no dia 20 de outubro de 1816, visitou e benzeu a Capela-Mor e, no dia 22 de fevereiro de 1817, fez o mesmo com toda a igreja construída.

Mas tarde, por ser de madeira, a igreja matriz ameaçava desabar, assim a província tomou a iniciativa de construí-la, fazendo, no entanto, só quatro paredes da capela-mor, toda de tijolos que custou 2.000.$000 réis (dois mil réis, valor da época)

Em março de 1862, o major do exército João Luís Tavares, na ocasião tenente do corpo de guarnição da província, comandante do destacamento e recrutador do município de São Bento, junto com o vigário padre Zacheo Francisco da Penha, com o padre Satiro Celestino da Costa Leite e João Joaquin da Costa Leite promoveram uma subscrição entre os frades, a fim de conseguir recursos para a reedificação da matriz velha começando a obra imediatamente. Entretanto, a igreja não foi construída porque grande parte das pessoas que tinham assinado o donativo declarou que, só pagariam se fosse para reedificação da igreja antiga, pois tinham sepultado ali seus familiares. Assim, a primeira igreja foi reconstruída sob a administração do Major Tavares e que, terminada ficou maior e mais alta, sendo batizada em 7 de setembro de 1862 (IBGE, 1959).

Considerando o desenvolvimento da freguesia, seus habitantes requereram ao Conselho da Província que a mesma fosse elevada à condição de vila encaminhando o requerimento a Câmara de Alcântara, à qual a freguesia era subordinada; a referida Câmara em petição (documento de 27 de setembro de 1822) informa que: “São Bento estava distante de Alcântara o melhor de 14 léguas (84 quilômetros) e, com uma população de 600 casas tendo todas as proporções segundo a sua situação e concorrência de seus vizinhos para lhe conceder a graça pedida” (IBGE, 1959).

Com o parecer favorável da Câmara de Alcântara, a vila foi criada através da Resolução de 19 de abril de 1833 e Lei Provincial nº 7 de 29 do mesmo mês e ano, tendo sido considerado o seu primeiro habitante e fundador João Alves Pinheiro (IBGE, 1959).

Fatos Históricos

O IBGE (1959) registra uma série de fatos que são relevantes para o entendimento do que representaria o município São Bento na comunidade regional da Baixada Maranhense, entre o século XIX e o inicio de século XX. Dentre os acontecimentos mais relevantes destacam-se:

a) Educação

1837 - A Lei Provincial nº 41 de 26 de julho criou uma cadeira (escola) de primeiras letras para meninos e outra para meninas.

1859 - A aula pública de latim foi extinta pela Lei Provincial n° 529 de 30 de julho. Seu último professor foi o Alferes Juvêncio Antônio da Costa Leite aposentado em 1860.

1866 - A cadeira de primeiras letras do sexo masculino, por ato da Lei Provincial de 3 de outubro (naquela época as províncias, atuais Estados, tinham presidentes e não governadores) foi elevada a 2°grau (que correspondia aproximadamente 5° ano primário e atualmente a 5° série do ensino fundamental).

1866 - Foi fundado pelo Padre Luís Rodrigues da Silva Brito o Colégio de Humanidades Nossa Senhora da Conceição que começou a funcionar no dia 1° de março de 1866, por dois anos. Após esse período, o padre fundador, que o dirigiu até 1868, passou a direção a Antonio Rodrigues de Melo.

b) Saúde

Em 1835 e 1865 aconteceram surtos de bexiga (catapora) com 30 vítimas fatais no último ano citado.

1857 - Surgiram inúmeros casos de doenças intestinais (diarreias e disenterias) com vários óbitos.

1851 - Febre amarela com características epidêmicas.

1855 - Epidemia de sarampo.

c) Cultura

1802 - Um grupo de jovens liderados por Dr. Japhet Valle Porto da Motta e Hermílio Serra Lima Pereira fundaram um jornal escrito à mão “O São Bento”, que circulou nove vezes, dos quais três números foram datilografados.

Segundo jornal: “O Luz” também escrito do próprio punho fundado por Gonçalo Guimarães e outros.

1854 – O francês Antônio Alexandre Bucello construiu às suas expensas um teatro que infelizmente desabou.

1865 - Um grupo de intelectuais formado pelo Dr. Benedito de Ramos e Vasconcelos, João Moraes Guimarães, João Miguel da Cruz e o Major Antonio Raimundo de Oliveira Gomes criaram uma sociedade que fundou o teatro Recreio Dramático, instalado em uma casa na Rua Grande.

3º Jornal: “O Laço”, jornalzinho humorístico redigido pelos jovens Sarney Costa, Antonio Carvalho e Ivan Araujo.

4º Jornal: “O Aurá”, fundado sob a orientação de Urbano Pinheiro, Enes Carvalho e Augusto Conte Soares.

5º Jornal: “O Off-Side”, dirigido pelos jovens Benedito Maia Moniz (mais tarde prefeito municipal), Olegário Azevedo e Urbano Pinheiro, datilografado, sendo publicado apenas quatro números.

6º Jornal: “O Imparcial” semanário, publicado entre 10 de outubro de 1921 e 19 de outubro de 1924. Dirigido pelo Dr. Urbano Pinheiro com colaboração do vigário Padre Philipe Conduru Pacheco.

d) Transporte

Em 9 de abril de 1893, ancorou no povoado Outra Banda, a primeira embarcação a vapor; referida embarcação destinada ao transporte de passageiros e escoamento da produção do município e abastecimento de outros produtos para o comércio local, media 50 palmos de comprimento, 15 palmos de largura e 4 pés de calado. Era pilotada pelo maquinista Otavio Antônio da Silva, auxiliado por seus irmãos José Antônio e Procópio Antônio. Para a época foi um grande acontecimento.

e) Comunicação

No dia 15 de março de 1903, foi inaugurada a estação telegráfica do município. A primeira comunicação, nesse mesmo dia, foi com o povoado Palmeiras, por telefone. Em 20 de janeiro de 1906, foi inaugurada a linha telegráfica com Macapá, atual Peri-Mirim; presume-se que, a escolha do dia tenha relação com o dia do padroeiro do município de Peri-Mirim, São Sebastião.

Ambiente Físico

Sob o território de São Bento jaz a Formação Itapecuru do Cretáceo Inferior, constituída de arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, geralmente com estratificação horizontal; aproximadamente, ao Nordeste 30% de depósitos aluvionais recentes (com mais ou menos 1,8 milhões de anos) constituídos por cascalho, areias e argilas consolidados do Quaternário. Na superfície, a geomorfologia apresenta-se na forma classificada como Superfície Maranhense com Testemunhos que corresponde a uma área aplainada durante a o ciclo Velhas, dominada em partes, por testemunhos tabulares da superfície cimeira; todo esse conjunto geomorfológico é considerado topograficamente como Baixada Maranhense, uma grande depressão relativa, segundo Costa (1982), com 21.000km², distribuídas entre lagos, campos inundáveis e tesos.

Como uma capa, referida área é coberta por solos cujas características são de plintossolos aproximadamente 70% e em menor quantidade gleissolos. Os plintossolos são solos com restrição de percolação d'água imperfeitamente drenados, em formação decorrência da matéria orgânica. Os gleissolos são argilosos, quase sempre de textura média, com uma alta participação da argila na sua formação; é um tipo de solo mineral hidromórfico sujeito a alagamentos periódicos, com características resultantes da influência do excesso de umidade permanente ou temporária, em decorrência do elevado lençol freático próximo à superfície durante um longo período do ano.

Como cobertura vegetal, apresentam nas partes mais elevadas características de mata tropical, na realidade cobertura secundária devido ao sucessivo desmatamento para a lavoura com a presença marcante do babaçu; nas partes mais baixas, nos campos inundáveis predomina gramínea e alguns trechos de junco (*Junxos effusos*).

O clima predominante é o tropical úmido com temperatura média anual superior a 27º, umidade do ar entre 79% e 82% e precipitação pluviométrica entre 1.600 a 2.400

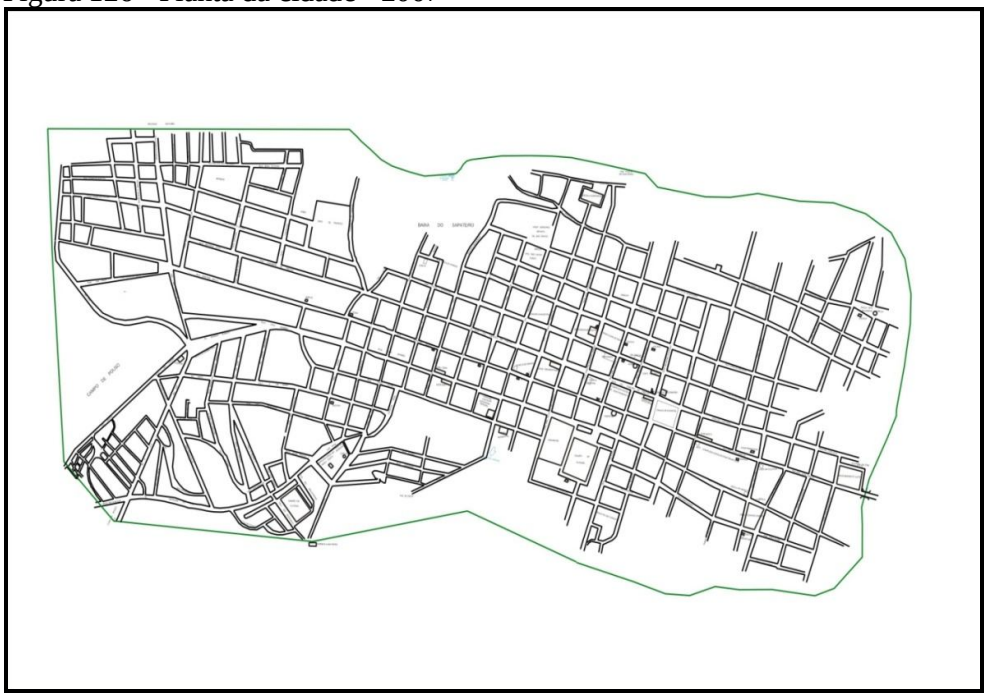
milímetros anuais. Está dividido em dois períodos: chuvoso de janeiro a junho e estiagem de junho a dezembro.

Espaço Urbano

Uma das cidades mais antigas do Maranhão, São Bento tem o centro urbano traçado por ruas e travessas largas e estreitas (Figura 126), ladeadas de casas geminadas de padrão arquitetônico tradicional, isto é, casas baixas, de janelas e portas estreitas e prédios em estilo colonial (Figura 127), com praças espaçosas, arborizadas e algumas com jardins (Figuras 128). As ruas são pavimentadas com pedra, cimento, asfalto (Figura129), piçarra e outras de chão batido.

Pode ser considerada com centro comercial a Rua Newton Bello, cujos comércios estão adaptados em antigas casas residências. Algumas ainda um misto de residências e comércio.

Figura 126 - Planta da cidade - 2007



Fonte: IBGE

Figura 127 - Prédio colonial onde funciona a prefeitura - 2011



Fonte: IMESC

Figura 128 - Praça da antiga rodoviária -2011



Fonte: IMESC

Figura 129 - Via Pública – 2011



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural do município está distribuído em 146 comunidades, classificadas em:

Sítios: Adélia, Aldeia, Alegre, Angico, Aurá, Azeitão, Bacurizeiro, Baixa Grande, Bamburral Limpo, Boas Novas, Bom Viver, Buritizal, Canarana I, Canarana II, Canarana III, Centrinho, Chagas I, Chagas II, Coelho, Cruz, Curuba, Curvão, Enseada do Deserto, Enseada do Pecado, Espírito Santo, Estrada do Engenho, Galho Novo, Igarapé Açu, Ilha do Nhô Pinheiro, Ilha do Silva, Ipueira, Jenipapo, Jorge, Juçara, Juçaral, Ladeira, Laranjal, Macajubal, Malhadinha, Maniçoba, Martins, Mata I, Mata II, Outeiro, Outeiro de Paulo Macaco, Outeiro dos Reges, Pachorra, Pacoval, Passagem, Pedrinhas, Peri-Mirim, Pitomba, Ponta do Carão, Purão, Retiro, Rio do Meio, Roca, Rua das Forras, Santa Bárbara, Santa Eulália, Santa Maria, Santa Rita, Santa Rosa, Santana, Santo Antônio, São Caetano, São Felipe, São Francisco I, São Francisco II, São Francisco III, São José, São Manoel, São Raimundo I, São Raimundo II, São Sebastião, Satuba, Sertãozinho, Tabuleiro, Tucum, Vai Quem Gosta e Vai QuemQuer.

Fazendas: Baiano I, Baiano II, Conserva, Ilha do Brito e Taboca.

Povoados: Alegre, Belas Águas, Belém, Campinho, Centrinho, Conceição, Estrada Real, Grajaú, Guarapiranga, Nambu, Olho d'Água dos Gomes, Olho d'Água dos Moraes, Os Barros, Poleiro, Rumo, São Jerônimo, São João e Sororoca.

Utilização das Terras

A tabela 143 traz informações sobre a utilização das terras do espaço rural de São Bento, com classificação, primeiramente, em estabelecimentos que, por terem mais de uma atividade rural, não podem ser analisados quantitativamente; entretanto, pode-se observar que referidos estabelecimentos desenvolvem atividades ligadas à lavoura, além de áreas que mesmo cultivadas destinavam-se à pecuária: áreas plantadas com forrageiras, pastagens naturais e plantadas, assim como áreas de preservação (matas e florestas) e sistemas agroflorestais, com uma parte dos estabelecimentos ocupada com tanques, lagos, açudes que podem estar voltados tanto para a aquicultura como para o abastecimento do gado.

As terras degradadas foram usadas para uma lavoura sem tecnologia ou para a pecuária extensiva necessitando, portanto, de manejo para que voltem a ser produtíveis. Esse raciocínio também se aplica a parte das terras inaproveitáveis.

Quanto à área cultivada, do total de 18.753 hectares 20% foram de lavoura temporária, 20% pastagens naturais, 18% lavoura permanente, 16% construções, benfeitorias ou caminhos, 10% áreas plantadas com forrageira, 6% matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais) e 4% pastagens plantadas em boas condições. Os 6% restantes, correspondem as demais ocupações listadas na tabela 143 e, que atingem pequenos percentuais.

Tabela 143 - Número de estabelecimentos agropecuários e áreas, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	327	3.430
Lavoura temporária	1.400	3.775
Área plantada com forrageiras	95	1.786
Pastagens naturais	267	3.701
Pastagens plantadas degradadas	16	84
Pastagens plantadas em boas condições	74	835
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	18	124
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	85	1.193
Sistemas agroflorestais	45	628
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	64	95
Construções, benfeitorias ou caminhos	834	3.038
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	4	36
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	25	28
Total		18.753

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor em 2006, dos 1.993 estabelecimentos 59% eram de responsabilidade do proprietário, 11% do ocupante, 4% do produtor sem área e assentado sem titulação definitiva 2%. Os que estavam sob a responsabilidade de parcerias e arrendatários perfazem juntos 24%; como arrendamentos e parcerias são sempre feitos com proprietários, eleva para 83% os estabelecimentos dos proprietários. Quanto à área, dos 18.750 hectares o proprietário possuía 92%, ocupante 3%, assentados sem titulação definitiva 1%, o arrendatário 2% e 1% de parcerias; sob essa ótica, os arrendatários e parceiros juntos elevam a área do proprietário individual para 96% (Tabela 144), o que indica grande concentração de terras.

Tabela 144 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	1.185	17.326
Arrendatário	465	432
Ocupante	214	633
Assentado sem titulação definitiva	44	125
Parceiro	15	234
Produtor sem área	70	-
Total	1.993	18.750

Fonte: IBGE

Demografia

O município ocupa no Estado o 29° lugar em população, correspondendo a 0,62%, com densidade demográfica de 88,65 hab/km². Na Mesorregião Norte Maranhense ficou em 10º em número de habitantes com 1,56%, enquanto que na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense correspondeu a 7,22%, ocupando a 3º posição. Segundo o IPEA, em 2010, o IDHM ocupou a 55º com o valor de 0,602.

Entre 2000 e 2010, a população do município cresceu 28%, a população masculina 27%, a feminina 29%, a urbana 40% e o rural 14%.

Em 2000, os percentuais eram: homens 49%, mulheres 51%, urbana 53% e rural 47%. Em 2010, os homens e mulheres continuaram com os mesmos percentuais, a população urbana atingiu 58% e a rural 42% (Tabela 145). Pode-se considerar que, nesses dez anos analisados, a população embora tenha crescido, manteve certo equilíbrio, tanto em relação à área quanto ao gênero.

O pequeno percentual do crescimento da população urbana, certamente é resultado de alguns casos de transferência natural entre uma e outra área, às vezes relacionada com a necessidade de educação dos filhos ou por questão de idade, pois em alguns casos o idoso, devido a sua própria fragilidade, prefere morar mais próximo do lugar onde pode ser mais bem assistido.

Tabela 145 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	15737	19944
Feminina	16082	20792
Urbana	16760	23508
Rural	15059	17228
Absoluta	31.819	40.736

Fonte: IBGE

Saúde

O município tem dois hospitais, o Vicente Aragão e o São Bento (Figura 130), com leitos divididos entre internação, urgência/emergência, consultório odontológico e pequenas cirurgias.

Figura 130 - Hospital São Bento - 2011



Fonte: IMESC

Para o atendimento dispõem de seis médicos, quatro enfermeiras de nível superior, 56 técnicos de enfermagem, quatro auxiliares de enfermagem e 104 agentes de saúde dos quais 57 trabalham na área urbana e 47 na área rural.

Funciona no município o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF). Referido programa está organizado em quatorze equipes, cada uma com um médico, uma enfermeira de nível superior, um técnico em enfermagem, um auxiliar de enfermagem e cinco dentistas que trabalham em dias alternados e que também atuam no Programa de Saúde Bucal. As doenças mais frequentes são: gastroenterocolite aguda, traumas relacionados a acidentes automobilísticos e AVC. Os casos que não são resolvidos, no município, são encaminhados para São Luís de ambulância e em casos mais graves de avião pago pelo município.

Educação

Em 2010 o município matriculou 10.336 alunos, divididos nas escolas estaduais e municipais.

Na rede de ensino municipal estão matriculados 7.144 alunos, entre creches, pré-escola, ensino fundamental e EJA, distribuídos em 80 escolas, sendo dezessete na área urbana e 63 na zona rural. O corpo docente municipal está formado por 501 professores, sendo que 473 possuem magistério e 28 o ensino superior.

A rede estadual mantém na área urbana 12 colégios com ensino fundamental, ensino médio e EJA. Estão matriculados 3.192 alunos, o corpo docente é de 105 professores, 61 possuem magistério e 44 o ensino superior.

Economia

As principais atividades econômicas do município estão ligadas ao setor primário, destacando-se a agricultura e a pecuária. Em 2010, o PIB de São Bento somou R$ 110,252 milhões, representando 0,24% do PIB Estadual e 62ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços injetou R$ 84,010 milhões na economia municipal, o industrial com R$ 12,748 milhões e o setor agropecuário somou R$ 10,369 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 3,125 milhões. A renda *per capita* do município alcançou R$ 210,47, levando o município a se situar na 113ª posição se comparado com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 175ª posição, correspondendo a 0,281.

Agricultura

O município sobrevive principalmente da agricultura; a produção agrícola está distribuída em lavoura temporária e permanente, aquela de maior representatividade na economia do município, cujos produtos por ordem de importância na comercialização são: mandioca, arroz, milho, feijão e melancia.

Entre 2006 e 2011, a área plantada/colhida cresceu em 4%, a quantidade produzida aumentou em 27% e o valor da produção em 90%. Em área plantada, a melancia manteve-se estável, enquanto que os outros produtos cresceram: 2% arroz e mandioca cada, 62% feijão e 3%o milho; em se tratando da área colhida, os produtos tiveram os mesmos percentuais da área plantada, exceto a mandioca que cresceu 3%; em relação à quantidade produzida, os produtos tiveram os seguintes crescimentos: 1% arroz, 126% feijão, 37% mandioca, 1.419% melancia e 3% o milho; quanto ao valor da produção aumentaram: o arroz 63%, feijão 222%, mandioca 139%, melancia 2.270%. O milho diminuiu 17%.

Dos 3.391 hectares de área plantada em 2006, o arroz foi o principal produto da lavoura temporária, participando com 51%, o milho com 32%, a mandioca 14%, o feijão 3% e a melancia 1%. No que diz respeito à área colhida, dos 3.387 hectares, o percentual de distribuição foi igual à análise anterior, por causa da mandioca, ainda que o total de hectares tenha diminuído, em relação à área plantada. Do total da quantidade produzida de 5.175 toneladas, a mandioca teve uma produção de com 52%, o arroz com 36%, o milho com 12%, o feijão e a melancia 1%. Dos R$ 1.350 milhões, correspondentes ao valor da produção, o arroz rendeu 42%, a mandioca 32%, o milho 22%, o feijão com 3% e a melancia com 1% (Tabela 146).

Em 2011, dos 3.518 hectares de área plantada/colhida, 50% foram ocupados com arroz, 14% com mandioca, 32% com milho, 4% com feijão e 1% com melancia. A quantidade produzida de 6.593 toneladas teve os seguintes resultados: arroz 28%, mandioca 55%, milho 9%, feijão 1% e melancia 6%. Do valor da produção de R$ 2,559 milhões, o arroz contribuiu com 36%, a mandioca com 40%, o milho com 10%, o feijão com 5% e a melancia com 9% (Tabela 146).

Em relação à quantidade produzida, ressalta-se que o arroz é pesado e avaliado com casca e a mandioca em tubérculos e grande parte do milho é comercializada verde, para satisfazer a culinária regional de pratos típicos. Obviamente, isso influi no destino final do produto, pois o arroz vai para o comércio beneficiado e a mandioca transformada em farinha,

em ambos os casos há influência na tonelagem e na relação entre o produto inicial e o produto final no comércio.

Tabela 146 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	1.724	1.758	1.724	1.758	1.845	1.862	572	931
Feijão	76	123	76	123	27	61	37	119
Mandioca	489	500	485	500	2.672	3.650	428	1.022
Melancia	21	21	21	21	26	395	10	237
Milho	1.081	1.116	1.081	1116	605	625	303	250
Total	3.391	3.518	3.387	3.518	5.175	6.593	1.350	2.559

Fonte: IBGE

A quase totalidade dos frutos produzidos são atividades domésticas, de quintais. São considerados produtos da lavoura permanente a banana, o coco-da-baía, a laranja o limão e a manga. Pela tabela 147, verifica-se que, desses produtos, a banana é o mais importante.

Comparando o período analisado (2006-2011), a área colhida aumentou em 77%, a quantidade produzida diminuiu 4% e o valor da produção cresceu 46%. Na área colhida o limão e a manga aumentaram 120% e 167%, respectivamente; diminuíram a banana 5% e a laranja 33%. Na quantidade produzida, o limão aumentou 190% e os demais produtos diminuíram: banana 5%, laranja 17% e manga 30%. Em relação ao valor da produção, a laranja diminuiu 50% e os demais produtos cresceram: banana 28%, limão 200% e a manga 35%.

Em 2006, dos 99 hectares ocupados em 85% deles foram colhidas bananas, 6% manga, 5% limão e 3% laranja; da quantidade produzida de 804 toneladas 93% foi de banana, 1% de laranja e limão, respectivamente, e 5% de manga. Do valor da produção foram arrecadados R$ 465 mil, dos quais 93% foram de banana, 4% da manga, 1% da laranja e limão, respectivamente (Tabela 147). O coco-da-baía foi informado só em 2011.

Em 2011, a área colhida foi de 175 toneladas, das quais 46% foram de banana, 37% de coco-da-baía, 1% de laranja, 6% de limão e 9% de manga. Em se tratando da quantidade produzida, do total de 773 toneladas (exceto coco-da-baía que é informado em mil frutos), 92% foi de banana, 1% de laranja, 4% de limão e manga cada um. Quanto ao valor da produção de R$ 679 mil, a banana influiu com 82%, coco-da-baía com 11%, o limão com 3%, a manga com 4% e a laranja menos de 1% (Tabela 147).

Em pese a potencialidade do município para outros tipos de lavouras permanente, observa-se que somente a banana tem influência econômica.

Tabela 147 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	85	81	748	711	434	554
Coco-da-baía*	-	65	-	150	-	75
Laranja	3	2	6	5	4	2
Limão	5	11	10	29	7	21
Manga	6	16	40	28	20	27
Total	99	175	804	923	465	679

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

A pecuária é outra atividade econômica importante do município e, os principais rebanhos por números de cabeças, encontram-se na tabela 148. Analisando a referida tabela percebe-se que, das 129.077 cabeças em 2006, as aves representaram 62%, o suíno 26%, o bovino 7%, o caprino, bubalino, muar e equino 1% cada, ovino e asinino menos de 1%. Em 2011, das 124.816 cabeças, o maior percentual foi de aves com 63%, o suíno com 25%, o bovino 7%, bubalino 2%, caprino, equino e muar 1% cada, ovino e asinino menos de 1%.

Entre os anos analisados o efetivo do rebanho diminuiu 3%, enquanto que o bubalino e o ovino cresceram 80% e 1%, respectivamente; nesses mesmos anos houve redução de: aves 1%, suíno 8%, bovino 13%, caprino e asinino 7% cada, muar 2% e equino 4%.

Pela ação do progresso, no de refere aos meios de transporte motorizado, nesse município, alguns desses rebanhos perderam sua utilidade econômica, é o caso do muar, do equino e do asinino que eram usados como meios de transporte.

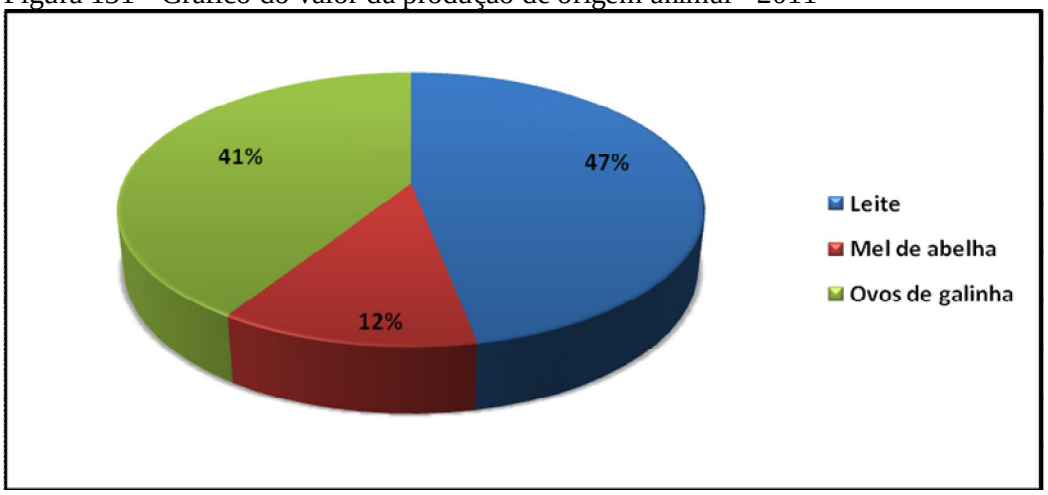
Tabela 148 - Efetivo dos rebanhos - 2006-2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	9.552	8.317
Equino	766	739
Bubalino	1.125	2.020
Asinino	302	281
Muar	915	894
Suíno	34.047	31.435
Caprino	1.684	1.569
Ovino	567	571
Aves	80.119	78.990
Total	129.077	124.816

Fonte: IBGE

Como produtos de origem animal destacam-se o leite com 247 mil litros rendendo o valor de R$ 371 mil, 90 mil dúzias de ovos de galinha no valor de R$ 317 mil e mel de abelha com 6.425 quilogramas obtendo uma renda de R$ 96 mil, perfazendo o valor total de R$ 784 mil, cujo percentual de distribuição pode ser observado na figura 131.

Figura 131 - Gráfico do valor da produção de origem animal - 2011



Fonte: IBGE; IMESC

Extrativismo

Os principais produtos extrativos vegetais, em 2011, totalizaram 160 toneladas (carvão vegetal, juçara e amêndoa de babaçu) e 2.051 metros cúbicos (lenha), os quais renderam R$ 201 mil. A lenha representou 100% da quantidade produzida em metros cúbicos e 7% no valor dos produtos extrativos. O carvão vegetal ocupou o primeiro lugar em quantidade produzida com 92% e 73% do valor da produção, a juçara com 6% em quantidade produzida participou com 7% do valor da produção, a amêndoa do babaçu com 2% em quantidade produzida e 5% no valor da produção (Tabela 149). Este produto, apesar de ser o de grande representatividade, tem sua maior parte voltada para a subsistência. Entretanto, tanto a produção/uso do carvão vegetal quanto da lenha preocupam, haja vista serem atividades que podem causar impacto ambiental, principalmente em relação ao desmatamento quanto na massa de ar pela emissão de fumaça. Produtos alimentícios como a juçara pouco contribuem para a economia. Destaca-se, ainda, que no município não há atividade extrativa mineral.

Tabela 149 - Quantidade e valor da produção extrativa vegetal – 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	3	-	10
Carvão vegetal	147	-	147
Juçara	10	-	15
Lenha	-	2051	29
Total	160	2.051	201

Fonte: IBGE

Pesca

Com inúmeros campos inundáveis, rios e lagos permanente, São Bento é um grande produtor de peixe designado popularmente por “peixe de água doce”. Embora não existam informações sobre a produção, as 3.049 pessoas inscritas com profissionais na colônia de pescadores pode ser um indicador da importância dessa atividade econômica para o município, principalmente se levar-se em consideração que os legalizados pela colônia representam menos de 50% dos que vivem da pesca.

As espécies mais comuns são: traíra (*Hoplias malabaricus*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), acará (*Geophagus brasiliensis*), muçum (*Syndranchus marmoratus*), além de muitos outros.

Comércio

O comércio de São Bento é varejista e atacadista, destacando-se no setor de alimentícios. Possuem quitandas, supermercados, feiras e mercados sendo o abastecimento realizado por transportadoras de São Luís e outros Estados.

Indústria

Como indústrias destacam-se as atividades artesanais principalmente na área rural, como: queijo, manteiga, casas de farinha e na área urbana redes, padarias e olarias.

Turismo

São Bento apresenta potencial turístico elevado, especialmente pela existência dos campos alagáveis que no período chuvoso formam grandes lagos, que despertam interesse pela sua beleza natural. A lagoa de Sororoca (Figura 132), no povoado do mesmo nome, é coberta de vegetação movediça as quais deslocam ao sabor do vento. Lá, são encontrados animais lacustres diversos, entre os quais lontras (*Lutra longicaudis*), jacarés (*Caiman yacare*) e, em todo o campo e lagos, uma variedade muito grande de pássaros, como garça (*Egretta thula*), jaçanã (*Jaçana jaçana*), marreco (*Dendrocygna autumnalis desccelor*) e outros.

Havia no local uma ilha flutuante que se deslocava. Segundo informações obtidas em trabalho de campo, atualmente ela está fixa.

Figura 132 - Lagoa do Sororoca - 2011



Fonte: Wikipédia.com

O artesanato se destaca pela criatividade e qualidade das peças: utensílios domésticos, redes feitas com fios finos e tecidas pelas mulheres do município, além das peças usadas para a pesca diariamente nos lagos da região.

A culinária, com um sabor bem característico, é à base de peixes da água doce: acará, piranha, jeju, traíra, entre outras espécies, mas a iguaria predileta é o peixe muçum, (semelhante à enguia) que, dependendo da época do ano, pode ser encontrado em abundância nos campos alagados.

Outros pratos que compõem a mesa são: o arroz de toucinho, galinha caipira e o arroz de jaçanã temperado. Por ser uma ave de arribação que migra do Canadá para esta Região do País, hoje a comunidade está orientada pelo IBAMA e por outras entidades que cuidam do meio ambiente, a não comprá-la ou consumi-la devido ao crescente perigo de extinção da espécie.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca e funcionam na cidade dois cartórios. São Bento faz parte da 38ª zona eleitoral, possui 27.638 eleitores, distribuídos em 86 seções e um total de treze vereadores (TSE, 2012).

Religião

Predomina o catolicismo e tem como principal da representação dessa religião a igreja matriz dedicada ao padroeiro São Bento (Figura 133) localizada na sede e várias capelas distribuídas pelo espaço rural. Há também templos ligados ao espiritismo, além de outras religiões. Os evangélicos possuem vários templos: Batista, Assembleia de Deus e Adventista, distribuídos pela sede além de outros na zona rural.

Figura 133 - Igreja Matriz - 2011



Fonte: IMESC

Dos 40.736 habitantes entrevistados pelo IBGE 81% são católicos, 12% evangelicos, 6% sem religião, outras religiãos, espititas e os que não saberam informar somaram 1% (Tabela 150).

Tabela 150 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de adeptos
Católica	33.002
Evangélica	5.077
Espírita	34
Outras Religiões	219
Sem Religião	2.376
Não Sabem	27
Total	40.735

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água na área urbana é de responsabilidade da CAEMA, com captação em poço artesiano. Na área rural, embora seja também abastecido de poço artesiano, são os moradores que o fazem, individualmente ou por iniciativa das comunidades.

O município não possui rede coletora de esgotos, os efluentes são depositados em fossas por iniciativa de cada morador. O SIAB em 2012 registrou 3.944 instalações de fossas.

O lixo é coletado só na área urbana, em dias alternados, em uma caçamba e um compactador da prefeitura, sendo depositado em um lixão a céu aberto, há 15 km de distância da sede.

A energia elétrica é de responsabilidade da CEMAR. O número de consumidores em todo município em 2010 foi de 108.682, com 92% de ligações residenciais e 5% de ligações comercias. Os 3% restantes referem-se aos demais consumidores (Tabela 151). Quanto ao consumo, em 2010, dos 12.273.950 MWh, 61% é residencial, 12% comercial, 11% iluminação pública, 8% serviço público, 7% poder público, 2% indústria, 1% rural e 0,03% da CEMAR.

Tabela 151 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	100.276	7.431.640
Comercial	6.014	1.420.473
Poder Público	1.445	801.843
Industrial	579	217.557
Serviço Público	296	961.190
Rural	48	66.145
Iluminação Pública	12	1.371.335
CEMAR	12	3.767
Total	108.682	12.273.950

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

O sistema bancário está representado por uma agência do Banco do Brasil, uma do Bradesco e uma casa lotérica.

A comunicação postal é de responsabilidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC), enquanto a telefonia fixa, internet e a móvel é feita pela OI.

O município possui 92 terminais acessíveis durante as 24 horas (ANATEL, 2009). Como instrumento de comunicação dispõe de uma emissora de televisão local além da rádio comunitária.

Folclore e Lazer

As principais atrações são as festas religiosas com destaque para Nossa Senhora dos Remédios (festejo do Remedinho), Divino Espírito Santo, São Sebastião e São Bento que atraem um grande contingente de fiéis da Baixada Maranhense. No festejo de Remedinho há todo um ritual e pompa do largo na Praça da Igreja (Figura134). Essa igreja é construída em estilo barroco, com altar original do tempo de capela. Já o festejo de São Bento, padroeiro da cidade, acontece sempre na segunda quinzena de dezembro.

Figura 134 - Largo do Remedinho - 2011



Fonte: IMESC

Merece referência, também, o grande festejo de São Roque que acontece nas duas primeiras semanas de agosto realizada no povoado homônimo, o festejo de São Benedito com

brincadeiras e ladainhas durante três dias. Há, também, as festas juninas com grandes manifestações culturais, promovidas por meio de grupos como: tambor de crioula, bumba-meu-boi no sotaque de matraca e orquestra.

O carnaval, por ser alegre e criativo, atrai folião de todo Estado e os participantes têm como opções brincar nas praças públicas e clubes.

Registra-se, também, como marco cultural a casa de cultura com exposições diversas e quadros históricos. As datas cívicas comemoradas são: Independência do Brasil e aniversário do município.

O futebol é bastante apreciado pela juventude aos finais de semanas, além dos balneários que ficam ao longo da rodovia no Rio Picumã.

Transporte

A cidade de São Bento fica a 60,16 km da capital São Luís. Essa distância é alcançada pela BR 135 até o município de Miranda do Norte, seguindo através da BR 222 até o município de Vitória do Mearim; posteriormente, chega-se a MA 014, passando pelos municípios de Viana, Matinha e Olinda Nova do Maranhão e São Vicente Ferrer. Após 37 km deste último município chega-se à cidade de São Bento.

As empresas, Sideral e Serv Porto, fazem viagens diárias para a capital; a cidade São Bento é beneficiada, pois fica na passagem de municípios como, Bequimão, Peri-Mirim, Palmeirândia e São Vicente Ferrer, que são bem servidos de ônibus e vans. O transporte para os povoados é feito por motos ou D-20 improvisadas com tábuas, nas carrocerias em lugar de bancos, os famosos paus de arara e táxis. Na área urbana, são os mototáxis que servem para o deslocamento da população.

O transporte fluvial é feito através do Igarapé Vale do Conduru, uma escavação feita pelo sambentoense professor Conduru, com a finalidade de fazer a comunicação da cidade com a Baía de São Marcos. É navegável por barco à vela e pequenas embarcações a motor, sofre influência das marés, podendo chegar a vinte metros de largura por cinco metros de profundidade.

2.18 São João Batista

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Avante São João Batista
Terra querida, berço de vida de glórias mil
Avante São João Batista
És esperança e o futuro do Brasil.

Tua bandeira bem no alto a tremular
Despertando com civismo paz e amor
Os teus filhos a lutar com ardor e emoção
Pelo progresso do nosso Maranhão.

Enriqueces tuas reservas naturais
Os canaviais e os famosos palmeirais
Salve o porto da Raposa e a Praça da Matriz
São João Batista tradição do meu País.

Letra e música: Autor desconhecido

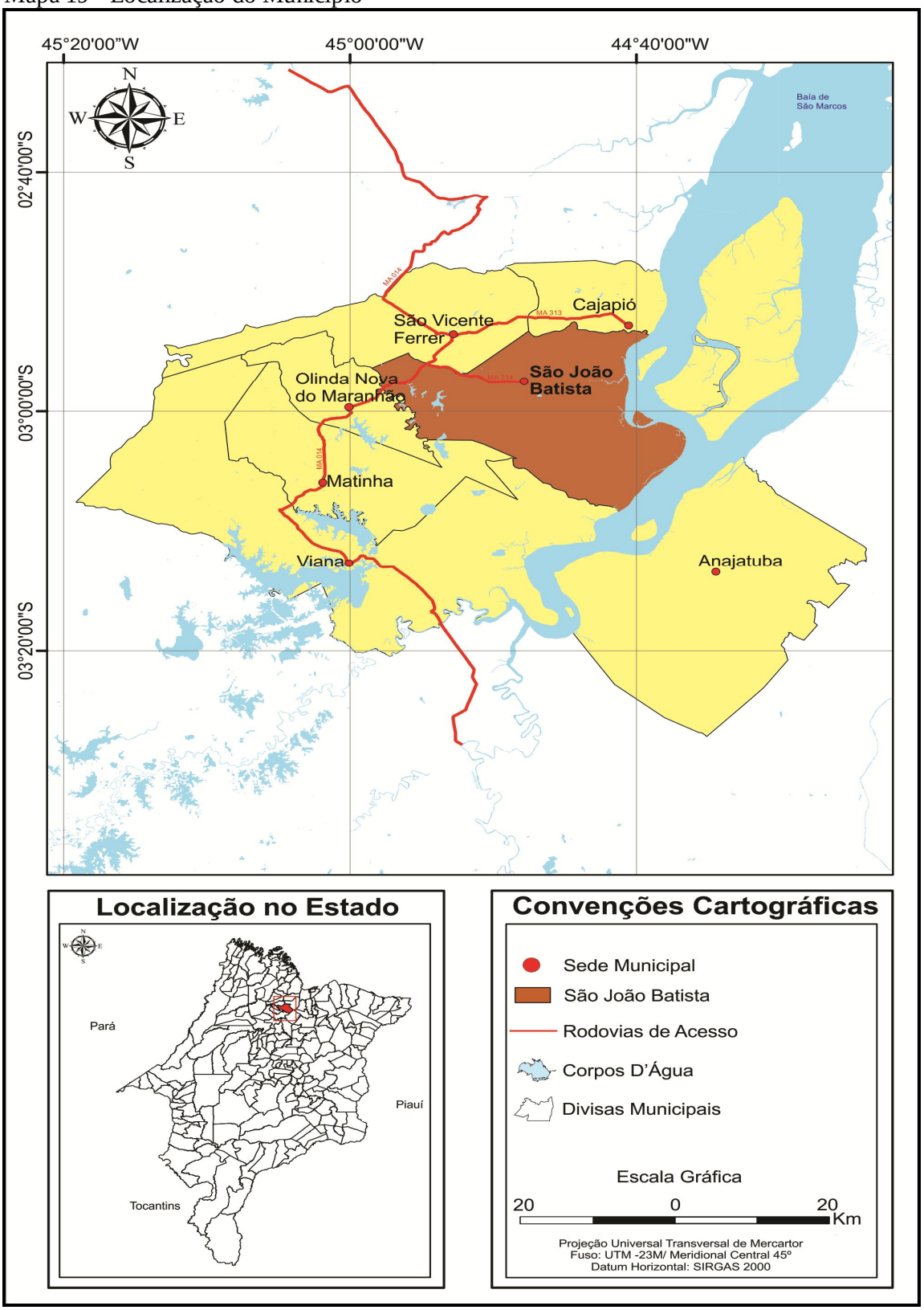
Localização

O Município São João Batista está localizado na Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Cajapió e São Vicente Ferrer; a Oeste com Matinha e Olinda Nova do Maranhão; ao Sul com Viana e Matinha e a Leste com Anajatuba e Cajapió (Mapa 19).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -02° 52’17” de latitude e -44°44’29” de longitude; Oeste -44°58’45” de longitude -02°56’13” de latitude e; Sul -03°08’26” de latitude e -44°42’29” de longitude; Leste longitude -44°36’24” e -03°01’11” de latitude.

Mapa 19 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

O município tem 690,7 km^2 classificando-se no 138° lugar em extensão, o que corresponde a 0,20% do território estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa o 33º lugar, com 1,31% de participação. Na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense está no 12º lugar, com 3,92% do território microrregional.

Processo de Ocupação

A cidade de São João Batista teve origem numa porção de terras denominada Ponta, propriedade do Major Raimundo Marques Figueiredo fundador da cidade. Os primeiros habitantes além do seu fundador, foram: Francisco Américo de Araújo, comerciante e senhor de engenho de cana-de-açúcar, Caetano Costa figura de destaque na agricultura, Salustiano José da Serra primeiro comerciante de Ponta, Joana Ferreira senhora de grandes propriedades, José Bertolo de Carvalho proprietário de terras, João Batista de Carvalho agricultor de grande destaque.

Uma grande estiagem na Baixada Maranhense em 1919 afetou à população daquela região e São Vicente Ferrer, município de onde São João Batista foi desmembrado, o mais atingido pela seca. Depois do período de estiagem, o Major Figueiredo, homem de grande influência na região, mandou celebrar um missa campal em Ponta, como forma de agradecer por todos os problemas enfrentados pela estiagem. A missa foi celebrada pelo Monsenhor José Bráulio Nunes, vigário de São Vicente Ferrer e amigo do Major.

Pelo grande destaque da festa religiosa, o Major Figueiredo e monsenhor Bráulio entraram em acordo para a construção de uma capela e o santo escolhido foi São João Batista, que mais tarde deu o nome à cidade.

São João Batista foi inicialmente um distrito criado pela Lei Estadual Nº 269 de 31-12-1948com a denominação de Ibipeuara sendo subordinado a São Vicente Ferrer. Em divisão territorial datada de 1-7-1950 o distrito de Ibipeuara figura no município de São Vicente Ferrer.

Assim é que, desmembrado do município de São Vicente Ferrer, São João Batista foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual Nº797 de 19-11-1952. Pelo Acórdão do Superior Tribunal Federal de 27-12-1954, (Representação nº 198), foi anulada a criação do

município de São João Batista (ex-Ibipeuara), voltando à condição de distrito com a denominação de Ibipeuara, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-7-1955.

Foi novamente elevado à categoria de município com a denominação de São João Batista, pela Lei Estadual Nº 1.608 de 15-12-1958, mais uma vez desmembrado de São Vicente Ferrer. Constituído do distrito sede e instalado em 15-12-1958.

Em divisão territorial de 1-7-1960, o município foi constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. A alteração toponímica distrital de Ibipeuara para São João Batista, foi alterada pela Lei Estadual nº 1.608, de 15-12-1958.

Na década de 1980, a cidade de São João Batista possuía poucas casas distribuídas principalmente no centro, as quais possuíam arquitetura simples e com cercas de pau-a-pique. Havia a existência de um complexo escolar (Figuras 135, 136 e 137).

Figura 135 - Antigo centro da cidade



Fonte: sjbma.blogspot

Figura 136 - Antigo complexo escolar



Fonte: sjbma.blogspot

Figura 137 - Casas no antigo centro da cidade



Fonte: sjbma.blogspot

O primeiro prefeito do município foi Merval Marques Figueiredo (1959/1963), depois foram eleitos: Achilles Santos Jacinto (1964/1968); Anderson Soares Figueiredo

(1978/1982); Francisco Ferreira Figueiredo (1983/1989); Luiz Raimundo Costa Figueiredo (1969/1972); José Ribamar Martins (1957/1961); Jorge Gonçalves Figueiredo (1973/1977); José Ribamar Ferreira Soares (1989/1992 e 1996/2000 e 2000/2004); Raimundo Antônio Campos Figueiredo (1992/1996); Eduardo Henrique Tavares Dominici (2004/2008 e 2009/2010); Surama Cristina Serra Soares (2010/2012).

Em 1995, São João Batista cedeu parte de seu território ao município Olinda Nova do Maranhão.

Ambiente Físico

A geologia do município pertence à Formação Itapecuru, do Cretáceo Inferior, constituída de arenitos finos, arenitos argilosos, siltitos e folhelhos ocupando aproximadamente 2% do embasamento geológico e por depósitos recentes, representado por formações flúvio-marinhos, do Período Quaternário, constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas, ocupando uma área de aproximadamente 98% (UEMA, 2002).

A Geomorfologia do município está enquadrada no Golfão Maranhense, representada por planícies litorâneas flúvio-marinhas e flúvio-lacustres, com presença de tesos e campos inundáveis e uma pequena parte por Superfície Maranhense com Testemunhos fazendo, portanto, parte da Baixada Maranhense (UEMA, 2002).

Os solos são representados pelos plintossolos com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; pelos gleissolos, solos argilosos a muito argilosos, compreendendo solos minerais hidromórficos sujeitos a alagamentos periódicos; pelos solos indiscriminados de mangue, solos muito mal drenados, com alto teor de sais minerais provenientes da água do mar e de composto de enxofre e com textura variando desde argilosa até arenosa, distribuindo-se ao longo da faixa costeira (UEMA, 2002).

A vegetação é formada em parte pela mata de cocais, representada pelo babaçual, capoeira mista e capoeirão latifoliado, gramíneas, campos inundáveis representados por formações abertas e rasteiras em áreas planas com fisionomia campestre, mata ciliar que margeia o curso dos rios e manguezais na faixa costeira (UEMA, 2002).

O município faz parte das bacias hidrográficas do Rio Pericumã e do Rio Pindaré. A rede hidrográfica é composta por rios e lagos, sendo que os principais são: os rios Carará, São Caetano, Filadélfia, Aninguá, Manival e os lagos da Gameleira e do Coqueiro.

O clima é tropical úmido, apresentando moderada deficiência de água entre os meses de julho a setembro e chuvas distribuídas entre os meses de janeiro a junho e o período de estiagem de julho a dezembro. A soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 79% a 82% em relação aos totais pluviométricos, apresentam entre 1600 e 2000 mm anuais. A temperatura média anual é superior a 27°C (UEMA, 2002).

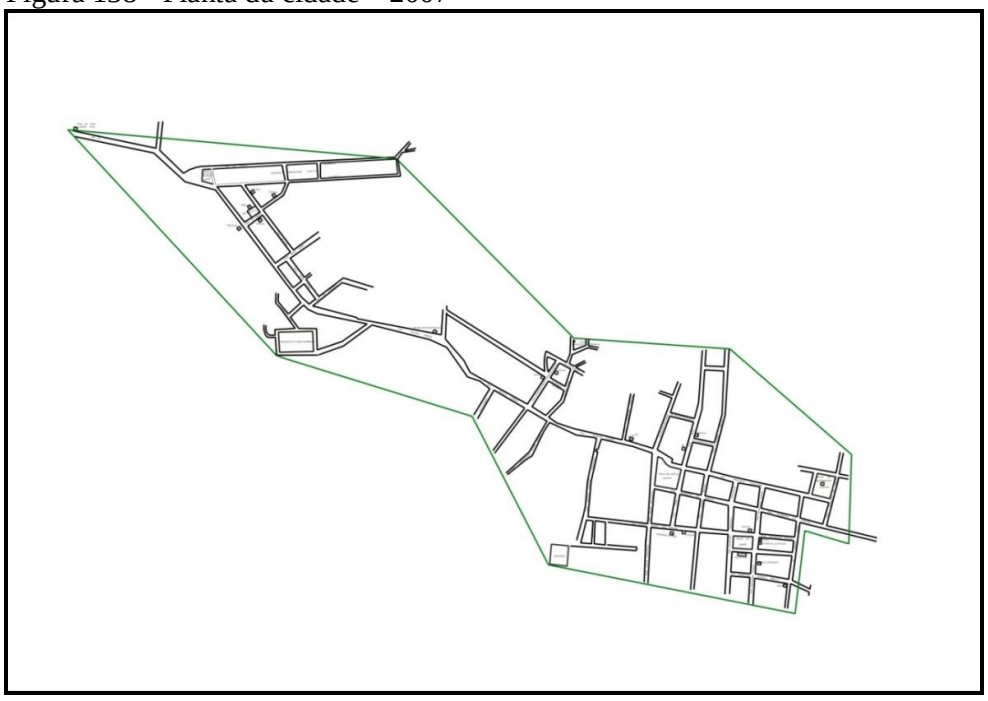
O município faz parte da APA – Baixada Maranhense Sub-Área do Estuário Mearim-Pindaré e Baía de São Marcos.

Espaço Urbano

O centro urbano do município (Figura 138) é constituído pela Avenida Getúlio Vargas (Figura 139), várias ruas e travessas e três praças arborizadas e ajardinadas, uma delas muito importante, pois é a praça de eventos onde ocorre a maioria das atividades festivas, tais como carnaval e festas juninas (Figura 140).

No conjunto arquitetônico predominam residências de médio e pequeno porte, observando-se, no entanto, alguns casarões antigos e modernos.

Figura 138 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 139 - Avenida Getúlio Vargas - 2011



Fonte: IMESC

Figura 140 - Vista parcial da Praça de Eventos - 2011



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural está distribuído em 90 sítios e 5 povoados (BRASIL, 2011).

Sítios: Alegre, Algodoeiro, Andirobal, Aningas, Arrebenta, Arrodeador, Barreiro, Bebedouro, Beiradas, Bexiga, Boa Fé, Bom Jesus, Bom Viver, Boracanga, Boticário, Cafuzal, Cajazeiras, Campina do Pai João, Candonga, Canela, Capão, Capim Açu, Carnaubal, Cazumbá, Centrinho, Chapada Grande, Conceição, Coroatá I, Coroatá II, Cruzeiro, Enseada Funda, Ervanco, Filadélfia, Guaribal, Ilha das Cobras, Ilha do Cantanhede, Ilha do Frei Antonio, Ilha do Iguaratuba, Ilha do Pau, Ilha Grande I, Ilha Grande II, Ilha Grande III, Jamari, Jaqueira, Juçara, Jurupari, Lago do Peixe, Laranjal, Madeira, Malhada Alta, Malva, Mangueira, Manival, Marcenas, Mata Pasto, Morias, Nazaré, Nova Iorque, Olho d'Água II, Olinda das Aranhas, Palmeiral, Pedras, Pinta, Pirapindiba, Ponta da Capoeira, Ponta da Mata, Ponta do Engenho, Ponta Grossa I, Ponta Grossa II, Quia, Quitéria, Raposa, Romana, Roque, Santa Bárbara, São Benedito, São Caetano, São Domingos, São Joaquim, São José I, São José II, São José III, Sarnambi, Tabaréu, Taboquinha, Teso de Baixo, Ubá, Urucu e Vertente.

Povoados: Coroatá I, Enseada dos Bezerra, Maravilha, Santa Rita e Santana.

Utilização das Terras

O espaço rural possui uma infinidade de atividades que podem estar inseridas em um mesmo estabelecimento, em decorrência disso, realizar uma análise em percentuais dessa variável é complexa, sendo mais viável realizar uma análise qualitativa dos dados que envolvem os estabelecimentos. Nota-se que no município, os estabelecimentos são ocupados principalmente com a lavoura temporária, pastagens de vários tipos e, posteriormente, com a lavoura permanente, demonstrando com isso que o município é eminentemente rural. Além de áreas de reserva com matas e florestas e espaços rurais ligados direta ou indiretamente, existem atividades agrícolas ou não como tanques, açudes e outros (Tabela 152).

Em relação à área, dos 33.795 hectares 83% são ocupados pela lavoura temporária, com a lavoura permanente apenas 3%, as áreas plantadas com forrageiras 2% e as pastagens (naturais, degradadas e plantadas em boas condições) 11%; os demais tipos de utilização das terras somaram juntos 1% (Tabela 152).

Tabela 152 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	204	1.038
Lavoura temporária	1.941	27.982
Área plantada com forrageiras	26	509
Pastagens naturais	32	234
Pastagens plantadas degradadas	3	248
Pastagens plantadas em boas condições	44	3.040
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	3	300
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	7	31
Sistemas agroflorestais	7	9
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	16	22
Construções, benfeitorias ou caminhos	35	159
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	6	223
Total	-	33.795

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

A análise da condição do produtor é importante para se compreender o processo da distribuição de terras na área rural de São João Batista. Dos 2.597 estabelecimentos distribuídos em 33.808 hectares, os proprietários ocupavam, em 2006, a maior parte dos estabelecimentos representando 54% e 63% da área por hectare. O arrendatário e o parceiro ocupavam 26% e 1% dos estabelecimentos e 22% e 8% da área por hectare, respectivamente. Em contrapartida, arrendamentos e parcerias são feitos por pessoas que não possuem terras com aqueles que as possuem, nesse caso, o proprietário cuja ocupação deve ser paga com produtos cultivados ou com dinheiro. Sendo assim, os estabelecimentos dos proprietários sobem para 81% e a área para 93% o que representa uma forte concentração de terras, ou melhor, grandes latifúndios (Tabela 153).

Além desses empreendimentos há ainda o assentado, o ocupante e o produtor sem área que ocupam 1%, 3% e 15% dos estabelecimentos. Em relação à área, apenas o assentado e o ocupante a possuem, representando 3% e 4%, respectivamente.

Tabela 153 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	1.410	21.201
Assentado sem titulação definitiva	13	883
Arrendatário	679	7.421
Parceiro	28	2.860
Ocupante	76	1.443
Produtor sem área	391	-
Total	2.597	33.808

Fonte: IBGE

Demografia

O município ocupava em 2010 a 91° posição em número de habitantes, no Maranhão, representando 0,30% da população estadual. Em termos regionais o município está na Mesorregião Norte Maranhense no 30º lugar, com 0,76% da população e, na Microrregião da Baixada Maranhense o 13º lugar, com 3,53% dos habitantes. Sua densidade demográfica era de 28,84 hab/km^2. O IDHM no referido município em 2010, segundo o IPEA, ocupou a 64º posição com o valor de 0,598.

Entre 2000 a 2010, a população do município cresceu 5%, havendo crescimento também na população masculina e feminina de 5% cada uma, e urbana 50%, ressalta-se que a população rural decresceu 5%. Dessa maneira conclui-se que: enquanto a população total apresenta um pequeno percentual de crescimento a população urbana se eleva e a rural decresce, todo esse fator é decorrente principalmente do êxodo rural. Em relação à população masculina e feminina houve equilíbrio (Tabela 154).

Em 2000, a população urbana era 19% e a população rural 81%. Em 2010, a população urbana representava 27% e a rural 73%. Com relação ao gênero, em ambos os anos analisados os resultados foram: homens 51% e mulheres 49%.

Tabela 154 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	9.623	10.131
Feminina	9.294	9.789
Urbana	3.549	5.344
Rural	15.368	14.576
Absoluta	18.917	19.920

Fonte: IBGE

Saúde

A principal unidade de saúde do município é o Hospital Municipal (Figura 141) que disponibiliza para a população consultas, atendimento de urgência/emergência, cirurgias e os exames: ultrassonografia, laboratoriais e raios-X. Esse hospital dispõe de treze leitos distribuídos entre os setores de emergência/urgência e internação.

Para os atendimentos, há sete médicos (clínicos gerais), três enfermeiros, quatro técnicos de enfermagem, vinte e um auxiliares de enfermagem e um dentista.

Funciona no município o Programa Estratégia de Saúde na Família (ESF), organizado em sete equipes, com sete médicos, sete enfermeiros, quatro dentistas, quatro técnicos de enfermagem e sete agentes comunitários.

As doenças mais frequentes são gripe, gastroenterocolite aguda, cardiovasculares, infecciosas e parasitárias. É realizada a distribuição de medicamentos por meio da Farmácia Básica. No município não há cadastro de parteiras leigas, entretanto, existe a distribuição de instrumentos e de informações técnicas para contribuir com os conhecimentos populares daquelas. Há, também, atendimento especializado para os idosos com atividades que proporcionam qualidade à saúde mental e atividades físicas ao ar livre.

Figura 141 - Hospital Municipal - 2011



Fonte: IMESC

Educação

A rede de ensino no município é composta por escolas municipais e estaduais. A educação escolar é ofertada em 87 escolas municipais, sendo 79 na zona rural e oito na zona urbana. As estaduais são três na zona urbana. O corpo docente está distribuído em 458 professores municipais.

As escolas municipais estão organizadas para atender alunos das creches, pré-escola, ensino fundamental e EJA. Nas escolas municipais, há distribuição de uniforme e material escolar e as escolas disponibilizam laboratório de informática e transporte escolar.

As escolas estaduais oferecem o Ensino Fundamental, EJA e Médio e são providas de laboratórios de informática, além de oferecerem a distribuição de material escolar e transporte escolar.

Economia

As principais atividades econômicas do município estão ligadas ao setor primário, destacando-se a agricultura e a pecuária. Em 2010, o PIB de São João Batista somou R$ 57,190 milhões, representando 0,13% do PIB Estadual e 134ª posição no *ranking* da produção

do estado. O setor de serviços injetou R$ 31,491 milhões na economia municipal, o setor agropecuário somou R$ 19,657 milhões e o industrial R$ 5,219 milhões. O volume relacionado à cobrança de impostos totalizou R$ 822 mil e a renda *per capita* do município alcançou R$ 171,53 levando o município a se situar na 170ª posição na comparação com os demais. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 145ª posição correspondendo a 0,304.

Agricultura

Os dados quantitativos (Tabela 152) revelaram as seguintes informações: dos sete produtos informados pelo IBGE, a mandioca é a mais importante em todos os itens. De 2006 a 2011, a área plantada/colhida e o valor de produção cresceram 7% e 117%, respectivamente, enquanto que a quantidade produzida diminuiu 15%. Em relação aos produtos, a área plantada/colhida do arroz, da mandioca e do milho aumentaram 14%, 6% e 17%, respectivamente, o feijão diminuiu 64% e a melancia 28%, a cana-de-açúcar teve seus percentuais equilibrados e a batata doce não pode ser quantificada, pois não houve dados em 2011.

Em relação à quantidade produzida, percebe-se que todos os produtos diminuíram, a saber: o arroz 34%, a cana-de-açúcar 13%, o feijão 72%, a mandioca 14% e a melancia e o milho 24% cada. No valor da produção, o arroz, a mandioca, a melancia e o milho cresceram 70%, 129%, 50% e 55%, respectivamente, a cana-de-açúcar diminuiu 8% e o feijão 57%.

Em 2006, dos 1.662 hectares de área plantada/colhida o arroz representou com 9%, o feijão 3%, a mandioca 60% e o milho 27%, os demais produtos somaram ao todo 1%; das 10.590 toneladas, o arroz representou 2%, a mandioca 93% e o milho 3%, os demais produtos somaram 2%; o valor da produção nesse ano rendeu R$ 1.994 milhões, o arroz representou 3%, a mandioca 87%, o milho 7%, o feijão 2% e os demais produtos 1% (Tabela 155).

Em 2011, dos 1.779 hectares de área plantada/colhida o arroz representou 10%, o feijão 1%, a mandioca 59% e o milho 29% os demais produtos somaram 1%; das 8.948 toneladas produzidas o arroz rendeu 1%, a mandioca 95% e o milho 3%, os demais produtos somaram 1%; o valor da produção que nesse ano rendeu R$ 4,332 milhões, o arroz contribuiu com 2%, a mandioca com 92% e o milho 5%, os outros produtos somaram 1% (Tabela 155).

No entanto, determinados produtos devem ser analisados com mais detalhes, principalmente a mandioca, pois as informações em relação a este produto se referem a

tubérculos, entretanto o beneficiamento por métodos tradicionais vai refletir em outra realidade, uma vez que, a transformação em farinha ou fécula vai alterar a quantidade do produto e o valor de comercialização. Essa é uma realidade tão promissora, principalmente, porque o preço da farinha, dependendo das condições climáticas, aumenta nos primeiros meses do ano e diminui na metade do segundo semestre.

Tabela 155 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Arroz	155	177	155	177	170	111	57	97
Batata-doce	13	-	13	-	20	-	4	-
Cana-de-açúcar	2	2	2	2	53	46	12	11
Feijão	50	18	50	18	25	7	40	17
Mandioca	990	1.058	990	1.058	9.900	8.464	1.733	3.978
Melancia	7	5	7	5	66	50	18	27
Milho	445	519	445	519	356	270	130	202
Total	1.662	1.779	1.662	1.779	10.590	8.948	1.994	4.332

Fonte: IBGE

Em que pese à diversidade de frutos cultivados nos quintais, a agricultura permanente, economicamente está restrita a seis produtos, dos quais a banana tem mais importância (Tabela 156).

De 2006 a 2011, a área colhida diminuiu 74% e o valor de produção 73%. A quantidade produzida não pode ser analisada em porcentagens pelas disparidades de unidades entre os produtos, uns em toneladas e outros em mil frutos. Em área colhida, a banana, a castanha de caju e a manga diminuíram 76%, 91% e 25%, respectivamente, o coco-da-baía e a laranja mantiveram seus valores nos dois anos analisados, enquanto que o limão só aparece como produto em 2006; em quantidade produzida apenas o coco-da-baía cresceu 25%, a banana, a castanha de caju, a laranja e a manga diminuíram 75%, 92%, 44% e 52%, respectivamente; em se tratando do valor da produção, o coco-da-baía foi o único produto que cresceu, totalizando 25%, a banana, a castanha de caju, laranja e manga diminuíram 77%, 94%, 54% e 43%, respectivamente.

Em 2006, a área colhida foi de 150 hectares, a banana e castanha de caju alcançaram 37% cada, o coco-da-baía e a laranja 3% cada, o limão 9% e a manga 11%; em relação à quantidade produzida, a mesma não pode ser avaliada em porcentagem, pois a

unidade do coco-da-baía é diferente dos outros produtos, sendo, portanto, analisado em mil frutos, enquanto que os demais produtos são dados em toneladas; no que diz respeito ao valor da produção que nesse ano rendeu R$ 542 mil, a banana contribuiu com 86%, a castanha de caju com 3%, o coco-da-baía e a laranja com 2% cada, o limão com 1% e a manga com 6% (Tabela 156).

Em 2011, dos 39 hectares de área colhida, a banana representou 33%, a castanha de caju e o coco-da-baía 13% cada, a laranja 10% e a manga 31%; nesse ano o valor da produção rendeu R$ 144 mil, a banana contribuiu com 74%, a castanha de caju 1%, o coco-da-baía 10%, a laranja 3% e a manga 12% (Tabela 156).

Tabela 156: Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	55	13	635	156	464	106
Castanha de caju	56	5	28	2	17	1
Coco da baía*	5	5	16	20	12	15
Laranja	4	4	18	10	11	5
Limão	14	-	14	-	8	-
Manga	16	12	100	48	30	17
Total	150	39	-	-	542	144

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

Os principais rebanhos dos dois anos analisados no município foram as aves, o bovino e o suíno. De 2006 a 2011, os rebanhos bovino e muar foram os únicos que cresceram respectivamente 1% e 10%; os rebanhos que diminuíram foram: equino 9%, bubalino 1%, asinino 14%, suíno 81%, caprino 45%, ovino 48% e aves 40%.

Em 2006, das 144.935 cabeças, o bovino representou 10%, o equino 1%, o bubalino e caprino 5% cada, o suíno 29%, o ovino 6%, as aves 43%, o asinino e o muar somaram 1%. Em 2011, das 78.174 cabeças, o bovino equivaleu a 18%, o equino 2%, o bubalino 9%, o suíno 10%, o caprino 5%, o ovino 6%, as aves 49%, o asinino e o muar 1% cada (Tabela 157).

Nota-se que, praticamente todos os rebanhos diminuíram no decorrer dos anos de 2006 a 2011, o equino, o asinino e o muar são rebanhos cuja atividade econômica diminuiu sensivelmente, pois eram usados como montaria ou como transporte de cargas e, com o surgimento das rodovias e a facilidade da aquisição de transportes motorizados, seus rebanhos estão diminuindo. No registro aves, estão incluídos galos, galinhas, frangos, frangas e pintos, criados nos quintais.

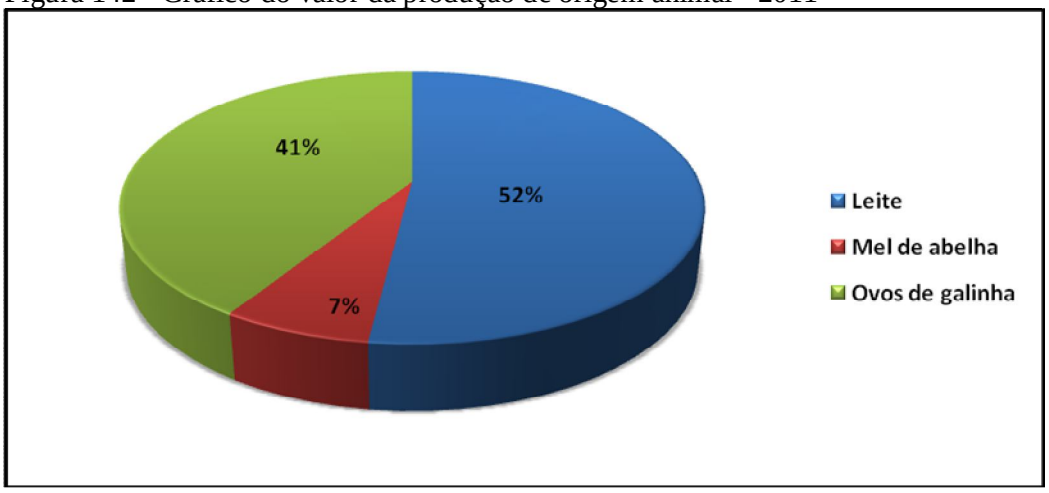
Tabela 157 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	13.896	13.984
Equino	1.639	1.490
Bubalino	7.021	6.935
Asinino	1.083	928
Muar	473	523
Suíno	41.610	7.998
Caprino	7.739	4.265
Ovino	8.996	4.648
Aves	62.478	37.403
Total	144.935	78.174

Fonte: IBGE

Como produtos de origem animal destacam-se o leite, cuja produção foi de 107 mil litros, que renderam R$ 172 mil, 35 mil dúzias de ovos de galinha, com lucro foi de R$ 136 mil e 5.889 quilogramas de mel de abelha, gerando o lucro de R$ 24 mil, perfazendo o total de R$ 332 mil, como pode ser observado na figura 142.

Figura 142 - Gráfico do valor da produção de origem animal - 2011



Fonte: IBGE; IMESC

Extrativismo

A produção extrativa vegetal (Tabela 158) registra a existência de 386 toneladas e 19.242 metros cúbicos. Das toneladas, o carvão é produto mais importante contribuindo com 82%, a amêndoa de babaçu com 18% e a juçara menos de 1%. Em metros cúbicos 97% foram da lenha e 3% madeira em tora. Os produtos citados produziram uma renda de R$ 983 mil, dos quais 53% vieram da lenha, 29% do carvão vegetal, 7% da madeira em tora, 11% da amêndoa do babaçu e menos de 1% da juçara.

Destaca-se, nesse município, a atenção para o compromisso ambiental quanto ao uso dos produtos mais importantes, como o carvão vegetal e a lenha. Sabe-se que, para chegar a se transformar em carvão, a madeira é queimada diretamente ou passa pelo forno da carvoaria, mas essa atividade, no entanto, compromete pelo desmatamento que provoca. Ressalta-se que, tanto a lenha utilizada nas olarias, casas de farinha e padarias, quanto o carvão usado nas atividades domésticas e em outras, produzem cinzas que, transportadas pelo vento poluem a camada de ar e, se carreadas pelas chuvas, provocam poluição e até o assoreamento dos rios; para evitar o desequilíbrio da natureza provocando grande mal a todos, convém utilizar as cinzas como adubo ou em substituição ao cimento na construção civil, principalmente na área rural.

Tabela 158 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metro cúbico	
Amêndoa de babaçu	69	-	104
Carvão vegetal	316	-	284
Juçara	1	-	1
Lenha	-	18.674	523
Madeira em tora	-	568	71
Total	386	19.242	983

Fonte: IBGE

Pesca

A pesca lacustre e fluvial é eminentemente artesanal, voltada para o consumo e para a comercialização no município. Na época da desova, os pescadores recebem o defeso.

As principais espécies são: branquinha (*Psectrogaster amazônico*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), curimatá (*Prochilodus ssp*) e o piau (*Leporinus obtusideuns*).

Indústria

As indústrias existentes no município são as casas de farinha na área rural e as padarias na área urbana.

Comércio

O comércio é varejista com grande quantidade de quitandas, minimercados, feiras e mercados, sendo o abastecimento oriundo de municípios vizinhos ou da capital São Luís. Possui farmácias e casas voltadas ao agronegócio. O Porto da Raposa é muito utilizado para embarque/desembarque de pessoas e mercadorias.

Turismo

As atrações turísticas que se destacam no município são: carnaval, a vaquejada em setembro, a exposição agropecuária em outubro e como apoio o restaurante Tubarão Branco localizado na praia da Raposa; estes últimos são bastante visitados por turistas e pela população local. Outra atração é o Baile de São Gonçalo, uma representação religiosa que acontece em qualquer ocasião, dependendo do compromisso assumido por aquele que fez a promessa para o santo.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca e faz parte da 63ª zona eleitoral e conta com 16.089 eleitores, 83 seções e onze vereadores (TRE, 2012).

A segurança pública é representada por uma delegacia e um contingente de quatro policiais militares, três policiais civis e quatorze guardas municipais.

Religião

No município predomina o catolicismo, com uma igreja matriz (Figura 143) na sede, dedicada a São João Batista, padroeiro do município (Figura 144). As principais festas católicas são: Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião e São Raimundo além de São João Batista.

Figura 143 - Igreja de São João Batista - 2011



Fonte: IMESC

Figura 144 - Imagem de São João Batista - 2011



Fonte: IMESC

Os evangélicos possuem os seguintes templos distribuídos, principalmente, na área urbana: Adventista do Sétimo Dia, Assembleia de Deus, Batista, Sara Nossa Terra, Presbiteriana e Universal do Reino de Deus.

Das 19.920 pessoas entrevistadas no censo de 2010, 82% eram católicos, 11% evangélicos, 6% sem religião e menos de 1% outras religiões (Tabela 159).

Os terreiros de origem africana ou indígena estão distribuídos principalmente na área rural.

Tabela 159 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	16.321
Evangélicos	2.266
Outras religiões	49
Sem Religião	1.284
Total	19.920

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água é feito por iniciativa municipal, tanto na área urbana como rural. Há sistema de tratamento de água de responsabilidade da CAEMA

O município não possui rede coletora de esgotos, os efluentes são depositados em fossas. O SIAB em 2012 registrou 3.328 instalações de fossas.

A coleta de lixo abrange somente a sede do município e o lixo é coletado três vezes por semana, sendo transportado por caçambas e destinado para um lixão a céu aberto, localizado no povoado Vertente a 8 km da sede.

O serviço de energia elétrica (CEMAR) cobre todo o município. A energia provém da subestação do município de Viana. Em 2010, dos 42.289 consumidores, o consumo residencial atingia o maior percentual com 92%, o comércio 4% e o poder público 3%, os outros consumidores somaram ao todo 1%. Em relação ao consumo, dos 3.981.022 MWh, as residências representaram 63%, o comercial 9%, o poder público 10%, o serviço público 8% e a iluminação pública 10%, as demais variáveis representaram juntas 1% (Tabela 160).

Tabela 160 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	39.013	2.508.927
Rural	17	988
Comercial	1.709	346.115
Industrial	139	26.605
Poder Público	1.233	393.430
Serviço Público	166	309.863
Iluminação Pública	12	395.094
Total	42.289	3.981.022

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

Como principais atividades ligadas à prestação de serviços destacam-se as agências bancárias com uma do Banco do Brasil, outra do Bradesco e uma casa lotérica.

O serviço de telefonia é feito através de linha telefônica móvel e fixa, de responsabilidade das operadoras OI e CLARO. Além desses, existem outros como a rádio Comunitária Beira Campos e internet banda larga, rádio via modem e 19 terminais acessíveis 24 horas.

Folclore e Lazer

As danças regionais são o bumba-meu-boi com sotaques de orquestra, zabumba e matraca, tambor de crioula, quadrilha, dança portuguesa, dança *country*, cacuriá, dança do coco, caixas do Divino e baile de São Gonçalo, já citado. A atração musical tem como ritmos mais populares o reggae e forró. As datas cívicas comemoradas são: Independência do Brasil com desfiles das escolas municipais e estaduais e o aniversário do município no dia 14 de junho.

O futebol e o futsal são as principais atividades esportivas apreciadas pela juventude, para a prática desses esportes dispõem de um estádio de futebol com capacidade aproximada de 5 mil pessoas e um ginásio poliesportivo (figura 145) com capacidade aproximada de 2 mil pessoas.

Figura 145 -Ginásio Poliesportivo - 2011



Fonte: IMESC

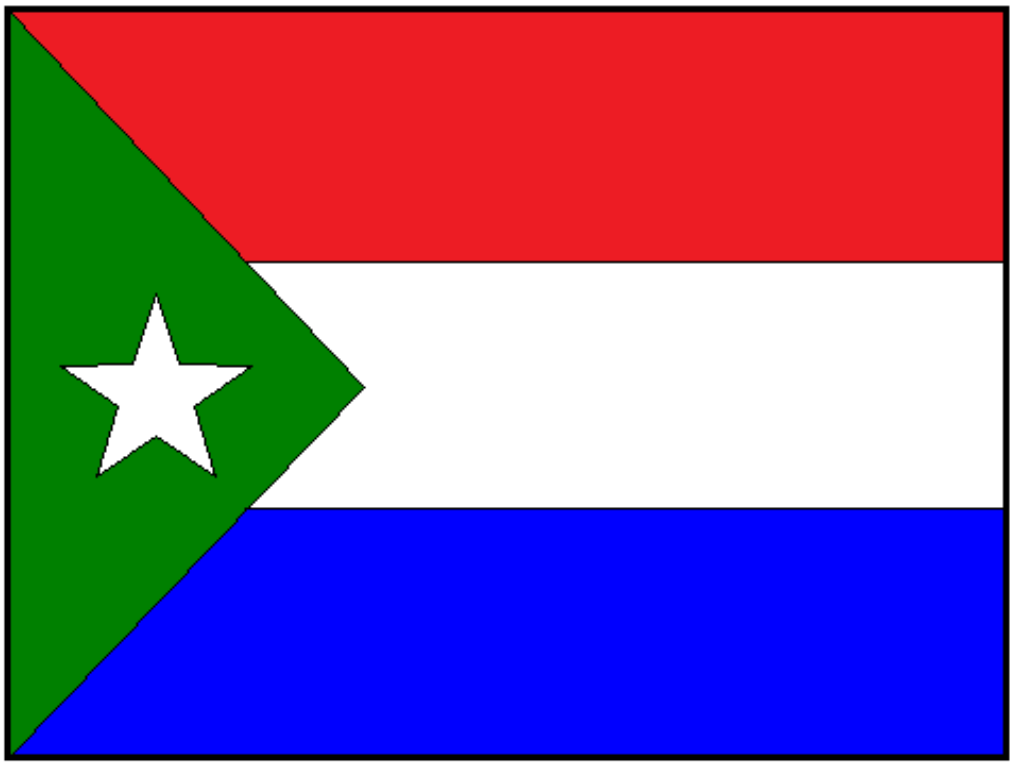
Transportes

A sede municipal localiza-se há 296 km da cidade de São Luís e liga-se a outros municípios pelas seguintes vias terrestres: MA 314, MA 014, BR 222 e BR 135. Os transportes disponíveis são os rodoviários, realizado por veículos de pequeno porte, além de ônibus de responsabilidade da empresa Solitur. Em nível intermunicipal, a comunicação urbano-rural é feita através de mototáxis e camionetes adaptadas. Na época das chuvas, quando os lagos transbordam e alagam os campos, a comunicação com a área rural e alguns municípios circunvizinhos se torna mais difícil e, ocorre por via lacustre utilizando lanchas, barcos e canoas.

O Porto da Raposa, de grande repercussão econômica para o município, possibilita a comunicação flúvio-marinha no embarque e desembarque de pessoas e mercadorias.

2.19 São Vicente Ferrer

Símbolos Municipais[25]



Bandeira

[25] O Brasão do município não foi disponibilizado.

Hino

Como louvar de São Vicente a grandeza
Que desprezar, soube na tenra idade
O que no mundo mais se busca e preza
Só no senhor dando a sua vontade.

Oh! Protetor do povo vicentino,
Fazei-nos ser povo da santa cruz,
Aborrecer, da culpa o cativeiro,
No céu gozar a verdadeira luz!

Povo cristão olha para o modelo
Que Deus te deu, que deves imitar,
Se na glória um dia queres vê-lo
Aprende d´Ele as leis que hás de guardar.

Protetor desta terra querida
Livrai-nos dos flagelos mortais,
Dai-nos paz, pura e santa vida
Para a glória gozarmos imortais.

Letra e música: autor desconhecido

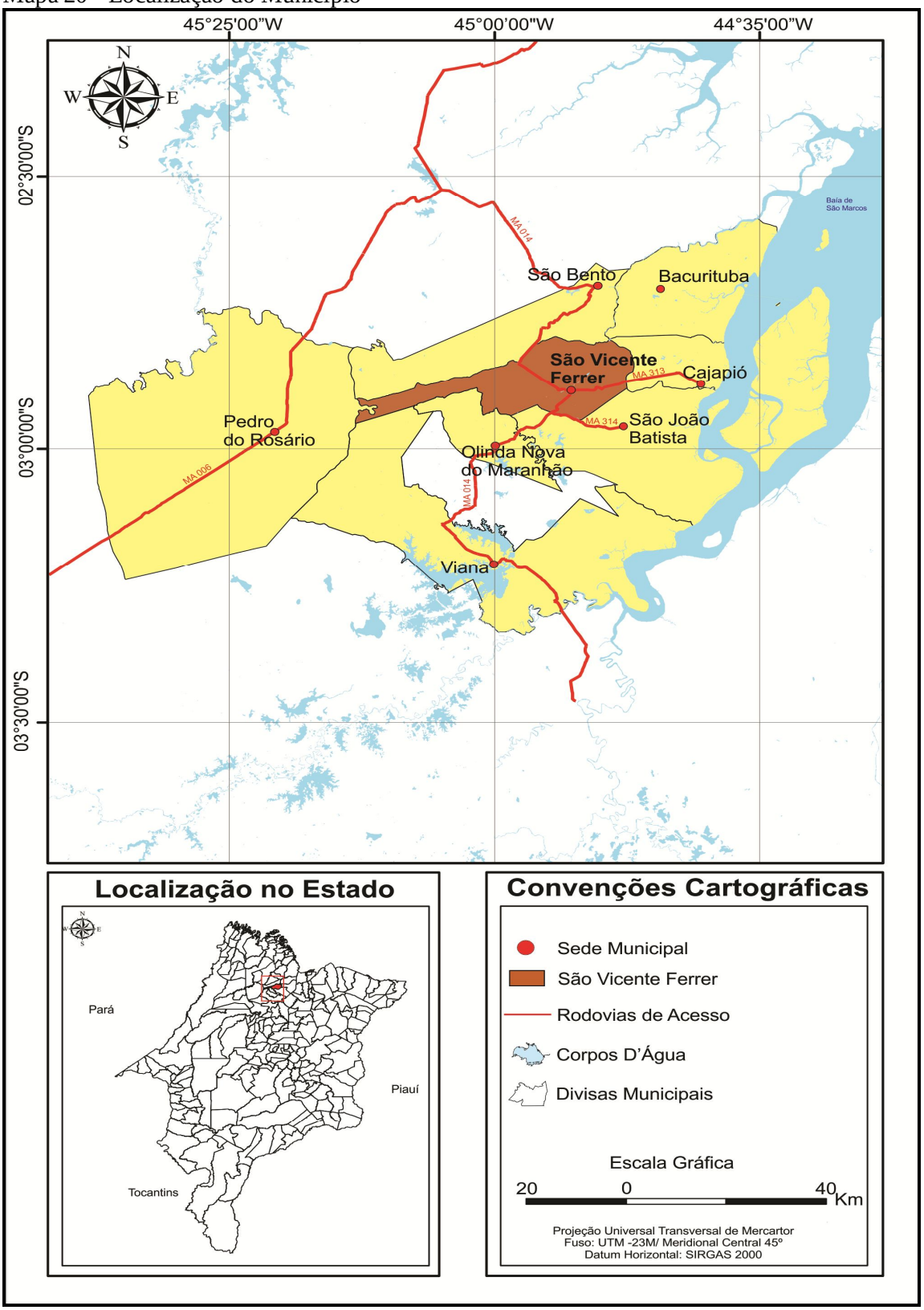
Localização

O Município São Vicente Ferrer está localizado na Mesorregião Norte Maranhense –Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Esse município se limita ao Norte com o município São Bento, a Oeste com São Bento e Olinda Nova do Maranhão, ao Sul com São João Batista e Olinda Nova do Maranhão e ao Leste com Cajapió e São João Batista (Mapa 20).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -02°47’35” de latitude e -44°54’12” de longitude; Oeste -45°13’05” de longitude e -02°56’54” de latitude; Sul -02°57’11” de latitude e -45°13’04” de longitude; Leste -44°46’47” de longitude e -02°50’45” de latitude.

Mapa 20 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

Com uma área de 1.162,5 km², o município ocupa a 85° posição em extensão no Estado, representando 0,35 % do território maranhense. Na Mesorregião Norte Maranhense, classifica-se no 16° lugar com 2,20 % e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense em 5° lugar com 6,60%.

Processo de Ocupação

As terras do município São Vicente Ferrer começaram a ser povoadas no final do século XVIII. Segundo Pinto (2001), os primeiros habitantes do lugar foram os índios Guajajaras e, tinham como dialeto o tupi. Sua aldeia era situada no local que hoje é a cidade São Vicente Ferrer, daí o seu primeiro nome – Frexeiras (uma alusão às flexas). Documentos registram que a toponímia São Vicente Ferrer é uma homenagem ao sacerdote nascido em Valência na Espanha em 1350.

É perceptível a predominância de brancos em São Vicente Ferrer; esse fato se justifica pela riqueza e fertilidade dos solos, características favoráveis para a agricultura e a pecuária, a piscosidade lacustre e fluvial. Certamente, essa série de vantagens despertou grande interesse das comunidades vizinhas, na grande maioria de brancos que migraram para ali ocupando as terras desse município.

Há informações também de que os primeiros brancos que chegaram ali foram morar no lugar Tapuio, local onde residiu Serafim, senhor de muitos escravos, proprietário de uma casa grande e que construiu um açude chamado por todos de Poção do Serafim.

Segundo Pinto (2001), havia uma grande quantidade de escravos e fazendas na freguesia de São Vicente Ferrer em meados do século XIX. O fato de não existirem muitas ruínas das residências senhoriais pode ser explicado pela escassez de pedras na região, o que levou os primeiros povoadores a construir suas casas de adobe e cal tornando-as frágeis e permitindo que desaparecessem facilmente.

Fatos Históricos

A trajetória de sua evolução política pode ser assim resumida:

⇒ Distrito criado com a denominação de São Vicente Ferrer, pela Provisão Regia de 07-11-1805, subordinado ao município de São Bento dos Perizes.

⇒ Elevado à categoria de vila com a denominação de São Vicente Ferrer, pela Lei Provincial nº 432 de 27-08-1856, desmembrado de São Bento dos Perizes. Sede na vila de São Vicente Ferrer, instalada em 02-12-1858.

⇒ Pela Lei Provincial nº 625 de 27-09-1861 é extinta a vila de São Vicente Ferrer, sendo seu território anexado ao município de São Bento dos Perizes.

⇒ Elevado novamente à categoria de município com a denominação de São Vicente Ferrer, pela Lei Provincial nº 678 de 01-06-1864.

⇒ Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 2 distritos: São Vicente Ferrer e Jabotituba.

⇒ Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído do distrito sede, não figurando o Distrito de Jabotituba, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937.

⇒ Pela Lei Estadual nº 269 de 31-12-1948, foi criado o Distrito de Ibipeuara anexado ao município de São Vicente Ferrer.

⇒ Em divisão territorial datada de 1-7-1950 o município ficou constituído de dois distritos: São Vicente Ferrer e Ibipeuara.

⇒ A Lei Estadual nº 797 de 19-11-1952, desmembrou do município de São Vicente Ferrer do Distrito de Ibipeuara elevando-o à categoria de município, com a denominação de São João Batista, sendo anulada pelo Acórdão do Superior Tribunal Federal de 27-12-1954, (Representação nº 198) voltando a ser novamente território anexado do município de São Vicente Ferrer.

⇒ Em divisão territorial datada de 1-7-1955, novamente o município foi constituído de dois distritos: São Vicente Ferrer e Ibipeuara.

⇒ A Lei Estadual nº 1.608 de 14-06-1958, desmembrou do município de São Vicente Ferrer do Distrito de Ibipeuara, elevando-o à categoria de município com a denominação de São João Batista.

⇒ Em divisão territorial datada de 1-7-1960, o município ficou constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Destaca-se que os intendentes responsáveis pela administração do município tinham a função de prender e mandar prender, fazer ronda, subordinar a força policial e a guarda nacional, nomear fiscais, agentes, além de outros.

Informa-se que, não foram conseguidas relações nominais de todos os prefeitos e autoridades; dessa maneira, serão transcritos apenas os nomes dos prefeitos que administraram o município a partir de 1928, que são: Raimundo de Jesus Souza, Severiano Dominice, José Maria de Araújo, José Filgueira de Campos e Manoel Campos Souza.

No período ditatorial, os prefeitos nomeados foram: Francisco Soares de Araújo Filho, Bernardo Thiago de Matos, José Elias de Almeida, Capitão Reis, Capitão Souza, João Damasceno Martins, Raimundo Nonato Ferreira, José Salustiano Serra, Francisco Ferreira Figueiredo e João Bertoldino da Costa.

Os prefeitos eleitos pelo povo foram: José Salustiano Serra, Francisco Ferreira Figueiredo, José Albino Campos Sobrinho (Zezi), Heriberto Soares Figueiredo, José Salustiano Serra, Delzuíta Gonçalves Sales, Francisco das Chagas Monteiro, Adauto Santos, José Bráulio Gomes, Manoel Saraiva de Freitas, Manoel de Jesus Soares Marques, Afonso Gomes Abreu (interino), Coronel Ribeiro (interino – interventor), João Batista Corrêa Figueiredo, Raimundo Nonato de Sousa Pinto e Vicente de Ferrer Santos Arouche.

O município perdeu parte do seu território com a criação dos municípios de São João Batista e Olinda Nova do Maranhão. O gentílico do município é vicentino.

Ambiente Físico

O embasamento geológico de São Vicente Ferrer estruturado pela Formação Itapecuru de origem cretácea, constituído de arenitos finos, arenitos argilosos, siltitos e folhelhos constituindo aproximadamente 97% da estrutura geológica do município. O restante do embasamento geológico é constituído por depósitos holocênicos de aluviões flúvio-marinhos do Período Quaternário, Cenozóico formados por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas.

Geomorfologicamente o município tem a maior parte de seu território, cerca de 95%, enquadrado na Superfície Maranhense com Testemunhos correspondentes a uma área aplainada durante o ciclo Velhas dominada, em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira. Os 5% restantes localiza-se no Golfão Maranhense área resultante do intenso

trabalho de erosão fluvial do Quaternário, posteriormente, colmatada originando paisagem de planícies aluviais, lagoas e rios divagantes (UEMA, 2002).

Os solos são representados pelos plintossolos, dominantes no município, com características argilosas possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso; os gleissolos, solos argilosos a muito argilosos, compreendendo solos minerais hidromórficos sujeito a alagamentos periódicos (UEMA, 2002).

São Vicente Ferrer enquadra-se no clima tropical úmido, as chuvas se distribuem de janeiro a junho e o período de estiagem de julho a dezembro. A soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48% em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 79% a 82%, em relação aos totais pluviométricos apresentam entre 1.600 e 2.400 mm. As temperaturas médias anuais são superiores a 27°C.

O município faz parte da bacia hidrográfica do Rio Pericumã, sendo seu território cortado pelos seguintes rios: Aurá e seus afluentes (Rio do Poção, da Serra e da Fula), da Talha, do Estirão, da Boca da Velha, do Meio e Bonfim, além dos lagos: Fugidos, da Enseada Funda, Mocambo, do Peixe e Capão.

A vegetação é constituída pela mata de cocais representada principalmente pelo babaçual, capoeira mista e capoeirão latifoliado, gramíneas, campos inundáveis, representado por formações abertas e rasteiras em áreas planas e mata ciliar que margeia o curso dos rios.

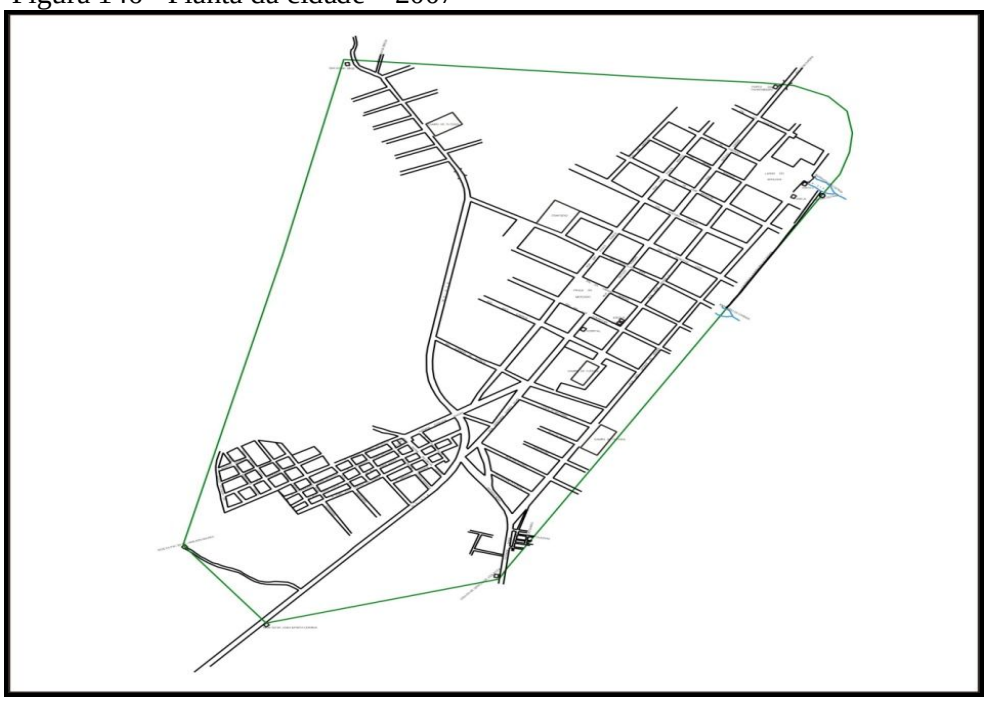
O município se enquadra na APA – Baixada Maranhense Sub-Área do Estuário Mearim-Pindaré e Baía de São Marcos.

Espaço Urbano

O espaço urbano da cidade de São Vicente Ferrer (Figura 146) é composto por cinco ruas (Figura 147), sendo quatro asfaltadas e uma piçarrada, uma avenida asfaltada e arborizada e onze travessas, das quais sete são asfaltadas e quatro são calçadas com pedra e paralelepípedo; possui ainda três praças, sendo duas arborizadas e ajardinadas (Figura 148).

As casas obedecem na sua grande maioria o padrão tradicional de casas baixas geminadas beirando as ruas, com uma porta e várias janelas.

Figura 146 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

Figura 147 - Rua Principal - 2011



Fonte: IMESC

Figura 148 - Praça arborizada - 2011



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural está distribuído entre as seguintes comunidades:

Sítios: Aningas, Baixa Grande, Barracas, Bom Lugar, Bom Viver, Buenos Aires, Buritizeiro, Caminho Novo, Canta Galo, Casa Grande, Castanho Claro, Centrinho, Centro dos Soares, Chega Tudo, Chico Izaac, Cortiça, Dois Irmãos, Enseada dos Freitas, Enseada dos Pintos, Florença, Garrida, Goiabal, Iguarapiranga, Ilha d'Água, Ipueira, Itabiquari, Jenipapo, Juçara I, Juçara II, Juçaral I, Lago do Mato, Limão, Montes Aires, Oiteiro de Maria Justina, Oratório, Pachorra, Pascoal, Passarinho, Pau de Leite, Poleiro, Ponta do Paulo, Ponta dos Melonios, Rio dos Peixes, Santa Bárbara, Santa Cruz, Santa Rosa, Santa Tereza, Santo Estevão, Santo Inácio, São Bernardo, São Francisco, São Jerônimo, São Joaquim, São José I, São Lourenço, São Marçal, São Marcos, São Marquinhos, São Pedro, Sapocaia, Tabocal, Tabocas, Tanques de Lages, Tapera Grande, Tapuio, Tauá, Teso Alto, Torrões, Vai Quem Quer, Vila Conceição e Vista Alegre.

Povoados: Bom Viver, Campinho, Cotias, Itapecuru, Pacheco e Santa Isabel.

Utilização das Terras

A área rural do município está distribuída em inúmeros estabelecimentos que desenvolvem mais de uma atividade rural, isto é, paralela à lavoura têm as pastagens, as reservas ambientais e as construções rurais daí a impossibilidade de uma análise quantitativa relativa aos estabelecimentos. Entretanto, podem ser avaliados qualitativamente e, por esta ótica, observa-se que além da lavoura, principalmente da temporária, há prioridade no que diz respeito às atividades voltadas para a pecuária, para a pastagem natural, além de outras atividades dessa categoria como pastagem plantada, pastagem plantada em boas condições e forrageiras.

Verificou-se também que há certa preocupação com a preservação ambiental, tendo em vista os itens matas e florestas, assim como espaços dedicados a abastecimento de água para o gado ou para a piscicultura, nesse caso os tanques, açudes, lagos e outros. Há terras degradadas e aquelas consideradas inaproveitáveis para a agricultura e pecuária.

A área total dos estabelecimentos em 2006 era de 30.631 hectares, dos quais 74% estavam ocupados com lavoura temporária, 4% com lavoura permanente; os vários tipos de pastagens, inclusive a pastagem natural ocupavam 6%; as matas e/ou florestas voltadas para a preservação permanente, reserva legal e sistemas agroflorestais correspondiam a 15%. O 1% restante diz respeito às áreas de forrageiras, tanques, açudes, lagos e outras terras degradadas e inaproveitáveis para agricultura e para a pecuária (Tabela 161).

Tabela 161 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividades	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	102	1.089
Lavoura temporária	1.916	22.621
Áreas plantadas com forrageiras	1.927	161
Pastagem natural	112	352
Pastagens plantadas degradadas	12	154
Pastagens plantadas em boas condições	81	1.206
Mata e/ou floresta (destinada a preservação permanente ou reserva legal)	18	151
Mata e/ou floresta (exclusiva área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	217	3.591
Sistemas agroflorestais	77	739
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	69	132
Construções, benfeitorias ou caminhos	407	383
Terras degradadas	4	4
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária	15	48
Total	-	30.631

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Dos 2.414 estabelecimentos 40% estavam diretamente sob o poder do proprietário, além de 39% do arrendatário e 1% do parceiro, elementos esses que temporariamente detém terras do proprietário de quem arrendam ou mantém parceria, o que eleva para 80% dos estabelecimentos do proprietário. O ocupante e o produtor sem terra com 4% e 16%, respectivamente, enquanto que o assentado sem titulação definitiva ocupava menos de 1% (Tabela 162).

Quanto à área, destaca-se que dos 30.611 hectares é ainda o proprietário o grande possuidor, pois ele tem 90%, além dos 8% e 1% do arrendatário e parceiro, respectivamente, registrando assim, grande concentração de terras. O 1% restante refere-se ao ocupante, já que o produtor sem terra não a tem (Tabela 162).

Tabela 162 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	971	27.642
Assentado sem titulação definitiva	5	2
Arrendatário	936	2.432
Parceiro	15	200
Ocupante	93	335
Produtor sem área	394	-
Total	2.414	30.611

Fonte: IBGE

Demografia

O município São Vicente Ferrer ocupa a 82º posição em população, o que corresponde a 0,32% da população do Maranhão; em termos regionais a população é a 27º da Mesorregião Norte Maranhense com 0,80% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense ocupa o 12º lugar, com 3,70% dos habitantes. Sua densidade demográfica é de 53,44 hab/ km^2. Em relação ao IDHM, ocupava, em 2010, a 70° posição com um valor de 0,592.

Considerando a população do município nos anos 2000 e 2010 verificam-se os referidos aumentos: população absoluta, masculina e feminina 12% cada, população urbana 27% e rural 6%.

Dos 18.406 habitantes em 2000, 51% eram do sexo masculino e 49% feminino. Na área urbana estavam 22% e na rural 78%. Em 2010, tanto a população masculina como a feminina mantiveram o mesmo percentual, enquanto que a urbana passou para 26% e a rural para 74% (Tabela 163).

A diferença e, consequentemente, o avanço da população urbana em detrimento da população rural, é resultado da atração que o rurícola sente pela área urbana e da facilidade para ali se deslocar, graças à renda familiar que melhorou com aposentadorias, bolsa família e outros programas assistencialistas, assim como pelas melhores condições de vida, no que se refere à saúde e educação. Não se pode ignorar a facilidade atual do deslocamento entre a área rural e a urbana, uma vez que as estradas vicinais estão melhores, existem transportes mais rápidos e com maior facilidade de aquisição, como: as motos, bicicletas e outros que encurtam

o tempo de deslocamento e colaboram para que muitas pessoas, ainda que trabalhando na área rural residam na área urbana.

Tabela 163 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	9.343	10.580
Feminina	9.063	10.283
Urbana	3.977	5.431
Rural	14.429	15.432
Absoluta	18.406	20.863

Fonte: IBGE

Saúde

O município possui apenas um hospital público com 48 leitos e seis enfermarias. Ali são realizados atendimentos de consultas, urgência/emergência e cirurgias; são disponibilizados à população exames laboratoriais, ultrassonografia, raios-X e distribuição de medicamentos.

Para o atendimento à população, dispõem de doze médicos com as seguintes especialidades: cirurgião, ginecologista, clínico geral, pediatra, cardiologista, ortopedista, oftalmologista e anestesista; um dentista, cinco enfermeiros, dezesseis técnicos de enfermagem e 37 auxiliares de enfermagem.

Funciona no município o Programa Estratégia da Saúde da Família (ESF) organizado em oito equipes, que cobrem 100% do município. Atuam também quatro equipes de saúde bucal no ESF e um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). As doenças mais frequentes são: verminose e gastroenterocolite aguda; nos casos mais graves os pacientes são conduzidos para São Luís, em uma das duas ambulâncias do município.

O ESF possui oito médicos, oito enfermeiros, quatro dentistas, oito técnicos de enfermagem e 67 agentes comunitários de saúde, dos quais doze trabalham na zona urbana e 55 na rural. Existem ainda parteiras leigas em alguns povoados.

Educação

Em 2010, o município matriculou 4.384 alunos e o Estado 1.605 perfazendo o total de 5.989 alunos. A maioria das escolas municipais está na zona rural, onde funcionam 56 e apenas três na zona urbana. Ressalta-se que Estado mantém apenas dois colégios na zona urbana.

Os de alunos matriculados estão distribuídos entre pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e EJA tanto na educação escolar municipal como na estadual.

O corpo docente está distribuído em 446 professores, que atuam na educação municipal e 100 atuando na educação estadual nos três turnos matutino, vespertino e noturno.

A prefeitura disponibiliza transporte escolar para os alunos da educação municipal e estadual; há distribuição de material escolar e de fardamento e existem laboratórios de informática e biblioteca (Figura 149).

Figura 149 - Farol da Educação - 2011



Fonte: IMESC

Economia

As principais atividades econômicas estão ligadas ao setor primário, dentre as quais se destacam a agricultura e a pecuária. Em 2010, o Produto Interno Bruto de São

Vicente Ferrer somou R$ 50,176 milhões, representando 0,11% do PIB estadual e 148ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços, o mais representativo, contribuiu com R$ 29,803 milhões, em segundo lugar o setor agropecuário com R$ 13,794 milhões e em terceiro o industrial com R$ 5,552 milhões. No mesmo período, a arrecadação de impostos foi equivalente a R$ 1,027 milhões. A renda *per capita* do município alcançou R$ 184,71, levando o município a se situar na 149ª posição em comparação com os demais municípios. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 212ª posição, correspondendo a 0,231.

Agricultura

Entre 2006 e 2011, verificou-se que a área plantada/colhida diminuiu 3%, a quantidade produzida 7%, entretanto, o valor da produção aumentou 114%. Em área plantada/colhida a melancia permaneceu estável, o milho e a mandioca aumentaram 1% e 0,39%, respectivamente, o arroz diminuiu 9% e o feijão 30%; em se tratando da quantidade produzida à mandioca manteve o mesmo percentual anterior, enquanto que os demais produtos reduziram: arroz 39%, feijão 25%, melancia e milho 31% cada; no que diz respeito ao valor da produção o feijão permaneceu estável, enquanto que os demais produtos tiveram aumento: arroz 63%, mandioca 143%, melancia 8% e milho 42%. O abacaxi e a batata doce não foram analisados, por haverem sido quantificados apenas em 2006.

Em 2006, os principais produtos foram o arroz, a mandioca e o milho. Dos 3.578 hectares da área plantada/colhida o arroz ocupou 31%, a mandioca 36% e o milho 32%. O 1% restante está distribuído entre a batata doce, o abacaxi e o feijão. No que se refere à quantidade produzida, das 11.324 toneladas (a exceção da produção do abacaxi que é dada em mil frutos), 11% foram de arroz, 80% de mandioca, 8% do milho e o 1% restante corresponde à batata doce, feijão e melancia. O valor da produção foi de R$ 2.507 milhões, dos quais o arroz correspondeu a 16%, a mandioca com 69% e o milho com 13%. Os demais produtos somados (batata doce, feijão e melancia) participaram com 2% (Tabela 164).

Em 2011, a área plantada/colhida foi de 3.485 hectares, dos quais coube ao arroz 29%, a mandioca 37% e ao milho 33%. O feijão e a melancia perfizeram junto 1%. Em referencia à quantidade produzida, cujo total foi de 10.563 toneladas, o arroz representou com 7%, a mandioca com 86%, o milho com 6%, a melancia e o feijão juntos com 1%. Sobre o

valor da produção, dos R$ 5.367 milhões, 12% foram de arroz, 78% da mandioca e 9% do milho; o feijão e a melancia juntos participaram com 1% (Tabela 164).

Algumas considerações se fazem necessárias para o entendimento da agricultura temporária de São Vicente Ferrer, dentre elas há o fato de o arroz ser classificado em casca, portanto, ao atingir o mercado vai diminuir a quantidade produzida e pode influenciar no valor da produção. A mandioca está avaliada em tubérculos, entretanto, sabe-se que chega ao mercado em forma de farinha e que, entre a colheita e a industrialização perde peso. O milho é comercializado verde ou seco, o que certamente tem valores diferentes.

Destaca-se que, a ausência de uma tecnologia de ponta reduz a produtividade, logo, se os métodos do plantio não fossem ainda tão tradicionais, o rendimento e o nível de produção do município seriam maiores.

Tabela 164 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Abacaxi*	1	-	1	-	12	-	7	-
Arroz	1.124	1.025	1.124	1.025	1.236	760	410	668
Batata doce	3	-	3	-	5	-	1	-
Feijão	10	7	10	7	4	3	7	7
Mandioca	1.297	1.302	1.297	1.302	9.079	9.114	1.725	4.192
Melancia	7	7	7	7	91	63	25	27
Milho	1.136	1.144	1.136	1.144	909	623	332	473
Total	3.578	3.485	3.578	3.485	-	10.563	2.507	5.367

Fonte: IBGE *Mil frutos

Há uma diferença entre a diversidade da fruticultura doméstica, aquelas produzidas nos quintais, pois, nesse caso específicos não são consideradas pelo IBGE como agricultura permanente, a exemplo da (o): banana, coco-da-baía, laranja e limão.

Entre 2006 e 2011, a área colhida diminuiu 49% e o valor da produção 60%. Em área colhida o coco-da-baía aumentou 100%, enquanto que os outros produtos diminuíram: banana 64%, laranja e limão 33% cada. Em quantidade produzida o coco-da-baía aumentou 110% e o limão 33%, a laranja diminuiu 54% e a banana manteve o mesmo percentual anterior. No valor da produção o coco-da-baía aumentou 88%, o limão permaneceu estável, a banana e a laranja tiveram redução de 64% e 62%, respectivamente.

Em 2006, a área colhida foi de 45 hectares, dos quais 80% foram ocupados com banana e 7% com coco-da-baía, laranja e limão cada. Das 448 toneladas (menos coco-da-baía que é informado em mil frutos), a banana correspondeu a 96%, laranja 3% e limão 1%. Do valor da produção, cujo total foi R$ 333 mil, 95% coube à banana, 2% para o coco-da-baía e a laranja cada e 1% ao limão (Tabela 165).

Em 2011, a área colhida foi de 23 hectares, 57% couberam à banana, 26% coco-da-baía e 9% para laranja e limão cada. Das 166 toneladas (a exceção do coco-da-baía que é informado em mil frutos), a banana correspondeu a 94%, laranja 4% e limão 2%. Dos R$ 133 mil do valor da produção, a banana participou com 85%, o coco-da-baía 11%, a laranja e o limão 2% cada (Tabela 165).

Tabela 165 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	36	13	432	156	315	113
Coco-da-baía*	3	6	10	21	8	15
Laranja	3	2	13	6	8	3
Limão	3	2	3	4	2	2
Total	45	23	-	-	333	133

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

Os rebanhos que compõem a pecuária do município podem ser observados na tabela 166, dos quais entre 2006 e 2011 tiveram crescimento positivo: bovino 7%, suíno 43% e asinino 3% e crescimento negativo: equino 25%, bubalino 64%, muar 89%, caprino 33%, ovino e aves 35% cada. Isso influiu para que o rebanho total tivesse redução de 46%.

Verificando a participação de cada rebanho tem-se, em 2006, o total de 99.309 cabeças, assim distribuídas: 9% de bovino, equino, bubalino, suíno, asinino e ovino 1% cada, muar 27% e aves 58%. Em 2011, o rebanho total foi de 53.509 cabeças ficando assim distribuídas: bovino 17%, equino, caprino e ovino 2% cada, bubalino, suíno e asinino 1% cada, muar 5% e aves 70% (Tabela 166).

Explicita-se que, em virtude de não haver granjas no município, a avicultura é uma atividade doméstica, mais especificamente, de quintal. Nesse item, estão incluídas

galinhas, frangas, galos, frangos e pintos; não estão incluídos patos, que tem importância no criatório da Baixada Maranhense, às vezes são criados soltos, nos campos. O suíno, parte é criada nos quintais e parte solta durante o dia nos campos.

Alguns rebanhos estão diminuindo porque estão perdendo gradativamente a utilidade, uma vez que eram utilizados como montaria ou para transporte de cargas, nesta categoria estão o asinino e o muar. Pelo fato de não estarem popularizados na dieta alimentar do maranhense, o caprino e o ovino são criados para ter sua carne, acidentalmente, usada como alimento, em alguns casos o não uso desse tipo de carne é pelo preço bem mais caro.

Tabela 166 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	8.614	9.206
Equino	1.175	884
Bubalino	852	308
Suíno	275	394
Asinino	474	490
Muar	26.999	2.925
Caprino	1.821	1.171
Ovino	1.290	840
Aves	57.809	37.291
Total	99.309	53.509

Fonte: IBGE

Em 2011, o município produziu 160 mil litros de leite que renderam R$ 257 mil; foram produzidas, também, 27 mil dúzias de ovos de galinha, vendidos por R$ 84 mil, perfazendo o total de R$ 341 mil.

Extrativismo

A atividade extrativa do município restringe-se ao extrativismo vegetal, do qual só o carvão vegetal e a amêndoa do babaçu são importantes e quantificados em toneladas e a lenha em metros cúbicos. Em 2011, das 4 toneladas 50% foi de carvão vegetal e 50% amêndoa de babaçu, a lenha representou 100% dos 27.758 metros cúbicos. Quanto ao item

produção cujo valor foi de R$ 782 mil, coube à lenha 99%, ao carvão vegetal e à amêndoa do babaçu 1% (Tabela 167).

A lenha e o carvão têm implicações ambientais, pois ambos dependem da derrubada da mata. Como outro fator negativo, destaca-se que, quando utilizados, produzem cinzas que poluem o ar e, ao serem transportadas pelas águas das chuvas, podem poluir e assorear os rios. Um paliativo seria utilizá-la na construção civil, em substituição ao cimento.

Tabela 167 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Amêndoa de babaçu	2	-	3
Carvão vegetal	2	-	2
Lenha	-	27.758	777
Total	4	27.758	782

Fonte: IBGE

Pesca

Em São Vicente Ferrer a pesca é eminentemente artesanal é realizada com anzóis e currais no período chuvoso e com tapagens e choques na estiagem e voltada, comumente, para o consumo e para comercialização. Dentre as principais espécies, as mais comuns, são: traíra (*Hoplias malabaricus*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), acará (*Geophagus brasiliensis*), muçum (*Syndranchus marmoratus*), além de outros.

Indústria

As únicas atividades industriais encontradas no município foram: cerâmica, uma malharia de roupas simples, padarias e casas de farinha na área rural.

Comércio

O comércio é varejista com boa quantidade de quitandas, minimercados, feiras e mercados e são abastecidos por municípios vizinhos ou pela capital do estado, São Luís. Possui farmácias e casas voltadas ao agronegócio.

Turismo

Como potenciais turísticos destacam-se os campos naturais, os lagos e as reservas de sambaqui no lugar Campo das Ostras, conhecido popularmente como Ilha das Ostras. Como atrações turísticas podem ser citadas: as festas religiosas, o baile de São Gonçalo, as festas juninas e as datas cívicas. Para apoio ao turista a cidade conta com quatro hotéis.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca de 1ª entrância e pertence a 111ª Zona eleitoral, com 56 seções, 13.726 eleitores e onze vereadores. Possui cartórios do 2º oficio e eleitoral (Figura 150).

Figura 150 - Cartório Eleitoral - 2011



Fonte: IMESC

Religião

Predomina o catolicismo no município. Nele são encontrados quinze templos, entre igrejas e capelas e mantém na sede uma igreja matriz dedicada a São Vicente, padroeiro

do município (Figura 151). Dentre as festas destacam-se a de Nossa Senhora da Conceição, São Benedito, Santa Luzia, São Lázaro, São Sebastião, São José e do padroeiro.

Há, aproximadamente, 25 templos evangélicos distribuídos entre Assembleia de Deus, Batista e outros que, no mês de dezembro, promovem a Marcha para Jesus. Destaca-se, ainda no município a existência de terreiros de origem africana e umbanda.

Segundo o IBGE (2010) dos 20.863 entrevistados, 65% declararam-se católicos, 14% evangélicos, 20% sem religião e menos de 1% outras religiões (Tabela 168).

Figura 151 - Igreja Matriz - 2011



Fonte: IMESC

Tabela 168 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	13.607
Evangélicos	2.919
Outras religiões	67
Sem religião	4.270
Total	20.863

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água na área urbana é de responsabilidade da CAEMA, por meio de captação em poço artesiano que são também utilizados na área rural.

O município não possui rede coletora de esgotos e os efluentes são depositados em fossas que totalizaram, conforme dados do SIAB (2012) 3.311 instalações.

O lixo é coletado só na área urbana por meio de caminhão, quatro vezes por semana e conduzido para um lixão a céu aberto no povoado São Jerônimo, que fica aproximadamente a 5 km da sede municipal.

A energia elétrica é de responsabilidade da CEMAR. Dos 49.433 consumidores, 93% são residenciais, 5% comercial, 2% poder publico, os demais consumidores somaram menos de 1%. Quanto ao consumo, dos 4.918.308 MWh consumidos, 64% foram em residências, 8% comercial, 7% poder publico, 11% iluminação publica, 4% industrial e 3% serviço público. Os 3% restantes, referem-se ao consumo rural e à própria CEMAR (Tabela 169).

Tabela 169 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe – 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	45.767	3.166.188
Rural	86	3.875
Comercial	2.354	392.460
Industrial	241	172.277
Poder Público	838	353.133
Serviço Público	132	136.107
Iluminação Pública	12	694.178
CEMAR	3	90
Total	49.433	4.918.308

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

As atividades ligadas à prestação de serviços são: posto bancário do BRADESCO, uma casa lotérica e uma agência dos correios.

Para a comunicação dispõe de duas rádios comunitárias. A telefonia fixa e móvel é feita pela operadora OI. Cobrem também o município a VIVO e a TIM somente na sede. É possível também o acesso à internet através da operadora OI e através de sinal via rádio.

A comunidade dispõe de dezesseis telefones públicos, todos acessíveis 24 horas (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

Merece destaque o período junino com arraiais, as barraquinhas de palhas que comercializam bebidas e comidas típicas tendo como atração diversas brincadeiras como: quadrilha, dança portuguesa, tambor de crioula, tupinambá, o bumba-meu-boi no sotaque de matraca, baile de São Gonçalo, cordões de reis, dentre outras.

Como opção de lazer destacam-se um ginásio esportivo e um estádio de futebol usado pelos adeptos de esportes, principalmente aos finais de semana. Existem também duas casas de shows: o Clube Monte Carlo e a Aquarela Shows que servem de opção para os moradores e visitantes. No dia 27 de agosto, aniversário da cidade, como parte das comemorações, acontecem as gincanas além dos desfiles civis que, geralmente, ocorrem no palco da praça de eventos (Figura 152).

Figura 152 - Palco da Praça de Eventos - 2011



Fonte: IMESC

Os pratos típicos são o arroz e cozido de jaçanã, ensopado de muçum ao leite de coco babaçu, farofa de jurará e doce de carambola.

Segundo Pinto (2001), as lendas estão relacionadas, principalmente, a seres místicos como:

- MÃE-D'ÁGUA – Entidade ambígua que pode fazer bem ou mal, dependendo do comportamento da pessoa em relação a ela, sendo a responsável por fontes e poços, e ao passar por eles ou usá-los deve-se pedir licença. É a cultura indígena em ação, onde seus deuses se confundem com os aspectos da natureza.
- CURRUPIRA – é o ente responsável pelas matas. É um negrinho que tem os pés pequenos e o calcanhar para frente e que assovia de noite para assombrar as pessoas, e para confundi-las ao deixar as pegadas ao contrário. É também um ser ambíguo que pode fazer mal ou bem, dependendo do comportamento da pessoa. Se alguém é assombrado por ele, só o pajé pode curar. Como a mãe d'água, também não tem origem humana.
- CURACANGA – espécie de fogo que pode ser visto à noite. Seria uma mulher que tem a sina de sofrer essa transmutação devido ser a sétima filha de uma sequência de sete irmãs. A cabeça se desprende do corpo e fica a vagar pelos campos, a soltar fogo pela boca.
- LOBISOMEM OU PORCO – é uma lenda semelhante à da curacanga, sendo que neste caso o penitente é o sétimo de sete irmãos homens e tanto pode ser lobisomem como porco.
- TE-FAZ-TOLO – apresenta-se em forma de um gatinho e caso seja agredido pelo desavisado transeunte, transforma-se em algum animal de maior porte, como um cachorro, por exemplo, a fim de assustar.
- VISAGENS – assombrações ou vagantes são espíritos de seres humanos que após a morte, voltam para tentar pessoas vivas. Foram pessoas más, que por isso, ficaram vagando após a morte ou também porque tinham tesouros enterrados.
- MANGUDAS – Seriam mulheres de altíssima estatura, pele muito branca e longos cabelos que sentavam no beiral das casas, principalmente do mercado, ficando com os pés à arrastar no chão, assustando aos passantes.

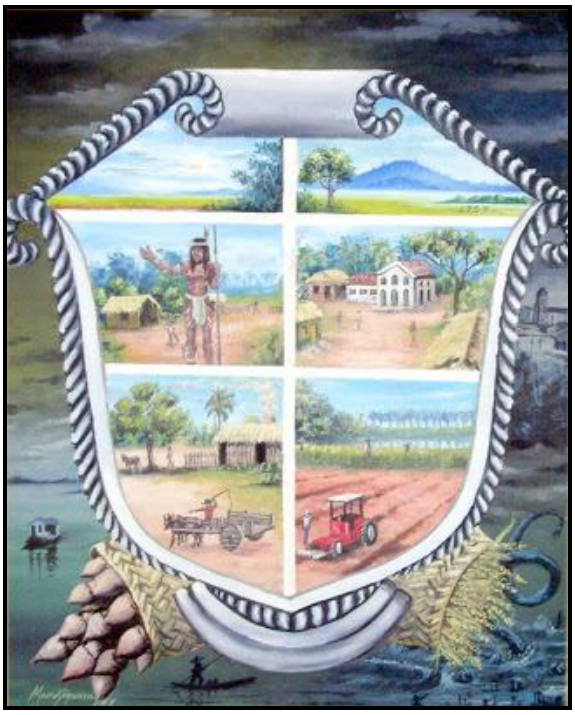
Transporte

A cidade de São Vicente Ferrer fica a 285 km aproximadamente da capital São Luís. O deslocamento desse município se dar pela BR 135 até o município de Miranda do Norte e, depois, através da BR 222 até o município de Vitória do Mearim, quando se chegará a MA 014 passando pelos municípios de Viana, Matinha e Olinda Nova do Maranhão, depois de 20 km chega-se à cidade de São Vicente Ferrer.

A empresa Sideral faz viagens diárias para a capital. A sede municipal é beneficiada uma vez que fica na passagem de municípios como São Bento e Pinheiro que são bem servidos de ônibus e vans o que acaba favorecendo o acesso ao município. O transporte para os povoados é feito por motos ou D-20, improvisadas com tábuas nas carrocerias em lugar de bancos, os famosos paus de arara.

2.20 Viana

Símbolos Municipais



Brasão

O brasão do Municipio Viana foi idealizado pelo pintor e patrono da Academia Vianense de Letras, Nilton Aquino, por encomenda do então presidente da Câmara Municipal, Ozimo Carvalho. O brasão deste municipio foi oficializado em 1949, em cumprimento da Lei de N° 19, ao artigo 284, de 07 de setembro de 1949.

Analisando o referido brasão percebe-se que na parte superior são encontradas paisagens do município, com destaque para o morro do Mororoca, visto do lado esquerdo. Ao centro é representado pelo índio Guajajara, habitante primitivo de Viana, apontando para o sol o que significaria a luz do saber, assim traduzida nos ensinamentos dos padres jesuítas que catequizaram a aldeia. Do lado direito, a antiga missão de Nossa Senhora da Conceição do Maracu, hoje cidade de Viana.

Na parte inferior, mais especificamente, do lado esquerdo, percebe-se um engenho de açúcar, com destaque para o carro de boi transporte da cana de açúcar, à época. Do lado direito, a representação da agricultura mecanizada, moderna e produtiva.

Na base do brasão, estão representados dois cofos com as riquezas vegetais do município - o babaçu e o arroz.



Bandeira

Hino

Salve a terra abençoada
Viana torrão gentil
Rica pérola engastada
Nos adornos do Brasil

Veneza dileta amada
És filha do Maranhão
Berço de heróis destinada
A suprema comunhão

Rútila estrela brilhante
Neste puro céu ameno
Lua cintila radiante
Sobre o teu lago sereno

Salve pavilhão ridente
De lindas cores brilhantes
Que a mocidade contente
Te saúda delirante

Letra de Temistocles Lima
Melodia de Amancio de Aquino

Localização

O Município Viana encontra-se localizado na Mesorregião Norte Maranhense-Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense e, limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com São Vicente Ferrer e Olinda Nova do Maranhão, a Oeste com Pedro do Rosário e Penalva ao Sul com Penalva, Arari e Cajari e a Leste com Anajatuba, Matinha e São João Batista (Mapa 21).

Seus pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte - 02°55'12" de latitude e - 45°07'31" de longitude; Oeste - 45º19'07" de longitude e -03º07' 32" de latitude; Sul - 03º20'24" latitude e - 44º57'10" de longitude; Leste -44º40'26" de longitude e - 03°09'06" de latitude.

Extensão

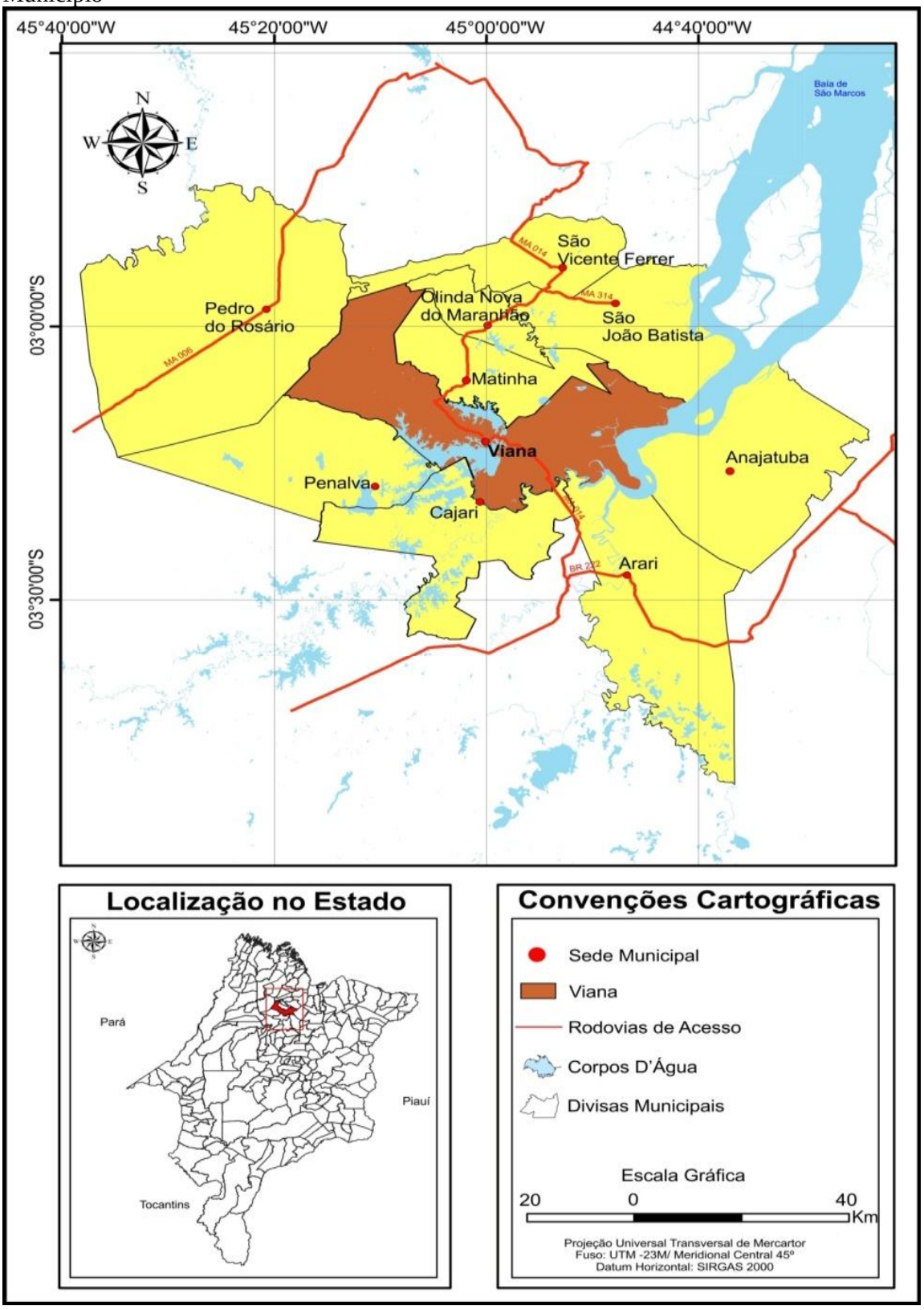
Com uma área de 1.162,5 km², o município ocupa a 85° posição em extensão no Estado, representando 0,35 % do território maranhense. Na Mesorregião Norte Maranhense, classifica-se no 16° lugar com 2,20 % e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense em 5° lugar com 6,60%.

Processo de Ocupação

A história do município Viana teve como fato a existência de uma grande concentração de índios na aldeia de Maracu, mais especificamente, no século XVIII, que chamou a atenção dos padres da Companhia de Jesus. Esse fato, mais tarde, em 1709, incentivou os referidos religiosos a se dirigirem à região, iniciando, assim, o processo de povoamento na aldeia de Maracu.

Os jesuítas fixaram moradia e fizeram plantações, fundaram a fazenda agrícola São Bonifácio do Maracu e edificaram a Igreja da Matriz, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. As demais correntes migratórias foram de portugueses que, na sua maioria, eram acompanhados por escravos africanos, localizando-se uns na aldeia e outros em vários pontos do lugar, onde construíram prédios e residências.

Mapa 21 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Em 06 de junho de 1757, data da proclamação da liberdade dos índios, os jesuítas tinham o controle de uma península, situada a 18 léguas (aproximadamente 108 km), a Sudoeste da capital, a aldeia do Maracu. No entanto, os jesuítas, privados da jurisdição de suas aldeias, trataram de destruir tudo o que havia sido construído, inclusive as casas e os currais, foram obrigados pelo o Governador da Província a reedificarem o que tinham destruído e a restituírem todo o gado que haviam desencaminhado, conforme Portaria de 02 de dezembro de 1758, dirigida ao Padre Bernardo de Aguilar, Reitor do Colégio de Nossa Senhora da Luz.[26]

Os padres jesuítas visavam à civilização da população e a manutenção dos interesses da Ordem, para tanto e como auspiciosos administradores, dedicaram-se ao comercio e à agricultura.

Destaca-se que, do ponto de vista social, político, econômico e técnico foram benéficos os efeitos resultantes da fixação de elementos estrangeiros no município. Em se tratando do aspecto político-administrativo, os jesuítas tiveram influência direta, pois exerciam a função de administradores até a época em que a aldeia foi elevada à categoria de vila, conforme o disposto no parágrafo 2° do Regimento de Missões, mais especificamente, em 08 de julho de 1757 quando, por apresentar condições e capacidade para a vida política e autonomia administrativa, recebeu a denominação de Viana.

Na ocasião, o então governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza, em nome do governo português, passou a administrar a vila com todos seus bens em nome de *El Rei,* José Demétrio Gonçalves Pereira. No dia posterior ao da criação da vila, o Ouvidor-Geral deu posse de todo o gado vacum e cavalar, ali existente, ao principal José Demétrio Gonçalves Pereira e ao Juiz ordinário Inácio de Abreu Xicary, na fazenda Araçatuba.

Na ocasião, o jesuíta Joaquim da Cunha justificou o extravio de algumas reses, informando que o gado ali existente era adquirido por meio das esmolas, para manutenção dos padres jesuítas que assistiam na aldeia de Maracu, por conseguinte, não havia contribuição nenhuma dos silvícolas na doação.

Fatos Históricos

A história relata que, em 30 de outubro de 1759, foi concedida ao Senado, pelo Governador que criou a vila, uma légua de terra para seu patrimônio, contudo essa doação não

[26] Histórico retirado da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses (IBGE, 1959, p. 394).

agradou totalmente, uma vez que a terra encontrava-se em um local alagado e sem condições de gerar lucros aos atuais proprietários.

Insatisfeita, a Câmara do Maranhão, em 15 de dezembro de 1819, disse ao Governador que há mais de 50 anos fora demarcada para seu patrimônio uma légua de terra contígua à vila, porém a maior parte era uma grande extensão de campos, inundada pelo lago Aquiri e que, "apenas lhe restava uma pequena porção dentro de sua demarcação, sendo essa prejudicada pela antiga demarcação das terras de Maracu". À vista disso, requeria a Câmara, ao Governador, que as margens direita e esquerda do Aquiri, ainda que fossem campos ou matas e que tivessem menos de uma légua, passassem para seu patrimônio.

A título de indenização, o então governador Bernardo de Silveira Pinto, em 15 de janeiro de 1820, autorizou que o Juiz territorial demarcasse mais duas ou três léguas, para integrar ao antigo patrimônio da Câmara. Em 24 de janeiro de 1820, a Câmara agradeceu ao Governador pela doação realizada via mandado de ofício a juízes ordinários e territoriais das sesmarias da vila.

Em 1° de março de 1768, o Governador Joaquim de Melo e Póvoas, informando à Coroa portuguesa da viagem que fez pelo interior, disse o seguinte: "passei por Viana, visitando de caminho todas as fazendas estabelecidas naqueles distritos e que foram dos Jesuítas, demorando-me alguns dias na de Maracu para dali me encaminhar à dita vizinha "vila de Viana" e achei-a com uma excelente situação: tem boa igreja, suficiente casa da Câmara e uma forte cadeia.

Visitei a escola que estava muito bem provida de rapazes e achei alguns que escrevem muito bem e os índios desta vila todos são civilizados. Tem muito boas casas, ainda que todas cobertas de palha, havendo uma boa olaria na vila, pelo que ordenei que: as casas do principal que estavam sendo reconstruídas fossem cobertas de telhas e que a partir de então, as novas construções deveriam seguir o mesmo padrão. Uns ajudando aos outros, todas as suas casas seriam cobertas de telha, o que deixei muito recomendado ao Diretor, e lhe irei advertindo em muitas ocasiões".

Pela Lei Provincial n° 377 de 30 de junho de 1855, Viana foi elevada à categoria de cidade. No período de 1858-1990 a iluminação pública da cidade era a querosene, substituída gradativamente, pela luz de carbureto, extinta em 1920. Na administração do tenente Domingos Bento da Silva em 06 de fevereiro de 1931, a cidade de Viana recebeu os primeiros pontos de iluminação elétrica.

Em 1948, pela Lei N° 269 de 31 de dezembro a cidade de Viana foi elevada a categoria de município.

Ambiente Físico

Geograficamente o município Viana está localizado na Baixada Maranhense, região que recebe influência direta e indireta de rios e marés. A geologia do município é caracterizada pela presença de depósitos aluvionais recentes, formados por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas, os aluviões flúvio-marinhos, do Período Quaternário. Além desses, evidencia-se a feição geológica da Formação Itapecuru que, de acordo com a UEMA (2002), pertence ao Cretáceo Inferior (entre 145,5 e 99,6 milhões de anos atrás), constituída por arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosa, em geral com estratificação horizontal.

O Golfão Maranhense e a Superfície Maranhense com Testemunhos são feições representativas do domínio geomorfológico do município. O Golfão Maranhense resultou da erosão fluvial do Quaternário antigo e possui uma paisagem de planícies aluviais, lagos e rios, sendo o principal sistema hidrográfico do Maranhão.

> No Golfão Maranhense deságuam os maiores rios genuinamente maranhenses como o Mearim, na baía de São Marcos e o Itapecuru, na baía de São José [...]. Na margem oriental da baía de São Marcos, encontra-se instalado o complexo portuário de São Luís, formado pelos portos do Itaqui, Vale do Rio Doce e da ALUMAR, que são responsáveis por quase todas as exportações do Estado [...]. (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p. 93).

A Superfície Maranhense com Testemunhos é uma área aplainada durante o ciclo Velhas dominada, em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira. Esse domínio é identificado na porção Noroeste do município.

A Baixada Maranhense possui extensos ambientes rebaixados, os campos, ponteados de relevos residuais da Superfície Sublitorânea de Bacabal (BARBOSA; PINTO, 1973; IBGE, 1977; RODRIGUES, 1994), formando outeiros e superfícies tabulares com bordas que decaem em colinas de declividades variadas.

Nesses ambientes formam-se os tesos, em geral com topos descobertos das inundações no período chuvoso, permitindo a fixação de arbustos com características de vegetação de terra firme. O município localiza-se, em parte, no teso da planície fluvial, onde está localizada a sede municipal, ocupando parte do espaço da semi depressão maranhense.

As características geológicas e geomorfológicas do município contribuíram para a formação dos seguintes grupos pedológicos: gleissolos e plintossolos. Na região onde a influência da ação flúvio-marinha é maior, evidencia-se o predomínio dos gleissolos. Esses, em geral, são solos argilosos e muito argilosos, sujeitos a alagamentos periódicos que

possuem características resultantes da influência do excesso de umidade permanente ou temporária.

Os plintossolos são em geral, imperfeitamente drenados com textura arenosa ou média, raramente argilosos, tendo coloração escurecida pela matéria orgânica. Observam-se nas áreas desses solos, uma pecuária em regime extensivo, principalmente de bovinos.

Os solos dos campos são inundados periodicamente devido à influência do sistema flúvio-marinho. De acordo com a UEMA (2011), o município está totalmente inserido na Bacia Hidrográfica do rio Mearim, que possui uma área de 99.058,68 km², correspondendo a 29,84 % da área total do Estado.

A formação lacustre é representada pelos lagos de Viana e Aquiri (FEITOSA E TROVÃO, 2006), Maracaçumé, São José, Cajari, Capivari, Fugidos e Itãs (COSTA, 1982) que fazem parte de um sistema de lagos comunicantes da Baixada Maranhense.

Além dos lagos e igarapés, existem os seguintes rios: Santa Rosa, Bamburral e Grande.

Espaço Urbano

Viana é dentre as várias cidades do Estado do Maranhão, outra que se faz caminhar de volta para o passado. Ruas estreitas, algumas conservando pavimentação antiga (Figura 153), ladeiras, casarões antigos alguns azulejados, ruínas de sobradões em plena área urbana, são alguns de tantos monumentos que levam à nostalgia (Figura 154).

Tendo surgido à margem do lago de Viana ou Maracu o município foi interiorizando-se lentamente, sempre tangido pelos campos (Figura 155). Mais tarde, a rodovia MA 014 que atravessou área rural do Viana, chamou a cidade para aquela direção resultando para a configuração municipal dois aspectos urbanos: o mais antigo já citado e o moderno com avenidas largas e área comercial. Ressalta-se que, a parte antiga não tem exatamente uma área comercial, pois os comércios distribuem-se por várias ruas.

Na parte mais antiga da cidade, as casas de padrão tradicional são predominantemente geminadas e às vezes dão a impressão de estarem apertadas entre as casas que, ao serem modificadas, vão adquirindo um tipo arquitetônico mais atual. Tem-se, no entanto, alguns casarões e casas que lembram os bangalôs que surgiram em São Luís na década de 1940.

Figura 153 - Rua no Centro Histórico– 2012



Fonte: IMESC

Figura 154 - Ruína - 2012



Fonte: IMESC

Figura 155 - Lago de Viana - 2012



Fonte: IMESC

Em frente ao lago há o porto e, subindo os degraus, a “Praça Dilu Melo” homenagem prestada a uma cidadã vianense, uma das cantoras e compositoras mais famosas no Brasil no século XX (Figura 156).

Figura 156 - Praça Dilu Melo - 2012



Fonte: IMESC

Por ser prelazia, a sua igreja matriz ostenta toda a beleza arquitetônica, inclusive altares da época. A distribuição urbana não possibilita arborização e ajardinamento na parte mais antiga exceto em duas praças (Figura 157), enquanto que na área moderna esse aspecto está presente.

Com o intuito de conservar esse espaço, o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP-MA) tombou o centro histórico da cidade (Figura 158).

Caminhando pelas ruas da cidade pode-se perceber que a cobertura asfáltica está presente em 65% das mesmas, enquanto 35% são pavimentadas com paralelepípedos ou piçarras (Figura 159). De acordo com a Prefeitura Municipal (2012), os principais bairros da cidade são: Baixa do Capim, Mutirão, Democrata, Caminho Grande, Citel, Piçarreira, Vinagre, Carecas, Vila Zizi e Conjunto Elze. Com recursos financeiros municipais deu-se inicio, em 2008,às obras de pavimentação das principais ruas da cidade: Dom Pedro II, Dom Antônio Lopes dos Santos, 7 de Setembro e São Benedito.

Figura 157 - Praça na área urbana - 2012



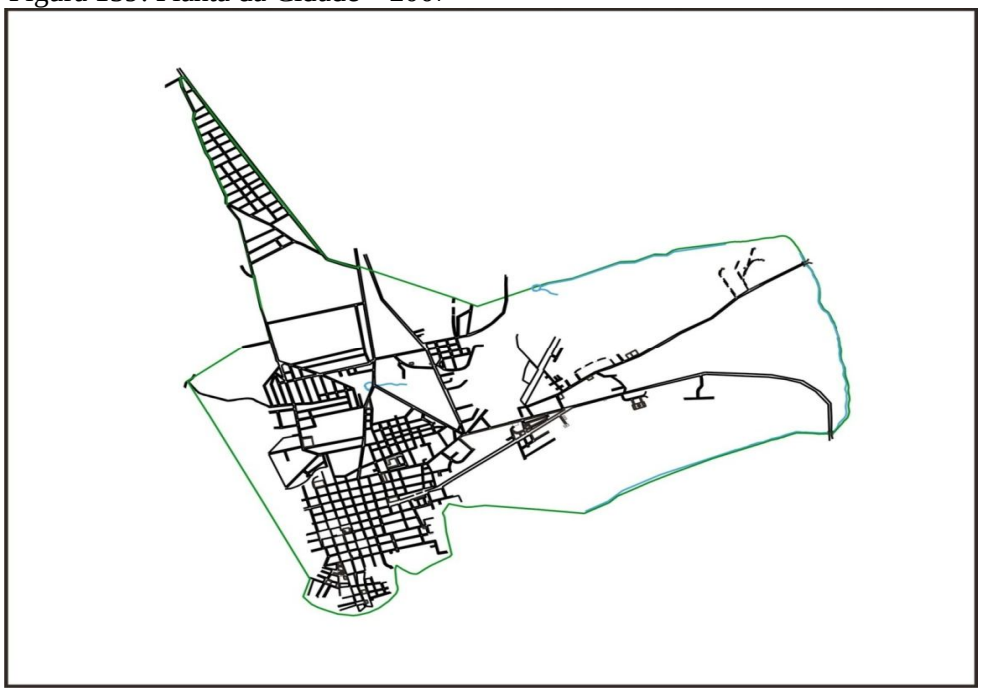
Fonte: IMESC

Figura 158 - Prefeitura municipal - 2012



Fonte: IMESC

Figura 159: Planta da Cidade – 2007



Fonte: IBGE

Espaço Rural

O espaço rural do município é composto de 98 comunidades distribuídas em 58 sítios, vinte fazendas, dois engenhos e dezoito povoados.

Sítios: Águas Compridas, Aguiar, Altos, Baixa Funda, Barreiro, Bebedor, Belas Águas dos Correia, Boiciguara, Cabeça de Preto, Cambutes, Caminho do Fio, Canindé, Capoeira I, Capoeira II, Caranguejo, Caratatíua, Carneiro, Carpina, Cascudo, Caximbeiro II, Centro do Ambrósio, Centro do Manoel Preto, Centro dos Batas, Coelhos, Colhereira, Colônia, Contenda, Correia , Curral de Varas, Curva da Formiga, Cotias, Empoeira, Enseada da Onça, Enseada das Pintas, Enseada de Belo, Enseada do Cacoal, Enseada do Oiteiro, Enseada do Prequeu I, Esperança, Ferreira, Ferro de Engomar, Flexeira, Galega, Garrafa, Guaractáua, Guarapiranga, Ilha do Sapo, Ipiranga, Itãns, Jabaroca, Janeiro, Lages, Lagoas, Laguinho, Laranjal, Lavandeira, Livramento dos Maias e Macaxeira.

Fazendas: Banguelo, Barros, Beira da Baixa, Bom Lugar, Cachoeira, Carnaubal, Cauacu, Céu Azul, Coivaras, Ginipaz, Gitiba, Guaratuba, Ibaca I, Ibaca II, Ibacazinho, Igarapé do Meio, Ingá, Jacaré, Juncal e Lourdes.

Engenhos: Boa Vista e Juçaral.

Povoados: Bacurizeiro, Baías, Bezerras, Bom Jesus, Cajueiro, Campeche, Campinho, Campo Novo, Capim-Açu, Careca, Carro Quebrado, Caru, Caruzinho, Estrada de Rafael, Estrada do Fio, Estrela, Faveira e Limoeiro.

Utilização das Terras

Além da distribuição das terras rurais por aglomerações em sítios, fazendas, engenhos e povoados, para efeito de ocupação o Censo Agropecuário (2006), define os estabelecimentos como:

> ... todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais.

Observando a tabela 170, percebe-se que os estabelecimentos não podem ser analisados quantitativamente, porque um estabelecimento mantém diversas atividades, isto é, um estabelecimento, ao mesmo tempo em que tem lavoura temporária, tem pastagem natural plantada e, ainda pode ter áreas de reservas florestais, sistemas agroflorestais e outras atividades relacionadas na referida tabela.

Entretanto, verifica-se que, referidos estabelecimentos distribuem suas terras em quatro classes: aquelas dedicadas a produtos agrícolas, aquelas que embora sejam de plantações, o destino é a pecuária, como as pastagens plantadas, as que apesar de rurais, destinam-se às reservas, no caso as matas e/ou florestas e aquela que diz respeito às benfeitorias como açudes, tanques, caminhos e que, nos dois primeiros casos podem ser utilizadas para piscicultura ou bebedouro.

Duas particularidades são observadas, a saber: as pastagens naturais que são próprias da Baixada Maranhense (os campos) e as pastagens degradadas, cuja conclusão é de que foram áreas utilizadas e abandonadas.

Em se tratando da utilização da área, dos 42.216 hectares, o maior percentual, ou seja, 21%estão sendo usados na agricultura temporária. As pastagens, se somadas, excluindo aquelas que são campos naturais, perfazem 14%. As áreas consideradas de reservas, matas, florestas e outras somam 12 %, enquanto que as pastagens naturais (os campos) representaram 47%. Os 6% restantes referem-se à lavoura permanente, tanques, lagos, açudes e etc. (Tabela 170).

Tabela 170 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Utilização da terra	Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	395	552
Lavoura temporária	1.834	8.930
Áreas plantadas com forrageiras	36	186
Áreas para cultivo de flores	3	1
Pastagens naturais	383	19.952
Pastagens plantadas, degradadas	41	362
Pastagens plantadas em boas condições	178	5.976
Matas e/ou florestas (destinada à preservação permanente - reserva legal)	71	1.171
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente - e as em sistema agroflorestais)	222	2.278
Matas e/ou florestas (florestas plantadas com essências florestais)	3	29
Sistemas agroflorestais	149	1.441
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura.	127	581
Construções, benfeitorias ou caminhos.	187	213
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	60	191
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.	66	335
Total	-	42.216

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Em Viana, dos 3.147 estabelecimentos, 38% estão sob o domínio do proprietário. Esse, por sua vez, detém também, 42.199 hectares de área cultivada, correspondendo a 83 %. O assentado tem 6 % dos estabelecimentos em 2% da área e o arrendatário tem 9% dos estabelecimentos e 11 % da área. O parceiro tem 3% dos estabelecimentos e 0,17 % de exígua área para produzir. O ocupante tem 17% dos estabelecimentos com 4% da área. O produtor sem terra não possuem área, ainda que esteja presente em 26% dos estabelecimentos. Tanto o arrendatário quanto o parceiro trabalham em terras do proprietário, essa situação eleva o percentual de hectares do proprietário. O ocupante trabalha em terras que lhes são cedidas

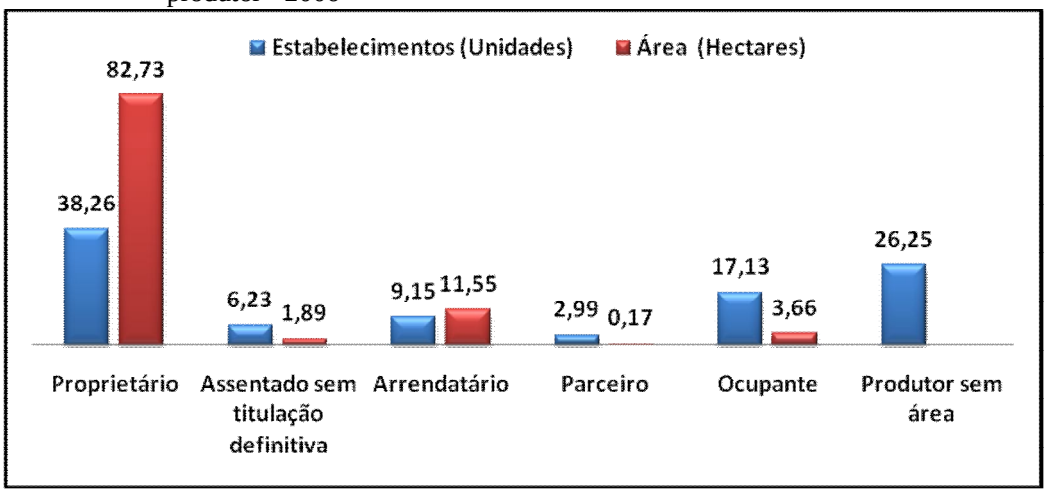
pelos proprietários ou pelo poder público (terras devolutas), sendo o mesmo caso do produtor sem área (Tabela 171; Figura 160).

Tabela 171 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	1.204	34.910
Assentado sem titulação definitiva	196	798
Arrendatário	288	4.872
Parceiro	94	73
Ocupante	539	1.546
Produtor sem área	826	-
Total	3.147	42.199

Fonte: IBGE

Figura 160 - Gráfico do percentual de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor - 2006



Fonte: IBGE; IMESC

Demografia

No Estado, o município ocupa o 23° lugar em população, com 0,75%, na Mesorregião Norte Maranhense está em 8° lugar, com 9% e na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense em 2° lugar, com 1%.

O município Viana situa-se na 32° posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Estado, com um valor de 0,618 (IPEA, 2010). Ressalta-se que esse indicador é formado pelos índices de educação e de expectativa de vida e renda. Fazendo

uma análise criteriosa, fica evidente que o município necessita de investimentos maciços nos setores de educação, saúde e infraestrutura.

Analisando a tabela 172, verifica-se que entre 2000 e 2010 a população de Viana cresceu 11%. Nesse mesmo período, a população masculina aumentou 10%, a feminina 11%, a urbana 15% e a rural 6%.

Analisando a evolução da população em 2000, nota-se que houve um equilíbrio entre a população masculina e a feminina com 50% cada, enquanto que a população urbana alcançou 52% e a rural 48%. Em 2010, conservou o equilíbrio entre homens e mulheres com 50% cada, a população urbana representou 54% e a população rural 46% (Tabela 172). O menor percentual da população rural em relação à urbana é resultado de um pequeno êxodo rural.

Tabela 172 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	22.996	26.915
Rural	21.194	22.581
Masculina	22.251	24.712
Feminina	21.939	24.784
Absoluta	44.190	49.496

Fonte: IBGE

Saúde

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (2012), o município possui três hospitais públicos com serviços de consultas, atendimento de urgência/emergência, realização de procedimentos cirúrgicos e outros; 35 leitos no setor de internação, quatorze enfermarias, todavia sem UTI, sendo realizados exames de ultrassonografia, laboratoriais, raios-X, entre outros, além da distribuição de medicamentos. Os casos mais graves são transferidos para São Luís, em uma das quatro ambulâncias do município. As especialidades médicas são: pediatria, obstetrícia e cirurgia realizadas por dezesseis médicos e auxílio de sete enfermeiros.

O Programa Estratégia da Saúde da Família (ESF) tem um grupo composto por vinte equipes que cobrem 97% da área territorial do município, com um Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). A ESF possui vinte médicos, vinte enfermeiros, cinco dentistas e vinte técnicos de enfermagem e vinte auxiliares de enfermagem sendo, cinco destinadas à

saúde bucal. Possui um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), além de programas para a melhoria na qualidade de vida de adolescentes e idosos. Os 147 agentes comunitários de saúde, distribuem-se na área urbana 52% e rural 48%.

As doenças mais frequentes são: cardiovasculares, gastrointestinais, metabólicas e outras.

Educação

Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (2012) explicitam que, a educação escolar é ofertada em 96 escolas, assim distribuídas: na zona urbana 13 escolas e na rural 83 escolas, com 240 salas de aula e 11.616 alunos regularmente matriculados. Os professores totalizam 710, dos quais 42% possuem qualificação em nível superior e 58% apenas o magistério.

As escolas municipais estão organizadas oferecendo matriculas desde a creche, pré-escola, ensino fundamental até a EJA funcionando nos três turnos. Os alunos contam com salas de informática, transporte escolar e biblioteca.

De acordo com a SEDUC (2011), o Estado mantinha no município nove escolas (três na área rural e seis na urbana), com 4.427 alunos matriculados, sendo 2.230 no ensino fundamental, 2.140 no médio, 35 na educação especial e dois no EJA. O total de professores era de 208, sendo 92 no ensino fundamental e 114 no médio.

Em 11 de novembro de 2011, a prefeitura assinou o termo de compromisso do plano de expansão 2011/2014 com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), para a construção do campus.

A formação continuada dos professores das séries/anos iniciais do ensino fundamental é proporcionada pela gestão municipal através de projetos e programas de governo.

Economia

A economia do município é baseada principalmente no setor primário. Em 2010, o PIB de Viana somou R$ 165,488 milhões, representando 0,37%do PIB estadual ocupando a 35ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços, o mais representativo,

contribuiu com R$ 103,407 milhões; em segundo lugar está o setor agropecuário com R$ 39,180 milhões e, em terceiro o industrial com R$ 17,334 milhões. No mesmo período, a arrecadação de impostos foi equivalente a R$ 5,566 milhões. A renda *per capita* do município alcançou R$ 272,76, levando o município a se situar na 45ª posição, se comparado com os demais municípios. O IDM (2010) situou-se na 85ª posição, correspondendo a 0,344.

Agricultura

A atividade agrícola desenvolvida no município classifica-se em: temporária e permanente. A lavoura temporária diversifica-se em sete produtos.

Entre 2006 e 2011 a área plantada/colhida diminuiu 6%, da quantidade produzida 19% (menos a produção de abacaxi que é informada em mil frutos) e o valor da produção aumentou em 104%. Quanto à área plantada/colhida houve um aumento na plantação ou colheita do arroz de 2% e na da melancia em 75%; diminuíram na produção o feijão 71%, mandioca 9% e milho 11%. Em se tratando da quantidade produzida apenas o arroz aumentou 5%, a produção dos demais diminuiu: feijão 69%, mandioca 15%, melancia 23% e milho 67%. O valor da produção do arroz e da mandioca teve crescimento de 212% e 124%, respectivamente; reduziram seus valores o feijão 23%, a melancia 73% e o milho 28%. O abacaxi e a cana-de-açúcar foram informados apenas em 2006.

Em 2006, o arroz foi o produto mais importante, haja vista que dos 6.627 hectares de área plantada/colhida, o arroz colhido representou 36%, o milho 40% e a mandioca 24% da produção; os demais produtos ocuparam menos de 1% do plantio/colheita. Das 16.737 toneladas, quantidade produzida (com exceção da produção abacaxi que é informada em mil frutos), o arroz colhido representou com 14%, a mandioca 71%, melancia 1%, o milho 13% de toda a produção; 1% do restante da produção foi da cana-de-açúcar e feijão. Sobre o valor da produção, cujo total foi de R$ 3,916 milhões, o arroz contribuiu com 19%, o milho com 21% e a mandioca com 58%; os 2% restantes referem-se à pequena participação dos demais produtos.

Em 2011, a área plantada/colhida foi de 6.235 hectares, o arroz ocupou 39%, o milho 37% e a mandioca 23% de toda a plantação/colheita; o 1% restante se refere à área cultivada com melancia e feijão. A quantidade produzida no ano citado foi de 13.501 toneladas, dos quais a mandioca contribuiu com 75%, o arroz 19% e o milho 5%; o 1% restante representa a produção de feijão e melancia. Do valor total de R$ 8.008 milhões

derivaram dos resultados da produção da (o): mandioca 63%, arroz 29%, milho 7% e do feijão e melancia 1% (Tabela 173).

Ressalta-se que parte do milho para o consumo é colhido verde. Quanto à mandioca, o valor do tubérculo não representa o valor da sua comercialização feita depois de beneficiada em forma de farinha assim como o arroz que é informado em casca, portanto é o produto que tem maior representatividade econômica; quanto ao feijão e a melancia certamente são utilizados para subsistência, pois em quantidade e produção, os valores foram ínfimos.

Tabela 173 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária - 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Abacaxi	2	-	2	-	22	-	13	-
Arroz	2.401	2.459	2.401	2.459	2.412	2.523	736	2.295
Cana-de-açúcar	1	-	1	-	23	-	4	-
Feijão	28	8	28	8	13	4	13	10
Mandioca	1.584	1.443	1.584	1.443	11.886	10.101	2.258	5.050
Melancia	12	15	12	15	194	150	274	75
Milho	2.599	2.310	2.599	2.310	2.209	723	808	578
Total	6.627	6.235	6.627	6.235	-	13.511	3.916	8.008

Fonte: IBGE

Há uma diferença entre a produção de frutos, uma vez que a maior variedade é cultivada nos quintais, não tendo, portanto, representatividade econômica. Os únicos produtos considerados relevantes na economia são aqueles listados na tabela 174.

Entre 2006 e 2011 a área colhida diminuiu em 66%, da quantidade produzida (exclusive coco-da-baía) 76% e o valor da produção 77%. No que se refere à área colhida, a laranja permaneceu estável e os demais produtos tiveram reduções, a saber: banana 77%, castanha de caju 63%, coco-da-baía 33%, limão 50% e manga 20%. Em quantidade produzida, o limão permaneceu estável enquanto que a banana teve uma redução de 79%, a castanha de caju 73%, o coco-da-baía 20%, a laranja 33% e a manga 32%. Em se tratando do valor da produção o limão permaneceu estável, a banana caiu 79%, a castanha de caju 83%, o coco-da-baía 25%, a laranja 40% e a manga 30%.

Em 2006, dos 90 hectares colhidos 58% foram referentes à colheita da banana, 27% castanha de caju, 6% de manga, 4% de limão, 3% de coco-da-baía e 2% de laranja.

Quanto à quantidade de toneladas produzidas, das 738 toneladas (com exceção do coco-da-baía que é informado em mil frutos) 93% corresponderam à de banana, 4% de manga e 1% de castanha de caju, laranja e limão cada um deles. Dos R$ 530 mil, a banana contribuiu com 94%, o coco-da-baía e a manga 2% cada, a castanha de caju e a laranja ambas com 1%, o limão menos de 1%.

Analisando os dados de 2011 verifica-se que, dos 31 hectares colhidos 39% corresponderam à colheita de banana, 29% de castanha de caju, 13% de manga e 19% de laranja, limão e manga. Das 176 toneladas produzidas (exclusive o coco-da-baía), 82% foram de banana, 11% de manga, 2% de castanha de caju e limão e 3% de laranja. Sobre o valor da produção total de R$122 mil, 84 % foram de banana, 6% de manga, 5% de coco-da-baía. Os 5% restantes referem-se aos demais produtos (Tabela 174).

Tabela 174 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente - 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana	52	12	686	144	499	103
Castanha de caju	24	9	11	3	6	1
Coco-da-baía	3	2	10	8	8	6
Laranja	2	2	9	6	5	3
Limão	4	2	4	4	2	2
Manga	5	4	28	19	10	7
Total	90	31	738	176	530	122

Fonte: IBGE

Pecuária

Entre 2006 e 2011 houve um decréscimo de todos os rebanhos, conforme percentuais a seguir: bovino 1%, bubalino 8%, equino 25%, asinino 8%, muar 20%, caprino 34%, suíno 85% e aves 37%; a redução total, do item rebanho, correspondeu a 34%. A única exceção foi relativa ao ovino que cresceu 57%.

Das 192.513 cabeças do rebanho em 2006, 10% eram de bovinos, 11% bubalinos e suíno, respectivamente, 1% equino, asinino, muar e caprino cada, 63 % aves e ovino menos de 1%. Em 2011, das 126.629 cabeças a participação por rebanho foi: bovino e bubalino 16 % cada, equino, asinino e muar, caprino e ovino 1% cada, suíno 2 % e aves 61 % (Tabela 175).

Destaca-se que as aves e grande parte dos suínos são de criação doméstica; os demais rebanhos são criados, em sua grande maioria, nos campos naturais sendo transferidos para os tesos, no período chuvoso, quando os campos enchem culminando assim com o processo da transumância.

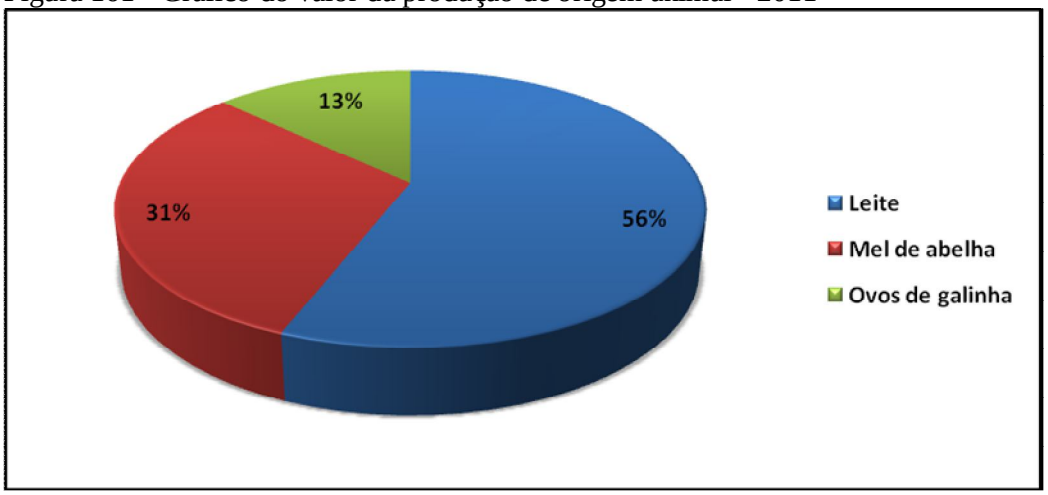
Tabela 175 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2011

Rebanhos	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovinos	20.162	19.879
Bubalinos	21.602	19.818
Equinos	2.479	1.867
Asininos	1.027	943
Muares	1.685	1.350
Caprinos	2.634	1.748
Ovinos	529	833
Suínos	20.764	3.083
Aves	121.631	77.108
Total	192.513	126.629

Fonte: IBGE

A produção animal em 2011 correspondeu a 439 mil litros de leite que renderam R$ 702 mil; 50 mil dúzias de ovos que possibilitaram o lucro de R$ 159 mil e 99.181 quilogramas de mel que renderam R$ 397 mil, como demonstra a figura 161.

Figura 161 - Gráfico do valor da produção de origem animal - 2011



Fonte: IBGE; IMESC

Extrativismo

Conforme a análise dos dados evidenciou-se que, o extrativismo vegetal é uma atividade pouco significativa economicamente no município, tabela 176. Em 2011, os produtos extraídos foram: juçara, carvão vegetal, lenha e amêndoa do babaçu. Das 1.088 toneladas de produtos extrativos 26% foram de juçara, 10% de carvão vegetal e 64% de amêndoa do babaçu. A lenha correspondeu a 2.545 m³.

Em relação ao valor da produção, com um total de R$ 1.531 milhões, a juçara rendeu 21%, o carvão vegetal 6%, a amêndoa do babaçu 68% e a lenha 5%. (Tabela 176).

Ressalta-se que, tanto a lenha como o carvão vegetal tem efeitos negativos no meio ambiente, pois além de significar desmatamento, cujas consequências são inúmeras, provoca poluição no ar e nos rios, quando as chuvas transportam as cinzas que podem favorecer o assoreamento. De uma maneira sustentável pode-se aproveitar as cinzas para complemento da areia, em substituição ao cimento nas construções civis e o resquício do carvão vegetal na adubação das plantas.

Tabela 176 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal – 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros cúbicos	
Amêndoa babaçu	696	-	1.044
Carvão vegetal	106	-	96
Juçara	286	-	315
Lenha	-	2.545	76
Total	1.088	2.545	1.531

Fonte: IBGE

Pesca

O mosaico lacustre do município Viana interligado aos lagos da Baixada Maranhense escoam em direção aos rios, o que contribui para a atividade pesqueira na região (Figura 162). Nessa atividade utilizam-se técnicas tradicionais como o uso de tarrafas, redes e choque, além de outras.

Figura 162 - Atividade pesqueira - 2012



Fonte: IMESC

Assim, a pesca artesanal é uma das principais atividades econômicas do município, sendo praticada diariamente pelos pescadores que retiram dos lagos pescada branca (*Squamosissimus***)**, a piranha (*Pygocentrus nattereri***)**, curimatá (*Prochilodus nigricans*) e outros.

A ausência de estatísticas sobre a atividade pesqueira no Maranhão impossibilita uma análise aprofundada deste setor.

Indústria

Consideraram-se como atividades industriais o beneficiamento do arroz, da poupa de frutas como a juçara e acerola, a transformação da amêndoa do babaçu em óleo, o aproveitamento do mesocarpo do babaçu, fábricas de cerâmica além das casas de farinha e padarias.

Turismo

Viana situa-se em uma região influenciada pelo conjunto lacustre da Baixada Maranhense, o que a torna atraente principalmente por apresentar duas fases: o primeiro, durante o período chuvoso quando os lagos transbordam para os campos formando um "grande mar", o segundo, durante a estiagem quando o verde dos campos florescem e inúmeras flores salpicam entre o capim e o junco.

Como potenciais turísticos da região ressaltam-se: as manifestações culturais apresentadas pelos grupos de bumba-boi com sotaques de matraca e zabumba, as festas religiosas, o carnaval, no festival do peixe, os bailes de São Gonçalo e outros festejos. O baile de São Gonçalo é realizado sempre que alguém paga promessa para o santo por uma graça recebida; o bailado e o colorido das roupas e das fitas fazem dessa festa um grande acontecimento.

Outra atividade turística é o festival do peixe, tradicionalmente realizado no mês de setembro e possibilita a oportunidade de observar os lagos da região, além de degustar os peixes preparados com temperos locais, portanto não degustar o peixe nesse festival é um verdadeiro pecado. As premiações para os pescadores e participantes são outros atrativos do festival, um dos maiores da região.

O festejo em homenagem a "São Bilibeu" é uma das singulares festas do município e atrai um contingente populacional significativo. Os moradores não sabem como surgiu a devoção ao referido personagem reverenciado há anos. A personificação é atribuída a uma imagem de um negro sem os membros superiores, em madeira, que tem o órgão sexual enrijecido vestido com camisa de colarinho, calça justa e um boné (Figura 163).

A festa acontece no período do carnaval e tem seu apogeu às 04 horas da manhã da terça feira. Na madrugada, os participantes se comportam como animais (cachorros, onças, raposas e outros), pintados de preto, cor do santo (Figura 164), e comendo como estes (Figura 165 e 166).

Figura 163 - “São Bilibeu” – 2003



Fonte: RAMOS

Figura 164 - Participantes pintados de preto – 2003



Fonte: RAMOS

Figura 165 - Participantes com animais - 2003



Fonte: RAMOS

Figura 166 - Participante com ave - 2003



Fonte: RAMOS

Segundo os moradores do povoado o “santo” é milagroso principalmente no caso de mulheres consideradas estéreis que conseguem a graça de engravidar, ao pedirem ao santo.

Há um caso especifico de uma francesa que passando por ali fez a promessa e engravidou razão pela qual, voltou ao local durante vários anos acompanhada de seu filho adolescente para participar da festa (informações obtidas em pesquisa de campo).

Atualmente, o município dispõe de aproximadamente quinze hospedarias entre hotéis (Figura 167) e pousadas que, em alguns períodos do ano, tornam-se insuficientes para atender a demanda populacional.

Figura 167 - Hotel Vianense – 2012



Fonte: IMESC

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca fazendo parte da 20° zona eleitoral e possui 35.541 eleitores distribuídos em 130 seções e treze vereadores (TSE, 2012).

Religião

A religião predominante é o catolicismo sendo sede de Prelazia, cuja igreja matriz é dedicada a Nossa Senhora da Conceição padroeira do município (Figura 168), possuindo

outras igrejas na sede e inúmeras capelas no meio rural. As festas religiosas mais importantes são: Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, Divino Espírito Santo, São Benedito e São José.

Das 49.497 pessoas entrevistadas em 2010 pelo IBGE, 73% se declararam católicas, 18% evangélicas distribuídas em 12 seitas, 8% sem religião, umbanda e candomblé, outras religiões e não sabem somaram juntos 1% (Tabela 177).

Figura 168 - Igreja Matriz – 2012



Fonte: IMESC

Tabela 177 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	36.291
Evangélicos	9.105
Umbanda e Candomblé	31
Outras religiões	228
Sem Religião	3.832
Não sabem	10
Total	49.496

Fonte: IBGE

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade da CAEMA que tem como fonte o rio Maracu e poços artesianos.

O município não possui rede coletora de esgotos e os efluentes são depositados em fossas que totalizaram pelo SIAB (2012) 10.976 instalações. Os resíduos sólidos urbanos são coletados diariamente pelas caçambas e são depositados em um lixão a céu aberto 7 km da sede.

A energia elétrica é de responsabilidade da CEMAR. Em 2010, dos 140.353 consumidores, 92% eram residenciais; 6% comercial e 2% representam os usos: industrial, rural, poder público, iluminação pública, serviço público e CEMAR. Dos 17.053.439 MWh consumidos, 62% foram em residências, 1% rural, 14% comercial, 2% industrial, 8% poder público, 3% serviço público, 11% iluminação pública e menos de 1% CEMAR (Tabela 178).

Tabela 178 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	129.581	10.590.415
Industrial	407	233.688
Comercial	8.163	2.366.289
Rural	452	357.968
Poder público	1.604	1.038.819
Iluminação pública	13	550.805
Serviço público	109	1.838.877
CEMAR	24	76.578
Total	140.353	17.053.439

Fonte: CEMAR

Serviços e Comunicação

O município Viana dispõe de inúmeros serviços para o atendimento à população e foram considerados essenciais o setor de telefonia e a rede bancária. A telefonia fixa e móvel é feita pela operadora OI.

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em 2009, o município possuía 121 telefones públicos com 115 terminais acessíveis 24 h.

O município dispõe de uma agência do Banco do Brasil, uma do Bradesco e uma Caixa Econômica, além de lotéricas.

Folclore e Lazer

A miscigenação de povos na formação da população vianense se traduz em uma cultura singular e encantadora, que se faz presente nos grupos folclóricos e nas lendas contadas pela população.

A Academia Vianense de Letras, por exemplo, é um recorte da riqueza cultural que através dos livros reconta as estórias e histórias de um ambiente místico.

Nas festas, observa-se a dinâmica dos grupos de bumba-meu-boi em sotaques da baixada matraca e zabumba que espalham a cultura no período junino. O aniversário da cidade é um momento histórico, no qual a população vianense acolhe calorosamente um grande público de diversas regiões do território maranhense.

No calendário festivo de Viana, o aniversário da cidade é uma das datas que atrai grande fluxo populacional com bandas de forró, radiolas de "*reggae*", grupos de dança e o festival do peixe que movimentam grande público.

Os campos de futebol (Figura 169), quadras poliesportivas, bares, praças, casas de festa e restaurantes fazem parte das opções de entretenimento da população. A Praça Dilu Melo, a margem do Lago de Viana, é um cenário atraente para as conversas ao final das tardes. Observar a paisagem dos campos, escutando os cânticos dos animais é fonte para renovação das energias.

Nos campos de futebol de várzea surgiu o "Leão da Baixada", o time vianense de futebol de campo que nas cores azul e branco representa o município no campeonato estadual.

Estórias e lendas são contadas pela população que vislumbra na imaginação as explicações para os acontecimentos rotineiros. As estórias como da origem do nome da cidade, a Cabeça de Rola, a Serpente, a Procissão dos Mortos e o Vaqueiro e a Santa, por exemplo, fazem parte desse arcabouço folclórico.

Algumas estórias fazem parte do imaginário da população vianense, principalmente ao anoitecer. As estórias são conhecidas como lendas que perpassam gerações, dentre elas, citam-se:

Figura 169 - Estádio Municipal Daniel Filho - 2012



Fonte: IMESC

O nome de Viana

Contam que a filha de um cacique Guajajara da Aldeia de Maracu perdeu-se nos arredores da aldeia, sendo necessário reunir guerreiros para procurar a desaparecida que se chamava Ana. A ansiedade na aldeia era tamanha, todos da comunidade queriam encontrá-la.

Saíam interrogando a quem encontrassem pelo caminho – "Viu Ana"? Até que alguém respondeu: "Vi Ana"! Desse momento em diante a aldeia recebera o nome de Viana em homenagem a jovem.

Cabeça de Rola

É a lenda mais aterrorizante e que enche a imaginação da população. Cabeça de Rola é uma espécie de monstro de cabeça horrível e descabelada que sai das águas, somente nas grandes enchentes dos lagos, para cumprir a maldição de assustar as pessoas, como uma maldição por ter matado sua progenitora.

A Serpente

Acreditam na existência de uma serpente que fica com a cabeça sob o altar de Nossa Senhora da Conceição, na Igreja matriz da cidade e para castigar os homens a Santa poderá soltar a serpente, destruindo assim toda a cidade.

A Procissão dos Mortos

Muitos juram ter visto após a meia noite correr, na direção do cemitério que fica ao final da Rua Grande, uma procissão dos mortos. Conta à história que um homem resolveu observar a promissão e, a meia noite ao assisti-la,recebeu uma vela de um dos participantes. No dia seguinte, verificou que não se tratava de uma vela e sim de um osso de defunto.

O Vaqueiro e a Santa

Por ocasião de uma seca muito rigorosa os vaqueiros, reunidos em trabalho comum, transportavam o gado dos campos de Viana para os do Mearim, sob um sol de rachar a cabeça.

Um dos vaqueiros resolveu prometer a uma santa a metade de seu gado se começasse a chover, logo após a promessa choveu tanto que deixou os campos exuberantes. Apesar do prometido, o vaqueiro considerou aquilo como coincidência e não cumpriu a promessa.

Em pouco tempo todo o rebanho do vaqueiro morreu de causas desconhecidas. Acreditam que foi o não cumprimento da promessa o causador da morte.

Transportes

A cidade de Viana fica a 217 km da capital São Luís. O translado de São Luís, em direção ao município, pode ser realizado pela Rodovia BR 135 saindo em direção a Miranda do Norte, seguindo pela BR 222 até o município de Vitória do Mearim entrando, posteriormente, na bifurcação no sentido da MA 014 para então chegar-se a sede municipal.

O trajeto São Luís-Viana pode ser feito também pelo *ferryboat*, atravessando a Baía de São Marcos, até o porto de Cujupe no município de Alcântara, seguindo pela BR 308,

MA 106 até o povoado de Três Marias no município de Peri-Mirim, onde há uma bifurcação com a MA 014, passando pelos municípios de Palmeirândia, São Bento, São Vicente Ferrer, Olinda Nova do Maranhão e Matinha.

A população do município Viana utiliza-se, principalmente, dos seguintes transportes: motos, caminhonetes (pau de arara) e carros. Esses meios de transporte são utilizados no deslocamento aos povoados e a municípios circunvizinhos.

2.21 Vitória do Mearim

Símbolos Municipais[27]



Brasão

O escudo samnítico, encontrado no Brasão de Vitoria do Mearim temo formato retangular, com cantos inferiores arredondados por arcos de círculos com raios do mesmo módulo usado para representar o brasão. Foi o primeiro estilo de escudo introduzido em Portugal, por influência francesa, fundado pela heráldica brasileira com evocativo da raça colonizadora e principal formadora da nossa nacionalidade.

A coroa mural de argênteo (prata) que sobrepõe o escudo é o símbolo universal dos brasões de domínio, com oito torres das quais apenas cinco são visíveis em perspectiva no desenho, classifica a cidade representada na segunda grandeza, ou seja, sede de comarca.

Quanto à representatividade das cores, especifica-se que, no campo do escudo a cor blau (azul) representa o símbolo heráldico de justiça, nobreza, perseverança, zelo, lealdade, recreação e formosura; o metal argênteo representa a paz, amizade, trabalho, prosperidade, pureza e religiosidade.

O escudo posto em abismo (centro do escudo) reproduz as armarias da família d'Eça, lembrando no brasão a figura do padre José da Cunha d'Eça, fidalgo da Casa Real

[27] As explicações da bandeira e do brasão, assim como hino do município, foram retiradas da lei municipal número 7º do dia 01 de dezembro de 1990 da Câmara Municipal de Vitória do Mearim.

Portuguesa, idealizador e protagonista do surgimento de Vitória do Mearim, no qual constam as seguintes descrições:

a) são de prata, formada por cinco escudetes de azul em cruz, sendo cada um deles carregado de nove pessantes do campo e um cordão de São Francisco de púrpura com seus nós, posto em cruz, em aspa e em orla e sobreposto a todos os escudetes, salvo do centro;

b) possui como timbre uma águia estilizada em púrpura, armada, membrada de ouro e carregada no peito de cinco pessantes de prata. A faixa ondada de argênteo, abaixo das armas dos d'Eça, representa o rio Mearim às margens do qual, após outras tentativas frustradas fundou-se o patrimônio. A bordura de jaldi (ouro) do escudo é o símbolo de favor e proteção. Ela é carregada de lisonjeias de goles (vermelho) que representa vitórias, constituindo-se na peça parlante do escudo, feita de metal jaldi símbolo de glória e esplendor, riqueza, grandeza e soberania e o esmalte goles de audácia, intrepidez, coragem, valentia, dedicação e amor-pátrio, lembrando o atual topônimo "Vitória do Mearim".

A buzina de caça estilo boiadeiro de jaldi, abaixo da faixa ondada que representa o rio Mearim, lembra a pecuária, uma das expressões econômicas de destaque da vida municipal e a própria vida rural do município.

Os ornamentos exteriores, os coqueiros verdes laterais ao escudo lembram também uma das grandes riquezas do município - os palmeirais - ornamentos naturais de todo território municipal.

Abaixo do escudo, mais especificamente, no listel de goles está escrito em letras argentinas o topônimo identificador "Vitória do Mearim", ladeado pela data de sua emancipação política, "19-04" à esquerda e entre "1833", à direita.



Bandeira

A bandeira municipal, de autoria do professor heraldista Arcinoe Antonio Peixoto de Faria, é utilizada desde 1971, com alterações introduzidas pela lei nº 7 do 1 de dezembro de 1990 da Câmara Municipal de Vitória do Mearim.

O estilo da bandeira do município obedece à tradição heráltica portuguesa, preservando as mesmas cores constantes do campo do escudo do brasão aplicado em um retângulo amarelo do centro da bandeira. Em simbolismo heráldicos são encontradas seguintes descrições:

I. a peça será esquaterlada em sautor, com os quartéis de blau (azul), constituídos por quatro faixas de jalde (amarelo) carregadas em sobrefaixas de goles (vermelho), dispostas em bandas em barra que partem dos vértices do retângulo amarelo central;

II. o brasão disposto na bandeira representa o governo e o retângulo, no qual encontra-se aplicado, simboliza a própria sede do município; as faixas que partem dessa figura geométrica dividem-na em quartéis determinando a irradiação do poder municipal a todos os quadrantes do seu território. Essas divisões constituídas representam as propriedades rurais existentes no município.

Hino

Vamos minha gente,
Alegres a cantar,
Todos de uma só vez,
Passo a passo a caminhar,
Vitória do Mearim.
Teus filhos tem poder de te exaltar (bis)

Estribilho – Oh, gleba querida
Teu nome é VITÓRIA.
És minha vida, és meu amor
És minha gloria (Bis)

Cidade Santa,
Teu céu é cor de anil.
És ribeirinha e tão admirada.
Nos encanta este elo do Brasil.
Rio Mearim, soberano da baixada,
Vitória, oh! Que terra abençoada.

(Estribilho)

Tua floresta é sempre verdejante,
Tua paisagem é linda, faz sucesso,
Tua bandeira desfraldada fulgurante,
Teu lema é desenvolver o progresso.
Vitória do Mearim, teu hino cantaremos assim.

(Estribilho)

Autor: José Ribamar Duarte ("Tio Zeca)

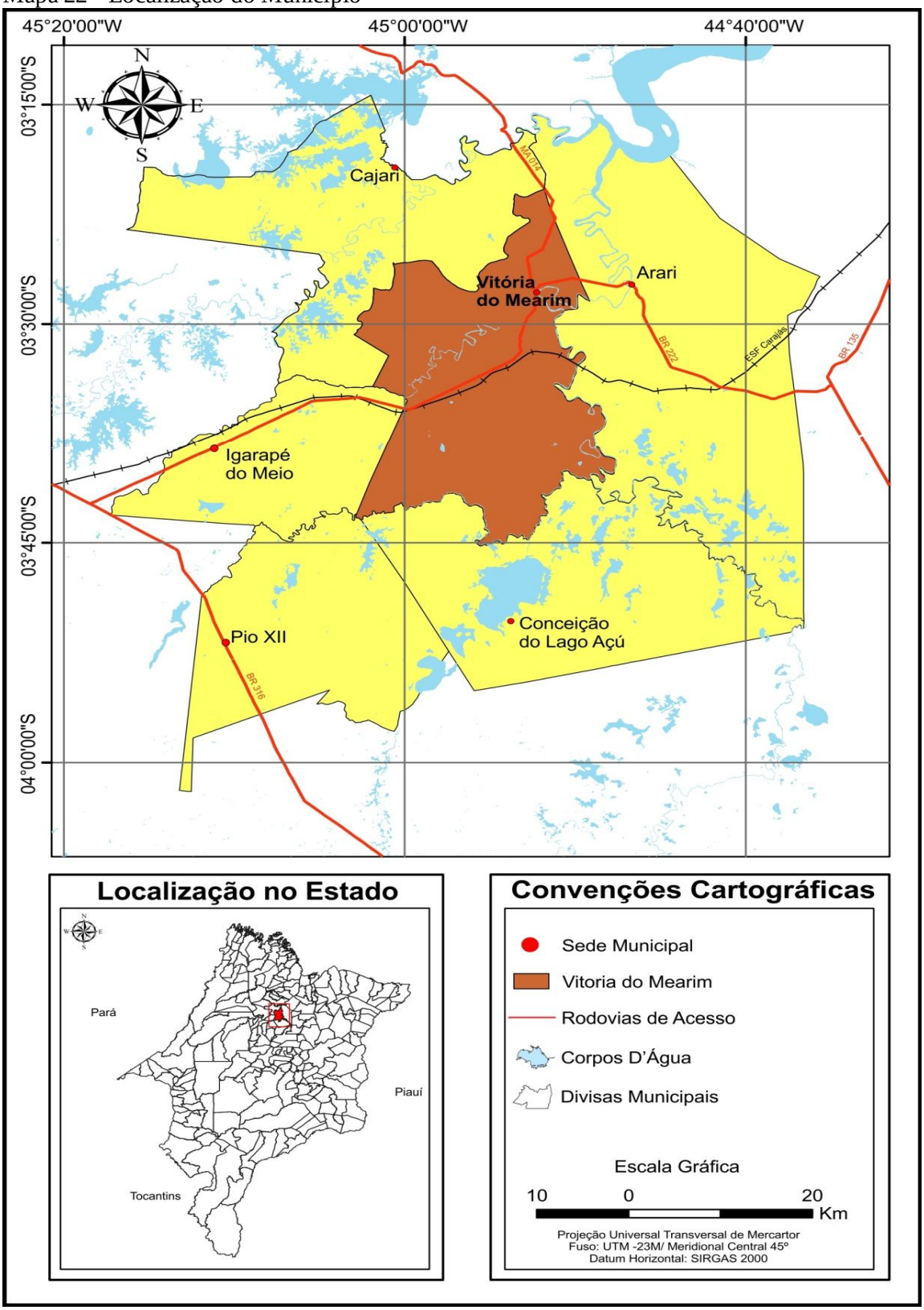
Localização

Compondo a classificação geográfica na Baixada Maranhense, o Município Vitoria do Mearim localiza-se na Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Cajari; ao Oeste com Cajari e Igarapé do Meio; ao Sul com Conceição do Lago - Açu e a Leste com Conceição do Lago - Açu e Arari (Mapa 22).

Os pontos extremos de Vitoria do Mearim correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -03º20'46" de latitude e -44º51'48" de longitude; Oeste - 45º02'58" de longitude e -03º30'50" de latitude; Sul -03º45'10" de latitude e -45º55'04" de longitude; Leste -44º47'34" de longitude e -03º39'27" de latitude.

Mapa 22 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

O município Vitoria do Mearim possui uma área de 726,4 km², equivalente a 0,22% do território maranhense, ocupando o 146° em extensão territorial. Em relação à Mesorregião Norte Maranhense, o município Vitoria do Mearim encontra-se no 30º lugar com 1,38% da área, no que se refere à Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense classifica-se na 10º posição com 4,12%.

Processo de Ocupação

O município Vitoria do Mearim o município mais antigo de toda a região banhada pelo Rio Mearim e, antes dessa denominação, teve diversas toponímias, a saber: Baixo Mearim, Vitória do Baixo Mearim, Sítio Velho e Curral da Igreja que é considerado o nome mais antigo atribuído a Vitoria.

Dados bibliográficos registram que por volta de 1723 e, após terem sido doadas por parte do padre fidalgo da Casa Real Portuguesa - Pe. José Gama d'Eça,meia légua de terras e um curral de gado bovino, o referido padre tentou construir, sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré, uma igreja à margem direita do Rio Mearim. A vontade de erguer a igreja não se concretizou, pois na fase inicial da construção e com o período chuvoso, foi identificada a impropriedade do terreno que era campo baixo e alagadiço. Esse lugar atualmente pertence ao município Arari.

Após cinco anos, mais especificamente em 1728, padre d'Eça resolveu mudar o povoado para um local mais sólido e consistente e, partindo de Curral da Igreja, deslocou-se para um local hoje denominado Sítio, pertencente atualmente a Arari.

Mais uma vez, diante da insalubridade do terreno às margens do rio Mearim e pela concentração de aluviões, ocasionados pelas grandes enchentes, que causam devastações e enormes prejuízos, o governo resolveu transferir a povoação para outro terreno mais elevado.

Assim é que, somente em 1750, quando D'Eça e sua comitiva subiram o Rio Mearim, até encontrar na cabeceira das matas, terreno firme e fora do alcance de inundações. Identificaram no Curral da Igreja como local apropriado, foi então que ocorreu a última mudança. Ali se instalaram edificando suas casas e a atual igreja de Nossa Senhora de Nazaré, passando a denominar-se Mearim, talvez em homenagem ao rio que lhe rega as terras e por meio do qual faziam seus transportes.

Fatos Históricos

Documentos históricos explicitam que depois da Provisão Régia de 19 de abril de 1823 que criou a freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Mearim. Em 1831,com a alegação de já haver “mais de 500 almas e 7 eleitores” foi solicitada a criação do referido município. Mas, somente em 1833, desmembrado de Viana, o lugar Mearim foi elevado à categoria de vila - Resolução de 19 de abril - sendo sua criação confirmada, pela Lei nº 07, artigo 10, de 29 de abril de 1835. A Lei Estadual nº 1.129 de 15 de março de 1924, elevou-o à categoria de cidade.

Atribui-se a mudança do nome vila do Mearim para Vitória do Baixo Mearim ao fato de haver sido nessa zona, mais especificamente no lugar Calabouço, que se travou o último combate entre os revoltosos da Balaiada e as forças leais; luta essa que culminou com a prisão de Cosme e o sacrifício de cinquenta dos seus seguidores, acontecimento ocorrido em 1841.

Em 1923, por força de lei estadual, a sede do Município fora elevada à condição de cidade e recebeu oficialmente o nome de Vitória do Baixo Mearim. Durante todos esses anos de emancipação, as perdas territoriais tornaram-se constantes. Ressalta-se que, da área territorial do municipio, nos respectivos anos: 1864, 1923, 1949, 1952, 1959, 1961 e 1994, foram desmembradas partes de terras Vitoria do Mearim que passaram a constituir os municípios: Arari, Pindaré-Mirim, Cajari (parte do território), Lago da Pedra, Vitorino Freire (parte do território), Pio XII, Lago Verde, Conceição do Lago-Açu e Bela Vista do Maranhão.

Ambiente Físico

Compõe o embasamento geológico do município os depósitos de aluviões flúvio-marinhos e a Formação Itapecuru. Esta tem sua origem no Cretáceo Inferior (entre 145,5 e 99,6 milhões de anos atrás) tendo em sua composição principalmente os arenitos finos. Os depósitos aluvionais são compostos de cascalho, areia e argila inconsolidada, correspondendo a aproximadamente 90% da estrutura geológica municipal.

Geomorfologicamente o município localiza-se em parte do Golfão Maranhense possuindo relevo intensamente trabalhado por erosão do Quaternário antigo (época Pleistocênica, 1,5 milhões de anos atrás), posteriormente, colmatada, originando planícies aluviais, lagoas e rios divagantes; a outra parte encontra-se na Superfície Maranhense com

Testemunhos, área aplainada durante o ciclo Velhas, dominada, em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira (UEMA, 2002).

São encontrados no município três tipos de solos: gleissolo, plintossolo elitólico. O primeiro caracteriza-se por ser argiloso, na sua maioria com argila de atividade alta, possuindo características resultantes da influência do excesso de umidade permanente ou temporária, em decorrência do elevado lençol freático próximo à superfície durante um longo período do ano. O segundo tem textura arenosa ou média, raramente argilosa, com coloração escura. O último caracteriza-se por ser pouco desenvolvido, raso a muito raso, com textura comumente média e normalmente pedregoso e rochoso, são moderados e acentuadamente drenados comumente bastante susceptíveis à erosão (UEMA, 2002).

O clima é tropical úmido possuindo dois períodos: de janeiro a junho quando ocorrem, com maior intensidade e regularidade, as chuvas, ou seja, período considerado chuvoso e estiagem de julho a dezembro com temperatura média anual superior a 27ºC, umidade relativa variando entre 76% a superior de 82%, com pluviometria entre 1.600 mm e 2.400 mm (UEMA, 2002).

A cobertura vegetal quanto ao porte é arbórea e herbácea. Na arbórea, predominam os tesos com destaque às palmeiras, em especial o babaçu; a herbácea é hidrófila localizada nos campos inundáveis e no rio Mearim com destaque para água-pé (*Eichhornia crassipes*).

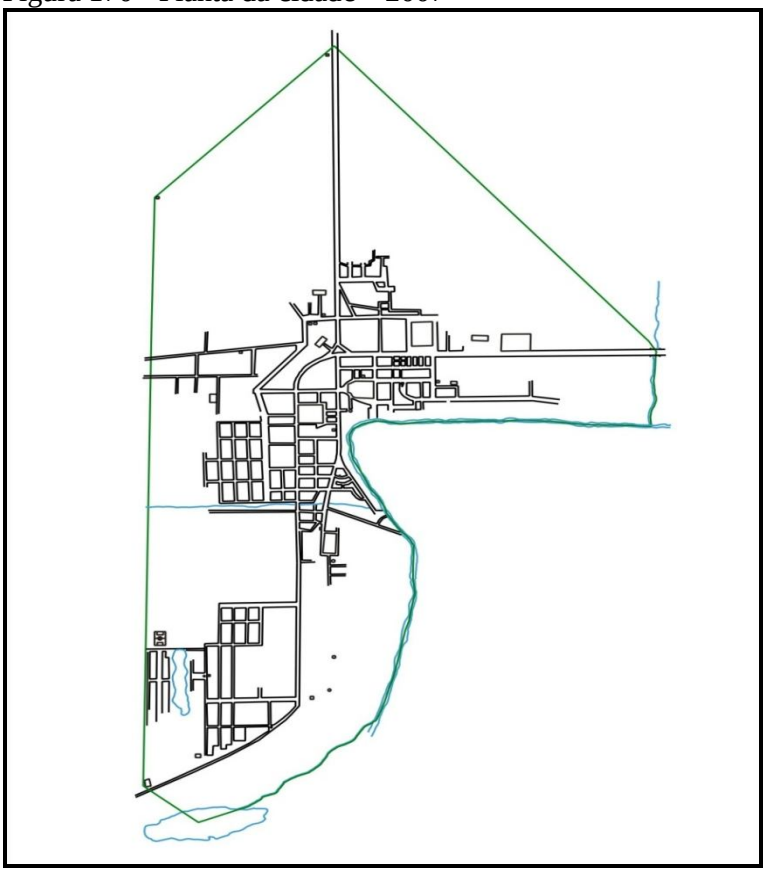
O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Mearim, que banha o território municipal ao Leste e pelo rio Grajaú (limite ao sul com o município de Conceição do Lago-Açu), igarapé Prequéu (que se ramifica formando o igarapé Horror) e o igarapé Ipixuna. Além desses, faz parte do conjunto hídrico municipal o lago do Ipixuna. Todo o território municipal encontra-se localizado na APA da Baixada Maranhense – Sub Área do Baixo Mearim e Grajaú.

Espaço Urbano

A sede municipal encontra-se localizada à margem direita do rio Mearim, sendo seccionada pela BR 222 (que mede 3,40 km na área urbana) e pelo igarapé Prequéu. Esse municipio conta, ainda, com outra rodovia que passa pelo espaço urbano municipal - a MA 014 com o comprimento de 1,27 km.

Fazendo uma leitura da planta baixa percebe-se que o traçado urbano do município organiza-se com 50 ruas, 39 travessas, cinco avenidas (duas arborizadas) e as rodovias mencionadas sendo as duas últimas asfaltadas e o restante pavimentada, 80% com bloquetes, asfalto e piçarra (Figura 170).

Figura 170 - Planta da cidade – 2007



Fonte: IBGE

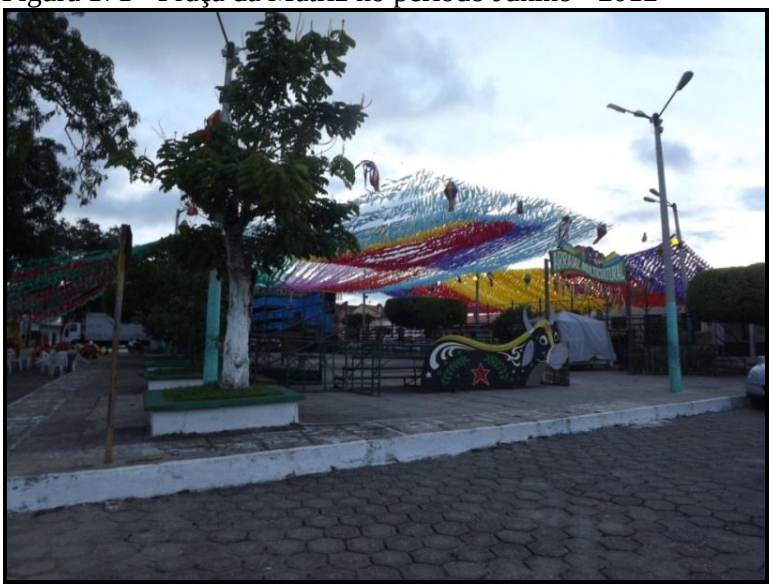
A cidade possui sete praças arborizadas com destaque para a praça da Matriz (Figura 171), onde ocorrem os eventos juninos e o carnaval.

A parte mais antiga da cidade localiza-se no lado Leste da BR 222 e possui um formado sinuoso originado pela ocupação humana, que se estabeleceu no meandro do rio. Uma das explicações é que antigamente a comunicação com as demais partes do Estado, principalmente a capital São Luís, era realizada através do rio Mearim. Dessa maneira, são encontradas nessa parte da cidade, casas e prédios com arquitetura colonial (Figura 172), rampas e atracadouros para embarcações, além do centro comercial e das ruas com formato sinuoso e de ladeiras.

A expansão da cidade Vitoria do Mearim - entroncamento rodoferroviário - devido às construções da BR 222, MA 014 e da Estrada de Ferro Carajás que atraiu parte da população rural em busca de novos campos de trabalho e melhores condições de educação para seus filhos. Essas obras, além de empregar várias pessoas, ocasionaram a redução dos preços e aumentaram as variedades das mercadorias que chegavam ao município para atender aos moradores das casas, 40 entre 50 construídas pela Vale do Rio Doce.

Destaca-se, assim que a expansão urbana concentrou-se especialmente ao longo das rodovias mencionadas, caracterizando-se por ruas perpendiculares e paralelas.

Figura 171 - Praça da Matriz no período Junino - 2012



Fonte: IMESC

Figura 172 - Casas com características colônias - 2012



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural de Vitoria do Mearim é composto de 88 localidades distribuídas em dezenove povoados e 69 sítios (BRASIL, 2011), assim descritos:

Povoados: Alto São Francisco, Arraial, Arroz, Boa Esperança, Coque, Jacarai, Jaguari, Japão Grande, João Diogo, Juçaralzinho do Antonio Roxo, Livramento, Mato Grosso, Santa Joana, Santa Rosa, São Benedito, São Félix, São Lourenço, Sumaúma, Tiririca l, Trizidela, Vamos Ver e Vila Nova.

Sítios: Américo, Anajá II, Andirobal, Angical, Arapari, Bacuri, Balcedinho, Barras, Barro Vermelho, Boa Vista, Bom Jardim, Braço Comprido, Buriti, Butipema, Cacoada, Cafezal, Cafezal I, Campinho de Paris, Campo Novo, Canoas, Capivari, Carretão, Centrinho, Conceição, Coque, Cotia, Curupu, Custodio, Engenho Grande, Enseada Funda, Escondido, Ferreira, Flores, Folha Miúda, Ilha, Ilha do Furo, Ilha do Tuneco, Ilha Grande, Invernador, Ipixuna, Jejuí, Jejuí dos Pachecos, Laborão, Laguinho, Louro, Marajá, Marmorana, Mela Alta, Melancia, Mutuca, Oiteiro, Paiol, Palermo, Palmeira Comprida, Passagem de Areia, Pedra Grande, Pereira, Por da Estrela, Preguiça, Prequeu, Quari-quari, Quem Diria, São Dimas, São José, Sumaúma, Tijolos, Todo dia, Tubi e Ubatuba.

Utilização das Terras

Fazendo um exame dos dados da tabela 179 é possível perceber como ocorrem as atividades de utilização das terras do espaço rural, contudo, a análise dos estabelecimentos é inviável pela diversidade de atividades.

Ressalta-se, todavia que os estabelecimentos estão voltados principalmente para a plantação de forrageiras, lavouras temporárias, sendo a última a atividade que mais ocupou áreas no território municipal. Existem matas e/ou florestas para preservação, pastagens (naturais, degradas e em boas condições), além de espaços destinados para outras atividades como tanques, açudes e outros.

Em se tratando da área, dos 35.814 hectares ocupados, 43% foram destinados à lavoura, deste percentual 41% corresponderam a terras utilizadas pela lavoura temporária, restando 2% para a lavoura permanente. As áreas ligadas à pecuária ocuparam 39%, as pastagens naturais equivalem a 23%, as pastagens plantadas em boas condições 13%, correspondem a 3% as pastagens plantadas em áreas degradas, enquanto que as áreas

plantadas com forrageiras representam menos de 1%. Os 18% restantes estão distribuídos com as outras atividades mencionadas na tabela, embora nenhuma ultrapasse aos 7% dos hectares.

Tabela 179 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de Atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavoura permanente	177	750
Lavoura temporária	684	14.720
Área plantada com forrageiras	692	187
Pastagens naturais	199	8.116
Pastagens plantadas, degradadas	51	953
Pastagens plantadas em boas condições	162	4.668
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente - reserva legal)	66	2.488
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente - e as em sistema agroflorestais)	78	1.055
Matas e/ou florestas (florestas plantadas com essências florestais)	7	109
Sistemas agroflorestais	52	482
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	92	679
Construções, benfeitorias ou caminhos	221	292
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, sinalizadas, etc.)	15	649
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.	109	666
Total	2.605	35.814

Fonte: IBGE

Condição do Produtor

Número de estabelecimentos agropecuário registrados, na tabela 180, é de 1.401 e encontram-se distribuídos em 35.807 hectares. Esses estabelecimentos estão concentrados nas mãos do produtor sem área com 41% e dos proprietários com 26%, sendo seguidos pelos ocupantes com 19% e os assentados apenas com 2%. Em relação ao percentual dos estabelecimentos ligados aos proprietários, o valor pode ser maior, pois ao somar as unidades

em arrendamentos e em parcerias, ambas com 6%, mais os 26% atribuídos aos proprietários, esses terão o correspondente a 38%.

A realidade muda radicalmente quando se analisa a porcentagem das áreas, uma vez que as atividades dos arrendatários e dos parceiros dependem de contratos com o proprietário, único que efetivamente dispões de terra; esse fator eleva em 4% da área arrendada para os produtores e 3% da área na condição de parceria.

Somando os 78% dos hectares registrados pelo proprietário com o que ele arrenda ou mantém em parceria, há uma elevação para 85% dos hectares de terra agricultáveis, restando apenas 14% para os ocupantes e 1% para os assentamentos. Os primeiros os que cultivam terras públicas ou cedidas gratuitamente pelos proprietários e os segundos receberam estabelecimentos ainda que em alguns casos ainda não tenham a titulação definitiva da terra.

Tabela 180 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.

Produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	361	28.053
Assentado sem titulação definitiva	34	58
Arrendatário	82	1399
Parceiro	77	1244
Ocupante	266	5053
Produtor sem área	581	-
Total	1.401	35.807

Fonte: IBGE

Demografia

Em 2010, o município Vitoria do Mearim ocupava o 49º lugar no *ranking* populacional maranhense com 31.217 habitantes (Tabela 181), correspondendo a 0,48% da população estadual. Ocupava a 17º posição, correspondendo a 1,20% da população da Mesorregião Norte Maranhense, enquanto que na Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense correspondia a 5,54% ocupando a 7ª posição. A densidade demográfica do município foi de 43 hab/km².

Entre as duas últimas contagens censitárias (2000 – 2010) a variação da população foi de 4,22%. Em ambas as contagens predominou a população rural com 55% na primeira e 53% na segunda, registrando uma variação de -0,33% no período de 10 anos; entretanto a

população urbana obteve uma variação de 9,78% o que elevou o percentual de 45% no ano de 2000 para 47% em 2010.

Quanto ao gênero, no primeiro censo predominou os homens com 51% contra 49% das mulheres, realidade diferente do censo de 2010 que manteve equilíbrio para ambos os sexos (50% para cada). O crescimento das mulheres no decênio foi de 6% enquanto o dos homens foi de 3%.

Tabela 181 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo de 2000	Censo de 2010
Masculina	15.174	15.564
Feminina	14.779	15.653
Urbana	13.492	14.811
Rural	16.461	16.406
Absoluta	29.953	31.217

Fonte: IBGE

Segundo IPEA (2010) o IDHM do município foi de 0,596 ocupando a 66º posição no Estado.

Saúde

Vitoria do Mearim tem como referência de assistência à saúde no município o hospital municipal Kalil Moises da Silva (Figura 173), com 50 em leitos para atender as especialidades de: obstetrícia, cirurgia, pediatria e internação, sendo disponibilizados, também, os serviços exames de ultrassonografia, laboratoriais, raios-X, mamografias e endoscopias.

Compõe a equipe médica cinco médicos, seis enfermeiros, aproximadamente 35 técnicos de enfermagem, cinco auxiliares de enfermagem e dois dentistas.

O município conta com o Programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), voltado para o atendimento emergencial ao doente, no qual atuam treze equipes de assistência médica que cobrem toda Vitória do Mearim. Essas equipes são formadas por médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem, totalizando treze profissionais. Nele estão inseridas dez equipes da Saúde Bucal, com um dentista por equipe. Além do Programa ESF há também

o Programa Saúde na Escola em parceria com a Educação para a distribuição de medicamentos nos postos e na Farmácia Básica municipal.

Há no município 116 agentes de saúde, duas ambulâncias, dois centros de saúde, seis postos de saúde e o Centro de Especialização Médica que dispõe de um cardiologista, um oftalmologista, um ortopedista e dois fisioterapeutas.

Os atendimentos realizados, pelos profissionais do ESF, com maior frequência no hospital são: gastroenterocolite aguda provocada por verminoses, hipertensão e sintomas de febres.

Figura 173 - Vista Parcial do Hospital Municipal - 2012



Fonte: IMESC

Educação

Em se tratando do setor educação, em 2010 foram efetuadas 9.768 matriculas, assim distribuídas: 383 na pré-escola, 6.778 no ensino fundamental, 1.776 no ensino médio, 83 no ensino profissional (nível técnico), 719 na EJA e 29 como alunos especiais (INEP, 2010).

O Estado mantém três escolas de ensino médio na zona urbana, três anexos na área rural e um Curso Técnico de Logística, em parceria com o município, com vinte alunos

matriculados. O corpo docente estadual é formado por 120 professores, todos com ensino superior completo.

Existem 118 estabelecimentos educacionais de responsabilidade municipal, distribuídos em 43 pré-escolas (cinco na zona urbana), 53 de ensino fundamental (sete urbano) e 22 da EJA (cinco na área urbana). O corpo docente é de 321 professores distribuídos dessa maneira: 210 na zona urbana e 111 na rural. Desses, um possui ensino fundamental, 174 tem nível médio e 146 com nível superior completo (SEDUC/MA, 2010).

Economia

Em 2010, o Produto Interno Bruto de São Vicente Ferrer somou R$ 123.304 milhões, representando 0,27% do PIB estadual ocupando a 53ª posição no *ranking* da produção do estado. O setor de serviços, o mais representativo, contribuiu com R$ 77, 514 milhões; em segundo lugar, o setor agropecuário com R$ 31,739 milhões;em terceiro, o setor industrial com R$ 11,216 milhões. No mesmo período, a arrecadação de impostos foi equivalente a R$ 2,835 milhões. A renda *per capita* do município alcançou R$ 230,76 levando o município a se situar na 88ª posição em comparação com os demais municípios. Da mesma forma, o IDM (2010) situou-se na 66ª posição, correspondendo a 0,363.

Agricultura

As atividades agrícolas estão distribuídas em lavoura temporária e permanente, ambas voltadas para a produção de alimentos para o abastecimento do mercado local e regional.

Entre 2006 e 2011 a área plantada/colhida aumentou 53%, a quantidade produzida cresceu 43% e o valor da produção 238%. A área plantada/colhida do abacaxi e da cana-de-açúcar permaneceu estável, enquanto o arroz, mandioca e o milho aumentaram 80%, 12% e 15%, respectivamente; houve redução no plantio do (a): feijão 32%, melancia 14% e melão 33%.

Entre os anos analisados cinco culturas temporárias tiveram suas produtividades reduzidas; a melancia teve queda de 57%, perdendo 46% do seu valor. O feijão e o melão passaram por processos semelhantes, ocorrendo uma queda de 40% na produção, o primeiro

com perda de 22% do seu valor, e o segundo perdeu 30% das toneladas e 3% da renda. Com o milho e o abacaxi também houve diminuição da produção, o primeiro 22% e o segundo 4% das toneladas. Esses dois produtos, apesar da queda, cresceram em valor da produção, tendo o cereal subido 67% contra 27% do pseudofruto.

Apesar da diminuição de alguns produtos, ocorreu o aumento das toneladas produzidas entre os anos citados, em especial o arroz que alcançou 43% de crescimento no intervalo de 5 anos, obtendo um crescimento de 352% no valor da produção. A mandioca praticamente se manteve estável havendo um leve crescimento de 1% nas toneladas produzidas, contudo alcançou um crescimento de 166% no valor da produção. A cana-de-açúcar diminuiu em 6% a quantidade produzida e aumentou 44% no valor da produção.

Em 2006, dos 2.455 hectares de área planta/colhida o arroz ocupou 56%, a mandioca 29% e o milho 10%. Os 5% restantes dizem respeito à participação pouco significativa da cana-de-açúcar, do feijão, da melancia e do melão. Das 13.236 toneladas, quantidade produzida, coube ao arroz 35%, a mandioca 53% e a melancia 7%; os 5% restantes, referem-se a menores participações da cana-de-açúcar, do feijão, do melão e do milho. Quanto ao valor da produção, cujo total foi de R$ 4,106 milhões, o arroz contribuiu com 53%, a mandioca com 33% e a melancia com 8%; os 6% restantes são percentuais pouco representativos, resultados da participação dos demais produtos (Tabela 182).

Em 2011 os resultados obtidos foram: área plantada/colhida 3.761 hectares, dos quais o arroz contribuiu com 69%, a mandioca com 21% e o milho com 7%; os 3% restantes correspondem aos demais produtos; toda quantidade produzida correspondeu ao total de 18.880 toneladas, distribuídas em: arroz 58% e mandioca 38%; os 4% restantes são pequenos percentuais dos demais produtos; o valor total da produção, dos R$ 13,880 milhões, coube ao arroz 71% e a mandioca 26%; os 3% restantes dizem respeito aos demais produtos (Tabela 182) cujos percentuais foram em alguns casos no máximo 1%.

A produção do abacaxi contada em frutos não possibilitou ser incluída na análise. Foram produzidas 50 mil frutos no ano de 2006 e 48 mil em 2011.

Quanto à lavoura temporária a única produção que utiliza a mecanização é a do arroz. Esse cereal, depois de colhido, é comercializado com empresas de Itapecuru-Mirim onde é beneficiado.

Entre a colheita da mandioca e a sua tradicional industrialização, esse tubérculo perde parte do seu conteúdo. Na economia rural maranhense aproximadamente 90% da mandioca é utilizada para a fabricação da farinha, sendo uma pequena parcela transformada

em fécula – a tapioca – utilizada na elaboração de bolos. Com a melancia e o melão acontece o contrário, por não serem facilmente perecíveis, podem comercializados em longo prazo.

Os demais produtos são de subsistência, exceto a cana-de-açúcar utilizada para fabricação da cachaça.

Em trabalho de campo realizado pelo IMESC, registrou-se a plantação de hortaliças no município, sendo cultivados: o cheiro-verde, cebolinha, alface, abóbora e o quiabo são comercializados especialmente na feira municipal que ocorre às sextas-feiras. As outras leguminosas que abastecem o município, vêm do Estado do Ceará e do município de Dom Pedro (MA).

Tabela 182 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária – 2006 e 2011

Produto	Área Plantada (Hectares)		Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Abacaxi *	3	3	3	3	50	48	30	38
Arroz	1.379	2.595	1.379	2.595	4.648	10.899	2.168	9.809
Cana-de-açúcar	2	2	2	2	53	50	9	13
Feijão	66	45	66	45	33	23	59	57
Mandioca	707	794	707	794	7.070	7.146	1.343	3.573
Melancia	44	38	44	38	968	418	349	188
Melão	15	10	15	10	150	90	51	40
Milho	239	274	239	274	264	206	97	162
Total	2.455	3.761	2.455	3.761	13.236	18.880	4.106	13.880

Fonte: IBGE * Mil frutos

Com exceção da produção doméstica de frutos, o IBGE catalogou, em sua pesquisa Agrícola Municipal de 2006 e 2011, como agricultura permanente do município, aqueles produtos que constam na tabela 182. Em relação à quantidade produzida dessa lavoura não se somou os números do coco-da-baía, pois este fruto é dado em mil frutos enquanto os demais são em toneladas.

Entre os anos citados na referida tabela, a lavoura permanente obteve uma queda em todos os itens, tendo uma diminuição de 51% da sua área colhida, 74% tanto na quantidade produzida (exclusive o coco-da-baía) e no valor da produção.

Entre 2006 e 2011, a área colhida da castanha de caju aumentou 25%, enquanto que as reduções foram: 70% banana, 25% coco-da-baía, 23% limão e manga 36%; em quantidade produzida, a castanha de caju ficou estável, o limão aumentou 23%, quanto à diminuição ocorreu com: 79% da banana, 8% do coco-da-baía, 73% laranja e 38% manga; no

que se refere ao valor da produção, a castanha de caju permaneceu estável, o limão aumentou 14%.

Dos 85 hectares colhidos da lavoura permanente em 2006, 52% eram referentes à banana, 5% castanha de caju e coco-da-baía cada, 11% laranja, 15% limão e 13% manga; das 864 toneladas produzidas (exclusive o coco-da-baía) a banana correspondeu a 85%, 5% laranja, 2% limão, 8% manga e menos de 1% castanha de caju; dos R$ 603 mil do valor da produção, a banana representou com 89%, 2% coco-da-baía, 3% laranja, 1% limão, 4% manga e castanha de caju menos de 1%.

Em 2011, dos 42 hectares colhidos, a banana ocupou 31%, 12% castanha de caju, 7% coco-da-baía, 10% laranja, 24% limão e 17% manga; das 228 toneladas (exclusive do coco-da-baía) a banana contribuiu com 68%, 5% laranja, 7% limão, 18% manga e 1% castanha de caju; dos R$ 157 mil do valor da produção, a banana participou com 75%, 6% coco-da-baía, 4% laranja, 5% limão, 10% manga e 1% castanha de caju (Tabela 183).

Tabela 183 - Área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente – 2006 e 2011

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Banana (cacho)	44	13	736	156	537	118
Castanha de caju	4	5	2	2	1	1
Coco-da-baía	4	3	13	12	10	9
Laranja	9	4	45	12	24	6
Limão	13	10	13	16	7	8
Manga	11	7	68	42	24	15
Total	85	42	-	-	603	157

Fonte: IBGE *Mil frutos

Pecuária

A pecuária, voltada em parte para o abate, é praticada de forma extensiva e intensiva, sendo os rebanhos comercializados no próprio local. São encontrada, no município, duas granjas que exportam seus produtos para Miranda do Norte, Arari, além de atender o consumo no comércio local.

Todavia, de 2006 a 2011 o rebanho total diminuiu 10%, apesar do aumento dos rebanhos: bovino 9%, equino 15%, bubalino 80%, asinino 11%, muar 27% e caprino 32%; houve uma diminuição dos suínos com 58%, das aves, 23% e ovinos com 6%.

A quantidade de animais ligados à pecuária, em 2006, foi de 67.622 cabeças. Em termos de quantidade, as aves obtiveram no ano mencionado os maiores percentuais com 52%, o bovino ficou em segundo lugar com 38% seguido pelo suíno que representou 6%. Os demais animais listados na tabela 181 corresponderam apenas a 4% do rebanho.

Em 2011, ocorreu uma inversão com relação ao maior rebanho; as aves ficaram na segunda posição com 45% das 60.614 cabeças, enquanto que o bovino, com o maior número de animais, equivaleu a 46%. O rebanho suíno diminuiu seu percentual no rebanho caindo para 3%, os demais rebanhos representaram 4% dos animais (Tabela 184).

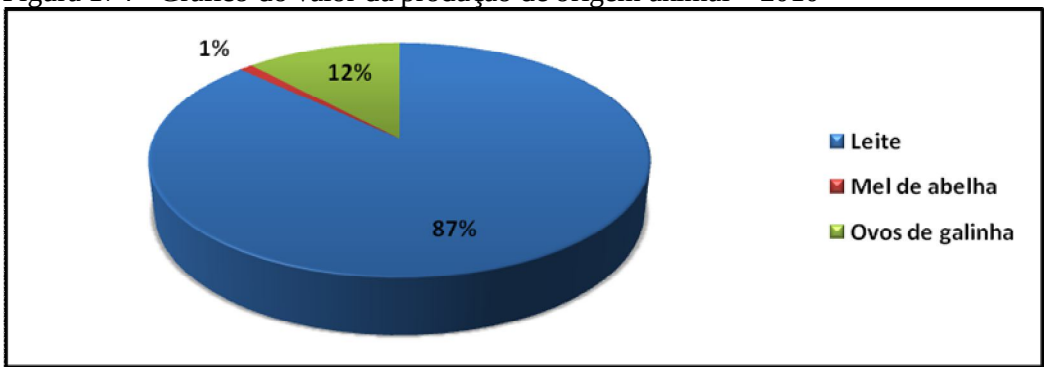
Tabela 184 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2011

Rebanho	2006	2011
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	25.423	27.697
Equino	450	517
Bubalino	1.054	1.899
Asinino	687	761
Muar	130	165
Suíno	4.274	1.798
Caprino	420	556
Ovino	245	231
Aves	34.939	26.990
Total	67.622	60.614

Fonte: IBGE

O IBGE registrou no ano de 2010 uma produção de 340 mil litros de leite no valor de R$ 544 mil. Destaca-se a existência de outros produtos ligados a produção animal, a saber: os ovos de galinhas e o mel. O primeiro produziu 25 mil dúzias no valor de R$ 76 mil, enquanto o segundo teve uma quantidade produzida de 2.053 quilogramas, obtendo uma renda de R$ 8 mil, apresentando R$ 628 mil, como mostra a figura 174.

Figura 174 - Gráfico do valor da produção de origem animal – 2010



Fonte: IBGE; IMESC

Extrativismo

O principal produto do extrativismo vegetal em 2011 foi o carvão vegetal que correspondeu a 64% das 2.208 toneladas produzidas e participou com 51% dos R$ 2,474 milhões, da renda extrativista. Em seguida está a amêndoa de babaçu e a juçara. O primeiro correspondeu a 33% das toneladas e contribui com 44% do valor da produção, enquanto o segundo obteve 4% das toneladas produzidas e da renda extrativista vegetal. A produção da lenha em 2011 foi de 1.281 metros cúbicos gerando uma renda de R$ 38 mil, equivalente a 2% do valor da produção (Tabela 185).

A juçara e a amêndoa do babaçu são utilizadas na alimentação e às vezes, ambas contribuem no sustento da família, pois são comercializadas; da primeira é extraída a polpa e depois o líquido para consumo em forma de suco, sorvete, creme, etc., enquanto da segunda extrai-se o óleo. Outros produtos de aplicação industrial podem ser derivados da casca do coco do babaçu, tais como etanol, metanol, coque, carvão reativado, gases combustíveis, ácido acético e alcatrão. Suas folhas servem de matéria-prima para a fabricação de utilitários - cestos de vários tamanhos e funções, abanos, peneiras, esteiras, cercas, janelas, portas, armadilhas, gaiolas, extrai-se o palmito e coleta-se uma seiva que, fermentada, produz um vinho bastante apreciado regionalmente.

Ainda da amêndoa do babaçu é extraído o mesocarpo, cientificamente rico em nutrientes, que pode ser adicionado à dieta alimentar. O endocarpo, onde a amêndoa se aloja, dá carvão de alto teor calorífico, podendo, portanto, substituir a lenha em determinadas ocasiões.

A lenha tem origem no desmatamento direto ou na coivara e, em ambos os casos, tem como destino as olarias ou as casas de farinha. Quando consumida produz fumaça, que polui a camada atmosférica e prejudica a qualidade do ar que se respira, mesmo que seja transformada em carvão vegetal. Depois de queimado produz cinzas que, além de poluir o ar, são arrastadas pelas chuvas para os rios poluindo-os. Entretanto, de uma maneira sustentável poderia ser utilizada como adubo ou então adicionada à areia na construção civil, substituindo o cimento.

Tabela 185 - Quantidade e valor da produção extrativista vegetal - 2011

Produto	Quantidade Produzida		Valor da produção (Mil Reais)
	Tonelada	Metro cúbico	
Amêndoa de babaçu	722	-	1.083
Carvão vegetal	1.406	-	1.265
Juçara	80	-	88
Lenha	-	1281	38
Total	2208	1281	2474

Fonte: IBGE

Pesca

A pesca é praticada de forma artesanal nos rios e lagos de Vitoria do Mearim,para essa atividade são utilizadas canoas, rabetas e lanchas motorizadas (Figura 175). Na pesca há várias principais espécies de peixes: curimatá (*Prochilodus scrofa*), surubim (*Pseudoplatyatoma coruscans*), piau (*Leporinus obtusidens*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), lírio (*Ageneiosusspp*) e outras.

Embora não exista estatística de pesca, o sindicato de pescadores registrou em 2012, 1.800 pescadores, enquanto a colônia de pescadores tinha 3.000 associados, o que indica a importância econômica dessa atividade para o município.

Figura 175 - Embarcações utilizadas na pesca – 2012



Fonte: IMESC

Indústria

As únicas fábricas existentes no município são as casas de farinha localizadas no meio rural especialmente uma mecanizada no povoado Coque, uma cerâmica, além de padarias na área urbana.

Comércio

O comércio é varejista com dois supermercados, uma feira-livre às nas sextas-feiras, sete farmácias, três casas de agronegócios (duas voltadas para pesca) e várias quitandas.

Turismo

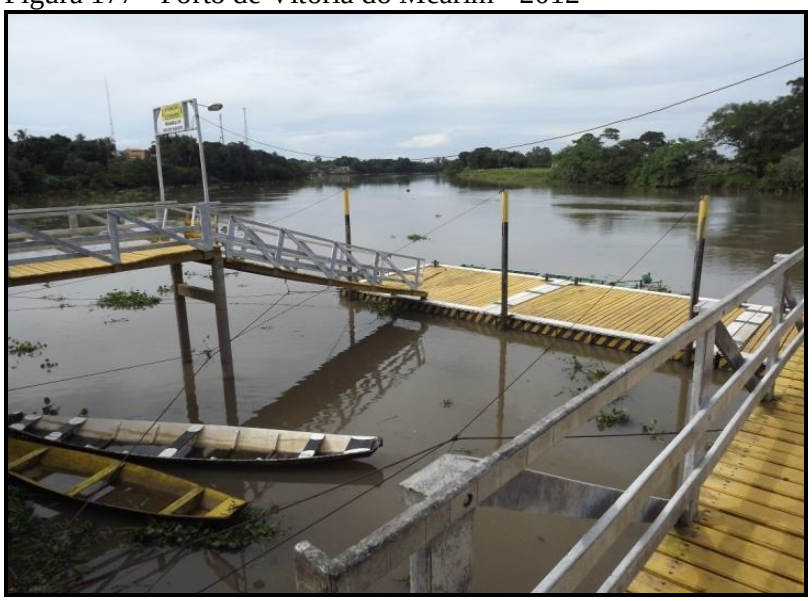
O potencial turístico corresponde ao rio Mearim (Figura 176), às festas religiosas, vaquejadas e o carnaval. Por se uma cidade antiga apresenta uma serie de construções que tem potencial para o turismo cultural e histórico como, por exemplo, a Igreja Matriz, residências antigas, as ruínas de um engenho no povoado Engenho Grande, o porto (Figura 177), além de outros atrativos. Relacionado à hospedaria o município dispões de seis hotéis.

Figura 176 - Vista parcial do Rio Mearim na sede municipal - 2012



Fonte: IMESC

Figura 177 - Porto de Vitória do Mearim - 2012



Fonte: IMESC

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca e possui dois cartórios. Vitoria do Mearim pertence a 41º zona eleitoral com 25.271 eleitores distribuídos em 84 seções eleitorais, tendo onze vereadores (TSE, 2012).

Religião

Em Vitoria há 41templos católicos- 34 capelas na zona rural e sete igrejas na sede. A Igreja Matriz (Figura 178) é dedicada à padroeira do município Nossa Senhora de Nazaré festejada no dia 08 de setembro com missa e procissão. Outras festividades católicas que merecem destaque ocorrem no período junino e são relacionadas a São João e São Pedro cujos festejos ocorrem entre os dias 26 a 30 de junho, com destaque para a procissão fluvial no rio Mearim (Figura 179). O São João é comemorado com arraial na praça matriz e várias danças regionais. Os outros santos homenageados são: Santo Antonio, São José e São Francisco.

As seitas evangélicas que têm mais expressões no município são: Assembleia de Deus, Adventista, Testemunha de Jeová, Quadrangular, Batista Vida, Batista Lírio do Campo e Mundial da Graça de Deus.

As religiões afrodescendentes são representadas pelos diversos terreiros encontrados na zona rural, principalmente os localizados nos povoados Sumaúna do Coque e Japão. A pesquisa realizada colheu informação da existência de um Centro Espírita.

Figura 178 - Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré - 2012



Fonte: IMESC

Figura 179 - Imagem de São Pedro preparada para a procissão fluvial - 2011



Fonte: Colônia de pescadores de Vitória do Mearim

Em 2010 o IBGE entrevistou 31.658 pessoas, das quais 80% eram católicos, 14% evangélicos, 6% sem religiões, menos de 1% outras religiões e não souberam responder (Tabela 186).

Tabela 186 - Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	25.311
Evangélicos	4.411
Outras Religiões	145
Sem religião	1.769
Não sabem sua religião	22
Total	31.658

Fonte: IBGE

Infraestrutura

A fonte de abastecimento de água na sede municipal é de responsabilidade da CAEMA e vem do rio Mearim. Apesar do tratamento da água só em poucas ruas da cidade havia rede coletora de efluentes, porém sem tratamento; segundo dados do SIAB, os efluentes domésticos em 2012 eram despejados em fossas que totalizavam 7.571.

A coleta de lixo é restrita a área urbana sendo realizada, três vezes na semana, por caçambas que transportam os resíduos para um lixão a céu aberto a 4 km da sede.

A rede de energia elétrica é disponibilizada para 95% do território municipal, sob a responsabilidade da empresa CEMAR, a qual registrou um consumo de 13.254.530 MWh e 99.613 ligações no ano de 2010. Na tabela 187, observa-se o consumo de energia elétrica por classe sendo o maior consumidor o residencial com 53%, seguido pela classe comercial com 12%, iluminação pública e serviço público com respectivos 10% e 9%; as demais classes corresponderam a 16%. Os consumidores eram distribuídos em: residenciais 90%, comercial 7%, rural, industrial e poder público 1% cada. Os demais usuários corresponderam a menos de 1%.

Tabela 187 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Classes	Consumidores	Consumo em MWh
Residencial	89.570	7.045.131
Rural	893	967.845
Comercial	6.918	1.667.254
Industrial	774	660.010
Poder Público	1.223	560.165
Serviço Público	211	1.119.358
Iluminação Pública	12	1.230.659
CEMAR	12	4.108
Total	99.613	13.254.530

Fonte**:** CEMAR

Serviço e Comunicação

Há três agências bancárias no município (Banco do Brasil, Bradesco e Amazônia), duas lotéricas e uma agência dos Correios.

O serviço de comunicação do município é realizado pelo jornal Folha da AVL, com quatro edições anuais, as rádios Cidade de Vitória, Babaçu e Vitória FM. O serviço de telefonia móvel assim como a Internet é disponibilizado pelas empresas OI, VIVO, CLARO e TIM, a primeira com linha telefônica fixa também.

Folclore e Lazer

As danças típicas são o tambor de crioula, quadrilhas, dança portuguesa, dança indígena e o bumba-meu-boi com os sotaques de matraca e orquestra.

Além das festas religiosas mencionadas há também a comemoração do aniversário da cidade no dia 23 de abril com bandas na praça, o desfile de 07 de setembro, o carnaval e vaquejada.

Para entretenimento da população, estão disponíveis quatro quadras poliesportivas, um ginásio esportivo com capacidade para oito mil pessoas, um estádio de futebol denominado “Lorão” com capacidade para quinze mil pessoas, além de oito restaurantes, cinco clubes e vários bares.

A cidade dispõe de três bibliotecas, uma casa de Cultura e com o município de Arari criaram a Academia Arariense e Vitoriense de Letras.

Transportes

A cidade de Vitória do Mearim localiza-se a 178 km da capital São Luís, comunicando-se pelas rodovias BR 135 e BR 222. Apesar de não ter linhas de ônibus ligando-a a capital o município é beneficiado por vários veículos (ônibus, micro-ônibus, vans e outros) que se deslocam para as regiões do Pindaré, Tocantina e Baixada Maranhense.

O translado urbano/rural é realizado principalmente por D-20, que são adaptadas com madeira denominadas de pau de arara, mototáxis e barcos. Na sede, o principal meio de deslocamento são as motos e táxis. As outras rodovias que passam pelo município são: BR 222 e MA 014, além da ferrovia Estrada de Ferro Carajás, porém sem estação de passageiros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Herbert Jorge de. **Programa levantamentos geológicos básicos do Brasil**: São Luís SW/NN, folhas SA 23 V e SA 23Y - Estado do Pará e Maranhão. Brasília: CPRM, 2000. 1 mapa. Escala 1.500.000.

ALMEIDA, I.C.S. **Indicadores e tensores ambientais nos ambientes aquáticos da região lacustre de Penalva APA da Baixada Maranhense**. Monografia. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Anatel Dados**. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do> Acesso em: 08 dez. 2012.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO MARANHÃO. São Luís: IMESC, V.4, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de informação da atenção básica**. Disponível em: < http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php>. Acesso em: 11 mar. 2012.

_____. **Sistema de informações de vigilância epidemiológica:** malária. Disponível em: <http://portalweb04.saude.gov.br/sivep_malaria/default.asp>. Acesso em: 27 mar. 2012.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas**. Disponível em: < http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>. Acesso em: 24 jun. 2012.

CARNAVAL em Pinheiro. Disponível em: < www.laerciojuniorpericuma. blogspot.com.br >. Acesso em: 19 out. 2012.

CASTRO, Nilton Martins de. **Processo de redistribuição do espaço territorial político do Maranhão:** o caso do município de Olinda Nova do Maranhão. Monografia. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.

CENTRO urbano de Peri-Mirim. Disponível em: < www.piabasnews.blogspot.com.br >. Acesso em: 10 out. 2012.

CENSO AGROPECUÁRIO. Disponível em> http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm. Acesso em: 25 fev. 2012.

COSTA, Cássio Reis. **Baixada Maranhense**. São Luís: SIOGE, 1982.

COSTA. Euzebia Silva. **Matinha, um passado de luta e tradição**. Matinha, 2007.

DIAS, Luis Jorge Bezerra da Silva. **Proposta metodológica de zoneamento ambiental aplicada ao município de Anajatuba**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

FARIAS FILHO, Marcelino Silva. **Subsídios à compreensão do espaço geográfico da Baixada Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2011.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas escolar do Maranhão**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Ed. Grafset, 2006.

FERNANDES, José Silvestre. Baixada Maranhense. In: **Revista de História e Geografia**. São Luís, ano 1, n.1, f. 25-66, 1946.

FOTOS antigas da cidade de São João Batista. Disponível em: < www.sjbma.blogspot.com.br >. Acesso em: 06 out. 2012.

FRANCO, José Raimundo Campelo. **Segredos do Rio Maracu**: a hidrogeografia dos lagos de reentrâncias da baixada maranhense, Sítio Ramsar, Brasil. São Luís: Lithograf, 2012.

FERREIRA, Rosinelba Pereira. **Santa Helena**: vida, alma e história. São Luís: Cor e Arte, 2011.

IGRAJA de Anajatuba. Disponível em: < www.panoramio.com >. Acesso em: 18 set. 2012.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: ano 2010. São Luís: IMESC, v.3, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. V.15.

_____. **Sistema IBGE de recuperação automática_**SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso: 10 mar. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Brasília. Disponível em: < http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 09 maio 2012.

KRISHNAMURTHY et al. **Agroflоresteria basica**. México: Pnumia, 1999.

LAGOA do Sororoca. Disponível em: < Pt.wikpedia.org/wiki/São_Bento_(Maranhao) >. Acesso em: 23 set. 2012.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: FonFon e Seleta, 1970.

MARQUES, Augusto Cesar. **Dicionário histórico geográfico da província do Maranhão**. Rio de Janeiro: FonFon e Seleta, 1970.

OLIVEIRA, Cêuriode. **Dicionário cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

PINTO, Gracilene. **São Vicente Ferrer**: história, povo e cultura. São Vicente Ferrer, 2001.

PRAÇA de Anajatuba. Disponível em: < www.Flogãoanajatuba.com.br >. Acesso em: 05 out. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARI. Disponível em: < www.arari.ma.gov>. Acesso em: 12 out. 2012.

PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO DO MARANHÃO. Periodo: 2005 a 2009. São Luís: IMESC, V. 7, 2011.

RAMOS, Albani. **Brinquedos e encantamentos**. São Luís: Instituto Geia, 2003.

REGO, Mauro. **Santa Maria de Anajatuba**. São Luís: Litograf, 1999.

_____.**Os Fantasmas do campo II**: lendas e crendices. Olinda: Luci Artes Gráficas, 2009.

SOARES, Éden do Carmo. **Peixes do Mearim**. São Luís: Geia, 2005.

SURF na pororoca. Disponível em: < www.craud.net>. Acesso em 12 out. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Laboratório de Geoprocessamento – LABGEO. **Atlas do Maranhão**, 2. ed. São Luís: Geplan, 2002.

ÍNDICE

ANAJATUBA

Agricultura, 55
Ambiente Físico, 46
Condição do Produtor, 51
Demografia, 52
Economia, 55
Educação, 54
Espaço Rural, 50
Espaço Urbano, 47
Extensão, 41
Extrativismo, 59
Folclore e Lazer, 64
Indústria, 60
Infraestrutura, 63
Localização, 41
  Mapa do Município, 42
Pecuária, 57
Pesca, 60
Poderes Judiciário e Legislativo, 61
Processo de Ocupação, 43
  Fatos Históricos, 44
Religião, 61
Saúde e assistência Social, 53
Serviços e Comunicação, 64
Símbolos Municipais, 39
  Bandeira, 39
  Brasão, 39
  Hino, 40
Transporte, 65
Turismo, 61
Utilização das Terras, 50

ARARI

Agricultura, 84
Ambiente Físico, 74
Comércio, 92
Condição do Produtor, 80
Demografia, 81
Economia, 84
Educação, 83
Espaço Rural, 78
Espaço Urbano, 75
Extensão, 70
Extrativismo, 90
Folclore e Lazer, 97
Indústria, 91
Infraestrutura, 96
Localização, 70
  Mapa do Município, 71
Pecuária, 88
Pesca, 91
Poderes Judiciário e Legislativo, 94
Processo de Ocupação, 70
  Fatos Históricos, 72
Religião, 94
Saúde e Assistência Social, 82
Serviços e Comunicação, 97
Símbolos Municipais, 67
  Bandeira, 68
  Brasão, 67
  Hino, 68
Transporte, 98
Turismo, 92
Utilização das Terras, 78

BELA VISTA DO MARANHÃO

Agricultura, 115
Ambiente Físico, 106
Comércio, 121
Condição do Produtor, 111
Demografia, 112
Economia, 115
Educação, 114
Espaço Rural, 110
Espaço Urbano, 107
Extensão, 104
Extrativismo, 119
Folclore e Lazer, 124
Indústria, 121
Infraestrutura, 123
Localização, 104
  Mapa do Município, 105
Pecuária, 118
Pesca, 120
Poderes Judiciário e Legislativo, 121
Processo de Ocupação, 104
Religião, 121
Saúde e Assistência Social, 113
Serviços e Comunicação, 123
Símbolos Municipais, 101
    Bandeira, 102
    Brasão, 101
    Hino, 102
    Transporte, 124
Turismo, 121
Utilização das Terras, 110

CAJARI

Agricultura, 136
Ambiente Físico, 129
Comércio, 140
Condição do Produtor, 134
Demografia, 134
Economia, 136
Educação, 135
Espaço Rural, 132
Espaço Urbano, 130
Extensão, 128
Extrativismo, 139
Folclore e Lazer, 144
Indústria, 140
Infraestrutura, 142
Localização, 126
  Mapa do Município, 127
Pecuária, 138
Pesca, 140
Poderes Judiciário e Legislativo, 141
Processo de Ocupação, 128
Religião, 141
Saúde, 135
Serviços e Comunicação, 143
Símbolos Municipais, 125
    Bandeira, 125
    Brasão, 125
    Hino, 126
Transporte, 144
Turismo, 140
Utilização das Terras, 132

CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU

Agricultura, 158
Ambiente Físico, 150
Comércio, 163
Condição do Produtor, 155
Demografia, 156
Economia, 158
Educação, 157
Espaço Rural, 154
Espaço Urbano, 151
Extensão, 147
Extrativismo, 161
Folclore e Lazer, 167
Indústria, 163
Infraestrutura, 165
Localização, 147
  Mapa do Município, 148
Pecuária, 160
Pesca, 162
Poderes Judiciário e legislativo, 164
Processo de Ocupação, 147
Religião, 164
Saúde, 157
Serviços e Comunicação, 166
Símbolos Municipais, 145
    Bandeira, 145
    Brasão, 145
    Hino, 146
Transporte, 167
Turismo, 163
Utilização das Terras, 154

IGARAPÉ DO MEIO

Agricultura, 184
Ambiente Físico, 175
Comércio, 189
Condição do Produtor, 180
Demografia, 181
Economia, 183
Educação, 183
Espaço Rural, 178
Espaço Urbano, 176
Extensão, 173
Extrativismo, 188
Folclore e Lazer, 192
Indústria, 189
Infraestrutura, 191
Localização, 171
  Mapa do Município, 172
Pecuária, 187
Pesca, 188
Poderes Judiciário e Legislativo, 189
Processo de Ocupação, 173
Religião, 190
Saúde e Assistência Social, 182
Serviços e Comunicação, 192
Símbolos Municipais, 169
    Bandeira, 170
    Brasão, 169
    Hino, 171
Transportes, 192
Turismo, 189
Utilização das Terras, 179

MATINHA

Agricultura, 208
Ambiente Físico, 199
Comércio, 213
Condição do Produtor, 205
Demografia, 206
Economia, 208
Educação, 207
Espaço Rural, 203
Espaço Urbano, 200
Extensão, 197
Extrativismo, 211
Folclore e Lazer, 215
Indústria, 212
Infraestrutura, 214
Localização, 195
  Mapa do Município, 196
Pecuária, 210
Pesca, 212
Poderes Judiciário e Legislativo, 213
Processo de Ocupação, 197
  Fatos Históricos, 197
Religião, 213
Saúde e Assistência Social, 207
Serviços e Comunicação, 215
Símbolos Municipais, 193
    Bandeira, 193
    Brasão, 193
    Hino, 194
Transporte, 216
Turismo, 212
Utilização das Terras, 204

MONÇÃO

Agricultura, 232
Ambiente Físico, 222
Comércio, 239
Condição do Produtor, 229
Demografia, 229
Economia, 232
Educação, 232
Espaço Rural, 226
Espaço Urbano, 224
Extensão, 220
Extrativismo, 236
Folclore e Lazer, 242
Indústria, 238
Infraestrutura, 240
Localização, 218
  Mapa do Município, 219
Pecuária, 235
Pesca, 237
Poderes Judiciário e Legislativo, 239
Processo de Ocupação, 220
  Fatos Históricos, 221
Religião, 239
Saúde e Assistência social, 230
Serviços e Comunicação, 241
Símbolos Municipais, 217
    Bandeira, 217
    Brasão, 217
    Hino, 218
Transporte, 243
Turismo, 238
Utilização das Terras, 227

OLINDA NOVA DO MARANHÃO

Agricultura, 258
Ambiente Físico, 250
Comércio, 262
Condição do Produtor, 254
Demografia, 255
Economia, 253
Educação, 257
Espaço Rural, 253
Espaço Urbano, 251
Extensão, 247
Extrativismo, 261
Folclore e Lazer, 265
Indústria, 262
Infraestrutura, 264
Localização, 247
  Mapa do Município, 248
Pecuária, 260
Poderes Judiciário e Legislativo, 262
Processos de Ocupação, 247
Religião, 263
Saúde, 256
Serviços e Comunicação, 264
Símbolos Municipais, 245
  Bandeira, 245
  Brasão, 245
  Hino, 246
Transporte, 265
Turismo, 262
Utilização da Terra, 253

PALMEIRÂNDIA

Agricultura, 277
Ambiente Físico, 270
Comércio, 284
Condição do Produtor, 275
Demografia, 275
Economia, 277
Educação, 277
Espaço Rural, 273
Espaço Urbano, 271
Extensão, 268
Extrativismo, 282
Folclore e Lazer, 287
Indústria, 284
Infraestrutura, 286
Localização, 268
  Mapa do Município, 269
Pecuária, 281
Pesca, 283
Poderes Judiciário e Legislativo, 284
Processo de Ocupação, 268
Religião, 285
Saúde, 276
Serviços e Comunicação, 287
Símbolos Municipais, 267
  Bandeira, 267
  Brasão, 267
Transportes, 287
Turismo, 284
Utilização das Terras, 273

PEDRO DO ROSÁRIO

Agricultura, 302
Ambiente Físico, 294
Comércio, 308
Condição do Produtor, 299
Demografia, 300
Economia, 303
Educação, 302
Espaço Rural, 297
Espaço Urbano, 295
Extensão, 291
Extrativismo, 306
Folclore e Lazer, 311
Indústria, 308
Infraestrutura, 310
Localização, 291
Mapa do Município, 292
Pecuária, 305
Pesca, 307
Poderes Judiciário e Legislativo, 308
Processo de Ocupação, 291
Religião, 308
Saúde, 301
Serviço e Comunicação, 310
Símbolos Municipais, 289
Bandeira, 289
Brasão, 289
Hino, 290
Transporte, 311
Turismo, 308
Utilização das Terras, 298

PENALVA

Agricultura, 326
Ambiente Físico, 317
Condição do Produtor, 323
Demografia, 323
Economia, 326
Educação, 325
Espaço Rural, 320
Espaço Urbano, 318
Extensão, 316
Extrativismo, 330
Folclore e Lazer, 338
Infraestrutura, 337
Localização, 314
Mapa do Municipio, 315
Pecuária, 329
Pesca, 331
Poderes Judiciário e Legislativo, 335
Processo de ocupação, 316
Religião, 336
Saúde, 324
Serviços e comunicação, 338
Símbolos Municipais, 313
Bandeira, 313
Brasão, 313
Hino, 314
Transporte, 339
Turismo, 332
Utilização das Terras, 321

PERI-MIRIM

Agricultura, 353
Ambiente Físico, 344
Comércio, 359
Condição do Produtor, 350
Demografia, 351
Economia, 353
Educação, 353
Espaço Rural, 349
Espaço Urbano, 346
Extensão, 344
Extrativismo, 357
Folclore e Lazer, 362
Indústria, 358
Infraestrutura, 361
Localização, 342
  Mapa do Município, 343
Pecuária, 353
Pesca, 358
Poderes Judiciário e Legislativo, 359
Processo de Ocupação, 344
Religião, 360
Saúde, 252
Serviços e Comunicação, 361
Símbolos Municipais, 341
  Bandeira, 341
  Brasão, 341
  Hino, 342
Transporte, 362
Turismo, 358
Utilização das Terras, 349

PINHEIRO

Agricultura, 379
Ambiente Físico, 389
Comércio, 385
Condição do Produtor, 375
Demografia, 376
Economia, 378
Educação, 378
Espaço Rural, 373
Espaço Urbano, 371
Extensão, 365
Extrativismo, 383
Folclore e Lazer, 389
Indústria, 384
Infraestrutura, 387
Localização, 365
  Mapa do Município, 366
Pecuária, 381
Pesca, 387
Poderes Judiciário e Legislativo, 386
Processo de Ocupação, 367
    Fatos Históricos, 367
Religião, 386
Saúde, 377
Serviço e Comunicação, 388
Símbolos Municipais, 363
  Bandeira, 363
  Brasão, 363
  Hino, 364
Transporte, 389
Turismo, 384
Utilização das Terras, 374

PRESIDENTE SARNEY

Agricultura, 403
Ambiente Físico, 394
Comércio, 408
Condição do Produtor, 399
Demografia, 400
Economia, 403
Educação, 402
Espaço Rural, 397
Espaço Urbano, 395
Extensão, 394
Extrativismo, 407
Folclore e Lazer, 411
Indústria, 408
Infraestrutura, 410
Localização, 392
  Mapa do Município, 393
Pecuária, 406
Pesca, 408
Poderes Judiciário e Legislativo, 409
Processo de Ocupação, 394
Religião, 409
Saúde, 401
Serviços e Comunicação, 410
Símbolos Municipais, 391
    Brasão, 391
    Hino, 392
Transporte, 412
Turismo, 409
Utilização das Terras, 398

SANTA HELENA

Agricultura, 428
Ambiente Físico, 417
Comércio, 433
Condição do Produtor, 424
Demografia, 425
Economia, 428
Educação, 427
Espaço Rural, 422
Espaço Urbano, 419
Extensão, 415
Extrativismo, 432
Folclore e Lazer, 436
Indústria, 433
Infraestrutura, 435
Localização, 415
  Mapa do Município, 416
Pecuária, 430
Pesca, 433
Poder Judiciário e Legislativo, 434
Processo de Ocupação, 415
    Fatos Históricos, 417
Religião, 434
Saúde, 426
Serviços e Comunicação, 436
Símbolos Municipais, 413
    Bandeira, 413
    Brasão, 413
    Hino, 414
Transporte, 437
Turismo, 433
Utilização das Terras, 423

SÃO BENTO

Agricultura, 455
Ambiente Físico, 446
Comércio, 460
Condição do Produtor, 451
Demografia, 452
Economia, 454
Educação, 454
Espaço Rural, 449
Espaço Urbano, 447
Extensão, 441
Extrativismo, 459
Folclore e Lazer, 464
Indústria, 460
Infraestrutura, 463
Localização, 441
  Mapa do Município, 442
Pecuária, 457
Pesca, 459
Poderes Judiciário e Legislativo, 461
Processo de Ocupação, 441
    Fatos Históricos, 444
Religião, 462
Saúde, 453
Serviços e Comunicação, 463
Símbolos Municipais, 439
    Bandeira, 439
    Brasão, 439
    Hino, 440
Transporte, 465
Turismo, 460
Utilização das Terras, 450

SÃO JOÃO BATISTA

Agricultura, 481
Ambiente Físico, 473
Comércio, 486
Condição do Produtor, 477
Demografia, 478
Economia, 480
Educação, 480
Espaço Rural, 476
Espaço Urbano, 474
Extensão, 470
Extrativismo, 485
Folclore e Lazer, 489
Indústria, 486
Infraestrutura, 488
Localização, 468
  Mapa do Município, 469
Pecuária, 483
Pesca, 485
Poderes Judiciário e Legislativo, 486
Processo de Ocupação, 470
Religião, 487
Saúde, 479
Serviços e Comunicação, 489
Símbolos Municipais, 467
    Bandeira, 467
    Brasão, 467
    Hino, 468
Transportes, 490
Turismo, 486
Utilização das Terras, 476

SÃO VICENTE FERRER

Agricultura, 505
Ambiente Físico, 496
Comércio, 509
Condição do Produtor, 501
Demografia, 502
Economia, 504
Educação, 504
Espaço Rural, 499
Espaço Urbano, 497
Extensão, 494
Extrativismo, 508
Folclore e Lazer, 513
Indústria, 509
Infraestrutura, 512
Localização, 492
  Mapa do Município, 493
Pecuária, 507
Pesca, 509
Poder judiciário e Legislativo, 510
Processo de Ocupação, 494
  Fatos Históricos, 495
Religião, 510
Saúde, 503
Serviços e Comunicação, 512
Símbolos Municipais, 491
  Bandeira, 491
  Hino, 492
Transporte, 515
Turismo, 510
Utilização das Terras, 500

VIANA

Agricultura, 535
Ambiente Físico, 523
Condição do Produtor, 531
Demografia, 532
Economia, 534
Educação, 534
Espaço Rural, 529
Espaço Urbano, 524
Extensão, 519
Extrativismo, 539
Folclore e Lazer, 547
Indústria, 540
Infraestrutura, 546
Localização, 519
  Mapa do Município, 520
Pecuária, 537
Pesca, 539
Poderes Judiciário e Legislativo, 544
Processo de Ocupação, 519
  Fatos Históricos, 521
Religião, 544
Saúde, 533
Serviço e Comunicação, 546
Símbolos Municipais, 517
  Bandeira, 518
  Brasão, 517
  Hino, 518
Transportes, 549
Turismo, 541
Utilização das Terras, 529

VITÓRIA DO MEARIM

Agricultura, 566
Ambiente Físico, 557
Comércio, 573
Condição do Produtor, 562
Demografia, 563
Economia, 566
Educação, 565
Espaço Rural, 561
Espaço Urbano, 558
Extensão, 556
Extrativismo, 571
Infraestrutura, 576
Folclore e Lazer, 577
Indústria, 573
Localização, 554
    Mapa do Município, 555
Pecuária, 569
Pesca, 572
Poderes Judiciário e Legislativo, 574
Processo de Ocupação, 556
    Fatos Históricos, 557
Religião, 574
Saúde, 564
Serviço e Comunicação, 577
Símbolos Municipais, 551
    Bandeira, 553
    Brasão, 551
    Hino, 554
Transportes, 578
Turismo, 573
Utilização das Terras, 561


IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS


GOVERNO DO
maranhão